


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

**IMPrensa, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO**  
**BRASIL: representações de um passado presente**



ARARAQUARA – S.P.  
2021

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

# **IMPrensa, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO BRASIL: representações de um passado presente**

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Chaves Jardim

**Bolsa:** não possui

ARARAQUARA – S.P.  
2021

E79i Esteves, Gabriel Papa Ribeiro  
IMPrensa, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO BRASIL :  
representações de um passado presente / Gabriel Papa  
Ribeiro Esteves. -- Araraquara, 2021  
633 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: Maria Ap. Chaves Jardim

1. Mídia. 2. Memória social. 3. Ditadura civil-militar. 4.  
Análise de Discurso. 5. História do Brasil. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.  
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados  
fornecidos pelo autor(a).

GABRIEL PAPA RIBEIRO ESTEVES

# **IMPrensa, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO BRASIL: representações de um passado presente**

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Chaves Jardim

**Bolsa:** não possui

Data da qualificação: 24/09/2021

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Chaves Jardim  
Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr)  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Alexandre Aparecido dos Santos  
Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr)

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Antônio Pedroso Neto  
Universidade Federal de Tocantins (UFT) - Programa de Comunicação e Jornalismo

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Pablo Emanuel Romero Almada  
Universidade de São Paulo (USP) - Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Marcos Acácio Neli  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Local:**  
Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta obra às minhas mães Isa e Beatriz, pelo amor dedicado e comprometido com nossa família; para meu avô Aristeu, que um dia sonhou em me ver doutor e me ensinou a ter coragem de ser justo; para meu irmão, que segue comigo na luta pela justiça; para Roxanie, cujo amor me fortalece a cada dia; para meu tio Aristeu Júnior, por todo apoio que me deu ao longo da vida; para Theodoro, por ser uma chama de esperança sempre acesa em meu espírito; para meu pai Antônio (Nenê) por ter me ajudado e auxiliado em minha caminhada de estudos; para toda minha família e para os meus amigos. Enfim, para todos que ainda acreditam em um Brasil mais justo, próspero e democrático.

“Tudo que é sórdido se desmancha no ar”  
(Gabriel Papa Ribeiro Esteves)

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a relação entre a mídia impressa, a sociedade brasileira e a memória histórica do golpe de 1964 e do regime autoritário que dele se sucedeu, uma ditadura civil-militar, para captar como têm sido elaboradas representações históricas deste passado (recente e latente) no espaço público da grande imprensa de massas nacional. O passado em questão deixou marcas, consequências e continuidades profundas nesta sociedade. Escolhemos pesquisar a cobertura feita pelo jornal Folha de S. Paulo, pelo fato de ser um meio de comunicação influente na articulação de discussões públicas no país e por ter uma circulação diária nacional significativa, desde a época do golpe de 1964 até mais de 50 anos depois, e ter um grande alcance de suas ideias e ideais na sociedade. Visamos analisar, comparativamente, amostragens dos editoriais das edições da Folha de S. Paulo que trataram a ditadura e o golpe de 1964 dentre 1993 (ano em que se confirmou por plebiscito o sistema presidencialista no Brasil após a promulgação da constituição cidadã em 1988) e 2014 - período cujo periódico estava totalmente digitalizado à época desta pesquisa - para tentar esclarecer quais narrativas tem sido elaboradas e difundidas continuamente, no espaço público das mídias impressas acerca de um tema tão controverso no período de redemocratização brasileira. Nossa hipótese é de que, nos anos que se seguiram após a reabertura política e a promulgação da Constituição de 1988, a *Folha de S. Paulo* reproduziu representações em suas narrativas e enquadramentos que trataram a derrubada do governo legítimo de João Goulart de maneira ambígua e tratou o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar como processos distintos, representando-os como um passado encerrado, sem elaborar um esclarecimento crítico acerca de suas inflexões e relações institucionais com a ditadura no presente e sem caracterizá-los majoritariamente como continuidades da história patriarcal, autoritária e aristocrática brasileira, mas sim como uma exceção, na medida em que seguiu esquecendo seu papel de apoio ao regime ditatorial para se representar como o jornal da democracia, relacionando historicamente as esquerdas políticas ao autoritarismo, à corrupção e ao radicalismo, enquanto atuava institucionalmente em sua linha editorial de acordo com interesses que tendem a estar relacionados às forças de centro-direita ao passo que seus enquadramentos se pautam em alinhamento discursivo de cunho ideológico e econômico que tende a contrapor o liberalismo ao nacional-desenvolvimentismo, tomando lado em defesa do (neo)liberalismo, ao mesmo tempo em que aciona interpretações contra as forças políticas e sociais de centro-esquerda.

**Palavras-chave:** poder; mídia; memória; ditadura; História do Brasil; democracia;

## ABSTRACT

This research seeks to understand the relationship between print media, Brazilian society and the historical memory of the 1964 coup and the authoritarian regime that followed, a civil-military dictatorship, to capture how historical representations of this past latent) in the public space of the great national mass media. The past in question left marks, consequences and deep continuities in this society. We chose to research the coverage made by the Folha de S. Paulo newspaper, because it is an influential means of communication in the articulation of public discussions in the country and for having a significant national daily circulation, from the time of the 1964 coup to more than 50 years later, and also a great reach of his ideas and ideals in the society. We aimed to analyze, comparatively, samplings of the editorials of the Folha de S. Paulo editions that dealt with the dictatorship and the 1964 coup of 1993 (year in which the presidentialist system in Brazil was confirmed by plebiscite after the promulgation of the citizens' constitution in 1988) and 2014 - a period whose journal was fully digitized at the time of this research - to try to clarify which narratives have been elaborated and disseminated continuously, in the public space of print media about a subject so controversial in the period of Brazilian redemocratization. We start from the hypothesis that during this period, the discourses reproduced by the newspaper, despite criticism of the coup and dictatorship, justified this moment as something that came to avoid worse, legitimizing a relativist narrative regarding the regime and its controversy and controversies that , once justified, become possible in the face of crises, since they are already continually and systematically justified in the daily life of the public sphere, producing, in common sense, the conviction that, under exceptional conditions, dictatorships are necessary, which in practice maintains the democratic state of law under constant threat.

**Keywords:** power; media; memory; dictatorship; History of Brazil; democracy.



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 BRASIL – CAPITALISMO DEPENDENTE, DOMINAÇÃO ARISTOCRÁTICA E A CONTINUIDADE DOS PRIVILÉGIOS E DESIGUALDADES.....</b>	<b>44</b>
<b>2.1 Instituições a serviço das elites econômicas.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2 Ditadura e desenvolvimento no Brasil.....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 Desdobramentos dos mitos colonizadores nas instituições democráticas.....</b>	<b>63</b>
<b>3 1964 – O GOLPE E A DITADURA CIVIL-MILITAR.....</b>	<b>83</b>
<b>3.1 Sociogênese militar no Brasil:.....</b>	<b>87</b>
<b>3.2 Escola superior de guerra e anticomunismo: tomada de posição do exército.....</b>	<b>90</b>
<b>3.3 Jango e os antecedentes do golpe.....</b>	<b>92</b>
<b>4 HOMOLOGIAS MIDIÁTICAS NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA.....</b>	<b>101</b>
<b>5 PODER, MITO E IDEOLOGIA.....</b>	<b>122</b>
<b>6 METODOLOGIA E ANÁLISE DA IMPRENSA BRASILEIRA: OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO ENTRE 1993 E 2014 EM PERSPECTIVA.....</b>	<b>147</b>
<b>6.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>157</b>
<b>6.1.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS.....</b>	<b>157</b>
<b>6.1.3 EIXOS TEMÁTICOS DE REPRESENTAÇÃO IDENTIFICADOS.....</b>	<b>161</b>
<b>6.1.4 ANÁLISE QUALITATIVA.....</b>	<b>165</b>
<b>6.2 DESCRIÇÃO DENSA DOS EDITORIAIS ANALISADOS.....</b>	<b>166</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>292</b>
<b>8 CONCLUSÕES.....</b>	<b>299</b>
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>302</b>
<b>9.1 FONTES.....</b>	<b>315</b>
<b>9.2 SITES VISITADOS .....</b>	<b>315</b>
<b>10 ANEXOS.....</b>	<b>318</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Essa tese de doutorado em Ciências Sociais é um desdobramento de nossa monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais (2012) e de nossa dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, *Eleições, Mídia e Memória: uma análise do jornal Folha de S. Paulo* (2015)<sup>1</sup>, desenvolvida junto ao Grupo de Estudos Temáticos de Política e Cultura nos anos 1970 – O legado da ditadura, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Eliana Maria de Melo Souza, na UNESP/FCLAr.

Durante a pesquisa de mestrado, analisamos um recorte referente às publicações jornalísticas impressas de um jornal diário de grande visibilidade e circulação nacional – a *Folha de São Paulo* – periódico que possui temas e conteúdos variados, heterogeneidade nas ideias e opiniões de seus colunistas e jornalistas e coesão entre seus editoriais e sua linha editorial.

O estudo foi realizado durante o período eleitoral de 2010, e o objetivo teve como foco entendermos como esse jornal, ao cobrir as eleições, cujos candidatos eram adversários políticos do regime autoritário iniciado no Brasil em 1964, criou representações acerca do período da ditadura civil-militar que se estendeu no Brasil, colaborando com a construção da memória social e política daquele período por meio das narrativas que reproduziu.

Naquela pesquisa, pudemos concluir que:

O jornal mostra-se muitas vezes ambíguo, chegando mesmo, em meio a representações das infâmias da ditadura civil-militar, a atenuar a violência da ditadura ou justificá-la de alguma forma como consequência de algo pior ou caótico que ameaçava a ordem e o progresso do Brasil, vendendo uma imagem branda do regime perante a sociedade e considerando o autoritarismo truculento e repressor como uma questão de grau e não de método, como deveria de fato considerar. Prova disso foi o episódio de grande repercussão nacional, ocorrido no início de 2009, quando, em editorial, o jornal (17/02/2009) afirmou que não houve, no Brasil, uma ditadura de fato ao chamar a ditadura civil-militar iniciada em 1964 de *ditabranda*, pois segundo o jornal os números mostram que morreram muito menos opositores em nossa experiência de regime militar do que nas outras ditaduras do cone sul, como Chile, Argentina e Uruguai, afirmação que surpreendeu a opinião pública e provocou nosso interesse científico em investigar as posições políticas do jornal, uma vez que temos a convicção de que regimes totalitários e/ou autoritários são uma questão de método, de

---

<sup>1</sup> ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. *Eleições, mídia e memória: uma análise do jornal Folha de S. Paulo*. 2015. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126542>. Acesso em 15/10/2020.

organização burocrática, de práxis política e institucional e não podem ser considerados apenas partir do número de mortos e vítimas que produzem mas sim da banalização da violência que incrusta no cotidiano. Há de se levar primordialmente em consideração a ameaça que as políticas de Estado materializam contra os opositores dos executores do poder público refletindo diretamente na sociedade e influenciando nas relações entre indivíduos, instituições e grupos e instaurando o medo da repressão no cotidiano social. Conhecer o passado e a forma como ele é representado e lembrado na opinião pública é importante pelo fato de que, se ele não é elaborado de forma clara e incisiva, ou seja, apontando os ressentimentos, os erros e incitando o debate entre as partes e a sociedade, corre-se o risco de ele não ser superado. Isso significa que, mesmo que o fato em si não exista mais, suas estruturas e heranças diretas e indiretas podem continuar infiltradas na sociedade, e assim os mesmos atos que foram cometidos outrora incorrem no presente, porém massacrados por uma representação tendenciosa e omissa da história, afinal, a construção de uma memória a partir de representações jornalísticas impõe uma maneira específica de recordar, a partir de pontos de vistas plurais, porém restritos e singulares, que possuem e representam interesses da instituição empresarial jornalística em que trabalham e de seus patrocinadores e consumidores, o que na verdade significa um impedimento de memória e da elaboração de um passado. Afinal é através do entendimento histórico que o homem pode construir uma sociabilidade livre de autoritarismos, negações do outro, por suas ideias, escolhas, condições e genéticas, e de violência legitimada, exercida pelos órgãos repressivos institucionalizados através do aparato policial e militar, e exercida pela mídia através da imposição cultural e ideológica produzida por seu conteúdo manipulado, por interesses envolvidos, e tendencioso, rechaçando o diferente, ou seja, rechaçando àqueles que fogem à ordem preestabelecida por ela, alocando em si o poder, ao transmitir informações (entendemos, por informação, dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato), de direcionar o pensamento social, político e cultural do seu público, consequentemente, da sociedade (ESTEVEVES, 2017, p. 60).

O jornal analisado oportunizou enquadramentos e discursos que mostravam a ditadura como infame, autoritária e violenta, rechaçou o autoritarismo, a censura e a violência do opressor e do oprimido e apoiou a Lei da Anistia (que perdoou os crimes políticos do período), considerando-a como um pacto político que beneficiou amplamente a sociedade.

Entretanto, entendemos que o jornal foi ambíguo, oscilando entre críticas e justificativas à ditadura, além de não ter explorado o aspecto civil do golpe e do regime militar, desconstruindo a importância histórica e as inflexões da ditadura no presente e considerando-a como um ciclo de autoritarismo encerrado e superado.

O jornal também não discutiu claramente nem intensamente a aproximação entre a mídia e a ditadura ou o papel de apoio institucional e logístico da imprensa ao regime, produzindo, em suas narrativas, um esquecimento sobre a contribuição do Grupo Folha com a ditadura militar; tratando o golpe e a ditadura que dele decorreu como processos distintos,

justificando o golpe como um mal menor e o endurecimento da violência ditatorial como consequência da radicalização dos opositores (ESTEVEZ, 2017).

O Jornal *Folha de S. Paulo* influenciou no curso das eleições presidenciais brasileiras através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado, rememorando o que ele foi e o que representou. O quadrante de conteúdos que são negativos à imagem da candidata do PT é esmagadoramente maior do que os que respectivamente correspondem a José Serra, e isto nos aponta uma tendência jornalística que se comprova na análise qualitativa.

É possível notar, pautado no material analisado, que a *Folha de S. Paulo* se coloca de uma forma ambígua, mas contra a candidata Dilma e em prol de José Serra, recorrendo, para isto, inclusive ao passado, de luta contra a ditadura, destes. Para tanto, relaciona o passado de Serra àqueles que não tiveram opção e tiveram que se exilar, exaltando este grupo político, e o passado de Dilma àqueles que pegaram em armas, aos quais de certa forma o jornal acaba por atribuir a culpa pelo endurecimento do regime, chegando a afirmar que pegar em armas provocou uma reação violenta do Estado ditatorial. As ações das esquerdas são muitas vezes descontextualizadas e criticadas com acusações de assassinato, roubo e sequestro, de forma a parecerem crimes comuns, ou seja, são apresentadas ao público sem a conjuntura que transformava aqueles atos em atos políticos, perante uma estrutura engessada de repressão, tortura e morte, o que se torna algo que pode “difamar” a memória destes grupos políticos, pois uma vez apresentada fora de contexto não é possível compreender as motivações reais daqueles grupos, abrindo espaço para questionamentos morais e éticos daqueles que ali atuaram. O conteúdo analisado separa os movimentos armados das aspirações democráticas da sociedade, qualificando-os como insensatos, atrelando ao que chama de radicalismos das esquerdas a responsabilidade pelo endurecimento do regime e o fechamento dos espaços de lutas democráticas, considerando que as aspirações democráticas da sociedade foram atrapalhadas pela irresponsabilidade dos grupos armados, termos que copiosamente aparecem nos conteúdos do jornal.

Consideramos que a crítica aos valores e práxis das esquerdas armadas do passado, serve no presente, como um meio para a crítica daqueles que um dia participaram destes movimentos. O jornal tende a omitir o aparelhamento do Estado pelos militares de forma a favorecer a institucionalização da tortura e da perseguição político-ideológica, o que inviabilizou uma atuação pacífica e democrática das esquerdas.

Diferentemente do que pensávamos inicialmente, o jornal deu espaço a exposições que demonstram a ditadura como algo infame, autoritário e violento, rechaçando o autoritarismo, a censura e a violência do opressor e do oprimido, e consequentemente apoiando a Lei da Anistia como um pacto político que beneficiou os dois lados. Foi ambíguo em alguns sentidos oscilando entre críticas e justificativas à ditadura. Expôs polêmicas e debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, dando espaço para opiniões divergentes, porém, percebemos na linha editorial uma tendência em justificar o golpe de 1964 como algo que evitara algo pior e o endurecimento do regime militar como uma resposta aos movimentos armados que supostamente e genericamente buscavam substituir uma ditadura por outra. Tendência esta que contribui para eximir o jornal de qualquer culpa que se possa, porventura, se atribuir a ele, o que comprova nossa hipótese de que, pelo fato de José Serra ter se

exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar, e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de S. Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os movimentos guerrilheiros de esquerda, o referido jornal elaborou um debate na esfera pública que ligava o passado de Dilma a uma conotação negativa elaborada em torno dos movimentos de que ela fez parte no passado, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores. De acordo com os conteúdos que analisamos, o jornal pouco explora o aspecto Civil do regime militar e desconstrói a importância histórica e as inflexões da ditadura no presente, considerando-a como um ciclo de autoritarismo encerrado e superado, deixando de debater a aproximação entre a mídia e a ditadura.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. Eleições, mídia e memória: uma análise do jornal Folha de S. Paulo. 2015<sup>2</sup>.

Esta relativização, que diagnosticamos nos conteúdos da *Folha de São Paulo*, do nosso ponto de vista, tem a função simbólica de embasar discursos de que ditaduras poderiam resolver alguns problemas e fortalece narrativas políticas autoritaristas, apontando que a sociedade brasileira deveria aprender com o passado para que não tenhamos mais nem o radicalismo da luta armada nem o autoritarismo de Estado; como se a violência do Estado se comparasse à violência dos resistentes à ditadura que defendiam de uma barbárie institucionalizada.

A partir das conclusões daquela pesquisa, entendemos que estas fundamentações são ideológicas e têm o potencial de mascarar a realidade perversa de que o golpe de 1964 e a ditadura são apenas momentos em que a luta de classes, como fato histórico e social, fornece subsídios que a tornam perceptível e que permitem compreender a sua lógica e sua dinâmica.

Isso se evidencia quando a realidade social é submetida ao arcabouço metodológico das Ciências Sociais, podendo, essa, esclarecer um processo cuja percepção social do senso comum tem mais dificuldades em tomar consciência sem a devida atenção crítica e metodológica.

A persistência do episódio na cena pública faz com que o jornal progressivamente atue num trabalho de separação entre os eventos ocorridos no dia 31 de março de 1964 e a continuidade dos militares no poder, que passam a ser tomadas como duas ocorrências independentes. Para fins de reflexão sobre o passado, “a revolução” ainda continuava a manter sua aura

---

<sup>2</sup> 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. P. 117-118. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126542>. Acesso em 15/10/2020.

positiva, vista como ocorrência de importância inquestionável que recolocou o país na “normalidade”, todavia os seus resultados, a partir da insistência dos militares em se manterem no poder, começavam a tornar o futuro instável e imprevisível. (MENESES, 2017, p. 138).

Esta alienação da memória ajuda a ocultar continuidades da ditadura civil-militar ainda na segunda década do século XXI, como a violência policial, a ascensão do crime organizado e das milícias, as más condições dos serviços públicos, a tortura, a corrupção, oligopólios midiáticos e empresariais, a desigualdade social, polarização financeira, poder dos bancos e uma sociedade conservadora e despolitizada que ainda demanda as mesmas reformas e direitos sociais impugnados pelo golpe de 1964 (ARANTES, 2014).

Estas características são típicas da sociedade brasileira patriarcal e autoritária e se intensificaram na ditadura – uma continuidade da história que se lança para o tempo presente. Um regime com governo militar, mas com base de apoio e financiamento civil.

As ciências sociais definem como memória, as reconstruções do passado em narrativas sem o devido processo crítico e metodológico pelos quais a análise que elabora História é feita. A memória se dissemina no senso comum sem que se faça análises críticas das fontes, das metodologias e de suas utilizações. A História pode ser pensada como a ciência da memória, como a pesquisa pautada em métodos científicos que trata as fontes de maneira crítica e submete suas hipóteses e teses à apreciação científica dos pares e das ciências sociais. A memória está sempre em disputa. aquilo que é esquecido é tão importante quanto aquilo que é lembrado.

Representar a ditadura como uma ruptura em relação ao golpe de 1964 ou com a própria história do Brasil, ou mesmo encerrá-la no passado sem pensar o fluxo da história, é um eufemismo com sua condição de consequência histórica da dinâmica social brasileira.

Por isso, iniciaremos o desenvolvimento desta pesquisa discutindo as contradições sociais do Brasil e sua sociogênese para contextualizarmos nossos objetos de estudos e recortes apresentados.

O golpe de 1964 foi apresentado como exemplo de como o acontecimento contemporâneo é escrito e inscrito na cena pública, em várias fases de formulação, que o tornaram um importante artefato de construção e reconstrução da memória. Para a *Folha de S. Paulo* um trabalho de esquecimento comandado que se organizou não pela destruição dos rastros do passado, mas por uma memória encobridora, uma ação forte de reformulação identitária que alçou o jornal ao primeiro plano dos debates políticos do país. Exatamente pelo poder de suas narrativas, o grupo soube capitalizar esse acontecimento como importante referencial para a construção de sua própria memória. (MENESES, 2017, p. 240).

Para a pesquisa de Doutorado, desenvolvemos a análise junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Emoções, Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM/UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara)<sup>3</sup> – sob a direção e orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria Chaves Jardim. Mantivemos a metodologia utilizada no Mestrado e a *Folha de S. Paulo* como nosso objeto de estudo, uma vez que este projeto expande a óptica de nossas perspectivas abordadas na dissertação, alterando-se seu recorte e enfoque para, assim, ampliarmos a compreensão do que foi, do que significa e como o golpe de 1964 e o regime ditatorial que dele se seguiu são entendidos em nossa sociedade.

Dessa maneira, pretendemos contribuir para a crítica da realidade social do Brasil a partir da compreensão analítica, por amostragem, do papel e da narrativa da grande imprensa tradicional e comercial brasileira sobre essa questão durante as últimas décadas de redemocratização.

A grande imprensa são os maiores e mais destacados meios de comunicação, os jornais com maior circulação na esfera pública que influenciam o debate e a opinião pública ao vender notícias e análises de opinião sobre elas, nas quais constroem narrativas acerca da realidade social (AZEVEDO, 2018). Os três jornais periódicos brasileiros com maior tiragem e visitas únicas em seus sites na internet são respectivamente a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo (Estadão)*<sup>4</sup>, todos com linha editorial que representam interesses do campo político e ideológico de centro-direita (AZEVEDO, 2017).

Nosso objetivo é compreender a relação entre a mídia impressa, a sociedade brasileira e a memória histórica da ‘ditadura civil-militar’ e sobre o ‘golpe de 1964’ durante os anos que se seguiram à transição para a democracia após a promulgação da Constituição Federal de 1988, captando como tem sido elaborada a representação coletiva da memória deste passado (intenso, recente e latente) no espaço público da grande mídia nacional brasileira, em especial, da imprensa.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.observatorionespom.com.br/> Acesso em: 24 mai. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/maior-jornal-do-brasil-folha-consolidacao-digital.shtml#:~:text=A%20Folha%20%C3%A9%20o%20jornal,sua%20lideran%C3%A7a%20tamb%C3%A9m%20nesse%20segmento>. Acesso em 14/10/2020

A ‘representação’ é uma construção coletiva de uma apropriação da realidade, seria como a exibição da presença de uma coisa ausente com algum significado ou valor moral, exibido simbolicamente (CHARTIER, 1990).

Existe uma lógica historicamente construída entre os discursos da *Folha de S. Paulo*, *d’O Globo* e do *Estadão*, a imprensa golpista em 1964 que apoiou a ditadura, mas que tem importante papel na construção da democracia e que constitui a grande imprensa do final do século XX e do século XXI no Brasil (AZEVEDO, 2018). Jornais que têm elaborado argumentos que os eximem de qualquer responsabilidade sobre a violência institucionalizada na ditadura, parecendo-nos algo contraditório diante do fato que se beneficiaram e se ampliaram justamente por apoiarem o regime deflagrado com o golpe em 1964 e que para fortalecer a democracia com a qual se dizem alinhados desde a constituição de 1988 é importante que o passado seja elaborado sem que suas injustiças fiquem caladas para que possamos entender como não repetir os mesmos erros que nos condenaram à barbárie do autoritarismo.

Escolhemos a grande imprensa profissional brasileira como objeto empírico, por se tratar do meio de comunicação com maior confiança dos leitores, entre os quais, segundo pesquisa realizada pelo instituto Reuters/Universidade de Oxford<sup>5</sup>, a confiança na fonte da notícia é a maior. No Brasil, esse índice chega a 67% de confiança na imprensa profissional, associado a uma confiança de 75% dos leitores em jornais impressos e 70% em jornais digitais, sendo que 40% dos leitores acreditam que a mídia tradicional faz um bom trabalho na separação entre fato e ficção, algo alto quando comparado com os outros tipos de meios de comunicação. Tomamos como amostragem de objeto de análise, assim, o jornal *Folha de S. Paulo* e seus editoriais durante parte significativa da redemocratização brasileira pós constituição de 1988.

Como todo periódico de ampla circulação nacional – como é o caso deste jornal – suas reportagens e editoriais colaboram na formação da opinião pública brasileira sobre variados assuntos [...]. Esta é uma das justificativas da relevância da presente análise, já que o veículo em questão afirma reiteradamente sua defesa por um jornalismo plural e democrático. (SALGADO, 2015, p. 167).

---

<sup>5</sup> Fonte: Digital News Report, Instituto Reuters/Universidade de Oxford: estudo realizado com mais de 70 mil consumidores de notícias online em 36 países entre janeiro e fevereiro de 2017; Trust in News, Kantar: pesquisa realizada com 8000 indivíduos residentes no Reino Unido, Estados Unidos, França e Brasil em junho de 2017. Disponível em: <https://www.kantar.com/inspiration/advertising-media/fake-news-reinforces-trust-in-mainstream-news-brands>. Acesso em 15 out. 2020; e: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1932957-noticias-sao-como-falsos-brilhantes.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.



## 1.1 Introdução

Na contemporaneidade, a atuação dos jornalistas e dos jornais impressos profissionais e clandestinos esteve entre as principais forças das lutas sociais e políticas no ocidente, figurando como um elemento formador de opinião na esfera pública.

A comunicação impressa teve um papel importante nas revoluções liberais que eclodiram na esteira do Iluminismo, como a Independência dos EUA e a Revolução Francesa. Também foi importante na organização de movimentos trabalhistas, levantes e greves socialistas, comunistas e anarquistas entre trabalhadores do capitalismo industrial por intermédio de manifestos, panfletos e folhetos políticos, organizando a luta e a conquista de direitos civis, políticos e sociais.

No Brasil, teve importante atuação no movimento abolicionista, na expansão do republicanismo, na ascensão e na queda de Getúlio Vargas, no golpe de 1964, na anistia, nas Diretas já, na Constituinte de 1988, na eleição de 1989 e no movimento de caras pintadas que colocou e retirou Fernando Collor de Mello da presidência do executivo nacional, na derrocada dos governos petistas e na ascensão bolsonarista, encampada por uma oposição às pautas de esquerda e as suas narrativas e simbologias que, até aquele momento, eram recorrentemente relacionadas às representações autoritárias pela mídia tradicional, conforme concluímos em uma análise por amostragem em nossa dissertação de mestrado (ESTEVES, 2017).

Desta maneira, a imprensa jornalística profissional tem um papel importante e de interesse de toda a sociedade nas discussões públicas e no desenvolvimento de consensos e pautas políticas. Isto lhe confere a possibilidade de exercer um poder enviesado aos interesses que lhe sejam pertinentes institucionalmente, bem como, pessoalmente, por aqueles que tomam decisões efetivamente na sua hierarquia interna.

Este poder se configura como um poder político que influencia no curso da história, nas delimitações e tendências da sociedade em desenvolvimento. Por isso, precisa ser mantido constantemente sob o olhar crítico da Ciência e seu crivo metodológico, que nos permitem identificar as condições sociais de produção e recepção de enunciados e a autoridade e legitimidade em que se ampara (BOURDIEU, 2000).

A imprensa jornalística, no caso brasileiro, produz enunciados em um contexto de concentração horizontal, de propriedade da mídia, nas mãos de empresários e investidores associados ao capitalismo financeiro internacional, e cujo destino é a esfera pública da

sociedade que pauta muitas de suas discussões naquilo que a imprensa profissional alça ao debate público (ESTEVEES, 2017).

No curso da Primeira Guerra Mundial, Karl Kraus afirmou ironicamente que o papel atribuído à imprensa em nosso cotidiano não é sempre alentador, expondo uma profunda transformação no papel do jornal na era moderna (KRAUS, 2010).

No curso das revoluções modernas, o jornal era avaliado como “o olho do espírito do povo aberto perante tudo” (MARX, 1980, p. 164) – na transição para democracia no Brasil isso se intensifica –, a “ligação através da palavra que une o particular com o Estado e o mundo” (MARX, 1980, p. 164) – o problema que identificamos como referencial para pensar nosso recorte é a mídia no Brasil, que é oligárquica –, a “cultura que adquire corpo e que ilumina de espiritualidade as lutas materiais” (MARX, 1980, p. 164) – e é justamente por isso que suas ambiguidades ao longo da história são importantes e esclarecedoras para a compreensão da dinâmica social –, a “franca confissão de um povo perante si mesmo” (MARX, 1980, p. 164) – seja pela memória ou pelo esquecimento deliberado –, o “mundo ideal que flui continuamente para aquele real” (MARX, 1980, p. 164), o “espírito sempre mais rico” (MARX, 1980, p. 164) que “retorna a fluir em si mesmo, criando nova vida” (MARX, 1980, p. 164).

As elogiosas frases que Marx redigiu em linguagem hegeliana expunham o papel fundamental do jornal em divulgar e explicar as tensões, as contradições e os conflitos sociais produzidos pelos enfrentamentos políticos causados pela luta de classes.

Contudo, no curso de desenvolvimento da modernidade, o jornal; a imprensa desempenhou papéis e funções que se afastaram radicalmente do sentido reflexivo, formativo, emancipatório e, no limite, revolucionário que possuía no Ocidente, em meados do século XIX.

Em seu jornal *A Tocha*, Karl Kraus, assim expôs o sentido e o significado dos jornais no curso preparatório e no desdobramento da Primeira Guerra Mundial:

O leigo não faz ideia das inumeráveis dificuldades contra as quais os periódicos têm que lutar atualmente, dificuldades que alcançam na mesma medida o editor, o redator, o tipógrafo, o despachante. Claro que entre nós, alguém se dá conta também do monstruoso significado da imprensa e sabe apreciá-la como um recurso bélico, que está apenas atrás do submarino, do zepelim e do vitorioso obus (KRAUS, 2010, p. 73, tradução nossa).

As reflexões de Karl Kraus sobre o papel do jornal na manipulação da realidade social e na construção ideológica das emoções necessárias para a realização, tanto da “mobilização

total” dos indivíduos e da transformação do cidadão em um soldado da pátria quanto da “política total” e da “guerra total” (LOSURDO, 2015), não estão circunscritas apenas às guerras modernas, mas se expandem para problemáticas sociais, debates públicos e mesmo para as contradições sociais entre grupos privilegiados e injustiçados.

As análises que Karl Kraus efetuou acerca do papel do jornal na construção social dos processos emotivos e cognitivos que engendravam a Primeira Guerra Mundial – a corrupção da linguagem, a degeneração da moral, o jornal como arma de guerra, a manipulação total, a distorção da realidade e a mentira deliberada, a automutilação e destruição da humanidade – adquirem uma maior significação e uma densa atualidade no curso preparatório e no desdobramento das guerras globais por intermédio de narrativas midiáticas que ajudam a elaborar parâmetros e sentidos compartilhados socialmente e disputados por outras narrativas que permeiam a esfera pública da sociedade.

Esclarecer analiticamente as formações discursivas da (Foucault, 1996) *Folha de S. Paulo* é, por amostragem, esclarecer as tendências da grande mídia brasileira e sua homogeneidade em alguns aspectos fundamentais de elaboração de discursos em torno da narrativa política da história, como demonstra a pesquisa de Fernando Antônio Azevedo (2017) sobre a grande imprensa brasileira que, nos momentos democráticos, tanto no passado como no presente, atuou e atua paralelamente com as forças políticas de centro-direita, expressando um alinhamento de cunho ideológico que contrapõe o liberalismo ao nacional-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que aciona interpretações contra as forças de centro-esquerda (João Goulart – Jango - e Partido dos Trabalhadores principalmente, posto que efetivamente ocuparam postos institucionais de poder máximo na República), por meio de representações, destas, relacionadas ao radicalismo/populismo, autoritarismo e à corrupção.

A imprensa se torna um lugar de memória, disponibilizando interpretações sobre a realidade, pautando referências e elaborando memórias interessadas na preservação de alguns aspectos sociais, além de omitir outros. Dessa forma, seus enquadramentos se tornam matrizes de inteligibilidade do mundo, documentos históricos que nos contam parte do processo histórico que convergiu na realidade em vivemos no presente.

O discurso midiático é uma espécie de documento histórico que agencia signos ao produzir efeitos de verdade (FOUCAULT, 1996), capazes de influenciar a sociedade a se compreender por meio dessas interpretações, “na história, tudo começa com o trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outro modo” (GREGOLIN, 2008, p. 110).

O documento histórico se faz a partir de formações discursivas formadas em torno de enunciados, ou seja, sentidos possíveis de serem atribuídos aos discursos acionados pelos enunciados. Quando podemos descrever certo número de enunciados e seus tipos de enunciação (os conceitos, as escolhas temáticas e regularidades nas correlações e posicionamentos), temos uma formação discursiva (sistema de enunciados) (FOUCAULT, 1996).

A compreensão das formações discursivas se dá pela análise dos tipos de enunciação. Os discursos interessados, institucionalizados em dispositivos de poder como as mídias que proliferam discursos através da comercialização de informações, disputam a produção da *doxa* na sociedade. Lembramos que *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”, é a crença na certeza, é o próprio senso comum (BOURDIEU, 2000).

À medida que as instituições midiáticas produzem discursos, produzem também sentidos atribuídos à realidade, e esse é o caráter estruturante das instituições midiáticas e seus discursos estruturados por interesses de grupos dominantes, os quais constroem a reprodução da manutenção da dominação. A disputa em torno da produção da *doxa* se dá como uma luta pelo fazer ver, crer, conhecer e reconhecer (GREGOLIN, 2008).

Diante disso, como nosso objetivo geral é compreender a relação entre a mídia impressa, a sociedade brasileira e sua memória histórica em relação ao ‘golpe de 1964’ e à ‘ditadura civil-militar’ durante os anos que se seguiram à reconstrução da democracia, tomamos como nossos objetivos específicos analisar, fragmentadamente e por amostragem, os editoriais do jornal, publicados entre 1993 e 2014, que abordaram as questões representativas e marcantes relacionadas à ditadura e ao golpe de 1964.

O que está em questão, no período da ditadura militar, é a ostensiva entrada de militares no processo político e no aparelho estatal, de modo a realizar uma eficaz recuperação do Estado burguês em crise. Trata-se de instaurar, por via militar, as condições de ‘ordem e progresso’, ou ‘segurança e desenvolvimento’, que as burguesias não estavam em condições de criar por meio dos partidos. Diante do ascenso político do povo, de operários e camponeses, funcionários e empresários, estudantes e intelectuais, as burguesias nacional e estrangeira apelaram a determinados setores militares, policiais, da Igreja, latifundiários e outros, para quebrar a mesma ordem constitucional burguesa que as lutas de classe estavam fazendo avançar. Diante do ascenso político do povo, no sentido de fazer avançar a

democracia, a grande burguesia prefere destruir inclusive as poucas conquistas democrático-burguesas alcançadas em 1946-64: voto secreto, partidos, habeas corpus, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e discussão. (IANNI, Octavio. 2004, p.289.

A ditadura militar estabeleceu fundamentos que intensificaram a economia burguesa no Brasil, não se tratando apenas de um movimento político militar, mas também um movimento em que classes e grupos sociais se beneficiaram e participaram da ditadura e do golpe que a originou em 1964 encabeçado pelos militares.

A análise será quantitativa e qualitativa, a fim de que todos os editoriais publicados pela *Folha de S. Paulo* entre os meses finais de 1993 e o ano de 2014, os quais trataram do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar (1964-85), sejam investigados. Dessa forma, traçaremos as rupturas e continuidades das representações e discursos que os enquadramentos<sup>6</sup> desse jornal têm produzido em nossa sociedade após o ciclo histórico autoritário da ditadura dos governos militares e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nossa hipótese é de que, nos anos que se seguiram após a reabertura política e a promulgação da Constituição de 1988, a *Folha de S. Paulo* reproduziu representações em suas narrativas e enquadramentos que trataram a derrubada do governo legítimo de João Goulart de maneira ambígua e tratou o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar como processos distintos, representando-os como um passado encerrado, sem elaborar um esclarecimento crítico acerca de suas inflexões e relações institucionais com a ditadura no presente e sem caracterizá-los majoritariamente como continuidades da história patriarcal, autoritária e aristocrática brasileira, mas sim como uma exceção, na medida em que seguiu esquecendo seu papel de apoio ao regime ditatorial para se representar como o jornal da democracia, relacionando historicamente as esquerdas políticas ao autoritarismo, à corrupção e ao radicalismo, enquanto atuava institucionalmente em sua linha editorial de acordo com interesses que tendem a estar relacionados às forças de centro-direita ao passo que seus enquadramentos se pautam em alinhamento discursivo de cunho ideológico e econômico que tende a contrapor o liberalismo ao nacional-desenvolvimentismo, tomando lado em defesa do (neo)liberalismo, ao mesmo tempo em que aciona interpretações contra as forças políticas e sociais de centro-esquerda.

---

<sup>6</sup> Goffman (1974) conceitua enquadramento como os enfoques apresentados pelos veículos de comunicação para um determinado tema.

Nossa metodologia será explicada adiante detalhadamente na medida em que a aplicamos, mas objetivamente realizamos uma análise do conteúdo e dos discursos nos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* que tratam da ditadura/regime/governo militar ou de golpe/revolução de 1964 entre os meses finais 1993 (o material que estava digitalizado pelo Banco de Dados Folha se iniciava a partir deste período quando esta pesquisa foi realizada) e 2014 (o material que estava digitalizado pelo Banco de Dados Folha no sistema interno de pesquisas na instituição terminava ao final deste ano quando esta pesquisa foi realizada) para traçarmos como se desenvolveram as rupturas e continuidades das representações e discursos que os enquadramentos desse jornal têm produzido em nossa sociedade. À época do recolhimento do material para a pesquisa, a *Folha de S. Paulo* possuía totalmente digitalizado em seu acervo todo o material relativo ao recorte do período correspondente ao que estabelecemos.

Para tanto implementamos uma análise de periodização dos conteúdos e de identificação de palavras-chave recorrentes nos textos relacionadas ao tema recortado, bem como a delimitação de quais frases e em quais sentidos elas aparecem com maior frequência na elaboração de argumentos recorrentes, elucidando quais informações e opiniões aparecem com maior frequência no corpo da análise ao passo que procedemos a separação e a organização do conteúdo, dividindo os fragmentos recolhidos nos critérios de qualificação de enquadramento da memória do passado do golpe e da ditadura como positiva e/ou negativa ou neutra e como isso se constituiu ao longo do período analisado.

A metodologia por análise de valência é tradicionalmente utilizada em estudos de mídia desde os anos de 1950, de acordo com Feres Júnior (2016). Segundo Fernando Antônio Azevedo (2017), a análise por valência – que detalhamos adiante quando tratamos da metodologia – tem sido utilizada por diversos cientistas políticos para acompanhar a cobertura midiática, principalmente em se tratando de análises de editoriais e manchetes.

O ano de 1993 é um marco por ser um ano em que se confirmou, por meio de plebiscito, o sistema presidencialista no Brasil, posteriormente à promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e também por ser o ano que se sucedeu após uma crise de dimensão econômica e política brasileira que levou ao impeachment de Fernando Collor (o primeiro presidente eleito pelo voto direto e universal depois do golpe de 1964) que seria substituído nos próximos anos por figuras de oposição à ditadura militar. Foram eleitos na sequência Fernando Henrique Cardoso (eleito em 1994 e 1998), intelectual perseguido e exilado durante o regime militar; Luiz Inácio Lula da Silva (eleito em 2002 e 2006), sindicalista perseguido e

preso pelo regime militar e Dilma Rousseff (eleita em 2010 e 2014), perseguida, presa e torturada pela ditadura.

Já 2014 é um ano importante para o recorte porque foi o ano de aniversário de 50 anos do golpe de 1964 e de reeleição de Dilma Rousseff (ex-guerrilheira combatente à ditadura), ano que marcaria a polarização política da sociedade brasileira e o início de uma nova crise de dimensões econômicas e políticas que levaria à sua deposição da presidência da república em um processo de impeachment controverso que se desenvolveu como a maior crise da democracia brasileira desde o golpe de 1964 e que levou ao poder saudosistas da ditadura militar e os próprios militares de alta patente do exército (que têm ameaçado a democracia com flertes golpistas durante o mandato bolsonarista) através da eleição de Jair Bolsonaro (eleito em 2018), que apoia publicamente a ditadura, bem como ampliou o poder no congresso de partidos que derivam do ARENA – partido de sustentação da ditadura civil-militar – como Progressistas (PP), antigo PDS, e DEM, antigo PFL. Entendo que tudo aquilo que representa o que sobrou da ditadura civil-militar chegou ao poder pelo voto e por uma articulação golpista entre mídia, justiça e congresso nacional entre 2016 e 2018, justamente por conta da falta de uma memória elaborada publicamente de maneira crítica pela sociedade brasileira.

Portanto notamos que neste recorte que houve uma mudança da narrativa dominante na opinião pública brasileira que deixou de eleger opositores de um passado autoritário para elegerem caricaturas deste passado e, por isso, queremos investigar um dos principais agentes da esfera pública, a grande imprensa e como fora seu comportamento neste período para esclarecermos a intensidade de sua influência na dinâmica social. Grande imprensa esta, que como demonstraremos a seguir é um objeto que pode ser pesquisado por amostragem ao quando se trata deste recorte temático da representação memória do passado em relação à ditadura e ao golpe, e por isto selecionamos dentre este setor o jornal com maior tiragem e circulação nacional, a *Folha de S. Paulo*.

Posto isso, propomo-nos realizar uma análise nos seguintes paradigmas:

Análise imanente que pressupõe necessariamente, o cotejamento entre os dados e a função social que os fatos relatados cumpriram no conjunto das circunstâncias que lhe são inerentes e para cuja dinâmica contribuem. Tomase, portanto a perspectiva de Marx de que é a partir do seu processo de vida real que o ser humano representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões de cada processo vital, constituindo sua ideologia. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo de sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. [...] Ao longo

de suas críticas a filosofia alemã, Marx enfatiza inúmeras vezes, o fato da consciência aprender a realidade, a partir das circunstâncias que a condicionam derivando-se daí representações que denotam percepções mais o menos próximas da realidade (o que se verifica no resultado das ações dos homens). Representações estas que refletem cada vez mais a condição de classes representadas na sociedade, à medida que o desenvolvimento do capitalismo vai se complexizando. (VIEIRA, 2015, p. 14).

Buscamos investigar quais narrativas, discursos, valores e princípios estariam contidos nas linhas dos editoriais diários, o que foi enfatizado, ocultado ou criticado e a quais projetos políticos o periódico tem se alinhado historicamente até a segunda década do século XXI e como lida com seu passado, se lembrando com autocrítica ou se esquecendo para se preservar.

Nesse recorte, buscamos dar destaque à redemocratização e quais suas continuidades e rupturas na sequência histórica brasileira, procurando aquilo que tem sido interceptado e modelado nos discursos e nas opiniões manifestas à luz do projeto editorial da *Folha*<sup>7</sup>, colocado em prática após o fim do ciclo de governos militares e proposto a ser diversificado, transparente e inclinado ao diálogo.

Curiosamente, ao mencionar os acontecimentos que precipitaram o golpe em 1964, o Grupo Folha se omite novamente como participante e apoiador do episódio, colocando-se como um observador analista situado de um lugar de isenção em relação ao evento. Em sua reflexão, a imprensa desempenha uma função de valor quase universal, a velar pela sociedade, sendo a primeira a falar em nome dela. Ao fazer isso, realiza uma tentativa de despolitização de sua atuação, ao colocá-la em um lugar acima de todas as ideologias. Quando se refere a essa função, considerada primordial, o jornal se posiciona na narrativa apresentando a si próprio como espaço agregador de todas as opiniões e lugar de independência política para compreender os reais anseios dessa população. Num jogo que esconde e revela, direciona a imagem de si como sendo modelo a representar o ideal de imprensa que construiu (MENESES, 2017, p. 154).

O passado que se analisa deixou marcas, consequências e continuidades profundas em nossa sociedade, principalmente pela impunidade dos crimes praticados durante o regime, sob a égide do Estado autoritário, e pela falta de transparência dos arquivos do período, uma vez que muitos são sigilosos e secretos a despeito de os torturadores e assassinos do regime terem, na prática, ficado impunes com o argumento de que a Lei da Anistia teria sido um acordo geral e irrestrito necessário para a retomada democrática.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_projeto\\_intruducacao.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_intruducacao.htm). Acesso em 25 mar. 2019.



[...] a preocupação se volta para a interpretação e construção de sentido de um passado em que a *Folha de S. Paulo* procurou legitimar uma história própria sobre sua atuação durante o regime militar. Estabelecer e interpretar alguns rastros memoriais de um passado que, lembrado, rememorado e comemorado, garantiu a(s) identidade(s) do periódico. Preocupa em construir uma identidade para os anos vindouros, a *Folha* assumiu determinadas lembranças, esqueceu outras e se consolidou, de um jornal que apoiou o regime, ao grande porta-voz da sociedade civil no momento da redemocratização. A memória não é um ato involuntário, como se pretende ver e seguir. (DIAS, 2014, p. 63).

A efeméride de 50 anos do golpe de 1964 foi marcada em Editorial publicado em 2014, denominado *1964*<sup>8</sup>. Nele, a *Folha de S. Paulo* tratou com ambiguidade o fato histórico de ter apoiado o golpe e a ditadura civil-militar no Brasil, apartando golpe de ditadura e estabelecendo-os como processos relacionados, porém distintos. Colocou-se como instituição apoiadora do golpe, circunstancialmente, mas como oposição à ditadura. Apontou que a ditadura representou uma notória violência, todavia justificou os acontecimentos relacionados ao golpe, afirmando que os golpistas de 1964 detiveram um impulso de mudança e participação social, impedindo os adversários de instaurarem uma (suposta) ditadura.

Ainda de acordo com o Editorial, parte da esquerda teria forçado os limites da legalidade para realizar as chamadas reformas de base, às quais classificou como demagógicas, mas “esqueceu” deliberadamente de dizer que as mesmas reformas de base e o governo Jango em questão contavam com ampla legitimidade popular em torno de 59% de apoio da sociedade<sup>9</sup>.

Teceu, outrossim, elogios ao crescimento econômico promovido pela ditadura, sustentando se tratar de um período de “aprendizado” e que “é fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão

<sup>8</sup> 1964. *Folha de S. Paulo*, ano 94, n. 31.042, p. 02, 30 mar. 2014.

<sup>9</sup> <http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas>. Acesso em: 06 jun. 2020.

“Pesquisas realizadas pelo Ibope às vésperas do golpe militar de 1964 mostram que João Goulart contava com forte apoio popular ao ser deposto. Uma delas apontou que 15% consideravam seu governo ótimo; 30%, bom; e 24%, regular. Para 16%, a administração Goulart era ruim ou péssima. Outra pesquisa em oito capitais, entre 9 e 26 de março, indicou que 49,8% dos entrevistados admitiam votar em Jango caso a Constituição fosse alterada e ele saísse candidato à reeleição.

O Ibope revelou que 59% dos entrevistados eram a favor das Reformas de Base anunciadas por Jango no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março. As medidas incluíam a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias e a encampação das refinarias estrangeiras. Em mensagem ao Congresso, o presidente havia proposto a reforma universitária e a reforma eleitoral, que daria direito de voto aos soldados e aos analfabetos”.

mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias”.

O que o Editorial não fala, contudo, é o que o Grupo Folha, ao qual o jornal *Folha de S. Paulo* pertence, também era proprietário do jornal *Folha da Tarde* (com uma linha editorial que legitimava a ditadura) durante o regime e que, editorialmente, os jornais do Grupo Folha sustentavam os mesmos interesses institucionais/empresariais/financeiros.

É certo que, em 1º de janeiro de 1960, ocorre a fusão dos jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, dando origem ao jornal *Folha de S. Paulo*.

Porém, em 1967<sup>10</sup>, a *Folha da Tarde* volta a circular paralelamente à *Folha de S. Paulo*, até ser extinta em 1999<sup>11</sup>. Esses dados são de fundamental importância em nossa discussão, uma vez que o jornal *Folha da Tarde* foi considerado o porta-voz da ditadura, enquanto a *Folha de S. Paulo* se projeta como porta-voz da redemocratização, utilizando-se do esquecimento deliberado em suas narrativas.

Durante uma década e meia sob o comando de policiais, o jornal adquiriu um apelido: o de ‘maior tiragem’. Para Rômulo Fontes, isso se deveu ao aumento das vendas. Para outros, a razão é diferente: muitos dos jornalistas que ali trabalharam igualmente exerciam cargos na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Muitos concluíam que o local mais lembrava uma delegacia do que a redação de um jornal. Além de ser o de ‘maior tiragem’ – pelo número de ‘tiras’ (policiais) que lá davam expediente –, a *Folha da Tarde* carregava outra pesada acusação em face desses episódios, o jornal também ficou conhecido como o *Diário Oficial da Oban*.

Uma reflexão sobre os diversos papéis desempenhados por parte da imprensa na ditadura civil-militar, em especial no pós-1968, demonstra uma estreita relação entre alguns jornalistas e policiais, como igualmente desvenda uma série de esquemas da direção das empresas com os órgãos de governo para aceitar a autocensura (KUSHNIR, 2004, p. 354, grifos do autor).

Qualquer justificativa ou tratamento ambíguo ao golpe civil-militar de 1964 – em um contexto circunstancialmente associado à falta de uma discussão ampla em prol da preservação e elaboração crítica da memória acerca das atrocidades e equívocos do período ditatorial – pode possibilitar a relativização da democracia e permitir o retorno de ciclos

<sup>10</sup> “Em 19 de outubro, a "Folha da Tarde" volta a circular, o que não acontecia desde a unificação dos três jornais, em 1960”. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_60.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_60.htm). Acesso em: 06 jun. 2020.

<sup>11</sup> “Em 22 de março, é lançado o jornal "Agora" pelo Grupo **Folha** em substituição à "Folha da Tarde", publicação encerrada no dia anterior”. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_99.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_99.htm). Acesso em: 06 jun. 2020.

antidemocráticos em decorrência de radicalizações no Brasil, país cuja aprovação da democracia teve aprovação recorde de 69% dos eleitores em 2018, segundo o Datafolha<sup>12</sup>, mas que elegeu, no mesmo ano, Jair Bolsonaro como alternativa conservadora (que se mostrou reacionária) aos projetos de esquerda.

Eleito com 55,13% dos votos válidos, Bolsonaro se construiu como candidato à presidência sustentando discursos que exaltavam o golpe de 1964 como uma revolução. Chegou a chamar de heróis algumas das figuras mais polêmicas e controversas da ditadura, que atuaram como agentes repressores e foram apontados como torturadores que violaram direitos humanos.

Um ano após seu primeiro ano de governo, esse índice aprovação da democracia caiu para 62%<sup>13</sup> para em seguida bater um novo recorde de aprovação e chegar a 75% de aprovação<sup>14</sup>, enquanto a aprovação do governo Bolsonaro oscilava até que se consolidasse da dezena de 30% da sociedade civil, ao mesmo tempo em que o país se via diante da crise sanitária do COVID-19 e o governo Bolsonaro colocava em choque a harmonia institucional do sistema de freios e contrapesos entre os poderes: executivo, o legislativo e judiciário ao endossar, estimular e participar de manifestações de rua que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal pelo Exército, ao passo que negou e zombou da gravidade da pandemia, desestimulando medidas sanitárias que poderiam ter salvaguardado a vida dos brasileiros que morreram em centenas de milhares pela doença.

Jair Bolsonaro era figura conhecida por dar declarações públicas defendendo a ditadura militar – como em seu discurso em memória de Brilhante Ustra, durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff – além disso, já defendera publicamente a truculência do Estado contra seus adversários políticos de esquerda e a tortura como ferramenta de governo.

Quando eleito, a própria *Folha de S. Paulo* o cobrou, editorialmente, a fim de que ele se compromissasse com a Constituição de 1988 e com a democracia (29/10/2018)<sup>15</sup>, enfatizando que a sociedade brasileira não possui mais os atalhos abertos de formas não democráticas para resolver seus problemas fora do Estado Democrático de Direito

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/democracia-tem-aprovacao-recorde-no-brasil.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/01/1988569-apoio-a-democracia-recua-no-brasil.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2020.

<sup>14</sup> Fonte disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml#:~:text=Pesquisa%20Datafolha%20mostra%20que%20o%20apoio%20%C3%A0%20democracia,de%202019%2C%20o%20%C3%ADndice%20cresceu%2013%20pontos%20percentuais>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>15</sup> Constituição acima de todos. *Folha de S. Paulo*, ano 98, n. 32.716, p. 01, 29 out. 2018.

(30/09/2018)<sup>16</sup>, afirmando, ainda, que tais atalhos, abertos pelo arbítrio do Ato Institucional nº 5 em 1968, foram fechados pela sociedade civil com a promulgação da Constituição de 1988 (13/12/2018)<sup>17</sup>, também o acusou de ter um comportamento abominável por ofender instituições e ameaçar direitos humanos fundamentais (28/10/2018)<sup>18</sup>, em uma espiral de infâmias que escancaram despreparo e autoritarismo (31/07/2019)<sup>19</sup>, afirmando, outrossim, que Bolsonaro se dedica a revanches pessoais e foge da impessoalidade exigida para o cargo (09/08/2019)<sup>20</sup>, cujos flertes confusos com atitudes autoritárias têm causado prejuízos e preocupações, tratando-se de um presidente de personalidade leviana, fantasiado de imperador e que precisa ser contido pelas instituições democráticas em suas arbitrariedades contra a liberdade de imprensa crítica ao seu governo (30/11/2019)<sup>21</sup>.

Diante dos editoriais apontados, entendemos que a *Folha de S. Paulo* se colocou no campo de oposição ao governo Bolsonaro, contudo, não por sua agenda neoliberal<sup>22</sup> que a

<sup>16</sup> A hora do compromisso. *Folha de S. Paulo*, ano 98, n. 32.687, p. 01, 30 set. 2018.

<sup>17</sup> Fechou-se o atalho. *Folha de S. Paulo*, ano 98, n. 32.761, p. 02, 13 dez. 2018.

<sup>18</sup> Defesa da democracia. *Folha de S. Paulo*, ano 98, n. 32.715, p. 02, 28 out. 2018.

<sup>19</sup> Espiral de infâmias. *Folha de S. Paulo*, ano 99, n. 32.991, p. 02, 31 jul. 2019.

<sup>20</sup> Com o fígado. *Folha de S. Paulo*, ano 99, n. 33.000, p. 02, 09 ago. 2019.

<sup>21</sup> Fantasia de imperador. *Folha de S. Paulo*, ano 99, n. 33.120, p. 02, 30 nov. 2019.

<sup>22</sup> Podemos encontrar uma prova deste alinhamento econômico com o projeto neoliberal no editorial: “Continuidade”. *Folha de S. Paulo*, ano 99, p.02, 29 dez. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/12/continuidade.shtml> Acesso: em 30 dez. 2019, que diz:

## Continuidade

AJUSTES ECONÔMICOS DE ORIENTAÇÃO LIBERAL, INICIADOS HÁ 5 ANOS, AVANÇAM EM 2019

Quem observar a evolução de medidas e indicadores econômicos, sem se ater em demasia à alternância de governos, perceberá que este 2019 fez parte de um processo de ajustes e reformas em andamento há cinco anos —com intensidade e taxas de sucesso variáveis.

Desde o desfecho das eleições presidenciais de 2014, com efeito, a agenda mantém os objetivos de conter a despesa pública, normalizar inflação e juros, eliminar subsídios ao setor privado e reduzir a intervenção estatal nos negócios.

Decerto que o liberalismo radical do atual ministro Paulo Guedes destoa da vocação dirigista da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Entretanto é a necessidade que dita a pauta, como se viu na reforma da Previdência —retomada por Dilma, proposta por Michel Temer (MDB), repaginada e enfim aprovada sob Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, pode-se considerar satisfatório o progresso geral obtido neste ano, entre altos e baixos e a despeito dos ruídos políticos provocados pelo governo.

Não há motivo para entusiasmo, todavia, tratando-se de um país que ainda não se recuperou do impacto da brutal recessão de 2014-16, que marcou os passos iniciais do ajuste econômico. Desde então, o Produto Interno Bruto nacional rasteja na casa de 1% ao ano.

Nos últimos meses deste 2019, ao menos, houve melhora de expectativas de empresas e famílias, o que contribui para a queda gradual do desemprego, de 11,2% no trimestre encerrado em novembro. Trabalha-se agora com projeções de expansão do PIB acima de 2% no ano prestes a começar.

Do lado positivo devem ser elencadas ainda o controle da inflação e a queda dos juros básicos para o patamar mais baixo já documentado no país. A perspectiva de controle das despesas com aposentadorias e encargos da dívida afasta com algum grau de segurança o risco de insolvência do Estado.

*Folha de S. Paulo* tem defendido ao longo da redemocratização, mas por entendê-lo como portador de tendências autoritárias e que podem ser nocivas aos negócios da imprensa atual dos séculos XX e XXI, que incorpora nichos de consumidores entre artistas, jornalistas e intelectuais. Posição semelhante àquela que nossas pesquisas anteriores apontam que a *Folha de S. Paulo* tomou em relação ao regime militar após o seu término e que nesta tese verificaremos.

Entretanto, como podemos ver no site da *Folha de S. Paulo* e no manual de Redação:

- ***História da Folha***<sup>23</sup>

### 1921

Em 19 de fevereiro, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal ‘Folha da

---

O apoio e protagonismo do Congresso se mostraram essenciais para superar a resistência às mudanças nas regras das aposentadorias. A reforma robusta conseguiu atender aos objetivos essenciais de redução de pagamentos e justiça social, embora manchada pela preservação de privilégios militares.

Resta que as mudanças cheguem aos estados e municípios, mas felizmente há governadores e prefeitos tomando a frente nesse processo.

O novo cenário dos juros, por sua vez, parece consistente e promissor. Para tanto contribuiu decisivamente a inscrição de um teto para o gasto federal na Constituição, iniciativa do governo de Temer que deu maior previsibilidade ao ajuste orçamentário e à trajetória da dívida governamental.

Se mantida por tempo suficiente, a Selic em níveis civilizados poderá alterar a dinâmica da economia, favorecendo investimentos. Cumpre fazer avançarem medidas para a redução das taxas bancárias, com aumento da competição.

Tenha-se claro que tão cedo o gasto do governo não será capaz de dar impulso à atividade, o que faz do setor privado o motor quase solitário do PIB. Tal circunstância confere urgência ainda maior e providências destinadas ao aumento da eficiência e da produtividade.

Nesse ponto, Guedes e sua equipe deixaram a desejar. As intenções de abertura comercial, por exemplo, se mantêm mais no plano da retórica que da prática. Do mesmo modo, as privatizações não chegam perto das metas anunciadas.

Perdeu-se tempo precioso, ademais, nos estudos da reforma tributária com a obsessão de recriar a CPMF, uma bobagem política e econômica pelo visto ainda não abandonada em definitivo.

Por fim, uma profusão de propostas de emendas constitucionais e medidas provisórias, algumas delas de relevância menor ou mérito duvidoso, sugere falta de foco após o desfecho das mais urgentes mudanças previdenciárias.

Esta **Folha** endossa, há muito, os princípios de uma agenda liberalizante — a busca de um mercado aberto à competição, com regras estáveis, compreensíveis e, tanto quanto possível, comuns a todos.

Tais condições devem se fazer acompanhar de um Estado que não promova favores e privilégios e, sem perder de vista as restrições orçamentárias, seja capaz de tributar com justiça e combater a pobreza e a desigualdade.

São objetivos que transcendem o mero controle da inflação ou das contas públicas, por essenciais que estes sejam. Governos e legislaturas de diferentes orientações proporcionaram avanços nessa direção, ainda que lentos e nem sempre coerentes. Cumpre perseverar.

<sup>23</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 30 dez. 2019.

Noite'. Em julho de 1925, é criada a 'Folha da Manhã', edição matutina da 'Folha da Noite'. A 'Folha da Tarde' é fundada 24 anos depois.

#### **1960**

Em 1º de janeiro, os três títulos da empresa ('Folha da Manhã', 'Folha da Tarde' e 'Folha da Noite') se fundem e surge o jornal Folha de S. Paulo.

#### **1962**

Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da empresa Folha da Manhã.

#### **1967**

O jornal é pioneiro na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. Em 1971, a Folha abandona a composição a chumbo e se torna o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição.

#### **1976**

É criada a seção 'Tendências/Debates', pautada pelo princípio da pluralidade. A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante no processo de redemocratização do Brasil.

#### **1981**

Em junho, documento de circulação interna surge como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões.

#### **1983**

A **Folha** se torna a primeira Redação informatizada na América do Sul, com a instalação de terminais de computador. O jornal passa a economizar 40 minutos no processo de produção.

#### **1984**

Com Otavio Frias Filho na Direção de Redação, é publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a **Folha** implanta o 'Manual da Redação', editado em livro.

#### **1989**

A **Folha** é o primeiro veículo de comunicação do país a criar o cargo de Ombudsman, jornalista encarregado de receber, investigar e encaminhar queixas de leitores e analisar a qualidade do jornal.

#### **1991**

O noticiário é reorganizado em cadernos temáticos. A **Folha** é o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano seguinte. A Primeira Página passa a circular colorida todos os dias.

#### **1992**

O empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia. A **Folha** se consolida como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares).

#### **1994**

Com o lançamento do 'Atlas Folha/The New York Times' em fascículos, a **Folha** bate recorde de tiragem e de vendas na história de jornais e revistas do país no dia de lançamento (1.117.802 exemplares) e nas semanas subsequentes.

#### **1995**

Começa a funcionar o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, em Tamboré. O jornal passa a circular com a maioria das páginas coloridas. Também nesse ano, a empresa lança a FolhaWeb, primeiro site de notícias em tempo real.

#### **1996**

Por iniciativa de Luiz Frias, é lançado o portal de internet UOL (Universo

Online), primeiro serviço online de grande porte no país. No mesmo ano, o Universo Online e o Brasil Online, do Grupo Abril, se fundem em nova empresa, o Universo Online S.A., empresa que atualmente tem participação acionária indireta e minoritária da Folha.

**1997**

O jornal publica a versão mais recente de seu projeto editorial, que propõe seleção criteriosa dos fatos a serem tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante.

**1999**

O **Grupo Folha** lança o jornal Agora, voltado sobretudo ao segmento mais popular do público paulistano.

**2000**

É lançado, em maio, o jornal Valor Econômico, em parceria com o Grupo Globo, que assumiria, em setembro de 2016, o controle desse periódico.

**2001**

É lançada a quarta edição do novo Manual da Redação, versão revista e ampliada das edições anteriores (publicadas em 1984, 1987 e 1992).

**2010**

Unificação das Redações do jornal impresso e on-line. Reforma gráfica e editorial. Folha Online é reestruturada e passa a se chamar Folha.com. Aplicativos para iPhone, iPad e Galaxy Tab são lançados.

**2012**

A **Folha** é o primeiro veículo do Brasil a adotar novo modelo de negócios para o jornalismo digital – o paywall poroso, em que o acesso ao noticiário online é gratuito até certo limite de textos.

**2017**

O jornal publica a versão mais recente de seu projeto editorial, documento que atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores, e divulga, pela primeira vez, uma lista de 12 princípios que sintetizam os compromissos editoriais, políticos e éticos.

**2018**

É lançada a quinta edição do Manual da Redação, versão revista e ampliada das edições anteriores (publicadas em 1984, 1987, 1992 e 2001), com a inclusão de temas como comportamento profissional nas redes sociais e enfrentamento das 'fake news'.

Com experiência nos setores financeiro e imobiliário, Frias saneou as contas da Folha, e os sócios diversificaram os negócios. Investiram em distribuição, transformaram o parque gráfico no mais moderno do país e adquiriram os jornais Notícias Populares e Última Hora, além de parte da TV Excelsior. Passaram a administrar a rádio Gazeta e os periódicos A Gazeta e A Gazeta esportiva, veículos da Fundação Cásper Líbero, presidida por Octavio Frias na transição dos anos 1960 para os 1970. Lançaram ainda o Cidade de Santos e relançaram, em 1967, a *Folha da Tarde*.

Sensível aos prenúncios de abertura política, a **Folha**, por iniciativa de Frias, franqueou suas páginas a articulistas de todos os matizes ideológicos a partir de meados da década de 1970, ainda em plena ditadura militar. Criou em 1976 a seção Tendências/Debates, atraindo intelectuais, e passou a reportar violações de direitos humanos. Dois anos depois, definiu as diretrizes do que seria o projeto Folha, defendendo o aperfeiçoamento técnico e o apartidarismo.

Passou a apoiar a convocação de uma assembleia constituinte e o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, antes mesmo que esse movimento tomasse as ruas. A **Folha** tornou-se conhecida

como ‘o jornal das Diretas’, e a campanha a consolidou como uma das principais forças formadoras de opinião pública do período.

Em 1984, com Otavio Frias Filho na Direção da Redação, o jornal implantou seu Projeto Editorial, que sintetizava as experiências do período anterior ao preconizar um jornalismo crítico, pluralista e apartidário – pilares que se mantêm até hoje (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 26-27, grifo do autor).

O mesmo jornal que se coloca como entusiasta e defensor da democracia e liberdade, estabelece o esquecimento de seu passado de envolvimento – como Grupo Folha – e apoio direto à ditadura civil-militar (KUSHNIR, 2004) ao estabelecer um hiato deliberado sobre seu papel institucional e editorial no golpe de 1964 e na ditadura que se impôs durante o regime militar brasileiro em seu Manual de Redação e em seu site oficial, reproduzindo a essência da violência simbólica, uma violência imaterial sustentada no senso comum, que reproduz os interesses dominantes na sociedade, em que o não dito torna os privilégios invisíveis (SOUZA, 2015).

É curioso notarmos que o Manual da Redação da *Folha* de 1992, recomendava aos seus jornalistas: não usar a expressão ditadura militar "para designar o movimento militar" que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, mesmo que em seus editoriais este termo aparecesse, em suas notícias jornalísticas isso não era o recomendado.

Em 2001 o Manual da Redação da *Folha* recomendava aos seus jornalistas a possibilidade de que "em textos noticiosos, pode-se usar a expressão ditadura militar para designar o regime que vigorou no Brasil de 1964 a 1985".

Apenas em 2018 na versão de 2018 o jornal assumiu claramente que "a expressão ditadura militar designa o regime que vigorou no Brasil de 1964 a 1985". Entre a recomendação de não usar o termo ditadura até a consolidação do uso do conceito passaram-se 26 anos, dentre os quais a *Folha de S. Paulo* ainda se referiu em editorial ao regime como ditabranda. O que aponta para a dificuldade institucional que o jornal tem de lidar com este passado e de chamá-lo por aquilo que ele foi<sup>24</sup>.

Outra prova contundente desse esquecimento está no editorial que comemorou os 100 anos<sup>25</sup> da fundação *Folha de S. Paulo*, no qual a ambiguidade se aflora quando o editorial tem

<sup>24</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/07/a-folha-e-as-sobras-da-ditadura.shtml> Acesso em 21 out. 2020

<sup>25</sup> Editorial Folha, 100: disponível em <[Folha, 100 - 18/02/2021 - Opinião - Folha \(uol.com.br\)](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/07/a-folha-e-as-sobras-da-ditadura.shtml)> acesso em 20/02/2021



## Folha, 100

## JORNAL SERÁ RELEVANTE EM NOVO SÉCULO SE RESPEITAR DIREITO DO LEITOR À INFORMAÇÃO

Esta **Folha** completa nesta sexta (19) [100 anos de existência](#). Em qualquer atividade, são poucas as organizações, públicas ou privadas, que chegam à marca. Menos ainda as que têm como atividade o jornalismo profissional, em sua vertente crítica.

A celebração é espartana, conforme o momento e a praxe interna.

O jornal [não é o mesmo de 1921](#), obviamente, quando surgiu como contraponto moderno e inquieto aos diários da elite de então. Esse traço viria a definir seu DNA e lhe daria o “espírito de imigrante”, numa feliz definição posterior.

Foi a partir do fim dos anos 1970 e na década seguinte que a **Folha** ganhou relevo nacional, primeiro com a [abertura de suas páginas para o debate público](#), depois com a campanha pelas eleições [diretas](#). São dessa época as diretrizes que até hoje balizam sua conduta e sua relação com o público.

Seu compromisso basilar, como saberão os leitores mais assíduos, é com o jornalismo apartidário, crítico e pluralista. Não se trata de um conjunto estanque de princípios; ao contrário, a busca desses objetivos sempre impõe reflexões e reorienta as práticas cotidianas.

O apartidarismo implica distanciamento em relação às forças políticas, o que permite escrutinar com independência o poder em todas as suas formas e instâncias. Dificilmente um veículo de imprensa movido a preferências políticas e ideológicas seria capaz de trazer à tona fatos impactantes que governos tão diferentes quanto os de PSDB, PT e do atual presidente gostariam de manter ocultos.

Ao expressar seus pontos de vista, o que faz apenas nesta seção de editoriais, o jornal abraça a defesa de ideias, nunca a de candidatos ou agremiações. Essas opiniões sujeitam-se a ser reforçadas periodicamente com novos dados e argumentos, ou mesmo reformadas com a transparência obrigatória.

O jornal se sabe falho e não pretende impor certezas —eis o que move o seu pluralismo. Suas páginas continuarão abertas a manifestações de todos os setores representativos da sociedade e a diferentes versões e interpretações dos fatos, sem que se abandone a tarefa de buscar o relato mais fidedigno possível, apresentado de maneira atraente em qualquer plataforma.

A atmosfera crítica e a premência temporal que envolvem a produção do noticiário exigem contrapartidas para que excessos, injustiças e erros não evitados sejam corrigidos. A **Folha** é o único dos grandes veículos brasileiros a manter um [profissional encarregado de fiscalizar a si própria](#).

A [retificação de informações é diária](#), explícita e mandatária.

Em microcosmo, o jornal reflete os mecanismos da governança mais exitosa jamais concebida pela humanidade, o Estado democrático de Direito. Porque os indivíduos são movidos em parte pelas paixões e os interesses, há que constituir instituições harmônicas e independentes, que pelo seu entrosamento previnam a tirania e facilitem o progresso inclusivo de toda a comunidade nacional.

A **Folha** não acredita que seja possível o desenvolvimento material e espiritual da sociedade brasileira fora dos marcos da democracia representativa. A pobreza e a desigualdade serão reduzidas à medida que mais parcelas da população tiverem acesso a oportunidades, seja na economia, seja na política.

Cumprir desconcentrar o poder e diluir as oligarquias, algo que não será realizado sem a fiscalização dos Poderes instituídos sobre o Executivo, no setor público, nem a vigilância do jornalismo profissional, na sociedade civil.

O jornal milita, igualmente, pelo consenso iluminista, a defesa das liberdades individuais e das minorias, a diversidade em sua feição mais abrangente e a soberania da ciência sobre o obscurantismo.

Pela primeira vez sob a Constituição de 1988 os veículos como a **Folha** se defrontam com um adversário do regime, adorador de autocratas e torturadores, na Presidência da República.

Os desejos de destruição da imprensa independente que com frequência escapam da boca do mandatário são manifestações de uma contrariedade mais profunda, contra as amarras que o impedem de portar o cetro e a coroa ou a farda.

A vantagem de um jornal centenário neste momento é vislumbrar a perspectiva da História. A energia despendida agora para preservar as liberdades duramente conquistadas não terá sido em vão. As angústias serão superadas, e a marcha das conquistas civilizatórias, cedo ou tarde, retomada.

Os próceres do despotismo ficarão pelo caminho, apagados pela névoa do tempo. A causa da **Folha** é maior e mais forte. O jornal seguirá dando sua contribuição à aventura do

como destaque que o jornal será relevante no século XXI se honrar o compromisso com o direito dos leitores à informação e uma importante informação é negligenciada e omitida dos leitores, ao passo que o editorial sintetiza a história da instituição Folha, para se construir uma memória de um jornal que sempre esteve ao lado da democracia.

É possível notar no editorial que a instituição traça uma narrativa sobre sua história desde seu surgimento até o presente, mas ignora seu apoio ao golpe de 1964 e à ditadura sem citar sequer sua atuação situacionista entre nas décadas de 60 e 70, citando que ganhou destaque nacional a partir da década de 1970, mas sem dizer como.

O editorial associa o jornal com as diretas já, com a democracia e sua defesa e com a constituição de 1988, mas sem uma autocrítica nos parece mais uma peça de marketing publicitário do que uma reflexão de seu papel e desempenho institucional histórico, algo que um jornal centenário que se coloca como defensor da democracia e tem sido um importante veículo de combate ao negacionismo histórico e científico, de defesa das instituições constitucionais e de liberdades individuais, deveria no mínimo fazer diante de uma sociedade que muitas vezes por desconhecer seu passado, o nega e o repete.

É importante que a instituição tenha se transformado num veículo democrata, mas é mais importante ainda que esta instituição informe sua história e seja coerente como exemplo de respeito à informação que diz querer honrar e à memória e demonstre sempre que puder que se um dia errou, que é possível perdoar, mas necessário não esquecer, pois é lembrando que aprendemos com erros e fazemos diagnósticos de caminhos tomados que hoje ainda se fazem possíveis aos olhos de partes da sociedade brasileira, mas que um pouco de esclarecimento e conhecimento histórico nos mostram que são caminhos tortos de um autoritarismo que temos de combater de todas as formas, inclusive com sinceridade e coragem de perdoar, mas nunca esquecer. “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Assim, podemos constatar por contraste a seguir:

Favorável mesmo para Frias de Oliveira seriam as aquisições em 1965 do espólio da devassa midiática executada pelos militares. Compraria a UH paulista do exilado Samuel Wainer, em negócio concretizado em Paris, adquirira um terço da TV Excelsior, perseguida pelo novo governo por haver se posicionado ao lado do deposto João Goulart, e por último se apossaria do *Notícias Populares*, pois perdera o sentido para a UDN manter a publicação. A afinidade e gratidão ao governo militar solidificaram-se. Veículos com o

---

desenvolvimento justo, democrático e solidário do Brasil nos próximos cem anos, desde que mantenha o compromisso com o direito à informação de Sua Excelência, o leitor.

logotipo da empresa participariam das campanhas dos órgãos de segurança – e por isso sofreria ameaças e atendados dos grupos guerrilheiros e Octávio Frias de Oliveira escreveria o editorial ‘Banditismo’ –, e delegados e policiais do DOPS seriam empregados na Folha da Tarde (LARANJEIRA, 2014, p. 123-124, grifo do autor).

Em outras ocasiões, também se podiam encontrar os coronéis Lepiane e Erasmo Dias, o governador Paulo Maluf, os delegados do Deops paulista Celso Telles e Romeu Tuma, os donos do Grupo Folha e todos os editores dos jornais da empresa, entre muitos outros políticos e militares, nos almoços de aniversário do jornal, comemorados sempre no dia 1º de julho. Aproveitava-se igualmente a data e também festejava-se o aniversário do chefe, Carlos Caldeira. Amplamente fotografados, os que compareciam à essas cerimônias, com as denominações de todas as pessoas e entidades que teriam felicitado a empresa pela data. Nos registros dessas ocasiões, é interessante perceber como o periódico descreveu a sua própria trajetória (KUSHNIR, 2004, p. 320).

O passado do Grupo Folha vai além daquele que a *Folha de S. Paulo* recorda em suas narrativas oficiais, já que a instituição apoiou o golpe de 1964 e o regime que dele se sucedeu enquanto lhe foi conveniente.

Com o intuito de vender muito e combater os mesmos ‘inimigos do governo’, a *Folha da Tarde* passou a ser um divulgador de notas oficiais e das informações do Estado. Assim, as manchetes da primeira página da *Folha da Tarde*, além de difundirem informes oficiais – que davam outra versão à verdade dos fatos -, também criavam um pacto com o público leitor, propagando a notícia e a fazendo um fato. A *Folha da Tarde*, portanto, não pode ser percebida como um tabloide independente, pois estava calcada e subordinada ao Grupo Folha da Manhã (KUSHNIR, 2004, p. 325-326, grifo do autor).

Percebendo-os como *gansos* ou *cães*, ao que tudo indica, parte da grande imprensa brasileira seguiu uma ‘tradição’ não inaugurada em 1964 e/ou em 1968. Utilizando-se dessa ‘passagem’, dessa entrada lateral, desse outro lugar (escuso, alternativo, não legal), alguns jornalistas eram *habitués* do lado de lá do balcão. Esses trocaram a narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que corroborassem o ideário repressivo. Certamente acreditavam nas suas ações, compactuando sempre com o poder vigente. Além de usarem as penas, que também servem para escrever, mais do que isso, como os gansos esticaram os pescoços, ‘viram’ e nos contaram uma versão bem particular da realidade que se vivia. A esse ato se pode dar o nome de autocensura, como também de colaboração.

Submissamente leais aos seus ‘donos’, esses *cães de guarda* farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o *castelo*, nos venderam uma imagem errônea, desfocada e particular. Quando o tabuleiro do poder se alterou, muitos desses servidores foram aposentados, ao passo que outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heroica, distanciando-se do que haviam feito. Outros tantos se readaptaram e estão na mídia como sempre (KUSHNIR, 2004, p. 355-356, grifos do autor).

No Brasil, 22% da população acredita não importar se o regime de governo é uma ditadura ou uma democracia – percentual que cresceu de 13% para 22% após o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro; 12% acham que, em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura e 5% não sabem opinar sobre o tema; 39% da sociedade não valoriza suficientemente a democracia<sup>26</sup>.

Entre 2008 e 2018 subiu de 20% para 33% da população os que concordam em proibir algum partido; também subiu de 18% para 23% os que concordam em censurar a imprensa; de 14% para 21% os que concordam em fechar o Congresso Nacional; de 33% para 41% os que concordam em intervir em sindicatos e de 26% para 32% os que concordam em prender suspeitos de crime sem autorização da Justiça. Metade dos eleitores vê chances de uma nova ditadura no país, sendo crescente, também, o número de eleitores que avaliam como positivo o legado da ditadura civil-militar de 1964-1985, 32%<sup>27</sup>. Dois terços da população, ou seja, 65% dizem nunca terem “ouvido falar” do AI-5<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos dias 03 e 04 de outubro de 2018, com 10930 entrevistas presenciais em 389 municípios. A margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. Essa pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número – BR-02581/2018. Contratante da pesquisa: Folha de S. Paulo e TV Globo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/democracia-tem-aprovacao-recorde-no-brasil.shtml> Acesso em: 16 mar. 2019; Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/01/1988569-apoio-a-democracia-recua-no-brasil.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2020.

<sup>27</sup> Fonte: Pesquisa Datafolha nos dias 17 e 18. Out. 18, 9137 entrevistas em 341 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número – BR-07528/2018 e foi contratada pela Folha de S. Paulo e TV Globo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ainda-minoritaria-parcela-linha-dura-da-populacao-cresce-diz-datafolha.shtml> Acesso em: 16 mar. 2019. Esta pesquisa foi atualizada em 2020, apontando:

Pesquisa Datafolha mostra que o apoio à democracia como a melhor forma de governo segue majoritário entre os brasileiros adultos, e na comparação com o levantamento anterior, de dezembro de 2019, o índice cresceu 13 pontos percentuais. Este é o primeiro levantamento sobre o tema da democracia feito por telefone, todos os demais anteriores da série histórica foram realizados presencialmente, em pontos de fluxo.

Três em cada quatro (75%) concordam que a democracia é sempre a melhor forma de governo (era 62% em dezembro passado), para 12%, tanto faz uma democracia ou uma ditadura (era 22%), para 10%, em certas circunstâncias uma ditadura é melhor do que um regime democrático (era 12%) e 3% não opinaram (mesmo índice anterior). A atual taxa de apoio à democracia é recorde e superou o índice observado em outubro de 2018, no mês da eleição presidencial, quando era 69%. Já, o patamar mais baixo da série foi em fevereiro de 1992, quando era 42%.

Nesse levantamento, nos dias 23 e 24 de junho de 2020, foram realizadas 2.016 entrevistas por telefone, com brasileiros de 16 anos ou mais, que possuem celulares, de todas as regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

Na análise das variáveis sociodemográficas, observa-se que a preferência pela democracia é majoritária em todos os segmentos e cresce conforme aumenta o grau de instrução (66% entre os menos instruídos ante 91% entre os mais instruídos) e a

---

renda familiar mensal do entrevistado (69% entre os mais pobres ante 87% entre os mais ricos). O índice é também mais alto entre os que reprovam o governo Bolsonaro (85%, ante 68% entre os que aprovam o governo). Já, o índice de avaliação que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que uma democracia é mais alto entre os que aprovam o governo Bolsonaro (15%).

Os brasileiros adultos estão divididos quanto às chances do país se tornar novamente uma ditadura. Para 46%, há alguma chance, desses, 21% avaliam que há muita chance e 25% um pouco de chance, e para 49%, não há nenhuma chance. Uma fração de 5% não opinou.

Na comparação com a pesquisa anterior, de dezembro de 2019, os índices ficaram iguais: 46% avaliavam que havia chances de uma nova ditadura no Brasil e 49% que não havia chances.

Observa-se que a parcela que avalia que há chances de uma nova ditadura no país é mais alta entre os mais jovens (55%), entre os que reprovam o governo Bolsonaro (56%) e entre os que avaliam que em certas circunstâncias uma ditadura é melhor do que uma democracia (58%). Por outro lado, da parcela que avalia que não há chance do Brasil se tornar novamente uma ditadura, observam-se índices mais altos entre os homens (57%), entre os mais instruídos (58%), entre os mais ricos (66%) e entre os que aprovam o governo Bolsonaro (61%).

O Datafolha apresentou nove frases sobre ações de um governo autoritário e mediu a taxa de concordância sobre cada uma delas. De maneira geral, observa-se que aumentou o índice de brasileiros que rejeitam medidas autoritárias na comparação com a pesquisa anterior, de dezembro de 2019. Observa-se entre os eleitores do presidente maior apoio à medidas antidemocráticas do que no total da população.

A maioria (86%) discorda em alguma medida que o governo deveria ter o direito de torturar suspeitos com o intuito de obter confissões ou informações (73% totalmente e 13% em parte) e 12% concordam em alguma medida (5% em parte e 7% totalmente). O índice de discordância é o mais alto da série histórica e vem crescendo aos poucos ao longo do tempo. Em 2014, 78% discordavam, passou para 80% em 2018 e para 82% em 2019.

Oito em cada dez (81%) discordam que o governo deveria ter o direito de proibir greve (59% totalmente e 22% em parte) e 17% concordam (7% em parte e 10% totalmente). Esse índice é o mais alto da série histórica e cresceu em comparação ao ano passado, quando 73% discordavam e 24% concordavam. No primeiro levantamento, em 2008, 62% discordavam e 30% concordavam.

Uma fração de 80% discorda que o governo deveria ter o direito de censurar a mídia (64% totalmente e 16% em parte) e 18% concordam (8% em parte e 10% totalmente). Em dezembro do ano passado os índices eram, respectivamente, 75% e 20%. Entre os eleitores de Bolsonaro, o índice dos que concordam com a censura a jornais, rádios e TV alcança 25%.

Três em cada quatro (78%) discordam que o governo deve ter o direito de fechar o Congresso (59% totalmente e 20% em parte) e 18% concordam (7% em parte e 11% totalmente). O índice de discordância é o mais alto da série histórica e cresceu em comparação ao ano passado, quando 67% discordavam e 26% concordavam. Entre os eleitores de Bolsonaro, 24% concordam em alguma medida, que o governo deveria ter o direito de fechar o Congresso Nacional, 16% concordam totalmente e 9% em parte.

Fonte: [http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml#:~:text=Pesquisa%20Datafolha%20mostra%20que%20o%20apoio%20%C3%A0%20democracia,de%202019%2C%20o%20%C3%ADndice%20cresceu%2013%20pontos%20percentuais)

[75.shtml#:~:text=Pesquisa%20Datafolha%20mostra%20que%20o%20apoio%20%C3%A0%20democracia,de%202019%2C%20o%20%C3%ADndice%20cresceu%2013%20pontos%20percentuais](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml#:~:text=Pesquisa%20Datafolha%20mostra%20que%20o%20apoio%20%C3%A0%20democracia,de%202019%2C%20o%20%C3%ADndice%20cresceu%2013%20pontos%20percentuais). Acesso em 21 out. 2020.

<sup>28</sup> Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/doi-tercos-da-populacao-dizem-nunca-ter-ouvido-falar-do-ai-5-aponta-datafolha.shtml>. Acesso: em 02 jan. 2020.

Tais ambiguidades estão relacionadas com o tratamento do tema do golpe de 1964 e da ditadura na esfera pública pela grande mídia e pela imprensa tradicional que, na ânsia de se eximirem de reponsabilidade moral pelo apoio deliberado à ditadura, a nosso ver, têm justificado, muitas vezes indiretamente, a possibilidade de um processo violento e autoritário como salvaguarda de uma crise da própria democracia. Essa abordagem endossa ideias de que ditaduras poderiam resolver certos problemas circunstanciais com maior habilidade e agilidade que a dinâmica democrática, fortalecendo discursos antidemocráticos. Isso é perceptível, por exemplo, quando a *Folha de S. Paulo* diz, como mostraremos adiante, que aos olhos do passado o jornal teria apoiado o golpe para salvaguardar a democracia diante de ameaças.

[...] pode-se dizer que os objetivos de guerra da Ditadura foram plenamente alcançados, diante do que entrou em recesso. A abertura foi na verdade uma contenção continuada. Acresce que, além de abrandada, a Ditadura começou também a encolher. Pelas novas lentes revisionistas, a dita cuja só teria sido deflagrada pra valer em dezembro de 1968, com o Ato Institucional n. 5 (AI-5) – retardada, ao que parece, por motivo de ‘efervescência’ cultural tolerada –, e encerrada precocemente em agosto de 1979, graças à autoabsolvição dos implicados em toda a cadeia de comando da matança. [...] fratura histórica na origem do novo tempo brasileiro, cuja unidade de medida viria a ser 1964, o verdadeiro ano que de fato não terminou. Um tempo morto, esse em que a Ditadura não acaba nunca de passar (ARANTES, 2014, p. 285-286, grifo do autor).

Nesse ponto reside a importância dessa pesquisa, que analisa que a configuração do campo midiático do século XXI se trata de uma herança direta dos tempos do regime militar, na qual a grande mídia (os maiores e principais meios de comunicação) se destaca como a mais poderosa instituição privada de hegemonia, principalmente pelo fato de, no Brasil, funcionar como um setor da sociedade civil fiscalizador do poder, portanto como um poder em si, porém sem um contrapoder civil que o fiscalize, ao menos, institucionalmente. Portanto, a elucidação da posição da *Folha de S. Paulo* e da grande imprensa acerca da política e memória nacionais é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e o fortalecimento da democracia brasileira, a fim de se compreender e de tornarem claros os mecanismos de representação memorial histórica dos grandes e expressivos órgãos midiáticos nacionais – um assunto de interesse de toda a sociedade brasileira.

Para pensarmos a questão histórica e a posição desta elite da imprensa ao tratar o ocorrido no período, podemos nos apoiar teoricamente em Theodor W. Adorno, segundo o qual:

(...) o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça (...) o desejo de libertar-se do passado é justificado na medida em que não é possível viver à sua sombra e o terror não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. (ADORNO, 1995, p. 29).

(...) a consciência consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido porque as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível. (ADORNO, 1995 p. 31).

Esta passagem de Adorno se refere a um período pós-nazismo na Alemanha, porém pode ser transposta para o período pós-golpe no Brasil, para pensar a questão de órgãos midiáticos que apoiaram um regime autoritário, pragmático e violento no país, e que mesmo quando o regime se tornava cada vez mais autoritário, se referiu ao golpe de uma forma delicada e cautelosa, construindo perante seus leitores e sociedade uma imagem, acerca do golpe, que amenizasse seus traços e derrotasse no dia-a-dia o ressentimento histórico dos adversários [...] (ESTEVEVES, 2017, p. 62-63).

Theodor W. Adorno (1995) propôs que a “sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento do vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo” (ADORNO, 1995, p. 43). Entendemos que um dos pressupostos sociais objetivos, de que fala Adorno, é a crença disseminada de que regimes autoritários sejam necessários para se evitar algo pior ou justificáveis economicamente ou de qualquer outra maneira, exatamente como se sucedeu no Brasil, após a instauração da ditadura civil-militar, quando os golpistas e seus aliados se diziam necessários para evitar o pior, sendo o pior algo relativo no que se trata de ideais políticos.

Tudo isso se torna mais crítico quando o “algo pior” se constitui em um tabu construído no espaço público, delineando uma sociedade cujos caminhos para a consolidação da democracia são permeados por uma tradição política autoritária evidente. Consideramos essencial, portanto, pensarmos como a memória do golpe de 1964 e do regime ditatorial que dele se formou tem sido, durante a redemocratização, delimitada através de representações e sobre quais bases históricas, ideológicas e políticas se sustentam. Afinal, a memória dos

vencedores silencia aspectos fundamentais do passado. E o que está silenciado nos interessa! (BENJAMIN, 1985).

Por essa razão, escolhemos pesquisar a cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, já que se trata de um meio de comunicação influente na articulação de discussões públicas no país, além de ter uma circulação diária nacional significativa desde a época do golpe até mais de 50 anos depois, e cujas ideias possuem um grande alcance na sociedade.

O que importa é que um polo remeta ao outro, configurando o que se poderia chamar de limiar permanente, sobre o qual pairam a tutela e a ameaça intercambiáveis.

(...). Mas a guerra não acabou, de novo que se entenda: é preciso anular a vontade do inimigo de continuar na guerra, e anular até o seu colapso (ARANTES, 2014, p. 286).

Esta pesquisa é importante, pois o oligopólico campo midiático brasileiro é uma herança direta da ditadura civil-militar, sendo a grande mídia impressa um nicho poderoso e influente nos debates e discussões de assuntos públicos, funcionando, hipoteticamente, como um fiscalizador do poder, portanto, como um poder em si mesmo. O que suscita compreender e esclarecer os mecanismos de representação simbólica da memória histórica brasileira em um grande e expressivo órgão midiático nacional, acerca de um assunto que interessa à sociedade brasileira como um todo, elucidando a posição da *Folha de S. Paulo* como uma amostragem da grande imprensa e dos oligopólios midiáticos tradicionais perante a política e a memória nacional.

Desta forma, pretendemos contribuir com a elaboração do passado e do presente histórico da sociedade brasileira na esfera pública, elucidando nuances que somente um trabalho científico e sistemático é capaz de fomentar através do uso de metodologias e análises embasadas teoricamente.

A análise desses discursos midiáticos em torno da memória pretende refletir sobre as disputas e trocas simbólicas estabelecidas em torno de fatores típicos da ditadura civil-militar brasileira, sendo estes fatores na esfera política, quando o governo golpista fechou diversas vezes o Congresso e alterou sua dinâmica em favor dos interesses da situação, criminalizou oposição/esquerda, fechou/interviu em sindicatos; na esfera jurídica, quando impôs o fim do *habeas corpus*, a cassação de mandatos e direitos políticos, impôs a aposentadoria compulsória de professores e funcionários públicos; e na esfera moral, quando transformou a tortura em ferramenta política.



É importante ressaltar que a maior parte do material recolhido para a análise foi cedida pelo Banco de Dados Folha, prontamente e eficientemente, o que facilitou nosso trabalho de pesquisa para a separação e organização de todos os editoriais que se remeteram ao golpe de 1964 e à ditadura militar durante o período recortado para esta pesquisa em torno do periódico.

Foram utilizados paradigmas metodológicos da análise de conteúdo para organizar quantitativamente o recorte, bem como os fundamentos da análise do discurso para analisar qualitativamente o objeto pesquisado e interpretar os discursos presentes no conteúdo recolhido.

Colocamos em discussão alguns teóricos fundamentais, clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais, História e Filosofia, do Brasil e do mundo, os quais iluminam e norteiam o caminho da pesquisa com teorias, interpretações, análises sociológicas, históricas, políticas, métodos e técnicas essenciais para a elaboração de um arcabouço para a metodologia a ser aplicada no trabalho, tais como: Michel Foucault, Escola dos Annales, Escola de Frankfurt, Pierre Bourdieu, Laurence Bardin, James Clifford, Isabel Ferin Cunha, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Jessé Souza, Maria do Rosário Gregolin e nossa própria dissertação de mestrado, *O Paradoxo da Realidade Social* (ESTEVEES, 2017), pesquisa do autor desta tese e que é a gênese deste doutorado.

Dos autores citados acima, inspiramo-nos, sobretudo, em Michel Foucault e sua conceituação em torno da microfísica do poder e da ordem do discurso em referência aos poderes que se congregam naquilo que é dito (e não dito) e reproduzido como verdadeiro e legítimo, bem como em Pierre Bourdieu, do qual nos pautamos nos conceitos de violência simbólica, poder simbólico e *doxa*.

Um dos conceitos que destacamos como condutor analítico de nossa reflexão e análise é o de violência simbólica (BOURDIEU, 1996), a qual seria um modo de violência exercida imaterialmente que se ampara no reconhecimento de imposições, na fabricação contínua de crenças que influenciam os indivíduos a compartilharem perspectivas de mundo socialmente estabelecidas – o senso comum, uma *doxa* – segundo os discursos dominantes, reproduzindo simbolicamente o poder dominante.

Conceitos fundamentais para entender essa pesquisa como *Illusio*, *doxa* e homologia, estão desenvolvidos no decorrer da tese.

Além dessa apresentação e da introdução, informamos que nossa tese está organizada da seguinte forma:

O capítulo **BRASIL – CAPITALISMO DEPENDENTE, DOMINAÇÃO ARISTOCRÁTICA E A CONTINUIDADE DOS PRIVILÉGIOS E DESIGUALDADES**, traz o percurso interpretativo, realizado sob a luz das Ciências Sociais brasileiras em torno do desenvolvimento da sociedade brasileira na lógica da colonização e da escravidão, considerando a ditadura como expressão da dinâmica das classes sociais e apontando suas influências latentes nas heranças que se configuram como desafios sociais e políticos ao país e, ainda, sua longa duração (BRAUDEL, 1990) como estrutura que reproduz privilégios e desigualdades, da qual a ditadura militar é expressão caricatural e fundamental para a compreensão. O objetivo deste capítulo é demonstrar que a ditadura não é fato isolado na história brasileira, mas faz parte de um processo de dominação de classe no Brasil que tem se perpetuado ao longo de sua história.

No capítulo **1964 – O GOLPE E A DITADURA CIVIL-MILITAR**, problematizamos o processo histórico e discutimos o contexto em que o golpe de 1964 foi configurado, traçando um breve percurso pela história militar e sua relação com o cenário mundial da guerra fria. Analisamos, também, a sociogênese do processo como civil-militar, financiado pela burguesia empresarial nacional e internacional.

O capítulo **HOMOLOGIAS MIDIÁTICAS NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA**, é a etapa em que analisamos os editoriais publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *O Globo*, os quais marcaram o aniversário dos 50 anos do golpe de 1964, demonstrando que os discursos são permeados de interesses quanto ao norteamento do senso histórico da ditadura, além de serem homogêneos entre si – fato que sustenta, por amostragem, um alinhamento discursivo da tradicional mídia impressa brasileira sobre a narrativa memorial da história recente do Brasil, da ditadura militar e da sociedade neoliberal que dela emergiu.

O capítulo **PODER, MITO E IDEOLOGIA**, se trata de uma reflexão teórica que visa compreender, por meio das Ciências Sociais, a dinâmica da relação paradoxal estabelecida entre ideologia, mito, poder e *doxa* em uma sociedade permeada por meios de comunicação de amplo alcance e intenso impacto na delimitação de pautas na esfera pública. Desse modo, ponderamos que refletir sociologicamente sobre a realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento, estabelecido pelos indivíduos, constrói-se como realidade em contextos sociais específicos, orientando suas práticas e estabelecendo a cultura.

No capítulo **PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E A ANÁLISE DA IMPRENSA BRASILEIRA**, apresentamos a pesquisa e a metodologia utilizada, os métodos e as técnicas aplicados na delimitação do trabalho, bem como o percurso de seleção, organização e análise dos documentos. Nesse ponto, realiza-se o desenho da pesquisa como quantitativa e qualitativa, apresentando-se associações entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. Ainda nesse capítulo, mostramos os resultados empíricos pesquisa e análise do material que, de acordo com nossas investigações iniciais, sustentam nossos argumentos.

## **2. BRASIL – CAPITALISMO DEPENDENTE, DOMINAÇÃO ARISTOCRÁTICA E A CONTINUIDADE DOS PRIVILÉGIOS E DESIGUALDADES**

Neste capítulo, retomamos uma discussão histórica sobre o Brasil para mostrar como o processo de dominação social foi estruturado na cultura do país e em suas instituições pelas elites herdeiras da colonização e do sistema escravista, cuja mídia e o campo jornalístico são expressões discursivas simbólicas que fundamentam narrativas interessadas. O objetivo desse ponto do trabalho é retomarmos à gênese da *doxa* dominante do Brasil, a desigualdade.

### **2.1 Instituições a serviço das elites econômicas**

O poder das palavras construídas como discursos é dado pelas forças sociais e políticas para obter o consenso político e determinar a narrativa predominante, o sentido e o significado da ordem social e da história, a classe que domina o modo de produção é a mesma que domina a produção social das ideias (MARX; ENGELS, 1979).

Nesse ponto, assenta-se o núcleo das batalhas culturais que antecedem e alimentam as lutas sociais e políticas. Batalhas que difundem, em escala sempre maior, a força das palavras (e das imagens e símbolos) em criar o senso comum, a subjetividade e a tendência cultural de longa duração (BRAUDEL, 1990).

Este capítulo apresenta uma digressão reflexiva, pois se quem controla a produção material controla as ideias dominantes, cabe também suscitar quem são e como foram as trajetórias das elites econômicas no Brasil, de maneira geral. O objetivo do capítulo é ajudar na demonstração do argumento de que a ditadura não foi um momento autoritário isolado, não foi uma exceção no Brasil, mas uma continuidade da dinâmica da luta de classes desencadeada pela expansão do capitalismo ocidental moderno, já que o mesmo está em diálogo com a cultura de dominação de classe existente no país.

O Brasil é um país composto de contradições e ambiguidades advindas de seu processo histórico de formação social e cultural, no qual elites escravocratas, relacionadas à posse da terra e produção agrária que visavam um mercado externo, constituíram-se como uma aristocracia poderosa, política e economicamente.

Faz-se necessário, assim, compreender a relação entre as contradições da sociedade brasileira e a memória histórica da ditadura civil-militar nos anos que se seguiram à tentativa de consolidação da democracia, contextualizando a ditadura como uma continuidade histórica catalisadora da manutenção de privilégios forjados com o desenvolvimento da sociedade

aristocrática e escravista, os quais se perpetuam ainda no presente, o que suscita pensar a formação e constituição da sociedade brasileira a partir de uma percepção de sua diversidade.

[...] relembramos que a Doutrina de Segurança Nacional atualizou a tradição autoritária brasileira, que assim foi refinada por aquele *corpus* e mantida no decorrer do tempo de sua aplicação. Não deixou de ser uma regressão, quando comparado o tempo de plena vigência da Doutrina com as relativamente amplas liberdades populares que começaram a ser instruídas a partir da chamada ‘redemocratização’ do país com a queda do Estado Novo. O autoritarismo associado à violência foi visto em nossa investigação como produto da forma em que foram estruturadas a economia, a política, a vida social e a vida familiar, desde os tempos coloniais. Por isso, o sistema político marcado pelo autoritarismo e violência sempre permeou os vários momentos da história do Brasil.

Como nosso tema se refere ao período pós-1964, é preciso dizer que nele a concentração de renda não conheceu qualquer espécie de redução significativa. (GIANNAZI, 2013, p. 199, grifos do autor).

A seguir, resgataremos a história do Brasil pelas vias da teoria social e de algumas importantes análises e interpretações que feitas sobre o sentido e a formação desta sociedade, a fim de desconstruir a ideia de imparcialidade da imprensa tradicional e oligopólica, contextualizando-a na dinâmica e na formação das classes sociais da América Latina e do Brasil.

O resgate histórico proposto nos conduzirá a pensar e analisar a grande mídia na conjuntura política e econômica dos interesses que perpassam seus discursos e enquadramentos.

Pesquisar uma instituição como a *Folha de S. Paulo*, tomada como recorte de amostragem, sem pensar em sua historicidade, trajetória e suas construções simbólicas continuamente significadas por suas narrativas cotidianas, seria desconsiderar aspectos fundamentais do objeto que nos desafiamos a compreender.

A importância deste capítulo está em demonstrar alguns aspectos fundamentais da constituição da sociedade brasileira, expondo grupos privilegiados dentre os quais figuram os mantenedores da grande mídia e seus parceiros comerciais que remontam as intrínsecas relações (e muitas vezes simbióticas) que estas elites financeiras estabeleceram com a dominação material e simbólica efetivada pelo processo da ditadura civil-militar e legitimada pela mídia em uma continuidade histórica na qual as instituições têm estado à serviço das elites econômicas.

Este ponto da pesquisa nos serve para elucidar a ditadura civil-militar como expressão da história de longa duração (BRAUDEL, 1990) da relação entre classes, capitalismo e sociedade brasileira.

Assim, sempre que as elites de turno se reconciliam, uma lei não escrita espera dos pactários – na acepção política rosiana do termo – demonstrações inequívocas de convicções moderadas. Para que não haja dúvida do alcance desse pacto fundador, basta um olhar de relance para as patéticas contorções dos dois últimos presidentes do país. Em suma, refratários de qualquer procedência serão recusados. Novamente, para que não haja dúvidas: aos eventuais sobreviventes de tendências contrárias à Moderação/Conciliação/Consolidação das instituições etc., acena-se com o espectro do supracitado Aniquilamento, cuja eventualidade estratégica sempre paira no ar, que o digam a Guerra de Canudos e a Guerrilha do Araguaia (ARANTES, 2014, p. 288).

## 2.2 Ditadura e desenvolvimento no Brasil

Para situarmos historicamente a questão da ditadura civil-militar no contexto de formação e desenvolvimento do Brasil na conjuntura da América Latina contamos com obras críticas sobre o Brasil e sua história como sociedade autoritária, o(s) golpe(s), a(s) ditadura(s), suas rupturas e continuidades.

Nesse sentido, as contribuições de Florestan Fernandes (2005) que, ao empregar o conceito de “revolução burguesa” como “tipo ideal”, coloca-o como fio investigativo da sociogênese do capitalismo dependente e subdesenvolvido brasileiro e de seus desdobramentos e continuidades na realidade social da segunda década do século XXI, capaz de criar e transmitir cultura e, por meio dela, delinear a sociabilidade pelo controle exercido pelas condições de vida. Esse exercício teórico nos ajuda a esclarecer o sentido da dinâmica social brasileira.

José Carlos Mariátegui (1988), influência teórica essencial de Florestan Fernandes e paradigma interpretativo da formação e sentido da colonização latino-americana, aponta que na América Latina o processo colonizador se deu pelo estabelecimento do homem europeu branco invasor como escravocrata e genocida, o qual forjou uma sociedade na espoliação dos nativos indígenas, dos mestiços e dos africanos e afrodescendentes escravizados.

Os brancos invasores e seus descendentes formaram a elite nacional baseada na exploração de produtos como café, algodão, tabaco e açúcar, produzidos com o trabalho escravo e servil (*mita* e *encomienda* na América espanhola), na lógica capitalista, eram necessários para a maior retenção de lucros frente ao exclusivo metropolitano.

Essa é a origem da burguesia brasileira que, historicamente, não se solidariza com o povo que se desenvolveu nestes territórios como massa marginalizada, originada dos grupos trucidados, escravizados e explorados por laços históricos culturais e tradicionais comuns. Ao contrário, essa elite, despreza os populares e o popular, confraternizando com as elites internacionais das quais são um subproduto.

O Brasil recebeu 40% dos africanos que compulsoriamente deixaram seu continente para trabalhar nas colônias agrícolas da América portuguesa, sob regime de escravidão, num total de 3,8 milhões de imigrantes. Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria. Além do mais, e a despeito dos números controversos, estima-se que em 1500 a população nativa girasse em torno de 1 milhão a 8 milhões, e que o ‘encontro’ com os europeus teria dizimado entre 25% e 95% (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14-15, grifo do autor).

Os mestiços, mulatos artesãos livres (homólogos<sup>29</sup> à classe média da atualidade), reproduzem este dinamismo em uma lógica que, associada à simbologia do “capitão do mato”, fazem de tudo para não perder sua instável posição hierárquica intermediária (SOUZA, 2017).

Os oprimidos se convertem em massas dispersas, jogadas na servidão, e os processos que culminaram na independência produziram a sucessão do governo colonial europeu pelo governo das elites locais, persistindo, portanto, a opressão das massas e a subserviência às elites internacionais.

Certa lógica e certa linguagem da violência trazem consigo uma determinação cultural profunda. Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum à toda sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação. [...] Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso, mas igualmente perverso. Apesar de não existirem formas de discriminação no corpo da lei, os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho. Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura [...] (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14-15).

---

<sup>29</sup> Correspondente; Semelhante.

As relações de dominação sociocultural são complexas e precisam ser refletidas à luz do pensamento crítico.

Paulo Freire (2017) nos ajuda a elucidar a dinâmica de classes brasileira através de sua obra *Pedagogia do Oprimido*, na qual, ao considerar a situação concreta da opressão e os opressores, define-os como os detentores dos recursos e dos meios de produção dos bens sociais, ou seja, daquilo que a sociedade demanda para se reproduzir.

Segundo Paulo Freire, os opressores enxergam os oprimidos como coisa objetiva, tornando inanimado tudo o que se situa em sua ânsia de posse, pois tendem a transformar tudo que os cerca em objeto de seu domínio, na ideia de que a humanização é somente sua, a dos outros, dos dominados, apresenta-se, diante de sua consciência possessiva, como subversão quando ameaçam seus privilégios de riqueza e renda que lhes garantem efetivamente mais direitos.

Esses privilégios são defendidos em narrativas institucionais, midiáticas e políticas, sustentando um discurso que os legitima e naturalizando a opressão na medida em que a liberdade é exaltada em detrimento da igualdade. Entretanto, o ser humano se incomoda existencialmente com esse processo na medida em que o vive na própria pele, o que desencadeia conflitos que expõem as condições de dominação, de modo que não possam mais ser ignoradas nem por opressores nem por oprimidos.

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar ambos. Por isso é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa (FREIRE, 2017, p. 41).

O Estado latino-americano foi montado e remontado pelas elites que se formaram no período colonial e se apropriaram do aparato repressivo da colonização que, sendo uma ferramenta das elites, acaba por se confundir com seus interesses.



Vide o Estado brasileiro, herdeiro da prática de reprimir qualquer movimento que ameace os privilégios aristocráticos.

Esse processo se desencadeou ao longo da história diante uma espiral de “revoluções dentro da ordem”, pelo alto, verdadeiras “modernizações conservadoras”, encabeçadas pelas elites tradicionais que lucram com a dependência e cujos processos políticos de hegemonia ainda resultariam no golpe civil-militar de 1964 e no estratagema midiático, jurídico e parlamentar de 2016, cujas consequências mais imediatas foram um antipetismo que levou ao poder máximo do Executivo, em 2018, um representante que simboliza tudo o que houve de mais representativo da ditadura militar: a violência, o autoritarismo, a censura, a difamação da oposição, o desdém com a vida e a popularização e propagação da ignorância.

Considerar a burguesia dominante e suas parcelas dirigentes da classe brasileira ou da América Latina como uma elite nacionalista ou patriótica é equivocado, pois existe uma associação lucrativa entre ela e o capital internacional para a exploração de *commodities* e investimentos em empresas estrangeiras em solo latino, expropriando recursos, trabalho e agredindo, poluindo e degradando o meio ambiente ao passo que se isentam de impostos sob a alegação de garantirem postos de emprego. Fomenta-se o subdesenvolvimento como resultado desta aliança (MARIÁTEGUI, 1988).

A classe dominante não precisa de autonomia nacional na periferia do capitalismo, porque a dependência é mais lucrativa: quanto mais o povo depende dos dominantes locais, mais produzem por menos condições e benefícios em troca. A concepção nacionalista frente ao imperialismo não anula os interesses divergentes entre as classes, mesmo com garantia de direitos e inclusão via consumo.

Os antagonismos entre capital, trabalho e meio ambiente permanecem, e ao sinal de crise financeira ou política tudo rui, grotesca e violentamente, conforme ocorreu com a crise do reformismo populista da era Vargas; com a conciliação de classes da era Lula; com as subsequentes guinadas conservadoras da ditadura em 1964; com a ascensão de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL); e com a onda conservadora das bancadas evangélicas, ruralistas e bélicas, em 2018, como continuidade dos processos de 2013, 2014, 2015 e 2016, os quais culminaram com a chegada de Michel Temer ao Planalto.

A soberania nacional é uma ilusão, mantendo-se viva em mitos e símbolos oficiais e officiosos com o intuito de conservar o subdesenvolvimento e a dependência sem ameaças que emerjam das camadas médias e populares, dando sentido ao sentimento nacionalista e à repressão reacionária.

Desde 2018 não é mais estranho que uma autoridade representante do Estado brasileiro sequer tenha hesitado em bater continência para a bandeira dos Estados Unidos da América (EUA) publicamente. Outro exemplo seriam os discursos e narrativas que representavam o golpe de 1964 como revolução que, assim como teria sido, na mesma perspectiva, o “golpeachment”<sup>30</sup> de 2016, salvaguardou a democracia e a soberania nacional frente às esquerdas – representadas em narrativas presentes na esfera pública como se, supostamente, utilizassem a igualdade como meta que mascara seu assalto aos cofres públicos e seu viés autoritário.

Segundo Mariátegui (1988), as classes médias e populares são sensíveis aos mitos nacionalistas que ofuscam a criminalização cultural de anseios populares como os indígenas e os movimentos sociais, por exemplo, e que o Estado fora montado para ser cooptado pelo mercado oligopolista (SOUZA, 2017).

A própria elite é a corruptora do Estado por meio de grandes corporações que, para impedir ou derrubar freios à espoliação do trabalho, cortam na própria carne, se necessário, e assumem prejuízos muitas vezes para não cederem sua posição social dominante.

A conciliação de classes como aliança entre consumo e inclusão social desenvolvida durante os governos petistas foi gradativamente retirada de pauta política com o advento da crise mundial do capitalismo de 2008 e a consequente fuga de capitais do Brasil nos anos

---

<sup>30</sup> Neologismo irônico. Consideramos que o impeachment se tratou de uma articulação política, depondo uma Presidente eleita democraticamente, sem que tenha cometido crime de responsabilidade, já que o ato que realizou possui respaldo técnico e jurisprudencial. O impeachment substituiu, assim, um projeto político escolhido nas urnas por outro não vitorioso.

posteriores foi sentida no cotidiano brasileiro entre 2013 e 2020, com sucessivas crises econômicas, institucionais e políticas<sup>31</sup>.

A redução no consumo diminuiu os lucros, os quais, para serem mantidos, foi preciso, na lógica capitalista, uma intensificação da exploração do trabalho associada à diminuição de gastos públicos e privatizações.

Discursos acadêmicos e jornalísticos são símbolos que, muitas vezes, retroalimentam os mitos históricos do senso comum como monumentos públicos de salvaguarda da concepção de nação.

Enquanto houver um sentimento de soberania nacional na América Latina, as elites nacionais e internacionais colaborarão entre si com a legitimidade do povo e, quando se virem ameaçadas, recorrerão às intervenções e golpes de Estado – capazes de conservar a aliança em torno de seus privilégios –, utilizando-se de discursos em torno destes sentimentos para assegurar o processo ideologicamente simbólico (MARIÁTEGUI, 1988).

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu pálido esplendor sempre que os escravos e os párias dessa sociedade se rebelam contra seus senhores. Então essa civilização e essa justiça mostram-se como uma indisfarçada selvageria e vingança sem lei. Cada nova crise na luta de classes entre o apropriador e o produtor faz ressaltar esse fato com mais clareza. (MARX, 2011, p. 72).

A grande mídia tradicional é, em grande parte, propriedade das elites financeiras – direta e indiretamente – e lucra por intermédio das propagandas e dos incentivos estatais na

---

<sup>31</sup> Nosso objetivo não é aprofundar sobre governo Lula ou PT, um dos momentos mais estudados na contemporaneidade, mas interpretar o seu sentido sociologicamente sob a luz de nossa problemática e de nossos referenciais metodológicos e teóricos. Para aprofundar esta discussão em detalhes ver os estudos de Maria Chaves Jardim, como: Entre a solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo lula (2009); "Domesticação" e/ou "moralização do capitalismo" no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582009000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100004) Acesso em: 14 out. 2020; A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão. Disponível em: [scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582013000400006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000400006) Acesso em 14 out. 2020; Bem como os estudos de Roberto Grün como: Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo (2018); A dominação financeira no Brasil contemporâneo. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702013000100010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702013000100010&script=sci_arttext) Acesso em: 14 out. 2020.

forma de *marketing* com empresas internacionais e nacionais, com a aliança, com a dependência e com o subdesenvolvimento (SODRÉ, 1998).

Assim, incorporam esses discursos capitalistas da elite burguesa do capital financeiro internacionalizado e os transformam de acordo com as demandas para não se exporem, mas conservam interpretações que os justifiquem nas suas práticas.

Tudo isso, embebido no crescimento econômico em que os lucros são privatizados e oligopolizados enquanto os custos são socializados e a desigualdade mantida; enquanto o crescimento se torna dependente dos investimentos do capital estrangeiro que é atraído com a retirada de freios da exploração do trabalho e dos recursos.

As preocupações de um dado contexto e momento constituem os elementos de elaboração e formação da memória (POLLAK, 1992). Dessa forma, elaborou-se o discurso sobre a reforma da previdência social levado adiante pelo governo Bolsonaro, mas que, desde o governo Dilma, sofreu pressão do mercado financeiro para que fosse capitalizada no setor privado, tornando-se um gasto a menos para as receitas federais que poderiam, assim, ampliar seus incentivos aos investimentos e especulações da economia de mercado, obtendo disponibilidade de capital para pagar juros e lhes fornecer crédito.

O desenvolvimento econômico amplia a sensação de pertencimento à classe média que segue distante dos privilégios de acesso a recursos assegurados à elite do capital, a qual concentra o poder político enquanto se constrói como espelho da suposta aspiração e ascendência da classe média, satisfazendo algumas de suas reivindicações em uma falsa generosidade (FREIRE, 2017).

Cria-se uma falsa conciliação de interesses, o que impede a orientação crítica das massas sobre as contradições sociais em que estão inseridas. Nesse passo, a paz social é construída por meio da ideologia da meritocracia na classe média e pela militarização da periferia, onde se localiza a maior parte da população brasileira. Essa militarização da periferia é legitimada pelos preconceitos enraizados na classe média que, temendo a pauperização, resiste em se reconhecer e ser reconhecida como pobre, como proletariado, como povão, como diz o jargão popular, reproduzindo visões de mundo da elite que remontam à questão racial proveniente da escravidão colonial (REIS, 2005).

Durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964, a presença forte do Estado brasileiro na economia de gestão de nichos estratégicos perpassa a consolidação exploratória e a criação e fortalecimento de estatais – colaboradoras no oferecimento de serviços e incentivos econômicos para a construção de uma infraestrutura produtiva de renda, consumo e

oligopólios –, tratando-se de uma verdadeira mina de ouro para os investidores da exploração intensificada do trabalho, aliada ao arrocho salarial e à flexibilização das leis trabalhistas.

Os grupos ascendentes na estratificação socioeconômica se apegaram ao discurso da meritocracia em busca de melhores salários em grandes empreendimentos transnacionais, os quais espoliam o trabalho e a sociedade, mas proporcionam uma melhora de vida das classes intermediárias emergentes, convertidas, paradoxalmente, em cães de guarda do sistema capitalista na periferia do capital.

O regime militar consolidou os interesses burgueses nacionais por intermédio do fortalecimento de alianças com o capital internacional, o qual é atendido com infraestrutura e fornecimento de recursos explorados pelas estatais para servir às transnacionais.

Com a crise mundial do capital que culminou no consenso de Washington nos anos de 1990, o Estado brasileiro e muitos Estados nacionais do mundo subdesenvolvido e dependentes do capitalismo passaram por governos que realizaram uma reestruturação produtiva em razão da crise internacional. A presença do Estado na economia deu lugar ao mercado oligopolista, associado à cartilha neoliberal como asseguradora de seus interesses, ao passo que o autoritarismo cedeu espaço à democratização.

O mercado explora os recursos; o mercado oferece os serviços; o Estado serve ao mercado; o mercado é monopolizado pelas elites econômicas que ocupam posições de poder nas instituições do Estado em seus âmbitos municipal, estadual e federal, no legislativo, executivo e judiciário, politicamente ou tecnicamente.

Nas Ex-colônias, a estrutura produtiva se fundamenta na dependência dos investimentos do capital internacional e na manutenção do capital nacional. Nesse processo, a ideologia impingida é a de que o subdesenvolvimento seria uma etapa da história do capitalismo, no qual as sociedades “atrasadas” poderiam atingir os níveis socioeconômicos das sociedades “desenvolvidas” como Europa e Estados Unidos da América.

A supremacia neoliberal do mercado sobre todos os demais aspectos da sociedade produz crescimento, porém conserva as estruturas de desigualdade e alcança a liberalização do mercado em detrimento dos direitos civis, valorizando a eficiência na produção de lucros e crescimento mais do que a própria democracia.

No Brasil, temos como exemplo o desenvolvimento da crise financeira de 2008 após a “Era Lula” com a subsequente redução de recursos disponíveis, diminuição da classe média e redução do potencial de consumo das massas frente ao fortalecimento de uma elite do capital mundial, a qual é representada nas negociações das bolsas de valores (SOUZA, 2017).

Houve o surgimento do populismo autoritário conservador de direita, tendo elegido, em 2018, um Congresso Federal majoritariamente branco<sup>32</sup> e composto por milionários<sup>33</sup> (48,85% dos deputados federais eleitos declararam patrimônio superior a R\$ 1 milhão. No Senado, 36 dos 54 eleitos informaram ser milionários, ou seja, 66% ou dois em cada três senadores eleitos). O volume de partidos foi amplificado, assim como os quadros da ala reacionária e fundamentalista religiosa, aumentando também os movimentos sociais neoliberais – que se sintetizavam em discursos liberais na economia e conservadores nos costumes.

O imperialismo se dá também pela sustentação simbólica, discursiva e coercitiva da dependência. Dessa forma, mantém-se um círculo vicioso em que as elites dos países subdesenvolvidos se aliam com as elites do capital mundial especulativo imperialista e seus potenciais lucros mediante a espoliação selvagem do trabalho, impulsionando os lucros das elites nacionais – parceiras desse processo. As elites nacionais ficam com parte do capital produzido e ainda exportam serviços e produtos.

Trata-se de um colonialismo sutil que se sustenta na violência simbólica exercida na esfera pública, produzindo ilusões sobre contradições sociais e, quando esta estrutura de privilégios é ameaçada, o estado de exceção se intensifica, saindo da periferia (onde é contínuo, assim como a militarização e a violência policial, mesmo na democracia) para as mais amplas esferas da sociedade que possam representar qualquer resistência, tais como: os movimentos sociais, a arte, as escolas e as universidades.

Tal o contexto, fomenta-se o ódio, a violência, a insolubilidade da luta de classes sem uma perspectiva de sociedade civil baseada na equidade e reconhecimento de direitos.

Os movimentos de protesto de junho de 2013 contra o *establishment* político começaram heterogêneos e atraíram uma pluralidade de pautas políticas e sociais. Gradativamente, as bandeiras partidárias e de movimentos sociais passaram a ser relacionadas a uma visão negativa da política institucional e foram repelidas.

A FIESP (Federação da indústria do Estado de São Paulo) organizou uma manifestação contra a corrupção, denominada “Movimento Cidadão”, encabeçando uma narrativa crítica direcionada aos partidos governistas. Nesse período, o Partido dos Trabalhadores estava em evidência negativa, porque alguns dos membros de sua cúpula foram

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/metade-do-novo-congresso-e-milionario.htm> Acesso em: 01 jun. 2019.

condenados no julgamento do “Mensalão” – compra de votos no Congresso para aprovação de projetos –, além disso, ocorria a investigação federal nomeada de Operação Lava Jato, a qual expunha um esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás, construtoras e licitações do Governo Federal<sup>34</sup>. O esquema estava associado ao pagamento de propinas, por meio de “caixa 2”, providas de campanhas políticas dos partidos PMDB/PP/PSDB/PT/DEM e do “centrão”<sup>35</sup> político. No entanto, a Operação Lava Jato violou direitos civis individuais fundamentais para sustentar sua operacionalidade e seu partidarismo ideológico, causando instabilidade jurídica e consequências político-partidárias intencionalmente a partir de convicções de seus procuradores, juízes e promotores que desestabilizaram as instituições democráticas do Brasil<sup>36</sup>.

O movimento espontâneo das massas nas ruas se tornou um movimento político contrário à Esquerda, constantemente associada ao PT, seu maior representante em volume de filiados, cargos de destaque no Executivo Federal e Congresso, bem como posições de governo. Como partido do governo à época, ocupava lugares de liderança e proeminência nas negociações. Os processos jurídicos foram espetacularizados pela mídia ao mesmo tempo em que o acordo de classes, estabelecido pelo governo Lula, esgotava-se diante da recessão, da inflação e do desemprego, associados à ineficácia da política econômica e tributária dos governos de Dilma Rousseff, tornando a burocracia cara e sobrecarregando o consumidor em razão da diminuição de oferta e aumento de custos e riscos econômicos. O processo colapsava, justamente, a inclusão por meio do consumo – cerne da conciliação de classes petista.

A legitimidade do governo perdeu popularidade. Contudo, ganhavam visibilidade os movimentos de direita, articulados nas redes sociais, com vieses conservadores e/ou reacionários ancorados no antipetismo e na culpabilização da esquerda – recorrentemente reduzida ao petismo –, impulsionado uma agenda neoliberal desestatizante em prol dos dinamismos e interesses do mercado financeiro.

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/metade-do-novo-congresso-e-milionario.htm> Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>34</sup> A operação Lava Jato tem sido tema de uma tese de doutorado do NESPOM. Para detalhes ver Gabriela Porcionato: *A elite construtora nacional e suas estratégias de legitimidade: O escândalo Lava Jato*.

<sup>35</sup> O termo “centrão” se refere a um conjunto de partidos políticos que não possuem uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade com poder executivo, de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas.

<sup>36</sup> Fonte disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centr%C3%A3o> Acesso em: 01 jun. 2020.

O “golpeachment” de Dilma Rousseff, em 2016, valeu-se da constitucionalidade da cassação de um mandato presidencial, da espetacularização de um judiciário politizado, da pressão da opinião pública e da exposição midiática, influenciada pela crise econômica que afetava o poder de consumo de bens e serviços, enquanto a austeridade do governo e seus altos impostos levava a uma recessão, ao corte de gastos sociais e a uma crise profunda. O golpe se caracterizou na condução ideológica da substituição do governo e das pautas políticas eleitas democraticamente por pautas reacionárias que preservavam os privilégios das elites em detrimento de direitos trabalhistas durante o governo de Michel Temer e, posteriormente, de Jair Bolsonaro. As instituições funcionaram como um mecanismo de proteção de interesses dos grupos que historicamente controlavam o Estado brasileiro.

Os movimentos políticos conservadores da classe média se tornam amplos e populares e, então, *outsiders* da política hegemônica do *statu quo*: Jair Bolsonaro e seus filhos, Alexandre Frota, Joice Hasselmann, Kim Kataguirí (Movimento Brasil Livre) e muitos outros, os quais ascenderam com o Partido Social Liberal (PSL) e outros partidos fisiológicos. Bizarras figuras salvacionistas – alternativas às frustrações individuais e coletivas nos estratos sociais – que aparecem como uma mescla entre liberalismo econômico, personalismo político e conservadorismo ou mesmo reacionarismo moral, comportamental e social. O discurso relacionava as esquerdas políticas com a ineficácia de um Estado inchado, ineficaz, caro e corrupto, associado propositalmente a pautas progressistas como a feminista, LGBTQIA+<sup>37</sup>, a negra, a indígena, a estudantil, a dos sem-terra e sem-teto. Tais movimentos se constituem, aos olhos conservadores da elite endinheirada, em riscos à ordem e às instituições sagradas no mundo ocidental – família, religião e pátria.

A explicação para a lógica desse processo demanda uma reflexão que perpassa a desagregação do regime escravocrata no Brasil, um dos últimos países a abolir oficialmente a escravidão no mundo, ocorrida sem assistência ou garantia de proteção aos indivíduos “libertos” na transição para o sistema de trabalho livre (FERNANDES, 2008).

Na obra *A Elite do Atraso*, o sociólogo Jessé Souza (2017), traça um paralelo entre a persistência da escravidão, o ódio ao pobre e as contradições sociais do Brasil contemporâneo. Segundo ele, na prática, a classe média exerce a dominação em nome da elite, mantendo pequenos privilégios para si e explorando a ralé (garis, empregadas, garçons, babás, faxineiras, cobradores, motoboys, pedreiros etc.). A lógica da dinâmica de ascensão social da

---

<sup>37</sup> Sigla que contempla a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer (indivíduos que não se enquadram em qualquer gênero), Intersexuais, Assexuais e outros.



classe média está em tomar para si os interesses das elites, sendo, elas próprias, o principal elemento de dominação de classes.

A tese de Jessé Souza (2017) é a de que o golpe de 2016 resultou do pacto classista, manipulado pela mídia capitalista e procuradores conservadores da Operação Lava Jato entre a elite endinheirada e a classe média, a fim de bloquear a ascensão social da ralé, abandonada e incapaz de competir por capitais econômicos, sociais e culturais, dependente de ações políticas de inclusão e combate à desigualdade e à distribuição de renda.

Segundo Florestan Fernandes (FERNANDES, 2008), os senhores da terra e as instituições públicas como a Igreja, a Justiça e o Estado foram desresponsabilizados do futuro que seguiram os ex-cativos.

O liberto, muitas vezes, tornou-se o responsável pela manutenção de sua sobrevivência e de sua família embora não possuísse os meios materiais para assumir esta responsabilidade. No Brasil, a abolição da escravidão se caracterizou por sua ironia hipócrita, e a integração do negro na sociedade de classes brasileira não foi tomada como matéria política pela aristocracia nacional, uma vez que a atenção sobre o futuro do escravo só ficou em foco na esfera política, de fato, enquanto se ligou ao destino da lavoura (FERNANDES, 2008).

Na prática, o processo abolicionista ocorreu em prol do atendimento dos interesses dos senhores, cujos problemas políticos deliberados ampararam o desenvolvimento de uma crise na lavoura por meio de indenizações e auxílios aos senhores que perdiam suas propriedades (FERNANDES, 2008).

Joaquim Nabuco (2000), em *O abolicionismo* (1883), já alertava para a tese da herança negativa da escravidão e do abandono social dos marginalizados como a gênese de uma sociedade incivilizada, sem compromisso com o bem público, violenta, ignorante de sua própria condição contraditória e desigual.

A estrutura econômica e suas dinâmicas, ou seja, seus movimentos e desenvolvimentos, levaram à reabsorção dos libertos no sistema de produção em condições análogas à escravidão.

Os libertos passam a concorrer com trabalhadores que já eram livres e com os imigrantes europeus, seja nas lavouras ou nos centros urbanos (comércio, serviços e indústria).

Sem preparo ou educação formal e somado ao racismo, o negro é excluído, carregando a carga simbólica de sua pele negra como herança de status negativo da escravidão. Essa

disputa no mercado de trabalho assalariado interessava aos especuladores da ordem econômica emergente.

As elites se mantiveram inertes à realidade perversa à que os negros foram previsivelmente condenados com a abolição desamparada, sem integração na sociedade capitalista de classes.

Trocou-se as correntes pelos salários obtidos em empregos, mas os trabalhadores continuam presos aos donos dos recursos.

[...] posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantaram a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais. (FERNANDES, 2008, p. 33-34).

A república capitalista brasileira fundou-se numa modernização baseada na marginalização das massas sociais (processo agravado com o enfavelamento urbano). Na história do Brasil, o povo emergiu da escravidão e toda a sociedade se estruturou a partir desta sociabilidade perversa e violenta.

Por isso o país se desenvolveu, e, como veremos, a partir de ambivalências e contrastes. O Brasil é, ao mesmo tempo, uma nação marcada por altos gaps sociais e índices elevados de analfabetismo, mas também por um sistema dos mais modernos e confiáveis de aferição de votos. É aquele que introduz de maneira veloz, em seu parque industrial, as benesses da modernidade ocidental, e o segundo em acessos ao facebook, mas que mantém congeladas no tempo áreas inteiras do território nacional, sobretudo na Região Norte [...]. Que possui uma constituição avançada – a qual impede qualquer forma de discriminação – mas pratica um preconceito silencioso e perverso, como já disse, duradouro e enraizado no cotidiano. No país, o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado – e o mais arcaico e o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 19).

A abolição, portanto, justificou-se num sentido humanitário, mas se desenvolveu como uma reestruturação produtiva, como uma modernização conservadora. Os discursos do movimento abolicionista são incorporados, ao passo que se massificam os processos políticos, impulsionando os interesses das elites – legitimadoras da reestruturação política, econômica e social, mantendo privilégios.

Essa dinâmica é homóloga ao golpe de 1964 e aos processos ambíguos de rupturas que marcam a história brasileira, em que as massas impulsionam mudanças e as demandas

populares são convertidas em estratégias de poder que aparentam atender as expectativas, mas que retroalimentam contraditoriamente a manutenção dos privilégios. Ocorreu na Independência, no golpe da maioria, na abolição da escravidão, na Proclamação da República, na ruptura do pacto oligárquico de Minas Gerais e São Paulo em 1930, na bancarrota da era Vargas e na derrocada do Partido dos Trabalhadores entre 2013 e 2018. Isso escancara as disposições políticas e ideológicas das elites brasileiras (agrárias, industriais, comerciais, midiáticas, financeiras, rentistas), heterogêneas em seus projetos econômicos nacionalistas e/ou dependentes de investimentos e da dinâmica do capital internacional, mas unidas diante de movimentos e aspirações populares que ameacem seus privilégios contra as possibilidades de perderem a dominação de classe e sua confortável posição social.

[...] A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modelo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

A história do Brasil é marcada por várias formas de escravidão, as quais se refizeram em conexão com diversos ciclos econômicos em que pouco se altera a lógica das relações de produção, de estratificação da sociedade e de formas de dominação e espoliação das massas trabalhadoras, do campo e da cidade.

De acordo com Florestan Fernandes (2010), o elemento negro foi introduzido no processo de colonização devido à cor de sua pele que o impedia de se esconder e se passar como homem livre. Além disso, os indígenas já conheciam o território, o que facilitava fugas e esconderijos, enquanto os negros estavam em terras estranhas.

Do ponto de vista burguês, o trabalho assalariado se mostrou mais vantajoso ao capitalismo à medida que a mão de obra ativa e inativa se torna abundante, barateando o custo do trabalho. Paga-se pela hora trabalhada e exime-se da responsabilidade absoluta sobre o trabalhador (substituível e abundante) que também se converte em consumidor. Na ocupação da Colônia portuguesa, com abundância de terras virgens, era inviável o trabalho assalariado, porque muitos destes poderiam seguir para a produção subsistente ao invés de venderem seu tempo livre e sua força de trabalho.

A fim de se preservar a dominação das elites aristocráticas foi necessário criar condições gradativas para o desenvolvimento do trabalho assalariado (e a conseqüente

abolição da escravidão) na economia brasileira. São exemplos: a Lei de Terras de 1850, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (IMPÉRIO DO BRASIL, 1858), que fixou o preço da terra acima do valor de mercado, consolidando o monopólio do branco colonizador escravocrata latifundiário diante dos homens livres e escravizados, os quais não tinham posse de terra ou recursos para adquirir porções férteis; a Lei do Sexagenário, a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei do Ventre Livre combinadas com a Lei Áurea converteram a abolição da escravatura numa transição “lenta, gradual e segura” para a ordem competitiva, de forma a manter o poder e os privilégios dos antigos fazendeiros escravocratas.

A escravidão se manteve como processo de acumulação de capital e ocupação de território, concluído com a Lei de Terras. Primeiro, estabeleceram-se os oligopólios e o controle das terras. Em seguida, a militarização para defender essa condição. Na lógica dos grupos dominantes é mais interessante o controle sobre a continuidade da dominação que o lucro propriamente dito. A abolição da escravatura sem democratização de terras é uma continuidade das injustiças inauguradas no período colonial, convertendo o Brasil em um país moderno, porém de raízes arcaicas (FERNANDES, 2010).

As grandes transformações históricas não são apenas produtos da história, mas são também as suas causas. O processo de emancipação nacional das Colônias agroexportadoras se condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais. A manutenção das estruturas coloniais ocorria por meio dos grupos dominantes internos, associada ao dinamismo do mercado mundial. No Brasil, o desenvolvimento capitalista se fundamentou na manutenção das estruturas arcaicas da colonização. Na escravidão, o Brasil tem a influência constitutiva da eclosão capitalista modernizadora. Irrompe a negação do regime escravocrata pelas cisões que converteram o abolicionismo em uma “revolução do branco para o branco”, uma revolução passiva dentro da ordem, uma modernização conservadora (VIANNA, 1997).

Nosso passado escravocrata é a raiz arcaica do desenvolvimento da ordem social em um paradoxo do atraso e modernização brasileira, uma contradição singular que forja um país autoritário, desigual e dividido entre elites privilegiadas e massas marginalizadas.

[...] a escravidão, que aparecia de modo visível como principal esteio de perpetuação de tudo que era colonial e senhorial, representava para a emergência, a consolidação e a irradiação do que era capitalista e moderno [...] O desaparecimento tardio da escravidão acaba por convertê-la em um dos fatores da “acumulação originária” (FERNANDES, 2010, p. 41).

A persistência da escravidão, símbolo do atraso, gerou o excedente econômico que se transferiu para as cidades – polos comerciais de circulação econômica, símbolos da modernidade –, cuja presença dos oligopólios sobre o excedente, derivado da escravidão, converge para uma elite privilegiada que influencia as relações jurídicas, políticas, econômicas e ideológica. A condição que fundou o Brasil moderno é a mesma que o caracteriza como um país arcaico, a gênese da sua desigualdade social (FERNANDES, 2010).

A desigualdade social brasileira fica claramente exposta no relatório *País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018*<sup>38</sup>, da ONG OXFAM Brasil<sup>39</sup>, de 2018, que aponta que os 0,1% mais ricos da população recebem, em média, mais de 25% de toda a renda nacional; os 5% mais ricos ficam com a mesma renda equivalente aos 95% restantes da população; 80% da população brasileira (cerca de 165 milhões de brasileiros) vivem com uma renda per capita inferior a dois salários-mínimos mensais. Os 0,1% mais ricos da população concentram 48% de toda riqueza nacional; os 10% mais ricos ficam com 74% da riqueza, enquanto 50% da população detém cerca de 3% da riqueza do país.

Esses dados colocam o Brasil na condição de um dos países mais desiguais do mundo, o que contribui como fator catalisador da violência que assola o País. Com cerca de 63 mil assassinatos por ano, o Brasil é também um dos países mais violentos do mundo. A mesma OXFAM aponta, em outro relatório, que no Brasil, 45% da área rural está nas mãos de menos de 1% das propriedades, e que os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de propriedades do país, mas ocupam menos de 2,3% da área rural total<sup>40</sup>.

Florestan Fernandes (2010) nos ajuda a compreender a escravidão como causa e não como mera consequência da colonização. É pela escravidão e não pelo seu fim que se deu a origem da sociedade capitalista brasileira, uma vez que a ordem escravocrata gerou um excedente retido internamente, o qual impulsionava o desenvolvimento interno do capitalismo

---

<sup>38</sup>Disponível em:

[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf)  
Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>39</sup> Segundo o site da instituição, “A Oxfam Brasil faz parte de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo. Desde 2014, somos membros da Confederação Oxfam, que conta com 19 organizações atuando em 93 países. No total, somos mais de 10 mil funcionários e 55 mil voluntários pelo mundo, contribuindo para aliviar a vida de milhões de pessoas em situação de emergência e contribuir para a transformação social com base nos direitos humanos e no desenvolvimento justo e igualitário”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>. Acesso em: 09 mar. 2019.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/no-brasil-1-das-propriedades-detem-metade-da-area-rural>. Acesso em: 01 jun. 2019.

e a oligopolização do capital e dos recursos pelas elites. A abolição se consolidou para atender, acima de tudo, interesses de elites econômicas de modo a garantir mão de obra assalariada (menos custosa que a escravidão, naquele contexto histórico de fim do tráfico negreiro) e mão de obra reserva e, com ela, a precarização do trabalho assalariado. A história brasileira se configurou como uma estrutura de longa duração (BRAUDEL, 1990), representando um presente de injustiças e remontando um desenvolvimento histórico marcado pela consolidação e manutenção de privilégios e pela concentração de recursos e espoliação do trabalho, cuja chave analítica está na ordem escravocrata que se transformou, perpetuando a dominação de uma aristocracia senhorial como classe exploradora dominante.

O Estado brasileiro se estabeleceu com a efetivação do controle de superestruturas políticas e jurídicas, assegurando transformações pontuais e protegendo interesses oligárquicos. A elite senhorial constitui essa máquina institucional e coercitiva mantendo aspectos autoritários de administração colonial, agora, a serviço das elites nacionais e sua especulação financeira, resultando na mescla do conservadorismo político como o liberalismo econômico. Demonstra, assim, como a hipocrisia e a ironia se constituem nos fundamentos da dominação social.

A escravidão moderna é, em sua lógica, mercantil. O escravo colonial se constituiu como o produtor de mercadorias e como mercadoria em si, impulsionando a acumulação capitalista e constituindo uma rede lucrativa de negócios (captura, tráfico, mercado), sendo “perecível”, a demanda por renovação de mão de obra escrava era constante. A exclusão da Colônia do espaço econômico metropolitano é premissa para a eficácia da exploração, a qual se efetivava com a incorporação dos produtos advindos do trabalho escravo e limitação da abrangência do mercado metropolitano, cujos benefícios mantinham-se majoritariamente no território europeu – centro exclusivo do capitalismo (FERNANDES, 2010). A principal injustiça desse processo é a escravidão, já que os produtores diretos da riqueza e dos produtos eram excluídos de seus mercados e de suas benesses – concentrada nas mãos dos senhores (elite local) e da elite europeia da metrópole colonial e seus aliados. A escravidão do negro já era fruto da especulação do capital internacional sobre a exploração do trabalho para produzir ativos que seriam investidos na expansão do mercado e na metrópole. Ambas as elites lucravam (FERNANDES, 2010).

Assim como tinha de participar do circuito comercial para negociar seus produtos, o senhor precisava incorporar-se a esse circuito para comprar (ou vender) escravos. Apesar de o grosso dessas atividades envolver operações de crédito e pagamentos em espécie, elas eram estimadas em termos

monetários e requeriam um envolvimento da plantação e da mineração (bem como das formas de produção subsidiárias) no âmago do circuito do capital mercantil. [...] através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetrava as formas de produção pré-capitalista a que ela se associava (FERNANDES, 2010, p. 45).

Essa dinâmica econômica constituía a infraestrutura produtiva da Colônia, o que nos aponta para a concepção de que a formação da sociedade brasileira se delineou através da especulação financeira dos mercados ocidentais do mundo moderno. A aristocracia agrária se convertia em agente do capital externo e o excedente, produzido pelo trabalho escravo, pertencia-lhe como rateio da apropriação. Isso nos leva ao seguinte questionamento: como confiar no mercado como premissa da organização social se a lógica do mercado empreendedor imperialista, na sociedade ocidental, produziu os exclusivos metropolitanos, o comércio de escravos e tem como moralidade a ética utilitarista do ideal de máximo rendimento? A Metrópole espoliava a Colônia pelos exclusivos comerciais para captar recursos. As oligarquias senhoriais intensificavam a exploração do trabalho escravo e aderiam ao mercado da escravidão que produzia internamente, gerando um excedente de capital interno na Colônia. “O escravo era propriedade do senhor e também contava como quase totalidade do seu fundo de capital” (FERNANDES, 2010, p. 51). Essa seria uma das bases da gênese da dominação de classes no Brasil desde a escravidão até as mudanças na legislação trabalhista no final da década de 2010: espoliar o trabalho da população de maneira desumana, inescrupulosa, injusta e egoísta.

### **2.3 Desdobramentos dos mitos colonizadores nas instituições democráticas**

As elites brasileiras que propuseram um projeto nacional-desenvolvimentista tentaram ultrapassar os limites que a herança colonial deixou ao país, porém sem renunciar à concentração de recursos nem da exploração do trabalho das massas.

Entre as idas e vindas do populismo autoritário (ditadura do Estado Novo) e o trabalhismo varguista, os quais impulsionariam o governo João Goulart e as Reformas de Base e os governos “lulopetistas”, houve momentos de conciliações de interesses entre as massas assalariadas e as elites conservadoras e desenvolvimentistas na busca de uma hegemonia internacional (para além da local), o que resultou em ciclos de melhoras nas condições legais de trabalho, ampliação da produtividade e ganho de mercados externos.

Estas ousadias se confrontaram com as cartilhas neoliberais e com o capital internacional que as formula através de instituições como as bolsas de valores, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e do Fundo Monetário Internacional.

Estes processos políticos e econômicos se esgotaram em conjunturas internacionais (como o fim da 2ª Guerra Mundial e do nazifascismo; a guerra fria e o mundo bipolar e a crise financeira e a bolha imobiliária nos EUA em 2008) que encolheram mercados e impulsionaram a intensificação da exploração do trabalho e a reestruturação da especulação financeira internacional de recursos, trabalhos e serviços no Brasil.

O Brasil é refém de sua própria história. “[...] o antigo sistema colonial não reproduzia nem levava a outra coisa senão o próprio sistema colonial” (FERNANDES, 2010, p. 48).

A conclusão de Florestan pode ser interpretada como um passado que teima em não passar, como se nossa história fosse uma incessante saga de Sísifo no inferno da repetição, cuja dependência econômica é continuidade direta e reproduz a própria dependência em um processo em que a estrutura se estabelece como a longa duração da história (BRAUDEL, 1990).

A ditadura civil-militar que começou em 1964, marcando o período entre a era Vargas e a era Lula, protegeu a hegemonia do capital internacional na dinâmica econômica nacional e expandiu a exploração e a estrutura econômica do capitalismo financeiro especulativo, cuja produção se relaciona diretamente com a entrada do capital externo e não com o fortalecimento do capital nacional. A cartilha neoliberal aplicada nos anos de 1990 (pós-ditadura) entregou a exploração dos recursos e a estrutura logística para os especuladores financeiros. O governo Lula conciliou este processo com a inclusão social, consumo e especulação de dívidas públicas (SOUZA, 2017).

Essa conciliação de classes se esgotou com a impossibilidade de expansão do capital, com a queda da lucratividade e com aumento do desemprego, colidindo com a ampliação e manutenção de serviços públicos e sociais, os quais demandavam, cada vez mais, altos impostos concentrados na folha de pagamentos e no consumo e não nos lucros e na renda de maneira decrescente como ocorre em países capitalistas tidos como desenvolvidos.

Diante deste impasse, desgastou-se o acordo de interesses entre os trabalhadores, empresários e investidores, respaldado pelas classes médias que não se identificam como classe trabalhadora e pelas ideologias, legitimadoras de livre-mercado e de meritocracia. Em analogia ao período colonial, intensificou-se a exploração da força de trabalho com a diminuição de gastos sociais, como previdência e assistência social, para se apropriar de um



excedente produzido internamente. Eis o passado que permanece como estrutura histórica de longa duração (BRAUDEL, 1990).

Sem o combate à desigualdade social e a ampliação da igualdade de condições e oportunidades estamos condenados ao subdesenvolvimento – emoldurado durante o período colonial.

O Brasil e a América Latina têm uma história marcada por pobreza, marginalização e autoritarismos. Nosso legado é fazermos parte de uma das regiões relativamente mais violentas do mundo, principalmente, porque desigualdade social e violência andam juntas, na medida em que a primeira reduz oportunidades e perspectivas tornando a segunda um escape iminente.

Em nosso caso, a desigualdade econômica se formou num longo e repetitivo ciclo histórico na periferia do capitalismo por meio da expropriação e espoliação que ultrapassam o valor produzido pelo trabalho, alcançando o lucro produzido em toda organização social empenhada na produção capitalista.

A globalização se desenvolveu como efetivação política do capitalismo e, ainda na segunda década do século XXI, as elites nacionais do Brasil devem atender aos interesses do capital mercantil mundial em uma hierarquização da exploração, cujo enfrentamento resultaria no embate com forças militares, objetivando defender interesses do capital internacional, o qual possui conflitos inerentes aos seus especuladores.

O trabalho escravo é o eixo histórico da evolução do sistema de trabalho no Brasil representando sua base material e seu fator humano, perpetuando as estruturas de produção, sem as quais, o capital mercantil não se concentraria e não teria atingido seu apogeu no trabalho livre (FERNANDES, 2010).

A desigualdade social, alcançada sob o trabalho escravo, permitiu o advento do trabalho assalariado como uma alternativa extremamente lucrativa, em que o principal agente econômico é refém de uma estrutura produtiva que rompe com sua autonomia e o coloca à mercê da exploração (FERNANDES, 2010).

O ciclo de mineração alavancou ainda mais essa realidade e impulsionou um mercado interno, resultando em enriquecimento encoberto e posse de escravos como acumulação de trocas comerciais (FERNANDES, 2010).

O ciclo do café resultou da acumulação dessas trocas e gerou recursos para maiores lucros e para a industrialização – consequência da elaboração de infraestrutura para escoamento de produtos das lavouras (FERNANDES, 2010).

A vinda da família real portuguesa iniciou uma independência oficiosa, e o Estado-nação em emergência se constituiu das relações estamentais estabelecidas pelos grupos dominantes.

O que entra em crise, portanto, é a parte política do antigo sistema colonial que submetia a Colônia à dominação da Metrópole. O resto desse sistema apenas se redefine com a oligopolização das funções administrativas, legais e políticas da Coroa pela aristocracia agrária e os estamentos de que dependia para controlar o Estado senhorial e escravocrata. O desenvolvimento do Estado brasileiro é uma constante contrarrevolução sem revolução, revolução dentro da ordem. Uma modernização conservadora que se repete a cada ciclo político econômico.

As elites se antecipam às aspirações populares e tomam a frente do processo de transformação, elaborando mudanças que preservam privilégios históricos (FERNANDES, 2010), o que pode ser sintetizado simbolicamente na frase atribuída ao então Governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, às vésperas do golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”.

[...] com o controle do estado, estes podiam montar sua política econômica, ou seja, uma política de autodefesa dos interesses escravocratas e de fortalecimento do setor escravista da emergente economia nacional (FERNANDES, 2010, p. 58).

O excedente do capital acumulado com a dupla exploração da escravidão (a exploração do trabalho escravo e do comércio de escravos) fomentou, na conjuntura do ciclo de mineração, da vinda da família real e da independência, um mercado interno de bens e serviços, o ciclo do café e o processo de expansão industrial incipiente e de urbanização.

Nesse cenário, o trabalho livre que se formou era viável para ser explorado na produção e no consumo dos produtos, bens e serviços diante da dependência de salários e das massas desempregadas e excluídas, advindas da escravidão.

A escravidão acabou, mas o paternalismo e o patrimonialismo que com ela se intensificaram se mantiveram no coronelismo, desenvolvido para uma elite financeira oligopólica que opera na mesma dinâmica e lucra com investimentos associados ao capital internacional. O efeito prático é um descompromisso com o povo explorado que segue dependente, em maior ou menor grau, das relações patriarcais que se legitimam pelo exercício do poder político e encômio como verdadeiros “coronéis do capital” (LEAL, 2012).

A guarda nacional, criada em 1831 para a substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo, a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investidas anteriores.

Recebidas de graça, como uma condecoração, acompanhada de ônus efetivos, ou adquiridas por força de donativos ajustados, as patentes traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo. No fundo, estaria o nosso velho conhecido, o latifúndio, com os seus limites e o seu poder inevitável (LEAL, 2012, p. 37-38).

Que importa que o ‘coronel’ tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do ‘coronelismo’ persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda em que a condição dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do ‘coronel’, arvorado e protetor ou defensor natural de um homem de direitos (LEAL, 2012, p. 41, grifos do autor).

No Brasil, a maneira como a abolição foi realizada é análoga aos cercamentos<sup>41</sup> na história da Revolução Industrial inglesa: uma massa desempregada foi gerada e a necessidade de emprego desvalorizou os salários daqueles que se encontravam empregados. Não foram dadas condições à pessoa escravizada e explorada para que pudesse ser introduzida competitivamente na sociedade de classes que emergia na Ex-colônia. A escravidão é, portanto, a gênese da desigualdade brasileira. A acumulação de capital que a escravidão gerou foi a base fundamental do desenvolvimento da burguesia nacional: uma elite agressiva e egocêntrica que despreza o povo. A dominação de classes e a militarização da sociedade para a manutenção dos privilégios desenvolvidos fazem parte desse processo de espoliação e

---

<sup>41</sup> “Cercamentos” foi o processo de exclusão de uma massa de pessoas de terras produtivas que eram ocupadas há séculos por camponeses, durante o desenvolvimento do capitalismo europeu que transformou a terra em mercadoria. O campo passou por uma tecnificação e foi utilizado em grande parte para pastos de ovelhas com o objetivo de fornecer lã para a indústria de tecidos em ascensão. A consequência foi um êxodo rural em direção aos centros urbanos e a constituição de uma massa de trabalhadores urbanos e uma de desempregados.

expropriação da terra e do trabalho alheio. Assim, a escravidão aparece como um dos pontos fundamentais da elaboração dinâmica de classes em nossa sociedade.

A história não é uma fatalidade inevitável e não se constitui por etapas lineares. O arcaico não é o oposto do moderno, mas sim seu complemento histórico e socialmente necessário. Portanto, a história da formação e do desenvolvimento do capitalismo nos países localizados na periferia do sistema capitalista global é um processo singular de desenvolvimento desigual em que formas de exploração, como a escravidão, impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo moderno.

A acumulação primitiva de capital é ininterrupta e se ampliou avançando sobre economias tradicionais, desenvolvendo-se no interior de sociedades diversas. Com o avanço da produção de bens e a exploração do trabalho, o processo adentra para outras economias tradicionais, a fim de acumular mais e expandir mercados pela força, fraude, roubo e/ou comércio.

As nações colonialistas e imperialistas desenvolveram complexos industriais militares que foram retroalimentados pelo avanço e coerção de demandas agregadas.

Os capitais, financeirizados pelos bancos e especuladores, criaram o fenômeno da exportação de investimentos para a exploração da produção, associados ao aparecimento dos monopólios, oligopólios, cartéis e trustes nos países do centro do capital, em razão da tendência do capital se acumular nos polos e pelo fato de os Estados nacionais funcionarem como representantes dos interesses dos que mais têm capitais a investir por financiarem campanhas políticas e gerarem empregos e tributos, aquecendo economias locais e estrangeiras mediante a espoliação.

O moderno torna o arcaico funcional por meio da dependência pelo subdesenvolvimento – que não é uma etapa para o desenvolvimento – e o alimenta pela exploração, ou seja, o subdesenvolvimento econômico não rompe a dependência do Brasil e da América Latina em relação aos Estados Unidos, à Europa e a outros países centrais do sistema capitalista financeiro atual. Ao ampliar a exploração para se desenvolver, a condição de dependência se acentua (FERNANDES, 2010).

Os países subdesenvolvidos da América Latina não se desenvolverão exceto se exportarem o subdesenvolvimento para outros países. Esse processo empobrece de recursos a periferia do capital e enriquece de matéria-prima o centro do capitalismo.

O valor histórico da matéria-prima é diminuído pelo valor agregado dos produtos manufaturados nas cadeias internacionais. A aliança entre aspirações populares e projetos

aristocráticos se esgota diante de crises e as classes trabalhadoras passam a ser mais exploradas para a manutenção de todo e qualquer interesse das elites internacionais associadas.

O autoritarismo é endêmico e estrutural ao capitalismo subdesenvolvido como realidade econômica e sociocultural. Trata-se de resposta às crises cíclicas que se acentuam e ameaçam privilégios elitizados recorrentemente e, então, o mundo moderno torna o arcaico funcional por meio da relação entre dominação, dependência e subdesenvolvimento. Nessas condições, o crescimento econômico ocorre pela acentuação da exploração do trabalho das massas (FERNANDES, 2010).

A sociedade latino-americana resultou da expansão econômica, política e cultural do ocidente, e a colonização foi um processo civilizador que revitalizou dinâmicas estamentais, as quais vigoraram na história da nobreza europeia em plena gênese do capitalismo na América e que representam a estrutura social do feudalismo. No sistema feudal, a mobilidade social era quase nula, ou seja, a posição do indivíduo na sociedade dependeria de sua origem familiar. Os processos de independência ocorreram sem que estes estamentos, como a aristocracia escravocrata brasileira, sofressem transformações significativas, reconfigurando-se os laços coloniais para um quadro de independência jurídica e dependência econômica, geridos por um Estado fundado à serviço das elites descendentes daqueles estamentos originários da lógica colonial. O poder político institucionalizado foi transferido hereditariamente para as elites coloniais, convertidas em aristocracias, que continuavam lucrando com a estrutura escravista exportadora. A grande maioria da população continuou presa na dinâmica desenvolvida na Colônia por, praticamente, quatro séculos até a proibição da escravatura.

O Estado brasileiro, como recorte mais específico, intenso e demonstrativo deste desenvolvimento, fundou-se sem bases sociais mais amplas, embasado em representações de grupos aristocráticos, cujo poderio adveio da escravidão e que permaneceram empoderados mesmo após a abolição, pois a estrutura latifundiária continuou excluindo as massas de trabalhadores que dependiam de se permitir serem explorados como assalariados. Fundamenta-se, assim, o capitalismo verde e amarelo, no qual as classes dirigentes (heterogêneas muitas vezes em seus projetos, mas coesas na manutenção de seus privilégios) metamorfosearam o tipo de dependência colonial em uma combinação de conservadorismo cultural e liberalismo econômico, apoiada em narrativas institucionalizadas que justificavam a

condição de dependência como etapa do desenvolvimento e seus privilégios econômicos, sociais e políticos como direitos merecidos.

O crescimento econômico brasileiro, ainda em 2019, é representado como passível de se inserir mais amplamente no comércio exterior por meio da exportação, mantendo-se a superexploração do trabalho como fonte produtiva de capitais de giro. Os grupos dominados reproduzem esta lógica e a narrativa dos dominantes galgando posições sociais e prestígio sustentadas na servidão ao opressor, o qual mantém esta condição militarizando integralmente dispositivos do Estado em suas forças policiais e militares e colocando o Estado de exceção como regra na sociedade (ARANTES, 2014).

A relação entre elite e massas sociais nos remete a discutir a questão das classes sociais como conceito sociológico conjuntural. O emprego do conceito de “classe social” pode ser feito de diferentes maneiras: como estrato social ou como equivalente de camada social relacionada às tradições culturais de organização, com maior ou menor mobilidade social dos indivíduos, tais como castas, estamentos, hereditariedade ou renda e status; como comunidade de interesses ou, ainda, como uma especificidade histórica inerente ao capitalismo e às relações sociais de trabalho, nas quais os indivíduos se socializam em trocas simbólicas e econômicas, sendo proprietários ou não dos meios de produção dos bens sociais, o que influencia diretamente o papel individual no mercado de trabalho – como vendedor de trabalho (tempo livre e força produtiva), transforma-o na extensão da propriedade privada de outros indivíduos ou como comprador de trabalho alheio, permitindo a apropriação de valores produzidos em prol da ampliação do próprio capital.

A estratificação típica da sociedade de classes significa a situação econômica regulando o privilegiamento e o condicionamento de classes e, desta forma, os processos de concentração social da riqueza, de prestígio e de poder sobre os mecanismos de mobilidade social, estabilidade e mudança social, incluindo forte influência e até mesmo determinações no controle da máquina burocrática pública dos governos, dos legislativos e, inclusive, do judiciário. A caracterização conceitual, analítica e interpretativa das classes sociais na América Latina remete ao status do simbolismo tradicional aristocrático articulado com a classificação por rendas e interseccionado por uma cultura patriarcal. Nesse caso, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna autônoma das forças produtivas, mas do desenvolvimento do capitalismo imperialista que não permite bases de crescimento autossustentado e autônomo, tendo como consequência uma sociabilidade em que as classes e as relações de classes carecem de dimensões estruturais e de dinamismos

societários essenciais para a integração, estabilidade e transformação equilibrada da ordem social – inerente à sociedade de classes (FERNANDES, 1973).

[...] o modelo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva [...]. As classes sociais não são diferentes na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social (FERNANDES, 1973, p. 47).

As classes sociais surgem com o avanço do capitalismo na medida que a sociedade passa a associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social (hierarquiza os indivíduos) e à ordem legal que ambos requerem, à propriedade privada, ao direito racional, ao Estado nacional e à força de trabalho como mercadoria. Ordem na qual a situação econômica regula o privilegiamento e o condiciona direta ou indiretamente.

A relação entre classe e status coexistem intimamente relacionadas nas disputas por distribuição de renda, condição econômica e por reconhecimento simbólico. A estratificação em classes não extinguiu relações, estruturas e funções da ordem social anterior – elas sobreviveram, sendo absorvidas e ressignificadas pelo mercado e pelo sistema produtivo, projetando conflitos e tensões e fundando uma situação histórica: a divisão da sociedade em uma população integrada que encontra classificação no mercado e status social e uma população excedente, despossuída, que não encontra classificação no mercado. Trata-se da marca distintiva da América Latina e do Brasil, cuja estrutura social é determinada por uma conjunção entre privilegiados internos e a exploração externa como realidade econômica, social e política, vinculadas à expropriação que permitiram a revitalização das atitudes, valores e comportamentos de origens estamentais e a sobreposição de valores exclusivistas. Portanto, as classes sociais surgiram como formação típica do capitalismo, mas apresentaram variações em dada conjuntura: o capitalismo dependente e sua democracia restritiva, cuja modernização se pauta por padrões de consumo ampliados para dissimular a dominação de classes. O arcaico é reabsorvido e ressignificado.

O conceito de classe social na América Latina e, em especial no Brasil, precisa ser empregado levando-se em conta que o capitalismo regional tem especificidades, justamente pela falta de autonomia política e econômica. A existência de classes é dissimulada pelo não reconhecimento de privilégios ou por suas representações como direitos conquistados e merecidos, o que escamoteia a desigualdade, a dominação, a opressão e a exploração. A

trajetória e posição na estrutura de classes sociais é condicional para o comportamento individual. A cultura dos indivíduos é o que plasma o modo de ser de sua classe social, transformando-a em objetividades culturais e de estrutura histórico-sociais. A ação humana é o fator vivo e a força motora dos fenômenos sociais. As possibilidades de participação cultural são índices de diferenciação social.

O tipo de capitalismo que vigorou nas Colônias de exploração tem suas dinâmicas organizacional e evolutiva extraída da incorporação econômica, tecnológica e institucional do capitalismo hegemônico e do crescimento interno de uma economia de mercado, que reproduz a expropriação típica do capitalismo moderno com sobreposição repartida do excedente econômico, produzido em dois polos dinâmicos interdependentes: o externo e o interno. O constante impacto externo induz, condiciona e regula a mudança estrutural, mas o capitalismo dependente tem sua própria lógica econômica de intensa apropriação e exploração das forças produtivas configuradas em democracias restritivas – por sua dependência –, nas quais a ascensão de classes é vista como conquista democrática e não como direito individual inalienável. (FERNANDES, 1973).

Em uma sociedade onde o desenvolvimento e o bloqueio de suas forças são consequências inexoráveis do mesmo princípio, cada progresso técnico significa ao mesmo tempo uma regressão [...] A estação de trem mascara-se como castelo medieval, mas esta máscara é sua verdade. (ADORNO, 1968, p. 81-82).

O capitalismo dependente se estabelece de maneira ambígua e se legitima na possibilidade de mobilidade e mobilização de classes, de forma a permitir que certas demandas sejam defendidas a partir das camadas populares, mas a dinâmica da luta de classes e da própria cidadania é suplantada para defesa dos privilégios, sejam os fartos das elites ou os escassos das classes médias (parte integrante do proletariado, pois também têm seu trabalho vendido como mercadoria ou se veem na condição de pequeno-burguês, submetidas à lógica delineada pela burguesia, dona dos insumos, da matéria-prima e da propriedade privada dos meios de produção dos bens sociais, que compram trabalho e convertem a força produtiva alheia na extensão de sua propriedade). Esses privilégios são estabelecidos como méritos, protegidos pelas instituições sociais como democracia ampla e impedindo rupturas aprofundadas em prol dos explorados. O conflito advindo da indignação é negado como realidade democrática e transformado em caso de polícia, representado como a própria ameaça à democracia (restritiva).



Escavidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Os que fugiam para o interior do país viviam isolados de toda convivência social, transformando-se, eventualmente, eles próprios em grandes proprietários (CARVALHO, 2014, p. 27).

A emancipação popular é atravancada ideologicamente e quando este recurso é insuficiente as instituições acionam seus dispositivos de violência, legitimados como defensores da democracia, para proteger a sociedade. Os interesses de grupos integrados economicamente, restritos à maioria da população, são expostos como se fossem interesses da nação, independentes das diferenças internas de classe em uma reelaboração retórica contínua de mais ideologia combinada com a opressão para concretizar a dominação externa e interna dos donos do capital.

Tanto na América Latina quanto no Brasil existe uma sociedade de classes cuja estrutura é herança dos estamentos coloniais mesmo diante de um contexto atual com certa mobilidade social. São convergências de alianças históricas lucrativas entre a aristocracia nacional e as elites do capital internacional em torno da exportação de *commodities* – produtos em forma de matéria-prima, produzidos em larga escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade como petróleo, suco de laranja, carne, café, soja e minérios – e captação de capital especulativo para o mercado interno através da lógica neoliberal. A maximização dos lucros privados como núcleo das necessidades sociais que custeiam essa bonança exploradora do trabalho assalariado, sob o argumento que o crescimento econômico, por si só, sem qualquer baliza jurídica, diminuiria a pobreza e a desigualdade, na prática, mostrou-se falho e sempre culminou com a sociedade civil organizada, ampliando reivindicações em torno de direitos e condições de trabalho em detrimento de lucros privados de curto e médio prazo. Conquistas como férias remuneradas, jornada de oito horas diárias de trabalho, descanso semanal remunerado e outros direitos trabalhistas foram alcançadas sob violenta repressão e corajosa resistência.

As contradições destas variáveis sociais são os paradoxos de nossa sociedade – omissa na emancipação do indivíduo como autônomo e livre. A dinâmica do mercado financeiro

sobrepujou as instituições democráticas de países dependentes das economias centrais do ocidente como o Brasil, estruturando o Estado em um mecanismo de efetivação dos interesses financeiros à despeito das demandas sociais por serviços públicos e garantia de participação política. Uma espécie de totalitarismo neoliberal, um semifascismo travestido de democracia do voto, mas cuja lógica política é determinada pela lógica financeira de interesse dos donos do capital, os quais querem intensificar a exploração do trabalho com o objetivo de aumentar lucros. O Estado lhes garante créditos disponíveis e emergenciais quando necessário, demandando menores despesas com serviços públicos e previdência social, por exemplo (justamente setores atacados pela direita política brasileira e latino-americana). Trata-se de um projeto nacional que se constitui em um aprofundamento da dependência financeira dos capitais privados. Diante disso, todos os processos emancipatórios pelos quais passou a América Latina tiveram raízes em lutas sociais e culminaram em golpes ou repressões violentas pela manutenção da continuidade dessa dependência.

As nações da América Latina são consequências da expansão do colonialismo europeu de maneira sistemática. Essas sociedades, forjadas na expansão capitalista, tornaram-se mais complexas após os processos de independência colonial, cujos percursos foram marcados pela incapacidade destes países de barrar sua inserção dependente na economia, cultura e política do capitalismo ocidental globalizado, do qual a hegemonia reside nas potências europeias e nos Estados Unidos da América.

Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos EUA, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica e plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida [...] os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratadas facilmente como os 'interesses supremos da Nação'. [...] Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora. (FERNANDES, 1973, p. 11-12, grifo do autor).

A permanência duradoura de países na condição colonial e/ou neocolonial é proporcional à sua dificuldade de inserção no capitalismo globalizado com condições autônomas e de justiça social. O caso brasileiro intensifica este cenário em razão do

desenvolvimento de um processo ideológico forjado como mito fundador de nossa sociedade, desde as origens da colonização até o advento da república: a crença no futuro como algo abençoado e na necessidade de um líder (patriarcal) capaz de proteger a sociedade e conduzi-la ao progresso (CHAUÍ, 2001).

A dominação portuguesa e espanhola de colônias de exploração exigia uma ordem social que preservasse os interesses senhoriais (colonizadores) e os interesses da metrópole (Coroa/Nobreza/Burguesia mercantil – ibéricas).

Para tanto, os padrões ibéricos de estrutura social foram transplantados para a Colônia e combinados com uma realidade estruturada pela escravidão, o que originaria as condições de classes contemporâneas. A ânsia pela emancipação colonial se tornou popular pela rigidez da ordem social colonial.

[...] incluíam habitantes das cidades e vilas, mais ou menos identificados com a nativização do poder, especialmente aos níveis econômico e político. A massa que deu, em todos os países, apoio fanático aos movimentos de emancipação nacional foi recrutada entre esses setores. [...] somente através da independência os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial. (FERNANDES, 1973, p. 14).

As elites locais se apropriaram das demandas populares e utilizaram seus anseios como fundamentos da construção e efetivação de uma independência nacional, cujos interesses reais eram de conveniência prática à aristocracia dominante. A modernização conservadora é a gênese política do Brasil e da América Latina. A burguesia nacional das ex-colônias conserva a exploração intensa de suas forças produtivas internas e a colocam para suprir demandas do mercado de especulação internacional. Estabelece-se a manutenção do *statu quo* da dinâmica comercial e financeira com a cumplicidade entre elites locais e internacionais.

O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1973, p. 16).

O imperialismo neocolonial impulsionou a industrialização capitalista, a qual se sustentaria na ampliação do consumo e na exploração do próprio trabalho assalariado, cujo

agente produtivo é também consumidor em potencial. Daí se desenvolveu o desmantelamento da escravidão e a introdução de um novo modelo produtivo. O mercado dinamiza-se internamente, o trabalhador/consumidor é fonte de lucros pela exploração de seu trabalho e pelo consumo. Essa dinâmica demanda conciliação entre emprego e capital. A produção capitalista demanda consumo, que demanda renda, que demanda emprego assalariado. As multinacionais passam a exercer forte importância na geração de empregos que alavancam o consumo nos centros urbanos. Mas as indústrias multinacionais se instalam mediante atrativos como mão de obra, insumos e matéria-prima baratos, bem como isenção fiscal e tributária. A conciliação se nivela em favor do capital devido à dependência sistêmica, na qual o trabalho assalariado fica submetido. A objetividade prática é garantir uma potencialidade de consumo associada à intensificação da exploração do trabalho. Os interesses dos países mais desenvolvidos economicamente se sobressaem aos interesses populares das ex-colônias. Entretanto, como a burguesia local também usufrui da espoliação social e continua exportando, ela mantém a dependência. (FERNANDES, 1973).

Essa dinâmica econômica, política e social fomenta a financeirização calcada na globalização totalitária do capital, dada pelo desenvolvimento de corporações empresariais transnacionais de investimento, especulação e crédito – pilares para o desenvolvimento econômico local.

No Brasil, os golpes conservadores e reacionários ocorreram para dar continuidade aos padrões de dominação nos âmbitos do trabalho, do cotidiano, dos costumes e da cultura. Foram constituídos como contrarrevoluções preventivas, acoplando aspirações populares para transformações dentro da ordem já estabelecida e amparadas na intelectualidade orgânica de interpretações teóricas e sociais que se tornaram engrenagens do sistema e forjaram a legitimidade dos movimentos políticos ligados aos interesses oligárquicos, desenvolvidos em momentos críticos da história do Brasil. São exemplos: José Bonifácio, na Independência, em 1822; Oliveira Viana, no Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937; Gilberto Freyre, no golpe de 1964 e Olavo de Carvalho na ascensão direitista, aglutinada em torno de Bolsonaro, em 2018.

O intelectual aprende bem depressa a ‘lei’ de sua sobrevivência e prestígio. Ele recebe certas compensações e logo aprende que, se deixar de obedecer às expectativas, corre o risco de perder regalias. Assim, uma das coisas mais importantes que se deve analisar, na presente situação com referência ao universitário brasileiro, é a tendência ao estabelecimento de níveis salariais muito altos. O que isto representa? Não se pretende apenas impedir a fuga de talentos, de estabelecer competição, de incentivar o talento

etc. Parece claro que se quer comprometer o intelectual com o nível de vida das minorias poderosas e com o espírito conservador, para neutralizá-lo. Entre uma investigação e outra, ele vai preferir uma pesquisa que crie menos problemas; entre uma forma de fazer análise e outra, ele vai preferir uma análise mais mitigada e mais evasiva. Talvez até, ele acabe sendo altamente racional com relação a fins, como diria Max Weber. E o fim vem a ser a preservação e a melhoria de sua própria posição na universidade. (FERNANDES, 1978, p. 164, grifo do autor).

No Brasil contemporâneo, os grupos dominantes precisam que sua dominação se efetive através dos subalternos, pelas camadas médias da sociedade, pois as elites são minorias que coordenam financeiramente a opressão com violência física e simbólica sobre aqueles que sustentam o sistema e precisam continuar a sustentar, a fim de que o sistema continue existindo como tal. A violência simbólica se faz, em especial, nos discursos ideológicos de meritocracia, os quais são direcionados à sensibilidade do grupo dos “batalhadores” que constituem uma ampla camada social: a classe média em geral e uma nova classe média surgida de políticas públicas de geração de emprego, renda, inclusão e inserção educacional, associadas ao crescimento econômico, que começou a ruir em 2008 com a queda das bolsas e a crise imobiliária dos EUA. Trata-se de um proletariado em ascensão de status social e de estrato salarial, dos quais muitos não se enxergam como subalternos ou se veem nessa condição apenas por um tempo, ou seja, até conseguirem subir na pirâmide social por seus próprios méritos. Uma prisão psicossocial que ocorre pela ameaça de empobrecimento ou descredibilização social, pelo medo de se tornar “ralé” – a massa excluída e empobrecida, cuja alta e pouco exigente demanda por trabalho desvaloriza os salários dos muitos “batalhadores”.

Essa “ralé” tem de lidar especialmente com a violência física do cotidiano militarizado da periferia das grandes cidades para impedir qualquer conturbação da ordem. A classe média é cooptada pelas elites por meio de um convencimento ideológico da esperança meritocrática e pelo escasso, porém real, privilégio material ao qual tem acesso na sociedade posicionando-se entre as elites e as massas, tais como: maiores índices de consumo, saúde e educação privada. (SOUZA, 2010).

A sociedade recorrentemente se enfurece em suas parcelas mais críticas como educação e arte. As elites, então, descredibilizam os pontos críticos que se forjam nas contradições internas, surgindo o anti-intelectualismo, a censura moralista da arte e a demonização dos considerados e representados subversivos como os estudantes, por exemplo. Isso se espalha no cotidiano em um jogo de imitação e reprodução de discursos dos

dominantes em prol de status, e os próprios subalternos passam a se autovigiarem, assegurando a continuidade dominante no enfrentamento das resistências que surgem como criminalidade, como arte e por meio dos movimentos sociais, expressando justamente o que se encontra dissimulado nas dinâmicas capitalistas: a luta de classes e a dominação de classes.

Na tradição marxista, o certo seria perguntar se as classes trabalhadoras possuem ou não condições objetivas e subjetivas para travar em nome próprio e em seu proveito a luta de classes. O que fazer para pôr termo às revoluções “interrompidas” do passado remoto, do passado recente e do presente? Nas relações antagônicas de classes não é a justiça social nem o critério de equidade dos proletários que determinam quem explorará estrategicamente as contradições percebidas e dinamizadas através dos conflitos reais ou simulados.

Temos de enterrar o lugar-comum em questão e orientar o pensamento sociológico contestador na direção oposta, a única que pode ajudar “os de baixo” a tomarem consciência das situações revolucionárias emergentes e a lutarem pelo aprofundamento da revolução dentro da ordem ou contra ela. (FERNANDES, 2015, contracapa).

Nossos principais imbróglis não residem exclusivamente nos resquícios do passado, mas na configuração do capitalismo dependente e subdesenvolvido, no qual a revolução dentro da ordem é a própria contrarrevolução, uma vez que se esbarra no subserviente e lucrativo colonialismo interno das elites. O combate ao imperialismo estrangeiro que avança explorando nossos recursos, nossa força produtiva e, até mesmo, especula e lucra com nossa dívida pública nos impondo menos autonomia pela dependência é o combate ao próprio capitalismo estruturado.

Há uma ordem sistêmica mundial que não possui uma real e democrática alocação de poderes e decisões, os quais estão concentrados na força política, estratégica e militar dos países árabes produtores de petróleo; na Rússia e na China, gigantes reminiscências da guerra fria, que almejam maiores influências no plano econômico global e formam os BRICS (grupo político de cooperação de países considerados emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); na União Europeia e seu enfrentamento ao envelhecimento da população, ao desemprego de jovens e à crise do estado de bem estar social em alguns países da Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal, este último que se recupera com equilibrada disputa democrática e uma sociedade participativa), enquanto imigrantes internos e externos ao bloco seguem em direção ao dinheiro para as grandes potências como Escandinávia, Países Baixos, Alemanha, França e Inglaterra (que busca um acordo para se retirar do bloco justamente em resposta, dentre outras questões, ao grande fluxo de imigrantes para seus

territórios e à Europa, de maneira geral, e ao encarecimento da manutenção do funcionamento dos serviços públicos e planejamentos estruturais); e, por fim, nos Estados Unidos da América que, ao lado da Europa, representa a maior das potências ocidentais e também enfrenta uma crise de imigração pelo grande número de pessoas que buscam empregos e oportunidades. Tais imigrantes, advindos de países subdesenvolvidos e dependentes, sobrevivem sendo vilipendiados economicamente em acordos injustos e pela influência determinante do dólar como moeda que lastreia as riquezas das economias nacionais.

O Brasil tentou, algumas vezes, buscar maior autonomia diante deste cenário, tanto com os BRICS quanto com o MERCOSUL<sup>42</sup>, porém com a grande exportação aos EUA e à Europa, bem como a grande dependência de importação de manufaturados, tecnologia e *royalties* desses, nossa economia permanece alinhada com os interesses comerciais das potências do ocidente. E mesmo alianças, como a dos BRICS, colocam o Brasil em grau de dependência de exportações para China que disso se utiliza como estratégia de influência política internacional.

O alinhamento de Jair Bolsonaro, presidente brasileiro, com o presidente Donald Trump, dos EUA, em favor de acordos bilaterais, desacelerando tentativas autônomas com os mais periféricos e leiloando reservas de petróleo na camada do pré-sal de seu litoral para exploração especulativa dos mercados financeiros e não mais para atender aos interesses sociais, como inicialmente se propunha, com a alocação dos recursos da exploração para a educação, aponta nossas relações íntimas de alinhamento político com potências ocidentais e sua influência financeira, política e ideológica. O Brasil é como uma classe média a nível internacional.

A descolonização deve ser levada às últimas consequências em relação ao capitalismo imperialista e à dominação de classes. A opressão ocorre em um efeito cascata, ou seja, de países mais ricos para países mais pobres e de estratos sociais mais ricos para os mais pobres. Trata-se de uma dinâmica de contradições, cujas manifestações explodem em pobreza, concentração de renda, desigualdade social e culminam na marginalização social e tudo o que dela decorre: mercados ilegais com nichos de comércio, criminalidade e ignorantização.

A questão que se coloca é referente às forças que se insuflaram contra a ordem vigente, às quais foram violentamente pulverizadas no Brasil. O progresso no Brasil sempre foi norteado pelo polo externo. A estrutura de acumulação mundial é oriunda da organização

---

<sup>42</sup> O MERCOSUL é integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para livre circulação de bens e serviços e pela adoção de uma política comercial comum.

de territórios em cadeias produtivas e escala mundial, ampliando o lucro transnacional especulativo e limitando o uso de recursos em muitas localidades dos países subdesenvolvidos com a finalidade de atender aos interesses do capital mundial em um aprofundamento das condições subalternas. É preciso ressaltar que a desagregação do antigo regime colonial não é o mesmo que a descolonização como processo histórico sociocultural.

Sempre que a crescente participação popular coincide com a recessão econômica e ameaça o desenvolvimento financeiro dos endinheirados, os custos destes prejuízos são transferidos para os trabalhadores de classe média sob a forma de preços, juros, precarização, arrocho salarial e desemprego, e quando estes processos não se efetivaram por materializações políticas de aspirações populistas, desencadearam-se golpes de Estado escancarados e abruptos ou dissimulados e graduais. Os golpes têm sido, historicamente, o prolongamento de problemas estruturais do País em benefício daqueles que lucram com essas contradições.

De acordo com as reflexões teóricas de Francisco Weffort (1978), sociólogo que tem considerável contribuição nos estudos do populismo no Brasil, o fenômeno do populismo acomoda lideranças populares conflitantes, o que aponta para as causas da aparência de inatividade das classes subalternas após a efetivação de golpes. Este modelo de governo reage às pressões da sociedade: ao mesmo tempo em que realiza política para as massas procura levar a cabo suas verdadeiras finalidades. Assim, se por um lado se representa como a democratização do Estado, por outro se apresenta como projeto de poder que flerta com o autoritarismo pela legitimidade do carisma e popularidade.

Segundo Ruy Braga (2017), o populismo não se explica pela ideia de manipulação, mas sim pela ambivalência, uma vez que é resultado de pressões populares e demagogia de políticos aduladores em busca de apoio popular, sintetizando-se como pressão e tração das massas (BRAGA, 2017). Para Octávio Ianni, o populismo e não as políticas públicas populares gerou o aprofundamento do capitalismo no Brasil, pois foi uma etapa decisiva de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção dos bens sociais, em que as classes se opunham veladamente e, à medida que esta oposição ficou escancarada, os pactos de classe se esgotaram (IANNI, 1968).

Neste debate teórico, Jessé Souza (2017) aponta que conceituar o populismo de forma negativa alimenta narrativas que desabonam aspectos populares de iniciativas políticas, todavia o Estado, sob a tutela de governos populistas, geralmente faz mediações entre classes sociais e grupos políticos antagônicos.



A perda de hegemonia de grupos políticos e sociais, em diversos momentos da história, estabilizou-se com a ascensão de líderes carismáticos que buscaram impor ou estabelecer acordos entre as grandes massas e uma elite do poder e do dinheiro. Pode-se citar como exemplos a abolição da escravidão no segundo reinado, o trabalhismo e o reformismo de Vargas e João Goulart e o “lulopetismo” com a inclusão por meio de consumo e renda. Foram políticas ambíguas que mediaram interesses populares e aristocráticos, mas se esgotaram diante de cenários nos quais os dominantes se sentiram ameaçados de não mais conduzir os rumos políticos e econômicos do Brasil e, assim, manterem seus privilégios.

Nesse contexto, eis os resultados: a abolição desencadeou a reta final do golpe da proclamação da república; o projeto trabalhista resultou em pressão oligárquica e no suicídio de Vargas e, mais tarde com as reformas de base, no golpe de 1964 e ascensão conservadora militar; e o lulopetismo se esgotou na crise de 2008 desencadeada nos protestos de junho de 2013, no fim da era petista e na nova ascensão conservadora de Bolsonaro ao poder máximo do executivo, saudando o passado autoritário da ditadura associado com uma agenda ultraliberal de desmonte da previdência social e dos direitos trabalhistas e das minorias.

Os interesses do capital cooptam o Estado investindo milhões em dinheiro (legal e ilegal) em campanhas e projetos políticos, os quais retornam via corrupção, favorecimento e defesa de pautas legislativas que garantem a privatização das riquezas do país, aprofundando as desigualdades sociais.

A exploração ocorre por uma aliança entre a burguesia interna e externa, visando a satisfação de suas expectativas de acumulação. Dessa forma, qualquer desenvolvimento econômico nacional pressupõe aumento da exploração expropriadora da força de trabalho das massas e dos recursos naturais. Quando a elite burguesa interna se percebe impossibilitada de conter emancipações populares no âmbito político e social, desloca-se para posicionamentos antinacionais no espectro econômico, porém, no espectro político, mascara-se por posicionamentos nacionalistas, nos quais são capazes de assumir menores lucros garantidos por alianças com potências imperialistas, sempre, para assegurar seus interesses em sua continuidade como grupo dominante e detentor de recursos e privilégios sociais.

Aprofunda-se a dependência econômica para ampliar a exploração capitalista, oscilando entre momentos autoritários e um capitalismo reformista permeado de enrijecimentos sucessivos sem uma ampliação da socialização dos lucros, no qual o que determina (em última instância) as necessidades do trabalho é a vontade do capitalista e do mercado financeiro.



### 3 1964 – O GOLPE E A DITADURA CIVIL-MILITAR

Passaram-se mais de 50 anos do golpe de 1964 e do início da ditadura civil-militar brasileira, momento mais autoritário e violento no Brasil pós-era Vargas. Sua atualidade ainda é latente, pois os debates em torno dos erros e acertos da ditadura e sobre a validade moral e legal da Lei da Anistia ainda figuram na esfera pública, no palco político, histórico e social do País (ESTEVEVES, 2017).

Em ditadura civil-militar, o termo “civil” refere-se às camadas da sociedade que apoiaram e legitimaram o regime, encabeçado pelos militares, como políticos do Congresso Nacional, dos governos estaduais, cidadãos da classe média e das elites rurais e urbanas (setores do empresariado dos ramos comerciais, industriais e midiáticos). A existência de qualquer regime instituído não é possível se a sociedade em que ele está posto não o construiu historicamente, apoiando e legitimando, material e simbolicamente, com discursos que o sustentem. Podemos notar o caráter civil nos trechos da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), tanto do golpe de 1964 quanto do regime de repressão violenta aos opositores, articulado como uma parceria público-privada.

[...] os últimos arranjos para o golpe contaram com a participação de empresários do setor industrial, tanto estrangeiro quanto nacional e de portes variados. No dia 31 de março, prestaram algum tipo de colaboração ativa ao movimento as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Eссо Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, Good Year, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Peceniski (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do Brasil. [...] A estrutura e os objetivos do grupo foram objeto de elaboração conjunta entre empresários do IPES e oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). O grupo [...] teria começado a atuar de forma organizada no início de 1963 para ‘prestar um trabalho visando à defesa de nossos ideais democráticos e cristãos’. Esse núcleo ‘articulou-se

junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública' e 'iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964' [...]. (BRASIL, CNV 2014, p. 311-312, grifos do autor).

Nada é mais impactante na investigação sobre o papel dos civis ao longo do regime ditatorial do que a colaboração de grandes empresários no financiamento da estrutura da repressão. Sabe-se que propriedades particulares serviram de campo de extermínio de opositores do regime, como no estado do Rio de Janeiro, na Usina Cambahyba, pertencente à família de Heli Ribeiro Gomes, de Campos dos Goytacazes, e na Casa da Morte, em Petrópolis, do empresário alemão Mario Lodders. O caso mais simbólico foi o da Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Após certa liberalização do regime quando Costa e Silva tomou posse em 1967, tornaram-se possíveis manifestações públicas de insatisfação com a ditadura, mediante grandes passeatas nas principais capitais do país, além de ações de opositores no Parlamento federal. O governo resolveu, então, aumentar a repressão contra os opositores, baixando o AI-5, que suspendeu o habeas corpus para crimes políticos, fechou o Congresso Nacional por mais de dez meses, instituiu a censura prévia à imprensa e criou o Sistema de Segurança Interna (Sissegim), que se somou ao SNI. Em contraposição, grupos de resistência armada empreenderam algumas ações espetaculares, como assaltos a bancos, a captura do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, além da impactante deserção do capitão Carlos Lamarca, que abandonou o Exército para se juntar a uma organização de resistência armada. (BRASIL, CNV 2014, p. 318).

Ao lado dos banqueiros, diversas multinacionais financiaram a formação da Oban, como os grupos Ultra, Ford, General Motors, Camargo Corrêa, Objetivo e Folha. Também colaboraram multinacionais como a Nestlé, General Electric, Mercedes Benz, Siemens e Light. Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seu presidente, Theobaldo De Nigris. Nos salões da FIESP, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto fazendo palestras aos empresários, em reuniões onde se solicitavam recursos para financiar a Oban. Contudo, em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, em junho de 2013, o ex-ministro declarou que não tinha conhecimento da existência de torturas e mesmo da colaboração de empresários com a Oban, embora menções e evidências sobre sua participação no esquema sejam notórias. Mesmo o insuspeito general Sylvio Frota, que foi ministro do Exército do governo Geisel, assinalou que a Oban refletia o pavor que os empresários paulistas tinham da ação das organizações da esquerda armada. (BRASIL, CNV 2014, p. 320).

Novas revelações do envolvimento do empresariado com o aparelho de repressão e conseqüentes graves violações de direitos humanos continuariam a aparecer ao longo das últimas décadas. Em depoimentos prestados por militares a cientistas sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), no início dos anos 1990, os generais da reserva Cyro Guedes Etchegoyen e Gustavo Moraes Rego Reis admitiram a colaboração do empresariado na criação da Oban. (BRASIL, CNV 2014, p. 321).

Como é do conhecimento da sociedade brasileira, até hoje as Forças Armadas brasileiras negam a existência de qualquer informação e/ou documentação que esclareça a atuação da Oban, inclusive o destino do dossiê que Contreras consultou nas mãos do coronel da Aeronáutica. (BRASIL, CNV 2014, p. 322).

Justificamos utilizar a Comissão Nacional da Verdade como fonte de dado, por tratar-se de um documento de caráter técnico-científico. Outras fontes também serão citadas, aumentando a relevância deste documento em nossa documentação.

A seguir trecho que aborda os objetivos e composições da CNV:

A composição de quadros é o único tópico que antecede a instalação de uma comissão, tarefa empreendida por legisladores e governantes que podem ou não se tornar seus partícipes. Os perfis dos comissionários organizam-se em torno de dois eixos de legitimidade presumida, ligados ora ao princípio de ‘imparcialidade ativa’, ora ao de ‘proximidade’, que Rosanvallon (2009) supõe serem duas figuras-chave de legitimidade da democracia na cena contemporânea. No cenário amplo e heterogêneo das comissões, os dois eixos são reivindicados em discurso ou simplesmente experimentados, com variações que vão de rígidas marcações de distinção a fórmulas híbridas sem tensões pronunciadas. O comissionismo incluiu, portanto, diferentes combinações e modulações locais dos dois princípios. A lei de criação da CNV (n. 12.528, de 18 de novembro de 2011) definiu que seus membros fossem pessoas de ‘reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como Direitos humanos e democracia com o respeito aos direitos humanos’. No mesmo artigo, lê-se ainda que é vedada a participação daqueles que ‘não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão’. Na prática, além da exclusão de militares e figuras associadas ao exercício ou aos valores políticos da ditadura, a interpretação dessa cláusula significou a composição de um corpo de comissionários não diretamente afetados pelo regime, isto é, pessoas que, reputadas pelo compromisso com a democracia e os direitos humanos, não tivessem sido presas, torturadas, constrangidas a esconder-se ou exilar-se em decorrência da ação persecutória da ditadura. A premissa de fundo era de que a afetação direta de comissionários pelo regime poderia comprometer a isenção de seus trabalhos. O discurso de Dilma Rousseff na instalação da CNV endossou essa preocupação com o arranjo delicado a ser instaurado: ‘escolhi um grupo de cidadãos e cidadãs de reconhecida competência, sensatos e ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio’. O perfil imputado aos comissionários tem afinidade com a atitude de ‘imparcialidade ativa’, atribuída por Rosanvallon a sujeitos avessos a pré-julgamentos, mas situados no mundo de paixões, conflitos e, portanto, parcialidades. Para os legisladores da CNV, trata-se de uma disposição inacessível a pessoas cujas biografias as tornem reféns de ‘revanchismo’ e ‘acerto de contas’, conforme expressões de Rousseff, que compõem a noção de ‘posições fechadas’ de Rosanvallon (2009, p. 162). Supunha-se que o interdito à inclusão de comissionários implicados pessoalmente nos assuntos da CNV garantiria a independência de seu corpo dirigente em relação às matérias sob investigação, o que seria compatível com um ideal de compromisso sem

afeto desmedido, com modos racionais e moderados. O tema da objetividade ou do ‘desapaixonamento’, para recuperar a formulação de Huntington, extrapolou o momento de formação da CNV, passando a compor seu repertório de justificação e autodescrição. Conforme seu último presidente, a CNV teria como objetivo primordial a busca pela ‘verdade factual’, pouco suscetível a discordâncias. Diferentemente da especulação sobre causas da violência, que faz eclodir um sem número de narrativas sobre o mesmo evento, a ‘simples descrição’ dos fatos é ‘mais forte’, ‘fala por si só’. No lugar da noção de ‘verdade histórica’, que ‘envolve a construção de uma narrativa explicativa’, optou-se pela ‘cruza dos fatos’. Todos os comissionários teriam convergido, segundo ele, em torno desta afirmação: ‘nós não temos que ter opinião sobre as coisas, nós temos é que apresentar os fatos’. O resultado disso seria um ‘relatório de músculo e osso, sem gordura’. (HOLLANDA, 2018, p. 8-9, grifos do autor).

O caráter militar do regime se apresenta em razão de os agentes políticos que comandaram e instauraram, tanto o regime quanto o governo do executivo central por meio de um golpe de Estado, serem oficiais militares das três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), principalmente os da alta patente do Exército – generais (REIS, 2005). As instituições militares não reconhecem oficialmente que realizaram um golpe e nem que impuseram uma ditadura, colocando-se, outrossim, como aqueles que cumpriram seu papel e defenderam a democracia da ascensão totalitária do comunismo soviético sob a legitimidade de suas funções republicanas e de aspirações e anseios da sociedade<sup>43</sup>.

O presente capítulo tem a intenção de realizar uma reflexão histórica e teórica sobre a conjuntura social do golpe de Estado de 1964 realizado pelos militares brasileiros com o apoio de diversos grupos civis. Objetivamos entender os motivos pelos quais os militares se colocaram como agentes políticos da ditadura. Para tanto, realizaremos uma breve análise da formação das ideologias que permearam o processo em meio à Guerra Fria, além de uma reflexão crítica das consequências deste passado histórico no presente da sociedade brasileira, partindo do fim do regime do Estado Novo em 1945 e da estruturação de um conjunto de símbolos, conceitos, memória e imaginário durante os anos de 1950, com o surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG) e dos Clubes Militares, relacionando esta construção com o cenário histórico nacional e internacional do momento tratado.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ministro-faz-defesa-sobria-de-64-mas-celebra-volta-a-democracia.shtml> Acesso 27 mar. 2019.

### 3.1 Sociogênese militar no Brasil: colonização

A sociogênese é o estudo relacionado à compreensão da história do meio cultural em que se inserem os sujeitos, bem como as formas culturais de funcionamento que interferem na dinâmica psicológica dos indivíduos que o definem na medida em que cultura organiza o desenvolvimento (WERTSCH, 1985).

Podemos começar a refletir sobre a trajetória dos militares no Brasil a partir de 1548, quando D. João III (então Rei de Portugal) resolveu criar um governo-geral com sede na Bahia. Criou, então, uma guarda com o intuito de defender as fronteiras da Colônia e expulsar supostos invasores. No entanto, pelo menos até a Guerra do Paraguai em 1870, esta instituição tinha uma péssima conotação, configurando-se na cultura popular como refúgio de desocupados, desqualificados e malfeitores, representando, assim, mais uma punição do que uma profissão (SCHWARCZ, 2015).

Com o advento da Guerra do Paraguai<sup>44</sup> evidenciou-se que o Brasil não possuía uma estrutura militar adequada para suportar um conflito deste porte, pois o contingente militar brasileiro era pequeno devido ao regime escravista e a falta de interesse das populações de regiões distantes das fronteiras do Sul e Centro-Oeste brasileiros. Para o enfrentamento dessa questão foi ordenado um recrutamento forçado, formando-se uma força de 64 mil homens ao mesmo tempo em que o País se preparava para uma guerra no setor naval (a Marinha brasileira foi formada com transferência da sede do Reino de Portugal para o Brasil em 1808). Em meio à guerra, os militares brasileiros tiveram contato com ideais republicanos, abolicionistas e positivistas, além da representação de uma sociedade articulada economicamente que estes ideais se propunham a proporcionar e cujos militares eram valorizados como os guardiões da ordem institucional. Com o fim do conflito e a vitória do lado brasileiro, o exército se fortalece como instituição, tornando-se mais organizado e moderno, ao mesmo tempo em que os líderes dos movimentos republicanos, habilmente, desvinculam os militares da Monarquia, artraindo-os para a sua causa. O setor militar brasileiro, em especial o exército, adquire, a partir de então, a concepção identitária de salvaguarda da Nação como sua principal função, e em um contexto de crise da Monarquia e

---

<sup>44</sup> A Guerra do Paraguai foi um conflito que mobilizou Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, cujos motivos eram interesses imperialistas dos ingleses e disputas por fronteiras pluviais estratégicas para o comércio com o Estado paraguaio, o qual avançava sobre os territórios dos adversários sulamericanos. O Paraguai foi derrotado e seu líder, Solano López, assassinado, a infraestrutura foi destruída e parte significativa da população aniquilada

ao lado dos republicanos, os militares proclamam a República e tomam consciência de seu poder e de sua influência diante da sociedade (FAORO, 2012).

A exposição de motivos do Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, promulgado por Manoel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães para reorganizar os ensinamentos nas escolas do Exército deixa clara essa tomada de consciência:

Decreto de 14 de Abril de 1890 que define a posição do militar na sociedade política: O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado – corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate a moral - Cláusula do Art. 14 da constituição de 1891 (BRASIL, 1891).

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais. (FAORO, 2012, p. 612).

Vemos nestes dois trechos que, desde a gênese da instituição militar, a hierarquia é sobreposta, inclusive, aos valores individuais. O soldado carrega consigo a carga de ser o cidadão que corporifica a honra nacional, além de ser membro da instituição que tem o dever de salvaguardar as instituições constitucionais.

Os militares estão presentes em todos os principais movimentos políticos do país desde a Proclamação da República. Foram eles que instauraram e derrubaram o Estado Novo (época na qual é criada a Força Aérea Brasileira – FAB) e foram eles também quem implantaram no País, pelas vias das armas e da coação inconstitucional, um regime ditatorial civil-militar a partir de 1964.

Tendo em vista sua atuação política, desde a consolidação da Independência e a Proclamação da República até o fim da era Vargas, os militares adquiriram paulatinamente uma consciência de sua importância como uma instituição ímpar na sociedade brasileira (principalmente por ser o instaurador e o agente responsável pela derrubada do regime estadonovista). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo entra em um cenário de conflito ideológico, a Guerra Fria – travada entre esquerda socialista/comunista e direita capitalista, passando a disputar áreas de influência pelo globo. De um lado estavam os Estados Unidos da América (EUA) com sua doutrina capitalista (de caráter neoliberal, nos países subdesenvolvidos), socializando custos e privatizando lucros e de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com sua doutrina stalinista e sua prática de socialismo autoritário, em que o Estado se tornava o detentor de monopólios econômicos,



criando elites burocráticas e políticas e socializando os prejuízos da corrupção orgânica e autocrática, ambos igualmente perversos para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e popular (SINTONI, 1999).

Esse é um período extremamente doutrinário, que se estende até o golpe de 1964. O contexto da Guerra fria e o perigo do 'inevitável' confronto entre os dois blocos em que o mundo estava dividido vão influenciar decisivamente os estudos que se realizaram no interior da Escola Superior de Guerra, fazendo com que determinados setores a denominassem de laboratório ideológico das Forças Armadas brasileiras (SINTONI, 1999, p. 102, grifo do autor).

O Brasil, por se localizar na América, está geograficamente em área de influência norte-americana e, como os EUA, historicamente, possuem interesses econômicos na América do Sul, sentem-se ameaçados de perderem influências nessas áreas, principalmente, após o sucesso da Revolução Popular Socialista Cubana, em 1959, além da proliferação de ideais e partidos comunistas e socialistas, alinhados ou não com a URSS e/ou com a China comunista de Mao Tsé Tung, nos países da região. Essa conjuntura, somada à crise política brasileira em torno de reformas de caráter popular em 1964, levou os EUA a financiar e incentivar o golpe de 1964 (SINTONI, 1999).

O agravamento do conflito entre os dois blocos (URSS x EUA) surtiu efeitos imediatos nos setores militares brasileiros, especialmente no exército, criando uma polarização entre grupos militares, nacionalistas e antiamericanos, os quais se colocavam contra o capital estrangeiro e em oposição à subordinação do Brasil aos EUA *versus* aqueles que apoiavam a posição dos EUA no conflito e aceitavam a sua influência, cuja formação ideológica era neoliberal e contra o ideário das esquerdas, sem qualquer distinção (SINTONI, 1999). Um erro conceitual propositalmente elaborado num processo de ideologização.

Ambos os lados convergiam em querer buscar o desenvolvimento econômico do país, mas divergiam na maneira como isso seria dado. Os primeiros defendiam um desenvolvimento autônomo e nacionalista e eram taxados, por seus opositores, como comunistas por defenderem uma ideologia muito parecida com o etapismo nacionalista que o PCB (Partido Comunista Brasileiro) vinha defendendo à época, mesclada a uma campanha anti-imperialista. O setor que apoiava a ideologia norte-americana defendia que o desenvolvimento deveria se dar de maneira associada ao capital estrangeiro, o que, na prática, acentuaria a dependência econômica brasileira das economias do centro, como os EUA,

criando estatais com dinheiro público a fim de fomentar a infraestrutura e, posteriormente, transferi-las para a exploração privada gradativamente.

### **3.2 Escola Superior de Guerra e anticomunismo: tomada de posição do exército**

É sob esta égide que é formada, após o fim do Estado Novo varguista, a Escola Superior de Guerra (ESG) com forte influência dos EUA e dos setores que com eles se identificavam. A ESG estava voltada, de maneira intelectual, à formulação de valores e propósitos militares e a fornecer aos civis informes sobre o cotidiano militar, ou seja, tentar levar ao âmbito civil as ideologias recorrentes nos meios militares, proporcionando uma aliança com os civis que partilhavam de suas ideias de desenvolvimento e segurança. Para os militares, a segurança seria o resultado de uma potencialização racional do produto econômico e a redução de todas as tensões no seio do País. Para tanto, o Poder Nacional só se concretizaria através de um planejamento da segurança nacional e, como o país sofria pressões internas devido às condições históricas de desigualdade e ao conflito ideológico da Guerra Fria que penetrava cada vez mais na segurança interna do país, rachando alguns setores e esferas como a arte, os sindicatos e a educação, surgia no interior da ESG um corpo doutrinário que supunha travar um embate contra um inimigo perigoso e ardiloso, o comunismo.

Uma das formas de se levar as discussões militares ao âmbito civil se dava por associações militares de preponderância no contexto político. Tais associações eram conhecidas como Clubes Militares, os quais desempenhavam papel de ligação entre a sociedade civil e os militares, debatendo e refletindo a opinião de diferentes correntes da caserna.

A ESG se propõe a estudar os problemas brasileiros considerando as potencialidades econômicas e geográficas do Brasil. Desta forma, surge em seu interior um projeto com o intuito de fazer do País um palco de investimentos internacionais para o fortalecimento econômico. Podemos considerar esse projeto como a gênese do golpe de 1964 que, a princípio, buscava recolocar o Brasil nos “trilhos do progresso” e “restabelecer a democracia” para depois devolvê-lo aos civis. Sabemos, porém, que este segundo item é falacioso, mas é inegável, mesmo com a dependência de capital externo, que os militares implantaram um projeto modernizador da indústria e da infraestrutura com um viés progressista, definindo seus projetos a partir de vínculos com interesses de grupos privados, o que garantiu a legitimidade

de amplos setores significativos da sociedade civil (a grande mídia nacional, os bancos e seus parceiros econômicos).

Muito embora, o auge do desenvolvimento econômico do período tenha sido denominado de “milagre econômico”, na década de 1980, houve crise financeira e inflação, derivada das crises internacionais de 1973 e 1979<sup>45</sup>, ocasionando prejuízo aos trabalhadores assalariados e às camadas mais pobres da sociedade brasileira, já que enfrentaram a intensificação do arrocho salarial, a diminuição do poder de compra e a inflação, que se estendeu até 1994, com a implantação do Plano Real, de Fernando Henrique Cardoso, durante a presidência de Itamar Franco (com efeitos até a atualidade). Além disso, o Brasil permaneceu dependente de investimentos e empréstimos externos para o dinamismo da economia nacional e a geração de empregos e consumo (SINTONI, 1999).

Formulando-se como uma instituição anticomunista, a ESG, torna-se um centro estratégico contrarrevolucionário. A influência doutrinária desta instituição penetra hierarquicamente nas Forças Armadas no início dos anos de 1960, principalmente, após a Revolução Cubana, a qual representava um risco com possível surgimento de governos favoráveis à ideologia comunista na América Latina. Na visão da ESG, tratava-se de um perigo grave ao Brasil, pois tencionaria setores nacionais levando a uma desordem e romperia com a unidade e a segurança do mundo americano ocidental.

Por esta razão, os grupos de oficiais militares passaram a internalizar a necessidade de se combater a subversão interna, fazendo com que quase todos os oficiais brasileiros ficassem expostos, de maneira intensa, às doutrinas de guerra interna e à ameaça à segurança nacional que o comunismo representava, reproduzindo-o como uma corrente portadora do mal e que se deveria seguir as potências que lutavam contra ele, ou seja, os Estados Unidos da América. Assim, para se atingir o “Brasil potência” primeiro era necessário garantir a segurança interna, portanto lutar contra o comunismo e a influências que a União Soviética fomentava por meio da 3ª Internacional Socialista, na qual estavam filiados partidos comunistas ao redor do mundo todo, inclusive no Brasil.

Quando Juscelino Kubitschek venceu as eleições em 1955, alguns setores internos militares tramavam impedir sua posse devido a certo alinhamento com as ideias nacionalistas. No entanto, com uma intervenção do Ministro da Guerra, Brigadeiro Henrique Teixeira Lott,

---

<sup>45</sup> As crises de 1973 e de 1979 se trataram da fuga de capitais e queda de investimentos estrangeiros devido às altas do barril de petróleo, como reflexo geopolítico da disputa de interesses entre os países produtores de petróleo e as economias centrais do ocidente capitalista.

esse movimento foi abortado e, a partir de então, iniciou-se uma disputa pelo controle dos Clubes Militares, conquistada pelos militares aliados ao Ministro que se unem aos nacionalistas. João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas e vice-presidente do governo J.K., organiza um evento com o intuito de homenagear o Ministro da Guerra. Objetivando expressar-se como um movimento de massa e nacional, os organizadores deste evento exigiam a formação de uma força popular formada por trabalhadores e pequenos proprietários, todavia, para alguns setores militares, principalmente os adeptos da doutrina da ESG, as massas deveriam ficar fora do jogo político, e esta conclamação, portanto, era vista como uma desarticulação da ordem e, no entender deste setores militares e de parcelas elitizadas e/ou ignorantizadas da sociedade, o que estava se encaminhando era um plano de caráter comunista que enfraqueceria a democracia.

É importante ressaltar que esta linha nacionalista era apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro. Para o partido, tratava-se de uma forma de se consolidar uma revolução burguesa no País, enquadrando-o nos trilhos do capitalismo e do desenvolvimento nacionalista e, posteriormente, dirigir-se uma revolução nos moldes marxistas. Nesse momento, a imagem pública de João Goulart começava a ser associada ao nacionalismo que, por sua vez, era associado ao comunismo, representado como “portador do mal”, como inimigo da democracia.

É nítido que o golpe de 1964 surge em decorrência de um efeito dominó, iniciado com os primeiros momentos da Guerra Fria com ideologias anticomunistas, com a associação do comunismo às linhas políticas do País e sua abominação por oficiais de alta patente do exército, os quais possuíam uma formação na ESG e, tanto os da ala linha dura quanto os do grupo moderado da Sorbonne castelista, utilizavam-se do poder hierárquico para atuar em prol de suas perspectivas de mundo. O governo de João Goulart (Jango) veio num enalço reformista e trabalhista, incomodando esses setores conservadores do exército, pois desafiava a ordem estabelecida e seus anseios de segurança. Também desagradou a elite burguesa dos setores agrários e empresariais do Brasil, encaminhada para o golpe com o apoio inclusive da classe média – que temia que as reformas pudessem causar um caos (GASPARI, 2002).

### **3.3 Jango e os antecedentes do golpe**

Ao assumir a presidência em 1961, Jânio Quadros tentou elaborar uma política externa independente, buscando não demonstrar alinhamento político com o bloco capitalista e dialogando arbitrariamente com o bloco comunista não obstante o fato de ser dependente

economicamente e associado ao capital ocidental. Estes antagonismos se tornaram um alvo privilegiado de setores reacionários e conservadores da sociedade como a igreja, os partidos políticos e os militares.

Jânio Quadros montou um ministério militar do qual foram decorrentes profundas mudanças na hierarquia militar, rearranjando a coluna vertebral do Exército. Os militares da ESG, em uma jogada tática, colocaram-se como base militar de apoio ao Jânio, o qual organizou, orientado pela ESG, os principais postos de decisão militar, compondo-os com nomes como João Baptista Figueiredo e Ernesto Geisel (que viriam a ser presidentes militares da Ditadura) e outros militares diretamente ligados ao golpe de 1964. Nesse momento, os militares, ideologicamente alinhados aos EUA, alojaram-se ao lado do Poder, subordinando às suas ordens os militares de ideologias diferentes que, por uma questão de conduta militar, realizavam seu cumprimento, assumindo as rédeas do militarismo brasileiro, impedindo, com a legitimação do Presidente, por exemplo, que os Clubes Militares fizessem oposição às suas convicções e levassem discussões deste porte à sociedade. Com este cenário montado, bastava ao anarquismo, comunismo, socialismo, trabalhismo, mesmo à social-democracia ou a qualquer movimento ligado à esquerda e de cunho popular tornarem-se expressivos ou atentarem contra a ordem vigente que os militares estariam prontos para detê-los, aparelhados em um comando republicano, hierárquico, institucional e ideológico (GASPARI, 2002).

Durante o curto mandato de Jânio Quadros, a imagem do vice-presidente João Goulart esteve recorrentemente associada às ideias comunistas, seja pelas suas viagens oficiais diplomáticas à China comunista e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), seja por seu histórico de defesa de pautas de direitos trabalhistas, de redistribuição de renda e propriedade privada, cujo senso comum associava ao esquerdismo e ganhava reforço da imprensa. Em 25 de Agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou devido à crescente tensão ocorrente em torno de seu governo, o qual não possuía coalizão e articulação política consistentes. Precipitou-se, dessa forma, uma crise governamental, pois a ausência de anseio e clamor popular pela permanência de Jânio se esbarrou na elaboração da imagem que se tinha de Jango como herdeiro do personalismo populista de Getúlio – representante dos interesses sindicalistas. Após a renúncia de Jânio, alguns dos principais oficiais e ministros militares julgaram inconveniente o regresso do Vice-Presidente que, para eles, era comprometido com os comunistas. Em oposição, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, levanta-se ao lado de uma ala legalista do Exército, defendendo a Constituição e organizando, junto ao

Comando do Exército do Sul do País, uma frente de resistência pela legalidade (NAPOLITANO, 2018).

Com a evolução da crise, o País se vê diante de uma guerra civil em potencial. Visando contornar a situação, o Congresso promulga a Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o Sistema Parlamentar de Governo, limitando os poderes do Presidente (Chefe de Estado) e delegando-os ao Primeiro Ministro (Chefe de Governo) eleito pelo Congresso, Tancredo Neves, que permaneceu no cargo até julho de 1962, quando renunciou, assumindo, Hermes Lima, o qual permaneceu até janeiro de 1963, quando, por meio de um plebiscito, o presidencialismo é restabelecido, sob a bandeira das reformas de base, defendidas por João Goulart, o qual assume como Presidente, unindo as funções de Chefe de Estado e de Governo.

Para os militares, o espectro do varguismo, que parecia ter sido esconjurado quando da eleição de Jânio Quadros, pairava novamente sobre a sociedade e, com ele, os perigos do ‘sindicalismo populista’ acobertador dos planos de ‘comunização’ do Brasil. A posse de João Goulart na presidência do país corria risco; o que devia ser feito automaticamente só foi feito depois de muita tensão, e pela mudança de regras – como compromisso – com a adoção do parlamentarismo. A política nacional entrava numa rota conturbada, que acabaria por abalar o regime (SINTONI, 1999, p. 142-143, grifos do autor).

O período efetivo do governo de Jango, em razão do regime parlamentarista anterior, tem como características o seu enfraquecimento e o seu tumulto, além de ter sido marcado como uma época de realização de diversas manobras políticas para a recuperação de seus poderes presidenciais. Jango inicia sua agenda política pautada nas chamadas reformas de base para ampliar a distribuição da riqueza social, concentrada em elites históricas (SKIDMORE, 1979).

Dentre as reformas de base estavam: a reforma agrária, a qual se propunha a promover acesso mais amplo à posse de terra, associada ao Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia aos trabalhadores do campo os principais direitos dos trabalhadores urbanos e previa a desapropriação e indenização das áreas rurais inexploradas ou exploradas irregularmente, situadas às margens dos eixos rodoviários e ferroviários federais, bem como terras da União; a reforma educacional, que propunha valorizar o magistério e o ensino público em todos os níveis, intensificando a luta pela erradicação do analfabetismo; a reforma fiscal, cujo objetivo era aumentar a capacidade de arrecadação do Estado de forma mais equilibrada e progressiva em relação à renda e estabelecer limites para remessas de lucros para o exterior; a reforma eleitoral, considerada como uma oxigenação democrática com extensão do direito de voto aos

analfabetos e aos militares de baixa patente e legalização do Partido Comunista Brasileiro; a reforma urbana, que pretendia o planejamento das aglomerações urbanas e habitações; e a reforma bancária, que consistia no estímulo do sistema bancário para o financiamento de prioridades nacionais, ampliando o acesso ao crédito para produtores<sup>46</sup>.

Tais reformas eram o instrumento pelo qual o Presidente buscava constituir apoio popular para conseguir sustentação política para seu governo pelas bases esquerdistas, progressistas, trabalhistas, sindicalistas, nacional-desenvolvimentistas e dos movimentos sociais. Contudo, parece não ter se dado conta do quanto a esquerda era dividida no País e como era difícil alcançar sua homogeneidade em torno das mesmas propostas, fator que seguramente enfraqueceu sua sustentação política, porém, ao menos a ideologia do PCB, identificava-se com as propostas de Jango.

Com a posse de João Goulart, a ideologia do PCB parecia encontrar uma base de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para a efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo (RIDENTI, 1993, p. 26).

A agitação latente, promovida pelo governo Jango, inquietou as classes dirigentes, os chefes militares, parte da classe média, o empresariado e as oligarquias agrárias, sendo esses dois últimos setores, como não podemos esquecer, os grandes legitimadores do golpe, já que se sentiam os principais prejudicados pelas políticas que Jango estava tentando implantar, porque haveria diminuição de suas propriedades territoriais e de seus lucros advindos da exploração do trabalho assalariado e da especulação financeira. Também eram eles os que mais temiam o comunismo, o qual, segundo a lógica, expropriaria suas propriedades e as coletivizaria, exterminando com o sistema que lhes fornecia condição privilegiada e benefícios particulares em detrimento do coletivo, do bem comum e dos anseios populares. Essa é a razão pela qual esses setores passaram a clamar pela intervenção dos militares.

O discurso conservador era centrado no incentivo ao capital internacional para explorar nossos recursos e mão de obra como pretexto de um desenvolvimento associado ao capitalismo global, medo da desordem, do caos e em defesa de valores tradicionais e religiosos. Nesse último ponto, a sociedade ocidental cristã estaria, supostamente, ameaçada

---

<sup>46</sup> Disponível em: [www.institutojoaogoulart.org.br](http://www.institutojoaogoulart.org.br). Acesso em: 30 jan. 2019.

pelo comunismo ateu e precisaria ser salva da subversão e da corrupção populista (qualquer semelhança com os discursos radicais do conservadorismo de Olavo de Carvalho e dos bolsonaristas histriônicos de 2019 não é coincidência, mas uma continuidade das ideologias cultivadas pela elite nacional e incorporadas pela classe média, ameaçada pelo desemprego e perda de poder de compra).

É neste momento que os militares tornaram real aquela ideia de segurança em suas próprias capacidade e aptidões, às quais, legitimadas por amplos setores da sociedade civil, inclusive por grande parte da classe média – influenciada pelas campanhas intensivas da direita e dos militares ligados à ESG e pela mídia que as amplificava enxergava o comunismo como algo subversivo e portador do mal –, atingiram o ponto mais alto do golpe: a deposição do presidente João Goulart, em 31 de Março de 1964, que se deu com a cooperação de alguns Estados da Federação e das Forças Armadas, impregnadas de sua ideologia e de sua ideia de função a cumprir. O objetivo era de se evitar a suposta “ameaça” comunista em defesa da democracia, das instituições e da liberdade (NAPOLITANO, 2018).

Da renúncia de Jânio até a queda de João Goulart, os militares desenvolveram uma interpretação própria da realidade brasileira, orientados pela ideologia do macarthismo estadunidense, paulatinamente, embrenhado na política. Essa visão militar se expressa na transfiguração do golpe em revolução salvacionista, instrumentalizando-se na consciência pública, ou seja, elaborou-se um imaginário militar dos fatos, formado simbolicamente de uma interpretação pelos militares dos acontecimentos de março/abril de 1964 e seus desdobramentos, os quais, aliados à postura de se denominarem a corporificação da honra nacional, levaram-lhes não só ao golpe, mas a se considerarem heróis da Pátria e a manterem um governo autoritário por 21 anos, cujos impactos na Nova República da Constituição de 1988 têm dimensões amplas e profundas (SKIDMORE, 1988).

As ditaduras são construções históricas engendradas pela dinâmica política de sociedades concretas, posto que um regime político só pode se manter ao se sustentar em valores e interesses em disputa na sociedade para se fazerem ou para permanecerem hegemônicos. A Nova República brasileira foi forjada no seio da ditadura civil-militar e ainda temos inúmeras continuidades do período que permanecem latentes, tais como: lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou intensificados na ditadura; cultura política autoritária; a truculência das forças policiais; a concentração fundiária; o poder e a influência política dos bancos; os monopólios midiáticos; a deterioração de serviços públicos como segurança, saúde e educação; o aumento da dívida pública; os gastos de recursos da previdência social em



infraestrutura, que enriqueceram empresários e aliados políticos dos militares como a elite tradicional agrária, os investidores, os empresários, a burguesia nacional.

Os golpistas propunham combater a corrupção e o populismo para salvar o País da subversão comunista, mantendo a ordem e abrindo a economia para o incentivo de capitais estrangeiros, cujo resultado foi a intensificação da dependência econômica. Em abril de 1964, iniciaram a “caça às bruxas”, promovendo exonerações, aposentadorias compulsórias, prisões (mais de 50 mil pessoas, já em 1964) e censuras em universidades e órgãos públicos, fechamento do Congresso Nacional e cassação arbitrária de mandatos de parlamentares, prefeitos e governadores, além de invasões e depredação de sindicatos, entidades estudantis e perseguição de lideranças políticas, em total violação à Constituição Federal (BRASIL, CNV 2014).

Em seguida, instaurou-se o bipartidarismo. A indignação social começou a ganhar cada vez mais espaços nas artes, enquanto o movimento estudantil começava a se tornar um dos principais pontos de oposição ao regime. É desse movimento que se desenvolveram as primeiras manifestações públicas contra o governo. Enquanto isso, as camadas populares lutavam pela sobrevivência diária e consumiam programas de rádio e televisão que não tratavam criticamente a situação, funcionando como indústria cultural de massa na padronização da interpretação da realidade social.

Os altos índices econômicos atingidos na primeira metade do regime se tornaram o trunfo para enfrentar os opositores em narrativas oposicionistas, ao passo em que as manifestações estudantis passavam a ser violentamente reprimidas como no caso do assassinato do secundarista Edson Luiz pelas tropas do governo. Após este trágico episódio, surgiram mais contestações sociais que culminaram na Passeata dos Cem Mil (1968) organizada pelo movimento estudantil e que mobilizou a sociedade em oposição à ditadura. A luta armada de guerrilha se intensificava em reação ao sufocamento político, ideológico e intelectual e, para preservar sua governabilidade, foi instaurado pelos militares o Ato institucional nº 5<sup>47</sup> em 1968, suspendendo o *habeas corpus* e institucionalizando a repressão, a arbitrariedade dos agentes e a tortura (BRASIL, CNV 2014).

A política econômica da ditadura teve como base o desenvolvimento de um capitalismo internacionalizado, ancorado em investimentos e empréstimos estrangeiros. Houve controle da inflação e aumento da produtividade econômica, entretanto o arrocho

---

<sup>47</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 30 maio 2019

salarial se articulava com disponibilidade de emprego e ampliação de crédito, dinamizando o consumo, mas aumentando o endividamento dos cidadãos, o que beneficiava diversos setores, mas produzia desigualdade social. Muitos puderam adquirir bens de consumo duráveis, como carro e casa, por meio da facilitação do crédito, mas quando a economia mundial se retraiu com as crises do petróleo em 1973 e 1979, o endividamento se ampliou e a queda no consumo levou a uma crise econômica cíclica que culminou em desemprego e inflação (REIS, 2005).

O chamado “milagre econômico” foi marcado por incongruências que deixaram uma herança maldita para o Brasil e não passava de uma consequência das condições externas conjunturais, às quais favoreceram espaços de crescimento pontuais em meio a reformas conservadoras (GIANNAZI, 2013).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, reunidos pela British Broadcasting Corporation<sup>48</sup>, corporação pública de comunicação com reputação internacional, a taxa média de crescimento entre 1964 e 1985 foi de 10% ao ano, enquanto a dívida externa brasileira cresceu mais de trinta vezes; em 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 14%; entre 1964 e 1975, a taxa de investimento público em relação ao PIB foi de 15% para 23,3%; os empregados da indústria passaram de 2 milhões para 3,5 milhões entre 1964 e 1985; a inflação foi 92%, em 1964, para 15,6% em 1973. O capital estrangeiro entrava no país em busca de mão de obra barata (que se associava à perda de direitos trabalhistas e arrocho salarial), isenções fiscais e empréstimos, sendo criados o Banco Central e a Zona Franca de Manaus, AM e mais 274 estatais, como Nuclebrás, Infraero e Telebrás.

O crescimento econômico da indústria e a modernização do campo impulsionaram o êxodo rural que gerava um crescimento desordenado das cidades, um processo de enfavelamento e uma massa urbana empobrecida, cujos reajustes de salários não acompanharam a inflação, chegando, entre 1964 e 1985, a uma perda real de 50% no valor do salário-mínimo; em 1964, o 1% mais rico da população brasileira ficava com 15% a 20 % da renda do país e, ao final da ditadura, detinha 30%. Assim, a ditadura civil-militar aumentou a desigualdade social no Brasil, o que se acentuou após 1973, quando o crédito internacional ficou escasso e o preço do petróleo quadruplicou por conta de embargos de países árabes às importações de nações apoiadoras de Israel em sua querela com a Palestina.

A mudança de ventos na economia mundial reduziu gradativamente o crescimento da economia brasileira que, em 1973, cresceu 14%, em 1974, cresceu 9% e em 1975, cresceu

---

<sup>48</sup> Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213). Acesso em: 15 fev. 2019

5,2%, mas o governo continuou se endividando a juros altos e se utilizando do dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de receitas advindas da Previdência Social para financiar o crescimento econômico e a infraestrutura, entrando em colapso após a Revolução Iraniana de 1979 e uma nova alta do petróleo, o que culminou em inflação de 231% em 1985 e trágicos 2000% em 1989, multiplicando a dívida pública de 3,4 bilhões de dólares em 1964 para 100 bilhões de dólares em 1985 (SOUZA, 2016), sem que o endividamento público se convertesse em investimentos reais em desenvolvimento social, inclusão, combate à desigualdade, ciência e tecnologia para o desenvolvimento industrial ou em políticas públicas, mas se convertendo antes em rolagem e pagamentos de juros ao mercado de investimentos de capital limitando capacidade do orçamento e do gasto público com demandas sociais.

Para que o modelo econômico em questão fosse aplicado a contento, a Doutrina justificava a compressão salarial, em nome da contenção da inflação, o que exigia paralela repressão política, a fim de prevenir descontentamentos provocados por baixos salários. Mas a finalidade principal da compressão salarial era favorecer o processo de concentração de renda, fator básico para a atração de novos capitais e investimentos, e de incentivo para que partes dos lucros obtidos fossem continuamente reinvestidos nos próprios empreendimentos em questão, sempre beneficiando elites econômicas. Quanto aos trabalhadores, bem pouco foi feito em seu favor, no que toca à renda assim criada. (GIANNAZI, 2013, p. 200).

Este governo autoritário tentou esconder seu caráter impositivo com uma rotatividade de presidentes e um Congresso funcionando com uma oposição consentida, mas, ao mesmo tempo, o governo cassava direitos políticos dos opositores, fechava o congresso quando convinha ao regime e manipulava a composição de magistraturas como no caso dos senadores biônicos.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, CNV 2014), 377 agentes de Estado, entre militares e civis, foram responsáveis por violações de direitos humanos. Foram violados direitos dos estudantes, dos trabalhadores, dos camponeses e dos povos indígenas e quilombolas, resultando em 8.350 indígenas assassinados em decorrência de negligência e de conflitos com os interesses das elites que bancaram a ditadura civil-militar brasileira, 434 mortos e desaparecidos políticos, milhares de pessoas acusadas judicialmente foram exiladas do País, banidas dos meios políticos, aposentadas compulsoriamente e intimidadas pelo medo, pela tortura física e psicológica.

Considerando estes pontos apresentados, entendemos que o golpe militar de 1964 e a ditadura decorrente marcaram simbolicamente e institucionalmente toda a sociedade brasileira não apenas na desigualdade social, como argumentado nesse capítulo, mas também e, sobretudo, no cognitivo do brasileiro e nas instituições democráticas do País. Marcas que a ditadura também imprimiu na imprensa brasileira, como veremos a seguir.

Para a construção de marcas simbólicas no entendimento social através da construção da memória histórica, a imprensa tem papel fundamental. No que diz respeito à esta problemática abordada acerca do golpe de 1964 e da ditadura que dele se desencadeou, concebemos que é possível traçar as homologias midiáticas no enquadramento discursivo da grande imprensa brasileira, processo que auxilia no processo de tentar compreender a relação entre a imprensa e a memória deste período no país, como explicaremos a seguir.

#### 4 HOMOLOGIAS<sup>49</sup> MIMIÁTICAS NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA

Pretendemos, a partir dessa tese, oferecer uma contribuição para compreensão da dinâmica social de nosso País, buscando a descoberta de regularidades no passado e no presente, tomando os fatos como resultantes dos conjuntos de práticas culturais, no que se refere à análise de como o golpe de Estado de 1964 e o regime que dele se seguiu foram representados simbolicamente à sociedade brasileira no espaço público da imprensa, em especial, em um dos jornais mais lidos/vendidos/circulados/acessados do Brasil (segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ e o Instituto verificador de comunicação – IVC), a *Folha de S. Paulo*, mediante a sua linha editorial.

Nesse sentido, poderemos ter maior dimensão de quais interesses têm permeado o oligopolista setor midiático do País desde o golpe de 1964 até o momento em que escrevemos – segunda década do século XXI –, suas rupturas e continuidades e como isto se transfigurou em uma maneira de induzir/orientar/influenciar/assujeitar opiniões e práticas sociais de grupos, instituições e indivíduos na sociedade, justificando, assim, autoritarismos e violências institucionalizadas e, muitas vezes, naturalizadas no imaginário social.

Esta etapa da pesquisa é uma análise por amostragem da investigação que estamos desenvolvendo na tese, apontando algumas tendências do nosso objeto analisado (BAUER, 2007).

Esta dinâmica sistêmica possui uma lógica economicamente objetiva no contexto das concentrações midiáticas em diversos tipos de meios de comunicação, como rádio, revistas, jornais, canais televisivos, sites e editoras, desencadeando um abalo de diversificação de conteúdos e sua dominação produtiva e distributiva (LIMA, 2007).

O jornal analisado apresenta narrativas ambíguas em sua trajetória e discursos desde o golpe até mais de 50 anos depois, chegando mesmo a se referir à ditadura como “ditabranda”<sup>50</sup>, em editorial, representando uma imagem justificável do regime perante a sociedade e/ou se colocando como crítico da ditadura (que ajudou a construir) e defensor da democracia (que ajudou a desestabilizar).

---

<sup>49</sup> Homologia significa linguagem concordante; acordo; adesão; semelhança; construções equivalentes; qualidade de homólogo: que tem as mesmas características de outro; correspondente (BORBA, 2004). Pierre Bourdieu se utiliza do conceito de homologia como ferramenta metodológica de sua sociologia.

<sup>50</sup> Limites a Chávez. *Folha de S. Paulo*. ano 89, n. 29.175, p. 02, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

O projeto *Folha* organizado nos anos 80 foi muito mais um projeto de reconstrução de memória do que de reformulação técnico-editorial [...] Ao ressignificar os episódios de 1964, o jornal se isenta de participação nas tragédias daqueles dias, sendo mais um a sofrer suas consequências. Deparamo-nos, assim, com uma situação bastante peculiar: além de não poder escapar de uma reflexão sobre o fracasso da política social e econômica, resultados pelos anos da ditadura, o jornal teve, ainda, que ‘abrandar’ sua atuação nesse período. Necessitou se equilibrar entre uma memória que o vinculava diretamente aos militares e um trabalho de esquecimento que lhe possibilitasse tornar-se porta-voz da democracia. (MENESES, 2017, p. 167-166, grifos do autor).

A *Folha de S. Paulo* está entre os meios de comunicação mais influentes do Brasil. Com uma média de 300 mil exemplares impressos em circulação diária, é o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral<sup>51</sup>. Possui 207 mil assinaturas digitais e 13,3 milhões de seguidores nas redes sociais. Pertence a uma das três famílias oligárquicas no campo das comunicações, as quais orientam a opinião pública, influenciam diretamente sobre o que será mais circulado, inclusive, nas redes sociais e dominam e condicionam o noticiário de todo o País, por meio do alcance, disponibilidade e frequência dos seus órgãos de imprensa e comunicação e suas orientações editoriais. Essas famílias tradicionais no campo dos negócios jornalísticos são os Marinho (Organizações Globo), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado), os quais exercem o controle majoritário dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo (Estadão)*, sites e revistas diversas. Todos eles, bem como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* apoiaram o golpe de 1964.

Sendo assim, apesar de suas peculiaridades e diferenças, muitas vezes, quando acabam por se remeter ao regime militar, constroem representações perante uma memória forjada dia a dia em suas coberturas sobre o que foi o golpe de 64, o regime ditatorial e o que eles significaram.

Em virtude de sua grande circulação e sua credibilidade, suas versões e perspectivas, diversas vezes, são interpretadas como verdade ou como a totalidade dos acontecimentos. Os meios de comunicação de massas (dentre eles a grande imprensa) oferecem uma percepção razoável da realidade, incutindo certas convicções de um monopólio elitista, capaz de construir consensos ou impulsionar dissensos por dispor de recursos e poder para tanto, criando representações, muitas vezes, desproporcionais à realidade social (CHOMSKY, 2013).

Portanto, tais jornais da grande imprensa são fundamentais para se pensar a sociedade brasileira em um período histórico recente, atrelado à dinâmica de instituições políticas e de organizações empresariais como a oligopolista e aristocrática mídia comercial brasileira – dispositivo central na consolidação ou desestabilização de governos e Estados de Direito –, o que é singularmente relevante para as Ciências Sociais. Principalmente, quando consideramos os levantamentos de Fonseca (2005), os quais apontam a imprensa como forjadora de um consenso neoliberal no Brasil.

A *Folha de S. Paulo* teve um passado de apoio ao golpe, ao regime militar brasileiro e aos agentes da repressão, participando inclusive com incentivo logístico para a chamada *Operação Bandeirante* (Oban), cujo intuito era combater opositores da ditadura. Apoiou a “Marcha da Família com Deus pela liberdade” (manifestações públicas contra o governo de João Goulart, sua agenda reformista popular e a suposta ameaça comunista), manifestou-se a favor do golpe e, durante a ditadura, optou pela autocensura (KUSHNIR, 2004).

A Oban articulava-se com um vasto sistema de informações, criado desde o início da ditadura, com a formação do SNI, em julho de 1964, bem como aos serviços de informação das três forças armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o CISA – Aeronáutica. A Oban foi um projeto piloto que resultou na criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em todas as regiões do Brasil. (BRASIL, CNV 2014, p. 321).

Por sua vez, a pesquisadora Beatriz Kushnir constatou a presença ativa do Grupo Folha no apoio à Oban, seja no apoio editorial explícito no noticiário do jornal Folha da Tarde, seja no uso de caminhonetes da Folha para o cerco e a captura de opositores do regime [...]. A colaboração do grande empresariado com essa dimensão do regime ditatorial não passou despercebida à sociedade brasileira, pois, embora a censura à imprensa tolhesse a possibilidade de os cidadãos tomarem conhecimento dos fatos, o próprio governo gostava de exibir o apoio dos setores mais abastados da sociedade ao seu regime. (BRASIL, CNV 2014, p. 320).

*O Estado de S. Paulo* apelou à intervenção militar, exaltou a “Marcha da Família com Deus pela liberdade” e festejou a “Revolução”. Ao longo da ditadura, entretanto, assumiu uma postura crítica, na medida em que o regime executava práticas não liberais sobre o monopólio de recursos e manutenção ininterrupta do estado de sítio e, por isso, foi censurado. Nos anos finais do regime, o jornal participou da luta pela redemocratização, o que no século

---

<sup>51</sup> Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5). Acesso em: 06 fev. 2019.

XXI é representado como orgulho da instituição pela linha editorial do jornal (SEVERIANO, 2012).

O diretor-proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita Filho, por exemplo, logo após o golpe, no dia 12 de abril de 1964, publicou em seu periódico uma correspondência com outro conspirador (que ele manteve anônimo), datada de 20 de janeiro de 1962. Ativo membro da seção paulista do IPES, Júlio de Mesquita apresenta ao seu missivista uma série de diretrizes que deveriam ser adotadas a partir da vitória do movimento conspiratório em preparação. Em primeiro lugar, concordava com seu interlocutor no sentido de que, ao contrário de movimentos sediciosos anteriores, os militares não poderiam devolver o poder imediatamente aos civis, devendo uma junta militar realizar um programa de ‘saneamento’, uma espécie de ‘operação limpeza’ nos quadros do Judiciário e do Legislativo, com a utilização do instrumento do estado de sítio. O regime ditatorial de 1964 não foi capaz de tanto, sendo uma de suas marcas a continuidade no funcionamento de tais instituições que, após expurgo de muitos de seus membros e redução de seus poderes, continuaram a operar até o fim do regime ditatorial. (BRASIL, CNV 2014, p. 310, grifos do autor).

*O Globo* legitimou o golpe e apoiou a ditadura, fazendo apologias ao “milagre econômico”, beneficiando-se do poder neste período. Tornou-se um conglomerado midiático e se livrou de investigações sobre negociações ilícitas graças à sua simbiose com o regime autoritário (HERTZ, 1989).

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro, como figurou em editorial do jornal carioca O Globo [...]. No mesmo processo, deve-se assinalar outra iniciativa coordenada pelo IPES, constituída por uma rede de empresários da imprensa que reuniu Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, a qual, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, conformou a ‘Rede da Democracia’. (...) a iniciativa teve um impacto significativo na construção do apoio social ao movimento sedicioso. (BRASIL, CNV 2014, p. 310-311, grifo do autor).

De acordo com a obra de Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota (1981), *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*, podemos traçar um panorama detalhado acerca da sociogênese e do desenvolvimento do jornal *Folha de S. Paulo*, percorrendo uma trajetória desde sua fundação e nos aproximarmos dos assuntos que afetavam o dia a dia da população



paulistana, principalmente os trabalhadores urbanos, bem como de seu posicionamento em oposição ao *Estadão*, o qual assumiu uma posição mais conservadora, tradicional e rígida, mantendo-se assim até essa segunda década do século XXI.

*Nascidos para perder*, de Mylton Severiano (2012), conta que o jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875 para defender interesses de fazendeiros, capitalistas e republicanos paulistas, sob a fachada de liberal. Todos os candidatos apoiados pelo jornal perderam as eleições, tanto na República Velha quanto em 1930 e 1932 e, mesmo em 1964 – sob censura após o golpe vitorioso que apoiaram. Em 1984, perdeu espaço para os Frias (Folha) ao negar apoio às Diretas Já. Apoiou os adversários de Lula em 2002 e em 2006 e de Dilma, em 2010 e 2014. Contudo, apoiou o golpe constitucional que se articulou sobre o governo de Dilma e levou à ascensão de Michel Temer e de sua agenda neoliberal de corte de gastos sociais e privatizações em prol dos interesses do mercado financeiro, o qual se mantém relativamente com privilégios diante dos interesses da sociedade.

*A história secreta da Rede Globo*, de Daniel Hertz (1989), narra a criação da Rede Globo durante a ditadura, as relações que a família Marinho – dona majoritária da instituição – mantinha com a ditadura civil-militar, além dos procedimentos questionáveis que levaram à estruturação da emissora.

Outra questão importante que tomamos como fundamental para pensar criticamente a imprensa, agora sob o prisma de sua atuação durante o regime ditatorial, é levantada por Beatriz Kushnir (2004) em *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, em que a autora traça um diagnóstico da censura jornalística imposta pela ditadura, mapeando a experiência de colaboracionismo de uma fração da imprensa com órgãos de repressão no pós-AI-5, fazendo uma importante análise da posição dos próprios jornais, jornalistas e editores, mostrando que muitas vezes os próprios jornais, diretores de redação e editores censuravam seus próprios colegas e/ou subordinados, trabalhando como verdadeiros cães de guarda do regime dentro das instituições midiáticas; ou seja, muitas vezes, não era o governo que mandava censurar algo que seria publicado e, sim, os próprios editores ou donos do jornal em sintonia com as diretrizes da ditadura.

Cada jornal obteve sua particularidade em relação à censura; exemplo disso foi o “Estadão”, o qual substituía as partes que eram censuradas, a contragosto do diário, por receitas culinárias e poemas. Problemática abordada também por Bernardo Kucinski (1998) na reflexão sobre a ética no jornalismo brasileiro: “Assim, com base no mecanismo da autocensura, constituiu-se o pacto não escrito entre os barões da mídia e a hierarquia militar.

A autocensura passa a definir o padrão desse pacto e o padrão do controle da informação”. (KUCINSKI, 1998, p. 62). Tendo em vista a censura instaurada no regime militar, para muitos jornalistas, eles e seus superiores tinham o mesmo problema em comum: a censura. Essa proposição também encontra subsídios em:

[...] aqueles que não receberam censores diretos na redação acabaram por praticar a autocensura. Atitude essa que acabou por fazer com que muitas empresas se beneficiassem da situação. Tais grupos caminharam paralelamente junto aos militares, acataram ao mesmo tempo em que se diziam incapazes de agir. A *Folha*, nesse momento, já havia reformulado financeiramente sua empresa e entrava em um processo que Mota e Capelato (1981) denominaram de ‘revolução tecnológica’. Isso nos leva a crer que durante o período, a empresa se identificou muito mais com os anos de ‘milagre’ do que combateu os (anos) de ‘chumbo’, pois para reestruturar-se e efetivar tal revolução necessitava de incentivos que partiam em muito do Estado. (DIAS, 2014, p. 145, grifos do autor).

A ideia de progresso e prosperidade foi, portanto, o mote essencial que condicionou a produção dos discursos neste momento. A narrativa do acontecimento fez com que se direcionassem as lembranças do regime como algo positivo, o que acabou por apagar o caráter ambíguo e conflituoso do processo de rememoração, silenciando vozes discordantes. A *Folha* nesse momento não era alvo de censura, como seus próprios dirigentes haviam afirmado, o que comprova que seus discursos eram construídos a partir de uma opinião de apoio ao regime, articulado pelo caráter seletivo da memória que refletia na construção do acontecimento. (DIAS, 2014, p. 147).

Este alinhamento ideológico se deu pela conjuntura política e econômica do momento, em que a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se aproveitaram do contexto, em benefício de sua própria estruturação e dos interesses de seus executivos e editores.

O governo respondia por 36% do mercado publicitário e acompanhava a aplicação dos 64% restantes concentrados por empresas multinacionais ajustadas às diretrizes econômicas e políticas do regime de 1964. Determinava cotação cambial especial na importação do papel para impressão dos jornais, livros e revistas, suprimia ou criava alíquotas do imposto da matéria-prima dos impressos e gráficas e isentava empresas jornalísticas das tributações na aquisição dos aparelhos, equipamentos e máquinas. (LARANGEIRA, 2014. p. 161).

Recortar um destes meios de comunicação, no caso desta pesquisa, a *Folha de S. Paulo*, e compreender sua lógica em relação ao regime militar, permite-nos pensar o campo da imprensa e dos oligopólios da comunicação beneficiados pela ditadura, assim como estas empresas destacadas, por homologia.

O conceito de campo que utilizamos é no sentido aplicado por Pierre Bourdieu (2003), ou seja, como espaço de sociabilidade e de significados simbólicos, no qual, os conflitos entre agentes sociais legitimam representações do poder simbólico. Os campos sociais são esferas autônomas e interdependentes da sociedade.

Os campos se constituem historicamente por intermédio de dinâmicas culturais, interações sociais, relações de produção, sistemas hierárquicos e de dominação social e instituições sociais.

Os agentes sociais expressam seus habitus nos campos. A trajetória dos agentes pelos campos forma seus habitus e a expressão dos habitus dos indivíduos ao longo dos campos estruturam os próprios campos e o espaço social como um todo.

Nessa pesquisa, entendemos homologia a partir das considerações teóricas de Pierre Bourdieu em sua obra *A produção da crença* (2008), cujo significado seria o uso reiterado das mesmas palavras, conceitos, figuras e ideias ou concepções em um discurso, ou em discursos distintos, convergindo em narrativas homogêneas que formam, ou que têm o potencial de formar, consensos que representam interesses de grupos hegemônicos no campo simbólico. “Neste caso, tais homologias e todos os jogos autorizados por elas tornam-se possíveis pela homologia entre cada um dos espaços considerados e o espaço da classe dominante.” (BOURDIEU, 2008, p. 44).

Nesse sentido, haveria uma homologia entre a tomada de posição dos jornais tradicionais de maior destaque na esfera pública e o campo jornalístico e midiático como um todo (situados no campo oligopólico dos meios de comunicação do Brasil, pertencentes à famílias burguesas representantes e/ou associados à elite do dinheiro), uma vez que a lógica das partes do campo é homóloga (apesar de se constituírem em condições diferentes, estruturam-se de maneira semelhante) à lógica do campo como um todo, na medida em que a lógica capitalista se reproduz no campo jornalístico e midiático de empresas de comunicação que visam o lucro e que se desenvolveram por consequência de sua simbiose com a ditadura.

Esta perspectiva se aprofunda quando fazemos uma breve revisão da literatura e vemos que, para Sodré (1999), Abreu (2008), Carvalho (2013), Azevedo (2017) e Goldstein (2017), esses três jornais que compõem a chamada grande imprensa, tiveram, historicamente, atuação política de apoio às forças de centro-direita e apoiaram o golpe de 1964 e o regime autoritário, sendo o *Estado de S. Paulo* o que mais teria se distanciado do regime após o Ato Institucional nº 5.

Esta homologia foi constatada também por: Rubim (1985); Guimarães e Vieira (1989); Lima (1990); Albuquerque (1994); Aguiar (1995); Jorge (1997); Rubim e Azevedo (1998); Miguel (1999); Aldé (2003); Chaia (2004); Rubim e Colling (2004); Fonseca (2005); Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) e Azevedo (2000; 2009; 2011; 2017). Estes pesquisadores analisaram as coberturas midiáticas, em especial, a jornalística da imprensa, durante diversas eleições presidenciais no Brasil desde a Constituição de 1988, e os seus levantamentos mostraram um alinhamento da chamada grande imprensa com o viés de centro-direita, favorecendo candidatos antipetistas e se opondo às forças de esquerda, conforme destaca a pesquisa de Fernando Antônio Azevedo (2018):

No primeiro período, antes de o PT ascender ao poder, o enquadramento predominante dos jornais ao criticar o partido e o petismo é o seu esquerdismo, usualmente definido como radical e/ou populista. Portanto, um enquadramento de fundo ideológico. Com o PT no governo e depois da eclosão do escândalo do Mensalão, o pacote interpretativo predominante passa a ser o de uma organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder, embora o framing anterior de um partido populista seja ainda ocasionalmente acionado. O enquadramento predominante tem, portanto, fundo moral.

Em síntese, os dados sobre as valências e os pacotes interpretativos mostram que os editoriais da grande imprensa foram predominantemente negativos, tanto no período pré-governamental quanto no governamental do PT no plano federal, e que os enquadramentos dominantes (radical/corrupto) acionados nos dois momentos estruturaram uma narrativa crítica que, como mostrei em trabalho recente (Azevedo, 2017), foi acionada também no passado contra as forças políticas de centro-esquerda no período do governo democrático de Vargas (1951-1954) e no breve governo Jango (1961-1964). Nesse sentido, é possível caracterizar a atuação da grande imprensa diária através do conceito de paralelismo político e sugerir que seu antipetismo tem raízes ideológicas, numa visão política liberal que se opõe às ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado e do petismo no presente (AZEVEDO, 2018, p. 286-287).

Entendemos que a lógica das representações da ditadura, presente na *Folha de S. Paulo*, reflete a lógica da imprensa oligopolista brasileira que, por sua vez, reflete a lógica da grande mídia nacional privada e comercial.

A essência da regra oligárquica não é a hereditariedade de pai para filho, mas a persistência de determinada visão de mundo de um certo estilo de vida impostos pelos mortos sobre os vivos. Um grupo dominante continua sendo um grupo dominante enquanto puder nomear seus sucessores. [...] Não importa quem exerce o poder, contanto que a estrutura hierárquica permaneça imutável (ORWELL, 2009, p. 247).

Podemos evidenciar esta homologia em relação à ditadura nos editoriais que marcam os 50 anos do golpe nos três jornais destacados. Passemos a alguns exemplos que demonstram empiricamente e simbolicamente este processo.

No dia 30 de março de 2014, a *Folha de S. Paulo* publicou um editorial chamado *1964*<sup>52</sup>. Nele, percebemos a ambiguidade da linha editorial do jornal. O texto aponta que o regime militar é merecedor de repúdio e que a ditadura representou uma notória violência, entretanto indica certas justificativas aos acontecimentos, sustentando que os golpistas de 1964 detiveram um impulso de mudança e participação social, alegando estar impedindo seus adversários de instaurar uma ditadura ainda pior.

Portanto, a responsabilidade da violência, de acordo com o texto daquele editorial, distribui-se pelos dois extremos, pois parte da esquerda teria forçado os limites da legalidade na urgência de realizar reformas socioeconômicas de base, às quais a *Folha de S. Paulo* chama de demagógicas e, posteriormente, organizou-se desencadeando uma luta armada dedicada a instalar, segundo o editorial, precisamente aquilo de que eram acusados pelos adversários, uma ditadura ainda pior que aquela que veio a se estabelecer. O jornal pontuou que, às vezes, cobra-se da *Folha de S. Paulo* o fato de ela ter apoiado a ditadura, esclarecendo que seu apoio se deu na primeira metade da vigência do regime e, na metade seguinte, tornou-se um veículo de críticas ao regime.

Em seguida, o jornal reconhece que aquele apoio foi um erro aos olhos de hoje e que toda violência deveria ter sido rechaçada, mesmo que os responsáveis de outrora tenham agido como lhes pareceu melhor naquelas circunstâncias:

1964

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.

Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade –o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à democracia representativa.

---

<sup>52</sup>1964. *Folha de S. Paulo*, ano 94, n. 31.042, p. 02, 30 mar. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2016.

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar ditadura ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

Parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico. Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura comunista no país.

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da tortura uma política clandestina de Estado.

Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.

Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa.

Todas as camadas sociais progrediram, embora de forma desigual, o que acentuou a iniquidade. Mesmo assim, um dado social revelador como a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, que era 116 em 1965, caiu a 63 em 1985 (e melhorou cada vez mais até chegar a 15,3 em 2011).

No atendimento às demandas de saúde e educação, contudo, a ditadura ficou aquém de seu desempenho econômico.

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os governos militares consolidaram a política de substituição de importações, via proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. Metrôpoles cresceram de modo desordenado, ensejando problemas agudos de circulação e segurança.

O regime passou por fases diferentes, desde o surto repressivo do primeiro ano e o interregno moderado que precedeu a ditadura desabrada, brutal, da passagem da década, até uma demorada abertura política, iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985.

As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.

Às vezes se cobra, desta **Folha**, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim (FOLHA DE S. PAULO, ano 94, n. 31.042, p. 02, 30 mar., grifos do autor).

Em 31 de Março de 2014, *O Estado de S. Paulo* publicou o editorial chamado *Meio século depois*<sup>53</sup>, direcionando o discurso para o período do golpe e da ditadura para pontuar que haviam, na época, aspirações de cunho socialista sem respaldo popular (o que é, no mínimo, questionável de acordo com Leandro Konder (2003), o qual aponta uma difusão histórica das ideias socialistas na sociedade brasileira em diversos setores produtivos e grupos sociais, popularizadas entre movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e trabalhadores) e que as violências de Estado e de oposição foram insensatas e resultantes das imposições da ala reformista do governo e da sociedade. O jornal não cita que apoiou o golpe, isentando-se de uma discussão ética sobre o assunto de modo a justificar tacitamente o golpe de 1964. Segue o editorial em questão:

- Meio século depois
- Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e o seu desvio do curso original imaginado, em especial, pelas lideranças civis. Facilitado pela perspectiva de meio século, esse esforço de compreensão dos fatos, assim como de seu dramático contexto histórico, é importante, sobretudo, para as novas gerações.

O governo do presidente João Goulart teve sua origem numa crise – a da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961 – e em crise viveu até ser deposto. Goulart nunca se conformou com a solução de compromisso que, vencendo a resistência dos ministros militares, possibilitou sua posse – a instauração do parlamentarismo, no qual dividia seus poderes com o primeiro-ministro.

Ao mesmo tempo que se esforçava para conseguir a volta do presidencialismo, o que aconteceu com o plebiscito de janeiro de 1963, Goulart mobilizou sindicatos e lideranças radicais para impor as chamadas reformas de base ‘na lei ou na marra’. Reformas de cunho socialista, embora ele não tivesse mandato popular para isso, pois foi eleito vice - e não em sua

---

<sup>53</sup> Meio século depois. *O Estado de S. Paulo*, p. 02, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>. Acesso em: 20 jun. 2016.

chapa, como então permitia a lei eleitoral – de um presidente nitidamente conservador. Nem para sua tentativa de dar papel preponderante aos sindicatos na condução do País, no que foi chamado de república sindicalista.

Assistiu-se então a uma mistura explosiva de avanço desses grupos para o controle do Estado e de desordem na economia e na administração. O líder comunista Luís Carlos Prestes chegou a dizer que os comunistas já estavam no governo, embora ainda não no poder. Leonel Brizola criou as unidades paramilitares ‘Grupos dos 11’. A economia degradingolava, com inflação alta e baixo crescimento.

O quadro se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das Forças Armadas, colocou os militares em choque direto com o governo e precipitou sua intervenção. A reação de lideranças civis e da maioria da população ficou evidente na grande ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, em 19 de março. Em 13 de março, no famoso Comício da Central, no Rio, em defesa das reformas de base, Goulart reunira bem menos apoiadores – 150 mil. Marchas semelhantes foram feitas em outras capitais. E sua deposição foi comemorada por 1 milhão de pessoas no Rio, no dia 2 de abril. É importante assinalar que tudo isso se passou em meio à guerra fria. Para os Estados Unidos e seus aliados, era intolerável a possibilidade de o Brasil aderir ao campo comunista. Recorde-se que em outubro de 1962, por causa da recusa dos Estados Unidos de aceitar a presença em Cuba de mísseis ali colocados pela União Soviética, o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear. Este era um dado incontornável da realidade.

Com base no Ato Institucional baixado pelos militares, o governo do marechal Castelo Branco começou um bem-sucedido trabalho de saneamento das finanças e reorganização político-administrativa do País. Na economia e na modernização da administração, o regime obteve inegáveis êxitos. O mesmo não aconteceu na política.

O Ato Institucional n.º 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático. O AI-2 marca o afastamento do Estado do movimento. A sua componente civil foi definhando e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais.

A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a violência empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção. (O ESTADO DE S. PAULO, p. 02, 31 mar. 2014, grifos do autor).



O jornal *O Globo* publicou em 31 de agosto de 2013 *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*<sup>54</sup>, reconhecendo o erro, mas relativizando que, ao contextualizar o momento, a instituição fez o que pareceu ser o melhor ao País:

- Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.

A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco.

Há alguns meses, quando o Memória estava sendo estruturado, decidiu-se que ele seria uma excelente oportunidade para tornar pública essa avaliação interna. E um texto com o reconhecimento desse erro foi escrito para ser publicado quando o site ficasse pronto.

Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário.

Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas.

De nossa parte, é o que fazemos agora, reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos, ao reproduzir nesta página a íntegra do texto sobre o tema que está no Memória, a partir de hoje no ar:

#### **1964**

‘Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como ‘O Estado de S. Paulo’, ‘Folha de S. Paulo’, ‘Jornal do Brasil’ e o ‘Correio da Manhã’, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma ‘república sindical’ — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do ‘dispositivo militar’ de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Saiu no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, ‘A decisão da Pátria’. Na primeira página, um novo editorial: ‘Ressurge a Democracia’.

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice,

<sup>54</sup> Apoio editorial foi um erro. O Globo, p. 02, 31 ago. 2013. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 08 mar. 2019.

pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo. Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango, um dos herdeiros do trabalhismo varguista. Naquele tempo, votava-se no vice-presidente separadamente. Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de ‘base’ ‘na lei ou na marra’. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Anselmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu.

Naquele contexto, o golpe, chamado de ‘Revolução’, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

O desenrolar da ‘revolução’ é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa.

No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5, restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana. E, ainda, revelava que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila. Nas palavras dele: ‘Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários’.

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar

funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos ‘comunistas’ que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: ‘Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus’. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país (O GLOBO, p. 02, 31 ago. 2013, grifos do autor).

Em 31 de março de 2014, *O Globo* publica ainda o editorial *Para nunca mais se repetir*<sup>55</sup>, em que o jornal reconhece o equívoco editorial e o arrependimento quanto ao apoio ao golpe, exaltando o Estado Democrático de Direito e justificando, mais uma vez, que o golpe só ocorreu em razão do clamor popular (ignora o clamor contrário pelas reformas de base) e que, naquele momento, enxergava o apoio ao golpe como uma defesa da democracia.

No entanto, evita o termo “ditadura” (usado para dizer que, no referido período, a instituição era favorável ao restabelecimento democrático) e não intensifica a abordagem de sua subserviência ideológica direta ao regime, sua apologia ao suposto sucesso econômico e aos autoritários, sanguinários e inconsequentes governos militares:

- Para nunca mais se repetir

A democracia representativa enfrenta com êxito a pesada herança da ditadura, e está provado que não há outro regime melhor.

Não há, na história de quase 125 anos da República, fato político de maior sobrevida que o golpe de 64. Em 1980 não se discutiram os 50 anos da Revolução de 30; nem 1987, meio século da instituição do Estado Novo, inspirou a edição de livros, a organização de debates e amplas edições especiais em revistas e jornais para analisar o apagão institucional patrocinado em 37 por Getúlio Vargas e militares.

---

<sup>55</sup> Para nunca mais se repetir. O Globo, p. 02, 31 ago. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/para-nunca-mais-se-repetir-12022298>. Acesso: em 19 de jun. de 2016.

A seguir o clichê, poder-se-ia admitir que 1964 seria ‘um ano que ainda não acabou’. Não chega a tanto. O ciclo de 64, radicalizado pelo AI-5 em dezembro de 68, quase um golpe dentro do golpe, foi encerrado 21 anos depois com a bem-sucedida transição, sem violência, de volta à democracia, assentada em bases institucionais três anos depois, em 1988, na promulgação de uma Constituição que trouxe de volta direitos civis e liberdades. Confirmou-se, assim, a abertura de novo ciclo, hoje já de 26 anos ininterruptos de vigência do estado democrático de direito, o mais longo período da República brasileira sem recaídas autoritárias.

Trata-se de uma conquista a ser sempre defendida, porque, entre outros motivos, foi obtida num país com longa tradição de Estado forte, de excessiva presença do poder público na vida da sociedade. Infelizmente, visões autoritárias da realidade brasileira continuam presentes na vida do país.

É provável que esta fixação em 64 seja sinal de que é necessário continuar a fortalecer a ideia da democracia representativa como valor absoluto, sem relativismos, e exorcizar de vez tentações autoritárias à direita e à esquerda.

Reflexões sobre este processo levaram as Organizações Globo, por meio do GLOBO, a reconhecer, no ano passado, que fora um erro editorial apoiar o golpe (<https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/opiniaio/o-globo-faz-autocriacutetica-em-relaccedilatildeo-ao-apoio-ao-golpe-de-64-12018073>).

Concluiu-se que, com base na perspectiva histórica dada pela passagem do tempo, está claro que, com todas as imperfeições do regime, nenhum modelo é melhor, em todos os sentidos, que o democrático, com Poderes independentes e rodízio, por eleição popular, no comando do Executivo e na aferição periódica do apoio do eleitorado aos ocupantes das Casas legislativas. Duas décadas de regime militar e um pouco mais que isso de democracia permitem comparações bastante objetivas entre a ditadura e o período em curso. Cabe lembrar que o golpe de 64, como relatam historiadores e cientistas políticos, tem suas raízes lançadas na década de 20, pelo movimento de tenentes reformistas, cansados daquela primeira fase da República, tripulada por ex-monarquistas aristocratas. Intervencionistas, os tenentes tinham pressa e queriam usar o poder do Estado (Exército) para modernizar o país, como acontecera no próprio fim da monarquia.

Foram força importante na Revolução de 30, estiveram depois em quarteladas diversas e nunca demonstraram grande apreço pelo poder civil. No golpe de 64, alguns que atuaram no tenentismo da década de 20 estavam reunidos: Ernesto Geisel, Castello Branco, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Juracy Magalhães, por exemplo.

Para turbinar todo aquele processo da década de 60, João Goulart, herdeiro da Presidência depois da renúncia inesperada de Jânio, optou pela radicalização do cunhado Leonel Brizola e desenhou no cenário político de 1963 um golpe de esquerda. Dessa forma estimulou sua derrubada.

O que seria uma intervenção cirúrgica, garantidas as eleições presidenciais em 65, prolongou-se por duas décadas. Tempo suficiente para os tenentes dos anos 1920 colocarem em prática, enfim, seu projeto de salvação nacional. E falharam.

Se modernizaram a infraestrutura, fecharam o país ao processo de interdependência econômica e chegaram a impedir que o Brasil se beneficiasse por inteiro da fase inicial da revolução da microeletrônica e dos computadores pessoais. Avançaram em instituições econômicas, mas sucumbiram ao erro de cevar um Estado intervencionista. Caíram na ilusão de conviver com uma inflação elevada, apenas na aparência domada pelo mecanismo pernicioso da correção monetária, e lançaram as sementes da

hiperinflação da década de 80. Cujo terreno foi aplainado de vez pela quebra externa do país, em virtude da outra ilusão da ditadura, a de viver de poupança externa.

O traço de tragédia no regime militar foi dado pela violência dos agentes públicos. O fato de que parte da esquerda pegou em armas não justificava que as Forças Armadas atuassem por meio de braços semiclandestinos, e tudo com o conhecimento dos mais altos escalões, inclusive em Brasília. Itália e Alemanha, no pós-guerra, enfrentaram e venceram grupos radicais armados, sem arranhar a democracia. No Brasil, ao lado da violência física houve o uso da censura, característica deste tipo de regime, vê-se hoje na Venezuela, no Equador etc.

Recentes reportagens do GLOBO, em que se elucida o destino do deputado Rubens Paiva, desde que foi preso em sua casa no Leblon, até o martírio nos porões do DOI-Codí e o desaparecimento do corpo, jogado ao mar, denunciam o ponto a que chegaram instituições seculares e honradas, como o Exército, influenciadas por um projeto ideológico delirante de criação de um “Brasil grande” a qualquer custo. Mesmo do terrorismo de Estado.

A democracia restaurada recebeu pesada herança de graves problemas, e os equacionou. A Lei de Anistia, ampla e recíproca, base da transição pacífica, costuma ser criticada por vítimas daquele terror – é compreensível –, mas existe uma Comissão da Verdade atuante. Não se deve mesmo esquecer o que aconteceu, até em respeito às famílias atingidas pela violência oficial. A comissão e a atuação livre da imprensa iluminam os subterrâneos daqueles tempos sombrios.

Se nada está definitivamente resolvido, o obstáculo da inflação, que parecia insuperável, foi ultrapassado com grande inventividade por economistas e políticos tucanos a partir do governo de Itamar Franco. Os desníveis sociais, por sua vez, terminaram atenuados com o aprofundamento das políticas de transferência direta de renda por meio de Lula e seu PT.

Só essas duas vitórias bastariam para tirar qualquer dúvida sobre qual o melhor dos regimes – embora tanto o fim da superinflação quanto os avanços sociais não sejam conquistas definitivas. Bastam erros persistentes de política econômica para se colocar tudo a perder. Mas é indiscutível, e está comprovado, que é preferível enfrentar na liberdade as sérias dificuldades que aí estão.

Os últimos 12 destes 50 anos têm sido especialmente ricos. O principal partido da esquerda brasileira, o PT, tem a experiência de exercício do poder no Planalto e, há tempos, lideranças suas reconheceram haver diferenças entre o discurso de oposição e o de situação. O PT amadurece e em algum momento terá de demonstrar que aprende com os erros.

A ressaltar, o elevado estágio de consolidação das instituições democráticas e republicanas, de que o julgamento do mensalão é exemplo.

Há, hoje, no Judiciário zelosos protetores da Constituição, em cujas cláusulas pétreas estão garantidas as bases da democracia representativa.

Qualquer reflexão nestes 50 anos do golpe reforça o papel do estado democrático de direito nos avanços do país a partir do fim da ditadura. E aumenta a responsabilidade de todos na defesa do regime, numa fase especialmente turva em algumas regiões latino-americanas, com a perigosa benevolência por parte de inquilinos do poder em Brasília.

Foi a busca por um sistema mais ‘eficiente’ de governo que resultou em 64 e 68. Não se pode admitir que este erro seja mais uma vez cometido (O GLOBO, p. 02, 31 mar. 2014, grifos do autor)

A partir dessas declarações editoriais de jornais de grande abrangência, surgiu-nos o questionamento de compreender as diferentes ambiguidades da grande imprensa que apoiou o golpe e contribuiu na construção da memória social do regime que dele se sucedeu, por meio de suas representações, desde a instauração do estado de sítio até a redemocratização e a segunda década do séc. XXI.

Pelos editoriais percebemos que, nos anos que se seguiram a 1964, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* criaram representações capazes de gerar uma justificativa à derrubada do governo legítimo de João Goulart e às consequências do regime político resultante, bem como a seu caráter violento e autoritarista. Isso fica claro nos editoriais que marcam os 50 anos do golpe de 1964.

Os jornais citados distribuíram a responsabilidade pelo golpe àqueles que sofreram o golpe.

Em nossa investigação, identificamos que existe uma continuidade discursiva difundida pela imprensa tradicional – parte significativa do oligopólio midiático brasileiro (SODRÉ, 1998) – que perdura por décadas na grande mídia brasileira desde o golpe em 1964 até a efeméride de seus 50 anos em 2014 e fica dissimulada nas críticas à ditadura, porém são perceptíveis nas justificativas contínuas ao golpe de 1964, influenciando a construção do imaginário social acerca da representação histórica e dos sentidos sociais do período (ESTEVEVES, 2017).

Essa reflexão é pertinente para entendermos como o golpe de 1964 e a ditadura sucedida foram legitimados e justificados por meio de poderosos e influentes meios de comunicação, forjando, assim, significados disseminados na sociedade sobre as ideologias que figuraram o cenário político e social contemporâneo.

Para tanto, selecionamos para essa pesquisa o estudo detalhado da *Folha de S. Paulo*, de forma a objetivar como este processo ocorreu no período de redemocratização até a marca dos 50 anos posteriores ao golpe de 1964.

Nesse sentido, entendemos existir uma homologia entre o discurso da *Folha de S. Paulo* e da imprensa golpista, que precisam elaborar argumentos que as eximam de qualquer responsabilidade sobre a violência institucionalizada na ditadura, parecendo-nos, no mínimo, contraditório diante do fato que se beneficiaram e se ampliaram justamente por apoiarem o regime.

Como sociedade, precisamos compreender que a relativização do autoritarismo de uma ditadura protofascista (CÂNDIDO, 1978) como narrativa de que seu acontecimento se

deu apenas para se evitar o pior ou, ainda, a sugestão de que houve avanços econômicos é retórica política permeada de cunho ético utilitarista.

O profascismo, como um projeto político ideológico, possui características do fascismo, tais como: o despotismo, a violência, a censura, caracterizando-se como um governo de vieses autoritários (CÂNDIDO, 1978).

Um documento que simboliza este discurso relativista é o editorial *1964*, de 30 de março de 2014<sup>56</sup>, da *Folha de S. Paulo*, o qual critica a ditadura, mas destaca as realizações e o desenvolvimento capitalista por ela proporcionados – o suposto milagre econômico que, conforme abordamos anteriormente, é mito social (GIANNAZI)<sup>57</sup>.

Em nosso entendimento, o editorial sintetiza, assim como os outros apresentados em homologia, a narrativa histórica que a grande mídia, representada nas páginas da imprensa tradicional brasileira, tem feito do golpe e da ditadura, construindo um consenso acerca da memória de maneira seletiva e interessada.

A ética humanista é inversamente proporcional a qualquer tipo de ditadura, censura e tortura, pois são, inquestionavelmente, do ponto de democrático e do imperativo categórico kantiano<sup>58</sup>, desumanas e só se justificam diante da banalização do mal – conceito, proposto por Hannah Arendt (1999), de que o mal não é uma questão de ontologia inerente ao ser humano ou algo natural, mas um processo político e histórico, produzido por relações humanas, o qual se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para tanto – em razão de decisões políticas, tornando trivial a violência. (ARENDR, 1999).

A mídia empresarial impressa e oligopolista brasileira, para preservar sua imagem comercial e suas necessidades e interesses econômicos, relativizou o golpe de 1964 e a ditadura subsequente em momentos chave para a elaboração crítica da memória histórica do Brasil republicano entre 1964 e 2014/18 e contribuiu para a interpretações e interesses sobre o passado enquanto memória social no presente.

Na segunda década do século XXI, com a era das redes sociais, os aplicativos para *smartphones* e parte do que se naturalizou daquela relativização moral, cínica e ambígua, ganhou o senso comum no momento histórico em que mídias tradicionais disputavam espaço

---

<sup>56</sup> 1964. *Folha de S. Paulo*, ano 94, n. 31.042, p. 02, 30 mar. 2014.

<sup>57</sup> “Os planos econômicos dos governos militares analisados por nós revelaram a intenção de favorecer o grande capital e a acumulação capitalista. Alegava-se, na ocasião, que primeiro era necessário fazer com que o bolo crescesse, para depois se proceder à sua divisão. Isso não ocorreu, a concentração de renda nada mais fez que aumentar, uma vez que o modelo econômico dos governos militares, subjacente à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, teve como objetivo prioritário o favorecimento do grande capital, deixando ao assalariado apenas o suficiente para sua subsistência e reprodução.” (GIANNAZI, 2013, p. 199)

no cotidiano da esfera pública com mídias e informações independentes, derivando-se em ondas de apoio às figuras que representam um saudosismo dos tempos sombrios dos anos de chumbo e dos porões da ditadura.

A fim de dar sequência a essa objetivação científica de como a imprensa brasileira escolheu um dos lados, criou narrativas e influenciou a sociedade brasileira, em nosso próximo capítulo, iremos abordar os conceitos de poder, mito e ideologia para demonstrar como esta dinâmica social pode ser interpretada e analisada à luz das Ciências Sociais.

A homogeneidade que destacamos aqui, também é identificada em um estudo de ARAÚJO, V.T. (“Enquadramentos do governo Dilma na mídia impressa brasileira” – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UFT, 2014) que revela homogeneidade na frequência e nos enquadramentos dos conteúdos dos três principais jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *O Globo*.

Nossas questões estão em um sentido diferente, ou seja, a concorrência comercial e de conteúdo é um pressuposto normativo e mítico que encobre o que acontece na prática: a simplificação e a homogeneização dos produtos simbólicos sobre a esfera política; a despolitização; e a heteronomia do campo do jornalismo vis-à-vis ao campo econômico. Enfim, de um lado, as pesquisas sobre mídia e política no Brasil ainda não levantaram tais questões e, de outro lado, o pressuposto normativo segue encobrindo práticas correlacionadas que podem ter desdobramentos negativos para os sistemas democráticos. (NETO, 2015, p. 12)

Segundo os estudos do Professor Antônio José Pedroso Neto, sintetizados no artigo *Jornalismo e despolitização* (NETO, 2015), a cobertura jornalística também pode potencializar a despolitização da esfera pública na medida que enfoca gafes, palavras equivocadas e insultos às figuras e lideranças políticas e torna homogêneas e simplificadas as informações, conteúdos e enquadramentos.

A homogeneidade, segundo NETO (2015) é uma característica que expressa despolitização. Ele explica que isso acontece porque nas sociedades contemporâneas, a agenda, a linha editorial e a visibilidade da mídia são importantes na construção simbólica da imagem de agentes e instituições políticas ao passo em que fomentam discussões e reproduzem imaginários e representações que muitas vezes se constituem como verdadeiros estigmas.

Antônio José Pedroso Neto (2015) destaca que a imprensa livre é marca fundamental de uma sociedade democrática, mas que os Frankfurtianos e J. B. Thompson, já diziam que a

---

<sup>58</sup> “Age de tal modo que o motivo que te levou a agir possa tornar-se lei universal” (KANT, 2011).



mídia não só como imprensa livre, mas como empresa livre produziu ameaças à democracia, seja pela restrição do poder público, seja pela concentração de propriedade.

Hoje a dependência financeira [do Estado] ainda existe em regiões do país onde jornais [...] ou são ligados a uma determinada facção político centros urbanos, onde o leitor é mais politizado, isso é cada vez mais difícil. Acontecem casos isolados, mas Estado. Os jornais mais influentes do eixo Rio editorial, definida pelos proprietários das empresas, que defendem suas ideias no espaço dedicado aos editoriais. O progresso da de acirramento da concorrência tornaram difícil aos donos de jornais censurar ou impedir a publicação de notícias relevantes que desagradem à linha editorial (CALDAS, 2003, p. 28).

O artigo de Antônio José Pedroso Neto (2015) revela que a dinâmica e as pressões de mercado não estimulam a diversificação de conteúdos nem a politização. Segundo ele, as pressões de mercado reforçam a homogeneização e a simplificação de conteúdo, tendo como consequência a despolarização, pois buscam os maiores índices de audiência e as tendências do público como consumidor desestimulariam uma maior diversificação. Evita-se, assim, temas que dividam seu público-alvo, que sejam complexos ou que fazem análises estruturais. Isto leva à banalização e uniformização de conteúdo. Esta tese demonstra, dentre outras questões, que a maneira homogênea como a mídia enquadrava as esquerdas ao longo da redemocratização e da ascensão do PT, estimulou a descredibilização da esquerda, do PT, de pautas populares (enquadradas como populistas e da política sistêmica). Isso pode ter ajudado a intensificar um processo de descredibilização do jogo político e das instituições políticas, algo que se configurou como um risco à dinâmica republicana e democrática, pois discursos antidemocráticos travestidos de discursos antissistema ganharam espaço na opinião pública da sociedade brasileira.

## 5 PODER, MITO E IDEOLOGIA

A reflexão sociológica da realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento, adquirido e desenvolvido pelos indivíduos, é estabelecido como realidade em contextos sociais específicos, orientando suas práticas cotidianas que estabelecem a cultura. E, para tanto, é na teoria social que podemos buscar ferramentas interpretativas funcionais, na medida em que remetem ao uso de um abstrato e, muitas vezes, complexo sistema teórico para descrever, explicar e analisar o mundo social, revelando coisas que permanecem escondidas ao senso comum, o qual é orientado por representações sociais compartilhadas coletivamente.

Nossa proposta nessa pesquisa é realizar considerações sociológicas acerca de ações, atividades ou situações sociais, articulando os indivíduos e suas práticas sociais enquanto sujeitos da cultura e das forças sociais que afetam suas vidas, nas quais as relações práticas condicionam sua alocação na sociedade, tendo como resultado deste ser social a consciência do indivíduo sobre sua própria realidade.

Na relação entre os seres sociais há uma significação compartilhada em que a interação humana ocorre pelos fundamentos simbólicos, ou seja, a realidade social influencia o indivíduo que a reproduz, mas impõe a ela características específicas de sua subjetividade. Por mais que reproduza a dinâmica social, quando age, o indivíduo gera práticas e, assim, a sociedade continua em um movimento em que a realidade social muda o indivíduo e é modificada por ele, conservando relativamente certas tendências. Daí o nosso interesse em discutir essa questão, pois identificamos problemáticas nesse processo, as quais precisam de enfrentamento com reflexão crítica e ação prática efetiva como a própria disseminação de um conhecimento sociológico e crítico sobre as lógicas de como a sociedade funciona.

Em tempos de tecnologias digitais imediatas de longo alcance espacial e temporal, essa reflexão demanda problematizar quais papéis e funções as grandes instituições midiáticas – principalmente, por se configurarem como meios de comunicação que têm suporte para transmitir informações para milhões de pessoas na sociedade, orientando os debates reproduzidos em mídias menores e ambientes mais privados de comunicação como as redes sociais – possuem na dinâmica das relações sociais.

A própria tecnologia midiática é portadora de historicidade e identifica-se com grupos que detêm seu domínio, uma vez que é utilizada para a manutenção dos interesses de seus detentores em seus negócios, o que lhes basta como catalisadores da disseminação de

ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 2006); ou seja, de “um sistema de ideias que pode ser discutido enquanto tal e também como forma de apreensão, de denegação ou, principalmente de construção da realidade e do mundo” (CATANI, 2017, p. 230).

De acordo com Marshall McLuhan (1971), o próprio meio é a mensagem e o veículo em si, sua historicidade, ou seja, sua trajetória institucional, política e histórica permite a compreensão do conteúdo e a técnica é desenvolvida e controlada por indivíduos e grupos com interesses particulares.

Nessa pesquisa, tratamos a mídia tradicional como instituição social, pois além de informar nos coloca em contato com outras pessoas, com saberes, com especialistas, permitindo-nos aprender coisas que estão presentes em nossa relação com o mundo, logo, acaba por funcionar como um agente de socialização dos indivíduos.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCMANN, 2014, p. 77).

O problema é que, na modernidade contemporânea, a discussão de interesses públicos tem sido transformada por estas instituições empresariais em discussões que beneficiam interesses privados (HABERMAS, 1984), banalizando o conhecimento, uma vez que a verdade dá lugar à credibilidade, justificando-se pela sua própria circulação e oferecendo uma visão parcial da realidade que se apresenta como verdadeira (SODRÉ, 1990). O controle dos meios de comunicação está relacionado diretamente às estruturas de poder presentes na sociedade, o que faz dos meios de comunicação de massa instrumentos fomentadores de privilégios de alguns grupos (BOURDIEU, 1997), principalmente porque toda instituição jornalística midiática é veículo de luta por poder e por hegemonia ideológica, difundindo a concepção de mundo de seus proprietários, acionistas e sustentadores. A construção da hegemonia de dominação desses grupos condiciona o surgimento dessa conjuntura ideológica (NOGUEIRA, 2013).

Os indivíduos buscam informações em diversas fontes; contudo essa diversidade está muito mais presente nas formas que nos conteúdos, pois a lógica oligopolista do capital é

presente também nesse setor, onde os mesmos grupos midiáticos, muitas vezes, detêm as diversas formas de divulgação de conteúdo, como rádio, imprensa, canais de televisão e sites (NOGUEIRA, 2013).

Logo, a opinião pública se relaciona com as articulações midiáticas dos meios de comunicação de massa, na medida em que é por eles que se sintetizam muitas das representações da história, da cultura e da sociedade por meio de uma narrativa contínua e com grande amplitude social, e cuja consequência é uma tendência à fabricação do consenso (CHOMSKY, 2013), sendo que consenso não é o mesmo que conhecimento.

Todavia, o discurso midiático é o de que consenso e conhecimento são equivalentes, e todo discurso é um sintoma, um indicador de uma prática efetiva e dos meios de conhecê-la; pois não há práticas sem representações que as fundamentem, que se relacionem com o contexto de produção dos discursos conforme delinea contornos da realidade, enquadrando os valores dos grupos dominantes como valores universais e ofuscando consciências ao possibilitar uma potencialização da alienação dos indivíduos de sua conjuntura sociocultural, viabilizando, ainda, práticas sociais contraditórias por parte dos grupos dominados. Tais convicções encontram respaldo na sociedade (e nas ideias dominantes no âmbito cultural) e no simulacro<sup>59</sup> da realidade que é apresentado objetivamente. A própria realidade é construída socialmente em uma relação entre realidade objetiva e subjetiva, na qual as instituições e os indivíduos interagem de maneira criativa e relacional e, em um contexto em que a realidade não existe fora da percepção (BERGER; LUCKMANN, 2014). Assim, a grande mídia acaba por exercer papel ambivalente ao expandir a percepção da realidade para os indivíduos.

Mas sua ambivalência também cresce: muitas vezes sem querer informa e politiza, ajuda a impulsionar posturas críticas e a “destradicionalizar”; em outros momentos, pode referendar unilateralmente o *status quo* e questionar a contestação. Relativiza, enfraquece vínculos coletivos, hipostasia as imagens, rebaixa e submete o debate público e suas regras técnicas [...] (NOGUEIRA, 2013, p. 189).

A insurgência ocorre por meio de rupturas com os consensos tácitos (HONNETH; FRAZER, 2003). Contudo, as notícias levam informações prontas e acabadas ao indivíduo sem propor reflexão, estimulando-o a concordar que a realidade social é a perspectiva que lhe é mostrada; afinal o que é a realidade senão aquilo que conhecemos como tal? Parte desse

---

<sup>59</sup> Segundo Jean Baudrillard (1991), simulacros seriam representações sobre um fato que podem não significar o realmente ocorrido.

conhecimento vem daquilo que os enquadramentos e linhas editoriais da mídia trazem para o centro da esfera pública e qualificam como realidade objetiva. Mesmo quando as discussões e debates são estimulados por essas mídias, como existe uma considerável concentração midiática no Brasil, elas continuam sendo restritas e insuficientes diante das diversidades cultural e social brasileiras.

Notícias não são meras traduções mecânicas de fatos ou dados da realidade, não são ‘informações’, mas elaborações que interessam aos cidadãos e modificam opiniões, ideias e posicionamentos. São construções intelectuais feitas mediante seleções, ideologias e valorações, que carregam consigo, portanto, uma interpretação prévia e uma intenção. Notícias também costumam ser seletivas em termos daquilo que é destacado ou daquilo que é omitido. O jornalismo, nessa medida, pode manipular omitindo fatos, dando ênfases seletivas ou fazendo com que certos detalhes se tornem fatos simplesmente por serem destacados (NOGUEIRA, 2013, p. 196, grifo do autor).

A esfera pública é onde as práticas sociais reproduzem as representações simbólicas coletivas<sup>60</sup> da sociedade em um processo que fomenta uma ordenação moral, dificultando um processo de tomada de consciência das pessoas de sua própria condição na sociedade. Justamente este enquadramento intencional – principalmente em um contexto em que as mídias fomentam informação demais e aprofundamento de menos e nos colocam como subinformados crônicos – que influencia fortemente as pautas sociais que ganham espaço nas notícias jornalísticas e mesmo aquelas pautas que ganham as redes sociais e as formas como são discutidas, na qual nunca estabelecemos uma visão holística de fato de nossas disposições e práticas sociais (NORA, 1995).

Toda percepção fragmentada e superficial da realidade social tende a ser conservadora e justificar o que já existe, dada a “ocultação sistemática de todos os conflitos sociais fundamentais que perpassam uma sociedade tão desigual em nome da tradição” (SOUZA, 2015, p. 90); e a lógica de dominação se expressa através de intelectuais, jornalistas e especialistas orgânicos que figuram com protagonismo por meio das instituições midiáticas, produzindo conhecimentos que se tornam – de forma recorrente – a interpretação dominante (SOUZA, 2015).

Esse processo social, típico das sociedades capitalistas da modernidade contemporânea, trata-se de um círculo vicioso, pois sem um estímulo ao pensamento crítico,

---

<sup>60</sup> Trata-se de um conjunto de símbolos, conhecimentos e doxas (opiniões) que permitem aos indivíduos em sociedade evocar a algo.

grande parte da sociedade, grupos dominantes e dominados, opressores e oprimidos, explorados e exploradores, vencedores e vencidos no espaço social<sup>61</sup> reproduzem a dominação, as crenças e as injustiças que delas emanam, dando início à opressão cultural que naturaliza a opressão material e as desigualdades e violências físicas e não físicas simetricamente reproduzidas na esfera pública, onde o indivíduo é a referência para a realização da sociabilidade (OLIVEIRA, 1999, p. 55).

Contudo, a cultura, nesse dado contexto, normatiza a lógica dos conflitos sociais de modo que os indivíduos a internalizem espontaneamente quando preparados pelo cotidiano e pelas tradições – onde a aceleração do tempo e a extensão do trabalho em toda a vida do indivíduo o desestimula a refletir e se insurgir contra a situação que se apresenta, por ocupar o seu tempo e o obrigar a ter de garantir condições de subsistência por meio da submissão à lógica da exploração do trabalho (HUWS, 2015).

“A força da mídia é um dado sistêmico nas circunstâncias atuais e os atores políticos que queiram projetar o futuro precisam conviver com isso” (NOGUEIRA, 2015, p. 201).

As crenças são os fundamentos da ordem social, uma vez que formam um sistema simbólico estruturante por fornecer diretrizes morais, políticas e econômicas aos sujeitos, criando um conjunto de representações, ou seja, a base da construção dos significados forjados no seio da cultura por intermédio das relações sociais intersubjetivas e institucionais, às quais se ancoram no exercício da violência simbólica (BOURDIEU, 1996) que, de acordo com o autor supracitado, seria uma maneira de violência exercida imaterialmente causando danos morais e psicológicos. Sustenta-se no reconhecimento de imposições, na fabricação contínua de crenças que influenciam os indivíduos a se alocarem socialmente segundo os discursos dominantes legitimamente reconhecidos, reproduzindo simbolicamente o poder das classes dominantes, o que constitui o poder simbólico. As classes sociais representam o conjunto de agentes situados em posições próximas no espaço social, que se distinguem de outras classes situadas em posições distintas (CATANI, 2017).

As classes sociais fabricantes de consenso – ou *doxas*, como quer Bourdieu (2008) – são aquelas que exercem mais poder na sociedade. O nosso entendimento de poder, nessa pesquisa, embasa-se nas ideias de Foucault, para quem:

---

<sup>61</sup> Onde ocorre a dinâmica da sociabilidade entre os indivíduos em relações sociais através dos campos sociais que o compõe.

Dizendo poder, não quero significar o “poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular como dados iniciais a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Também partimos dos paradigmas sociológicos estabelecidos por Max Weber, segundo o qual:

Max Weber encarna de modo preciso essa tentativa: ele define como *poder* “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo com toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” e como *dominação* “a probabilidade de encontrar obediência a um mandato determinado contido entre pessoas dadas”. Por aí ele contrapõe *autoridade* e *poder*, pois inclui a autoridade entre as relações de dominação. Como diz: [A dominação] “Não é, portanto, toda espécie de probabilidade de exercer ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outros homens”. “No caso concreto, esta dominação (‘autoridade’), no sentido indicado, pode descansar nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até o que são considerações puramente racionais com relação a fins. Um determinado mínimo volume de obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer, é essencial em toda relação autêntica de autoridade”. Cai dentro dessa categoria o comportamento de militares que procurem, por exemplo, monopolizar a autoridade, mas não o poder. (FERNANDES, 2019, p. 40-41).

As *illusios* – crenças produzidas através da violência simbólica exercida contínua e ininterruptamente – transformam-se em fé prática na dinâmica social. É como se o indivíduo assimilasse as regras dessa dinâmica como opinião convicta, estabelecida como verdade (*doxas*), por meio de sua disseminação no cotidiano pelos dispositivos de poder dos grupos dominantes, como as instituições midiáticas oligopólicas.

[...] a noção de *illutio* reflete uma cumplicidade e um ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em

jogo, as disputas) manifestados numa tendência a ação, ao investimento, que nasce desse acordo. (CATANI, 2017, p. 231).

As *doxas* se tornam paradoxais na medida em que reproduzem e enraízam a dominação no senso comum, irradiando para as subjetividades individuais por intermédio das relações sociais que criam compartilhamentos de representações.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2017, p. 56).

A subjetividade é a capacidade humana de expressar intelectualmente sua existência individual mediante trocas de experiências em grupo. É como o indivíduo instala sua originalidade e criatividade ao que é dito, feito e pensado – com os quais se relaciona com o mundo social. A subjetividade é, portanto, constituída a partir do *habitus*, ou seja, a trajetória individual no espaço social em relação aos grupos e instituições com os quais se relaciona, tornada presente espontaneamente, tornada corpo, naturalizada como uma disposição para práticas e esquecida de sua própria gênese – elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato, é o princípio não escolhido de todas as escolhas (BOURDIEU, 2013).

A *doxa*, então, é uma forma de expressão da subjetividade que permite, quando paradoxal com a condição de dominado do indivíduo, a reprodução da ideologia dominante, pois, nesse caso, o indivíduo se expressa pela sua ignorância, nutrido por sua convicção ideológica desenvolvida como subjetividade e expressada em suas práticas sociais, sendo sujeito de sua própria condição (SOUZA, 2003).

[...] paradoxo da *doxa*: o fato de que a ordem do mundo tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja, grosso modo, respeitada; que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e



‘loucuras’ [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. [...] submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, em última instância, do sentimento. [...] oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) [...] (BOURDIEU, 2017 p. 11-12, grifo do autor).

Nessa conjuntura, temos um campo fértil para o assujeitamento dos indivíduos pela proliferação de uma ideologia que interessa aos grupos de maior poder na sociedade – um conjunto de ideias que é produto e produtor da realidade social (SCHWARZ, 2000). Trata-se, assim, de uma construção cultural de disposições, práticas sociais e discursos, nos quais os indivíduos não reconhecem as condições sociais, históricas e econômicas que delimitaram sua elaboração, dissimulando a dominação de alguns grupos sobre os outros, visto que as ideias dominantes em uma sociedade tendem a ser as ideias das classes dominantes que controlam os meios de produção de que a sociedade necessita para se reproduzir – como as próprias instituições de comunicação de massa –, falseando a realidade através de representações omissas, formadoras de um conhecimento ilusório que mascara conflitos (MARX; ENGELS 1979).

Em outras palavras, a ilusão social se dá como resultado da dominação de classe e a produção da ignorância (os meios de comunicação de massa são catalisadores deste processo). “Seja como for, é inegável que a presença de oligopólios midiáticos bloqueia a diversidade de opinião e facilita o processo de ideologização (...)” (NOGUEIRA, 2013, p. 198), assim, são delimitadas as subjetividades que se expressam como crenças tomadas como verdadeiras e convertidas em convicção, legitimando as práticas sociais. Tais práticas sociais são incoerentes, se analisadas sociologicamente, dada a ignorância que muitos sujeitos têm da sua real implicação contraditória de dominação.

Essas crenças ilusórias alienam os dominados de sua consciência de si em relação à sociedade, possibilitando a reprodução da hegemonia dos grupos dominantes e a concretização da dominação, na medida em que os dominados reproduzem práticas sociais de dominados por agirem de acordo com os interesses dominantes, pensando estar agindo por

seus próprios interesses e acabam reproduzindo a própria dominação à qual estão submetidos (ESTEVEVES, 2017).

A sociedade contemporânea se tornou fragmentada, ao passo que o discurso de que a fragmentação é normal se fortaleceu atomizando os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade e, assim, gerando uma coletividade seletiva, na qual a colaboração social é substituída pelas disputas por hierarquias sociais, ofuscando dos indivíduos a percepção da essência holística da sociedade. O individualismo é por excelência uma ideologia do mundo moderno, produzida socialmente em relações de poder que caracterizam o conjunto de ideias e valores de uma sociedade, onde o “eu” é representado culturalmente como superior ao “nós”, sem se construir o senso de que o indivíduo só existe no grupo, legitimando o egoísmo como prática social no senso comum (DUMONT, 1977).

Essa ideologia expressa valores e vem carregada de ideias sobre a sociedade, a realidade e as relações sociais, forma o terreno sobre o qual os homens tomam consciência de si e tem por função conservar a lógica da dinâmica social (GRASMCI, 1989), orientando os indivíduos para a conservação e estabilização da ordem social de forma estrita (MANHEIM, 1976), estruturando símbolos para significar a realidade e naturalizar processos históricos pela generalização do particular, ou seja, por tratar o específico como geral, pois qualquer ponto de vista tomado como realidade geral é um falseamento da realidade, em que o mundo invertido é, na verdade, apenas um momento do falso (DEBORD, 1997).

É assim que a dominação se constitui na dinâmica social: o sujeito acaba por ser a dimensão política da cultura e sua identidade se constrói pela coerção cultural, impelindo-o a uma busca por um pertencimento discursivo que é constituído em relação com as subjetividades e clivagens coletivas formadas na esfera pública, onde o individualismo egocêntrico impera (APPADURAI, 2004).

A subjetividade moderna individualista é disseminada e incorporada como valor e, nesse sentido, a sociedade se constrói de uma formação discursiva pautada em um consenso que prevalece na disputa intersubjetiva dos sujeitos, por intermédio do exercício de poder dos dispositivos da tradição dominante.

O problema é que a percepção de uma realidade onde existem grupos privilegiados no exercício do poder, de forma consensual, marginaliza qualquer dissenso que atente contra esses próprios privilégios (HALL, 2003). E as possibilidades de superação das injustiças presentes se esfacelam pela repressão aos grupos que questionam esta representação da realidade social (MOUFFE, 1996).

Percebemos que esse cotidiano de conflitos é composto de ambivalências que surgem à medida que o consenso é questionado, a partir das margens, em uma disputa pela produção do próprio conhecimento sobre a realidade, algo que se potencializa com o alvorecer das redes sociais digitais, às quais ampliam as redes de sociabilidade e de produção de discursos e perspectivas acerca da conjuntura da dinâmica social (BHABHA, 1998), todavia suas pautas ainda estão fortemente influenciadas pelos direcionamentos dos meios de comunicação de massa.

Podemos pensar essa conjuntura, por homologia, como uma continuidade do processo civilizador da cultura moderna, pois esses aspectos passaram por um longo processo de desenvolvimento para tomar a forma que conhecemos, formas que os grupos dominantes, os grupos de poder, as elites historicamente e tradicionalmente constituídas formaram, criando e recriando normas, para conter impulsos ou ações e permitir que a sociabilidade ocorra dentro de códigos comuns a todos, e é por meio deles que o indivíduo aprende a lidar com os integrantes de seu grupo e com os grupos diferentes do seu.

Essa lógica representa os interesses dos grupos dominantes convertidos nos interesses coletivos de toda a sociedade por meio da concretização desses discursos nos sujeitos como ideologia, na qual o corpo social reproduz essa dinâmica como seu próprio projeto de sociedade (ELIAS, 1994).

O discurso é formulado em uma ordem segundo a qual aqueles que ocupam posições sociais privilegiadas de poder o determinam por meio de uma rede discursiva, consolidadora do poder. O papel das instituições é sustentar e legitimar tais discursos, definindo todo o conjunto de signos que devem acompanhar as práticas sociais, bem como qual verdade se quer seja a verdadeira. São mecanismos de dominação e institucionalização dos saberes espalhados por toda sociedade como dispositivos de poder, dentre os quais as instituições midiáticas são notáveis exemplos, ressignificando constantemente a realidade a partir da produção de significados em representações coletivas que orientam e fundamentam as representações individuais em prol dos grupos dominantes – eles próprios, donos das instituições midiáticas (FOUCAULT, 1996).

Os dominantes têm de oferecer uma percepção razoável da realidade, inculcando as convicções certas de forma a configurar suas representações como realidade (CHOMSKY, 2013).

A grande mídia em geral alicerça seus discursos em análises de especialistas que, muitas vezes, são intelectuais orgânicos que dizem como as coisas deveriam ser na sociedade.

Disseminando a ideia de que seria absurdo se fosse diferente, substituindo uma concepção que atribua importância às instituições e às preferências individuais condicionadas pela cultura por uma concepção em que os indivíduos têm preferências fixas. De forma a simplificar a realidade.

É necessário, também, falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar as tais restrições doentias: passar a impressão de que quando atacamos e destruimos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante. (CHOMSKY, 2013, p. 36).

Dessa forma, qualquer ameaça ao *statu quo* acaba por ser significada como uma ameaça à coesão social. Assim, a tentativa de romper com a dominação é construída socialmente como um ataque a toda sociedade, razão pela qual grande parte dos grupos dominados passam a defender espontaneamente os grupos dominantes ao lutar contra essas insurgências e pela manutenção da ordem como um projeto que interessa a todos, quando na verdade interessa a poucos; “(...) eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p. 66).

Os dominantes estabelecem sua hegemonia na medida em que fazem seu projeto de sociedade ser aceito pelos dominados por meio da persuasão de ideias.

Tais ideias são dispersas por aparelhos, como a grande mídia, que penetra no senso comum as perspectivas dos dominantes como as únicas possíveis, potencializando sua influência na opinião pública e naturalizando o histórico de dominação social.

Joaquim Nabuco (2000), pioneiro em apontar a marginalização, exclusão e descaso com o pobre escravizado ou livre e sua negligente ignorantização como essência da falta de civilidade, de compromisso com o bem comum e gênese da violência e da corrupção moral no Brasil, propõe que é pela opinião pública que se produz o exercício de poder das elites:

[...] a escravidão não avilta somente nosso país: arruína-o materialmente. O agente está aí, é conhecido, é o Poder. O meio de produzi-lo é, também, conhecido: é a opinião pública. O que resta é inspirar a esta energia precisa, tirá-la do torpor<sup>62</sup> que a inutiliza, mostrar-lhe como a inércia prolongada é o suicídio. (NABUCO, 2000. p. 151-152).

---

<sup>62</sup> Sinônimo de insensibilidade.

As concepções gramscianas podem ser usadas para complementar o raciocínio dessa dinâmica cultural da civilização ocidental:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais da conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente'. [...] Pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz. (GRAMSCI, 2001, Cad. 19, 1934-1935, p. 62-63).

A construção de um perigo comum a todos potencializa uma coesão social confortável às classes dominantes ao colocar os conflitos sociais em segundo plano. O projeto da ditadura civil-militar brasileira objetivou consolidar essa concepção, o que é visível nas muitas representações do regime a partir da justificativa de se impedir que os inimigos da sociedade e seus valores a destruíssem com seus projetos. Contudo, esses inimigos são delimitados a partir da perspectiva dos dominantes e, justamente, por serem questionadores da dominação são enquadrados como inimigos da sociedade e, assim, muitas vezes, tomados pelos dominados como seus próprios inimigos.

A coesão social que se estabelece permite a construção de um senso de legitimidade de golpes sempre que a perspectiva de rompimento com os interesses dominantes se torne expressiva institucionalmente e/ou socialmente. Assim se produziu o golpe de 1964 no Brasil e a ditadura subsequente. Assim se produziram ondas cíclicas de autoritarismos e políticas públicas de austeridade no mundo todo, bem como os subsequentes retrocessos de direitos civis, sociais e políticos, sob o argumento de se preservar os interesses gerais da sociedade quando o que se preserva, verdadeiramente, é a concentração do capital, a exploração do trabalho, a concentração da propriedade privada dos meios de produção dos bens sociais e simbólicos e os interesses das elites dominantes e especuladoras no cenário regional e mundial.

Os interesses do mercado de capitais mundial e dos que lucram com ele são difundidos como interesses da sociedade. Esses retrocessos convertem direitos em mercadorias, cujo acesso é facilitado a quem detém recursos para pagar por eles; quem não os detém passa a ser impelido a entrar na lógica da exploração do trabalho para tanto. Em suma, desenvolve-se uma lógica de meritocracia que passa a ser significada como alternativa possível de

rompimento com a precarização da vida dos dominados, mas que acaba por ser a própria força motriz da manutenção da ordem.

No entanto, os dominantes recusam uma consciência sobre a história (DEBORD, 1997), porque isso os coloca como os exploradores e causadores das injustiças. Assim, eles produzem representações consolidadas na disseminação dos dispositivos de poder como os meios de comunicação de massa, que reproduzem ideologias que ressignificam a realidade para os dominantes e para toda a sociedade, gerando uma cumplicidade de todo o grupo. Esta condição de desconhecimento coletivo só é possível, porque na mentira do grupo para com ele mesmo não há enganadores nem enganados (BOURDIEU, 2008), temos uma ideologia que mascara a toda a sociedade sua real condição.

O capitalismo se mantém mediante a construção discursiva de legitimidades capazes de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes para as pessoas.

A qualidade do compromisso que se pode esperar depende, antes, dos argumentos alegáveis para valorizar não só os benefícios que a participação nos processos capitalistas pode propiciar individualmente, como também as vantagens coletivas, definidas em termos de bem comum, com que ela contribui para todos. Chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39).

A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a constructos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro. O sistema se mantém obtendo recursos fora de si mesmo, nas crenças que têm poder de persuasão, nas ideologias. Quando é confrontado pela crítica, o capitalismo mobiliza um “desde sempre”, cuja legitimidade é garantida sob uma nova formulação associada à exigência de acumulação de capital.

A realidade social do capitalismo moderno globalizado inventou a promessa de desenvolvimento perpétuo e inclusão social permanente.

Trata-se de um projeto de civilização que mascara a manutenção de elites – cada vez mais restritas e mais monopolizadoras dos dispositivos de poder – e enfrenta os conflitos insolúveis surgidos das contradições expostas por intermédio de uma fuga para frente, enquanto o globo encolhe e os horizontes se reduzem ao presente.

Nesse contexto, o capital se reproduz impulsionando a barbárie, que não se concretiza em razão de um permanente estado de exceção contra qualquer ameaça à ordem estabelecida

– significada como a normalidade da sociedade nos discursos e práticas sociais de sujeitos e instituições.

Esse processo se completa com a atomização dos indivíduos e dos grupos que compõem a sociedade que, quando tomam para si a representação naturalizada desta realidade, fazem-no inconscientes de que o projeto de crescimento infinito do capital se depara com a finitude do sistema de recursos.

Portanto, o problema da dominação na sociedade capitalista é que as mídias de massa contribuem fortemente na produção de ilusões, para toda a sociedade, sobre a real condição de sua existência enquanto espécie, a fim de preservar privilégios de poucos. Entretanto, os custos desses privilégios residem nos riscos que nossa sociedade assume para com sua existência, relegando à marginalidade o enfrentamento de que o problema é de todos, e defender apenas os próprios interesses desconsiderando o todo é condenar a si mesmo e a própria humanidade (ARANTES, 2014).

A fabulação da realidade é elaborada por procedimentos e representações afiançados na relação de experiência entre o eu, o outro e o coletivo (público), delineando uma adesão coletiva de convicção em um sistema de interpretação estruturado de forma a naturalizar a realidade social e suas contradições imanentes.

Essa naturalização se faz à medida que a ideologia dominante opera como verdadeiro mito moderno ao sustentar a eficácia simbólica que as *doxas* paradoxais surtem sobre os sujeitos, contradizendo o contraditório, ressignificando suas práticas sociais e ordenando sua condição social como legítima.

É um processo que impede aos sujeitos perceberem as contradições inerentes à suas práticas, ao passo que harmoniza a realidade pela produção de sistemas simbólicos coerentes, estruturados na tradição que sintetiza particularidades no coletivo e atribui lógica à ação paradoxal, que adquire sentido através das significações coletivas estruturadas ideologicamente em torno dela ao conectar categorias e narrativas. Ou seja, em maior ou menor grau, os indivíduos não escapam desses efeitos ideológicos, e seu grupo tradicionaliza persuasivamente os fundamentos das *doxas* paradoxais, e a satisfação da verdade se faz pela coerência mental.

Essa suposta coerência seria a ideologia e a satisfação seria a eficácia do reconhecimento dos sentidos compartilhados que signifiquem a realidade em um universo simbólico em acordo com a estrutura social (LEVI-STRAUSS, 2008), incorporando

estratégias que se impõe aos sujeitos através da violência simbólica, cujos símbolos significam a realidade de acordo com a estrutura social.

Os mitos guardam estruturas comuns que revelam leis universais, posto que estão presentes em todas as formas de organização de vida social, e o pensamento mítico trabalha por analogias e aproximações a partir de agrupamento de seres e coisas para inserir uma certa ordem no universo, não como um simples reflexo do real e do “concreto”, mas redundando, muitas vezes, em contradições como uma espécie de discurso e, como tal, deve ser entendido em seu próprio campo de significação, já que se organiza de uma forma em que ele próprio se constitui como contexto.

Os mitos são linguagens que servem “para dar a tradução socialmente autorizada, de fenômenos cuja natureza profunda ter-se-ia tornado igualmente impenetrável para o grupo” (LEVI-STRAUSS, 2008, p. 200) e para fundamentar as culturas, dão lógica aos simbolismos, aos ritos, aos costumes, às crenças, à religião, mesmo que ilusoriamente.

[...] enquanto o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele *entende*, de facto, o universo. (Lévi-Strauss, 2007, p. 29).

O mito não precisa necessariamente ser real, posto que apenas dá sentido à estrutura cultural e é sempre compartilhado por uma crença coletiva na qual dados (mesmo os contraditórios) se integram. Acontecendo ou não de fato, forja valores sociais e morais, além de designar um sentido à vida, forçando aqueles que estão submetidos aos seus simbolismos e signos a se enquadrarem em seu legado para atingirem um determinado fim, que o próprio mito forjou como algo a ser atingido.

O desenvolvimento do sistema capitalista tem se realizado através da consolidação das ideologias dominantes como mitos modernos, disfarçados de racionalistas, uma vez que sem dominação não haveria capitalismo e nem exploradores nem explorados. A percepção dessa realidade é ressignificada de forma a se contradizer, levando os indivíduos a sustentarem o sistema sem notarem sua conjuntura, já que imbuídos da concepção de que não podem viver sem este sistema, por mais perverso que possa parecer, uma vez que:

A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética [...] (WALLERSTEIN, 1974, p. 346).



A luta em torno das significações da realidade social é o motor da lógica do espaço social configurada em uma temporalidade dúctil, que toma contorno pelas rupturas e continuidades históricas ocorrentes na dominação social e em seu processo de reprodução – sempre conflituoso, devido à perspectiva de emancipação de alguns sujeitos e grupos que estabelecem uma disputa material e imaterial de poder, mas que encontra barreiras provenientes do poder simbólico exercido pelos grupos dominantes (DOSSE, 1994, p. 94).

O rompimento desta dinâmica começa com questionar e denunciar a *doxa* ideológica dominante por intermédio da construção de uma hegemonia de rompimento com as contradições sociais, às quais são estabelecidas na delimitação dos paradoxos e na elaboração de perspectivas críticas, denúncias e questionamentos desta condição.

Para tanto, cabe ao campo intelectual e científico levantar e analisar dados para que possa produzir e disseminar conhecimentos que permitam um maior esclarecimento da sociedade sobre ela mesma, de forma a transmitir este processo crítico e dialético às suas gerações futuras. Um desafio necessário.

Sociedades que desconhecem o passado vivem na escuridão e deslocam-se do próprio presente para um limbo de ignorância de si mesmas em função da ignorância sobre seus contextos socioculturais.

O presente é o futuro do passado e todo futuro é uma síntese entre passado e presente.

Se o passado não é elaborado de forma clara, apontando os ressentimentos e erros e incitando o diálogo e representações críticas entre as partes e a sociedade, corre-se o risco de ele não ser compreendido, por isso, investigar o passado e a forma como ele é representado na esfera pública é importante.

“A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992, p.11).

Nesse sentido, mesmo que o fato ou realidade não exista mais integralmente, suas estruturas podem continuar infiltradas na sociedade. E, assim, os mesmos atos e decisões que foram cometidos outrora incorrem no presente como potencialmente possíveis, mas confusos por representações tendenciosas e omissas da história brasileira, afinal, a representação restrita de uma memória impõe uma maneira específica de recordar, o que interpretamos como um impedimento de memória.

A construção de uma memória - principalmente quando analisada sob a perspectiva de sua construção no campo jornalístico - impõe uma maneira específica de recordar a história a partir de pontos de vistas restritos e específicos de uma elite de poder, a qual possui e representa os interesses da instituição empresarial jornalística e de seus patrocinadores e consumidores, significando, na verdade, o impedimento da memória e da elaboração de um passado histórico.

As informações midiáticas noticiosas marcam o tempo e o espaço emanando sentidos em torno de si, são verdadeiros monumentos da memória, ficam registrados como um legado criado para carregar uma carga de concepções – símbolos de mensagens intencionalmente transmitidas com simbologias que constroem narrativas que permeiam o imaginário social. A memória é coletiva e é elaborada com a reconstrução do passado com imagens e ideias do presente, isto é, os indivíduos reconstróem o passado no presente. Persistem os significados ao longo do tempo, uma significação do passado em uma luta do presente. E a memória dos indivíduos está amarrada à memória do grupo que está amarrada à tradição – continuidade (HALBWACHS, 2004).

A análise da memória, para Halbwachs (2004), possui três condições:

[...] a crença de que memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais da memória; a abordagem à estas convenções a partir do mundo empírico observável, distante portanto, das intenções dos indivíduos; e, as afirmações de que o passado que existe é apenas aquele que é reconstruído continuamente no presente (HALBWACHS, 2004, p. 107).

A história de cada sociedade é um problema em aberto. O presente é o lugar da história, o ponto de partida de sua realização, o lugar das problematizações. O passado ajuda a entender o presente e o presente ajuda a compreender o passado como uma sucessão de fatos no tempo histórico das culturas humanas e suas narrativas em um conflito de significação do futuro por meio da significação do passado.

A história social é a narrativa que constrói o passado e o presente de um povo, portanto mesmo que o passado não mude, o conhecimento sobre ele e sua narrativa no presente estão em constante transformação. O presente não é uma superação do passado e nem o futuro uma superação do presente, mas sim uma continuidade, uma vez que a história não se encapsula no passado e é sempre contemporânea, afinal, é no presente que se escolhe os questionamentos e reflexões que serão feitos acerca do passado, elaborando-se a memória social – patrimônio coletivo.

O próprio fazer histórico se transforma no decorrer do tempo, pois as sociedades mudam e com isso o objeto histórico se configura como narrativas construídas em sínteses do conflito de perspectivas, expressando o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. As narrativas são construções de discursos, os quais, além de traduzirem os sistemas de dominação em redes simbólicas, são um exercício do poder em disputa (FOUCAULT, 1996).

Em cada presente se faz uma pergunta própria ao passado, buscando entender sua interferência e continuidade no presente com o anseio de impactar o futuro (LE GOFF, 1996).

As relações entre história e memória se aproximam na busca da verdade no trabalho com as representações.

Cabe à memória tornar o passado presente, garantindo a continuidade e a estabilidade de grupos sociais, o que ocorre por meio da captura do tempo em estratégias de determinação deste, que o revivem encenando o passado histórico que, por não ter sido vivido diretamente, precisa ser apreendido pelas novas gerações.

À História, como investigação do passado para compreender o presente, caberia produzir conhecimento sobre o tempo passado em uma operação metodológica, crítica e compreensiva para desnaturalizar características culturais, permitindo a análise dos processos de construção da memória e se dedicando a explicar como as interpretações dadas ao passado por um grupo, em dado contexto, foram se consolidando e se transformando em uma memória coletiva que integra os usos políticos do passado. Assim, o conhecimento crítico do passado (sempre se redefinindo e se reconstruindo) tem, na própria produção de memórias, uma de suas fontes e também seus objetos privilegiados, possibilitando reflexões sobre como o tempo é periodizado socialmente, porque os monumentos são construídos, como os marcos se estabelecem por meio de eventos e como as representações que constroem têm ou não impactos sobre a memória.

A fonte de pesquisas em nossa problemática (o que resta do passado no presente) passa a ser tudo aquilo que o homem produz ou produziu como cultura. Os documentos históricos são entendidos como monumentos permeados por narrativas dominantes, sendo importantes não só pelo que mostram, mas também pelos aspectos que escondem/omitem acerca do passado. A história não está mais no documento em si e sim nos desdobramentos de uma análise crítica que o conceba como resultado da interação humana em sociedade, em que a fonte é um fazer histórico definido pela pergunta que se faz ao passado, elencando

referências e enumerando elementos que identifiquem a forma, o conteúdo e quais representações suscita.

A forma como concebemos a realidade que nos envolve está alicerçada em uma teia de representações construídas socialmente. Representação seria como a exibição da presença de uma coisa ausente com algum significado ou valor moral, exibido por intermédio de linguagem simbólica (CHARTIER, 1990).

Segundo Schimidt (2010), representação é a:

Forma de conhecimento do senso comum, na interface do psicológico e do individual, do individual e do coletivo. É uma construção de uma apropriação da realidade, pressupõe a comunicação, decisão, ação; permite ao indivíduo inserir-se num grupo social e legitimar seus comportamentos. Apesar de construírem uma visão incompleta e/ou parcial do real, um artefato, ela é, para cada sujeito, seu real, quer dizer, sua maneira de pensar. (SCHIMIDT, 2010, p. 84)

Cada época e cada sociedade constroem suas próprias representações. As narrativas históricas permitem um diálogo entre o presente e o passado a partir de representações e para problematizá-las não se deve apenas descrever as fontes, mas partir de uma representação crítica de construção de conceitos por meio da articulação entre o contexto do presente e seus fenômenos sociais com as continuidades do passado em uma perspectiva diacrônica e dialética.

A memória coletiva é um elo entre o passado e o presente, uma espiral em que as representações interferem nos imaginários mediante discursos que agem na percepção, a qual afeta a consciência, a qual reconstrói a memória, a qual refaz as representações.

A memória está no passado e a história está no presente, ao se trazer a memória para o presente gera-se uma representação no futuro, portanto a representação está entre a memória e a história. (LE GOFF, 1996).

O imaginário de uma época é comum ao conjunto das representações da sociedade. É por esta razão que a história se desdobra como um tempo de longa duração (BRAUDEL, 1990), como uma temporalidade, pois os acontecimentos não se esclarecem por si só, mas por suas continuidades e descontinuidades, pelas perspectivas construídas sobre seus significados e pela reflexão crítica feita sobre eles. Os acontecimentos brilham, mas não aclaram por si só o sentido dos fatos (MICELI, 2003).

Sem a problematização não se constrói o objeto histórico, logo, é a pergunta que fazemos que nos aponta para as sínteses do passado, para as temporalidades sobrepostas que

constituíram a cultura, a economia, as mentalidades, as crenças e a sociedade mediante conflitos ininterruptos. É necessário procurar os erros e falhas das fontes, pensando o presente em comparação com o passado, em como as narrativas são construídas nessa temporalidade, bem como suas multiplicidades, o que permite a contraposição crítica (BLOCH, 2001). Sem isso, as injustiças do passado se projetam no presente como potencialidades.

A injustiça não acaba com o passar do tempo e sim com a denúncia de suas causas e consequências. Se a injustiça fica supostamente isolada no passado, configura-se como uma ameaça no presente. Uma injustiça contra qualquer um, mesmo que no passado, é uma ameaça contra todos no presente. (LAMBERT, 1942).

[...] articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo (BENJAMIN, 1985, p.224).

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1985, p. 224-225).

A história é um campo de possibilidades e local privilegiado dos conflitos, onde os acontecimentos históricos são representados por meio das narrativas dos vencedores. Portanto, a história se mantém permanentemente aberta às perspectivas de ter se realizado de outro modo (BENJAMIN, 1985).

Se ainda não foi realizada de outro modo é porque somente os herdeiros dos vencedores têm se beneficiado desse mecanismo, afinal, ao passo que os vencedores representam o passado como épico, superado e irreversível, os vencidos representam o presente como o futuro de um passado arruinado e, ainda, por se concretizar pela interrupção da continuidade da história dos vencedores, recuperando o passado e impedindo que o futuro do presente daquele passado se realize. Enquanto os herdeiros dos vencedores perpetuarem esta continuidade, os herdeiros dos vencidos serão elos entre as injustiças do passado e as injustiças do presente. (FRANCO, 2015).

“Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, G. 2009. p. 47).

Décadas após o golpe de Estado de 1964, a ditadura continua protagonizando, em nossa sociedade, discussões importantes sobre as representações de sua memória.

O espaço público da imprensa tem importante destaque na difusão dessa pauta e no posicionamento opinativo e informativo do assunto. Identificar o modo como, em diferentes

lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler é um pressuposto para a compreensão de como determinados grupos têm forjado as representações do mundo social, assim como o imaginário social se constitui no conflito de narrativas.

Por isso, há necessidade de se compreender a relação entre os discursos da imprensa, pois a percepção do social não vem de um discurso neutro, ao contrário, produz estratégias e práticas impostas à custa de outras, justificando suas escolhas e condutas.

O imaginário social é composto por representações sociais formadas por discursos que prevalecem e que são apropriados pelos indivíduos. Apesar de as apropriações serem individuais, existem aquelas que se tornam hegemônicas na composição do imaginário social (CHARTIER, 1990). Os jornais carregam em si um conjunto de discursos que apologizam certas representações e combatem outras, sendo a própria notícia uma apropriação de determinada perspectiva da realidade: quando o jornal dá a ler já leu, pois se apropria dos discursos que representa. Portanto, devemos perceber quais representações são apropriadas pela imprensa e como são disseminados seus discursos representando a realidade na formação do imaginário social em um espaço de sujeitos criativos, todavia, permeado de hegemonias desenvolvidas ao longo do tempo.

A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, apresentou a ditadura militar ao debate público interpretando-a como uma questão de grau e não de método por, supostamente, apresentar níveis baixos de violências em comparação a outras ditaduras no Cone Sul, abrindo espaço para a relativização do autoritarismo impetrado pelo golpe, conforme publicado no editorial de 17 de fevereiro de 2009<sup>63</sup>:

[...] se as chamadas ‘ditabrandas’ – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru (FOLHA DE S. PAULO, 17 fev. 2009, grifo do autor).

O jornal reafirmou em nota da redação essa relativização, expressando a visão de seu Diretor de Redação, Otavio Frias Filho, mesmo ao reconhecer o erro:

O uso da expressão ‘ditabranda’ em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis.

<sup>63</sup> Limites a Chávez. *Folha de S. Paulo*. ano 89, n. 29.175, p. 02, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

Do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena -ou que a ditadura cubana, de esquerda [...] (FOLHA DE S. PAULO, 08 de mar. 2009, grifo do autor)<sup>64</sup>.

Entender a representação da memória do golpe e da ditadura civil-militar brasileira nos dá margem para que, a partir de então, amplie-se, na esfera pública, o debate real do que foi e do que é a sociedade em questão e, dessa forma, emancipá-la e confrontá-la com seus equívocos e acertos.

Relativizar um passado que ampliou a desigualdade e violou sistematicamente os direitos dos seus adversários políticos é permitir que ele se torne viável como futuro possível, pois se justificaria em algum aspecto. Mas não existe mal menor, a ditadura e o autoritarismo são questões de método e não de grau, e uma injustiça contra qualquer cidadão é uma ameaça contra todos os indivíduos que compartilham das leis de uma sociedade. É isso que separa a civilização da barbárie.

Para tratar do conceito de esfera pública e da função da mídia em sua estrutura em termos teóricos, reportamo-nos a J. Habermas (1984), para quem o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública, e entre os órgãos da esfera pública estão incluídas as mídias, pois servem para que o público se comunique. A esfera pública seria uma estrutura intermediária, fazendo a mediação entre o sistema político e os setores privados por meio das discussões de assuntos comuns aos múltiplos e diversos atores sociais, gerando a opinião pública. O espaço público seria a interação entre práticas sociais e representações sociais (CHARAUDEUAU, 2003).

“No âmbito das mídias o caráter público tornou-se um atributo de quem desperta a opinião pública” (HABERMAS, 1984. p. 14 e 15) mediante a habilidade das mídias de transformar sua influência social em poder político em um espaço assenhoreado por conglomerados de comunicação associados a novas estratégias, refletindo os interesses e aspirações de poder daqueles que controlam os meios de comunicação, o que, segundo Sérgio Costa (1997), faz a esfera pública transformar o processo de legitimação democrática em uma questão de manipulação eficiente do campo simbólico, e a esfera pública na modernidade capitalista, segundo Richard Sennett (2014), tornou-se palco das obrigações e dos trâmites de interesses privados disseminados como prioridade social sem se dizer, de fato, privados,

---

<sup>64</sup> *Folha de S. Paulo*. 08 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

mascarando a percepção das pautas sociais como disputas de interesses individuais e, muitas vezes, egoístas.

No encaço do debate sobre a esfera pública, podemos nos pautar em concepções que percorram o processo de formação e consolidação da mídia no Brasil, bem como sobre qual o papel da mídia e como se dá sua relação com a política e com o poder.

*Mídia. Crise política e poder no Brasil*, de Venício A. de Lima (2007), é um exemplo, em que se argumenta que o papel mais importante que a mídia desempenha decorre de seu poder de longo prazo na construção de representações da realidade, da política e dos agentes políticos, ou seja, no próprio processo democrático. A mídia é um fator socializador no processo de socialização contínuo do indivíduo em que, por intermédio dela, o sujeito também se constitui, internalizando a cultura e as normas sociais de seu grupo e reproduzindo sua ordem discursiva.

Para pensarmos teoricamente nossa problemática e compreendermos um pouco mais a importância das mídias no cotidiano recorreremos à J. B. Thompson (1999), um autor que discute o que chama de teoria social da mídia, apontando-nos um embasamento teórico para tratarmos de nosso objeto de estudo.

A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como ‘campos de interação’ [...] Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais. As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam (THOMPSON, 1999, p. 21, grifo do autor).

A atividade simbólica é contínua, intensa e fundamental nas relações sociais, pois os indivíduos constantemente se expressam em formas simbólicas e interpretam simbolicamente expressões e ações usadas pelos outros, ou seja, estão em comunicação entre si e numa troca ininterrupta de conteúdo simbólico no espaço social. No fomento dos conteúdos simbólicos, os indivíduos, grupos ou instituições se utilizam do capital cultural que possuem e de seu prestígio acumulado, o capital simbólico que lhe dá condições de exercer o poder simbólico, para agir de modo a intervir no curso dos acontecimentos, podendo influenciar a ação dos outros e



desencadear eventos advindos da produção e transmissão das formas simbólicas (ESTEVEES, 2017, p. 32).

O campo do simbólico é pertinente aos nossos estudos, uma vez que a memória social, coletiva ou individual da história do País nada mais é do que uma construção simbólica realizada em diversos campos e, um deles, é o campo da mídia, no qual a imprensa comercial faz parte e figura como protagonista do setor.

Nelson Werneck Sodré (1998) demonstra que a imprensa brasileira surgiu com o Capitalismo e acompanhou seu desenvolvimento e, sendo assim, o processo de oligopolização, característico do sistema capitalista liberal, ocorrido na economia surtiu efeitos oligopolizantes na área da imprensa, principalmente no Brasil (devido às suas condições históricas), causando uma inversão de valores na mídia em geral, pois esta vivia da opinião de seu público e buscava servi-la, mas o relacionamento estreito mantido com o setor econômico, principalmente pelo fato de a imprensa passar, como instituição privada que é, a funcionar como uma empresa, levou-a a dispensar a opinião do público e a passar a servir aos seus anunciantes, transformando a informação em mercadoria. A mídia se tronou, portanto, uma comerciante de informações. Como agravante, temos o fator de que a mídia brasileira é constituída de oligopólios, ou seja, o poder de controlar o que é ou não divulgado passa pelo crivo particular de poucos conglomerados e entidades privadas, em outras palavras o poder está alocado aristocraticamente e a mídia é nada menos do que o nexu que concentra este poder funcionando como uma engrenagem mantenedora do *status-quo* de um sistema que beneficia poucos (consequentemente o proprietários de meios de comunicações e seus aliados econômicos e políticos) em detrimento de muitos, através de uma dominação que se utiliza da propaganda e do convencimento para influenciar e condicionar as massas (ESTEVEES, 2017, p. 69-70).

Michel Foucault (1979) nos ajuda a entender as relações de formação de um discurso tido como verdadeiro pela grande mídia, de forma a constituir uma opinião pública permeada de interesses econômicos e políticos. Essa opinião se fundamenta naquilo que é difundido como verdade pelos grandes meios de comunicação, principalmente, porque constroem seus discursos retoricamente embasados em afirmações pseudocientíficas e científicas, ou melhor, tidas como verdades pelo corpo social na relação saber/poder.

A partir disso, podemos argumentar que a formação dos saberes requer que se atente para práticas discursivas e não discursivas e para o funcionamento entrelaçado dessas práticas. Com efeito, o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente em uma racionalidade de legitimação (FOUCAULT, 1979).

Tudo somado, o que resta afinal da ditadura? Na resposta atravessada do psicanalista Tales Ab'Sáber, simplesmente tudo. Tudo menos a ditadura, é

claro. Demasia retórica? Erro crasso de visão histórica? Poderia até ser, tudo isso e muito mais. Porém, nem tanto. Pelo menos a julgar pelo último lapso, ou melhor, tropeço deliberado, mal disfarçado recado a quem interessar possa: refiro-me ao editorial da *Folha de S. Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, o tal da ‘ditabranda’. Não é tão simples assim atinar com as razões daquele escorregão com cara de pronunciamento preventivo, sobretudo por ser mais do que previsível que o incidente despertaria a curiosidade pelo passado colaboracionista do jornal, tão incontroversamente documentado que as pessoas esqueceram, até mesmo da comissão civil e militar daquele bloco histórico de crueldade social que se abateu sobre o país em 1964. E como atesta o indigitado editorial, *aunque el diablo esté dormindo, a lo mejor se despierta*. Quanto à descarada alegação de brandura: só nos primeiros meses de comedimento foram 50 mil presos. Em julho de 1964, ‘os cárceres já gritavam’. O fato é que ainda não acusamos suficientemente o golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época. Acabamos de evocar a brasa dormida de um passo histórico, os vasos comunicantes que se instalam desde a primeira hora entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão. (ARANTES. 1964. *In*: TELES; SAFATLE, 2010, p. 205-206, grifos do autor).

Esse capítulo cotejou grandes nomes das Ciências Sociais, da Filosofia e das Ciências Humanas, os quais nos ajudam a mostrar como “verdades” são construídas socialmente como narrativas difundidas sistematicamente. Chamamos a atenção, especialmente, para as contribuições de M. Foucault, A. Gramsci, P. Bourdieu, H. Arendt, C. Lévi-Strauss, Escola dos Annales, Teoria Crítica e outros, que nos auxiliam a pensar os conceitos de mito, ideologia e crença que, em última análise, são construções sociais de realidades.

## 6 METODOLOGIA E ANÁLISE DA IMPRENSA BRASILEIRA: OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO ENTRE 1993 E 2014 EM PERSPECTIVA

Entendemos que existem continuidades discursivas que perduram décadas na grande mídia brasileira, em especial, na grande imprensa. A análise da mídia impressa a respeito das representações do golpe de 1964 e da ditadura é pertinente para entendermos como esses processos foram legitimados e justificados através de grandes meios de comunicação, forjando-se, assim, significados disseminados na sociedade com relação às ideologias que figuraram no cenário político do período.

Segundo o Datafolha, em pesquisa sobre o perfil do leitor<sup>65</sup>, os leitores brasileiros do jornal têm em média 40,3 anos; têm alta escolaridade, pois 47% cursaram faculdade e 13% fizeram pós-graduação; 53% têm renda mensal individual de até 15 salários-mínimos, 36% têm renda familiar acima de 30 salários-mínimos, sendo que 41% fazem parte da classe A, da qual pertencem apenas 3% da população brasileira.

Consideramos essencial compreender como esse *establishment* social tem a memória social e política do país em seu imaginário, pois são indivíduos que alocam altos índices de capital político, econômico, cultural e simbólico na sociedade. Analisando a *Folha de S. Paulo*, podemos compreender como o imaginário dessas parcelas sociais é influenciado dia a dia por debates, discussões e informações que circulam na esfera pública, influenciando e direcionando interpretações que efetivamente constroem a realidade atual em conflitos contínuos de narrativas sob o exercício da violência simbólica.

Como já indicado na introdução dessa pesquisa, nosso objetivo é compreender a relação entre mídia, cultura e política a partir do noticiário de grandes instituições de comunicação de massa como a *Folha de S. Paulo*.

Concretamente, o objetivo é dialogar com a nossa hipótese, a saber: o jornal *Folha de São Paulo* fez uma cobertura jornalística ambígua, retomando um período histórico conturbado e com suas feridas não totalmente curadas e rememorando o que ele foi e o que representou (e representa), mas mostrando os fatos e as ideologias de forma omissa ou ambígua em relação ao que, historicamente, foram e são, criando justificativas ideologizadas para tornar plausível o golpe e, indiretamente, tudo o que dele se formou, encerrando a

---

<sup>65</sup> Dados publicados nas páginas: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem\\_e\\_o\\_leitor.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml) e <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

ditadura no passado e representando o golpe e a ditadura como processos distintos, o que evidencia que a memória do passado, em questão, é mal resolvida na sociedade brasileira, inclusive (ou principalmente), no noticiário de um jornal tão significativo para o País; e relativizado o golpe e a ditadura a tal ponto que políticos que representam a continuidade deste passado têm arrebatado massas no Brasil. A hipótese pode ser demonstrada por meio de uma análise dos editoriais, os quais direcionam a linha editorial da instituição, bem como em pesquisas que já realizamos ou que foram realizadas anteriormente e que apontam que a *Folha de S. Paulo* se coloca como porta-voz da redemocratização, mas ao encerrar a ditadura no passado, desfoca o debate de suas continuidades e do papel do Grupo *Folha* no apoio ao regime autoritário, beneficiando-se dele. Trata-se de um esquecimento deliberado da história.

Além do mais, de acordo com o que apontam as pesquisas de Sônia Meneses (2017), Fernando Antônio Azevedo (2017), Tiago Santos Salgado (2015), Álvaro Nunes Laranjeira (2014), André Bonsanto Dias (2014) e o nosso trabalho de mestrado (ESTEVEZ, 2017), a lógica apresentada pelo jornal no trato deste recorte temático, durante o curto período de cobertura das eleições de 2010, reflete-se na maneira com que o jornal vem tratando esse assunto durante a Nova República. Apontando, ainda, como possíveis resultados qualitativos no recorte que analisamos, as seguintes abordagens:

- Os grupos de esquerda e os governos do PT associados às características autoritárias e ditatoriais;
- Aproximação dos quadros políticos de esquerda às ditaduras nas representações estabelecidas;
- Responsabilização das esquerdas e dos movimentos sociais pelo “endurecimento” do regime formado pelo golpe de 1964.

Nossos objetivos específicos são, portanto, pesquisar e analisar, fragmentadamente e por amostragem, os editoriais do jornal, publicados entre 1993 e 2014, que abordaram as questões representativas e marcantes relacionadas à ditadura e ao golpe de 1964 para, assim, termos um objeto de análise suficientemente denso que nos permita comprovar nossa hipótese.

A análise será quantitativa e qualitativa, a fim de que todos os editoriais publicados pela *Folha de S. Paulo* entre os meses finais de 1993 e o ano de 2014, os quais trataram da ditadura civil-militar (1964-85), sejam investigados.

Visamos à análise comparativa dos conteúdos e discursos de amostragens dos editoriais de edições da Folha de S. Paulo, os quais trataram da ditadura e o golpe entre o final de 1993 – ano que se sucedeu após a crise política que levou ao impeachment de Fernando Collor de Melo e em que se confirmou, por meio de plebiscito, o sistema presidencialista no Brasil, posteriormente à promulgação da Constituição Cidadã de 1988 – e o ano de 2014 – ano da reeleição de Dilma Rousseff, que marcaria o início de uma polarização e crise política que culminaria com sua deposição e com a eleição de Jair Bolsonaro e o retorno de saudosistas e apoiadores do golpe e da ditadura ao governo do Brasil; ano que fora uma efeméride de aniversário dos 50 anos do golpe de 1964, trazendo à luz a possibilidade de análise acerca das construções simbólicas da memória do golpe e da ditadura civil-militar brasileira, no espaço público da tradicional mídia impressa– forte influenciadora de pautas na agenda pública da sociedade.

À época do recolhimento do material para a pesquisa, a *Folha de S. Paulo* possuía, em seu acervo, o recorte do período correspondente totalmente digitalizado.

Dessa forma, traçaremos as rupturas e continuidades das representações e discursos que os enquadramentos<sup>66</sup> desse jornal têm produzido em nossa sociedade após superarmos o ciclo histórico autoritário da ditadura e institucionalizarmos a Constituição de 1988 e o presidencialismo de coalizão.

Cabe ressaltar que a linha editorial da *Folha de S. Paulo* é responsável por aquilo que é publicado no jornal, pois, mesmo que existam muitos jornalista e colunistas, é a direção do jornal, por meio de sua linha editorial, que estimula as pautas, podendo dar mais ou menos espaços e visibilidade nas edições dos jornais a determinadas posições ou a determinados assuntos, variando de acordo com as posições institucionais da empresa.

Fizemos os mesmos procedimentos de coleta e organização de dados que utilizamos em nossa pesquisa de mestrado, nas páginas <http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx>; <http://acervo.folha.com.br/>; <http://bd.folha.uol.com.br/>, mediante ferramentas disponíveis em cada um dos campos e sistemas operacionais de pesquisa, de busca textual e temática de todos os exemplares diários das datas preestabelecidas, em especial, nos editoriais (que são de extrema relevância por expressarem posicionamentos e tendências da entidade jornalística),

---

<sup>66</sup> Goffman (1974) conceitua enquadramento como os enfoques apresentados pelos veículos de comunicação para um determinado tema.

em que se recolheu todos os fragmentos que se reportem de alguma forma, subjetiva ou objetivamente, aos temas estabelecidos como recorte de pesquisa.

Entramos em contato pessoalmente com o Banco de Dados Folha a quem apresentamos o recorte da pesquisa e solicitamos o material, que nos foi disponibilizado prontamente como serviço pago.

Recolhemos junto ao Banco de Dados Folha, de quem recebemos autorização para publicação e uso acadêmico do material recolhido, todos os editoriais escritos pela *Folha de S. Paulo* entre novembro de 1993 e 2014 que fazem menção à ditadura civil-militar brasileira e ao golpe de 1964, em que as seguintes palavras apareceram: golpe militar de 1964; golpe de 1964; golpe de 64; revolução militar de 1964; revolução de 1964; revolução de 64; ditadura; ditadura militar; ditadura civil-militar; regime militar; governo militar; golpe (1964); revolução (1964); reformas de base; Jango; João Goulart; derrubada do presidente; golpe de 31/03/1964; passeata dos cem mil; AI-5; Lei da Anistia; diretas já; Emenda Constitucional Dante de Oliveira; Comissão Nacional da Verdade.

Inicialmente, identificamos junto ao Banco de Dados Folha, 540 editoriais com menções aos termos "golpe militar"; "regime militar"; ditadura e ditadura militar, dentre os quais selecionamos apenas aqueles que se referiam ao Brasil e à ditadura civil-militar deflagrada em 1964. Resultando na identificação de um total de **257 editoriais publicados sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira em 21 anos, dentre o final de 1993 e o final de 2014**. Posteriormente, o editorial de comemoração de 100 anos do jornal *Folha de S. Paulo* acabou entrando na análise também, pois fora publicado durante a pesquisa. O manual de redação da *Folha de S. Paulo* também foi analisado e na medida que a análise dos editoriais avançava, víamos a mesma dinâmica nos editoriais e no manual em relação ao esquecimento do passado.

Como órgão midiático que é, a imprensa tem o papel de suscitar o debate na esfera pública, sendo um dos componentes da formação da opinião pública brasileira e fonte de documentos jornalísticos que nos ajudam a entender a história do Brasil, uma vez que a *Folha de S. Paulo* e outros jornais aqui destacados, os quais continuam em intensa atividade ainda em 2019, cobriram muitos de seus momentos decisivos como os acontecimentos e articulações que destituíram João Goulart da Presidência da República e, com ele, as possibilidades de realização das reformas de base.

No entanto, como a grande imprensa é configurada por instituições privadas que visam o mercado, ou seja, a mercantilização e comercialização da notícia, prezando o

interesse de seus anunciantes, proprietários e editores, o que estas entidades têm feito, em nosso ponto de vista, é (quando inevitável) levantar debates delicados, sem se posicionar de forma clara para não comprometerem certa imagem pública. Precisam vender seus exemplares, mas se eximirem de qualquer culpa ou responsabilidade que, porventura, pudesse ser atribuída a elas. Assim, para se isentarem de vez de qualquer responsabilidade moral e ética, buscaram, durante os anos que se sucederam ao golpe de 1964, representar, tanto o golpe como a ditadura civil-militar brasileira, como perversos e infames, contudo necessários para o impedimento de algo supostamente mais perverso ainda (ESTEVEVES, 2017).

Propomos a análise dos discursos midiáticos produzidos com o intuito de realizarmos uma reflexão sobre as disputas e trocas simbólicas estabelecidas por instituições centrais do setor midiático brasileiro e, por consequência, sobre a disputa entre os oligopólios dos meios de comunicação pelo direito de se colocarem como construtores do sentido objetivo da memória histórica recente do País (FOUCAULT, 1996). E, na tentativa de estabelecer relações entre a mídia, a memória, a política e a cultura, propomos uma análise empírica sobre um conjunto de discursos produzidos durante o período recortado, visando à compreensão da nossa problemática a partir das disputas simbólicas no espaço midiático que, segundo Bourdieu (2000), proporcionariam a condição das instituições midiáticas de se colocarem como estruturas estruturadoras da estrutura sociocultural.

Por força tanto da legitimidade e do prestígio da ciência quanto do poder de repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de tal modo que favorece a reprodução de todos os privilégios que estão ganhando (SOUZA, 2017, p. 20).

É assim, afinal, que as ideias dominantes passam a determinar a vida das pessoas comuns e seu comportamento cotidiano sem que elas tenham qualquer consciência disso. Ela, a ideia, une-se a interesses [...] e passa pela ação institucional que cria os seus agentes [...] e uma ação continuada no tempo, atuando sempre em um mesmo sentido, que logra mudar a percepção da vida e, portanto, em consequência, o comportamento prático e a vida real e concreta como um todo para uma enorme quantidade de pessoas (SOUZA, 2017, p. 21).

Essa fonte de dados nunca deve ser superestimada nem subestimada, mas precisa ser tomada em uma perspectiva histórica de forma a delimitar seu valor e função, uma vez que deixam para a posteridade as observações e sentimentos de seu contexto e conjuntura. O intuito dessa pesquisa é a interpretação visando o juízo crítico (CÂNDIDO, 2007).

Essa análise pode se configurar como uma etnografia dos discursos se embasada nas proposições de James Clifford (2002), cuja teoria aponta que a “experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2002, p. 36), de modo que a etnografia é vista por este autor “não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo [...] sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 2002, p. 43).

Assim, entende etnografia como um processo de “textualização” das culturas, “através do qual o comportamento, a fala, as crenças, a tradição oral e o rito não escrito vêm a ser marcados como um corpus, um conjunto potencialmente significativo, separado de uma situação discursiva ou ‘performativa’ imediata. No momento da textualização, este corpus significativo assume uma relação mais ou menos estável com um contexto” (CLIFFORD, 2002, p. 39).

Portanto, tomamos os discursos produzidos pelos jornais como construções simbólicas socioculturais para, através deles, estabelecer um processo de “textualização” no contexto das disputas pela elaboração da memória histórica nacional por intermédio de representações disseminadas em discursos, contribuindo para uma melhor compreensão da sociedade, da política e da cultura nacional. O objetivo é o de construir uma análise sociológica, política e, até mesmo, etnográfica de parte das disputas simbólicas que são estruturadas em torno da memória social e que se manifestam como estruturas estruturantes nesse contexto.

Assim, os editoriais [...] produzidos pelo jornal *Folha de S. Paulo* no citado período, foram submetidos à análise da imanência, com o objetivo de buscar a lógica interna de tais pronunciamentos e explicitar assim sua ideologia para além da análise epistemológica. A partir da objetivação das categorias analíticas que emergem de tal material, procurou-se identificar os princípios que podem operar em associação aos conceitos emitidos e, na sequência [...] situar quais de seus segmentos de classe se coadunam a seus discursos. Na sequência destes estudos, também emergiu a função social que o periódico em questão cumpre [...]. (SALGADO, 2015, p. 168).

Como orientação metodológica para pesquisar nosso objeto de estudo, recorreremos à Isabel Ferin Cunha (2012), em sua obra *Análise dos Média*, (que também norteou nossa pesquisa de mestrado), uma vez que a autora faz um percurso sobre as teorias e metodologias de análise midiática, apontando que os métodos mais eficientes nas pesquisas realizadas, já nos séculos XX e XXI, são as análises do discurso e de conteúdo combinadas. A autora utiliza a análise de conteúdo para realizar uma análise de mídia com o objetivo de esclarecer o



processo científico necessário para realizar tal pesquisa. Expressa que os objetivos devem ser a compreensão e a interpretação de mecanismos que levem à elaboração de previsões e antecipações por meio da construção de cenários e tendências nas mídias. Entende que para proceder a uma análise das mídias é necessário observar os conteúdos veiculados pelos meios e situar-se no contexto das empresas de mídia de forma a interpretá-los em função dos cenários em que estão inseridos (BARDIN, 1977). Assim faremos em nossa pesquisa.

Complementando o paradigma metodológico que utilizaremos nessa pesquisa de doutoramento está a obra de Laurence Bardin (1977), *Análise de Conteúdo*, que consiste em um manual operacional sobre o método de investigação da Análise de Conteúdo – um dos meios mais eficazes para analisar mídias impressas (CUNHA, 2012) por separar e analisar quantitativa e qualitativamente o objeto. Utilizaremos a categorização (BARDIN, 1977) como uma técnica que agrupa e classifica homoganeamente os elementos por intermédio de sua investigação, após leitura flutuante de todo o material, o que nos condiciona a encontrar suas denominações genericamente.

Nossa unidade de registro para a realização de uma análise categórica temática é a instituição jornalística *Folha de S. Paulo*, representando, por amostragem e homologias identificadas, a grande mídia tradicional brasileira. O jornal fala para elites intelectuais e econômicas ditando grande parte das pautas da esfera pública e seu principal propósito é vender notícias e consolidar sua identidade histórica no contexto da redemocratização (MARCONDES FILHO, 1989).

Para a análise, foram recolhidos todos os editoriais publicados entre 1993 e 2014 contendo alguma menção relativa ao golpe de 1964 e/ou ao regime perpetrado pela ditadura civil-militar brasileira. **No total foram recolhidos 257 itens.** Solicitamos o material especificado e detalhado por e-mail, o qual nos foi fornecido, mediante pagamento, em formato impresso e digital, pelo Banco de Dados Folha. A empresa se mostrou empenhada em manter seu arquivo disponível para pesquisas acadêmicas e comprometida com a preservação da memória do próprio jornal e, com ele, da história do Brasil.

A análise começa pela parte quantitativa, pela periodização dos conteúdos e pela identificação de recorrências dos editoriais ao longo do período analisado, separando suas temáticas e suas valências, bem como a delimitação de quais frases/palavras e com quais sentidos elas aparecem com maior frequência na elaboração de argumentos recorrentes, elucidando quais informações e opiniões aparecem frequentemente no corpo da análise.

Tomamos como referências para as regras de análise as definições operacionais de valência desenvolvida por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) e aplicados em nossa pesquisa de mestrado (ESTEVES, 2017) e na pesquisa de Fernando Antônio Azevedo (2017) acerca da cobertura da grande imprensa brasileira sobre os governos do Partido dos Trabalhadores.

Para uma análise qualitativa associada, partimos de um método de separação e organização de conteúdo, dividindo os fragmentos recolhidos nos critérios de qualificação (RUBIM, 2004) de enquadramento; ou seja, a variável que significa a agenda como positiva e/ou negativa. É a unidade de contexto, a perspectiva que atribui valência (FOUCAULT, 1996).

- **Material de enquadramento positivo** – Todo material recolhido em que há mais referências positivas do que negativas ao golpe e/ou à ditadura no que tange a sua suposta necessidade e/ou importância; que reproduza declarações positivas acerca de sua efetivação e de suas causas e consequências; relatos interpretados de fatos que os demonstrem positivamente ou ambigualmente; referência à declarações de pessoas ou instituições que afirmem ser favoráveis ao golpe de 1964 e/ou à política e dinâmica social autoritaristas dele resultantes por quaisquer motivos que sejam; material de enquadramento positivo e negativo, em um mesmo editorial, do golpe de 1964 e/ou da ditadura, com justificativas e/ou amenizações aos processos autoritários e/ou violações de direitos humanos e civis ocorridos durante o regime.; bem como o material de enquadramento negativo do golpe de 1964 e/ou da ditadura, mas com justificativas e/ou amenizações aos processos ocorridos relativos ao golpe de 1964 e à ditadura civil militar (ESTEVES, 2017).
- **Material de enquadramento negativo** – em que há predominantemente referências negativas ao golpe e/ou à ditadura no que tange a seus ares autoritários, violentos e antidemocráticos; exposição crítica dos acontecimentos e das arbitrariedades do regime decorrente do golpe; reprodução de críticas de terceiros (incluindo de adversários políticos do regime e dos grupos golpistas) a sua ação política e imposições legais; relatos de fatos que demonstrem negativamente o golpe e suas causas e consequências; comentários de ordem política, moral ou pessoal, desfavoráveis à memória do

que foi e do que representou a tomada do poder por grupos políticos através de uma manobra civil-militar (ESTEVEVES, 2017);

- **Material de conotação histórica e/ou enquadramento neutro** - Tomamos como neutros os materiais em que há equilíbrio na aparição ambivalente de pontos positivos e negativos do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar, em que as valências aparecem nas mesmas proporções, bem como o material com enquadramento positivo e negativo do golpe de 1964 e/ou da ditadura, em um mesmo editorial, porém sem justificativas e/ou amenizações aos processos autoritários e/ou violações de direitos humanos e civis ocorridos durante o regime. Dentre o material de enquadramento neutro, temos a subdivisão de material de conotação histórica; e/ou em que não há referências predicativas de valências qualitativas, mas apenas conteúdo ou menção ao golpe de 1964 e/ou período ditatorial do regime militar de forma a suscitar a sua memória; factual (ESTEVEVES, 2017);

A análise qualitativa do conteúdo do discurso presente nos fragmentos foi feita por meio de sua leitura analítica, em que serão destacados os fragmentos que reforcem ou refutem as considerações hipotéticas desta pesquisa, de forma a exemplificar claramente os resultados obtidos.

A análise de valência é utilizada desde os anos 1950 como paradigma para se analisar enquadramentos da mídia, segundo Feres Júnior (2016) e Fernando Antônio Azevedo (2017), segundo o

Basicamente, a valência tenta medir a valoração dos conteúdos da mídia em relação a um determinado objeto, que pode ser candidato, líder político, partido ou governo. A partir da definição operacional de valência dada por Aldé, Mendes e Figueiredo, usamos, para o presente trabalho, as seguintes regras: (1) a valência é positiva se o conteúdo analisado encerra uma avaliação ou menção de ordem pessoal, moral, política ou de desempenho nas funções públicas favorável a políticos ou avaliação e menção favorável de programas, projetos e ação de partidos ou governo; (2) a valência é negativa se o conteúdo analisado encerra uma avaliação ou menção de ordem pessoal, moral, política ou de desempenho nas funções públicas negativa a políticos ou avaliação e menção desfavorável na avaliação de programas, projetos e ação de partidos ou governo; (3) a valência é neutra se o conteúdo analisado não apresenta nem elementos nem negativos na avaliação ou menção de ordem pessoal, moral, política ou de desempenho nas funções públicas a políticos ou na avaliação e menções a programas, projetos e ação de partidos ou governo. Em caso de matérias ambivalentes,

em que há equilíbrio entre elementos positivos e negativos, o conteúdo é considerado neutro (AZEVEDO, 2017, p.122).

Importa muito compreender como são construídos estes enquadramentos e em quais contextos e conjunturas, se a ditadura e o golpe são separados ou se a ditadura é representada como um ciclo encerrado; as implicações disto para a memória histórica podem ser ambíguas no presente.

É preciso pensar nos conteúdos considerados em si mesmos e em suas interpretações possíveis, além das disposições e possibilidades que determinados discursos institucionalizados têm como construção de significados mediante a propagação de determinada memória elaborada por meio da mediação de informações no espaço público, pois não é possível deslocar o discurso do meio social, uma vez que seu sentido só existe no contexto em que é produzido, por intermédio dos significados construídos e oferecidos como referência (FOUCAULT, 1996).

O uso da valência é um método apropriado para quantificar e classificar valorativamente os editoriais porque estes sempre representam uma tomada de posição dos jornais sobre os temas abordados (AZEVEDO, 2017, p.123).

De um modo geral, nossas análises partem da separação dos editoriais em assuntos gerais que tratam os editoriais em que o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar apareceram ao longo dos anos, dividindo-os como sugere a obra de Fernando Antônio Azevedo: A grande imprensa e o PT (1989-2014) (2017) que separa os documentos jornalísticos em tipos, de acordo com seu assunto geral.

- **Tema 1** – questões internacionais
- **Tema 2** – eleições
- **Tema 3** – economia
- **Tema 4** – problemas sociais
- **Tema 5** – política
- **Tema 6** – diversos

Na sequência, delimitamos as formações discursivas em eixos temáticos de representação (ESTEVES, 2017). Outra formulação técnica de pesquisa que utilizaremos foi a de categorizar assuntos, acontecimentos e temas específicos correntemente detectados no decorrer das publicações jornalísticas do período determinado, forjando-se referências

discursivas de representação da memória, na medida em que têm espaço nos enquadramentos publicados na imprensa e ganham atenção das mídias e da sociedade. Ou seja, como e relacionados a que assuntos específicos, o golpe e a ditadura civil militar foram abordados pelos editoriais da *Folha de S. Paulo*.

Consideraremos, no recorte de nosso objeto, como eixos temáticos de representação, os temas e assuntos que estiveram presentes em enquadramentos de diversas e variadas datas dos editoriais do jornal que fizeram alguma referência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar.

Os eixos temáticos de representação são “nós”, cujas formações discursivas são produzidas e que aglutinam conteúdos jornalísticos que representam e rememoram o período histórico estudado a partir da abordagem de algo específico (RUBIM, 2004).

A mídia no mundo todo repete, reproduz e amplia, como se isso tudo fosse conhecimento real e indisputado, esse tipo de percepção para seus ouvintes e leitores. Afinal, a mídia não produz conhecimento. Ela apenas distribui e eventualmente, como no nosso caso, em um contexto de total desregulação do trabalho midiático, enfatiza alguns aspectos e encobre outros tantos de acordo com seus objetivos comerciais e políticos. Mas ninguém na mídia cria conhecimentos. O prestígio do conhecimento percebido como autêntico é sempre produto de especialistas treinados. A mídia está condenada a se utilizar desse material, daí uma percepção adequada e crítica do conhecimento tido como científico ser tão importante para uma análise não só do papel político da mídia, mas das crenças que as pessoas compartilham na vida cotidiana sem qualquer defesa contra seus efeitos (SOUZA, 2017 p. 16-17).

## **6.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA**

O que se segue a partir deste ponto da tese até a conclusão é a aplicação da metodologia, a análise dos dados quantitativos e a descrição densa qualitativa do material pesquisado.

### **6.1.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS**

Analizamos, para a elaboração desta tese, 21 anos e 2 meses de publicações da *Folha de S. Paulo* (novembro e dezembro de 1993 e entre 1994 e 2014), nas quais foram publicados cerca de 15464 editoriais, dos quais 257 foram selecionados para a pesquisa por tratarem dos temas: golpe de 1964; regime militar e/ou ditadura militar, equivalente à 1,66% dos editoriais publicados pelo jornal no período analisado, uma média de cerca de 12 editoriais por ano.

O material analisado está disposto da seguinte maneira:

Total de editoriais: 257

Enquadramento positivo: 13

Enquadramento negativo: 116

Conotação histórica/neutro: 128

Nota-se poucos editoriais com enquadramento positivo e um equilíbrio entre enquadramento negativo e conotação histórica/neutro com preponderância para conotação histórica/neutro.

Os editoriais foram publicados em torno dos seguintes temas gerais:

Tema 1 – questões internacionais: 5

Tema 2 – eleições: 30

Tema 3 – economia: 29

Tema 4 – problemas sociais: 68

Tema 5 – Política: 84

Tema 6 – temas diversos: 41

1993: 3

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 2

Conotação histórica/neutro: 1

1994: 17

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 11

Conotação histórica/neutro: 6

1995: 10

Enquadramento positivo: 2

Enquadramento negativo: 2

Conotação histórica/neutro: 6

1996: 16

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 4

Conotação histórica/neutro: 12

1997: 26

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 9

Conotação histórica/neutro: 17

1998: 14

Enquadramento positivo: 2

Enquadramento negativo: 5

Conotação histórica/neutro: 7

1999: 18

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 12

Conotação histórica/neutro: 6

2000: 9

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 7

Conotação histórica/neutro: 2

2001: 2

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 1

Conotação histórica/neutro: 1

2002: 11

Enquadramento positivo: 1

Enquadramento negativo: 5  
Conotação histórica/neutro: 5

2003: 8

Enquadramento positivo: 0  
Enquadramento negativo: 3  
Conotação histórica/neutro: 5

2004: 14

Enquadramento positivo: 0  
Enquadramento negativo: 5  
Conotação histórica/neutro: 9

2005: 7

Enquadramento positivo: 0  
Enquadramento negativo: 4  
Conotação histórica/neutro: 3

2006: 4

Enquadramento positivo: 0  
Enquadramento negativo: 3  
Conotação histórica/neutro: 1

2007: 7

Enquadramento positivo: 0  
Enquadramento negativo: 1  
Conotação histórica/neutro: 6

2008: 9

Enquadramento positivo: 1  
Enquadramento negativo: 4  
Conotação histórica/neutro: 4



2009: 14

Enquadramento positivo: 3

Enquadramento negativo: 4

Conotação histórica/neutro: 7

2010: 24

Enquadramento positivo: 3

Enquadramento negativo: 13

Conotação histórica/neutro: 8

2011: 15

Enquadramento positivo: 1

Enquadramento negativo: 10

Conotação histórica/neutro: 4

2012: 14

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 8

Conotação histórica/neutro: 6

2013: 7

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 0

Conotação histórica/neutro: 7

2014: 8

Enquadramento positivo: 0

Enquadramento negativo: 3

Conotação histórica/neutro: 5

### **6.1.3 EIXOS TEMÁTICOS DE REPRESENTAÇÃO IDENTIFICADOS**

Os eixos temáticos de representação mais recorrentes no material pesquisado foram:

- **Apoio da sociedade à democracia e à ditadura**, a Folha se coloca como crítica da ditadura, mas problematiza a democracia e sua capacidade de desenvolvimento e de resolução dos problemas nacionais.
- **Alianças entre apoiadores e opositores da ditadura** – Gov. FHC, o que a Folha aponta como contradição. Mas ela mesma deixa de esclarecer sua história ao longo dos anos.
- **Editoriais sobre personalidades mortas que tiveram sua história ligada à ditadura de alguma forma**: Renato Russo; Paulo Freire; Darcy Ribeiro; Geisel; Henrique Simonsen; Betinho; Franco Montoro; Roberto Marinho; Evandro Lins e Silva; Celso Furtado, Tancredo Neves; Antônio Carlos Magalhães (ACM); Olavo Setubal; Itamar Franco. São em geral apontadas como personalidades com problemas e qualidades, com uma certa ambiguidade que os humaniza diante do fato de que morreram.
- **Críticas à indicação de Carlos Alberto del Menezzi à direção da ABIN**, pois este teria integrado equipes de tortura durante o regime militar.
- **Endosso de um projeto de lei de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que substituísse a Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>67</sup>** – reeditada em 1967, em 1969 e em, pela última vez, em 1983, ainda sob a ditadura civil-militar - pelo fato de a linha editorial entender esta lei arbitrária e uma herança negativa do regime militar. Mesmo em 2021 *A Folha de S. Paulo* segue apoiando o fim da Lei de Segurança Nacional. Após Bolsonaro utilizá-la para perseguir e processar intelectuais, artistas, celebridades e cidadão comuns opositores ao governo e à política bolsonarista que ousaram protestar publicamente. *A Folha de S. Paulo* escreveu um editorial criticando isso e apoiando o depuramento e/ou sepultamento desta lei<sup>68</sup>.
- **Defesa da Lei da Anistia** – editorial importante 20/04/2008. A defesa da anistia permite que a democracia se funde em injustiças que ela não pode devidamente

---

<sup>67</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm)> Acesso em 20/07/2021.

<sup>68</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/o-trigo-e-o-joio.shtml>> Acesso em 20/07/2021.

reparar socialmente, é como se a ditadura forjasse a democracia. A defesa da anistia é a defesa da própria instituição Grupo Folha da manhã SA, que poderia ter sido classificado como apoiador de coerção e legitimador da ditadura e do estado de exceção.

- **Crítica ao PNDH-3 e a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade.**

No início de 2010, a *Folha de S. Paulo* argumenta que a criação da CNV seria insuflar divisões em temas que exigem a busca por consenso. Argumenta que seria falta de bom senso criar tal comissão. Talvez isso se dê porque a lei da Anistia beneficia direta e/ou indiretamente a instituição Folha, que poderia ser exposta em possíveis resultados de tal comissão, como de fato foi. Após a publicação da CNV, a Folha deu visibilidade aos seus resultados, mas ainda defendendo a anistia. Entretanto a partir de 2011 o jornal passa a endossar a CNV desde que ela não se sobreponha a Anistia, sob o argumento de que a sociedade brasileira tem o direito à memória. **Comissão Nacional da Verdade** – Inicialmente a *Folha de S. Paulo* se coloca em posição de ressalvas com a CNV numa defesa direta da Lei da Anistia, até que se decide que a CNV não irá punir nem rever a anistia, daí o jornal converte sua linha editorial em defensora da CNV como um direito à memória da sociedade brasileira, desde que a Lei da Anistia permaneça intacta como pacto social que teria permitido a transição para a democracia.

- **Indenização às famílias de mortos e desaparecidos e a opositores do regime -Gov. FHC.**

O que a Folha apoia. Este tema se relaciona com o tema de defesa da lei da anistia. Pois sempre que a Folha de S. Paulo defende a reparação financeira a esses grupos, enfatiza que os agentes do crime não devem ser punidos de acordo com a lei da anistia. Ou seja, defende uma reparação individual, mas não uma reparação social. Uma contradição para um jornal que defende a democracia.

- **Generalização da esquerda,** associando-a com o PT, e mais ainda como o Governo LULA/Dilma, representados como autoritários e comparados com regimes ditatoriais.

- **Associação da esquerda com o autoritarismo/radicalismo**

Tema: Responsabilização das Esquerdas pelos expurgos e pelo endurecimento do regime militar.

Tema: Movimento Estudantil – A UNE é criticada por ser comandada pelo PC do B, o que a Folha chama de grupelho folclórico que entrou na insanidade da luta armada. Acusa a UNE de despolitizar a juventude e se desconectar dos interesses sociais ao defender pautas de uma ala da esquerda que é mais estatizante e nacionalista, justamente as pautas que se chocam com os interesses explicitamente e historicamente defendidos pelo Grupo Folha, o Neoliberalismo.

- **História do PFL** como partido cujos caciques são originários do ARENA e do PDS, partidos de sustentação do regime militar – bem como críticas semelhantes a ACM.
- **Mudanças na Lei de Imprensa e na exigência de diploma para a profissão de jornalismo.** Editorias que relacionam o governo Lula com o regime militar e com o medo da imprensa, ou seja, com o autoritarismo; editoriais abordam aspectos positivos e negativos da Lei de Imprensa – elaborada pela ditadura militar.
- **Datas que marcam o dia histórico de 31/03/1964 do Golpe de 1964** – fazem um balanço histórico que denuncia os abusos da ditadura (tomada como ruptura na história do Brasil e como algo encerrado) e justifica o golpe distribuindo a responsabilidade pelo endurecimento do regime entre o regime e oposição.
- **Defesa do neoliberalismo/capitalismo e de políticas públicas que endossam essa ideologia.**
- **Decreto 4553** de Fernando Henrique Cardoso e o sigilo eterno que permite sobre documentos e arquivos públicos. Este decreto foi revogado pelo decreto 7.845 de 14 de novembro de 2012 (Dilma Rousseff). Não encontramos nenhum editorial da *Folha de S. Paulo* abordando a revogação que a própria *Folha de S. Paulo* cobrou em editoriais durante o governo Lula, posto que decreto 4553 foi assinado na última semana de governo de Fernando Henrique Cardoso.
- **Passado de Dilma Rousseff**, relacionado com a luta armada, com o autoritarismo, com a inconseqüência e com o radicalismo; nesse sentido esses adjetivos se tornam referências para representar o PT e a esquerda.

Em geral, nos editoriais, é possível notar um tratamento do regime militar que tende a representá-lo como um contexto da repressão e violação de direitos. É possível notar também

uma intensificação das críticas ao PT em editoriais cuja ditadura militar é abordada, especialmente a partir de 2010.

Elencamos quais eixos temáticos foram mais recorrentes, como foram feitos seus enquadramentos e quais produtores simbólicos foram mais utilizados na abordagem do tema.

Entendemos que, concretizados esses passos da pesquisa, temos condições de demonstrar que a *Folha de S. Paulo*, ambigualmente, influenciou a construção simbólica da memória social do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar, de forma a justificá-los em uma temporalidade histórica contínua em que, devido aos excessos violentos e desumanos do regime militar, tornou-se injustificável (ao menos no aspecto da sensatez ética); então foi encerrada sistematicamente na memória social como um evento do passado, por aqueles que eram aliados dos grupos que se perpetuaram no poder e por meio dele ou se beneficiaram de alguma forma de suas consequências, como a própria *Folha de S. Paulo* (ESTEVES, 2017).

Existem continuidades da ditadura que convergem justamente no país que o Brasil se tornou, dentre elas a continuidade da hegemonia midiática da imprensa nacional, da grande mídia que apoiou o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar e que se beneficiou do capitalismo catalisado no país por este processo.

A ambiguidade contínua em relação ao autoritarismo ou sua justificativa de alguma forma, sob qualquer circunstância, pode manter a possibilidade de sua repetição diante de situações de crises institucionais e democráticas, ofuscando, da consciência social, que os problemas que se desenvolveram na sociedade democrática só podem ser resolvidos por meio da própria democracia, o que é fundamental no aperfeiçoamento político de um país cuja história é uma grave violação aos direitos humanos.

#### **6.1.4 ANÁLISE QUALITATIVA**

Uma vez identificados os eixos temáticos de representação, buscamos responder algumas questões surgidas no desenvolvimento da pesquisa, por intermédio da influência teórica da obra de Florestan Fernandes e de Jessé Souza, segundo os quais a mídia retira seu poder da difusão de ideias dominantes consagradas para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo, de acordo com seus interesses (SOUZA, 2017) – dirigidas aos editoriais, que podem ser constatadas na descrição analítica dos discursos presente nos textos analisados e que sejam transversais aos enquadramentos da *Folha de S. Paulo*:

- A ditadura é relacionada com o capitalismo, com o subdesenvolvimento e com a dependência econômica?

Não, a ditadura é representada como uma exceção no curso da história brasileira.

- A ditadura é apresentada em seu aspecto civil? Em que medida?

Pouco se aborda os aspectos civis da ditadura e do golpe, enfatiza-se que se tratava de um regime militar, o que é questionável, pois toda a sustentação e estrutura do regime tinha também aspectos civis.

- A ditadura é comparada com outros momentos de repressão aos movimentos populares no Brasil? Quais?

Em geral a ditadura é comparada ao governo Vargas e serve como referência para se criticar os governos do PT, quando o jornal interpreta que sejam políticas autoritárias, como a criação de marcos regulatórios para a mídia ou com a criação de uma Comissão Nacional da Verdade; ou mesmo quando realiza pareceria com empresas privadas e a Petrobrás.

- A ditadura é relacionada com a luta de classes e com a manutenção de privilégios no Brasil?

Os editoriais não relacionam a ditadura com a luta de classes, nem interpretam a história através deste conceito, o que seria contraditório com suas tendências liberais expressas ao longo da nova República. Isso se configura como uma ideologia, posto que camufla as contradições sociais e a luta de classes que dinamizaram esse processo.

## 6.2 DESCRIÇÃO Densa DOS EDITORIAIS ANALISADOS

A exposição da análise do conteúdo se trata de como o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar foram abordadas pelos editoriais da *Folha de S. Paulo*; portanto, nossa exposição seguinte se refere às questões relativas a estes temas e como se construíram os discursos nos conteúdos veiculados pelo jornal. Na disposição dos conteúdos, reproduzimos os dados de publicação dos editoriais, sua temática e o seu enquadramento e em seguida acrescentamos um comentário analítico referente às narrativas presentes nos textos, buscando identificar os discursos neles constituídos. Todos os editoriais analisados estão disponíveis como anexos ao final desta tese de doutorado, pois assim ela também se converte em arquivo para pesquisas futuras.

**1993/1994**

**Vício de origem**

22/11/93

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: corrupção

Editorial que levanta e defende a tese do iberismo como origem da corrupção, reproduzindo o culturalismo racista (SOUZA, 2017); crítica o saudosismo e os mecanismos autoritários, ao passo que valoriza a democracia e associa a corrupção à cultura brasileira como se no restante do mundo capitalista fosse diferente; denuncia a censura, à imprensa e a corrupção durante a ditadura, mas se refere a ditadura como regime militar.

**Bom começo**

01/12/93

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: violência e justiça

Editorial chama a ditadura de ditadura e à adjetiva como tempos macabros, apontando as suas continuidades. Critica os crimes cometidos contra civis pela ditadura militar e aponta a violência policial como resultado da impunidade, elaborando, assim, uma narrativa que possibilite uma interpretação que permite a associação desta cilada social como uma herança da ditadura. Defende que a justiça comum julgue casos em que os militares cometeram crimes contra civis - o que é uma proposta do então ministro da justiça da época - ao invés de que seja a à justiça militar a única responsável pelo julgamento desses crimes.

**Legislativo em baixa**

19/12/93

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: apoio popular à democracia

Editorial que trata do aumento de apoiadores da democracia e desfavoráveis à ditadura; defende a existência do Congresso/parlamento e o relaciona com a democracia, dizendo que sem parlamento não há democracia, parecendo até que restringe a democracia à existência de um parlamento; valoriza o aumento dos apoiadores da democracia diante da perceptível inquietação dos quartéis naquele momento e à diminuição do apoio popular ao Congresso Nacional.

### **Rios e trilhos**

21/03/94

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: infraestrutura

Associa o regime militar à uma continuidade, no que se refere aos investimentos voltados para a infraestrutura automobilística, dos esforços de Juscelino Kubitschek. Aponta que isso se deu por necessidade política e que tem como consequência o encarecimento dos bens de consumo no Brasil, devido ao demasiado consumo de petróleo.

### **Tensão entre Poderes**

22/03/94

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional



Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: crise institucional

Diante de crises institucionais com efeitos negativos para a cidadania, o editorial defende a democracia acima das crises, condenando estímulos que se justificam em indignação popular diante da imoralidade escancarada dos homens públicos contrários aos princípios democráticos como aqueles que são favoráveis ao fechamento do Congresso e à intervenção do judiciário, o que seriam características da ditadura. O editorial enfatiza que os saudos da ditadura, órfãos segundo a *Folha de S. Paulo*, não perceberam que os tempos mudaram e que estão solitários nessa defesa do período autoritário, o que seria algo intolerável, pois a ditadura merece repulsa e desprezo, segundo a própria Folha de S. Paulo.

**Nunca mais**

27/03/94

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: 30 anos do golpe de 1964

Este editorial trata dos 30 anos do golpe de 1964 e começa trazendo dados de que o Datafolha aponta que a maioria dos brasileiros dizem que viviam melhor no período militar; é um editorial que não chama o golpe de golpe, nem a ditadura de ditadura, se refere ao golpe com eufemismos, como ‘movimento’ chama a ditadura de ‘período militar’ e de ‘ciclo militar’ e de ‘regime militar’; critica pesadamente o período militar e traz muitos pontos negativos sobre o período se referindo ao passado em questão como obscuro é autoritário. O editorial aponta que o saudosismo em relação a este período se explica não pelas suas benesses e sim pela sua idealização diante de crises do presente, mesmo que não seja um passado tão remoto pois os 9 anos de redemocratização, como aborda o editorial, foram intensos desde as diretas já e suas derrotas institucionais, a Esperança depositada em Tancredo e a frustração com o seu adoecimento e morte às vésperas da posse, o plano cruzado e a inflação que dele decorreram, a elaboração da Constituição cidadã, a eleição do primeiro presidente civil pelo voto direto em 21 anos, o impeachment desse presidente. Tudo isso cria, segundo o editorial, um cenário de intensidade trágica que se sucedeu em curto período de

tempo e pode fazer parecer que o tal ciclo militar foi mais tranquilo, que foi melhor e mais próspero; a *Folha de S. Paulo* aponta esta impressão popular como algo natural diante dessas circunstâncias.

Nesse sentido, o editorial aponta que ao suprimir a discussão e o debate, os problemas parecem não existir. Assim era mais fácil censurar do que enfrentar a situação, por isso o editorial argumenta que a ditadura tem, aos olhos da população, pontos positivos, que o editorial alega ser inegável quando se trata de crescimento econômico durante o ciclo militar, mas aponta que isso não basta para uma sociedade ser moderna e civilizada. Neste ponto temos, no mínimo, um questionamento necessário, pois sabemos que esse crescimento econômico foi eufemizado (maquiado; disfarçado) como vimos já nessa tese. O editorial aponta ainda que a democracia brasileira ainda não é eficiente e que precisa de mais liberdade para atingir a sonhada eficiência. Aqui notamos uma defesa velada do neoliberalismo e da ideologia de liberdade econômica.

### **Eficiência social**

02/04/94

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: gestão pública

Este editorial aponta problemas administrativos da máquina pública e carências na educação e saúde públicas, dizendo que o caminho para combater esse cenário seria enfrentar a ineficiência e o desperdício. Em torno desse tema, o editorial critica as políticas de distribuição de renda efetuadas durante a ditadura militar. Essas carências na educação e saúde públicas são continuidades dos impactos da ditadura por ter feito gestões que os acentuou. Ao não enfatizar isso, o editorial promove o esquecimento.

### **Imposto X sangue**

05/04/94

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: reforma agrária

Este editorial aponta que apenas a democracia pode resolver os problemas da democracia; associa o período militar ao engavetamento da reforma agrária e o incentivo do uso da terra como reserva de valor, algo que o editorial chama de imoral. Nesse sentido, o editorial entra no tema da questão agrária no Brasil e critica a luta do Movimento Mem Terra, o MST, o qual acusa de efetuarem 'invasão', o que viola o direito de propriedade. Aponta que o problema agrário brasileiro não é enfrentado por falta de vontade política e que deve ser resolvido institucionalmente. Esta argumentação cria uma deslegitimação dos movimentos sociais populares, no caso do MST, um movimento ligado à esquerda que luta pela reforma agrária no Brasil é uma das maiores organizações populares do mundo, o que é desconsiderado. O editorial não aponta diretamente a continuidade dos vícios e de alguns objetivos da ditadura persistentes nas instituições da democracia brasileira, o que é uma promoção do esquecimento.

### **Os intelectuais e a política**

11/04/94

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Este editorial questiona a costura de alianças do PSDB e de Fernando Henrique Cardoso com nomes que apoiaram o regime militar como por exemplo Paulo Maluf, posto que muitas lideranças do PSDB como o próprio FHC foram opositoras do regime militar. O editorial critica a esquerda e o PT por se aliarem ao PCdoB que têm um alinhamento com o comunismo Internacional representado pela China e seu autoritarismo. Associa a esquerda com o autoritarismo e associa o PT com o autoritarismo também.

### **Pagando a conta**

24/04/94

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Este editorial contraponho o PFL e o PSDB agora aliado nas eleições como 2 forças antagônicas do período da ditadura militar apontando nuances estratégicos e pragmáticos na construção destes tipos de coligações eleitorais.

### **Dez anos depois**

24/04/94

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-1

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: diretas já e redemocratização

O editorial trata sobre as 'diretas já' e enquadra sua derrota como uma traição à vontade popular, ao passo que enquadra a resistência à ditadura como um ato corajoso, colocando aqui a Constituição de 1988 como a mais democrática da história do Brasil, representada como um processo em construção. O fim da ditadura é apontado como a superação do autoritarismo, mas não coloca a luta de classes em evidência apesar de colocar a necessidade da luta por um Estado de direito. Coloca a derrota da Emenda Dante de Oliveira como uma vergonha, como uma frustração decorrente da traição do povo pelo regime militar e diz que a democracia brasileira é feita de notáveis conquistas e duras derrotas, confiança e decepção; o que denota uma ambiguidade no trato dessa democracia que é apontada como marcada por sequenciais frustrações no processo de redemocratização. Aponta, ainda, que a sociedade segue perseguindo as mudanças necessárias. O editorial aponta problemas que são acentuados durante a ditadura como o poder das oligarquias, os monopólios das corporações, as distorções na representação popular, esquemas secretos de corrupção, a ineficácia e a irresponsabilidade da gestão pública, a desinformação, a precariedade do ensino, a

desigualdade de renda e a violência. Mas se coloca de maneira ambígua ao seguir representando a ditadura como algo do passado encerrado na redemocratização, enquanto aquilo que ela intensificou segue como problema no presente. Ao encerrar a ditadura no passado e pensar a democracia como ruptura e não como continuidade, o editorial deixa de enquadrar o estado brasileiro na sua estrutura histórica de longa duração, deixando assim de elucidar que a democracia foi constituída no seio de uma ditadura, que, por sua vez, arquitetou um estado institucionalmente resultante de suas expressões dominantes sobre a máscara da conciliação, restando quase tudo da ditadura menos a ditadura instituída. Faz parecer que encerramos um ciclo iniciando outro, com problemas que persistem, mas o ciclo é o mesmo e é por isso que os problemas persistem.

### **Brasil 95**

01/05/94

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - Economia

Editoria: OPINIÃO      Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: política e economia

Esse editorial cita pontos positivos e negativos da ditadura se enquadrando como neutro; coloca a pobreza e a inflação como intensificadas na ditadura, são citadas como problema, mas não como consequência do regime. Ao falar da economia e do crescimento dos modelos econômicos do Brasil, enfatiza o milagre econômico e a crise econômica ao final do regime.

### **O parto da montanha**

04/05/94

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO      Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Mais uma vez ao tratar as eleições, aborda como problemática a aliança entre PFL e PSDB para o pleito, pois o PFL teria lideranças que surgiram em apoio à ditadura militar e o

PSDB tem lideranças que se relacionam a oposição ao regime. O texto problematiza a aliança eleitoral que sairia vencedora em 1994, com Fernando Henrique Cardoso presidente (PSDB) e Marco Maciel vice-presidente (PFL), apontando ser uma aliança constrangedora para seus protagonistas, uma vez que representaria grupos que participaram do regime militar e que se opuseram a ele.

### **Lula e a imprensa**

25/05/94

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: Lei de imprensa

Editorial que trata da relação entre Lula e a imprensa e associa o candidato da esquerda com características autoritárias, dizendo que ele tem dificuldades na convivência com a imprensa livre. Ironiza o fato de Lula ter usado um recurso jurídico, herdado do regime militar e a Lei de imprensa contra a *Folha de S. Paulo*. Chama a Lei de imprensa de herança jurídica do regime militar e a enquadra como arcaica e autoritária, porém, não explica o que é a Lei de imprensa, nem quais outros recursos legislativos foram herdados do regime. É notável como o texto não aprofunda o debate. Mais uma vez a esquerda é associada às características da ditadura, aqui através do seu principal candidato no momento.

### **Quem te viu, quem te vê**

05/07/94

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

No contexto das eleições presidenciais, o editorial traz um título irônico para com Orestes Quécia e o PMDB, que sustentaram suas trajetórias políticas na crítica ao regime

militar e que recentemente haviam feito referências elogiosas ao regime. Aponta nisso uma incoerência para aqueles que tenham anseios de ocupar a presidência da República. Aponta, também, incoerências em Brizola - PDT por elogiarem Roberto Marinho numa estratégia política e também em Lula - PT por mudar o discurso diante do público e em Fernando Henrique Cardoso - PSDB por se aliar ao que chama, sem dar nomes, de grupos ligados às práticas truculentas e arcaicas.

### **Vitória**

18/07/94

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: Copa de 1994

Editorial que trata sobre a vitória da seleção brasileira na copa de 1994 e aborda o temor dos usos políticos desta conquista. Lembra do título mundial de 1970, que fora usado e capitalizado para esconder obscuridades da ditadura. Porém, aponta que no momento, no caso em 1994, o país está bastante mudado depois de 10 anos do exercício da democracia, que amadureceu os cidadãos, dificultando a manipulação políticas dos trunfos esportivos. Este editorial encapsula a ditadura no passado como se ela fosse algo totalmente superado, o que é problemático.

### **A SBPC**

18/07/94

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: intelectuais e resistência

Este editorial valoriza o espaço da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como um dos únicos mantidos durante o regime militar como possível para a resistência à ditadura.

### **Novas estratégias**

07/08/94

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: estratégias eleitorais

O editorial traz um texto que questiona a tática do PT e do PSDB de trocarem acusações em torno de seus vices por terem associações indiretas com a ditadura militar; no caso de Marco Maciel é mais direta e política, mas não ideológica ao que parece. Já no caso de Aloizio Mercadante, ele foi criticado por ser filho de general e estar supostamente mais próximo da ditadura que Marco Maciel; entretanto Fernando Henrique Cardoso também é filho de general.

### **Movimento estudantil?**

20/09/94

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MOVIMENTO ESTUDANTIL

Esse editorial ao falar da memória romantizada do movimento estudantil, se refere ao combate à ditadura nos anos 60 e as concentrações pelo impeachment de Collor, ao mesmo tempo enfatiza que esses recortes estão longe de representarem os estudantes brasileiros. Diz que há pouca participação dos estudantes no movimento, que argumenta ser dominado por grupos de esquerda, como o PC do B, MR-8 e o PT, ficando impermeáveis às mudanças de mentalidade após a queda da União Soviética. Faz referência à ideia de aparelhamento do



movimento estudantil pelas esquerdas, criticando a esquerda e dizendo que o movimento estudantil precisa transpor para uma nova realidade como se ele fosse anacrônico. Deslegitima o fato de as esquerdas serem populares entre o movimento estudantil.

### **A Amazônia dos faraós**

28/11/94

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: RODOVIA TRANSAMAZÔNICA; REGIÃO NORTE

Este editorial trata com ironia a ditadura militar, remonta ao período da construção da transamazônica na década de 70, que denomina como milagre econômico para lembrar que a obra foi cara, desnecessária e política; e que o tempo de se agir assim, como faraó, acabou.

## **1995**

### **Amostra do caos**

23/01/95

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: censo e funcionalismo público

Este editorial associa o regime militar à pouca possibilidade de fiscalização dos governantes por parte da população, e aponta ainda que a democracia permitiu que desmandos ganhassem transparência mesmo que ainda de forma insuficiente

### **Democracia em baixa**

04/04/95

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: apoio popular à democracia

Novamente, próximo à data de aniversário do golpe de 1964, o editorial traz um texto apontando a baixa da democracia na opinião pública, segundo pesquisa do Datafolha. Argumenta que talvez a democracia não tenha demonstrado ainda suas vantagens diante de tantas frustrações, por isso o baixo apoio da sociedade (caiu o apoio à democracia de 59% em 1994 para 46% em 1995). Mais uma vez o texto corrobora com a tese, pois entende a ditadura como algo encerrado. Que a democracia é esta que se faz sem punir torturadores nem retomar as reformas de base interrompidas? A democracia não é apenas uma questão de política institucional e parlamentar, é também econômica e social.

**Alô, alô, marciano**

04/06/95

Conotação histórica/neutro

Tema 5- política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL; FUTURO

Este editorial tece elogios à retomada da democracia com uma crítica velada à esquerda, apontando que não houve a ‘temida’ subversão social provocada pelos movimentos populares de esquerda, o que na visão do editorial seria ruim; faz um balanço positivo da democracia em vista das catástrofes que se fizeram possíveis em crises e na insegurança da redemocratização. No contexto de avanço do governo de Fernando Henrique Cardoso, o editorial endossa a agenda neoliberal, o mesmo jornal que criticou, em editorial, a coalizão que formaria a chapa eleita elogia a situação do país em meio a privatizações e corte de gastos apontando acertos na economia neoliberal que começava a ser implantada a partir do consenso de Washington; faz sutilmente uma relação da esquerda com a subversão, e aponta que isso é algo que a democracia superou, a mesma democracia que permitiu a agenda neoliberal.

**CUT pós-greve**

05/06/95

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: CENTRAL SINDICAL; SINDICALISMO; GREVE; PETROLEIRO

Em referência à uma derrota da greve dos petroleiros que impactou o Brasil, o editorial faz uma crítica aos sindicatos e às greves, elementos relacionados aqui com a central única dos trabalhadores a CUT e com o PT. Segundo o editorial, na democracia, a população não admite ser refém de reivindicações setoriais e a sociedade não se engajaria mais em apoio as paralizações, pois, segundo o argumento do jornal, isso é um sinal dos tempos da ditadura, dizendo que a greve é legítima no setor privado, mas que seria imprópria quando se trata do setor público, cujo prejuízo seria de todos. Esse argumento desmobiliza a organização social e sindical camuflando que, na verdade os sindicatos, foram ferramentas importantes da sociedade brasileira que se utilizou delas como luta para conquistas durante a ditadura militar, o que o editorial não explicita.

**Rock censurado**

27/06/95

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: CENSURA; DEMOCRACIA

Ao criticar a Procuradoria Geral da República por impedir uma canção dos Paralamas do Sucesso, que criticava o Congresso, de ser exibida em show em Brasília, o editorial defende o Congresso argumenta que o parlamento tem o poder legitimado por representar o povo, sendo suas 2 câmaras fundamentais à democracia, que é apontada no editorial como a melhor forma de governo conhecida, o que não a torna imune de críticas segundo o editorial.

Argumenta que houve uma postura censória da PGR e diz que isso é um retrocesso que lembra da censura da ditadura, que o editorial aponta que felizmente foi proscrita pela Constituição federal de 1988. Este editorial encerra a ditadura no passado como página virada e aponta que ela foi superada pela democracia parlamentar da Constituição de 88. Isso seria suficiente para uma sociedade ser democrática? Ao debater isso, nós devemos pensar o próprio projeto de país que temos em vista do que poderíamos ser ou ter sido, o que o jornal não parece fazer.

### **"In medio virtus"**

02/08/95

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MORTOS E DESAPARECIDOS DA DITADURA

Sobre o projeto que reconhece a morte de 136 desaparecidos no regime militar elaborado pelo Ministério da justiça, o texto defende que não haja omissão, mas que também não haja o que chama de revanchismo, pois o editorial responsabiliza à esquerda pela truculência que foi efetuada contra ela, dizendo que as mortes de militantes de esquerda armada foram legais diante de um confronto armado estabelecido, e que elas assumiram os riscos de lutar contra o estado, o que enquadra civis mortos e desaparecidos da ditadura como excessos execráveis de responsabilidade do estado. Nesse sentido, enquadra a ditadura como ruptura e não como continuidade da história brasileira.

### **"Desaparecido vivo"**

20/08/95

Enquadramento positivo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DESAPARECIDO POLÍTICO; INDENIZAÇÃO

Sobre a possível indenização a morte de desaparecidos políticos no regime militar, este editorial tenta justificar a truculência do estado para com as esquerdas, por isso ele é enquadrado como material de conotação positiva em relação à ditadura. Tece crítica aos combatentes contra a ditadura, argumentando que assumiram o risco de suas vidas ao decidirem enfrentar o regime militar pelas armas. Esse discurso omite que muitos daqueles que adentraram na luta armada contra a ditadura militar, foram coerentes com sua honra, com a sua ética e diante do terrorismo de Estado que perseguia seus companheiros, seus familiares e a eles mesmos; ou estes se calavam ou se exilavam ou lutavam contra o autoritarismo, não havia opções, havia resistência ou submissão e a resistência é um direito humano, o que a Folha nega quando responsabiliza as esquerdas pelos excessos contra elas, ao passo que as representa como violentas e relaciona a luta armada com uma violência comum do cotidiano, comparando inclusive mortes colaterais dos conflitos entre a resistência e a ditadura com a tortura e morte institucionalizadas, com o intuito de estabelecer uma narrativa que iguale os torturadores militares com os resistentes.

### **No free lunch**

13/09/95

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ECONOMIA; CHILE; AMÉRICA LATINA

Este editorial compara a ditadura militar brasileira com a ditadura chilena, coloca o regime militar brasileiro como muito menos selvagem que o chileno, dizendo que a ditadura de Augusto Pinochet colocou o Chile numa rota econômica acertada, o que é no mínimo contestável quando vemos o Chile enterrando os resquícios da era Pinochet ao fazer uma nova constituição entre 2020 e 2021. Aponta que o Brasil não foi capaz, em sua ditadura, da mesma proeza que a ditadura chilena, que foi intensificar o neoliberalismo e o livre mercado. A ditadura militar brasileira, diz este editorial, foi estatista, primeiro criou condições e estruturas, para depois o neoliberalismo se instaurar, justamente no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso, período que este editorial foi publicado. Podemos tomar este editorial como um exemplo de como este jornal defende o neoliberalismo e entende a ditadura como uma questão de grau e não de método.

**Apesar de vocês**

22/12/95

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; CRISE POLÍTICA

Este editorial trata de uma questão entre o governo Fernando Henrique Cardoso e a sua linha de sucessão no caso o presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães. FHC é criticado ironicamente pelo editorial por usar o seu passado de oposição à ditadura para se diferenciar de um exemplo de um ex-aliado, que ora era apoiador, hora era fruto da ditadura militar. O texto diz que FHC sequer deveria ter se aliado a alguém com biografia oposta à sua e que levantar isso quando lhe é oportuno é lamentável.

**Chave sem porta**

24/12/95

Enquadramento positivo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: POLÍTICA ECONÔMICA; BANCO CENTRAL

Sobre a política econômica do Brasil no governo FHC, o texto desse editorial argumenta que o Conselho Monetário Nacional era de fato conselho no tempo do regime militar e que o regime democrático o transformou num encontro de burocratas que editaram medidas frustrantes. O editorial dá a entender que a economia funcionava sob o autoritarismo, o que é coerente com a postura neoliberal dos editoriais dos jornais até aqui, mas contraditório com sua defesa de que os problemas da democracia só devem ser resolvidos democraticamente.

**1996****Geléia geral**

05/01/96

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PSDB /PARTIDO/; PPB /PARTIDO/; BLOCO PARTIDÁRIO

Editorial que faz apontamentos críticos a união entre opositores e apoiadores do regime militar na política de coalizão brasileira, no caso em questão trata-se de uma crítica à aliança entre PSDB e PPB. O primeiro fazia parte da oposição à ditadura e o segundo fazia parte daqueles que apoiavam a ditadura. Argumenta-se, aqui, que o que separa os políticos brasileiros não é mais a adoção de princípios divergentes, mas sim interesses fisiológicos o que acaba por ser uma crítica a dinâmica política brasileira.

## **75 anos**

19/02/96

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: aniversário de 75 anos da Folha de S. Paulo

Editorial que trata dos 75 anos da *Folha de S. Paulo*, e pontua que houve um momento que ser crítico como jornal significava se opor ao regime militar, mas que atualmente ser crítico seria apontar falhas e erros tecnicamente e aprender a distinguir o equívoco do obstáculo e o erro da fatalidade. Diante disso, o editorial aponta que nem mesmo os 75 anos da *Folha de S. Paulo* foram suficientes para amadurecer completamente, sugerindo a necessidade de o jornal continuar a amadurecer para ser mais crítico. O editorial não cita o apoio do jornal ao golpe e nem o apoio institucional do grupo Folha da manhã SA à ditadura, colocando-se dessa forma como um jornal de oposição à ditadura militar, o que é meia verdade.

## **DISPUTA EM SÃO PAULO**

13/05/96

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP

Em 1996 não encontramos nenhum editorial que falava sobre a efeméride do golpe de 1964, a essa altura do ano, já depois da data de aniversário do golpe passada; esse editorial faz um panorama das eleições para a prefeitura de São Paulo de 1996 e cita a candidatura de Romeu Tuma apontando que seu passado à frente da direção do DOPS – Departamento de Ordem Pública e Social (usado para repressão aos adversários do regime militar) seria uma variável importante a ser considerada na corrida eleitoral e algo que ele teria que enfrentar como candidato perante a opinião pública.

## **ÍNDIAS**

03/06/96

Conotação histórica/neutro

Tema 1 - questões internacionais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL/ÍNDIA

Comparando o Brasil e a Índia, o editorial aponta que o fim da hegemonia de 40 anos do Partido do Congresso, na Índia, se compara a crise da hegemonia política que se deu no Brasil desde o final da ditadura militar, apontando que nos 2 casos é difícil a transição para a democracia no enfrentamento dos regionalismos, ao corporativismo e à corrupção. Considera a redemocratização brasileira como um processo de crise de hegemonia política que se deu com o fim do regime militar.

## **LEI DE IMPRENSA**

25/06/96

Conotação histórica/neutro



Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: IMPRENSA; DEMOCRACIA; PROJETO DE LEI; CONGRESSO /PARLAMENTO

Afirma que uma lei de imprensa que coíba abusos sem ferir a liberdade é fundamental para a democracia. Aponta que o debate pela aprovação de uma lei de imprensa, em 1996, girava em torno de 2 projetos que não satisfaziam a necessidade de manter o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a punição de abusos e em muitos pontos não mudariam em nada a já caduca lei do regime militar (Lei nº Fev. 1967). Aborda o regime militar como algo que produziu leis que já não correspondem aos tempos contemporâneos.

### **SEM FATALISMO**

03/07/96

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA; DESEMPREGO

Este editorial estabelece que o modelo econômico do regime militar provocou um debate ao longo dos anos 1970 e que a esquerda o criticou por entender que produziria estagnação. Aponta que houve equívocos dos 2 lados (será que existiam apenas dois lados? Esse argumento trata-se de um reducionismo das esquerdas que debatiam intensamente entre si um projeto de Brasil) e que não houve estagnação, mas que o modelo econômico do regime militar não foi capaz de revolucionar a educação ou reduzir a desigualdade social, o que aglutinou o movimento sindical e prejudicou os pobres. Podemos perceber que o texto não deixa de fazer um juízo de valor sobre equívocos supostamente da esquerda, mesmo que seja um editorial que trate da economia do regime militar.

### **ECOS DAS TREVAS**

14/07/96

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ARGENTINA; CORRUPÇÃO; ANTI-SEMITISMO

Este editorial aborda que o Brasil reabriu o debate sobre a guerrilha de esquerda e sobre a indenização a ser paga a perseguidos políticos do regime militar. O jornal coloca os limites da indenização como sempre discutíveis, tratando que a questão da luta armada provoca um desconforto político e emocional em torno de um passado, abre aspas, trauma sombrios, fecha aspas, como é colocado no texto, cujo é necessário digerir e amadurecer. Notamos indiretamente a defesa da lei da anistia como algo que precisa ser defendido ao dizer que nós precisamos de gerir este passado injusto e perverso do qual a Folha de S. Paulo fez parte pelo lado do opressor em grande parte de sua história.

### **O NOVO PERFIL DA SBPC**

15/07/96

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: 48ª SBPC /SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Este editorial aponta que, em 1977, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, reunira em seu 29º encontro na PUC seus intelectuais mais importantes ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB – oposição à ditadura) sob vigilância severa do regime militar, que fora criticado durante a reunião no ano anterior em 1976.

### **NEM HERÓIS NEM BANDIDOS**

13/09/96

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; CARLOS LAMARCA; CARLOS MARIGHELLA; INDENIZAÇÃO

Retornando a questão da indenização aos familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura, o editorial argumenta que pagar indenização às famílias de Carlos Lamarca e Carlos Marighella, não é juízo de valor sobre suas atuações contra o regime militar, mas sim reconhecer que documentos oficiais comprovam que os agentes que os mataram poderiam tê-los dominado sem matá-los, aponta que os guerrilheiros não são heróis nem bandidos e que esse juízo de valor é ambíguo, varia de acordo com o posicionamento político. Seriam, de acordo com o editorial, bandidos terroristas delinquentes para os que apoiaram o ciclo militar e heróis para os que entendem que o único caminho de oposição ao regime militar era a luta armada (qual era o outro?). Afirma que é provável que não haverá um julgamento definitivo sobre isso. Esse editorial é um ataque à memória da resistência à ditadura e não deixa de fazer a sua crítica à esquerda ao tratar do regime militar, que chama de ciclo militar, como se fosse algo encerrado historicamente.

## **O PRESIDENTE GEISEL**

13/09/96

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ERNESTO GEISEL; ÓBITO; REGIME MILITAR

Este editorial trata da morte de Ernesto Geisel e chama o ditador de presidente, relembando sua biografia como figura relevante do regime autoritário na transição para a democracia, tentando atribuir um ar de importância democrática, institucional e republicana ao ditador. Aponta, ainda, que após a morte de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, a atuação de Geisel foi importante como marco do início do fim das torturas contra prisioneiros políticos ao demitir o general responsável por essas mortes.

O editorial trata a democracia como normalidade e a ditadura como exceção, um problema narrativo na elaboração da memória, porque sabemos as continuidades entre uma e outra e as continuidades da ditadura na democracia. Citando o neoliberalismo, o editorial faz uma crítica sutil ao nacional-desenvolvimentismo e ao estatismo; é importante pontuar que se a morte não apaga a relevância de Geisel para o regime autoritário e para a transição para a democracia como diz o editorial, será que o tempo apaga a relevância da *Folha de S. Paulo* para a ditadura? pois até aqui não tocou no assunto de seu apoio ao golpe e à ditadura em nenhum editorial. Até aqui a percepção que temos é que durante grande parte dos anos 90 a *Folha de S. Paulo* foi crítica sim a ditadura militar, mas nunca tratou dos seus aspectos civis ou as perversidades e continuidades (sem estabelecer que a democracia se fez da ditadura) em certas medidas da ditadura, mas não poupou a esquerda e defendeu o neoliberalismo sempre que teve oportunidade.

## **TABULEIRO NOVO**

15/09/96

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Editorial trata do tabuleiro político após a ditadura, sem deixar de dizer que Maluf é enquadrado por Sérgio Motta como o mesmo que atuara em prol da ditadura. Aponta que o novo jogo político brasileiro não é marcado pela polaridade entre esquerda e direita, cujos quadros têm alguns interesses e visões econômicas semelhantes e se embaralham, algo que a história nos mostrou não ser verdade, pois ainda hoje, durante o governo bolsonarista, vemos uma polarização política entre esquerda e direita. O editorial relaciona a esquerda brasileira com a Alemanha oriental e com a URSS, considerando-as como ditaduras e representando a esquerda como autoritária e radical. Também associa a esquerda ao PT e representa o partido como. Radical seria ser oposição à ditadura? seria lutar por uma democracia que vá além de uma democracia parlamentar? O editorial não debate isso nem abre espaço para historiografias que possam elucidar este debate.

**CRISE IDEOLÓGICA**

05/10/96

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/

Sobre uma suposta crise ideológica em curso nas eleições municipais da capital paulista, o editorial aponta que a disputa pelo voto tende a apagar as diferenças ideológicas nos discursos, configurando-se como uma crise de ideologias que não fariam mais sentido segundo o editorial, o tempo mostrou que não era bem assim, pois essas ideologias continuam vigorando e continuam se opondo ainda na segunda década do século XXI no Brasil e no mundo. Tanto nas eleições de 1994 como nas de 1996 a Folha de S. Paulo apontou que era estranha a aproximação entre esquerda e direita para disputas eleitorais.

Neste editorial o jornal associa a esquerda à social-democracia, sem deixar de enfatizar uma relação das esquerdas (de maneira genérica) com a União Soviética e com o muro de Berlim, que o texto considera como exemplos autoritários. O editorial enquadra a esquerda como próxima à figuras autoritárias e próxima a regimes autoritários; cita que Maluf foi colaborador do regime militar e em seguida aproxima Luiza Erundina - um quadro da esquerda e do PT - a Maluf no que se refere aos seus discursos no sentido de equipará-los como fisiológicos e embasar o argumento editorial de que existe uma crise ideológica em curso.

**POETA DA DÉCADA PERDIDA**

12/10/96

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: RENATO RUSSO /CANTOR/; ÓBITO; PERFIL

Este editorial trata do falecimento do cantor Renato Russo e sela este quadro da música brasileira como um poeta dos anos 80, que representou a expressão de uma geração nascida sob o regime autoritário e que não sabia o que era viver em uma democracia; que queriam se expressar, mas não sabiam o que dizer. O editorial argumenta que Renato Russo foi a voz dessa geração que se empolgou com as eleições diretas e com a redemocratização, mas que questionou o que viu o país se tornar, questionou guerras, questionou o serviço militar obrigatório, questionou a existência de um vestibular e questionou a alienação dos jovens. Este texto aborda a transição e a consolidação da democracia como algo que frustrou a sociedade brasileira devido aos seus rumos. Essa é a primeira vez que identificamos o tema das “diretas já” no nosso recorte de pesquisa; este editorial representa um enquadramento da década de 1980 como uma década perdida, sem idealismos como uma transição para a democracia que passou por uma crise econômica e um momento de muita ansiedade e poucos ideais.

## **O BRASIL E A DEMOCRACIA**

19/10/96

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: SISTEMA POLÍTICO; DEMOCRACIA

Este editorial faz uma reflexão sobre o Brasil e a democracia, argumentando que o fato de os brasileiros terem vivido pouco tempo de democracia, talvez explique o fato de que o país tenha um menor percentual de aceitação da democracia na América do sul. Isso 10 anos após o fim do regime militar. O texto coloca a liberdade política como uma conquista democrática e defende a eficiência da democracia na garantia de direitos e na eficácia institucional. O editorial enquadra o golpe de 1964 como uma ruptura e não como uma continuidade do autoritarismo na história do Brasil e quando cita que houve um movimento de ruptura em 1964 não diz com o que foi essa ruptura.

## **QUESTÃO DE PRINCÍPIOS**

25/11/96

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PREVIDÊNCIA SOCIAL; ANISTIA; PRESO POLÍTICO

Esse editorial trata da indenização das famílias dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar. O texto questiona alguns valores que considera altos para a indenização e para pensões a anistiados e familiares dos desaparecidos, mas enquadra como atitudes corretas estas indenizações como compensação a trabalhadores que interromperam suas vidas profissionais por questões políticas, dizendo que isso representa o reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado pelos excessos que cometeu com os cidadãos para que não mais se repita esse tipo de coisa. Note-se que o texto usa a palavra excesso e não crimes.

## **CAMINHO TORTUOSO**

29/11/96

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PAULO MALUF; PPB /PARTIDO/; REELEIÇÃO

Este editorial fala sobre a tentativa de Paulo Maluf de impedir que seu partido vote no congresso pela aprovação da possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso – colocado como prestigiado pelo editorial – o texto diz que Maluf conseguiu inverter a imagem negativa que ele tinha durante o regime militar e que isso se evidenciou com sua campanha vitoriosa de apoio a Celso Pitta na eleição municipal de São Paulo, mas aponta que Maluf ganhou pouco nacionalmente.

**1997**

## **TORTURA, AINDA**

04/01/97

Enquadramento negativo

Tema 4 - problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL; TORTURA

Este editorial aborda a questão da permanência da tortura institucionalizada na sociedade brasileira através de suas forças policiais lembrando que a tortura militar dificultou a transição para a democracia e defendendo a criação de canais de denúncia contra a tortura, reforçando que a tortura é crime, mas que ainda segue enraizada na cultura brasileira como um método rotineiro da polícia. O texto enquadra o regime militar como um período de exceção hediondo que representou o autoritarismo de Estado contra os cidadãos brasileiros, nesse sentido, coloca a ditadura como uma exceção e não como uma continuidade da história do Brasil, isto é uma representação da democracia como uma normalidade da sociedade brasileira, mesmo diante de tamanha desigualdade presente no cotidiano, algo que o editorial deixa de debater. Fica questão: é possível uma democracia sem igualdade de condições? O editorial aponta que Geisel enfraqueceu a tortura sobre subversivos políticos, entretanto tivemos documentos liberados pelo vice-presidente dos EUA, Joe Biden, durante o governo Obama, que mostraram que Geisel autorizou execuções durante a ditadura militar. O editorial ainda aponta a continuidade da ditadura na tortura dos dias presentes, mas coloca esse processo como uma exceção Brasileira, o que é questionável, pois a história do Brasil é a história do autoritarismo, é a história da tortura contra os escravizados, contra os indígenas, contra os pobres, contra as mulheres, contra os trabalhadores da cidade e do campo.

## **CONFLITO DISTRIBUTIVO**

10/01/97

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



Texto que discute os conflitos acerca da distribuição de renda no Brasil e sua relação com o Plano Real, apontando que a vitória deste plano econômico se explica pelos debates travados entre o regime militar e a oposição acerca de questões distributivas de renda. O editorial ainda defende a necessidade de privatizações, enquadra negativamente os sindicatos ao acusá-los de fazer pressões políticas “terríveis” pela reposição de renda e assume as dimensões econômicas do poder como força social que influencia o poder político ao passo que reduz a democracia ao funcionamento de um parlamento sem considerar suas dimensões sociais.

## **HISTÓRIA DE ANOMALIAS**

12/01/97

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PARTIDOS/ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O título do editorial remeta à ideia de que a história do PMDB e dos partidos brasileiros é uma história de anomalias, argumentando que o MDB/PMDB marcou profundamente a história brasileira – foi o partido pelo qual passou todos os presidentes da república até aquele momento – por seus quadros políticos e por ser frente de oposição ao regime militar reunindo diferentes ideologias e diversos tipos sociais, como liberais, socialistas, social-democratas, empresários, trabalhadores e a extrema esquerda. O editorial permite a interpretação de que a ditadura preservou certa normalidade, mesmo na suposta exceção.

## **INCOMUNICÁVEL**

06/02/97

Enquadramento negativo

Tema 2 – eleições presidenciais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: Sérgio Motta

O editorial compara o comportamento do Ministro das comunicações de FHC, Sérgio Motta com os tecnocratas do regime militar por assimilar atitudes do regime como a busca por uma longa permanência no poder, como fizera o regime que ministro e presidente outrora combateram. O editorial enquadra a ditadura como exceção histórica, se não do Brasil, ao menos da República.

### **ECONOMISTA PLATÔNICO**

11/02/97

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN; ÓBITO

Texto acerca do óbito de Henrique Simonsen, citado aqui como importante e poderoso na política econômica do regime militar e que foi conselheiro da geração que criou o plano real.

### **RETÓRICA TECNOCRÁTICA**

06/04/97

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ECONOMIA/TECNOCRACIA

Editorial que relaciona o regime militar com a prática tecnocrata que teria ajudado a endividar o país e atribui o sufoco do regime à prática de tecnocratas que não ouviram alertas e endividaram o Brasil. Até aqui, em nosso recorte, o jornal tem evitado falar do golpe de 1964 e falado mais sobre a ditadura em si, à qual se refere majoritariamente como regime militar.

### **PAULO FREIRE**

03/05/97

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; PAULO FREIRE; ÓBITO

Acerca do falecimento de Paulo Freire, o editorial aponta a grandeza da obra do pedagogo e diz que o projeto de educação popular desenvolvido por ele com eficácia comprovada e implantado como programa nacional de alfabetização ao final do governo Jango foi abortado pelo golpe militar de 1964. Poucos editoriais haviam se referido ao golpe de 1964 até esta data e poucos editoriais sobre a efeméride de 1964 também.

## **O PRAGMATISMO DE FHC**

20/05/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GOVERNO FHC

Editorial argumenta que partidários e coligados de FHC (PSDB), diante da força política dele de não admitir barganhas condenáveis, continuam aliados do poder, como têm feito desde o regime militar. A reeleição havia sido aprovada no parlamento em janeiro de 1997.

## **REFORMA URGENTE**

25/05/97

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: POLÍTICA PARTIDÁRIA

Este editorial critica o sistema político-partidário brasileiro, apontando que o sistema proporcional de eleição de deputados seria uma engorda artificial de bancadas, um instrumento do regime militar que teria se reforçado na democracia. Identifica essa dinâmica como continuidade parcial do regime militar na democracia. Não discute nem aborda a representatividade do sistema.

### **MAIS UM FERIADO**

09/07/97

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: FERIADO ESTADUAL/REVOLUÇÃO CONSTITUCIONLISTA DE 1932

Editorial relembra que o regime militar havia abolido o feriado de 09 de julho – data da Revolução constitucionalista de 1932 – do calendário de feriados paulistas e aponta que foi o Governador Mário Covas que o reinstituíu amparado na legislação vigente. O texto estabelece uma narrativa pró-capitalista e argumenta que não convinha o feriado e que ele não expressa um espírito federalista. Aponta ainda que o custo-benefício de feriados é danoso economicamente.

### **LIBERTAR A UNE**

09/07/97

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: UNE

Sobre a União Nacional dos Estudantes – colocada aqui como aquela que enfrentou o crepúsculo que fora o regime militar, o editorial julga que esta instituição está aparelhada pelo Partido Comunista do Brasil e aponta que este partido é ultranacionalista, pouco importante e folclórico, que já foi ligado ao maoísmo e que não se interessa com ensino, pesquisa ou capacitação. Aponta que a UNE seria um fantoche do PC do B. Podemos notar aqui que o texto é crítico à esquerda e a relaciona ao radicalismo, à simbologias autoritárias e desdenha de seus projetos, que são muitas vezes deslegitimados nas páginas editoriais da *Folha de S. Paulo*.

## **PT SEM RUMO**

20/07/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PT

Acerca do Partido dos Trabalhadores, relembra o início do partido e sua anticandidatura ao regime militar, aponta o PT como imaturo, pois enquanto disputa eleições manteria suas continuidades em tendências esquerdistas, como um partido sem identidade e como uma resistente corrente com traço esquerdista radical em suas tendências; deslegitima a crítica petista aos status-quo social, bem como suas alianças com movimentos sociais que lhe dá sustentação popular, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – que o jornal julga como pequeno, barulhento e corporativista, esquecendo-se que é um dos maiores movimento sociais do mundo na luta pela reforma agrária em um dos países com maior concentração de terras na América Latina. Apesar de associar a esquerda e o radicalismo, nenhum editorial até este ponto da pesquisa debateu ou explicou o que seria ao radicalismo. O socialismo é radical? A quem interessa representá-lo assim? O neoliberalismo de Milton Friedman – citado no texto e simbiótico com a ditadura chilena – não é radical?

## **A USURPAÇÃO NAZISTA**

04/08/97

Conotação histórica/neutro

Tema 1 – questões internacionais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: NAZISMO NO BRASIL

Editorial aborda e dá importância à comissão criada pelo governo brasileiro em 1997 para investigar a passagem do patrimônio nazista pelo Brasil e recuperar valores financeiros a serem restituídos aos sobreviventes do holocausto. Nesse sentido o texto argumenta que a criação desta comissão aponta para a tendência de FHC a ser sensível com temas de importância para a democracia pois ele também criara, em 1996, a comissão para indenizar os familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar. É interessante notar que o regime militar aparece como contexto e não como responsável pelos mortos e desaparecidos na medida em que o texto diz que os crimes ocorreram durante e não pelo regime militar.

## **O LEGADO DE BETINHO**

11/08/97

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ÓBITO DE BETINHO

Sobre o falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o editorial o representa como um dos símbolos do clamor popular pela anistia política no final do regime militar. Não dá muita importância ao fato de que a ditadura perseguiu Betinho que teve de se exilar no exterior. Coloca o regime como contexto e não como agente.

## **NOVA LEI DE IMPRENSA**

13/08/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

Este editorial critica a Lei de Imprensa sancionada no regime militar, mas coloca o regime como contexto e não como agente. Aponta que a lei é impregnada da Doutrina de Segurança Nacional e do combate à subversão, podendo ser instrumento de censura se for modificada sem rigor crítico e legitimidade jurídica.

### **PELA LEI DE IMPRENSA**

24/08/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

Cita que a Lei de Imprensa foi sancionada durante o regime militar e mais uma vez a ditadura aparece como contexto e não como agente de algo tido com ruim. Argumenta que um projeto de direito de resposta aos meios de comunicação representaria um avanço em relação à lei de 1967.

### **LEI ELEITORAL OU "LEI FHC"?**

12/09/97

Conotação histórica/neutro

Tema 2 – eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI ELEITORAL

Mais uma vez em sequência o editorial coloca o regime militar como contexto e não como agente no fomento de leis prejudiciais à sociedade. O texto identifica Fernando Henrique Cardoso (FHC) como líder político e intelectual que insistiu na construção de um Estado de direito durante o regime militar e que decepciona quando o mesmo não se posiciona contra uma lei que o beneficia, mas que prejudica a democracia, como a Lei eleitoral de 1998,

que além de aprovar a possibilidade de reeleição, facilita a recondução de FHC e de governistas a seus cargos, por poderem acessar a mídia mais facilmente e usar a estrutura do Estado a seu favor durante a campanha.

## **OS VIVOS DO CARANDIRU**

30/09/97

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CHACINA DO CARANDIRU

Em relação ao massacre do Carandiru, o editorial argumenta que a Polícia Militar herdou hábitos do regime militar – que volta a aparecer como agente nos editoriais – formando uma cultura de violência indiscriminada, tortura e morte. É possível notar nesse editorial um tratamento da ditadura e de suas heranças como uma ruptura com a história republicana brasileira, quando na verdade a República se ergueu com a violência perpetrada contra revoltas populares como Canudos e Contestado, bem como na era Vargas, momentos que demonstram processos contínuos de dominação violenta de classes. Se voltarmos ao Império e à colônia essa história de violência e tortura também pode ser identificada no trato com as parcelas escravizadas e dominadas da sociedade. Não enfatizar isto pode ser interpretado com um esquecimento da dinâmica histórica do Brasil.

## **PFL NA ENCRUZILHADA**

06/10/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

Cita que a criação do Partido da Frente Liberal – PFL – se deu como dissidência do PDS, em 1984, no final do regime militar.



## **A IMPRENSA E OS CIDADÃOS**

19/10/97

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

Diz que a Lei de Imprensa em vigor desde 1967, obra do regime militar – aqui tratado como agente e não como contexto –, é um entulho autoritário que protege o presidente que pode acusar jornalista de calúnia independentemente das provas que apresente. Aponta ainda que o Projeto de Lei de Vilmar Rocha, aprovada na Câmara dos Deputados, tem o mérito de superar a lei de 1967.

## **DEGRADAÇÃO NA TV**

29/10/97

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: MÍDIA E COSTUMES

Editorial aponta que ocorria censura no regime militar e que a censura não é saída para problemas relacionados à (i)moralidade pudica dos conteúdos presentes nas mídias.

## **QUEM QUER CONTROLAR A TV?**

10/11/97

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: MORAL E MÍDIA/PESQUISA DATAFOLHA/ CONTROLE DA TV

Editorial cita que o regime militar censurava a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa e mídia.

### **OPORTUNISMO PEFELISTA**

14/11/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

Apona que os principais líderes do PFL apoiaram o regime militar até o seu declínio e depois aderiram à aliança democrática. Usa esse argumento para apontar constantes mudanças de lados do PFL na política. A régua que a Folha de S. Paulo usa para julgar o PFL não é aplicada editorialmente para pensar a própria instituição jornal/empresa FOLHA.

### **O CASO PLANET HEMP**

15/11/97

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL/ERRAMOS

Assuntos principais: PRISÃO DOS INTEGRANTES DO GRUPO MUSICAL PLANET HEMP

Argumenta que a Lei de tóxicos, criada no regime militar é demasiada severa diante das mudanças sociais.

### **ACM E O MOMENTO POLÍTICO**

26/11/97

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ACM

Editorial diz que Antônio Carlos Magalhães – ACM -, senador, se esforça(va) para se afastar de seu passado de colaborador ativo do regime militar. O jornal destaca criticamente esse comportamento em diversas ocasiões em que políticos que apoiaram a ditadura passaram a se beneficiar da democracia, mas se esquece que o mesmo se aplica também ao próprio jornal/empresa.

### **O FANTASMA DA UNE**

01/12/97

Conotação histórica/neutro

Tem 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: UNE

O editorial questiona a legitimidade do movimento estudantil encabeçado pela UNE, acusando-a de despolitizar a juventude e desconectar dos interesses sociais por ser liderada por grupos de esquerda. Faz crítica a UNE por ser uma esquerda majoritariamente nacionalista e relaciona a esquerda com o autoritarismo e com o radicalismo, se referindo ao PC do B como folclórico pejorativamente pela segunda vez nesse assunto. Lembra que a UNE resistiu ao regime militar. Representa a luta armada contra a ditadura como insanidade, descredibilizando a esquerda e a oposição ao regime autoritário. Qual era a alternativa? Calar? Colaborar?

**1998**

### **ESTADOS SEM CONTROLE**

03/03/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ESTADO/DÉFICIT PÚBLICO

Este editorial inicia o ciclo de 1998 dizendo que o regime militar detinha um poder exacerbado ao ponto de concentrar o sistema fiscal na esfera federal. Quando olhamos para o Brasil de 2021 podemos perceber uma certa continuidade dessa realidade ainda na democracia.

### **UM INIMIGO DA DEMOCRACIA**

14/03/1998

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: Jair Bolsonaro

Vinte anos antes de Jair Bolsonaro chegar à presidência da República, o editorial acusa o então deputado federal de ser um inimigo da democracia e um adversário dos direitos humanos com inclinação autoritária por dizer querer mostrar o “lado bom “ do regime militar enquanto demonstra despreço por direitos democráticos e defende crimes como chacinas efetuadas por forças do Estado e o fechamento do congresso.

### **DEMOCRACIA MUTILADA**

17/03/1998

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GOVERNO/CONGRESSO/MEDIDAS PROVISÓRIAS

Editorial que critica as medidas provisórias que, segundo o jornal, mutilam a democracia. Argumenta que o dispositivo de medidas provisórias são decretos-lei do

executivo federal que remontam ao regime militar. Aqui temos outro elemento persistente da ditadura na democracia.

### **O CASO FAYAD**

19/03/1998

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GENERAL FAYAD/TORTURA

Editorial argumenta que existe um desconforto público com a promoção do General Ricardo Fayad ao cargo público de subdiretor de saúde do exército, pois ele era acusado de ter participado de sessões de tortura de presos políticos e, como médico, teria servido à repressão, o que lhe custou seu diploma, cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) em razão disso. O editorial chama a ditadura de regime militar mesmo tratando do tema da tortura. Enquadra como avanço a comissão criada por FHC que avalia indenizações para famílias de mortos e desaparecidos na ditadura. Sai em defesa da Lei da Anistia, mas aponta que é antiético um médico que praticou tortura ocupar um cargo público de saúde, pois isso não seria recomendável numa sociedade comprometida com direitos fundamentais e com a democracia.

### **NEGOCISTAS HISTÓRICOS**

17/04/1998

Enquadramento positivo

Tema 5 - político

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PARTIDOS/REABERTURA

Crítica o fisiologismo partidário do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chamado de negociata histórica, argumentando que com a posse de João Baptista Figueiredo, o regime militar decidiu colocar fim a bipartidarismo que limitava o universo político partidário. O

texto representa a abertura par a redemocratização como uma decisão do regime militar e não como uma conquista da sociedade, colocando a ditadura como um agente progressista nesse sentido, desconsiderando as pressões sociais que puseram fim ao regime autoritário.

### **TÚNEL DO TEMPO**

15/06/1998

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CENSURA/FIM DO CARGO DE CENSOR

O editorial critica a censura prévia (extinta na Constituição Federal de 1988), apontando que esta privou o cidadão de se divertir e de e informar livremente. Vê como progresso o encaminhamento de projeto de lei do governo para extinguir o cargo de censor federal.

### **PEDRAS NO CAMINHO REAL**

01/07/1998

Enquadramento positivo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PLANO REAL

Cita o milagre econômico como fruto da prosperidade global e o coloca momento de desenvolvimento da economia brasileira.

### **DEMOCRACIA ANALFABETA**

04/08/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: VOTO DOS ANALFABETOS

Aponta o crescimento do eleitorado brasileiro, após a Constituição de 1988 entender o voto aos analfabetos, em comparação com o regime militar, colocando que o eleitorado passou de 20% da população – no regime militar – para 66% da população – na democracia vigente.

### **ATRASADO E INJUSTO**

23/08/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ECONOMIA

Abordando a economia brasileira, o texto aponta que o Brasil segue atrasado e injusto. Cita que a economia cresceu durante o regime militar, mas diz que foi um crescimento desequilibrado que manteve a riqueza concentrada. O editorial defende as privatizações como um dos caminhos para corrigir o que identifica como problema.

### **ATENTADOS BÁRBAROS**

16/09/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ATENTADOS/PRIVATIZAÇÕES

Tratando de atentados com bombas em empresas estatais prestes a serem privatizadas, o editorial faz referências à luta armada contra a ditadura e a chama de terrorismo, mas também chama os paramilitares pró-ditadura de terroristas. Cita a esquerda para falar de oposição terrorista, mas ao falar dos militares terroristas não cita a direita. Chama os grupos

armados contrários à ditadura de extrema esquerda e os paramilitares de defensores do regime – não os enquadra como extrema direita. Nesse sentido associa a esquerda ao radicalismo.

### **ELEIÇÃO, LUZES E SOMBRAS**

04/10/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ELEIÇÕES

Cita que o regime militar banuiu as eleições diretas.

### **A NOVA CÂMARA**

13/10/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CÂMARA

Apona que após o regime militar, o voto direto não alterou com relevância as bancadas partidárias.

### **ACM E MALUF**

21/10/1998

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ACM/MALUF



Aponta que Antônio Carlos Magalhães – ACM - e Paulo Maluf, que se reaproximaram no contexto político eleitoral em que o editorial foi escrito, outrora haviam rompido relações por questões estratégicas relativas à transição para a democracia durante o regime militar. ACM apoiou Tancredo Neves e Maluf se opôs e concorreu com Tancredo.

### **A TV ALÉM DOS MANUAIS**

22/11/1998

Enquadramento negativo

Tema 4 - problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PROGRAMAÇÃO DA TV

Aponta que a interferência do Estado sobre os meios de comunicação foi uma experiência sombria durante o regime militar – que aqui aparece como contexto e não como agente – e que retomar isso na democracia seria um retrocesso.

**1999**

### **O PFL E A CRISE**

Quinta-feira, 04/03/1999

Enquadramento negativo

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL/GOVERNO

O editorial relaciona a metáfora “o PFL não carrega caixão” com a história do PFL e com o regime militar, apontando que este partido não se mantém ao lado de governos impopulares, contextualizando isso com a impopularidade do segundo governo de FHC. O texto indica que o PFL e seus líderes apoiaram o regime militar e todos os governos posteriores até FHC, abondando o apoio ao final dos governos quando estes agonizavam em crise e impopularidade enquanto ainda permaneciam no poder (regime militar – como

ARENA e depois como PDS/Sarney – como PDS e depois como PFL/Collor – como PFL/Itamar Franco– como PFL /FHC – como PFL). O editorial critica o que chama de fisiologismo do PFL e o coloca como continuidade do regime militar.

### **CPI SOB SUSPEITA**

Domingo, 14/03/1999

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CPI

Editorial aponta que a descentralização da burocracia e o controle do cidadão sobre o executivo passaram longe de serem prioridades do regime militar descompromissado pela democracia.

### **RESPONSABILIDADES DO BC**

Sexta-feira, 23/04/1999

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-1

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: BANCO CENTRAL

Editorial argumenta que o regime militar praticou uma modalidade de corrupção coletiva, subordinando o interesse público aos interesses de um grupo ao estatizar a dívida externa e livrar setores endividados em dólares, jogando a conta sobre a sociedade. Aponta que isso seria um vício que marca o banco central no Brasil numa lógica de continuidade – coloca o Banco central como um “quarto” poder ilegítimo. Critica o mecanismo do Banco Central de transferir dívidas privadas para dívidas públicas durante a crise cambial de 1999.

### **O FUTURO DA TV PÚBLICA**

Sábado, 29/05/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TV PÚBLICA

Enquadra a complementação do código brasileiro de telecomunicações de 1962 feita e 1967, chamada como Lei de Imprensa (do regime militar) como anacrônica.

### **SOMBRAS NA PF**

Terça-feira, 15/06/1999

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Assuntos principais: POLÍCIA FEDERAL

Seção: EDITORIAL

O editorial coloca que os agentes do regime se utilizavam da tortura, como método de investigação, de presos durante o regime militar e diz que causa mal-estar na opinião pública que, num país democrático, o governo FHC indicar para o comando da Polícia Federal (PF) alguém que comandou agentes que se utilizavam da tortura como método de investigação.

### **CRISE DE AUTORIDADE**

Sexta-feira, 18/06/1999

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: FHC/PF/TORTURA

O editorial faz crítica a FHC em manter nomeação de delegado torturador para a PF. Aponta que não há motivo que sustente essa nomeação que, segundo o editorial, fere sentimentos democráticos, tumultua o presente e reaviva um período sombrio – o simples fato

de um ex-torturador ainda ser um delegado não mantém esse período sombrio vivo? O texto relata a tortura do regime militar como infame, mas encapsula a ditadura no passado.

### **ESPERANÇA OU MEDIOCRIDADE**

Domingo, 04/07/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

Editorial refaz os percursos da história do PFL, apontando que o partido já era governo antes de nascer, pois seus líderes vieram do ARENA, que formou o PDS e depois o PFL, os dois primeiros foram partidos de sustentação (em momentos distintos) do regime militar. O texto se refere às regras constitucionais que preservam as leis como ditadura, isso num ponto do material recortado em que poucas vezes o regime militar foi nomeado como ditadura.

### **REGIÕES, NÃO RELIGIÕES**

Terça-feira, 13/07/1999

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: INTEGRAÇÃO NACIONAL

Editorial aponta que o regime militar tinha como traço repugnante manipular ideologias desenvolvimentistas no uso de recursos públicos, cometendo exageros em nome da “integração nacional” – termo colocado entre aspas, o que conota ironia do editorial.

### **MONTORO, O REPUBLICANO**

Sábado, 17/07/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assunto principais: MORTE DE FRANCO MONTORO

Tratando do óbito de Franco Montoro, relaciona a memória da figura dele à campanha das “diretas já”, que sitiou o regime militar e possibilitou a transição para a democracia, enquadrada como um bem público.

### **VÁCUO PERIGOSO**

Sexta-feira, 13/08/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

Editorial aponta que o PFL se equilibra entre críticas e apoios ao governo FHC, procurando reter benefícios e evitar o ônus, o que o jornal coloca que o PFL faz desde o fim do regime militar.

### **OS BICOS DOS ARAPONGAS**

Quinta-feira, 30/09/1999

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES

O editorial em questão faz crítica à Agência Brasileira de informações – ABIN -, indicando que esta sucede o Serviço Nacional de Informações que perseguia adversários políticos do regime militar, chamando sua trajetória de desastrosa e lembrando o constrangimento de FHC ao nomear um suspeito de comandar a tortura de presos políticos para dirigir a Polícia Federal. Relaciona a inteligência do regime militar com a perseguição

política, com a tortura e aponta que suas sobras são instituições incompetentes e obscuras, ou até mesmo criminosas, sendo uma ameaça à democracia. Coloca a ABIN como herança do regime militar que ameaça à democracia.

### **ESPIÃO DE SI MESMO**

Segunda-feira, 11/10/1999

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: AÇÕES DA ABIN

Aponta que a ABIN é obscura e, por ter grampeado o presidente da República sem autorização, representa um problema institucional. Argumenta que o órgão de inteligência é composto por agentes provenientes do regime militar que atuam num regime democrático e cuja lógica de atuação compromete os direitos de todos os cidadãos. Critica a ABIN como herança institucional do regime militar - que não chama de ditadura.

### **PRIVATIZAÇÃO COM ESTADO**

Segunda-feira, 22/11/1999

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PRIVATIZAÇÃO

Editorial que argumenta em defesa das privatizações, indiretamente defende o neoliberalismo na versão em que o Estado financia empresas privadas, fala como se a corrupção não se aplicasse à iniciativa privada, mas apenas ao Estado e ao serviço público. Faz críticas ao projeto nacional-desenvolvimentista e o relaciona com traços da estatização do regime militar, que o texto aponta ter servido como cabide de empregos. O editorial coloca que a estatização de empresas estratégicas como a EMBRAER é ruim para a sociedade, na medida que socializa prejuízos e potencializa a corrupção. Aponta ainda que é possível um

projeto nacional mediante privatizações que possibilitem parcerias com o Estado por intermédio de crédito.

### **PROCURAM-SE LIDERANÇAS**

Domingo, 28/11/1999

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao se referir aos impasses para a formação de consensos em torno de uma reforma tributária no governo de FHC, o editorial diz que fazer tais mudanças exige líderes capazes de mobilizar alianças complexas e amplas, algo demorado. Aponta que, por isso, em geral as reformas de sistemas tributários ocorrem em países maduros após anos de debates ou em regimes ditatoriais (colocados como a pior das hipóteses) como diz ter ocorrido no Brasil após o golpe de 1964 e suas reformas econômicas – essa é uma das poucas vezes em que o termo e o tema do golpe militar de 1964 aparece – criticadas pelo meio em que foram realizadas, mas não por suas finalidades, que não são exploradas no texto. Ao colocar os regimes ditatoriais como a pior das hipóteses para levar adiante reformas tributárias, enquadra a ditadura brasileira como algo negativo. O texto ainda apresenta discurso contrário à políticas econômicas nacionalistas ao defender o livre-mercado – de interesse do capitalismo internacional e do neoliberalismo.

### **TROPEÇOS DA TECNOCRACIA**

Segunda-feira, 29/11/1999

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TECNOCRACIA

Apona que o regime militar foi marcado pela gestão autoritária de especialistas, como os economistas – o que chama de tecnocracia e enquadra como um dos aspectos do regime, dizendo que isso é passado. O editorial faz críticas ao economicismo, à ideia de que a economia como dona da razão na esfera pública e à política baseada em discursos econômicos de maneira autoritária. O texto argumenta como problemática a ideia de que a política e o sistema jurídico sejam empecilhos ao planejamento econômico. Este editorial se destoa do conjunto de editoriais analisados até aqui, pois não defende que interesses econômicos se sobreponham às instituições republicanas com ocorrera no regime militar (apoiado pelo Grupo Folha).

### **CENSURA NO PIAUÍ**

Quarta-feira, 01/12/1999

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CENSURA

No contexto de censura à imprensa em relação à cobertura de crimes cometidos por poderosos no Piauí, o editorial argumenta que já passados 15 anos do final da ditadura no Brasil – aqui chama o regime militar de ditadura -, não se pode tolerar a censura para proteger poderosos locais.

### **O GRANDE TÉDIO**

Segunda-feira, 13/12/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 6 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: POBREZA

Avaliando as lentas mudanças sociais em relação à pobreza, o editorial se refere ao regime militar apontando que desde o seu fim o Brasil viveu reviravoltas trienais como as



“Diretas Já”, Plano Cruzado, Constituição de 1988, Collor, Impeachment, Plano Real e governo FHC, momentos marcados pela esperança de um bom caminho, apontando que o país acabou no patamar da estabilidade.

## **GUERRILHA E CLANDESTINOS**

Terça-feira, 21/12/1999

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TECNOCRATAS/FMI

Relembra que durante o regime militar havia pressões dos empresários e da sociedade sobre os tecnocratas, que atendiam ao Fundo Monetário Internacional – FMI – e ao mercado financeiro majoritariamente. Enquadra os guerrilheiros opositores ao regime militar como típicos clandestinos.

**2000**

## **O BRIGADEIRO E O FÜHRER**

Quinta-feira, 13/01/2000

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: HITLER/FORÇA AÉREA/REGIME MILITAR

Em crítica a oficial da Força Aérea Brasileira por relativizar a figura de Adolf Hitler, o editorial argumenta que o autoritarismo do governo militar impregnou a formação do oficialato brasileiro, argumentando que aquele período acabou em 1985 e que 15 anos após o seu fim, a sociedade civil não pode tolerar valores antidemocráticos e anti-humanistas, nem aceitar que o nazismo ainda atraia o oficialato. Nesse sentido o texto questiona a formação das escolas militares.

**ARQUIVOS DE CHUMBO**

Sexta-feira, 28/01/2000

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ARQUIVOS SECRETOS DO REGIME MILITAR

Esse editorial é um dos poucos antes de 2001 (ano em que o Manual de Redação da *Folha de S. Paulo* possibilitou chamar a ditadura de ditadura) que usa o termo ditadura militar para fazer uma crítica dura ao regime militar lamentando a violência e o assassinato político no Brasil e lamenta haver arquivos secretos sobre o período. O jornal se coloca favorável à abertura de arquivos secretos do regime militar como meio de elucidar a história. O texto representa a ditadura militar como um tempo sombrio e obscuro, chamando-o de anos de chumbo. Diz que a democracia brasileira é madura para que suas instituições suportem a divulgação de arquivos que demonstrem abusos das autoridades no regime autoritário. Defende que a Lei da Anistia já aplacou os ânimos e que não existe mais motivo para segredo ao passo que se coloca favorável à indenização de parentes desaparecidos.

**O PRIMEIRO DE MAIO**

Segunda-feira, 01/05/2000

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: DIA DO TRABALHO

Ao abordar a data simbólica do 1º de Maio (dia do trabalho) relembra que foi um momento importante para marcar o sindicalismo no final dos anos 1970 no contexto de abertura do regime militar. Fala do surgimento do sindicalismo no final dos anos 1970, mas não aprofunda o papel das mobilizações sindicais no enfrentamento e derrocada do regime militar.

**VAI TARDE**

Quarta-feira, 24/05/2000

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Crítica a Lei de Segurança Nacional como herança do regime militar que perdura já vários anos após a redemocratização, acusando-a de ser uma lei arbitrária que compromete a democracia e não a defende como deveria.

**BRASIL SEM SENTIDO**

Domingo, 18/06/2000

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dizendo que o Brasil está sem rumo, relembra que uma das causas da derrocada do regime militar foi o esgotamento do modelo estatizante e de substituição de importação sem superar a dependência da economia externa. Crítica o nacionalismo econômico da ditadura (fase Geisel) por uma via argumentativa neoliberal.

**VIOLÊNCIA E POBREZA**

Terça-feira, 20/06/2000

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: CEBRAP/POBREZA

Apona que o CEBRAP é um grupo de pesquisadores e intelectuais de oposição ao regime militar que tem como preocupação fundamental o crescimento da pobreza em no estado de São Paulo. Revela que estudos do CEBRAP publicados em 1975 e assinados por Fernando Henrique Cardoso (FHC) associava a pobreza paulistana ao caráter fechado do regime militar que inibia a organização popular por melhorias.

### **CENSURA NO ACRE**

Terça-feira, 25/07/2000

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Jul 25, 2000

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: CENSURA

Ao abordar censura prévia da justiça do Acre sobre a imprensa local de Rio Branco proibindo-a de noticiar o que quer que seja sobre as eleições municipais, o editorial argumenta que a censura prévia não se fundamenta em nenhuma hipótese e fere a Constituição Federal. Lembra que a imprensa de Rio Branco – AC passou a publicar receitas de bolo no espaço destinado ao noticiário político censurado, a exemplo do que acontecia durante o regime militar.

### **MARTA X MALUF**

Domingo, 15/10/2000

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Abordando a disputa eleitoral do 2º turno da prefeitura de São Paulo – SP entre Marta Suplicy e Paulo Maluf, o jornal se coloca como imparcial sem apoiar explicitamente nenhum candidato, mas faz questão de lembrar que Maluf encarna as piores tradições políticas, como

o engajamento com o regime militar. Esse engajamento de Maluf também foi prática do Grupo Folha da Manhã, mas nada se fala sobre isso sobre isso nem aqui nem em nenhum outro editorial até aqui.

### **CADÊ A INTELIGÊNCIA?**

Segunda-feira, 04/12/2000

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ABIN

Acerca da demissão do diretor geral da ABIN por envolvimento com tortura no passado durante o regime militar (colocado como contexto), o editorial endossa a demissão ao argumentar que é inadmissível que alguém envolvido em tortura durante o regime militar (Carlos Alberto del Menezzi) exerça cargo de confiança numa agência de inteligência em um regime democrático.

### **2001**

A partir de 2001 o manual de redação da Folha de S. Paulo possibilita que os textos do jornal se refiram ao regime militar como ditadura.

### **A DERROTA DE ACM**

Quinta-feira, 15/02/2001

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ACM/ELEIÇÕES/SENADO

Ao abordar a derrota de Antônio Carlos Magalhães (ACM) nas eleições para a presidência do Senado, o editorial o critica atribuindo-lhe características autoritárias e diz que ele se gruda ao poder e só abandona quando já está em derrocada iminente, como fizera com o

regime militar, com Sarney e com Collor. O Grupo Folha da Manhã fez algo semelhante e não fala sobre isso, afinal gosta de se representar como o jornal das diretas. Mais uma vez um editorial do jornal critica personalidade públicas por ações que a própria instituição Folha já cometera.

## **ENERGIA EM DÓLAR**

Sábado, 14/04/2001

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: SETOR ENERGÉTICO

Abordando os desafios do tesouro nacional diante dos gastos com infraestrutura em energia, o editorial se remete ao regime militar como momento em se abriu contas que oneraram o tesouro nacional, mas que estavam fora do orçamento. Isso gerou endividamento público, por isso o editorial coloca que fazer algo do tipo seria a pior das situações.

## **2002**

### **SEGURANÇA DEMOCRÁTICA**

Quinta-feira, 03/01/2002

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; GOVERNO FHC; CONGRESSO /PARLAMENTO/; PROJETO DE LEI; LSN /LEI DE SEGURANÇA NACIONAL/; SUBSTITUIÇÃO; ESTADO DE DIREITO

Endossa a substituição da Lei de Segurança Nacional e a enquadra como lei que serviu para justificar arbítrios durante o regime militar e que seria paradoxal utilizá-la para assegurar a democracia.

## **REAÇÃO EMOCIONAL**

Quinta-feira, 24/01/2002

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; PREFEITO; CELSO DANIEL; ASSASSINATO; POLÊMICA; PRISÃO PERPÉTUA; IMPRENSA; TELEFONE CELULARE PRÉ-PAGO; PROIBIÇÃO

Ao tratar do assassinato de Celso Daniel (político do PT e Prefeito de Santo André - SP), o editorial responde à sugestão do Ministro da Justiça, Aluysio Nunes, de que a polícia deveria agir para pôr fim à onda de sequestros da mesma maneira como agiu para dismantelar as esquerdas no regime militar. O editorial argumenta que os métodos utilizados pelas forças de segurança naquele período contra as esquerdas não são admissíveis numa democracia.

## **O RISCO DO BRASIL**

Domingo, 17/03/2002

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; POLÍTICA ECONÔMICA; INFLAÇÃO; CÁLCULO; MUDANÇA; JURO; PLANO ECONÔMICO; HISTÓRICO; POLÊMICA; ELEIÇÕES 2002; CANDIDATURA; JOSÉ SERRA

Analisando a política econômica brasileira e as imagens que o governo propaga para dizer que tudo vai bem no final do governo de FHC, o editorial relembra que durante o regime militar ocorrera algo semelhante, momento em que a economia ia bem e o povo ia mal, se propagava o milagre brasileiro e a ilha de prosperidade em meio à crise.

## **PRESENÇA FEMININA**

Domingo, 26/05/2002

Enquadramento positivo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2002; SUCESSÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; VICE-PRESIDÊNCIA; RITA CAMATA; MULHER; DISCRIMINAÇÃO; MARKETING; ROSEANA SARNEY

Abordando a baixa presença de mulheres em governos e em postos do Estado brasileiro, o editorial relembra que a primeira ministra de Estado no Brasil foi Esther de Figueiredo Ferraz (Educação), que fora nomeada nos anos 1980 pelo regime militar. No contexto em questão, o regime aparece como situação em que o fato positivo para a sociedade ocorreu, entretanto o jornal é tímido ao enfatizar isto.

### **CRIME SEM LIMITES**

Quarta-feira, 26/06/2002

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; CRIME ORGANIZADO; COMBATE

Diz que a palavra repressão se tornou maldita durante o regime militar, mas que tem a sua eficiência contra o crime.

### **MILITARES NA PENÚRIA**

Terça-feira, 06/08/2002

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS



Assuntos Principais: FORÇAS ARMADAS; MILITAR; CRISE FINANCEIRA  
MILITARES NA PENÚRIA

Abordando as dificuldades orçamentárias das forças armadas brasileiras, o editorial pontua que em 1985, ainda no regime militar, o Brasil gastou uma média de US\$ 42,00 por habitante com as forças armadas e que estes gastos aumentaram ao longo do tempo e mesmo assim se carece de recursos no setor.

### **ILUSÃO DE DIVISAS**

Segunda-feira, 12/08/2002

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; POLÍTICA ECONÔMICA; MODELO ECONÔMICO; FALHA; DÍVIDA EXTERNA; POLÊMICA

Analisando a economia brasileira, o editorial cita que o regime militar errou em sua condução econômica ao supor que uma economia dependente como a brasileira poderia se endividar no exterior indefinidamente, argumentando que desaprendemos isso ao passar do tempo.

### **CHOQUE DE GERAÇÕES**

Terça-feira, 20/08/2002

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2002; ELEIÇÃO ESTADUAL; SÃO PAULO /ESTADO/; MINAS GERAIS /ESTADO/; RIO DE JANEIRO /ESTADO/; CAMPANHA ELEITORAL; POLÊMICA

Avaliando os quadros políticos na disputa eleitoral de 2002, o editorial aponta que a geração de políticos é significativamente associada à uma formação política de uma relação

de apoio ou oposição ao regime militar, seja desde seu início, seja na sua derrocada. Pontua o embate entre políticos atuantes desde o início do regime com aqueles que começaram sua atuação no final da ditadura, isso é identificado pelo jornal em diversos estados brasileiros, como São Paulo; Rio de Janeiro; Minas Gerais e Distrito Federal.

### **MAIS DEMOCRACIA**

Segunda-feira, 28/10/2002

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA      Página: A1

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ELEIÇÃO DE LULA

Sobre a vitória de Lula para a presidência da República, aponta que este fato expressa um significado democrático por ser a quarta eleição seguida para a presidência desde o fim do regime militar, por demonstrar a alternância de poder e traduzir uma renovação dos dirigentes do país personificando expectativas populares antigas que têm sido postergadas, como a diminuição da desigualdade e a democratização das oportunidades. O texto não relaciona o passado de Lula ao enfrentamento sindical à ditadura, mas aponta sua origem sindical e popular. O jornal saúda a legitimidade da eleição de Lula e se compromete em ser crítico e independente.

### **DE PACTO A PACTO**

Sexta-feira, 08/11/2002

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO      Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PACTO SOCIAL; PT /PARTIDO/; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sobre os pactos sociais que os petistas estabeleciam no contexto de sua chegada ao poder (conciliando interesses de classes) o editorial aponta que o pacto social foi o bordão utilizado na redemocratização e que o Brasil já superou a transição do regime militar par o

democrático. O texto encapsula a ditadura no passado e aponta que a transição para a democracia está completa (isso é uma ambiguidade que contradiz outros editoriais que apontam algumas das continuidades da ditadura na democracia, como a tortura institucionalizada nas forças policiais, a censura, a desigualdade e a violência).

## **UM ADVOGADO REPUBLICANO**

Quarta-feira, 18/12/2002

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PODER JUDICIÁRIO; MORTE; EVANDRO LINS E SILVA; REPÚBLICA; IMPEACHMENT; FERNANDO COLLOR DE MELLO; PRESO POLÍTICO; DEFESA; LIBERDADE

Sobre a morte de Evandro Lins e Silva, relembra que ele foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o regime militar e foi aposentado em 1969 pelo AI-5 por conceder sistematicamente habeas corpus para presos políticos.

## **2003**

### **PETISMO REAL**

Quarta-feira, 11/06/2003

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; PT /PARTIDO/; POLÍTICA ECONÔMICA; TENDÊNCIA POLÍTICA; RESPONSABILIDADE FISCAL; CONTROLE; INFLAÇÃO; GOVERNO FHC; ESQUERDA /POLÍTICA

Sobre a migração das políticas petistas no governo Lula para o centro político, o editorial aponta que não há mais uma grande força organizada de esquerda aspirando ao poder central, consolidando-se uma situação inédita desde o fim do regime militar.

### **FARSAS ESTATÍSTICAS**

Segunda-feira, 16/06/2003

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: TRABALHO; PESQUISA; FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE; EMPREGO; DESEMPREGO; JOSÉ ELI DA VEIGA /DIRETOR SEADE/DIVULGAÇÃO

Abordando farsas estatísticas sobre o desemprego, relembra o fato passado em que um ministro do governo militar tentou manipular índices de inflação para conter a mobilização para reposição salarial.

### **CIDADE PICHADA**

Terça-feira, 01/07/2003

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; VANDALISMO; PICHAÇÃO; COMPORTAMENTO; JOVEM; CLASSE MÉDIA

Sobre a cidade de São Paulo – SP pichada, relembra que o fenômeno teve início com frases políticas que desafiaram o regime militar na esteira dos movimentos internacionais de Maio de 1968.

### **ROBERTO MARINHO**

Sexta-feira, 08/08/2003

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMPRENSA; MÍDIA; TELEVISÃO; REDE GLOBO; ROBERTO MARINHO; MORTE

Sobre o falecimento de Roberto Marinho, o editorial minimiza a importância da simbiose entre Globo e o regime militar como algo significativamente relevante para as organizações Globo. Exalta o mérito de Roberto Marinho. Esta postura é conveniente, afinal a mesma simbiose marcou a trajetória do Grupo Folha e fez dele e da Globo gigantes da comunicação brasileira.

### **A TORTURA CONTINUA**

Quarta-feira, 13/08/2003

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: TORTURA; REGIME MILITAR; A DITADURA ESCANCARADA /LIVRO/; ELIO GASPARI; VIOLÊNCIA; POLÍCIA; DILIGÊNCIA POLICIAL; SALA; DELEGACIA; BRASÍLIA /DF

Editorial enfático ao dizer que a tortura é praticada no Brasil desde há muito tempo e que foi intensificada nos anos mais duros do regime militar. Aponta que sua brutalidade e sordidez é narrada minuciosamente no livro “A ditadura escancarada” de Elio Gaspari, tendo atingido sistematicamente filhos da classe média, da elite, jornalistas, intelectuais e militantes de esquerda que combatiam o regime. Este editorial separa os anos de chumbo do regime militar como um todo. Mas hoje sabemos, por documentos da CIA inclusive, que antes de 1968 e após 1974 a ditadura torturou e matou opositores. O texto aponta que a tortura continua a ser praticada em diligências policiais e em salas fechadas de delegacias, cujas vítimas, segundo o editorial, seriam cidadãos pobres obrigados a confessar crimes.

### **NÃO BASTA LER**

Quarta-feira, 10/09/2003

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; EDUCAÇÃO; ERRADICAÇÃO; ANALFABETISMO; PROGRAMA DE APRENDIZAGEM; PESQUISA; LEITURA; ESCRITA

Refletindo sobre a meta do governo Lula de erradicar a o analfabetismo até 2006, o editorial relembra o esforço fracassado do governo militar com o mobral nos anos 1970.

### **GRAVE REVELAÇÃO**

Sábado, 11/10/2003

Enquadramento negativo

Tema 5 - político

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LEGISLAÇÃO; CONSTITUIÇÃO; NELSON JOBIM; INCLUSÃO; ARTIGO; APROVAÇÃO; POLÊMICA; JUSTIÇA; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Refletindo sobre a legitimidade da carta constitucional e problemas relacionados à constituinte, o editorial aponta que depois de 24 anos do início do regime militar, o Brasil promulgou uma constituição democrática e enfatiza que o regime militar fora o último ciclo autoritário do século XX no Brasil.

### **TENSÃO NA UNIVERSIDADE**

Segunda-feira, 01/12/2003

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; UNIVERSIDADE; CONSERVADORISMO; POLÊMICA; CRISTOVAM BUARQUE; REGIME MILITAR; IDEOLOGIA; PT /PARTIDO

Editorial que avalia declaração de Cristovam Buarque, Ministro da Educação, de que estaria decepcionado com o baixo nível de tensão ideológica entre as universidades e as forças conservadoras no Brasil. O editorial relembra que o Brasil passou por marcantes experiências autoritárias e aponta que essa declaração é marcante ao passo que o Ministro comparou o momento em questão com o contexto do regime militar para dizer que a universidade está pouco radical. Em seguida o texto parte para uma crítica ao PT, a partir de visões acadêmicas que criticam mudanças doutrinárias pelas quais o partido passou.

**2004**

### **ALIANÇA ESDRÚXULA**

Sexta-feira, 09/01/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; PFL /PARTIDO/; PDT /PARTIDO/; ALIANÇA; OPOSIÇÃO; LEONEL BRIZOLA; JORGE BORNHAUSEN

Sobre tratativas de alianças entre Leonel Brizola (PDT) e Jorge Bornhausen (PFL) para questões partidárias, o editorial revisa a biografia de ambos dizendo que Brizola se fez à “sombra” (esse termo atribui conotação negativa à biografia de Brizola) do trabalhismo e do populismo de esquerda. Lembra também que Bornhausen apoiava o regime militar, denotando certa ambiguidade nesta aliança.

### **HISTÓRIA OCULTA**

Segunda-feira, 29/03/2004

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; REGIME MILITAR; ANIVERSÁRIO; DOCUMENTO; SIGILO; GOVERNO LULA; GOVERNO FHC; DECRETO; POLÊMICA

Às vésperas dos 40 anos do golpe de 1964, este editorial classifica àqueles anos como tenebrosos e aponta que infelizmente nem tudo daquele período (o tempo da ditadura) entrou para história devido à arquivos que nunca se tornaram públicos. Responsabiliza FHC e Lula pelo que chama de crime historiográfico, o primeiro por instituir o decreto 4553, que permite que arquivos permaneçam eternamente em sigilo e o segundo por manter o decreto. O texto coloca o período do golpe e da ditadura como algo composto por lacunas de memória. Isso é uma ambiguidade, pois é justamente o que a folha cria ao esquecer parte de seu passado colaboracionista.

#### **40 ANOS DEPOIS**

Quarta-feira, 31/03/2004

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOLPE MILITAR; REGIME MILITAR; DITADURA; ANIVERSÁRIO; 31 DE MARÇO

Sobre os 40 anos do golpe de 1964, o editorial afirma que se há algo que se pode comemorar é o fim do ciclo militar que, segundo o jornal, está encerrado num passado histórico. Chama este passado de ditadura e diz que não assombra mais o país mesmo que ainda existam repercussões – isso representa ambiguidade no conjunto de editoriais analisados posto que o jornal aponta continuidades da ditadura como a tortura, a desigualdade, a violência, o fisiologismo e a corrupção, como se pode dizer então que se trata de um ciclo encerrado que não assombra mais o Brasil? Relaciona o fim do regime militar com a crise econômica de um modelo de desenvolvimento organizado pela ditadura. Aponta que a elite nacional se sentiu ameaçada pela iminência da chegada da esquerda o poder denotando que o golpe veio porque a esquerda forçou. Sugere que o golpe foi fruto de radicalização política impulsionada pelo império soviético, pelas lutas de libertação nacional e pela revolução



cubana. Nesse sentido, o texto representa a esquerda como autoritária e a responsabiliza pelo endurecimento do regime.

### **AGENDA POSITIVA**

Sábado, 10/04/2004

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO; MINISTRO; LUIZ GUSHIKEN; AGENDA POSITIVA; IMPRENSA

Quando o Ministro da Comunicação, Luiz Gushiken, sugeriu – em audiência com jornalistas – que o papel da imprensa era perseguir uma agenda positiva, o editorial é publicado questionando-o se também sob o regime militar o Ministro acreditaria que a imprensa deveria perseguir uma agenda positiva, sugerindo que é papel da imprensa informar e questionar. O Texto, entretanto, não menciona que durante grande parte da ditadura militar os jornais do Grupo Folha prosseguiram uma agenda positiva.

### **POLÍTICA PARA O MÍNIMO**

Domingo, 02/05/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SALÁRIO MÍNIMO; AUMENTO; REAJUSTE; INFLAÇÃO; AJUSTE FISCAL

Sobre a política de salário mínimo no governo Lula, o editorial aponta que no período que antecedeu o regime militar, a política de salário mínimo foi usada de forma insustentável e populista – trata-se de uma comparação de Lula com as políticas de Jango, que levaram ao golpe de 1964.

## **PRINCÍPIOS E PRAGMATISMO**

Quarta-feira, 26/05/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 1 – questões internacionais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; COMÉRCIO EXTERIOR; CHINA; VIAGEM; POLÊMICA; DIREITOS HUMANOS; INVASÃO; TIBETE; ASSINATURA; COMUNICADO

Sobre relações comerciais do Brasil com a China, representada como autoritária, o editorial relembra que a pressão internacional foi um fator que levou o regime militar a fazer abertura política nos anos 1980. Nesse sentido o texto estabelece críticas à postura de Lula em não fazer pressões à China contra o que a *Folha de S. Paulo* chama de autoritarismo.

## **SALDO ESTRUTURAL**

Domingo, 11/07/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMÉRCIO EXTERIOR; EXPORTAÇÃO; SUPERÁVIT

Refletindo sobre os planos econômicos brasileiro, o texto aponta que o governo do General Figueiredo reivindicava ter retomado a economia de forma duradoura, que o governo do General Geisel propiciou um ciclo de investimentos, mas lembra que críticos do regime militar apontam que o plano econômico do período produziu contração do mercado interno e desvalorização do câmbio.

## **AVANÇO AUTORITÁRIO**

Sábado, 14/08/2004

Enquadramento negativo

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LEGISLAÇÃO; IMPRENSA; CFJ /CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO/; CONTROLE; ÉTICA; FISCALIZAÇÃO; PUNIÇÃO; JORNALISTA; PROJETO DE LEI; LUIZ GUSHIKEN; AUTORITARISMO; DEMOCRACIA; PT /PARTIDO

Sobre projetos e normativas do governo Lula, o editorial aponta que é comum a esquerda desprezar a democracia e que desde o regime militar não se vê concepções tão atrasadas em relação à democracia como a iniciativa petista que visava limitar o acesso da imprensa a funcionários públicos. Nesse sentido, relaciona a esquerda e o PT ao autoritarismo da ditadura militar.

## **LULA EM CAMPANHA**

Terça-feira, 21/09/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2004; ELEIÇÃO MUNICIPAL; PREFEITURA; SÃO PAULO /SP/; PT /PARTIDO/; MARTA SUPPLY; GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; CAMPANHA ELEITORAL; CABO ELEITORAL; POLÊMICA; RECIFE /PE

Sobre a entrada de Lula na campanha de prefeitos em 2004, aponta que isso (um presidente fazer campanhas para prefeitos) seria uma tradição da política brasileira pós-regime militar.

## **ARQUIVOS PROIBIDOS**

Sábado, 23/10/2004

Enquadramento negativo

Tema 4 – Problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; HISTÓRIA; REGIME MILITAR; MORTE; VLADIMIR HERZOG; DIVULGAÇÃO; FOTO; CRISE; NOTA; POLÊMICA; EXÉRCITO; MINISTÉRIO DA DEFESA; FORÇAS ARMADAS

Sobre a revelação de documentos em que apareceria Vladimir Herzog antes de ser assassinado em 1975, o editorial argumenta que as forças armadas não desenvolveram atitude adequada em relação ao passado traumático. Defende que os arquivos secretos do regime militar sejam abertos a público. Diz que o regime militar foi fruto de violenta radicalização política mundial nas décadas de 1960 e 1970 e em seguida acusa a oposição armada à ditadura de não ser democrática e de querer implantar uma ditadura pior no país, dizendo em seguida, a esse juízo de valor, que isso não justificaria a ditadura. Diz que a ditadura torturou e matou e responsabiliza os agentes do regime militar pela prisão e assassinato de Herzog. Defende também que a Lei da Anistia permitiu a sociedade superar esse passado sem ressentimentos – outro juízo de valor que ao longo do tempo se provou uma inverdade, pois ainda hoje existe uma polarização no Brasil em torno de apoiadores e opositores do legado da ditadura militar e muitos arquivos do período se perderam ou seguem secretos.

### **SIGILO INACEITÁVEL**

Quinta-feira, 28/10/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SIGILO; GOVERNO FHC; LEI DE ARQUIVOS; DECRETO; VLADIMIR HERZOG

Reflete sobre a importância de segredos de Estado em áreas como defesa, estratégia e tecnologia, mas classifica como inaceitável o sigilo eterno de informações no Brasil, que fora instituído pelo decreto 4553, de FHC e não foi alterado por Lula. O editorial classifica o decreto como ilegal por confrontar a lei de arquivos 8.159/91 que limita o sigilo de documentos públicos por 30 anos e prorrogáveis por mais 30. O editorial lembra que um decreto não deve prevalecer sobre a Lei. Argumentando que não há razão para que

documentos referentes ao regime militar continuem em sigilo. O texto faz uma defesa ao direito à memória. Retoma a questão da morte de Vladimir Herzog e responsabiliza as forças de segurança do regime militar pela sua prisão e morte.

### **CELSO FURTADO**

Terça-feira, 23/11/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CELSO FURTADO; MORTE; ECONOMIA; TRAJETÓRIA; CARREIRA; HISTÓRIA; POLÍTICA; AVALIAÇÃO

#### **CELSO FURTADO**

Sobre a morte de Celso Furtado, relembra suas concepções teóricas econômicas apontando que ele tentou compreender o atraso social e econômico do Brasil defendendo que o desenvolvimento não se encerra no crescimento econômico e não é um processo natural dos mercados, mas sim o resultado de planejamento e de projetos racionais do Estado. O editorial aponta que mesmo que a visão de Furtado seja criticada pelos liberais, ela ainda continua presente, pois seus críticos ainda não ofereceram soluções para o baixo crescimento e para a desigualdade. O editorial aponta que ideias de Furtado foram afastadas da cena política nacional oficial a partir de 1964 (não cita o golpe nem o apoio do Grupo Folha) e lembra que Furtado foi cassado pelo regime militar e viveu no exílio.

### **DIREITO À HISTÓRIA**

Domingo, 12/12/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; GOLPE MILITAR; REGIME MILITAR; DITADURA; ARQUIVO; FORÇAS ARMADAS

Sobre a questão do sigilo de documentos públicos, aponta que segredos de Estado são um mal necessário em relação à estratégia, diplomacia, planejamento e defesa, mas que isso não justifica o sigilo eterno de documentos públicos. Critica Lula por manter a prerrogativa do governo poder manter o sigilo. Cita a ditadura para dizer que Lula disse que abriria os arquivos referente ao período e nada fez. Sugere que os arquivos devem conter histórias interessantes e pouco enaltecidas sobre a Guerra do Paraguai e sobre negociações territoriais. Para a *Folha de S. Paulo*, o acesso aos arquivos é um direito à memória. Por que então o jornal não relembra em seus editoriais que apoiou o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar? Entendemos que isso é um esquecimento deliberado para preservar sua imagem.

## **CINZAS DA HISTÓRIA**

Quarta-feira, 15/12/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; REGIME MILITAR; DITADURA; DOCUMENTO; ARQUIVO; FORÇAS ARMADAS; DESTRUICÃO; BASE AÉREA; SALVADOR /BA/; AERONÁUTICA

Editorial classifica como inquietante que arquivos militares tenham sido queimados na Base Aérea de Salvador – BA. Neles havia prontuários, fichas e relatórios produzidos por órgão de informação das Forças Armadas, como aponta o texto. Argumenta ainda que o episódio deveria servir para acelerar a abertura de arquivos da ditadura militar que permanecem secretos, pois outros arquivos podem estar ameaçados pela negligência e as perdas para a história seriam irreparáveis.

**2005**

## **ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO**

Domingo, 20/02/2005

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; RIO SÃO FRANCISCO; TRANSPOSIÇÃO; OBRA PÚBLICA

Ao abordar o projeto de transposição do Rio São Francisco, o editorial alerta para dívidas que remetem ao passado alertando para os riscos deste projeto se tornar mais um elefante branco como muitas obras do regime militar, expondo a ineficiência da ditadura.

### **DEMOCRACIA INACABADA**

Domingo, 24/04/2005,

Conotação histórica/neutro

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; HISTÓRIA; POLÍTICA; TANCREDO NEVES; DEMOCRACIA; TRANSIÇÃO; PRESIDÊNCIA; REGIME MILITAR; ELEIÇÃO

Ao lembrar os 20 anos de morte de Tancredo Neves, o editorial exalta a democracia da Nova República como a mais ampla e duradoura e aponta que a chegada de Lula ao poder representa a conquista da maioria democrática no país, bem como o impeachment de Collor representaria um teste das instituições. Argumenta que a democracia brasileira é inacabada por conta da continuidade da concentração de riquezas, pela desigualdade econômica e pelo baixo crescimento. Aborda o que chama de ruptura militar de 1964 como marco entre as democracias brasileiras. Trata-se de um editorial que trata de contradições que a ditadura acentuou, como a concentração de renda e desigualdade, refletindo sobre o papel da democracia sem apontar especificamente os que muitos problemas da democracia são continuidade da ditadura, por outro lado, é um editorial que valoriza a chegada da esquerda ao poder como prova de que a democracia tem se consolidado.

### **NÃO AO CASUÍSMO**

Sexta-feira, 19/08/2005

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PEC /PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO/; NEY LOPES; REFORMA ELEITORAL; POLÊMICA

Sobre as negociações parlamentares do presidencialismo de coalizão, o editorial relembra as dinâmicas da ditadura para corromper as eleições e compara com a corrupção parlamentar. O editorial diz que a ditadura se valia de mudanças nas regras eleitorais de última hora para obter vantagens espúrias em benefício de seus candidatos, isto se contrapõe ao que a própria *Folha de S. Paulo* disse em 17 de fevereiro de 2009 ao chamar a ditadura de ditabranda e apontar que o regime militar preservara as instituições políticas brasileiras. Afinal a justiça eleitoral foi aparelhada pelo regime tal qual faz o regime chavista venezuelano criticado no editorial de fevereiro.

### **PROPOSTA ESTAPAFÚRDIA**

Sábado, 20/08/2005

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITO CONSTITUCIONAL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL; REELABORAÇÃO; PROPOSTA; ANÁLISE

Editorial crítico à ideia de convocação de nova assembleia constituinte, defende a Constituição Federal de 1988 e argumenta que novas constituições só são feitas diante de rupturas da ordem e não de crises. Cita como exemplo a transição da ditadura militar (aqui o editorial chama a ditadura de ditadura) para a democracia.

### **MANOBRA NO CONGRESSO**

Sexta-feira, 30/09/2005

Conotação histórica/neutro



Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; SISTEMA ELEITORAL

Cita o regime militar como referência que levou à criação de leis que impedem que as regras eleitorais sejam alteradas nas vésperas da eleição.

### **GRAMPO NO CONGRESSO**

Sexta-feira, 04/11/2005

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; ESCÂNDALO; MENSALÃO; CPI DOS CORREIOS; GRAMPO TELEFÔNICO; DENÚNCIA

Apona que o governo usar o Estado para espionar adversários é uma herança (sequela) da ditadura militar e acusa o PT de fazer isso enquanto governo. Usa o contexto para comparar o governo Lula e o próprio PT com práticas da ditadura.

### **HISTÓRIA INTERDITADA**

Sexta-feira, 23/12/2005

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DOCUMENTO; TRANSFERÊNCIA; ARQUIVO NACIONAL; REPERCUSSÃO

Apona que a transferência de arquivos produzidos pelo regime militar, entre 1964 e 1975, da ABIN para o Arquivo Nacional é um avanço democrático, por passar a fazer parte de um acervo de memória do Brasil. Argumenta que FHC e Lula mantiveram sigilo de

documentos secretos do regime militar e que isso lesa a história do país, nesse sentido enquadra como ótimo os papéis da ditadura (relacionada com a tortura no texto) irem para o Arquivo.

**2006**

**CONGRESSO ISOLADO**

Domingo, 09/04/2006

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CASSAÇÃO; JOÃO PAULO CUNHA; CONSELHO DE ÉTICA; CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao abordar o descrédito político, agrado pelo mensalão, às instituições como o congresso, o editorial compara o momento com o regime militar, apontando que se caracterizam por um distanciamento entre Estado e sociedade relacionando esta situação ao regime militar, o qual o editorial considera como impermeável às pressões sociais.

**Partidos em crise**

Domingo, 04/06/2006

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2006; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, 2006; CAMPANHA ELEITORAL; PT /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; CRISE

Acerca da crise política desencadeada pelo mensalão, o editorial aponta que no Brasil, ao longo da redemocratização, não houve uma crise institucional de representação dos partidos, mas sim uma renovação partidária em relação ao regime militar.

**Pobres empregados**

Terça-feira, 14/11/2006

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; BRASIL; SOCIEDADE; DITADURA MILITAR; PIB; DEMOCRACIA; GASTO PÚBLICO; MERCADO DE TRABALHO; CRESCIMENTO ECONÔMICO; REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL; DESPESA; CARGA TRIBUTÁRIA

Aponta legados negativos do que chama de ciclo militar, como a altíssima concentração de renda e a exaustão do desenvolvimento baseado na substituição de imposto e na dívida externa.

### **Anistia para sempre**

Sábado, 16/12/2006

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA; REGIME MILITAR; LEI DE ANISTIA; POLÊMICA; PUNIÇÃO; TORTURA; ARQUIVO; ABERTURA

Este editorial segue a tendência do jornal de defender a Lei da Anistia e, diante disso, defende o direito da memória, mas coloca a anistia aos envolvidos com a ditadura militar como interesse soberano da sociedade. Fala da tortura, mas não chama a ditadura pelo nome, chama de regime e de governo militar. Divide a ditadura em fases mais ou menos violentas, mas a ditadura foi violenta do começo ao fim. Aponta que as proporções das ditaduras chilena e argentina são mais intensas e diz que no Brasil a repressão de Estado e a oposição armada assumiram proporções mais modestas. Isso é algo próximo à ideia que o jornal sustentou em 17 de fevereiro de 2019 ao chamar a ditadura brasileira de ditabranda.

**2007**

**Ócio criativo**

Quarta-feira, 14/03/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; REFORMA MINISTERIAL; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cita o presidente Lula apontando que ele teria se referido ao regime militar como época em que não havia pressão política para nomear ministros. Em seguida critica o ritmo do governo petista para nomear ministros.

**Política viciada**

Quinta-feira, 24/05/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; POLÍCIA FEDERAL; OPERAÇÃO NAVALHA; INVESTIGAÇÃO

Diante do fisiologismo estabelecido pelas alianças do governo Lula, o editorial critica o PT ao chamar essa postura de conformista apontando que a confiança depositada nos adversários do regime militar era uma ilusão.

**ACM**

Sábado, 21/07/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES; SENADOR; MORTE; PERFIL

Editorial sobre Antônio Carlos Magalhães (ACM), logo após a morte dele. O texto fala sobre o perfil de ACM sem citar seu falecimento. Aqui, ACM é representado como um influente político nacional durante o regime militar e a redemocratização. O enquadra como contraditório, amado e odiado e que sustentou o regime militar e recorreu ao autoritarismo, mas que foi importante na transição pacífica da ditadura para a democracia (o que o editorial chama de transição pacífica foi resultado de muita luta da sociedade, que resultou em centenas de mortos e desaparecidos, milhares de exilados e torturados e milhões de vidas impactadas), ao apoiar Tancredo Neves para a presidência. A tendência do texto é representar ACM positivamente, dizendo que ele desenvolveu o Estado da Bahia ao seu modo e que apesar de representar o autoritarismo, também representa a conciliação das elites brasileiras. A questão que se coloca no epicentro de nossa discussão em relação a este editorial é: como ACM representa a conciliação das elites se ele foi um sustentáculo da ditadura civil-militar? Esse texto coloca a ditadura como contexto para elaborar uma imagem positiva de ACM, criando um retrato de um Brasil pós-ditadura reconciliado e sem dívidas sociais ou feridas em relação àquele período. Isso é uma mentira, um esquecimento deliberado, como nos mostrou a história com a ascensão da era bolsonarista.

### **O mesmo roteiro**

Quinta-feira, 02/08/2007

Contaçon histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; CRÍTICA; VAIA; DEMOCRACIA; OPOSIÇÃO /POLÍTICA/; GOLPE DE ESTADO

Define que o regime militar durou 21 anos (e de ditadura? Quantos anos temos vivido com a manutenção da Lei de Segurança Nacional?). É um editorial que defende as elites nacionais e ataca o governo Lula/PT e minimiza os argumentos de Lula sobre o golpismo brasileiro. Cita frase de Lula criticando àqueles que apoiaram o regime militar e o critica por atacar a “elite”, dizendo que o governo já tem problemas mais importantes como a infraestrutura.

**Confusão eleitoral**

Quinta-feira, 18/10/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; JUSTIÇA; REFORMA POLÍTICA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; TSE /TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/; FIDELIDADE PARTIDÁRIA; TROCA; PARTIDO; MUDANÇA

Sobre mudanças e possibilidades de reformas políticas, o editorial aponta que era comum comparar a constituição com uma colcha de retalhos durante o regime militar e que a omissão do congresso diante do judiciário poderia ter consequências semelhantes para a constituição vigente.

**Monstruosidades**

Quarta-feira, 19/12/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEGURANÇA PÚBLICA; AGENTE; AÇÃO

Acerca da tortura e da falta de dados básicos sobre o uso ilegal da violência por agentes públicos, o que é classificado pelo texto como monstruosidades, o editorial aponta que desde o fim do regime militar houve aumento contínuo dos controles sociais sobre as forças policiais.

**Moral, Justiça, política**

Sábado, 29/12/2007

Enquadramento negativo

Tema 1 – questões internacionais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: AMÉRICA DO SUL; REGIME MILITAR; REPRESSÃO; INVESTIGAÇÃO; OPERAÇÃO CONDOR

O editorial faz uma crítica à operação CONDOR<sup>69</sup>, chamada de vil, enquadrando-a como algo imoral ao passo que defende a Lei da Anistia, chamada de pacto político, como conciliação. Define o regime militar como autoritário e repressivo, expondo casos de estrangeiros desaparecidos no Brasil na operação CONDOR. Nesse contexto minimiza a ditadura brasileira comparando-a com as ditaduras da América Latina e dizendo que ela assassinou menos e considerando que autoritarismo é uma questão de grau e não de método, o que é, se não uma memória seletiva, um erro teórico. A *Folha de S. Paulo* tem uma tendência editorial de defender a anistia como pacto, sem abrir debates sobre as limitações impostas à sociedade civil pela ditadura ao estabelecê-la. O texto diz que não podemos esquecer os vilões da ditadura, mas defende a legalidade e necessidade da Lei da Anistia. O jornal argumenta que o preço que a sociedade brasileira pagou pela democracia foi ignorar as responsabilidades individuais de quem cometeu crimes políticos na ditadura. Este argumento serve para ignorar as responsabilidades da própria Folha, como instituição, como colaboradora do regime militar. Então o preço pago pela democracia foi a injustiça? Como pode uma democracia ser fundada na supressão de seus pré-requisitos? Não pode! Uma democracia fundada na injustiça é a expressão da contradição de classes no Brasil, é a caricatura da modernização conservadora.

### Os príncipes

Domingo, 30/12/2007

Conotação histórica/neutro

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

---

<sup>69</sup> CONDOR foi uma operação estabelecida por um acordo de colaboração entre os aparelhos de **repressão** na América Latina, nos países em que vigoravam ditaduras. Os países envolvidos na operação CONDOR foram: Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Estados Unidos da América; Paraguai; Uruguai.

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT /PARTIDO

Acerca dos desafios econômicos e sociais do Brasil, o editorial diz que o PT e o PSDB aprenderam que o fim do regime militar não levou automaticamente à prosperidade. O editorial problematiza os desafios e responsabilidades da democracia.

**2008**

### **Lei de Imprensa**

Quinta-feira, 21/02/2008

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMUNICAÇÃO; JUSTIÇA; LEI DE IMPRENSA; REGIME MILITAR; MIRO TEIXEIRA; REVOGAÇÃO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JORNALISMO; CENSURA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Cita que a lei de imprensa foi promulgada pelo regime militar e argumenta que faz sentido que seja revogada por ser uma lei que esta num limbo desde o fim da ditadura.

### **Esboço positivo**

Domingo, 24/02/2008

Enquadramento positivo

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; REFORMA TRIBUTÁRIA; MINISTÉRIO DA FAZENDA; GUIDO MANTEGA; ICMS; ISENÇÃO; TRIBUTO; POLÍTICA FISCAL; CARGA TRIBUTÁRIA; CONGRESSO NACIONAL; TRAMITAÇÃO



Sobre a proposta de reforma tributária, o editorial a representas como necessária periodicamente e lembra que o último governo que a realizou fora o regime militar na década de 1960.

### **Lei de Imprensa**

Domingo, 30/03/2008

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Observações: COM SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; JORNALISMO; CONGRESSO NACIONAL; IMPRENSA; LEI DE IMPRENSA; SUSPENSÃO; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Sobre as possíveis alterações na Lei de Imprensa de 1967, defende que o papel da mídia é fiscalizar o poder e que os artigos que coagem os veículos de comunicação deixaram de ser aplicados desde a redemocratização em 1985 e o que restou desta lei defende os direitos do jornalismo e da mídia. Em parte, o editorial legitima uma obra jurídica do regime militar, é a ditadura parindo a democracia? Talvez seja o que o editorial e o conjunto deles tenta estabelecer como uma narrativa indireta. Aborda um argumento positivo e outro negativo de uma lei criada pela ditadura militar, por isso é de “conotação histórica/neutro”, como estabelecido em nossa metodologia.

### **Vítimas e vítimas**

Domingo, 20/04/2008

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; ANISTIA; INDENIZAÇÃO; REPARAÇÃO; DITADURA

O próprio título remete à relativização do termo “vítimas”. O editorial defende reparar financeiramente vítimas de abusos do regime militar (como se a ditadura em si já não fosse um abuso). O regime militar é chamado de conflagração que dividiu a sociedade. O texto defende que se deva reparar indivíduos abusados pelo Estado autoritário, mas segue defendendo a Lei da Anistia, se repara, portanto, as vítimas, mas os criminosos permanecem impunes. O editorial aponta que a comissão que decidiu indenizar familiares de mortos e desaparecidos e torturados e/ou exilados foi liberal demais, pois os que se engajaram na luta armara assumiram os riscos, nesse sentido o texto criminaliza a resistência e reluta em ser enfático e aceitar que a ditadura impactou injustamente a vida de milhões de brasileiros, não só daqueles que foram mortos, torturados ou exilados, mas também de pessoas comuns que empobreceram e daquelas perseguidas ideologicamente e profissionalmente e psicologicamente afetados. Esta narrativa discursiva relativiza que a ditadura foi um projeto político presente nas raízes históricas do Brasil e que funcionou como máquina de matar opositores, rebeldes e resistentes ao autoritarismo que ameaçassem a suas ideologias elitistas. O jornal ainda titubeia em chamar a ditadura de ditadura, endossando a impunidade da Lei da Anistia como fundadora da democracia através da injustiça. Isso é um argumento em nome da própria instituição jornal/empresa que tanto colaborou com a ditadura civil-militar.

### **Olavo Setubal**

Quinta-feira, 28/08/2008

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Aug 28, 2008

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: OLAVO SETUBAL; MORTE

Aponta que Olavo Setubal atuou em pleno regime militar, mas que não é associado àquilo que merecidamente se condena no regime. Lembra que Setúbal foi nomeado Prefeito de São Paulo – SP e valoriza a sua gestão municipal. Isso não é ser associado ao regime? Isso basta para ser associado àquilo que merecidamente se condena da ditadura. Além de Olavo Setubal ser integrante político do regime militar, ele foi um proeminente banqueiro brasileiro, e como tal, engordou seu capital político e econômico no período da ditadura civil-militar e em associação com suas diretrizes políticas na defesa do capital em detrimento do trabalhador.

**O diploma e os ministros**

Domingo, 28/09/2008

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMUNICAÇÃO; LIBERDADE DE IMPRENSA; JORNALISMO; CENSURA; GOVERNO LULA; EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; DIPLOMA; JUSTIÇA; CONSTITUIÇÃO; LEI; REGULAMENTAÇÃO

O editorial aborda a questão da obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão de jornalista. A Folha de S. Paulo defende que não deve ser obrigatório pois, segundo o jornal, trata-se de uma profissão aberta. O texto incita o STF a pôr fim na obrigatoriedade (o STF encerrou esta obrigatoriedade). Diante desta conjuntura, o editorial relaciona o governo Lula com o autoritarismo, acusando-o de estar aflito com a liberdade de imprensa e com o direito de informação e que por isso se preocuparia com requisitos para o exercício do jornalismo. O editorial faz questão de lembrar que a exigência de diploma para jornalista é uma lei do regime militar de 1989. Indiretamente, relaciona a lei da ditadura com a restrição da liberdade de imprensa e do direito à informação.

**Prioridades do Congresso**

Sexta-feira, 24/10/2008

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SENADO; GARIBALDI ALVES; PRIORIDADE; CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O editorial cita que o Senador Garibaldi Alves relaciona medidas provisórias – instituída pela Constituição Federal de 1988 – com os decretos lei da ditadura. Indiretamente

relaciona o governo Lula com a ditadura, pois ele usava este artifício que a constituição permite com frequência.

### **O pêndulo do PMDB**

Terça-feira, 28/10/2008

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2008; ELEIÇÃO MUNICIPAL; PREFEITURA; PMDB /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; PT /PARTIDO/; ALIANÇA /POLÍTICA

Aponta o PMDB como herdeiro distante da oposição tolerada no bipartidarismo do regime militar. Define o PMDB como um partido genérico. Este partido compõe o chamado “Centrão” político, a expressão política da coesão burguesa.

### **O discurso e a ação**

Sexta-feira, 07/11/2008

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MEDIDA PROVISÓRIA; SENADO; CRÍTICA

Retoma à relação que o Senador Garibaldi Alves faz entre a edição de medidas provisórias pelo executivo (como permite a constituição) e os decretos lei do regime militar, estabelecendo uma crítica velado à Lula e sua gestão ao relacioná-lo com a ditadura.

## **2009**

### **Limites a Chávez**

Terça-feira, 17/02/2009

Enquadramento positivo

Tema 1 – questões internacionais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VENEZUELA; HUGO CHÁVEZ; DITABRANDA

Ao abordar o chavismo venezuelano e debater características das ditaduras na América Latina, este editorial se refere à ditadura brasileira como ditabranda, devido a esta ter poucos (supostamente) poucos mortos, se comparada com outras como as ditaduras militares do cone sul – Argentina, Uruguai e Chile. O texto toma ditaduras como uma questão de grau e não de método, suavizando a ditadura brasileira e apontando que as “ditabrandas” – num jogo de palavras que substitui “dura” por “branda”, como a do Brasil entre 1964 e 1985 partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou implantavam formas controladas de disputa política e acesso à justiça – o que é questionável, pois a ditadura bloqueou a disputa política e fez da injustiça seu modo de governo. O mesmo jornal que esquece editorialmente que apoiou a ditadura e que protege seus responsáveis ao defender a Lei da Anistia é o que a chama de ditabranda ao fazer uma crítica a um regime de esquerda considerado pela Folha de S. Paulo como ditatorial.

### **Imprensa no STF**

Quarta-feira, 01/04/2009,

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; LEI DE IMPRENSA; JORNALISMO; DIPLOMA; LEGISLAÇÃO

Sobre a Lei de Imprensa, o editorial analisa o julgamento no STF sobre dispositivos implantados pela ditadura militar na Lei de Imprensa de 1967 – cuja o jornal aborda aspectos positivos e negativos - e sobre a exigência de diploma para o exercício de diploma de jornalismo. Diante disso, o texto se posiciona contra a exigência de diploma por uma questão de liberdade de expressão e oferta de informação. Argumenta que a referida lei tem

dispositivos que garantem a liberdade de imprensa, mesmo que tenha artigos autoritaristas. A *Folha de S. Paulo* defende a manutenção do núcleo da lei e a suspensão apenas de seus pontos arbitrários. O jornal defende que a suspensão total da lei poderia gerar insegurança jurídica.

### **Direito à informação**

Domingo, 03/05/2009

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MÍDIA; LEI DE IMPRENSA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Sobre a Lei de Imprensa de 1967, o editorial segue defendendo o núcleo duro da lei e informa que o STF entendeu por maioria que a lei em questão era incompatível com a democracia e que deveria ser suspensa como um todo sem preservar suas partes. A tese defendida pela *Folha de S. Paulo*, de que o núcleo não autoritário da lei deveria ser mantido, é derrotada. O argumento vencedor no STF é de que a Constituição Federal de 1988 já dá garantias de liberdade de expressão e de direito de resposta.

### **A lei dos descarados**

Quinta-feira, 07/05/2009

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; REFORMA POLÍTICA; VOTAÇÃO; LISTA FECHADA; FINANCIAMENTO PÚBLICO; CAMPANHA ELEITORAL

Sobre a possibilidade de eleição com voto em lista fechada, o editorial a classifica como um ataque aos direitos do eleitor. Em seguida associa a proposta ao governo Lula, tecendo uma crítica implícita de que este governo seria autoritário. Chama o projeto de lei que criaria este formato eleitoral de Lei dos descarados e diz que é uma das piores afrontas à

democracia e suas instituições desde o regime militar. Nesse sentido, compara novamente Lula e o PT com o regime militar e ao autoritarismo.

### **Um jornalismo melhor**

Sexta-feira, 19/06/2009

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JORNALISMO; CURSO; DIPLOMA; PROFISSÃO; OBRIGATORIEDADE; REGULAMENTAÇÃO

Sobre a questão da exigência de diploma para jornalismo, o editorial comemora a extinção da exigência e aponta que isso daria condições para um jornalismo melhor. Lembra que a lei, extinta pelo STF, foi decretada pelo regime militar em 1969, nesse sentido representa a ditadura como responsável por lei que piora o jornalismo.

### **Direito à própria história**

Quarta-feira, 24/06/2009

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; GUERRILHA DO ARAGUAIA; GUERRILHEIRO; MORTE; ASSASSINATO; DOCUMENTO; ACERVO; GILMAR MENDES

Endossa o argumento de que a nação brasileira tem direito à verdade e à memória. Lembra que já depois de 25 anos do fim da ditadura, o seu legado continua oculto e o Estado ainda guarda seus segredos da sociedade. O editorial defende que todos os arquivos da ditadura devem vir à tona, sem que isso afete a Lei da Anistia, defendida mais uma vez pelo jornal, mesmo defendendo o direito à memória.

**Jovens velhos**

Terça-feira, 21/07/2009

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: UNE /UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES/; CONGRESSO; ELEIÇÃO; PC DO B /PARTIDO/; AUGUSTO CHAGAS; VOTO DIRETO

O editorial se utiliza do termo ditadura para dizer que a União Nacional dos Estudantes (UNE) sempre foi esquerdista e que a ditadura não é desculpa para a UNE ter sua história na esquerda. Faz uma crítica às eleições da UNE, descredibiliza a legitimidade do PC do B à frente da instituição e aponta que a entidade estudantil em questão sempre serviu aos interesses da esquerda, o texto menospreza a atuação da UNE contra o regime militar, relacionando a esquerda com o autoritarismo.

**Jogo incerto**

Domingo, 16/08/2009

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; SUCESSÃO PRESIDENCIAL; PT /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; PV /PARTIDO/; MARINA SILVA; FILIAÇÃO; CONVITE

Editorial que aborda as figuras de José Serra e de Dilma Rousseff como resistentes ao regime militar, enquadrando-os em campos opostos.

**Tempos de retrocesso**

Domingo, 23/08/2009

Conotação histórica/neutro



Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; CONGRESSO NACIONAL; SENADO; CRISE POLÍTICA; JOSÉ SARNEY; CONSELHO DE ÉTICA; PROCESSO; ARQUIVAMENTO; PT /PARTIDO/; ALOIZIO MERCADANTE; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Acerca dos acordos por governabilidade entre PT e PMDB, o editorial cita a ditadura para ironizar que o PMDB foi um instrumento de luta contra a ditadura e que teria desvirtuado sua memória a ponto de poucos se lembrarem disso.

### **Petróleo na urna**

Quarta-feira, 02/09/2009

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; COMBUSTÍVEL; PETRÓLEO; CAMADA PRÉ-SAL; PETROBRAS /EMPRESA/; MARCO REGULATÓRIO; ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Relaciona a ditadura militar ao estatismo numa defesa velada ao neoliberalismo.

### **O papel do Senado**

Sábado, 26/09/2009

Enquadramento positivo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; INDICAÇÃO; JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI; SENADO; SABATINA

Sobre indicações para o STF, o editorial lembra que Leitão de Abreu foi indicado pela ditadura e desempenhou uma generosa jurisprudência liberal.

### **Samba-exaltação**

Segunda-feira, 05/10/2009

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; ECONOMIA; OLIMPÍADAS, 2016; OLIMPÍADA; RIO DE JANEIRO /RJ/; RELAÇÕES EXTERIORES; POLÍTICA ECONÔMICA; HONDURAS; CRISE POLÍTICA

Em crítica ao que chama de “cruzada ufanista do Brasil governado pelo PT”, o editorial relembra o hit musical do ufanismo da ditadura militar “Eu te amo meu Brasil”, interpretado pela dupla Dom e Ravel.

### **Censura nunca mais**

Segunda-feira, 02/11/2009

Enquadramento positivo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LEI DE IMPRENSA; JUSTIÇA; LIBERDADE DE IMPRENSA; STF /SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL/; CENSURA PRÉVIA

Este editorial tece crítica à abolição da Lei de Imprensa criada no regime militar por dizer que isso abre caminho para ataque direto à informação. Aponta que a censura persiste porque a justiça impediu a imprensa de noticiar operações envolvendo o Filho de José Sarney. O texto defende uma lei promulgada pela ditadura militar e aponta que desde sua suspensão pelo STF, o país vive um período de incerteza jurídica.

### **Confronto vão**

Quinta-feira, 31/12/2009

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITOS HUMANOS; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; TARSO GENRO; PAULO VANNUCHI; MINISTÉRIO DA DEFESA; NELSON JOBIM; REGIME MILITAR; DESAPARECIMENTO; TORTURA; LEI; ANISTIA; FORÇAS ARMADAS; COMISSÃO DA VERDADE

O editorial defende a legitimidade da apuração da tortura e desaparecimento de presos políticos no regime militar, mas aponta que crimes foram cometidos pelos dois lados (não havia somente dois lados e resistir é um direito humano frente à opressão) e defende a manutenção da Lei da Anistia – uma constante na abordagem da linha editorial da *Folha de S. Paulo*.

**2010**

### **Petroquímica oficial**

Quarta-feira, 06/01/2010

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; ECONOMIA; ENERGIA; SETOR PETROQUÍMICO; NEGOCIAÇÃO; COMPRA; PETROBRAS /EMPRESA/; BRASKEM /EMPRESA/; QUATTOR /EMPRESA/; ODEBRECHT /EMPRESA/; PRODUÇÃO; PRODUTO; GRUPO; DESENVOLVIMENTO; MONOPÓLIO

O editorial tece crítica às políticas do PT em relação à Petrobrás. Aqui a Folha de S. Paulo ataca a postura neoliberal do PT, mesmo que isso contradiz a postura de defesa que o jornal faz do neoliberalismo. Associa a associação público-privada estabelecida pelo governo petista com empresas como Odebrecht e relaciona esse tipo de política com os tempos da

ditadura militar e do varguismo, considerados pelo texto como esbanjadores, intervencionistas e corruptos. Nesse sentido, o jornal novamente critica o PT relacionando o partido com a ditadura militar e com o autoritarismo.

### **Direitos humanos**

Domingo, 10/01/2010

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; 3º PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS; DOCUMENTO; ERRO; DIVISÃO; TEMA; DIVULGAÇÃO

O editorial faz crítica ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) lançado pelo governo Lula apontando também que fora criticado por militares, pela igreja Católica e pelo agronegócio. A *Folha de S. Paulo* argumenta que o PNDH insufla divisões que exigem consenso, como a criação da Comissão Nacional da Verdade, para investigar/examinar violações de direitos humanos na ditadura militar, o que segundo o jornal pode abrir margem para revanchismo. Inicialmente a *Folha de S. Paulo* se coloca em posição de ressalvas com a CNV numa defesa direta da Lei da Anistia, até que se decide que a CNV não irá punir nem rever a anistia, daí o jornal converte sua linha editorial em defensora da CNV como um direito à memória da sociedade brasileira, desde que a Lei da Anistia permaneça intacta como pacto social que teria permitido a transição para a democracia.

### **Entrevero palaciano**

Quarta-feira, 13/01/2010

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; 3º PROGRAMA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS; MEDIDA; POLÊMICA; PROTESTO; CRÍTICA; RESPONSABILIDADE;

FORÇAS ARMADAS; REGIME MILITAR; VIOLAÇÃO; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; LEI; ANISTIA; MINISTRO; MINISTÉRIO DA DEFESA; MINISTÉRIO DA CASA CIVIL; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NELSON JOBIM; DILMA ROUSSEFF; REINHOLD STEPHANES; MOVIMENTO SOCIAL; ONG; PT /PARTIDO

Volta a criticar o PNDH-3 e diz ser falta de bom senso cogitar uma Comissão Nacional da Verdade, defendendo o argumento em favor da anistia. O texto relaciona a violação dos direitos humanos com a ditadura militar.

### **O Partido do Poder**

Quarta-feira, 10/02/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PT /PARTIDO/; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; GOVERNO LULA; ELEIÇÕES; POLÍTICA

Em crítica ao PT, o editorial já o relaciona no título com o poder e aponta que o partido nasceu da oposição ao regime militar e que atualmente se afasta de suas origens, estando desmoralizado, conformado e esclerosado. Essa análise é uma desmoralização do PT em si, pois o partido havia ficado em primeiro ou segundo lugar em todas as eleições para presidente após a redemocratização e despontava como um dos principais partidos em 2010.

### **Oitava economia**

Domingo, 04/04/2010

Enquadramento positivo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ECONOMIA GLOBAL; BRASIL; PIB /PRODUTO INTERNO BRUTO/; RANKING

O editorial chama a atenção para a performance econômica do Brasil como 8ª economia do mundo em 2009 e compara o feito com a mesma marca atingida décadas antes pela ditadura militar. Indiretamente e sutilmente relaciona o governo do PT com a ditadura. Em seguida aponta a contradição dos pífios desempenhos dos indicadores sociais como pobreza e desigualdade.

### **São Paulo do futuro**

Sábado, 08/05/2010

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; URBANISMO; PLANEJAMENTO URBANO; TRANSPORTE; TRÂNSITO; ELEVADO COSTA E SILVA; MINHOCÃO; DESTRUIÇÃO; REVITALIZAÇÃO URBANA; OBRA; PROJETO; PREFEITURA; GILBERTO KASSAB; ESPAÇO PÚBLICO

Destaca os índices econômicos da ditadura e suas contradições com os índices sociais. Segundo o texto, os êxitos econômicos financiavam grandes obras que encenavam o desenvolvimento mais do que o promoviam. Aqui o enquadramento é negativo porque o editorial enfatiza na contradição relacionada ao êxito econômico.

### **Paz e rancor**

Domingo, 09/05/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO/; CAMPANHA; CANDIDATURA; DISCURSO; DILMA ROUSSEFF; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT/PARTIDO/; CRÍTICA

Trata enfaticamente o passado de Dilma Rousseff (candidata do PT à presidência) em oposição à ditadura militar e a enquadra como terrorista ligada a assassinatos durante o regime militar. Nesse sentido infere que o PT tenha tendências golpistas entre seus militantes.

### **Volta ao passado**

Domingo, 16/05/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; PROGRAMA ELEITORAL; HORÁRIO GRATUITO; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; DILMA ROUSSEFF; NELSON MANDELA; COMPARAÇÃO; REGIME MILITAR; DIREITOS HUMANOS; LEI DA ANISTIA

Sobre a associação da imagem da candidata e ex-guerrilheira Dilma Rousseff à imagem de Nelson Mandela na propaganda eleitoral do PT, o editorial aponta que ambas as figuras são muito diferentes, mas que também é anacrônico e descabido chamar a candidata do PT de terrorista assim como chamar seu adversário do PSDB José Serra de subversivo, lembrando que ambos foram perseguidos pelo regime militar. O editorial argumenta que os candidatos devem ser julgados pelas condições que têm hoje e não pelas que tinham em 1964. O jornal volta a defender a validade e atualidade da Lei da Anistia. Pontua como compromisso virtuoso defender o sistema de mercado, os direitos humanos e a democracia. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* pontua que setores da direita e da esquerda tem tentado recuperar o clima de “caça às bruxas” que a sociedade brasileira lutou tanto para superar, dizendo ser curioso que isto se dê num momento em que as discussões acerca da revisão da anistia estão superadas – superadas? Como se nesse momento e ainda hoje existem tensões entre setores de direita e esquerda e entre setores da própria sociedade brasileira. Estes argumentos confirmam o caráter ambíguo da linha editorial da Folha, pois a tentativa de descolar a postura no passado da postura atual dos candidatos é algo que interessa ao jornal pois o mesmo serviria para esta instituição que no passado apoiou a ditadura e atualmente apoia a democracia diante da inevitável denúncia da infâmia da ditadura em seus porões de

tortura e assassinato, entretanto em diversas ocasiões os editoriais do jornal tomam o passado da esquerda para refletir sobre sua postura atual.

### **Na escuridão**

Segunda-feira, 28/06/2010

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASÍLIA /DF/; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; BIBLIOTECA; ACERVO; ABANDONO; ALFREDO BUZAID; ARQUIVO NACIONAL

Fazendo paralelos entre a obra “Fausto”, de Goethe, e a realidade política brasileira, o editorial aponta que há poucas afinidades entre Goethe e as personagens da sangrenta história brasileira entre 1964 e 1985, período em que, segundo o texto, a ditadura militar montou uma biblioteca dedicada ao autor, esta que hoje se deteriora no esquecimento. A partir destas considerações, o editorial acusa em tom crítico, num gesto de defesa à memória, que também se deterioram documentos com informações da ditadura militar por descaso do poder público.

### **Correio político**

Terça-feira, 29/06/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ECT /EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS/; GOVERNO FEDERAL; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Cita a criação dos correios em 1969, durante o regime militar. Ao final sugere que a privatização da estatal é de interesse público, mas argumenta que isso não se dá porque os políticos buscam manter privilégios. Este argumento é um discurso que converge com o neoliberalismo.



**A vez do Brasil**

Domingo, 11/07/2010

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: FUTEBOL, COPA DO MUNDO, 2014; OLIMPÍADAS, 2016; OLIMPÍADA; RIO DE JANEIRO /RJ/; BRASIL; ECONOMIA; INVESTIMENTO; INFRAESTRUTURA; OBRA PÚBLICA; FISCALIZAÇÃO

Sobre a realização da copa do mundo de futebol e das olimpíadas no Brasil, o editorial aponta que mesmo depois de crises e problemas econômicos, o país saiu da ditadura e consolidou a democracia.

**Visões do Brasil**

Sexta-feira, 06/08/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LITERATURA; FLIP /FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY/; PALESTRA; ABERTURA; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; GILBERTO FREYRE; SOCIOLOGIA

Sobre uma fala de FHC sobre Gilberto Freyre na FLIP, o editorial pontua que Freyre é visto com reservas na Academia e rechaçado pelo seu apoio à ditadura militar.

**Eleitor infantilizado**

Terça-feira, 10/08/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO/; AÇÃO JUDICIAL; JUSTIÇA ELEITORAL

Sobre as eleições presidenciais de 2010, o editorial aborda a judicialização das campanhas eleitorais e aponta que o código eleitoral brasileiro data de 1965 e tem raízes na ditadura militar.

### **Pai e mãe**

Quinta-feira, 19/08/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO/; PRESIDENTE; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; ESTRATÉGIA; CRÍTICA

Sobre as eleições de 2010, o editorial argumenta que se Dilma Rousseff chegar à presidência da República, ela seria a presidente que chegou ao poder sendo menos conhecida e testada, assim como os presidentes da ditadura militar. Sutilmente o editorial compara um importante quadro da esquerda e do PT com a ditadura militar.

### **Tela, rede, papel**

Sexta-feira, 20/08/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO/; MARINA SILVA; PV /PARTIDO POLÍTICO/; DILMA ROUSSEFF; PT

/PARTIDO POLÍTICO/; DEBATE; FOLHA DE S.PAULO /JORNAL/; UOL /SITE/; TRANSMISSÃO; INTERNET; CANDIDATO; HISTÓRIA; POLÍTICA

Aponta que a ditadura militar atrasou em mais de 20 anos a associação entre política e linguagem televisiva no Brasil.

### **Abusos da imprensa**

Segunda-feira, 23/08/2010

Enquadramento positivo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMPRENSA; MÍDIA; ANJ /ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS/; CONSELHO DE AUTORREGULAMENTAÇÃO; LEI DE IMPRENSA; JUDITH BRITO; COMBATE; CENSURA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Crítica o que aponta como vácuo legal criado com o fim da Lei de Imprensa criada no regime militar. Em seguida associa Lula e Dilma, e com eles o PT e a esquerda, ao autoritarismo, por eles defenderem um marco regulatório da mídia.

### **Mistérios de Dilma**

Sexta-feira, 27/08/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; HISTÓRIA; REGIME MILITAR; STM /SUPREMO TRIBUNAL MILITAR/; DILMA ROUSSEFF; PROCESSO; PRISÃO; ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; PT /PARTIDO POLÍTICO/; SEGREDO; ARQUIVO PÚBLICO; ACESSO; RESTRIÇÃO; SIGILO

Editorial questiona a legitimidade de o Superior Tribunal Militar (STM) negar acesso a dados referentes à prisão de Dilma Rousseff como guerrilheira durante o regime militar, que o texto chama de autoritário. Defende o direito à memória e indiretamente defende a Lei da

Anistia. Mantém uma continuidade na defesa dessas pautas, apontando que devido às garantias da anistia é que justamente podemos acessar documentos e identificar agentes históricos sem prejuízo legal aos mesmos. Nesse sentido o texto associa Dilma à luta armada.

### **Lula e a imprensa**

Quarta-feira, 01/09/2010

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; IMPRENSA; JORNALISMO; DEMOCRACIA; CRÍTICA

Este editorial segue a prática de associar Lula, o PT e a esquerda às práticas autoritárias. Compara as críticas de Lula à imprensa com as críticas de Costa e Silva – que chama de pior fase da ditadura – à imprensa. Novamente temos uma comparação que coloca como similar Lula, o PT e a esquerda com a ditadura militar (que segundo o editorial se incomodava com a imprensa).

### **Continuar crescendo**

Sábado, 02/10/2010

Enquadramento positivo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

Assuntos Principais: ECONOMIA; GOVERNO FEDERAL; POLÍTICA ECONÔMICA; PIB /PRODUTO INTERNO BRUTO/; CRESCIMENTO; INVESTIMENTO

Sobre a economia brasileira, o editorial aponta para cenários positivos e destaca que o Brasil se tornou mais produtivo, destacando que isso se relaciona com investimentos em

pesquisas e tecnologia de agricultura que datam do regime militar e que ajudaram a segurar a estabilidade da economia durante a crise de 2008.

### **Hegemonia Tucana**

Domingo, 03/10/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Vinheta/Chapéu: PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO ESTADUAL; SÃO PAULO /ESTADO/; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; GERALDO ALCKMIN; HEGEMONIA

Sobre a chegada do PSDB ao governo do Estado de São Paulo, o editorial relembra que em meados dos anos 1990 o Estado estava sob a agenda do ajuste fiscal após anos de populismo, inflação e desordem inflecionária que se seguiram à ditadura militar.

### **Sigiloso tribunal militar**

Sexta-feira, 08/10/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JUSTIÇA; STM /SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/; PROCESSO; PRISÃO; DITADURA; REGIME MILITAR; FOLHA DE S. PAULO /JORNAL/; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO

Sobre o pedido da *Folha de S. Paulo* para acessar os documentos relativos à prisão de Dilma Rousseff durante o regime militar que foi negado pelo STM (o tribunal alegou que o sigilo era para evitar o uso político do material), o editorial segue a linha de argumentação que defende o direito à memória de documentos públicos e de arquivos históricos. Em referência à

ditadura, aponta que naquele período o STM agiu como força moderadora de abusos cometidos na repressão à subversão armada e que o regime militar sevicou adversários.

### **Colcha de retalhos**

Sábado, 23/10/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; JUSTIÇA ELEITORAL; LEGISLAÇÃO; CÓDIGO ELEITORAL

Defende a reformulação da legislação eleitoral criada em 1965 pelo regime militar e complementada na Constituição Federal de 1988 e pela Lei das Eleições de 1997 e por atos normativos, por considerá-la confusa e cerceadora da livre manifestação, o que contradiz os direitos constitucionais e tutela o eleitor, tratando-o como incapaz.

### **O PMDB lá**

Sexta-feira, 05/11/2010

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; PMDB /PARTIDO POLÍTICO/; MICHEL TEMER; PT /PARTIDO POLÍTICO/; BASE ALIADA; ALIANÇA /POLÍTICA/; HISTÓRIA; POLÍTICA; DILMA ROUSSEFF

Após a vitória de Dilma (PT) na eleição presidencial, o editorial aborda a aliança do PT com o PMDB, que emplacou Michel Temer como vice-presidente da República. Aponta que é a primeira vez que o PMDB chega à presidência do país pelo voto direto desde a redemocratização, criticando o que chama de fisiologismo do PMDB, seus vícios políticos e sua identidade programática. O texto explica que o PMDB se desenvolveu desta forma com o

fim do regime militar, o que teria deixado o partido com uma agenda política defasada e sem um adversário visível.

### **Apagão profissional**

Quarta-feira, 29/12/2010

Enquadramento negativo

Tema 2 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; EDUCAÇÃO; CRESCIMENTO ECONÔMICO; MÃO DE OBRA; QUALIFICAÇÃO; MERCADO DE TRABALHO; TRABALHADOR

Sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cita que seu avanço foi minado pela ditadura militar que generalizou a profissionalização do Ensino Médio e provocou a queda na qualidade de ensino.

## **2011**

### **Dilma e Cuba**

Terça-feira, 01/02/2011

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CUBA; BRASIL; ARGENTINA; DIPLOMACIA; GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; FIDEL CASTRO; DITADURA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; COMPORTAMENTO

O editorial elogia o que chama de mudança de orientação do governo brasileiro sob a gestão de Dilma Rousseff (PT) em relação a violação de direitos humanos em Cuba. Relaciona a figura de Lula e do PT com regimes ditatoriais e com o endosso do que o jornal chama de ditadura dos irmãos Castro. O texto especula que a mudança de postura de Dilma

pode se dar por esta ter sido torturada na ditadura militar, mas diz que pode ser também uma tentativa de polimento de sua imagem política.

### **Elefante sobre trilhos**

Domingo, 13/02/2011

Enquadramento negativo

Tema 3 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; ENERGIA ELÉTRICA; ELETROBRAS /EMPRESA ESTATAL/; TRANSPORTE COLETIVO; TREM-BALA; LEILÃO; CORREIOS; CONSÓRCIO; OBRA

Sobre gastos do governo com infraestrutura e o projeto de criar um trem-bala em parceria com Eletrobrás e Correios, o editorial relembra que no regime militar houve um desenvolvimento irresponsável de obras que se tornaram “elefantes brancos”. Nesse sentido, faz um paralelo entre o governo PT e o regime militar.

### **Continência**

Quinta-feira, 07/04/2011

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE; EXÉRCITO; MARINHA; AERONÁUTICA; NEGOCIAÇÃO; JUSTIÇA; LEI DA ANISTIA; REGIME MILITAR; DITADURA; CONDECORAÇÃO

Sobre postura conciliadora de Dilma com os militares, o editorial endossa a Lei da Anistia e o apaziguamento das tensões. Demarca a violência e a tortura da ditadura e chama de maturidade a posição não revanchista da presidente. Defende a Comissão Nacional da Verdade como um documento histórico, mas a nega como meio para a punição dos envolvidos com tortura e assassinatos na ditadura, a qualificando como teste de maturidade da



democracia. Nesse sentido defende a identificação, mas não a responsabilização punitiva dos agentes da ditadura.

### **Oposição de fato**

Quinta-feira, 14/04/2011

Enquadramento positivo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; OPOSIÇÃO /POLÍTICA/; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; O PAPEL DA OPOSIÇÃO /ARTIGO/; INTERESSE NACIONAL /REVISTA/; CLASSE MÉDIA

Este editorial relembra que o “milagre econômico” angariou apoio popular para a ditadura.

### **Verdades maduras**

Segunda-feira, 27/06/2011

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; LEGISLAÇÃO; REVISÃO; LEI DE ANISTIA; DITADURA; REGIME MILITAR; COMISSÃO DA VERDADE; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Este editorial segue o padrão da linha editorial em dizer que se deve esclarecer os arquivos e jogar luz sobre os porões da ditadura sem se romper com a Lei da Anistia. Pontua que o Brasil hesita em fazê-lo. Explica que a CNV teria como foco os crimes cometidos durante a ditadura militar e argumenta que a sociedade tem o direito à verdade.

**Itamar Franco**

Domingo, 03/07/2011

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; ITAMAR FRANCO; MORTE; LEGADO; GOVERNO FEDERAL; PRESIDENTE; IMPEACHMENT; FERNANDO COLLOR DE MELO

Sobre a morte do ex-presidente Itamar Franco, o texto o coloca como um quadro democrático oposto ao que representou o golpe de 1964 e o regime militar.

### **Apagão histórico**

Terça-feira, 05/07/2011

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; REGIME MILITAR; DITADURA; SNI /SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES/; DOCUMENTO; DIVULGAÇÃO

Sobre o sigilo absoluto de documentos oficiais do regime militar, o editorial defende o fim do segredo sem que se rompa com a anistia, critica o autoritarismo da ditadura e defende que a democracia se faz com acesso à memória.

### **As falas de Jobim**

Sexta-feira, 05/08/2011

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; MINISTÉRIO DA DEFESA; NELSON JOBIM; DEMISSÃO

Sobre o Ministro Nelson Jobim, aponta que este teve sucesso em administrar a resistência dos militares à Comissão Nacional da Verdade, pois conseguiu convencê-los ao defender que acima da CNV está a Lei da Anistia.

### **Programa remendado**

Segunda-feira, 22/08/2011

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; EDUCAÇÃO; CONGRESSO NACIONAL; PNE /PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/; ALTERAÇÃO

Pontua que desde o fim da ditadura que um projeto não recebia tantas propostas de emendas como o Plano Nacional de Educação.

### **O papel do governo**

Segunda-feira, 05/09/2011

Enquadramento negativo

Tema 3 - economia

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SISTEMA FINANCEIRO; MERCADO FINANCEIRO; GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; ATUAÇÃO; FALHA; INOVAÇÃO; BANCO CENTRAL

Sobre os horizontes da economia política neoliberal, o editorial aponta que a ditadura militar detinha um modelo de intervenção estatal a ser desmontado para emplacar o desenvolvimento brasileiro.

### **Comissão da Verdade**

Domingo, 25/09/2011

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; VIOLÊNCIA; LEI DE ANISTIA; INVESTIGAÇÃO; COMISSÃO DA VERDADE

Defende o direito à memória da sociedade brasileira sobre crimes ocorridos na ditadura, mas defende também a irrevogabilidade da Lei da Anistia, argumentando que esta assegurou a transição para a democracia. Endossa a CNV, desde que esta seja independente e científica.

### **Investimento amazônico**

Quarta-feira, 19/10/2011

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: AMAZÔNIA LEGAL /REGIÃO/; INVESTIMENTO; AMBIENTE; FLORESTA; PRESERVAÇÃO

Acerca de investimentos na Amazônia, o editorial cita que a transamazônica foi um dos investimentos faraônicos na região durante a ditadura militar.

### **Fantasia minoritária**

Sexta-feira, 04/11/2011

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; USP /UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/; POLÍCIA MILITAR; POLICIAMENTO; SEGURANÇA; ESTUDANTE; OCUPAÇÃO; REITORIA

Sobre a presença da Polícia Militar (PM) na Universidade de São Paulo (USP), o editorial defende sua permanência e a dissocia da época em que a PM era usada para a repressão nas universidades durante o regime militar.

### **Tiro no pé**

Sexta-feira, 25/11/2011

Enquadramento negativo

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /ESTADO/; GOVERNO ESTADUAL; GERALDO ALCKMIN; NOMEAÇÃO; POLÍCIA MILITAR; ROTA /RONDAS OSTENSIVAS TOBIAS DE AGUIAR/; SALVADOR MODESTO MADIA; MASSACRE DO CARANDIRU; PENITENCIÁRIA; PAULO TELHADA; ESTATÍSTICA; MORTE; CONFRONTO

Aponta que a Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA), ligada à Polícia Militar, tem sido sinônimo de truculência policial desde o governo de Paulo Maluf durante o regime militar.

### **Volta ao passado**

Sexta-feira, 02/12/2011

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SENADO; DEBATE; JORNALISMO; DIPLOMA; EXIGÊNCIA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO; COMUNICAÇÃO; IMPRENSA; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; CENSURA; SINDICATO; CORPORATIVISMO; ENSINO SUPERIRO; OBRIGATORIEDADE

Sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão no Brasil, o editorial relembra que o mecanismo foi introduzido pela ditadura e que resulta numa distorção acerca do entendimento da liberdade e do exercício da profissão.

**2012**

**Dilma, ano 1**

Domingo, 01/01/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF

Sobre o primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, o editorial enquadra como legítima a constituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como meio para esclarecer e elucidar o confronto entre ditadura e guerrilha no Brasil. Coloca os anos de 1968 a 1974 como tempos críticos, narrativa que camufla a perversidade da ditadura como um todo desde o golpe de 1964.

**Sucesso acanhado**

Terça-feira, 24/01/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; PESQUISA DATAFOLHA; APROVAÇÃO; RECORDE; POLÍTICA ECONÔMICA

Apona que a aprovação de Dilma após seu primeiro ano de mandato atingira 59% segundo o Datafolha, o melhor resultado colhido por presidentes até a data deste editorial desde o fim da ditadura.

**Tribunais à luz do dia**

Sábado, 11/02/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PODER JUDICIÁRIO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JUIZ; PROCESSO /JUSTIÇA

Sobre decisões do Supremo Tribunal Federal, o editorial defende que decisões públicas devam estar subordinadas ao exame dos cidadãos para que não se repitam os decretos secretos e contraditórios do regime militar.

**Chance para a CBF**

Terça-feira, 13/03/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: FUTEBOL; CBF /CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL/; RICARDO TEIXEIRA; RENÚNCIA; JOSÉ MARIA MARIN; JUSTIÇA; LEGISLAÇÃO; NORMA; COL /COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA-2014/; COPA DO MUNDO, 2014; BRASIL; SELEÇÃO BRASILEIRA

Cita que em 1978, o dirigente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) José Maria Marin foi indicado vice-governador de São Paulo na eleição indireta de Paulo Maluf, a quem substituíra por quase um ano. Enquadra o dirigente como uma continuidade da administração idiossincrática (peculiar) de Ricardo Teixeira – herdeiro de João Havelange, um quadro pró-ditadura - à frente da CBF.

**Desequilíbrio perene**

Quarta-feira, 14/03/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MEDIDA PROVISÓRIA; ICMBIO /INSTITUTO CHICO MENDES/; CONGRESSO NACIONAL; PODER JUDICIÁRIO

Cita que a ditadura abusava de decretos lei e que isso permaneceu na democracia pelo menos até 2001.

### **Respeito à Anistia**

Segunda-feira, 19/03/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; REGIME MILITAR; DITADURA; LEI DA ANISTIA; FORÇAS ARMADAS; SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA; SEQUESTRO; GUERRILHA DO ARAGUAIA; MORTE; CORPO; DESAPARECIMENTO; POLÊMICA; JULGAMENTO; COMISSÃO DA VERDADE; DIREITOS HUMANOS

Defende a Lei da Anistia e a decisão do STF em mantê-la, mesmo diante de denúncia de sequestros durante a ditadura militar. Aponta que foi a anistia que assegurou a transição para a democracia. Denuncia crimes da ditadura, mas argumenta que tentar burlar a anistia dificulta a elaboração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), argumentando que a memória é fundamental, porém que a possibilidade de rever a Lei da Anistia está superada.

### **Comissão da Verdade**

Sábado, 12/05/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo



Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE

Editorial argumenta que é legítima a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e sua investigação de violações de direitos humanos. Denuncia a tortura e os assassinatos da ditadura, mas defende a Lei da Anistia como o pilar na transição para a democracia que permitiu superar o que o texto chama de dolorosa cisão. Isso é questionável, posto que centenas de famílias sequer sabem o destino de seus familiares enquanto seus algozes permanecem impunes.

### **Mais luz**

Quarta-feira, 16/05/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE; LAI /LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO/; DOCUMENTO; TRANSPARÊNCIA; HISTÓRIA; DITADURA; REGIME MILITAR; DIREITOS HUMANOS; LUTA ARMADA; LEI DA ANISTIA; JUSTIÇA; REGULAMENTAÇÃO; CONTROVÉRSIA

Sobre a CNV, argumenta que esta comissão deveria se pautar nos fatos e evitar revanchismos. Defende o direito à memória e à informação, mas defende também a Lei da Lei da Anistia. Denuncia os abusos e violações dos direitos humanos na ditadura.

### **Da tortura à Presidência**

Terça-feira, 26/06/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; DITADURA; REGIME MILITAR; PRISÃO; TORTURA; BRASIL; DEMOCRACIA

Sobre a trajetória de Dilma Rousseff na luta armada contra a ditadura, sua situação como torturada e sua chegada à presidência, o editorial denuncia as torturas pelas quais Dilma e tantos outros passaram durante o regime militar. Exalta a postura não revanchista da presidente e defende a Lei da Anistia ao passo que tenta incutir na esquerda e na luta armada a mesma proporção de truculência e direitos humanos que a ditadura, camuflando, com essa narrativa, que o que existe diante do terrorismo de Estado é resistência, e isso é um direito humano.

### **Cinzas do regime**

Terça-feira, 03/07/2012

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; HISTÓRIA; DITADURA; REGIME MILITAR; SNI /SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES/; ARQUIVO; DOCUMENTO; INVESTIGAÇÃO; SIGILO; DESTRUIÇÃO

Editorial defende o direito à memória e à preservação de documentos do regime militar, criticando a destruição de documentos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1981. Argumenta que esta queima de arquivos denuncia a tentativa de autoproteção de agentes da inteligência da ditadura, que poderiam se passar por ridículos quando expostos na estreiteza ideológica nos serviços de inteligência da época.

### **Estradas bloqueadas**

Quarta-feira, 01/08/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; MNISTÉRIO DOS TRANSPORTES; PAULO PASSOS; TRANSPORTE; CAMINHÃO; CAMINHONEIRO; GREVE; MANIFESTAÇÃO; ACORDO; REGULAMENTAÇÃO; JORNADA DE TRABALHO; LEGISLAÇÃO

Cita que o direito de greve foi restituído depois do fim do regime militar.

### **Depuração criminal**

Segunda-feira, 03/09/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; SENADO; REFORMA; CÓDIGO PENAL; LEGISLAÇÃO; CRIME; DEBATE

Sobre o novo código penal, o editorial cita que das 56 leis revistas, 38 foram elaboradas durante a ditadura militar.

### **Em memória de Herzog**

Quarta-feira, 26/09/2012

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITOS HUMANOS; VLADIMIR HERZOG; MORTE; TORTURA; REGIME MILITAR; DITADURA; PRISÃO; COMISSÃO DA VERDADE; INVESTIGAÇÃO; CERTIDÃO DE ÓBITO

Sobre homenagem a Vladimir Herzog (assassinado pela ditadura civil-militar), o editorial relembra seu velório como um ato simbólico contra a ditadura militar, que continuaria ainda por 10 anos em decadência até o seu final derradeiro. O texto denuncia e expõe crimes dos agentes do Estado contra Herzog e as contradições das versões dos militares criminosos. O texto ainda questiona o novem da Comissão Nacional da Verdade, argumentando que a verdade é contestável e aponta que a CNV se afastou da investigação de

violações cometidas por organizações de esquerda. Nesse sentido aproxima a esquerda da ditadura. Comparar a violência do oprimido com a violência do opressor camufla o caráter de resistência que a luta armada teve diante do terrorismo de um Estado ditatorial apoiado, inclusive pelo Grupo Folha.

### **Virada paulistana**

Quinta-feira, 04/10/2012

Conotação histórica/neutro

Tema 2 - eleições

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2012; ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; CELSO RUSSOMANNO; PRB /PARTIDO POLÍTICO/; FERNANDO HADDAD; PT /PARTIDO POLÍTICO/; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; PESQUISA DATAFOLHA

Aponta que, desde o fim da ditadura militar, nunca o 1º colocado nas eleições para a prefeitura de São Paulo – SP teve menos de 30% dos votos válidos, como apontavam naquele momento as pesquisas eleitorais (Russomano 29%, Serra 27% e Haddad 22% - este último seria eleito prefeito).

## **2013**

### **Palavra final**

Sábado, 09/02/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS; HENRIQUE EDUARDO ALVES; DEPUTADO FEDERAL; MENSALÃO;

JULGAMENTO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; CORRUPÇÃO; CASSAÇÃO;  
MANDATO; CONDENAÇÃO; RÉU

Sobre crises institucionais entre o Congresso e o STF, o editorial argumenta que a democracia é vitoriosa depois de passar por vários testes desde a ditadura militar.

### **Jogo de luzes e sombras**

Terça-feira, 05/03/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; LEI DE ACESSO À  
INFORMAÇÃO; DOCUMENTO; DITADURA; REGIME MILITAR; ARQUIVO  
NACIONAL

Apona contradições entre a Lei de acesso à informação, a criação da Comissão Nacional da Verdade e empecilhos, criados por órgão federais, ao acesso de documentos do Estado acerca da ditadura militar. O texto defende o direito à memória e ao acesso à informação.

### **Chá, por favor**

Segunda-feira, 08/04/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIADUTO DO CHÁ; LOGRADOURO; CÂMARA MUNICIPAL;  
SÃO PAULO /SP/; VEREADOR; MÁRIO COVAS

Cita que Mário Covas foi cassado pelo Ato institucional nº 5 (AI-5) em 1969, quando liderava a oposição ao regime militar na câmara dos deputados.

### **Em defesa da Anistia**

Sábado, 25/05/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A4

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMISSÃO DA VERDADE; LEI DA ANISTIA

Editorial escrito para defender a Lei da Anistia. O jornal argumenta que a anistia assegurou a transição da ditadura para a democracia e aponta que seria inoportuno rever esta lei.

### **Privilégio ambíguo**

Quinta-feira, 11/07/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; JUSTIÇA; IMPUNIDADE; FORO PRIVILEGIADO

Sobre a punição de parlamentares por crimes, mesmo no exercício do mandato, o editorial cita que em 2013 se dava a primeira prisão de um deputado federal em exercício desde a ditadura militar.

### **Constituição em vigor**

Sábado, 05/10/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

Assuntos Principais: 1988; CONSTITUIÇÃO; HISTÓRIA; DEMOCRACIA

Sobre a Constituição Federal de 1988 (CF88), argumenta que a carta consolidou a democratização e que, mesmo com defeitos, firmou-se como referência para debates públicos. Cita que a carta constitucional surgiu após o fim da ditadura e que visa evitar crises como a que levou à intervenção militar de 1964. Aponta que a CF88 restaurou e ampliou a democracia diante do declínio do totalitarismo de esquerda (faz questão de relacionar a esquerda com o autoritarismo). Aponta ainda que a carta expressa insatisfações represadas pela ditadura militar.

### **Acelerar os processos**

Domingo, 15/12/2013

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: EM OBRAS

Assuntos Principais: LEGISLAÇÃO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; CPC /CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/; CONGRESSO; SENADO; VOTAÇÃO; PROJETO; MUDANÇA; TRAMITAÇÃO

Cita que o Código de Processo Civil foi instituído em plena ditadura militar em 1973.

**2014**

### **Diretas-Já, 30**

Sábado, 25/01/2014

Conotação histórica/neutro

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; BRASIL; REGIME MILITAR; CAMPANHA; DIRETAS-JÁ

Sobre a efeméride dos 30 anos das manifestações das Diretas Já, o editorial argumenta que o movimento impulsionou a negociação para a transição para a democracia. Aponta que ali confluíram reivindicações represadas pela ditadura. Indiretamente endossa a anistia como transição negociada. Se refere à resistência armada como guerrilha comunista.

### **Segunda chance**

Quarta-feira, 12/02/2014

Conotação histórica/neutro

Tema 5 - política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS; CASSAÇÃO; MANDATO; DEPUTADO FEDERAL; NATAN DONADON

Cita que Natan Donadon foi o primeiro deputado preso durante o mandato desde a ditadura, por desvio de dinheiro público.

### **1964**

Domingo, 30/03/2014

Enquadramento negativo

Tema 6 - diversos

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: CRONOLOGIA DA DITADURA

Observações: CRONOLOGIA

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DITADURA; GOLPE MILITAR; 1964; HISTÓRIA; GOVERNO; ESQUERDA /POLÍTICA/; POLÍTICA ECONÔMICA; VIOLÊNCIA

Sobre os 50 anos do golpe de 1964, o editorial distribui a responsabilidade entre o regime militar e a esquerda pela escalada de violência, descaracterizando a condição de resistência à ditadura. O texto critica a violência ditatorial, aponta erros do regime militar,



levanta dados econômicos do período, destaca falhas na gestão pública e coloca em condição de equivalência a violência da ditadura e a violência da resistência. Assume que apoiou a primeira metade do regime (comprovamos nesta tese que esse argumento é contestável, pois o apoio da instituição Grupo Folha da Manhã SA ao golpe e à ditadura civil-militar foi mais amplo do que apenas na primeira metade do regime e se estendeu por quase toda a ditadura) e aponta que isso foi um erro, mas se defende argumentando que na circunstância essa postura lhe pareceu o certo a se fazer e que fica a dolorosa lição de que a instituição do Grupo Folha deveria ter rechaçado a violência da resistência e do Estado ditatorial.

### **Fiasco no Ipea**

Terça-feira, 08/04/2014

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; IPEA /INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/; PESQUISA; MULHER; ESTUPRO; ERRO

Cita que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi criado na ditadura militar.

### **Política imigratória**

Quarta-feira, 28/05/2014

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMIGRAÇÃO; IMIGRANTE ILEGAL; FRONTEIRA; ROTA; HAITIANO; AFRICANO

Debate a necessidade da revisão do Estatuto do estrangeiro elaborado durante a ditadura militar e que estaria anacrônico segundo o jornal.

**Pouca mudança**

Segunda-feira, 23/06/2014

Conotação histórica/neutro

Tema 5 – política

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PT /PARTIDO POLÍTICO/; CONVENÇÃO; REUNIÃO; DILMA ROUSSEFF; REELEIÇÃO; CAMPANHA ELEITORAL

Aponta contradições do PT em criticar o que partido chama de elites brancas ao passo que se alia a antigos defensores do regime militar.

**Primeiro passo**

Segunda-feira, 29/09/2014

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA MILITAR; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; INVESTIGAÇÃO

Valoriza a sinalização dos militares em admitir a violação dos direitos humanos durante a ditadura. Crítica a resistência da caserna durante 40 anos em assumir a responsabilidade. Defende a Lei da Anistia como fundamento da transição para a democracia.

**Página virada**

Sexta-feira, 12/12/2014

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA MILITAR; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE;  
LEI DA ANISTIA; RELATÓRIO

O editorial defende a Lei da Anistia como aquela que permitiu a reabertura da ditadura para a democracia de maneira negociada, justa e pactuada. Defende o direito à memória histórica como forma de superar traumas do passado e destaca que a Comissão Nacional da Verdade silenciou o que o editorial chama de crimes das organizações armadas, elaborando assim um discurso que criminaliza as esquerdas resistentes à ditadura civil-militar.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos dados mostram que a *Folha de S. Paulo* se coloca nessa história como um jornal que se representa, a partir do movimento das “Diretas já”, olhando para o golpe de 1964 como um erro que, aos olhos do passado, pareceu o certo a se fazer, diante do contexto em que o país se encontrava; ou seja, assume a culpa pelo caminho histórico que o golpe tomou, porém não pelas motivações golpistas que, em 1964 impediram, com o apoio de empresários e da linha editorial do Grupo Folha e da grande mídia brasileira, a realização das reformas de base, cujos debates e discussões em torno de suas demandas e suas necessidades sociais foram omitidas da linha editorial do jornal, durante os anos de redemocratização que se seguiram.

Ao longo do final do século XX e início do XXI, a *Folha de S. Paulo* tem assumido as lembranças de algumas memórias que interessam à sua imagem pública em uma sociedade plural e diversificada, apoiando majoritariamente a democracia, ao passo que esqueceu outras memórias com o intuito de se consolidar como instituição relevante na esfera pública da sociedade civil, durante a redemocratização (DIAS, 2014), bem como defender seus interesses como empresa capitalista com tendências liberais.

Segundo nossa análise do próprio Banco de Dados Folha, o termo que mais aparece em nosso recorte é “regime militar”. No entanto, quanto mais recente é o material maior a incidência do termo “ditadura militar”. O termo “ditadura civil-militar” quase não é utilizado pelo jornal, nos editoriais esse termo não aparece.

Nota-se, nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, uma representação da ditadura civil-militar e sua infame violência institucionalizada como rupturas, como exceções no curso histórico brasileiro. Porém, na observação histórica do Brasil, no curso do capitalismo ocidental moderno, percebemos a continuidade da violência, da tortura e do assassinato, praticados por agentes do Estado à serviço de elites dominantes, desde a colonização, passando pela escravidão, até o século XX. Essa tem sido a história da luta de classes.

Não dar ênfase à continuidade do Estado brasileiro como um aparelho que serve às elites econômicas é um esquecimento muito mais amplo em relação à história do próprio capitalismo dependente brasileiro, legitimando discursos pró-sistema, como o liberalismo e neoliberalismo.

Neste sentido, a *Folha de S. Paulo* realiza um esquecimento deliberado de seu passado de apoio ao golpe de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira, o que se confirma pela análise da narrativa contida em seus editoriais, manual de redação e site oficial. A instituição

apresenta um discurso que a enquadra como o jornal que representa a bandeira da democracia e como herdeira do movimento das “Diretas já”.

No editorial que comemorou 100 anos da instituição Folha da Manhã S.A, do Grupo Folha, veiculado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, essa dinâmica aparece com o esquecimento deliberado do apoio ao regime. Nele, notamos importantes informações negligenciadas e omitidas, em uma sintetização da história da instituição Folha, para que seja construída uma memória de um jornal que sempre esteve ao lado da democracia. É traçada uma narrativa sobre sua história, desde seu surgimento até o presente, porém ignorando majoritariamente o seu apoio ao golpe de 1964 e à ditadura, bem como sua atuação situacionista de apoio ao regime autoritário entre as décadas de 1960 e 1970. O editorial lembra que ganhou destaque nacional a partir da década de 1970, mas sem dizer como se deu esse destaque.

Este editorial sobre o centenário da Folha é marcante, por consagrar o ciclo de um século do jornal, e a omissão de um dos pontos mais importantes de sua história, seja por seus ganhos, seja pelas mudanças que se consolidaram ao longo do processo histórico, confirma parte de nossa hipótese, na medida em que associa o jornal *Folha de S. Paulo* com as “Diretas já”, com a defesa da democracia e com a Constituição de 1988.

O editorial parece funcionar como uma peça de marketing publicitário para seus leitores, não faz autocrítica e foge de uma reflexão sobre seu papel e seu desempenho institucional histórico, ao contrário do que um jornal centenário deveria fazer, diante de uma sociedade que desconhece seu próprio passado, que o nega e o repete e, principalmente, porque este jornal se representa como instituição defensora da democracia e que é, assim como a imprensa profissional brasileira em geral, um importante veículo de combate ao negacionismo histórico e científico, de defesa das instituições constitucionais e das liberdades individuais,

É importante que a *Folha de S. Paulo* tenha se transformado em um veículo democrata e seja um dos símbolos da democracia no Brasil, mas é mais importante, ainda, que esta instituição informe sua história como parte da história política e social brasileira, como exemplo de respeito à informação, honrando a memória histórica brasileira, demonstrando que, se um dia errou, é possível se perdoar, mas necessário não esquecer, já que aprendemos com erros, fazendo diagnósticos que nos ajudam a decidir diante de conjunturas atuais e futuras

Outro elemento que confirma esta dinâmica de esquecimento, promovida pela *Folha de S. Paulo* e que analisamos estar presente em seus editoriais, também aparece no manual de

redação de 2018, no qual o apoio ao golpe e à ditadura não são citados em “História e estrutura”, porém o termo “jornal das diretas” aparece para lhe atribuir uma identidade histórica na nova República brasileira. Podemos perceber claramente, assim, o que se quer lembrar e o que se quer esquecer acerca desta marca, cuja fundação ocorreu em 1921, mas cuja identidade, de fato, começa a se formar com a chegada da família Frias ao seu comando.

Aficionado de técnicas gerenciais, o advogado (Nabantino Ramos) introduziu regras editoriais e de estilo na Redação, inaugurou programas de qualidade e de recrutamento de jornalistas e, em 1949, criou mais um periódico, a Folha da Tarde. Os três jornais se consolidaram em um só, matutino, publicado pela primeira vez em 1º de janeiro de 1960: a **Folha de S. Paulo**. Apesar da boa circulação do jornal, que disputava com o Diário de São Paulo a vice-liderança na imprensa paulista, a empresa enfrentava dificuldades financeiras e, dois anos depois, foi comprada por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Com experiência nos setores financeiro e imobiliário, Frias saneou as contas da Folha, e os sócios diversificaram os negócios. Investiram em distribuição, transformaram o parque gráfico no mais moderno do país e adquiriram os jornais Notícias Populares e Última hora, além de parte da TV Excelsior. Passaram a administrar a rádio Gazeta e os periódicos A Gazeta e A Gazeta Esportiva, veículos da Fundação Cásper Líbero, presidida por Octávio Frias na transição dos anos 1960 para os 1970. Lançaram ainda o Cidade de Santos e relançaram, em 1967, a Folha da Tarde.

Sensível aos prenúncios de abertura política, a Folha, por iniciativa de Frias, franqueou suas páginas a articulistas de todos os matizes ideológicos a partir de meados da década de 1970, ainda em plena ditadura militar. Criou em 1976 a seção Tendências/Debates, atraindo intelectuais, e passou a reportar violações de direitos humanos. Dois anos depois, definiu as diretrizes do que seria o Projeto Folha, defendendo o aperfeiçoamento técnico e o apartidarismo.

Passou a apoiar a convocação de uma assembleia constituinte e o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, antes mesmo que esse movimento tomasse as ruas. A **Folha** tornou-se conhecida como “jornal das diretas”, e a campanha se consolidou como uma das principais forças formadoras da opinião pública no período.

Em 1984, com Octávio Frias Filho na Direção de Redação, o jornal implantou seu Projeto Editorial, que sintetizava as experiências do período anterior ao preconizar um jornalismo crítico, pluralista e apartidário – pilares que se mantêm até hoje. No mesmo ano, como parte do Projeto Folha, publicou o “Manual de Redação”, o primeiro no país disponível ao público. Também instituiu concursos para a contratação, passou a fazer controle de erros, implantou sistemas de avaliação interna e cursos de formação.

A partir de 1986, consolidou-se como o jornal de prestígio mais vendido do Brasil. Tornou-se em 1989, o primeiro veículo de comunicação do país a ter um ombudsman, jornalista encarregado de receber, investigar e encaminhar queixas de leitores e analisar a qualidade do jornal.

A **Folha** enfrentou pressões corporativas ao sustentar que a obrigatoriedade do diploma de jornalismo (em vigor de 1969 a 2009) feria a Constituição de 1988. O Datafolha, criado em 1983, consolidou-se como um dos principais institutos de pesquisa de opinião e de mercado. Em julho de 1995, a empresa lançou o FolhaWeb, primeiro site de notícias em tempo real. Um ano depois, criou o portal de internet UOL, por iniciativa de Luiz Frias, que assumira em

1992 a presidência da Empresa Folha da Manhã S. A. (Manual de Redação: Folha de S. Paulo – 21. ed. – São Paulo, Publifolha, 2018, p. 26/27)

No trecho destacado do manual de jornalismo da Folha – sua constituição interna, sua identidade formal – há um hiato deliberado sobre o papel da instituição Folha no golpe de 1964 e na ditadura. A essência da violência simbólica é o não dito, pois torna os privilégios invisíveis. (SOUZA, 2015, p. 11)

No fatídico editorial “1964”, que confirma a tendência exposta nesta pesquisa, o jornal reconhece seu apoio ao golpe de 1964, mas nunca reconhece seu apoio institucional à ditadura civil-militar, afirmando inclusive que não apoiou a ditadura, o que não corresponde à verdade quando pensamos o Grupo Folha, proprietário da *Folha de S. Paulo*, que, conforme visto no desenvolvimento desta tese, teve laços estreitos com o regime militar que possibilitaram sua consolidação com uma das maiores instituições jornalísticas do Brasil.

O jornal omite que a mudança de postura institucional da empresa em relação à ditadura, ocorreu conforme o regime perdia sua capacidade de mobilizar apoio de setores da sociedade, em consequência das crises, às quais geraram endividamento público, juros altos, inflação, dívidas enormes para as pessoas, acrescido ao fato de a tortura dos adversários políticos já manchar a imagem do regime com a sociedade e com a comunidade internacional. E foi justamente o contexto de estopim das mobilizações populares, que pressionaram o regime a mudar, culminando na Anistia, nas “Diretas já” e, posteriormente, na Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição Federal de 1988, com forte influência dos militares, temerosos pelo “revanchismo”, ou seja, a punição de assassinos, torturadores e corruptos ligados à ditadura, como fizeram Argentina, Uruguai e Chile e que, aqui, devemos chamar pelo nome de justiça.

O jornal mudou seu posicionamento de defesa da ditadura para defesa da democracia, quando mercadologicamente lhe conveio e deixou de dizer sobre sua mudança de postura nos anos que se seguiram, mantendo-se alinhado ao neoliberalismo econômico.

Trata-se de um jogo comercial, que elabora a narrativa da memória de maneira a estabelecer discursos, cujos conteúdos enquadram a história em uma perspectiva que interessa à imagem pública e às finanças da empresa. E ao narrar a história, encobre uma parte da memória do passado, cujo esquecimento lhe é vantajoso em uma sociedade, cuja maioria esmagadora da população apoia a democracia – dado que vem aumentando ao longo das décadas.

Identificamos, nos editoriais, elementos que confirmam nossa hipótese. Como pudemos ver, a *Folha de S. Paulo* reproduziu, em suas narrativas, representações e

enquadramentos, que trataram a derrubada do governo legítimo de João Goulart de maneira ambígua, e abordou, em geral, o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar como processos distintos, esquecendo-se de sua participação ativa de endosso a estes processos políticos e representando-os, na maioria de seus editoriais, como um passado encerrado, sem caracterizá-los como continuidades da história patriarcal, autoritária e aristocrática brasileira, mas sim como uma exceção autoritária, que impregnou sua fisiologia nas instituições militares, projetadas na redemocratização como dilemas e problemas brasileiros.

Seguiu esquecendo seu papel de apoio ao regime ditatorial para se representar como o jornal da democracia, relacionando historicamente as esquerdas políticas ao autoritarismo, à corrupção e ao radicalismo. Estabeleceu, constantemente, paralelos entre Lula e PT com a ditadura civil-militar, enquanto atuava institucionalmente em sua linha editorial, de acordo com interesses relacionados com as forças de centro-direita. No entanto, seus enquadramentos se pautam em alinhamentos discursivos, de cunho ideológico e econômico, tendentes a contrapor o neoliberalismo ao nacional-desenvolvimentismo, tomando lado em defesa do neoliberalismo ao mesmo tempo em que aciona interpretações contra as forças políticas e sociais de esquerda e de centro-esquerda e defende a Lei da Anistia.

Chama-nos atenção que, muitas vezes, na linha editorial da *Folha de S. Paulo*, as esquerdas (seus movimentos, partidos e quadros políticos) são relacionadas ao radicalismo – especialmente pela sua atuação na luta armada contra a ditadura e pela gestão do PT na Presidência – e comparadas ou associadas com regimes, símbolos, figuras e sistemas autoritários, além de responsabilizadas pela sua própria desgraça, por terem reagido ao autoritarismo com violência. Contudo, a resistência é um pré-requisito para a dignidade de muitos indivíduos, que viram suas liberdades vilipendiadas enquanto eram humilhados publicamente junto de seus familiares com expurgos, torturas, exílio e morte.

Esta narrativa contribui na elaboração de uma opinião pública contrária aos ideais de esquerda na esfera pública, culminando, inclusive, no antipetismo. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi um partido de esquerda expressivo na disputa pelo poder na nova República e que ocupou a Presidência do Brasil por treze anos, mas que foi insistentemente enquadrado negativamente pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estadão*, segundo Fernando A. Azevedo (2017) e segundo as análises que fizemos nesta pesquisa.

Um dos resultados disso foi o condicionamento de que discursos contrários aos ideais de esquerda e aos projetos do PT ganhassem cada vez mais espaço na esfera pública e se tornassem uma das principais forças políticas que elegeram Bolsonaro e sua aura revisionista



em prol da ditadura para combater um “algo pior”, como alegavam os golpistas de 1964, que foi sendo construído ao longo das últimas décadas que se seguiram à Constituição de 1988.

Em contrapartida, os editoriais não abordam a ditadura civil-militar como um autoritarismo de direita e, sim, apenas como uma ditadura autoritária, sem enquadrá-la em um campo político específico.

A *Folha de S. Paulo* e a grande mídia tradicional brasileira apoiaram a ditadura e, como pudemos analisar, a tendência é a de não elaboração da memória de maneira profunda e esclarecedora em todos os aspectos, se isso puder comprometer comercialmente sua imagem pública, conforme tem feito a *Folha de S. Paulo*, ao esquecer deliberadamente em suas páginas aquilo que lhe é conveniente, descredibilizando os discursos em prol da ditadura, mas apagando, em suas abordagens, as lembranças do apoio que outrora se empenhou em realizar.

Isso se evidencia na defesa ferrenha que a *Folha de S. Paulo* faz da Lei da Anistia, em que defende o direito à memória histórica, mas refuta o que chama de ressentimento, argumentando que a anistia às violações de direitos humanos e às perseguições políticas praticadas pela ditadura civil-militar assegurou a transição para a democracia, o que é, no mínimo, questionável, pois a Lei da Anistia foi imposta pela ditadura como um autoperdão que deixou impune, como nos expôs a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), centenas de torturadores, sequestradores, estupradores e assassinos que atuaram para um governo ditatorial, como representantes dos interesses das elites financeiras do Brasil. A Lei da Anistia foi mais um episódio de modernização conservadora no Brasil, posto que a anistia era uma demanda popular, mas fora constituída para atender o interesse dos opressores.

Inicialmente, a *Folha de S. Paulo* se coloca em posição de ressalvas com a CNV, em uma defesa direta da Lei da Anistia, mas quando se decide que a CNV não irá punir nem rever a anistia, o jornal converte sua linha editorial como defensora da CNV, pelo direito à memória da sociedade brasileira, porém, desde que a Lei da Anistia permaneça intacta como pacto social que teria permitido a transição para a democracia.

Sob a alegação de estar perdendo os dois lados, mais uma vez se negou o direito de resistência àqueles que não se submeteram ao autoritarismo e ao terrorismo de Estado. Defender a anistia, nos moldes que fora imposto pelo regime militar, é defender a impunidade e a injustiça, e não é possível que uma democracia se funde na impunidade e na injustiça, pois seu pilar é, precisamente, o Estado de Direito assegurado a todos de maneira equitativa.

Anistiar aqueles que materializaram a ditadura civil-militar é assegurar que o passado fique mal resolvido e que as feridas de famílias, que nunca puderam enterrar seus entes

queridos, não se cicatrizem. Esta impunidade, defendida como condição para a democracia, assegura, na verdade, a continuidade da ditadura, que segue assombrando a sociedade brasileira como uma possibilidade, como quando ocupantes de cargos eleitos democraticamente se veem no direito de defender o retorno do autoritarismo, defender torturadores publicamente no Congresso Nacional, atacar direitos civis e as instituições da República, permanecendo impunes como permaneceram muitos dos que embarcaram no bolsonarismo.

Quando a *Folha de S. Paulo* anistia esse passado sombrio, dizendo que ele está sepultado, pode ser que esteja querendo anistiar a própria instituição, Folha da Manhã SA, que, agora, segue defendendo a democracia, enquanto é atacada e acuada pelo governo de Bolsonaro.

Ao que se vê, o passado voltou para cobrar suas dívidas. A anistia defendida pela *Folha de S. Paulo* foi justamente o mecanismo que assegurou a nova ascensão da extrema direita, saudosa da ditadura, que ataca a democracia, que a Lei da Anistia supostamente teria assegurado. A Lei da Anistia precisa voltar ao debate público e a sociedade precisa decidir se continua pagando o preço da injustiça pela sua democracia, enquanto esta é inviabilizada, precisamente, por sua própria injustiça.

Um passado mal resolvido, como o da ditadura civil-militar, não elaborado socialmente com a clareza devida, pode possibilitar seus usos distorcidos e promover um debate em que alguns argumentos não se fundamentam na exatidão da continuidade e descontinuidade dos fatos que compõem a história em sua longa duração (BRAUDEL, 1990), mas nas sombras das ideologias diante da sociedade.

Esta análise e os apontamentos deste processo, desenvolvidos em relação ao passado em questão, é uma das contribuições que esta tese buscou produzir, elaborando a história de nossa sociedade com o trato crítico e o referencial metodológico das Ciências Sociais.

Uma sociedade que não sabe de onde veio, não sabe para onde vai. Por isso um povo que não conhece seu passado caminha no escuro e está condenado a repeti-lo.

## 8 CONCLUSÕES

É importante pontuarmos aqui que em nenhum momento nosso interesse é atacar, censurar ou limitar o papel da imprensa ou de qualquer outro meio de comunicação, principalmente de um grande e importante jornal como é a *Folha de S. Paulo* na história do Brasil.

Este trabalho trata de uma avaliação acadêmica, científica e sociológica acerca de como a representação do passado aparece nas páginas do jornal, *Folha de S. Paulo*, para esclarecermos as narrativas que são construídas por importantes meios de comunicação e que, por serem importantes, precisam ser debatidos e discutidos à luz de metodologia e de racionalidade, porque prestam um serviço público de interesse social ao informar e registram a história, preservando memórias e contribuindo no percurso da construção de nossa democracia republicana.

Mesmo diante da crescente presença do tema da ditadura civil-militar, na esfera pública, da eleição, reeleição e saída forçada do poder de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e combatente do regime, o Brasil elegeu Jair Bolsonaro, um ex-militar pró-ditadura.

O governo Bolsonaro representa justamente aquilo que as pesquisas que deram origem à este trabalho buscavam evitar, denunciando as continuidades vívidas da ditadura civil-militar; ou seja, representa um retorno das estruturas e heranças da ditadura civil-militar – mesmo a base de sustentação parlamentar o PP e o DEM são descendentes do ARENA, o partido de sustentação da ditadura - um governo cujos membros, dentre eles o próprio presidente Bolsonaro, e apoiadores, já chegaram a defender a volta da censura, da tortura e o fechamento do congresso e do Supremo Tribunal Federal; no qual a Polícia Federal abriu 77 inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional para tentar calar seus críticos (A Lei de Segurança Nacional é entulho jurídico da ditadura que serviu para o regime perseguir seus opositores) no biênio 2019-20 e aparelhou as forças armadas a ponto de trocar seus comandantes quando estes discordaram sobre os interesses bolsonaristas nomeando comandantes que ameaçaram as instituições por criticarem a corrupção endêmica de militares inseridos no governo e silenciaram-se diante de uma gestão genocida do Ministério da Saúde por um General da Ativa que tomou inconstitucionalmente um posicionamento político em prol da ideologia de extrema-direita bolsonarista.

Este cenário estimulou a imprensa a reproduzir narrativas sobre o período. Foi, então, que a *Folha de S. Paulo* lançou, em 2020, em uma página na web sobre o golpe de 1964<sup>70</sup> e a campanha “*Use amarelo pela democracia*”, e junto dela produziu o Editorial de Capa, *Democracia, nunca menos*<sup>71</sup> e o Caderno especial e curso online, *O que foi a ditadura*<sup>72</sup>

Todo o material de 2020 corrobora a análise que fizemos dos editoriais como um todo e segue o mesmo padrão de elaboração da memória, que esquece o papel que o Grupo Folha desempenhou durante o regime militar, para construir uma narrativa da *Folha de S. Paulo* como o jornal das “Diretas já” e símbolo da democracia, ao passo que defende a Lei da Anistia como pilar que assegurou a transição para a democracia.

Após Jair Bolsonaro estar consolidado como Presidente da República e ter declarado abertamente ser a favor do golpe de 1964, da ditadura e ser contrário à *Folha de S. Paulo*, o jornal intensifica denúncias acerca do Presidente, suas contradições, irregularidades, suspeitas e seus crimes, exercitando seu papel no espaço da imprensa livre e se tornando desafeto público de uma figura política que representa a herança ideológica do regime que a própria instituição Grupo Folha endossou e viabilizou e cujas heranças se voltam contra a Folha e a democracia que ela agora defende.

Tanto no editorial simbólico em que a *Folha de S. Paulo* se referiu ao regime de exceção como “ditabranda” quanto no que estudamos e revelamos em nossa dissertação de mestrado (ESTEVES, 2017), bem como nos editoriais entre 1993 e 2014 e no material publicado na campanha de 2020, há uma tentativa de construção da memória acerca de fatos históricos, que envolve esquecimento, omissão ou mesmo um apagamento do fato objetivo, de que a história institucional da *Folha de S. Paulo* ajudou a ditadura e se beneficiou dela, nos planos ideológico, financeiro, organizacional e material, como demonstramos ao longo desta pesquisa.

Trata-se de uma obsolescência programada da memória, o que nos dimensiona à relevância de se ampliarem estudos sobre o trato da memória do Brasil pela grande mídia. Esta amostragem aponta para uma tendência interessada e ideológica, assim como a pesquisa de Fernando Antônio Azevedo (2017) e a abordagem com que *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/o-acerto-de-contas.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/democracia-nunca-menos.shtml>. Acesso em: 06 jul. 2021.

<sup>72</sup> Disponível em: <https://folhasp.lpages.co/campanha-o-que-foi-a-ditadura-menu-aulas/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

*Estadão* trataram a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, conforme demonstramos no capítulo de homologias midiáticas.

Diante do material coletado e analisado, esta tese tem o intuito de jogar um pouco mais de luz sobre como este passado é abordado na esfera pública através da grande imprensa, em específico na crítica à perspectiva da *Folha de S. Paulo*, para que seja possível elaborá-lo a partir de múltiplas visões, esclarecer ao máximo suas rupturas e continuidades e superar suas contradições no presente, já que tais contradições pavimentaram, sem muitos empecilhos, a retomada do projeto autoritário da ditadura, com a ascensão de Bolsonaro, o que culminou em centenas de milhares de mortos devido à corrupção, à ideologia, ao negacionismo e ao autoritarismo arraigados à gestão pública no enfrentamento da pandemia de COVID-19.

É para este Brasil em luto que esta tese foi escrita, mas é também para impedir que novos ciclos, alicerçados na política e na moral fascistas, possam se repetir. Sigamos com ânimo e esperança, lutando o bom combate e resistindo como povo, como sociedade e como nação brasileira, em busca da construção de uma República Democrática, fundada na justiça e na equidade ampla, geral e irrestrita.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas. *In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. p. 99-138.
- ADORNO, T. **Prismas: crítica cultural e sociedade**, São Paulo: Ática, 1968.
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGAMBEN, G. **O Amigo & O que é um dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.
- AGUIAR, C. B. A imprensa e as eleições de 1989: imagens e atores da política. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 3, p. 179-194, 1995.
- ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Revista Comunicação & Política**, vol. 1, n° 1, p. 23-40, 1994.
- ALBUQUERQUE, A. O paralelismo político em questão. **Revista Compolítica**, vol. 2, n° 1, p. 6-28, 2012a.
- ALBUQUERQUE, A. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. *In: HALLIN, D.; MANCINI, P. (Ed.). Comparing media systems beyond Western world*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 72-95, 2012b.
- ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu – Revista de Comunicação Cultura e Política**, Rio de Janeiro: vol. 3, n° 1, p. 23-45, 2003.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. *In: LIMA, V. A. (Org.). A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 65-87, 2007.
- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- APPADURAI, A. **As Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAÚJO, V. T. **“Enquadramentos do governo Dilma na mídia impressa brasileira”** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UFT, 2014
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- AZEVEDO, F. A. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: UFSCar, 2017.

AZEVEDO, F. A. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989 – 2014). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, maio-agosto, p. 270 – 290, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n2/1807-0191-op-24-2-0270.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. *In*: RUBIM, A. A. C. (Ed.). **Mídia e eleições 98**. Salvador: Edições Facom, p. 31-56, 2000.

AZEVEDO, F. A. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Eco-Pós**, v. 12, nº 3, p. 41-58, 2009.

AZEVEDO, F. A. Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. **Revista USP**, nº 90, p. 84-101, 2011.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUER, Martim W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. v. 1, 1971.

BASTIDE, R. **Sociologia**. Maria Isaura Pereira de Queiroz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. v. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O Novo espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORBA, F. S. (org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. *In*: Pierre Bourdieu. ORTIZ, Renato. (org.) São Paulo: Olhos d'água, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**: a longa duração. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm). Acesso em: 08 dez. 2017.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 402 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-pede-a-revisao-da-lei-da-anistia-3171.html/relatorio-final-da-cnv-volume-ii>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Geografia e História. Brasília, 1998a (Vols. 05.1 e 05.2).

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005.

BRAGA, Ruy. Pode o subalterno lutar? **Revista 451**, 2017.

BUCCI, E. A imprensa brasileira, seu tempo, seu lugar e sua liberdade: e a ideia que (mal) fazemos dela. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CALDAS, S. **Jornalismo Econômico**. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

CÂNDIDO, A. Prefácio. In: CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.



CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos 1750 – 1889.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CAPELATO, M. H. R.; MOTA, C. G. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981.** São Paulo: Impres, 1981.

CARVALHO, J. J. de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. **Horiz. antropol.** 2005, v.11, n. 23, p. 237-246.

CARVALHO, J. M. de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p. 39-57, mar. 1981.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CATANI, A. M. et.al. (Org.). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHAIA, V. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. *In:* RUBIM, A. A. C. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil – Ensaio sobre mídia, cultura e política.** São Paulo: Hackers Editores, p. 29-52, 2004.

CHARAUDEUAU, P. **El discurso de la información.** La construcción del espejo social. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHOMSKY, N. **Mídia: Propaganda política e manipulação.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

COSTA, C. **Ficção, comunicação e mídias.** São Paulo: Senac, 2002.

COSTA, S. (1997): **Contextos da construção do espaço público no Brasil.** *Novos Estudos*, nº. 47.

CRUZ, R. R. Macumba na sala de aula: dilemas e desafios do da “cultura negra” entre educadores evangélicos. *In:* **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 11p.

CUNHA, I. F. **Análise dos Média.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo,** Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DELGADO SOBRINHO, A. T. **O Universo Simbólico da Umbanda**. São Paulo: Tese. Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1978. 268 páginas.

DIAS, A. B. **O Presente da Memória**: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial: 2014.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**. v. 12, n.23, 2007, p. 100-122.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo – II**: O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

DREIFUSS, R. M. **1964**: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Ed: Vozes. Petrópolis, RJ, 1981.

DUMONT, L. **Homo Aequalis**. Paris: Gallimard, 1977.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. **Eleições, mídia e memória**: uma análise do jornal Folha de S. Paulo. 2015. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126542>. Acesso em 15/10/2020.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. **O Paradoxo da Realidade Social**: Mídia, Memória e Ditadura no Brasil. Curitiba, PR: Appris, 2017.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAORO, R. **Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro**. Globo. Rio de Janeiro, RJ. 2012.

FERES JÚNIOR, J. **Análise da valência, debate acadêmico e contenda política**. Revista brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 20, p. 313-322, maio/ago. 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo**, São Paulo: Editora Hucitec. 1978.

FERNANDES, F. **Poder e contra-poder na América Latina**. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, F. **Circuito fechado** (1976). São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FICO, C. **Além do Golpe, versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

FONSECA, F. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCO, R. **10 Lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GAARDER, J. **O livro das religiões**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**, v. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**, v. 2. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A Ditadura Derrotada**, v. 3. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada**, v. 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, E. **A Ditadura Acabada**, v. 5. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico”** (1969/1973). São Paulo: Cortez, 2013.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.) **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 5, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREGOLIN, M. R. **Análise do Discurso**: história, epistemologia, exercícios analíticos. Texto crítico apresentado à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara, 2008.

GRÜN, Roberto. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GRÜN, Roberto. **A dominação financeira no Brasil contemporâneo**. Tempo soc. vol.25 no.1 São Paulo Junho/ 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702013000100010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702013000100010&script=sci_arttext)> acesso em: 14/10/2020.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: an Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GORENDER, J. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GUIMARÃES, C.; VIEIRA, R. A. A. **Meios de comunicação de massa e eleições**: um experimento brasileiro. Comunicação & Política, vol. 1, n° 9, p. 147-158, 1989.

HABERMANS, J. **Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HERTZ, D. **A História Secreta da Rede Globo**. São Paulo: Ortiz, 1989.

HOLLANDA, C. B. de. Direitos humanos e democracia A experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 33, n° 96, e339610, 2018.

HONNETH, A. & FRAZER, N. **Recognition or Redistribution?** A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.

HUWS, U. A Construção de um Cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. *In*: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.) **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2015.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil 1858**. Tomo XXI. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858.

IANNI, O. **O COLAPSO DO POPULISMO NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. **Populismo e militarismo**. In: Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

JARDIM, Maria Chaves; CAMPOS, R. S. **A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica**. *Revista de Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.4, n.2, jan./jul. 2012. Apresentação. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5174/4239>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

JARDIM, Maria Chaves. **A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão**. **Dados vol.56 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013**. Disponível em: <[scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582013000400006](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000400006)> acesso em 14/10/2020

JARDIM, Maria Chaves. **"Domesticação" e/ou "moralização do capitalismo" no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão**. **Dados vol.52 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2009**. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582009000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100004)> acesso em: 14/10/2020.

JARDIM, Maria Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo lula**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

JORGE, V. L. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. **Revista Comunicação & Política**, v. 4, n° 1. Rio de Janeiro, RJ, p. 126-133, 1997.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Trad. Rodolfo Schaefer. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

KI-ZERBO, J. (ed). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KONDER, L. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KRAUS, K. **En esta gran época**. De cómo la prensa liberal engendra una guerra mundial. Buenos Aires: Editorial Libros Del Zorzal, 2010.

KUCINSKI, B. **A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: P. Abramo, 1998.

- KUSHNIR, B. **Cães de guarda** – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAHLOU, S. (2012). **Text Mining Methods**: An answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, 20 (38), 1-7.
- LARANGEIRA, Á. N. **A Mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- LAMBERT, M. **Devoirs du chef**: déontologie et psychologie professionnelle. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1942.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LE BON, G. **Psicologia das Multidões**. Presses Universitaires de France, 1895, Edições Roger Delraux, 1980.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LIMA, V. A. de (org.) **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- LIMA, V. A. de. **Mídia**: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo. 2006.
- LIMA, V. A. de. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. **Revista Comunicação & Política**, v. 9, n° 11, p. 29-54, 1990.
- LODY, R. **O negro no museu brasileiro**: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LOSURDO, D. **Il revisionais storico**. Problemi e miti. Bari: Laterza, 2015.
- LÖWY, M. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo. 2005.
- MACHADO, R. Introdução. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MANHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANUAL DE REDAÇÃO**: Folha de S. Paulo – 21. ed. – São Paulo Publifolha, 2018.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo**. A saga dos cães perdidos, São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**. Jornalismo como produção social da segunda natureza, São Paulo: Ática, 1989.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. (2012). L'analyse de similitude appliqué aux corpus textuelles: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. Em: **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. JADT 2012. (687–699). Presented at the 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012., Liège, Belgique.

MARIÁTEGUI, J. C. Punto de vista anti-imperialista. *In: Ideología y política*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1988.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital, Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. Dibatti sulla libertà di stampa. *In: Opere I*. Roma: Editori Riuniti, 1980.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, H. M. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. *In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 127-136.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1971.

MENESES, S. **Operação midiográfica: O golpe de 1964 e a Folha de S. Paulo**. São Paulo: Intermeios, 2017.

MENESES, U. T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 9-24, 1992.

MELLO, R. C. Quando as ribeirãopretanas são negras: representações sociais na mídia local – jornal A Cidade, 1905. *In: PERINELLI NETO, H.; PAZIANI, R. R.; MELLO, R. C. de. No tempo das cidades: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto, SP (1883-1929)*. 1.ed., Paco Editorial: Jundiaí, 2014, p.177-208.

MICELI, P. Sobre História, Braudel e os Vaga-lumes. A Escola dos Annales e o Brasil. *In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 259-270.

MIGUEL, L. F. **Política e mídia no Brasil: episódios de uma história recente**. Brasília: Plano, 2002.

- MIGUEL, L. F. **Mídia e eleições**: a campanha de 1998 na Rede Globo. Dados, vol. 42, n° 2, p. 253- 276, 1999.
- MONTERO, P. **Magia e pensamento mágico**. São Paulo, Editora Ática, 1990. 2° ed.
- MOUFFE, C. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.
- NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.
- NETO, Antônio José Pedroso. **Jornalismo e despolitização**. Revista observatório, Palmas, V.1 n.2, p. 82-100, Set/Dez, 2015.
- NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORA, P. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques & NORA, P. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- OXFAM Brasil, ONG. **País Estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. Brief Comunicação, 2018.
- PAULA, B. X. de. O ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência a reflexão *In*: FONSECA, S. G. (Org). **Ensinar e Aprender História**: formação, saberes e práticas educacionais. Campinas, SP: Alínea editora, 2009. p. 171-198.
- PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. A magia. *In* **Coleção Folha Explica**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- PRANDI, R. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.



- RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2017.
- RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EDUNESP, 1993.
- RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Ed. UNESP, 2004.
- RUBIM, A. A. C. **Medios, política y elecciones brasileñas de 1989 y 1994**. Dia-Logos de la Comunicación, Lima, v. 1, n° 42, p. 18-24, 1985.
- RUBIM, A. A. C. **Espetáculo, política e mídia**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>. Acesso em: 31 set. 2012.
- RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. **Mídia e política no Brasil**. Lua Nova, n° 43, p. 189-216, São Paulo, SP 1998.
- RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. **Revista Comunicação & Política**, vol. 22, n° 3, p. 169-189, 2004.
- S. PAULO, Folha de. **Manual da Redação: As normas de escrita e conduta do principal jornal do país**. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.
- SALGADO, T. S. **A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2000.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHMIDT, M. A; CAINELLI, M.; **Ensinar História**. Pensamento e ação na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SEVERIANO, M. **Nascidos para perder**. São Paulo: Insular, 2012.
- SINTONI, E. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964)**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SODRÉ, M. **A máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.
- SOUZA, J. **(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?** Lua Nova, n° 59. São Paulo, SP, 2003.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010).
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, M. de M. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- SOUZA, P. H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. 377 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- SOUZA, S. L. **O patrimônio histórico afro-brasileiro na Ribeirão Preto do séc. XX**. Coleção Nossa História. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.
- SILVA, V. G. da. **Candomblé e Umbanda**. São Paulo: Ática, 2000.
- TELES, E.; SAFATLE, V. (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da Mídia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VENTURA, Z. **1968: o Ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIEIRA, V. L. Apresentação. In: SALGADO, Tiago Santos. **A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.
- WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno – I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1974.
- WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERTSCH, J. V. **Vygotsky and the social formation of mind**. Cambridge: Harvard Ed., 1985.

## 9.1 FONTES

FOLHA DE S. PAULO – entre 1993 e 2014

ESTADÃO

O GLOBO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE - CNV

## 9.2 SITES VISITADOS

<http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 07 jun. 2016.

<http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 05 jun. 2016.

<http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/o-acerto-de-contas.html>. Acesso em 06 jul. 2021

[www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213). Acesso em: 15 fev. 2019

<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 15 mar. 2016.

<http://bd.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 09 ago. 2016.

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/610-documentos-citados-volume-i.html>. Acesso em: 17 ago. 2018.

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml#:~:text=Pesquisa%20Datafolha%20mostra%20que%20o%20apoio%20%C3%A0%20democracia,de%202019%2C%20o%20%C3%ADndice%20cresceu%2013%20pontos%20percentuais>. Acesso em 21 out. 2020.

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/01/1988569-apoio-a-democracia-recua-no-brasil.shtml>. Acesso em: 02/01/2020.

<http://www.donosdamidia.com.br/>. Acesso em: 14 abr. 2016.

<http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx>. Acesso em: 01 jul. 2016.

[https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_60.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_60.htm) Acesso em 06/06/2020.

[https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_99.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_99.htm)

[https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_projeto\\_intruducacao.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_intruducacao.htm). Acesso em: 25 mar. 2019.

[www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5). Acesso em: 06 fev. 2019

[https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 30 dez. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 21 jun. 2016.

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaofz1702200901.htm>

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em 20/07/2021.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1932957-noticias-sao-como-falsos-brilhantes.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/democracia-tem-aprovacao-recorde-no-brasil.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ainda-minoritaria-parcela-linha-dura-da-populacao-cresce-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2019/12/continuidade.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ministro-faz-defesa-sobria-de-64-mas-celebra-volta-a-democracia.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/maior-jornal-do-brasil-folha-consolidacao-crescimento-digital.shtml#:~:text=A%20Folha%20%C3%A9%20o%20jornal,sua%20lideran%C3%A7a%20tamb%C3%A9m%20nesse%20segmento>. Acesso em: 14/10/2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/democracia-tem-aprovacao-recorde-no-brasil.shtml>. Acesso em: 06/06/2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/dois-tercos-da-populacao-dizem-nunca-ter-ouvido-falar-do-ai-5-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/07/a-folha-e-as-sobras-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 21 out. 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/06/democracia-nunca-menos.shtml>. Acesso em: 06 jul. 2021.

<https://folhasp.lpages.co/campanha-o-que-foi-a-ditadura-menu-aulas/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

<https://www.gnu.org/licenses/old-licenses/gpl-2.0.pt-br.html>. Acesso em: 11 maio 2019.

<http://www.institutojoaogoulart.org.br>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

<http://ivcbrasil.org.br/default.asp?19538>. (Instituto Verificador de Comunicação). Acesso em: 19 abr. 2016.

<http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas>. Acesso em: 06 jun. 2020.

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/metade-do-novo-congresso-e-milionario.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<http://www.observatorionespom.com.br/>. Acesso em: 24 maio 2019.

<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 08 mar. 2019.

<http://oglobo.globo.com/opinioao/para-nunca-mais-se-repetir-12022298>. Acesso em: 19 jun. 2016.

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp,1147202>. Acesso em: 20 jun. 2016.

[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf). Acesso em: 01 jun. 2019.

<https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>. Acesso em: 09 mar. 2019.

<https://www.oxfam.org.br/noticias/no-brasil-1-das-propriedades-detem-metade-da-area-rural>. Acesso em: 01 jun. 2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm). Acesso em: 20/07/2021.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Centr%C3%A3o>. Acesso em: 01 jun. 2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 30 maio 2019.  
[www.python.org](http://www.python.org). Acesso em: 11 maio 2019.  
[www.r-project.org](http://www.r-project.org). Acesso em: 11 maio 2019.  
<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>  
<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 13 mar. 2016.

## 10 ANEXOS

Editoriais da Folha de S. Paulo publicados entre 1993 e 2014 que trataram de algum modo o tema do golpe de 1964 e da ditadura (civil) militar brasileira<sup>73</sup>:

**1993**

### **Vício de origem**

22/11/93

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: corrupção

Vício de origem

Um dos mais inquietantes sinais da crise institucional que o país atravessa se revela em certas teses estapafúrdias que atribuem o atual nível de corrupção à democracia. Nada mais enganoso. O primeiro caso documentado de tráfico de influência remonta a 1.º de maio de 1500, quando o Brasil (ainda chamado de Ilha de Vera Cruz) completava uma semana de existência e a palavra "democracia" ainda não existia no vernáculo (ela só encontra registro a partir de 1813).

Com efeito, Pero Vaz de Caminha encerra sua célebre e longa carta a d. Manuel, o Venturoso, pedindo ajuda para trazer seu genro Jorge de Osório. Desde então, o país vem vivendo sucessivos episódios de nepotismo, fisiologia, corrupção e todos os demais vícios típicos da vida pública, nas mais variadas formas de governo, da colônia à independência, do império à república.

Com a redemocratização e a restauração da liberdade de imprensa, o país deu grande passo em direção ao combate à improbidade administrativa, que, definitivamente, insiste em fazer parte da cultura política da nação. Durante o regime militar, ao contrário do que dizem os inimigos da democracia, a corrupção não deixou de existir, ela apenas não podia chegar aos jornais.

---

<sup>73</sup> Todos os editoriais reproduzidos aqui são fidedignos ao foi publicado pela Folha de S. Paulo e se utilizam de regras de português vigentes na época de suas publicações.

Agora, é preciso aprofundar esse passo inicial que foi dado com a volta da democracia investigando a fundo todas as denúncias de fraude contra o Tesouro e punindo exemplarmente os responsáveis. Fechar o Congresso apenas fará com que a lama que engessa a cultura política nacional volte para as sombras nas quais não pode ser vista, nem varrida.

A tarefa será árdua. Não se trata de apanhar apenas aqueles que, infringindo um extenso leque de leis, literalmente assaltaram o contribuinte. É preciso também que ocorra uma revolução no padrão ético da política nacional. Muitos parlamentares e funcionários do Executivo exibem um comportamento que deixa muito a desejar sem, entretanto, burlar lei alguma. Um bom exemplo é o episódio dos poços perfurados pelo DNOCS, a preços subsidiados, nas terras do deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). É tudo perfeitamente legal, mas vergonhosamente imoral.

### **Bom começo**

01/12/93

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: violência e justiça

Bom começo

É extremamente oportuna, embora ainda tímida, a proposta do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, de extinção parcial das Justiças Militares Estaduais, que deve ser levada ao presidente Itamar Franco ainda esta semana.

Herança dos tempos macabros da ditadura, a competência da Justiça Militar para julgar crimes de castrenses cometidos contra civis é um atentado à idéia de um Judiciário democrático.

De fato, alguns Estados do país contam com as PMs extremamente violentas, e parte dessa violência pode ser explicada pela benevolência com que policiais criminosos são julgados por seus pares. Afinal, faz parte da natureza humana a tendência de membros de uma mesma comunidade ou corporação se protegerem.

Parece óbvio que Justiça Militar deve restringir sua ação aos assuntos internos das Forças Armadas ou Polícias Militares, como respeito à hierarquia e deserção.

A proposta do ministro da Justiça representa um avanço à medida que prevê que crimes cometidos por policiais militares contra civis sejam julgados pela Justiça Comum. Mas fica aquém do que seria desejável ao não tocar na questão da Justiça Militar em nível federal. É

bem verdade que o problema afeta mais os Estados, os controladores das PMs, que têm contato direto com a população. É um bom começo, que deve ainda ser seguido de outras medidas no mesmo sentido.

### **Legislativo em baixa**

19/12/93

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: apoio popular à democracia

Legislativo em baixa

Mais do que uma avaliação, a pesquisa que esta Folha publica hoje é um grito de alerta para o Congresso Nacional. Essa instituição atingiu, este mês, o auge de seu desprestígio aos olhos da opinião pública, a ponto de uma substancial parcela dos pesquisados considerar o Parlamento literalmente descartável.

De fato, são 43% os brasileiros que dizem que o país poderia passar bem sem o Congresso, um salto de 14 pontos percentuais na comparação com levantamento idêntico feito no último mês de março. Paralelamente, caía de 62% para 50% a porcentagem dos que afirmam que o Brasil precisa do Legislativo.

Felizmente, o desprestígio do Parlamento não contaminou o conjunto das instituições republicanas. Ao contrário, voltaram a ser maioria absoluta, em dezembro, os que acreditam que a democracia é sempre a melhor forma de governo. São 54% os que têm essa opinião, contra 47% em novembro, mês em que se atingiu um ponto particularmente inquietante. Eram, então, 43% os que se diziam ou indiferentes entre democracia e ditadura ou favoráveis a uma ditadura, em determinadas circunstâncias.

Não deixa de ser alentador verificar que o crescimento das convicções democráticas se deu exatamente no período, entre novembro e dezembro, em que se tornaram mais audíveis os ruídos de inquietação nos quartéis.

Mas não basta. A democracia será sempre frágil enquanto houver tamanha descrença em um de seus pilares fundamentais, como o é o Congresso. Pior: o desamor pelo Legislativo estimula a tentação de buscar arremedos de democracia, como a "fujimorização", que alega preservar algumas das liberdades públicas, mas dissolve o Parlamento.



De qualquer forma, o Congresso tem em suas mãos a possibilidade de iniciar a reversão do processo de desgaste que o empurrou para a beira do abismo. Ao se examinar a curva evolutiva do desprestígio do Congresso, verifica-se nitidamente que o auge do desencanto com o Congresso surge em consequência do escândalo do Orçamento.

Foi só em novembro, depois de divulgadas as denúncias de falcatruas, que a maioria absoluta (56% em novembro, 55% em dezembro) passou a avaliar como "ruim/péssimo" o desempenho dos congressistas. Até então, a maioria era apenas relativa, embora já muito preocupante.

Para fechar o círculo de ferro em torno do Parlamento, cresce o número dos que acreditam que a CPI do Orçamento vai ser apenas uma encenação. Os céticos eram 57% em novembro, número já muito elevado, mas que subiu ainda mais, até alcançar 60% em dezembro. Apenas 32% acreditam que o Congresso vai investigar as denúncias até o fim.

Parece razoável deduzir que, se a CPI do Orçamento conseguir desmentir os céticos e produzir uma depuração satisfatória aos olhos da opinião pública, a imagem do Congresso será restaurada, ao menos em parte. Esperar mais do que uma parcial recuperação é ingenuidade, a julgar pela sequência de pesquisas do Datafolha a respeito do Parlamento. Desde a primeira delas, em abril deste ano, nunca a avaliação "ótimo/bom" foi além de 13%. Mas havia, nesse primeiro levantamento, uma leve maioria que julgava "regular" o desempenho dos congressistas (42%). Não chega a ser um resultado brilhante, mas é passável, principalmente na comparação com o atual.

Voltar da ante-sala do inferno para o limbo do "regular" já será um enorme progresso. Mas a plena recuperação da imagem do Congresso depende de mais do que punições a todos os seus membros corrupção. Depende também de uma profunda reformulação de usos e costumes do mundo político brasileiro que merecem crescente rejeição por parte da sociedade.

**1994**

**Rios e trilhos**

21/03/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: infraestrutura

## Rios e trilhos

O avanço dos trabalhos na hidrovía Tietê-Paraná e a previsão de que um trecho de 1.040 km esteja navegável já em abril trazem à tona a importante discussão da matriz de transportes utilizada no país.

Esse trecho entre Goiás e Piracicaba estará pronto após a inauguração da segunda eclusa de Três Irmãos, prevista para o mês que vem. Mantido o cronograma, o trecho navegável será estendido para 2.400 km até outubro, ligando SP a Foz do Iguaçu, na divisa do Paraguai.

Essa obra tem relevância não só pela magnitude da carga que poderá ser transportada, mas por interligar o maior centro econômico do país com os parceiros do Mercosul. A formação de grandes blocos é uma realidade mundial e a integração do Brasil no Cone Sul depende não só de acordos comerciais, mas de vias concretas de comércio.

É sabido que o transporte fluvial é mais econômico do que o ferroviário e chega a custar um terço do transporte feito por rodovias. Por razões históricas, todavia, o Brasil subaproveita suas possibilidades hídricas. Sob impacto da instalação da indústria automobilística, no governo Juscelino Kubitschek, e, posteriormente, pela necessidade política de obras rápidas no regime militar, o transporte rodoviário teve absoluta predominância nos investimentos das últimas décadas.

O transporte por estradas encarece os bens brasileiros. E as iniciativas de investir progressivamente mais em hidrovias e ferrovias só podem ser bem-vindas. Ainda que exijam maiores inversões iniciais e levem mais tempo para serem concluídas, tais iniciativas prepararão o país para uma competição internacional mais acirrada a cada dia.

Por fim, se não bastasse a questão dos custos, a utilização de meios de transporte não-rodoviários e, nas cidades, a priorização dos transportes coletivos são aconselháveis do ponto de vista energético e ecológico. Afinal, o menor consumo de petróleo preserva uma fonte de energia não-renovável. E melhores transportes coletivos possibilitam diminuir os automóveis em circulação, gerando menos poluição e melhor qualidade de vida.

## **Tensão entre Poderes**

22/03/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: crise institucional

### Tensão entre Poderes

As relações entre os três Poderes poucas vezes estiveram submetidas a tamanha tensão quanto nestes últimos dias. Os reajustes salariais autoconcedidos pelo Supremo Tribunal Federal e pela Câmara de fato não provocaram apenas revolta entre a população; vieram também expor ao país, finalmente, conflitos institucionais que permaneciam como que ocultos e desconhecidos.

Esta não é, evidentemente, a primeira vez que o STF se concede uma majoração salarial. É provavelmente a primeira vez, contudo, que o episódio ganha tanta repercussão, juntamente com seus efeitos sobre o bolso do cidadão. Nesse sentido, essa crise pode ter um aspecto salutar e pedagógico, ao revelar à população como se processam as relações entre os Poderes e permitir assim que a sociedade julgue o desempenho de cada um.

De outro lado, porém, o episódio suscita grande inquietação. Em primeiro lugar, porque os aumentos revelam um viés corporativo. Num momento em que a população é convocada – mais uma vez – a fazer sacrifícios em nome da estabilização, a elevação salarial é muito mais do que apenas inoportuna. Ela abre um precedente para o funcionalismo público, acenando com uma bola de neve de reivindicações salariais que o Judiciário, hoje, dificilmente teria moral para recusar. É uma perspectiva que ameaça implodir todo o plano econômico.

No entanto, se a indignação causada pelo episódio é justificada, é preciso condenar oportunismos que vêm na crise não um estímulo ao fortalecimento da democracia, mas sim uma chance para desacreditá-la. É o caso da intolerável manifestação de um grupo de militares da reserva – o chamado Grupo Guararapes – que chegou ao delírio totalitário de defender o fechamento do Congresso e a substituição dos membros do Judiciário. Esses órfãos da ditadura parecem não perceber que os tempos mudaram e que a sua solitária voz merece hoje apenas repulsa e desprezo.

O mínimo que se espera agora, de todo modo, é que os parlamentares, por meio dos senadores, e os membros do STF (que ontem reafirmaram sua decisão quanto ao tema) tenham o bom senso de sustar suas pretensões salariais. Seria uma demonstração de que não se consideram acima das agruras e preocupações da população em face da meta de estabilizar o país. Não fazê-lo seria macular a imagem dos Poderes que representam e, por extensão, a imagem da democracia.

**Nunca mais**

27/03/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: 30 anos do golpe de 1964

Nunca mais

Trinta anos depois do movimento militar que depôs o presidente João Goulart, não surpreende que uma ponderável maioria de brasileiros consultados pelo Datafolha –em pesquisa divulgada no caderno especial que esta Folha publica hoje– diga que vivia melhor durante o período militar do que agora. É evidente que os pescadores de águas turvas, que não faltam neste momento de crise aguda em todos os terrenos, poderão interpretar o resultado da pesquisa como uma espécie de convite ou incitação para que se volte ao passado, ao autoritarismo que se manteve durante 21 longos e obscuros anos.

Mas a interpretação mais razoável para esse saudosismo é outra e bem mais simples. Em tempos de crise, o normal é que se idealize o passado. É verdade que, em circunstâncias normais, este não seria um passado tão remoto a ponto de as pessoas se esquecerem das reais condições em que viviam. O ciclo militar se encerrou faz apenas nove anos, o que é praticamente nada em termos históricos.

Ocorre que a história brasileira dos anos recentes é tão tumultuada, tão acidentada, que parece que faz muito mais tempo. Nesse curto período de nove anos, o país viveu a maior mobilização popular de sua história, em torno do grito de "diretas já" –no que, de resto, era uma condenação explícita ao regime militar então agonizante. Viveu também a derrota da emenda que tentava dar forma legal ao grito das diretas cantado nas ruas.

Trocou a esperança no voto direto pela crença em que um presidente como Tancredo Neves, mesmo eleito indiretamente, devolveria horizontes a uma nação angustiada. Chorou, em seguida, a agonia e morte de Tancredo, levado a um hospital na véspera da posse para dele só sair para o túmulo.

Viveu ainda a euforia e a frustração do Plano Cruzado, as esperanças e decepções da "Constituição-cidadã", o encanto e o engodo de Fernando Collor, primeiro presidente eleito diretamente depois de 29 anos de silêncio das urnas.

É uma história tão carregada de inusitados que, se fosse contada pela pena de um Gabriel García Márquez ou qualquer outro autor do realismo mágico latino-americano, pareceria ficção e não a mais pura –e dura– realidade.

É natural, portanto, que a sequência de emoções fortes oferecida à sociedade durante o curto período democrático faça com que o ciclo militar pareça ter sido melhor, mais tranquilo, mais próspero.

Mais tranquilo, certamente foi –num certo sentido. Impôs-se, pela força, a paz dos cemitérios, aboliu-se o dissenso, pela censura e pelo arbítrio. Não se resolveu, é evidente, um só dos inúmeros problemas da sociedade, mas, ao suprimirem-se a discussão e o debate, parecia que os problemas inexistiam. Era mais fácil censurar o noticiário sobre o surto de meningite que ocorreu em São Paulo, no início da década de 70, do que cuidar eficazmente da saúde pública –como se o que não se pudesse noticiar de fato não existisse.

Que o país cresceu, e muito, durante o ciclo militar é inegável. Que esse crescimento beneficiou muito mais a minoria já rica, é igualmente inegável. Prova-o, de resto, o fato de que a sociedade começa a se mobilizar para tentar ajudar os 32 milhões de miseráveis que são o alvo da campanha contra a fome. Só a extrema má-fé permitiria supor que esse lote de excluídos de uma vida digna pode ser debitado exclusivamente na conta da democracia.

Seja como for, é crucial assinalar que não basta pregar as virtudes do regime democrático. Mesmo que o autoritarismo tivesse sido um êxito completo do ponto de vista econômico, seria inaceitável porque a plena vigência das liberdades públicas é uma característica das sociedades modernas e civilizadas.

O problema é que a liberdade, por si só, não enche barriga, não diminui a exclusão social, não abate a inflação, não fornece educação de boa qualidade, não dá assistência social e previdenciária a todos os que delas necessitam. A liberdade tem de ser, também, eficaz na resolução dos problemas que angustiam os cidadãos. A democracia brasileira, dói dizê-lo, não conseguiu ainda mostrar que é capaz de conciliar as liberdades públicas com a solução dos problemas básicos da maior parte da população.

Trinta anos após 1964, esse é o grande desafio a enfrentar, para evitar que a democracia corra riscos. Se ela não conseguiu, ainda, dar conta das angústias do cotidiano, suprimi-la não seria a solução, mas só a criação de ao menos mais um problema: a impossibilidade de expressar a angústia de cada um.

### **Eficiência social**

02/04/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: gestão pública

Eficiência social

Ao menos no campo da retórica, as primeiras manifestações de Rubens Ricupero já como indicado para o Ministério da Fazenda têm sido na direção correta. O diplomata defendeu como "sagrada" a austeridade fiscal do governo e ressaltou o imperativo de incluir no cerne das políticas oficiais a preocupação com a questão da justiça social. Nesse sentido, há um claro repúdio à tese, tanto defendida durante o regime militar, de que é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo –tese que reforçou uma das distribuições de renda mais perversas de todo o mundo.

Quando se debate a necessidade –indiscutível, aliás– de melhorar a qualidade dos serviços sociais do poder público, como saúde e educação, é preciso, no entanto, ter em mente um aspecto crucial do problema que, no Brasil, tem sido sistematicamente deixado de lado, tanto na prática quanto na retórica. Trata-se da crônica e notória ineficiência com que o Estado administra o dinheiro dos contribuintes.

De fato, reclama-se muito por um aumento dos recursos destinados a esses setores, e muito pouco sobre a necessidade de gastar bem os já apreciáveis montantes disponíveis. O corolário dessa situação é que sempre acaba-se defendendo que os impostos precisam aumentar para que o Estado possa cumprir devidamente suas funções, quando tudo indica que poderia fazê-lo com as verbas atuais, desde que fossem aplicadas com razoável eficiência.

Num país com tantas carências quanto o Brasil, em que escolas funcionam como que semi-arruinadas e postos de saúde têm falta de seringas e esparadrapos, o desperdício assume caráter tão dramático quanto revoltante. Qualquer pretensão oficial de começar a resgatar a enorme dívida social do país passa assim necessariamente por um combate enérgico, sem tréguas, à ineficiência e ao desperdício que corroem o dinheiro da sociedade nos meandros da máquina estatal.

**Imposto X sangue**

05/04/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: reforma agrária

## Imposto X sangue

O tema andava meio esquecido, justamente quando se celebram os 30 anos de um golpe militar movido, entre muitas outras, pela questão agrária. Voltou entretanto à superfície com as declarações do coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Gilmar Mauro, prevendo que em 1994 tripliquem no Brasil as invasões a propriedades.

O uso da terra como reserva de valor é não apenas imoral, mas também atenta contra a ordem natural das coisas, dado que a terra tem como finalidade precípua servir de abrigo e propiciar a sobrevivência, como produtora de alimentos.

A invasão de terras, contudo, é inaceitável. O caminho correto para evitar a manutenção de terras improdutivas são pesadas sanções econômicas, objetivas e compatíveis com o Estado de Direito. Os instrumentos fiscais são legítimos e viáveis, mas nunca foram devidamente usados. O Imposto Territorial Rural, vindo da Constituição de 1891, foi transferido, em 1964, à esfera federal, à primeira vista para promover a reforma agrária.

Na prática, entretanto, a reforma foi engavetada. A carga tributária por imóvel correspondeu em média nos últimos anos a 25% de um salário mínimo por ano. Ou seja, o sistema tributário consagrou o incentivo fiscal ao uso da terra como reserva de valor. Os níveis de arrecadação do ITR são hoje de insignificantes 0,02% do PIB, contra 0,2% arrecadados com o IPTU.

Evidentemente o mal está na falta de vontade política de usar os tributos para evitar a especulação com terras. É preciso diferenciar a reforma agrária necessária da violência contra o direito de propriedade, baseada em atos de fé ou, como quer Gilmar Mauro, na hipótese de que "demonstrações de força" em ano eleitoral venham a surtir mais efeito. O único efeito da violência é convocar, sempre em sentido contrário, ainda mais violência.

## **Os intelectuais e a política**

11/04/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Os intelectuais e a política

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso e a adesão de alguns dos mais importantes pensadores do país ao seu nome suscita pelo menos duas questões sobre a natureza da

participação dos intelectuais na política. Qual o valor da presença de um grande pensador na lista de presidenciáveis? E, em segundo lugar, não ficam em xeque as idéias daqueles que o apóiam se a adesão parece anterior a qualquer definição programática, a qual depende da composição de alianças?

Certamente o político oriundo da academia não trará, na ponta da língua, soluções para as tarefas de governo. Mas essa ressalva não faz a sabedoria do intelectual-político –o seu diferencial– se reduzir à irrelevância? Isso não o tornaria um candidato como os outros?

Os primeiros sociólogos já depararam com a questão e argumentaram que a ciência da política e a política são independentes. Que se admita isso e que se esqueça então o que escreveu o intelectual.

Sobram suas posições assumidas no exercício diário da política. Não seriam elas mais consistentes devido ao hábito da reflexão? Mas se as posições do intelectual-candidato mudam, como as dos políticos profissionais, o diferencial da sabedoria chega ao rés-do-chão. O intelectual é reduzido à condição de político, sem mais, o que não invalida a priori o valor do candidato.

Difícil é a posição daqueles acadêmicos, principalmente das ciências humanas, que parecem aderir apenas à personalidade de um de seus ex-pares. O intelectual-político em questão, FHC, quer costurar uma colcha de alianças que inclui o PFL de ACM, o PTB e o PPR de Maluf. Sem poder prever o sabor que terá essa mistura, os pensadores partidários do candidato do PSDB lançam um manifesto de apoio que finge ignorar que o candidato FHC é algo diferente do brilhante ex-professor da USP.

Não poderiam fingir se tivessem que ir aos palanques. Críticos do clientelismo e da desigualdade social dariam as mãos a oligarcas que apoiaram o regime militar, coronéis fisiológicos e, talvez, ao ex-paladino da eleição indireta, Maluf. Assemelham-se, assim, aos intelectuais orgânicos ou simpatizantes do PT, aliado do PC do B, partido que apóia violências como o massacre da praça da Paz Celestial.

Antes mesmo de se saber o que pode representar a coalizão que quer levar FHC ao Planalto, o corporativismo leva intelectuais que passaram a vida a explicar a interação entre as forças sociais a pregarem a adesão a um nome, a uma personalidade, a um ex-par. Só.

### **Pagando a conta**

24/04/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2



Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Pagando a conta

À parte qualquer lógica eleitoral que possa ter, o acordo entre PFL e PSDB, desde que começou a ser cogitado, acenava com toda sorte de dilemas e dificuldades em função da grande disparidade entre as duas legendas em termos de ideologia, história partidária e prática política. Tão díspares que boa parte dos membros de uma apoiou a ditadura contra a qual lutou a maioria dos membros da outra.

Pois além das ameaças de rebelião que se disseminaram de imediato em diversos setores do PSDB, a estranha aliança já provocou um novo e embaraçoso problema a partir do favoritismo que vinha sendo dado ao nome do deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) entre os cotados para compor, como candidato a vice, a chapa presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Luís Eduardo de fato já tinha a característica peculiar de, como filho de Antônio Carlos Magalhães, representar quase que um emblema do PFL –trazendo, ao lado de um vigoroso apoio do governador da Bahia, a lembrança presente daquilo que esse partido significa em termos de prática, de história e de posições políticas no país. Não só isso. Como foi lembrado nos últimos dias, Luís Eduardo votou contra o impeachment de Fernando Collor.

Ora, o PSDB sempre se pretendeu um partido preocupado com a ética –supostamente, sua criação como dissidência do PMDB deveu-se em boa parte a essa questão. Assim, se o pacto com uma legenda vinculada às tradições mais deploráveis da vida pública brasileira já é difícil de justificar, a aceitação de um candidato a vice que defendeu Collor parece quase impossível. Expresso de forma inequívoca num dos maiores movimentos cívicos que este país já viu –e que contou com a adesão integral do PSDB–, o apoio da população ao afastamento do chefe da Dinda e sua camarilha foi esmagador. Nessas circunstâncias, o voto de Luís Eduardo contra o impeachment revela um desdém para com a opinião do eleitorado que atenta contra as responsabilidades e deveres da representação popular.

A cotação do filho de ACM como postulante a vice decaiu sensivelmente nos últimos dias, mas mesmo que seu nome seja definitivamente afastado o problema continua longe de resolvido.

O fato é que o PSDB chegou a considerar seriamente o nome do pefelista baiano para integrar sua chapa, sabendo perfeitamente como ele havia votado na decisão do impeachment. Assim,

o seu possível recuo agora pareceria dever-se muito mais ao temor do efeito eleitoral de uma divulgação do voto pró-Collor de Luís Eduardo do que a qualquer consideração de ordem ética quanto a esse mesmo voto –atitude eleitoreira do tipo que o PSDB costumava condenar. Outra dificuldade que resta refere-se à escolha de um novo nome do PFL para vice na chapa de FHC. Com o filho de ACM perdendo a dianteira, ressurgiu a difícil tarefa de encontrar um nome que ao mesmo tempo satisfaça a cúpula pefelista, traga votos no Nordeste (ao fim e ao cabo, o maior atrativo do PFL) e não cause uma rebelião ainda maior entre os tucanos. São problemas, de todo modo, que não devem surpreender ninguém –muito menos o PSDB– e que deverão continuar a aflorar nos próximos meses. Afinal, não se pode aliar antigos inimigos e antípodas políticos impunemente.

### **Dez anos depois**

24/04/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-1

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: diretas já e redemocratização

Dez anos depois

Passados dez anos da rejeição da emenda que instituiu eleições diretas para presidente, passados dez anos daquele ato de traição à vontade popular, passados dez anos daquele dia de vergonha, de revolta e frustração, a sociedade brasileira acumula hoje uma experiência política feita de notáveis conquistas e de duras derrotas. É de fato com um misto de confiança e decepção que se pode avaliar a democracia construída até agora.

Reconquistou-se, tardiamente, o direito de eleger o presidente. Uma nova Constituição foi feita –a mais democrática de nossa história. Depois de uma longa, paciente, corajosa resistência, o autoritarismo foi vencido. O país alcançou sua maioria política: ao fim vitoriosa, a luta pelas diretas simbolizou o momento em que a cidadania mostrou, de forma segura e pacífica, a disposição de assumir, contra toda tutela, o seu próprio destino.

As frustrações que se seguiram ao regime militar foram, entretanto, amargas. As primeiras eleições diretas para presidente levaram ao poder uma pessoa incapaz de honrar o cargo e as expectativas que havia suscitado. A experiência com a ordem constitucional de 88 fez ver quantos anacronismos e empecilhos ao desenvolvimento convivem com os dispositivos corretos da nova regra democrática.

O poder das oligarquias, dos monopólios, das corporações manteve-se ileso na democracia conquistada. Apesar dos grandes avanços, a sociedade brasileira não se reconhece no Estado que tem.

Distorções na representação popular, esquemas secretos ou abertos de corrupção, ineficácia, absenteísmo e irresponsabilidade somam-se às deficiências crônicas de um sistema social atravessado pela desigualdade de renda, pela precariedade do ensino, pela desinformação e pela violência.

Vitórias tivemos. O impeachment do presidente Collor; a resistência contra o arbítrio dos planos econômicos; o empenho em levar adiante a luta contra a corrupção e contra os atentados cotidianos aos direitos humanos: tudo isso mostra o vigor de uma sociedade que, fortalecida na democracia, não se conforma com os governos que viu, com os representantes que tem, com a economia em que vive; não se conforma sequer consigo mesma –e dessa inquietação retira energias para mudar.

O movimento pelas diretas-já –apesar de derrotado naquele sombrio 25 de abril de 1984– foi o início desse processo. A democracia ainda está sendo construída. Na luta por um Estado que seja de fato voltado para os interesses da população, pela estabilidade econômica, pelo fim dos contrastes e violências que lhe marcam o cotidiano, a sociedade brasileira continua o seu caminho.

## **Brasil 95**

01/05/94

Editoria: OPINIÃO      Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: política e economia

Brasil 95

Serão realizadas este ano as maiores eleições da história do Brasil. A cinco meses do pleito, a contenda entre candidatos e partidos já começou e, em muitos casos, seu nível é baixíssimo. Procurando contribuir para que a disputa melhore um mínimo e se discutam também idéias, a Folha traz, a partir de hoje, uma série de cadernos especiais discutindo os principais itens da agenda nacional.

Para uma sociedade que sofre as consequências da longa crise que se arrasta há mais de uma década, não é aceitável que candidatos e agremiações transformem mais esta eleição em um rol de acusações pessoais e promessas demagógicas de pouco ou nenhum fundamento.

Do embate de idéias e programas é que podem surgir as melhores diretrizes de governo. A maior clareza das metas e dos meios que os diferentes partidos políticos pretendem utilizar para atingi-las sem dúvida auxiliará o eleitor nas decisões que terá de tomar até o dia 3 de outubro e, provavelmente, também no segundo turno de 15 de novembro.

O primeiro caderno da série Brasil 95, publicado hoje, apresenta as propostas a respeito do crescimento, traça um panorama do desempenho econômico dos últimos cem anos e situa a discussão presente.

Número um na escala de prioridades de quase todos os partidos, bandeira unânime a todos os governos, o crescimento econômico teve distintos significados ao longo da história. Identificado por vezes com o progresso mesmo da civilização, o crescimento serviu de fato para representar o progresso das atividades econômicas predominantes em diferentes épocas.

A exportação de café e a produção agrícola durante a Primeira República, os esforços iniciais de substituição de importações durante a Primeira Guerra e a Grande Depressão dos anos 30, o desenvolvimentismo de Juscelino, o milagre econômico e a crise iniciada no regime militar – todos foram expressos em termos de crescimento.

Para além das múltiplas características e fases históricas que esta mesma palavra expressou no passado, ela hoje recebe muitos e variados qualificativos. "Socialmente justo", "modernizador", "com abertura à concorrência internacional", "priorizando o mercado interno" são algumas das expressões que servem para começar a definir melhor o que cada um entende por política de crescimento.

Como se pode ler no caderno especial da Folha, as propostas das maiores forças políticas do país sobre esse assunto ainda estão, de modo geral, aquém do necessário para definir com clareza as diretrizes que cada uma delas imprimirá ao futuro governo, caso vença as eleições. O material reunido permite ao eleitor conhecer em primeira mão um debate que deverá acirrar-se nos próximos meses.

O desemprego, a inflação, a pobreza e tantas outras mazelas que afligem a sociedade estão intrinsecamente relacionados à crise por que passa o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Após três décadas de rápido crescimento, o país viu sua indústria decair entre 80 e 92. Mais, a renda "per capita" praticamente estagnou no período.

A economia moderna é cada vez mais complexa e será necessário enfrentar consistentemente os novos desafios. E a seriedade da campanha e a solidez e clareza do programa apresentado devem ser pré-requisitos para todos os que almejam dirigir os destinos do país.

## **O parto da montanha**

04/05/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

O parto da montanha

De uma aliança questionável surge um estranho fruto. O acordo eleitoral entre PSDB e PFL, entre um partido que se intitula social-democrata e outro caracteristicamente conservador, entre pessoas que se opuseram ao regime militar e outras que dele participaram, já vinha causando constrangimentos a seus protagonistas.

A candidatura do ex-ministro Fernando Henrique Cardoso sofreu um apreciável desgaste durante o período de indefinição do nome que iria concorrer à Vice-Presidência em sua chapa. O desenlace das longas negociações com o PFL veio só agravar, se não o prejuízo, ao menos a estranheza desse acordo.

O escolhido para vice de FHC foi o pouco expressivo senador Guilherme Palmeira, de Alagoas. Membro da Arena e do PDS, antes de entrar para o PFL, Palmeira foi próximo ao ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Até ontem, o senador alagoano sequer tinha aparecido entre os nomes cogitados. A solução parece ser, portanto, o resultado dos diversos vetos que os possíveis candidatos sofreram no processo ou mesmo da dificuldade de encontrar um nome cuja indicação não rachasse uma das duas legendas.

Nesse processo, os principais cogitados foram preteridos: o filho do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, Luís Eduardo, o ex-ministro Gustavo Krause, o senador Marco Maciel e o deputado Roberto Magalhães. O senador Palmeira passou. Mas, se aparentemente resolve as disputas no PFL, nada traz para a candidatura de FHC. Não ameniza as incoerências entre os dois partidos e tampouco acrescenta votos, se é que não os tira.

Os meandros da complicada engenharia que culminou nessa indicação são muitos. Mas é certo que o resultado ficou muito aquém das expectativas. Se na história política dos quatro principais nomes cogitados já existiam incoerências em relação às posições do PSDB, a escolha de um nome pouco expressivo veio só diminuir o sentido dessa cada vez mais estranha aliança.

## **Lula e a imprensa**

25/05/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: Lei de imprensa

Lula e a imprensa

O processo que Luiz Inácio Lula da Silva move contra a empresa Folha da Manhã S.A. por ter revelado em reportagem assinada pelo diretor da Sucursal de Brasília da Folha, Gilberto Dimenstein, a transferência ilegal de recursos da CUT para uma ala do PT indica que o candidato petista é bem menos democrático e aberto a críticas do que pretende aparentar.

É evidente que todos aqueles que se sintam lesados com a publicação de algum texto jornalístico têm o direito de defender-se. Um modo democrático de fazê-lo é sem dúvida recorrer à Justiça, em que pese, graças à inoperância do Congresso Nacional, a necessidade do recurso à legislação arcaica e autoritária que é a Lei de Imprensa herdada do regime militar.

Ainda assim, ao processar a empresa que edita a Folha por ter comprovado apenas uma pequena parte do que –suspeita-se– é um grande esquema ilegal através do qual sindicatos financiam gastos do PT, Lula prefere esconder o que talvez seja o calcanhar-de-aquiles de sua candidatura por detrás da arrogância do que se faz de ofendido. Nisto, segue de perto os passos de Fernando Collor de Mello, cujo destino ilustra de modo cristalino o futuro daqueles que preferem a prepotência à humildade para reconhecer seus próprios erros e falhas.

Assim como Collor, o processo, bem como os ataques de ontem do candidato contra a mídia em geral, demonstra que também Lula encontra dificuldades para conviver com uma imprensa efetivamente livre e independente.

De fato, é difícil duvidar de que exista uma ampla rede de transferência de dinheiro de sindicatos –note-se, um dinheiro que é descontado da folha de pagamentos do trabalhador, quer ele queira ou não contribuir para a sua entidade de classe– para o PT e, em menor grau, também para outros partidos mais à esquerda. Querer negar isso é tão ingênuo como negar que empresários contribuíram ilegalmente para a campanha de Collor.

De resto, os recentes usos que Lula vem fazendo de material de sindicatos em sua campanha demonstram de modo cabal a existência dessa relação promíscua entre o PT e entidades de classe. Usar um caminhão de som de um sindicato pode ser um fato menor mas ainda assim é ilegal. O mínimo que se espera de qualquer pretendente ao cargo de mandatário máximo da nação é o respeito irrestrito à lei.

**Quem te viu, quem te vê**

05/07/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: alianças eleitorais

Quem te viu, quem te vê

As referências elogiosas ao regime militar proferidas recentemente pelo candidato do PMDB à Presidência, Orestes Quércia, constituem mais uma manifestação de incoerência dos principais postulantes ao cargo máximo do país. Com efeito, Quércia até agora vinha sustentando em boa medida sua carreira política no fato de ter-se oposto –primeiro no MDB, depois no PMDB– aos governos militares.

Volubilidade semelhante demonstrou dias antes o candidato do PDT, Leonel Brizola, ao elogiar, por motivos táticos, o empresário Roberto Marinho, seu notório adversário e alvo principal de suas ácidas críticas desde, pelo menos, sua primeira gestão à frente do governo do Rio de Janeiro (1983-87).

Os dois presidenciáveis em melhor colocação nas pesquisas de intenção de voto, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), tampouco saíam ilesos de um teste de coerência.

O primeiro modifica seu discurso –não só quanto à linguagem, mas também às propostas– de acordo com a platéia. Diante dos radicais de seu partido, ataca furiosamente empresários, banqueiros e donos de terra. Para o público externo, acena com pactos e coalizões. No Sul, fala em modernidade; no Nordeste, invoca o sangue de Cristo.

O candidato do PSDB, por seu turno, deixou perplexos muitos dos admiradores de seu perfil democrático e modernizador ao aliar-se com grupos ligados às práticas mais arcaicas e truculentas da política brasileira. Além disso, tem resvalado para atitudes demagógicas que não condizem com sua reputação de intelectual sério e crítico do populismo eleitoral.

O espetáculo de inconsistência proporcionado pelos candidatos é, sem dúvida, um dos motivos da apatia e da descrença na política manifestadas por grande parte da sociedade. Os cidadãos só respeitarão os candidatos como seus possíveis governantes à medida que estes, por sua vez, os tratem como agentes políticos dotados de inteligência e vontade, e não como mera massa de manobra.

**Vitória**

18/07/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: Copa de 1994

Vitória

O Brasil é novamente campeão mundial de futebol, depois de 24 anos de espera. É também o primeiro país a conquistar o título pela quarta vez. Evidentemente, a conquista não muda em nada a situação objetiva do país, mas é importante para a auto-estima dos brasileiros, que nas últimas décadas foi posta à prova à exaustão.

À parte os condenáveis exageros, a euforia que toma conta da população é justificável. Afinal, o futebol é uma das poucas expressões culturais genuinamente populares do país. Mesmo nos momentos em que a seleção perdeu a hegemonia no âmbito internacional, esse esporte continuou atraindo semanalmente multidões aos estádios.

Muito se falou nos últimos tempos sobre o eventual uso político das vitórias futebolísticas. As circunstâncias que cercaram a conquista de 1970 justificaram muitas das apreensões acerca desse tipo de distorção. Mas o país vivia na época sob uma ditadura, que procurou capitalizar a vitória no México para esconder os aspectos mais escuros do regime. A vitória de ontem encontrou um país bastante mudado. Nos últimos dez anos, o exercício da democracia, com todos os seus percalços, certamente tornou mais maduros os cidadãos, dificultando a manipulação política dos triunfos esportivos.

Nesses 24 anos, por outro lado, o futebol internacionalizou-se extraordinariamente, acompanhando as tendências predominantes na economia mundial. O avanço das transmissões de TV e o crescente papel da publicidade têm feito do futebol um imenso negócio, que mobiliza milhões de dólares em quase todo o mundo.

Se ninguém discute que, mesmo nesse quarto de século de jejum de títulos, o Brasil sempre esteve entre os países que melhor praticam o futebol, no aspecto da modernização das estruturas o país ainda tem muito o que avançar. Campeonatos deficitários, calendários confusos e baixa competitividade no mercado internacional –razão que leva muitos jogadores ao exterior– são alguns dos problemas crônicos ligados à estrutura ainda arcaica do futebol no país. Cabe esperar que a atual conquista sirva de impulso para uma mudança modernizadora no setor. Que os cartolas, em suma, aprendam com os jogadores a adaptar-se ao futebol moderno.

**A SBPC**



18/07/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: intelectuais e resistência

A SBPC

Começou ontem em Vitória (ES) mais uma reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Desta vez, os cientistas pretendem discutir um tema bastante universal e atual, a ética, e debater propostas para tentar melhorar os níveis educacionais no Brasil –nada mais oportuno.

Um fantasma, porém, ronda o encontro. Há informações de que a reunião poderá tornar-se uma espécie de palanque em que se digladiarão os cientistas que apóiam a candidatura de seu par Fernando Henrique Cardoso e os que são favoráveis a Luiz Inácio Lula da Silva.

É evidente que não se pode nem se deve esperar dos cientistas que não tenham, como cidadãos, suas opções políticas. Também seria ingênuo acreditar que a ciência é ou deva ser neutra e que os cientistas, portanto, na condição de homens de ciência, deveriam abster-se de todo engajamento político.

Ao contrário até, é inegável que a SBPC desenvolveu um importante trabalho político durante os anos do regime militar. Naqueles idos, o fórum anual dos cientistas era um dos poucos espaços nos quais ainda se podia esboçar uma resistência, mesmo que apenas teórica, aos desmandos do sistema. E isso foi sem dúvida bom para o país.

Resta esperar que, numa situação de normalidade democrática, o debate político não anule o científico numa reunião que, em tese, serve para que haja a troca de informações e experiências dos homens de ciência de todo o país e em todos os campos, inclusive, naturalmente, o político.

É óbvio que sociólogos, filósofos, historiadores e outros devem debater temas atuais e eventualmente polêmicos como as próximas eleições. Mas é importante que essa discussão ocorra dentro dos moldes do que deveria ser um debate acadêmico de alto nível, sem paixões desenfreadas.

Direito a uma opção política obviamente todos têm, mas é de se esperar dos cientistas brasileiros que eles saibam manter seu encontro anual num alto nível, compatível com o de seus participantes.

**Novas estratégias**

07/08/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: estratégias eleitorais

Novas estratégias

Vem ocorrendo, nos últimos dias, uma sensível mudança nas estratégias das duas principais coligações que disputam a Presidência.

As agremiações aglutinadas em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva assustaram-se com o surpreendente desempenho nas pesquisas eleitorais de seu maior rival, Fernando Henrique Cardoso.

É claro que o crescimento de FHC –que assombrou até os tucanos– está ligado à percepção popular de êxito do Plano Real. Assim, o PT optou por deixar de criticar o real e passou a defender a nova moeda, censurando porém os altos preços e baixos salários.

Parece difícil acreditar que o PT e seus aliados mudaram de posição em relação ao plano depois de ter procedido a uma reavaliação puramente técnica das medidas. É evidente que fizeram uma análise política e concluíram que não rende votos colocar-se contra uma bandeira que tem apoio da população.

Mesmo com a mudança de discurso, o PT se encontrava na posição incômoda de ter o Plano Real –um projeto que não é seu e ao qual se opôs– como principal ponto de discussão da campanha. Interessava a Lula encontrar outros temas para debater. A deixa foi dada pela própria coligação tucana.

Assim como ocorrera com José Paulo Bisol, ex-vice de Lula, uma série de acusações tornou a situação do senador Guilherme Palmeira insustentável e a aliança PSDB-PFL teve de substituí-lo. O escolhido foi o também senador Marco Maciel.

E, se Maciel é de fato um candidato a vice sobre o qual não pesam graves acusações de improbidade e que, em termos de peso político, oferece mais a FHC que Palmeira, seu passado à sombra do regime militar foi o pretexto de que o PT precisava para tentar mudar o enfoque do debate eleitoral.

Neste ponto, Maciel é um perfeito representante do PFL. Sempre se manteve no poder. Nos governos militares, foi um dos articuladores do "Pacote de Abril". Após o fim do ciclo castrista, ocupou ministérios na administração Sarney e foi líder do governo na gestão Collor.

É claro que a carreira de Maciel é um bom ponto para ser explorado pelo PT, ainda que com resultados incertos. O passado do senador incomoda até certos setores do PSDB. Há informações de que seu nome fora vetado como vice por FHC antes da escolha de Palmeira. Para rebater as críticas petistas, entretanto, o PFL optou por uma tática quase infantil. Pefelistas dizem que o vice de Lula, Aloizio Mercadante (PT-SP), está mais ligado aos militares do que Maciel porque é filho de general. Quando se trata de analisar o passado político de alguém, é óbvio, valem suas decisões e ações, não sua árvore genealógica. De resto, o PFL se esqueceu de que seu candidato, FHC, é filho de general e neto de marechal. É bom que os partidos procurem diversificar mais o debate em torno do qual gira a campanha; afinal, embora a inflação seja um dos grandes males que hoje afetam o país, o próximo governante terá inúmeros outros problemas a enfrentar e convém que eles sejam levantados e discutidos. Resta a lamentar entretanto as súbitas mudanças de posição sem explicações convincentes e, principalmente, a pura parvoíce.

### **Movimento estudantil?**

20/09/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MOVIMENTO ESTUDANTIL

Movimento estudantil?

Mas, afinal, o que é o movimento estudantil hoje no país? Em que pese a aura romântica que envolve o tema –inevitavelmente vêm à lembrança os movimentos dos anos 60, a mobilização pelo combate à ditadura e, mais recentemente, as concentrações pelo impeachment de Collor–, ele está longe de representar os estudantes brasileiros.

A reportagem inicial da série "Movimento estudantil em exame", publicada ontem no caderno Folhateen, revela que quase dois terços dos estudantes jamais votaram em eleição para seus organismos de representação. Essas entidades, como se sabe, são em regra dominadas por pequenos grupos ligados ao PC do B, MR-8 e setores do PT.

Na prática, eternizam-se nos centros de poder do movimento estudantil, que em consequência disso permanece impermeável às grandes transformações de mentalidade verificadas neste fim de século.

O aberrante mecanismo de eleição indireta e a formação de uma espécie de categoria de profissionais da política estudantil, com dedicação exclusiva à atividade, explicam em grande medida por que a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) se tornaram apanágio de uns poucos.

Em vista disso, não é de se estranhar a grande apatia dos estudantes em geral com relação a entidades que deveriam representá-los. Esforços no sentido de ampliar a participação e a representatividade dos estudantes são necessários para alterar essa situação de indiferença.

Ao longo da história, a política estudantil tem se mostrado uma instância privilegiada na formação de quadros políticos. Não é demais lembrar que os estudantes ajudaram a escrever, ou mesmo protagonizaram, páginas cruciais da história mundial. Por tudo que pode contribuir para a formação política dos estudantes brasileiros, o movimento estudantil necessita de transposição a uma nova realidade.

### **A Amazônia dos faraós**

28/11/94

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: RODOVIA TRANSAMAZÔNICA; REGIÃO NORTE

A Amazônia dos faraós

Reconstruir os longos trechos recobertos pela floresta e concluir a construção da rodovia Transamazônica, além de fazer mais três obras rodoviárias no Pará, é um compromisso polêmico do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso.

Iniciada em 1970, período em que o Brasil vivia o assim chamado milagre econômico e no qual o regime militar procurava legitimar-se através de grandes investimentos, a Transamazônica ficou conhecida como símbolo das "obras faraônicas". Tratava-se, então, de um projeto desproporcionalmente caro, de motivação política e pouca utilidade. Hoje, passados 24 anos, convém reavaliá-lo com serenidade.

O Brasil carece de estradas não só no Norte, mas em muitas outras regiões. E não faltam apenas rodovias, mas também portos, ferrovias, eletrificação, saneamento básico etc. O país necessita de quase tudo. Por isso, o mérito de uma obra só pode ser estimado em relação ao conjunto de iniciativas do governo e à luz dos limites orçamentários. Estes são justamente os pontos fracos da proposta de retomada do projeto transamazônico.

Não está claro se as rodovias em questão são suficientemente prioritárias para receber recursos da ordem de US\$ 2 bilhões em um país deficiente em incontáveis aspectos sociais e de infra-estrutura. Sem uma programação geral e consistente, obras mais urgentes podem ser preteridas. Ademais, o equilíbrio das contas públicas é uma condição imprescindível à estabilização da economia e, portanto, os gastos governamentais devem estar sob rígido controle.

O programa do presidente eleito estima em R\$ 100 bilhões os gastos com infra-estrutura nos quatro anos de governo. Apenas R\$ 20 bilhões, porém, são de fontes orçamentárias. Os demais recursos dependem de financiamentos externos, privatizações, entrada de divisas e participação do setor privado. São, portanto, mais incertos.

Para comprometer nas obras transamazônicas o equivalente a 10% de todo o orçamento de infra-estrutura o governo teria de demonstrar, com um plano geral, sua conveniência e legitimidade. O tempo dos faraós terminou.

**1995**

**Amostra do caos**

23/01/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: censo e funcionalismo público

Amostra do caos

O censo reservado feito pelo governo de Minas Gerais é uma amostra objetiva das vergonhosas distorções que ocorrem nas máquinas públicas de quase todo o país.

O empreguismo e as irregularidades constatadas não são, com certeza, exclusividade de Minas Gerais. E, se os dados obtidos denunciam uma situação lastimável, também permitem que o governo tome medidas corretivas –se tiver determinação para tanto, é claro.

Constatou-se que 22 mil pessoas recebem salários do Estado sem nem mesmo ir ao trabalho. E são quase 24 mil os que exercem funções para as quais não têm a escolaridade correspondente. Oito mil funcionários sem o 1º grau completo ocupam cargos para os quais se exige formação de nível técnico ou universitário. Do total de cerca de 349 mil funcionários, 60,7% foram admitidos sem concurso público.

Essas são distorções que o censo encomendado pelo governo anterior conseguiu constatar. Mas nada garante que os números reais não sejam ainda mais absurdos. No Brasil, lamentavelmente, o uso viciado da administração direta, de empresas e instituições do Estado como instrumento de interesses particulares dos grupos políticos que os governam tem sido quase uma regra.

Desde o final do regime militar as possibilidades de fiscalização dos governantes por parte da população cresceram. Mas, até o momento, os resultados concretos obtidos ainda são absolutamente insatisfatórios.

A democracia permitiu que os desmandos ganhassem transparência e, em alguns casos, fossem revertidos. Mas mesmo um fato então inédito no mundo como o impeachment do presidente da República por corrupção não foi capaz de conter a ação inescrupulosa de grandes parcelas da representação política do país e dos interesses privados a elas associados. O censo realizado em Minas Gerais é apenas mais uma evidência de que o país tem um longo caminho a percorrer até que na gestão da coisa pública prevaleça de fato o interesse público.

### **Democracia em baixa**

04/04/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: apoio popular à democracia

Democracia em baixa

Não é nada animadora a pesquisa Datafolha publicada ontem, que revela a segunda queda consecutiva na predileção dos brasileiros pela democracia face à ditadura.

A parcela que prefere sempre o regime democrático caiu de 59%, em março de 93, para 54%, em setembro de 94, e agora para 46%, no mês passado. É ainda o regime defendido pela maioria relativa da população, mas a tendência inquieta.

O total de indiferentes, para quem tanto faz democracia ou ditadura, subiu de 15%, há seis meses, para 25% agora, enquanto os advogados de que a ditadura às vezes é melhor passaram de 15% para 25%.

É uma evolução intrigante à medida que contrasta com a situação econômica. Entre março de 93 e setembro de 94 veio o real, e a inflação desabou. De setembro até agora, preços e

emprego seguiram estáveis, embora as expectativas tenham-se deteriorado. Ainda assim, a democracia perdeu adeptos.

É possível então que o fator predominante seja político. O auge de 59% de preferência democrática, em março de 93, ocorreu após o impeachment. Desde então, sem maiores eventos cívicos e com a decepção causada pelo início da gestão FHC, vem declinando.

Essa decepção atinge também o Congresso que assumiu este ano. Segundo pesquisa Datafolha, de dezembro para cá, a parcela da população que considerava o Parlamento ótimo ou bom caiu de 42% para 31%; já a avaliação de ruim ou péssimo saltou de 12% para 23%.

Mas há ainda no âmbito político uma análise que merece ser considerada. As taxas de preferência democrática apuradas pelo Datafolha em março de 91 e fevereiro de 92 foram respectivamente de 47% e 42%. Pode-se considerar assim que o impeachment foi um momento excepcional que retirou a predileção pela democracia de um patamar como que "histórico", na casa dos quarenta e poucos por cento.

Sua queda agora pode então ser apenas uma reacomodação a patamares "normais" de predileção política. Seria até compreensível dada a tradição histórica do Brasil, que não permitiu a sedimentação na sociedade da prática da democracia.

De todo modo, o resultado é preocupante. Revela que o país, mesmo nos últimos anos, ainda não foi capaz de demonstrar de forma cabal as vantagens da democracia.

**Alô, alô, marciano**

04/06/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL; FUTURO

Alô, alô, marciano

Há alguns anos a maioria dos economistas, analistas políticos, sociólogos, empresários, líderes sindicais e políticos, enfim, a elite brasileira se debruça sobre a inflação da semana, a eleição seguinte, a rebelião mais recente, o pacote iminente, a greve decisiva.

Já se falou muito em década perdida e não há exagero nenhum em afirmar que o tempo que se perdeu foi também um desperdício de horizontes, uma incapacidade coletiva de descortinar

perspectivas. Ou seja, o tempo passava, mas apenas para que se acumulasse cada vez mais passado.

A sociedade brasileira parecia patinar continuamente, sobrecarregada por heranças e entulhos econômicos e institucionais. Ironicamente no país que sempre se imaginou ser o "país do futuro".

O futuro será sempre insondável, por mais inevitáveis que sejam os exercícios de futurologia. Mas o passado permite, aliás, exige reavaliações. Desde que se esteja sempre alerta para o perigo maior que é contaminar os exercícios de "passadologia" com o humor do momento ou com a ansiedade cuja obsessão é o dia seguinte.

Se um inglês ou um marciano tivesse pousado no Brasil em 1985 e voltasse dez anos depois talvez tivesse a isenção de espírito para enxergar além do sufoco cotidiano, identificando grandes transformações e alertando os nativos para os riscos do catastrofismo.

Veria em primeiro lugar que a expectativa ainda insegura de democratização, sujeita ao teste da substituição inesperada (e arriscada) de um presidente da República, Tancredo Neves, por outro, José Sarney, converteu-se, afinal, numa democracia consolidada. Democracia forte a ponto de poder seguir seu curso ainda que tivesse que passar por mais um teste decisivo, o impeachment traumático do presidente da República.

O observador distanciado veria também que os movimentos sociais e sindicais, recém-saídos da resistência democrática e aspirando ao poder, dez anos depois exibem enorme vigor, ocupam espaços executivos e legislativos, sem que a ordem social seja "subvertida", como alguns chegaram a temer no final do regime militar. O mesmo não se poderá dizer avaliando os percalços da democracia mexicana.

O marciano hipotético, observando o Judiciário e os costumes políticos, ficaria impressionado com a independência dos Poderes. Começou a sair de cena o Brasil do "sabe com quem está falando?" para dar lugar à cobrança de comportamentos éticos em todos os níveis.

Nem mesmo os tetracampeões do futebol escaparam da reprovação nacional quando tentaram usufruir de privilégios alfandegários no retorno da Copa do Mundo.

Nosso marciano estaria perplexo com a evolução da agenda reformista, especialmente com a convergência crescente de posições a favor da racionalização do Estado, do combate ao déficit público e do repúdio aos mecanismos de perpetuação da cultura inflacionária.

O inglês, que já viu essa economia deixar de ser escravagista, deixar de ser agroexportadora e deixar de ser inadimplente, seria obrigado a reconhecer outra mudança fundamental ao ver a economia brasileira nos últimos dez anos deixar de ser protecionista.



Em 1985 as tarifas de importação beiravam, em média, os 60%. No início dos anos 90 essa barreira havia caído para a casa dos 14%. E o resultado, ao contrário do sucateamento industrial e tecnológico antecipado pelos catastrofistas de plantão, foi um aumento sem precedentes nos padrões de produtividade, qualidade e competitividade da indústria brasileira. Houve portanto nos últimos dez anos mudanças políticas, institucionais, na moral pública e na agenda econômica que a muitos talvez escapem, imersos no lufa-lufa do dia-a-dia, impactados com o pacote de ontem ou a demissão sensacional de fulano ou beltrano.

É mais do que hora de os brasileiros tomarem consciência desses amadurecimentos reais e estruturais, que estão ao alcance da nossa compreensão. Na verdade não são coisas que só um marciano perceberia, nem mudanças superficiais só para inglês ver.

O futuro será sempre insondável. Mas é evidente que uma passadologia isenta já permite esperar mais, muito mais desse futuro.

### **CUT pós-greve**

05/06/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: CENTRAL SINDICAL; SINDICALISMO; GREVE; PETROLEIRO

#### **CUT pós-greve**

A derrota sofrida pelos petroleiros na greve que quase paralisou o país oferece ao sindicalismo, ao menos, um momento para refletir e, quem sabe, evoluir.

Apesar de fortemente abalada, a CUT ainda é a principal central sindical do país, e não existe nenhuma outra corrente em condições de substituí-la. É de se esperar que, passada a ressaca provocada pela derrota, a CUT volte a ocupar o seu espaço, mas agora com mais experiência e responsabilidade.

Com a greve dos petroleiros, ficou claro que não se está mais nos tempos da ditadura, em que as paralisações políticas contavam com o apoio da população, que chegava mesmo a colaborar com os fundos de greve. Foi, aliás, desse tipo de movimento que surgiu o PT, umbilicalmente ligado à CUT, e que também pode tirar importantes lições desse episódio.

Hoje, vivendo num estado democrático, a população não admite mais tornar-se refém de reivindicações setoriais. No setor privado em geral, a greve ainda é um instrumento

relativamente eficaz de obter conquistas para os trabalhadores. Se uma empresa é paralisada, o dono tem prejuízos financeiros e tudo fará para retomar a atividade, sem maiores ônus para a população que normalmente nem toma conhecimento da greve.

Já na área estatal em geral e particularmente nos setores essenciais, a questão é bem mais complexa, como já admitiram importantes lideranças do PT e da CUT. Em primeiro lugar, não existe propriamente um empresário que deixa de ter lucro e procura negociar o mais rapidamente possível. O que existe \_e muito\_ são transtornos para a população que, na maioria dos casos, se põe contra o movimento até torná-lo insustentável.

Mesmo greves consideradas justas, como as de professores exibindo seus aviltantes contracheques, acabam se desgastando pela sua repetição quase que semestral.

Essas considerações são suficientes para que as lideranças do PT e da CUT avaliem, como já vinham fazendo antes do caso dos petroleiros, outras formas de reivindicação salarial que não coloquem a população como o grande prejudicado. É preciso seguir o caminho inverso e tentar obter a simpatia da opinião pública. Se o pleito for justo e a população se convencer disso, um governo democrático certamente terminará por ceder.

### **Rock censurado**

27/06/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: CENSURA; DEMOCRACIA

#### **Rock censurado**

A imagem do Congresso Nacional como instituição deve ser respeitada. O Parlamento é a voz da população, em nome da qual todo o poder é exercido. As duas Casas são, assim, um dos fundamentos da democracia, que, apesar de seus problemas e imperfeições, foi a melhor forma de governo até hoje experimentada pela humanidade.

A dignidade do Congresso não o torna, porém, imune a críticas, outro instrumento crucial para o exercício da democracia. E há várias modalidades de crítica. Há a construtiva, a mais dura e até a jocosa, para citar apenas algumas. Todas elas são legítimas.

Nesse sentido, a iniciativa da Procuradoria Geral da Câmara de impedir que a banda de rock "Paralamas do Sucesso" exibisse uma de suas canções que faz críticas ao Congresso em show realizado na sexta em Brasília é um retrocesso.

É claro que as pessoas têm de responder pelo que fazem ou dizem. Se algum parlamentar se sentir ofendido com passagens ou com o todo da canção, tem todo o direito de processar os autores com base nas leis de crime contra a honra ou exigindo reparações. Algo muito diverso \_e lamentável\_ é simplesmente proibir que a música fosse cantada. Trata-se de um dispositivo que em muito lembra a terrível censura prévia dos tempos da ditadura, felizmente proscrita pela Constituição de 1988.

O Congresso pode e deve trabalhar para melhorar a sua imagem, hoje bastante desgastada. A pior maneira de fazê-lo é desenterrar instrumentos de cunho autoritário para calar a voz dos críticos. Muito mais produtivo seria justamente um esforço para combater alguns dos vícios e distorções apontados na letra da música: ``É lobby, é conchavo, é propina e jeton".

Das Casas que representam a voz da população, a última coisa que se esperaria é que calassem a voz da população que representam.

### **"In medio virtus"**

02/08/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MORTOS E DESAPARECIDOS DA DITADURA

"In medio virtus"

Nem revanchismo, nem necrofilia. Mas nada de omissão.

O projeto que reconhece a morte dos 136 desaparecidos no regime militar, elaborado pelo chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, tem o mérito de colocar uma importante demanda histórica em seus devidos termos.

Apesar das suscetibilidades envolvidas no assunto, o governo não cede à tentação da tibieza, deixando claro que a Lei de Anistia de 1979, evocada por alguns militares, não contempla esses casos. Neutraliza assim as pressões dos que desejariam ver esse assunto definitivamente esquecido.

Ao tornar possível a indenização das famílias dos mortos, o projeto permite oferecer a elas uma justa reparação que, longe de eliminar a dor que experimentaram no passado, reconhece claramente a responsabilidade do Estado por um ilícito ocorrido em sua esfera, criando um precedente de lisura e transparência oficial no trato das questões relativas à violência civil.

Por outro lado, ao excluir militantes de esquerda mortos em combate, o projeto, contra as pressões dos que não se vêem contemplados pela iniciativa, explicita que nem todas as mortes ocorridas no período autoritário estavam revestidas de arbitrariedade ou ilegalidade. Muitas delas antes resultaram dos riscos a que estão naturalmente expostas todas as partes de um confronto armado.

Por fim, o projeto não prevê uma investigação das circunstâncias sob as quais se deram as mortes. Evita-se assim que se iniciem investigações cujas chances de sucesso dependeriam de um sem-número de diligências, bem como de depoimentos e provas aos quais hoje não se teria mais acesso.

Seu grande mérito é assim contornar com objetividade os ânimos para uma desforra ideológica e ao mesmo tempo trazer para o Estado a responsabilidade por excessos execráveis cujo desagravo não pode mais hoje ser adiado. Os erros perpetrados no passado precisam ser inscritos na história, para que não se repitam.

### **"Desaparecido vivo"**

20/08/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DESAPARECIDO POLÍTICO; INDENIZAÇÃO

"Desaparecido vivo"

A demora inicial na definição de critérios para a indenização a ser paga aos parentes dos desaparecidos no regime militar pode ter servido como uma espécie de balão de ensaio para se avaliar o estado de espírito da opinião pública frente à questão. Agora porém a protelação do governo federal está permitindo que se produzam sugestões indiscriminadas, algumas das quais de difícil justificação.

Uns desejam contemplar famílias de mortos em combate, ignorando que há um risco intrínseco à opção pelo conflito armado, não cabendo pois qualquer reparação. Familiares de policiais vitimados em combate também querem a indenização, omitindo que já receberam a compensação quando da perda.

No caso do pai da garota indefesa, morta na fila de um banco durante atentado, reivindica-se igualmente o ressarcimento. Pela mesma lógica, o Estado deveria também indenizar dezenas de inocentes que morrem a cada semana no país. Por fim, o ministro da Marinha perpetra a

declaração de que sabe "de muito desaparecido que está bem vivo por aí", esquivando-se de oferecer provas, pois há "histórias" que estão "em todos os cantos".

Para frear o pouco senso com que o assunto começa a ser tratado, é preciso reafirmar o princípio de que, desejando assumir suas responsabilidades, o Estado só pode e deve indenizar familiares de desaparecidos sob sua custódia. Seria assim evitada a proliferação de palpites e reivindicações, algumas praticamente indefensáveis.

### **No free lunch**

13/09/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ECONOMIA; CHILE; AMÉRICA LATINA

No free lunch

Os acontecimentos de anteontem no Chile são uma prova de que todo e qualquer processo de estabilização econômica implica custos. A batalha campal que se travou em Santiago mostra que mesmo o Chile, considerado hoje o melhor modelo econômico para a América Latina, ainda paga esses custos.

A abominável ditadura de Augusto Pinochet que massacró milhares de opositores foi capaz, porém, ainda que "manu militari", de colocar o país numa rota de desenvolvimento econômico que hoje parece a mais acertada, ainda que o desemprego lá seja preocupante.

O fato incontestável é que a estabilização tem um preço, e o Chile foi possivelmente o país que mais caro pagou \_e ainda paga\_ por ela. Embora o país tenha sido redemocratizado, Pinochet ainda ocupa o posto de comando do Exército e tenta influenciar até mesmo sobre decisões do Poder Judiciário. A completa redemocratização do Chile ainda depende de Pinochet abandonar seu posto.

No Brasil, paradoxalmente, o período de ditadura militar \_muito menos selvagem que o chileno\_ não foi capaz da mesma proeza.

Agora, aos poucos, o Brasil começa a vislumbrar uma economia estável. Mas todos estejam certos de que não se chegará a ela sem sacrifícios. Eles podem ser \_e muito provavelmente serão\_ bastante inferiores aos que os chilenos vivenciaram. Mas uma coisa é certa, "there is no free lunch".

### **Apesar de vocês**

22/12/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; CRISE POLÍTICA

Apesar de vocês

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o segundo na linha de sucessão, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, mergulharam nos três últimos dias em um tiroteio verbal que é lamentável. Pode parecer forte tal qualificação, mas não há outra, infelizmente. Soa, por exemplo, a comportamento infanto-juvenil ficar cantarolando um antigo sucesso musical e dedicar um verso a cada um dos desafetos momentâneos do presidente da Câmara.

Como parece gesto de criança birrenta ameaçar "cobrar com juro, juro" um suposto comportamento incorreto do presidente da República. Políticos responsáveis não mandam recados musicais. Ainda mais quando não necessariamente se tem segurança de que o governo seja o responsável pela divulgação da chamada pasta rosa. E, ainda que seja, o conteúdo é sempre mais importante do que o fato de determinada informação ficar pública.

O presidente da República, por sua vez, reagiu com uma estocada contra a biografia do crítico. "Fui criado contra a ditadura e não pela ditadura", disse o presidente.

Pena que, se se referia, como tudo indica, a Luís Eduardo, só tenha descoberto tal diferença mais de um ano depois de ter-se aliado a quem foi "criado pela ditadura".

Ou o presidente não considera relevante a diferença nas duas biografias e, portanto, não deveria exumá-la só agora, quando é criticado, ou de fato acha-a importante e não deveria, portanto, ter-se aliado a figuras "criadas pela ditadura".

Fossem menores as personalidades envolvidas, ainda se teria material para rir. Como não o são, só há o que lamentar.

### **Chave sem porta**

24/12/95

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: POLÍTICA ECONÔMICA; BANCO CENTRAL

Chave sem porta

Um dia depois do anúncio do corte de juros nos Estados Unidos, o Banco Central do Brasil agiu como se a sua sede estivesse em Marte ou mesmo fora do Sistema Solar (o Sol, no caso, sendo a economia norte-americana).

O Conselho Monetário Nacional, que no tempo do regime militar era de fato um conselho e que o regime democrático transformou num encontro de burocratas a portas fechadas, editou medidas frustrantes. E o Banco Central, espécie de coração do CMN, ainda não fez aquilo que é mais esperado, a saber, reduzir as taxas de juros domésticas.

A partir de hoje, portanto, já começa a contagem de novos e desnecessários prejuízos ao Tesouro Nacional provocados por uma política de juros extraterrestres.

No campo das pequenas empresas, as medidas poderiam muito bem ser qualificadas de poéticas. Enquanto o impacto da contração econômica faz milhares de vítimas individuais e empresariais, o governo abriu possibilidades bastante limitadas de aumento das operações de crédito a empresas inadimplentes. Limitação ainda maior sob a atual política de juros reais que, na margem, pode até mesmo elevar os níveis de inadimplência.

Entre os bancos, o que se vê nas últimas semanas é uma "federalização" das operações financeiras, ou seja, os bancos reduziram muito o volume de operações interbancárias para emprestar cada vez mais ao próprio governo.

Se o governo é o grande absorvedor de recursos, e os bancos estão com medo de emprestar até mesmo para seus "pares", que dizer da idéia de amparar pequenas empresas inadimplentes?

Quanto mais prolongado o regime de juros reais exagerados, mais difícil a superação da crise de crédito. Para o BC, entretanto, a rota de menor risco ainda é adiar ao máximo a queda dos juros.

A autoridade monetária fica assim praticamente imóvel esperando que um dia a porta pare no lugar e encontre a chave. O BC tem a chave na mão, mas parece agir com extremada cautela, receoso de quais portas deve abrir.

**1996**

**Geléia geral**

05/01/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PSDB /PARTIDO/; PPB /PARTIDO/; BLOCO PARTIDÁRIO

Geléia geral

A possibilidade de formação de um bloco político do PSDB com o PPB não chega a surpreender, se avaliada à luz das propostas hoje defendidas por ambas agremiações. Mas essa naturalidade com que se identificam em diferentes partidos programas mais ou menos similares traz curiosas indagações: quais são os motivos que recortam o quadro político? E, se existe um grande consenso, por que afinal o Brasil não se move mais rapidamente?

A primeira questão sugere a resposta não muito abonadora de que a multiplicidade de partidos e grupos não decorre de incompatibilidades programáticas. O que separa a maioria dos políticos não parece ser a adoção de princípios divergentes. Só reconhecendo essa realidade, aliás, é que deixa de causar estranheza a eventual aliança entre o PSDB, formado a partir da oposição ao regime militar, e o PPB, que pode ser identificado como um dos herdeiros daqueles governos.

A segunda questão remete às deficiências do processo político nacional, ainda excessivamente entravado por questiúnculas particulares ou locais, quando não pelo jogo desavergonhado do fisiologismo.

Até que se dê verdadeira consistência ao sistema partidário, as associações políticas continuarão a lembrar tristemente o movimento de uma geléia geral.

## **75 anos**

19/02/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: aniversário de 75 anos da Folha de S. Paulo

75 anos

A Folha completa hoje 75 anos de existência. A efeméride sugere uma reflexão acerca de um problema que a própria Folha e a imprensa em geral vivem atualmente: o que é ser crítico?

Num passado não muito distante a questão era clara. Opor-se ao regime militar e apoiar a redemocratização bastavam para caracterizar um jornal como crítico.



Hoje, com o ocaso das ideologias e o quase consenso em torno do rumo que o país deve seguir, ser crítico tornou-se tarefa bem mais difícil. Não se trata mais de um embate no qual o "certo" e o "errado" eram claramente identificáveis. Agora, ser crítico significa apontar falhas e erros que ganham cada vez mais um caráter técnico, para cuja avaliação os jornalistas, muitas vezes, não estão preparados.

Com a despolitização da política, abre-se o espaço para o famoso "processo", sob o qual o governo procura se escudar para justificar tanto seus deslizes quanto as dificuldades realmente intransponíveis que encontra; vive-se, na política, uma era na qual as coisas são mas não são, tudo é cheio de nuances, detalhes nem sempre visíveis ou mesmo compreensíveis.

O desafio para a imprensa, portanto, é aprender a distinguir, nesse novo caldo de cultura, o equívoco do obstáculo, o erro da fatalidade. Não se pode, contudo, deixar de ter em mente que, se há um quase consenso acerca do rumo, não o há quanto às rotas. Como se vê, em jornalismo, nem mesmo 75 anos são suficientes para amadurecer completamente.

## **DISPUTA EM SÃO PAULO**

13/05/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP

### **DISPUTA EM SÃO PAULO**

As pesquisas mais recentes do Datafolha mostram uma situação equilibrada entre Luiza Erundina (PT) e Francisco Rossi (PDT) na disputa pela Prefeitura de São Paulo. Como ambos têm larga vantagem em relação aos demais candidatos e pré-candidatos, uma alteração nesse cenário depende da definição de algum outro pretendente com densidade eleitoral.

Nesse sentido, o apoio do prefeito Paulo Maluf à candidatura de seu secretário Celso Pitta não parece alterar o quadro eleitoral. Tende antes a reduzir \_ao menos temporariamente\_ uma das variáveis. Pitta aparece na pesquisa de 26 de abril com popularidade de 1% a 3%, dependendo de qual o candidato escolhido pelo PSDB. Rossi e Erundina oscilam ao redor dos 30% e João Leiva (PMDB) tem entre 7% e 9% das preferências.

É claro que a campanha eleitoral pode alterar significativamente a grande desvantagem atual do candidato do prefeito. De qualquer modo, Celso Pitta parece ser extremamente fiel a seu

patrono \_o secretário é ex-funcionário da Eucatex, empresa da família Maluf, e, diferentemente de Reinaldo de Barros, não tem hoje expressão política própria. A indicação de um candidato negro, ademais, pode contribuir para dar uma imagem mais progressista ao prefeito.

Os dois nomes que têm mais chances de alterar o cenário do segundo turno parecem ser José Serra e Romeu Tuma, ambos senadores eleitos com expressiva votação. Na disputa pela capital paulista, Serra aparece com 18% das intenções de voto. Tuma não era cotado como candidato.

O ex-secretário da Polícia Federal anunciou sua candidatura, mas reconheceu que seu partido não tem estrutura financeira para disputar a eleição na capital (diz esperar o apoio do PFL). Tuma teria de enfrentar, ainda, a questão de seu passado na direção do Dops durante o regime militar. Serra diz que não é candidato e parece ter razões para isso. São, de todo modo, variáveis por definir.

Tudo faz crer, portanto, que o quadro atual ainda não é definitivo.

## ÍNDIAS

03/06/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL/ÍNDIA

## ÍNDIAS

Há de comum entre o Brasil e a Índia mais que um passado colonial.

Os dois procuraram, ao longo do século 20, dar saltos econômicos promovendo o desenvolvimento amparado na força do Estado. Nos dois casos pode-se considerar a experiência bem-sucedida: tornaram-se grandes economias emergentes, disputando espaço no comércio internacional de manufaturas e apoiando programas domésticos de desenvolvimento tecnológico.

Politicamente, apesar das muitas diferenças, pode-se ressaltar também uma similitude de fundo: nos dois países houve no pós-guerra democracias sustentadas por uma elite social e por burocracias estatais.

Os terríveis efeitos do esforço, entretanto, fazem-se notar hoje tanto lá como cá. Claro que não se pode justapor o sistema de castas com os desdobramentos da sociedade escravocrata brasileira, nem o esteio milenar da cultura hindu com a "macunaimice" recente do Brasil.

Mas entre os párias da Índia e os excluídos do Brasil há uma miséria comum que até agravou-se com o desenvolvimento industrial e a estatolatria. E se lá os conflitos étnicos são sangrentos, aqui as disparidades regionais e a herança colonial deixaram também marcas profundas e sangrentas sobre negros e pobres.

O fim da hegemonia de 40 anos do Partido do Congresso, na Índia, pode ser comparada à crise de hegemonia política em que se debate o Brasil desde o fim do regime militar. Nos dois casos é difícil a transição para uma democracia que enfrente as forças centrífugas do regionalismo, do corporativismo, da corrupção e dos interesses sectários.

Há também as contradições entre um amplo programa de reformas econômicas liberalizantes e as realidades sociais subjacentes. Lá, como cá, mudar o Estado e as instituições econômicas é difícil, lento e arriscado. Debate-se nos dois países a questão da velocidade das reformas e, nos dois casos, vai-se aprendendo a conviver com uma lentidão exasperante.

## **LEI DE IMPRENSA**

25/06/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: IMPRENSA; DEMOCRACIA; PROJETO DE LEI; CONGRESSO /PARLAMENTO

### **LEI DE IMPRENSA**

Não resta dúvida de que a mídia brasileira ainda tem muito a evoluir. Acusações precipitadas, apurações deficientes, crença ingênua em "informações" fornecidas por autoridades, tudo isso ainda ocorre e tem levado a uma série de abusos e equívocos que podem arruinar a vida de pessoas inocentes.

Assim, aprovar uma Lei de Imprensa que coíba os abusos de forma eficiente sem ferir a liberdade de imprensa \_pilar da democracia\_ seria uma contribuição inestimável para a evolução do jornalismo no Brasil.

Os dois projetos em debate, porém, não satisfazem à necessidade de manter o equilíbrio entre liberdade de expressão e punição aos abusos e, em muitos pontos, quase não alteram a caduca lei nº 5.250, de fevereiro de 67, baixada pelo regime militar.

O da Câmara, já duramente criticado por esta Folha, solapa a liberdade de imprensa ao estipular multas que simplesmente inviabilizam a existência mesma da empresa jornalística.

O projeto que foi entregue ao presidente do Senado, de autoria do advogado Saulo Ramos, não chega ao mesmo ponto do da Câmara, mas parece ainda conter dispositivos indesejáveis. Destaca-se nesse ponto a possibilidade de o Judiciário determinar a censura prévia de programas ou publicações jornalísticas. O que se fere aqui é o próprio direito da cidadania à informação.

De positivo, o projeto de Ramos estabelece o fim da prisão de jornalistas por crimes contra a honra. A maioria dos juízes, por considerar a pena desproporcional ao crime, deixa de aplicá-la, de forma que reina a impunidade. É óbvio, porém, que tal medida deveria ser estendida a todos, pois seria um escândalo que jornalistas que escrevem ou falam a milhões de pessoas estivessem mais protegidos do que o restante dos cidadãos.

O país precisa de uma nova Lei de Imprensa para aprimorar suas instituições, mas deveria centrar esforços para melhorar os projetos existentes.

## **SEM FATALISMO**

03/07/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA; DESEMPREGO

## **SEM FATALISMO**

Nenhum tema econômico provavelmente mobilizou tantos debates no regime militar, em especial ao longo dos anos 70. A questão teve tratamentos variados e em cada momento cristalizou-se num enfoque específico, em geral de tonalidade fatalista: do modelo excludente à teoria do bolo, da denúncia do arrocho salarial às teses do capital humano, sem esquecer a tese da esquerda dos anos 70 que previa a estagnação da economia brasileira.

Houve equívocos de lado a lado: nem veio a estagnação, nem o modelo se mostrou capaz de efetivamente engendrar uma revolução educacional que reduzisse a desigualdade social. E a

inflação, afinal, tornou-se crônica, servindo como fator aglutinador do movimento sindical, mas aprofundando a desigualdade e sacrificando mais os já pobres.

Os planos de estabilização, desde o Cruzado, deram margem a debates sobre distribuição de renda. Mas tratou-se sempre de avaliações sobre a maior ou menor neutralidade distributiva dos "choques".

Hoje, dois anos depois do real, o debate deixa a desejar. E há cada vez mais dúvidas sobre o perfil de distribuição de renda nos próximos anos.

Entre julho de 1994 e abril deste ano, a soma dos rendimentos dos que exercem algum tipo de trabalho, incluindo os assalariados, cresceu 89% na Grande São Paulo, contra um custo de vida que subiu 51,36% segundo o IPC da Fipe. Foram beneficiados principalmente os 25% mais pobres da população ocupada.

O desemprego, entretanto, reduz esse benefício, enquanto cresce o mercado informal. A população em condições de trabalhar cresceu mais do que a oferta de trabalho entre julho de 94 e maio passado, deixando um saldo de 213 mil desempregados a mais em São Paulo.

É urgente retomar o debate sobre alternativas capazes de ao mesmo tempo preservar a estabilidade e criar empregos. Sem ilusões, pois o drama é hoje mundial e não há soluções fáceis. Mas nada é pior que voltar aos fatalismos de vários matizes ideológicos das décadas passadas.

## **ECOS DAS TREVAS**

14/07/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ARGENTINA; CORRUPÇÃO; ANTI-SEMITISMO

### **ECOS DAS TREVAS**

Acostumados nos últimos anos a notícias e medidas governamentais sobretudo da área econômica, os argentinos (e também o mundo) nos últimos meses vêm sendo surpreendidos por fatos que, sem ingenuidade, poder-se-ia imaginar, senão banidos, pelo menos pouco prováveis neste fim de século.

Casos de corrupção, terrorismo e anti-semitismo são agora temas-chave do cotidiano argentino.

O governo argentino, em especial o banco central, apura um caso importante envolvendo a IBM numa licitação duvidosa. O ministro da Justiça, Rodolfo Barra, renunciou ao cargo três dias depois da publicação da denúncia de que participou de um atentado a uma sinagoga na década de 60. E a investigação sobre o atentado à Amia, entidade judaica, que nesse dia 19 completa dois anos e que deixou dezenas de mortos, continua sem esperança de esclarecimento.

A corrupção e o anti-semitismo organizado são verdadeiras sombras que se desejaria deixar para trás. Mas elas estão presentes e incomodam.

Curiosamente, ao mesmo tempo também no Brasil reabriu-se com vigor nas últimas semanas o debate sobre a guerrilha de esquerda no regime militar, sobre os limites (sempre discutíveis) das indenizações a serem pagas e até sobre os méritos ou deméritos possíveis de identificar cada lado da guerra.

Não é raro, nessas circunstâncias, provocar-se toda sorte de desconfortos políticos e emocionais. Logo irá às telas a versão cinematográfica de "O que é Isso, Companheiro", obra pioneira do hoje deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) sobre a luta armada no Brasil.

É um passado recente, ao qual não faltaram trevas. Mas as sociedades, como os indivíduos, só amadurecem fazendo a digestão, nem sempre pacífica ou terapêutica, de traumas sombrios. Os episódios na Argentina mostram o quanto de história ainda há para reescrever.

## **O NOVO PERFIL DA SBPC**

15/07/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: 48ª SBPC /SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

### **O NOVO PERFIL DA SBPC**

Encerrada a 48ª reunião anual da SBPC, observa-se uma nítida mudança no perfil de atuação da entidade. O fato de, após 19 anos, o evento ter-se realizado mais uma vez na PUC simboliza o fim de um ciclo histórico de acentuada politização das reuniões.

Com efeito, o 29º encontro, realizado em 1977, reunira ali a nata dos intelectuais ligados ao então MDB, sob severa vigilância do regime militar, que fora duramente criticado na reunião de 76. Em sua tarefa de catalisar a elite pensante oposicionista para reprovar os efeitos do

"milagre econômico", clamar pelo fim da censura e exigir a democratização, a SBPC cumpria um importante e necessário papel de polarização contra os governos militares autoritários.

Seria exagero dizer que a entidade vive agora uma crise de identidade. Nota-se apenas que, passadas as circunstâncias desfavoráveis à liberdade de pensamento e expressão, a pauta propriamente política perdeu relevância, e as reuniões tiveram de priorizar a discussão da produção científica. Aliás, em uma das poucas atitudes mais politizadas da SBPC nos últimos anos, pedindo a renúncia de Collor, o então ministro da Ciência e Tecnologia ameaçou cortar as verbas da entidade. Também lamentável foi o desprezo com que o Senado tratou a recomendação da SBPC para que o Sivam fosse implementado pela comunidade científica nacional. Sinais claros de que ainda é limitado o poder de influência dos cientistas nas decisões de governo.

A SBPC não está pois isenta de desafios. Tendo superado uma histórica tendência nacionalista que a levou a defender equívocos como a reserva de mercado, pode agora colaborar propositivamente para a definição de uma política de desenvolvimento industrial, bem como para a busca de nichos de excelência tecnológica necessários à inserção do país na economia global, com uma política de divulgação científica que atraia recursos privados. Não foi ainda o que se observou no encontro deste ano. Mas é tarefa de importância inegável.

## **NEM HERÓIS NEM BANDIDOS**

13/09/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; CARLOS LAMARCA; CARLOS MARIGHELLA; INDENIZAÇÃO

### **NEM HERÓIS NEM BANDIDOS**

Pagar indenização a Carlos Lamarca e a Carlos Marighella não significa, nem remotamente, um juízo de valor sobre o comportamento dessas duas figuras tão controvertidas da triste história institucional brasileira dos anos de chumbo.

É fundamental que esse ponto fique absolutamente claro, para evitar interpretações que possam provocar alguma turbulência institucional, por mínima que seja.

O que decidiu a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, pura e simplesmente, é que agentes do poder público tinham condições de prender os dois, mas se excederam. Só isso.

A Comissão não julgou se foram heróis ou bandidos, até porque não está no âmbito de suas atribuições mergulhar na revisão da recente história brasileira.

Os documentos encaminhados à Comissão forneceram à maioria de seus membros (cinco entre sete) a convicção de que os agentes da ordem poderiam ter dominado os dois guerrilheiros sem matá-los.

Qualquer outra interpretação é descabida e, pior, tendente a acentuar a divisão de opiniões a respeito de um período ainda bastante recente na memória nacional.

Para os que entendiam que o único caminho de oposição ao regime militar era a luta armada, Lamarca e Marighella serão sempre heróis, com ou sem indenização para os seus familiares. Para os que apoiaram o ciclo militar, serão sempre delinquentes terroristas, qualquer que seja a decisão de uma Comissão a respeito da maneira como morreram.

É muito provável que nem mesmo a História consiga fornecer um julgamento definitivo sobre cada um deles, capaz de ser aceito por todos ou pela maioria.

Não é o que estava em jogo na reunião da Comissão na quarta-feira. Ela decidiu apenas que foram mortos indevidamente, não que são heróis nem que são bandidos.

## **O PRESIDENTE GEISEL**

13/09/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ERNESTO GEISEL; ÓBITO; REGIME MILITAR

### **O PRESIDENTE GEISEL**

Mortos, em especial no Brasil, costumam ter a sua biografia revista, sempre para melhor.

Não é o caso de se aplicar ao presidente Ernesto Geisel, que morreu ontem, essa regra não escrita.

Cumprido, ao contrário, colocar a sua biografia na perspectiva correta. De um lado, o general foi figura relevante do regime autoritário, circunstância que a morte não apaga.

Mas foi também figura relevante da penosa transição do autoritarismo para a democracia, outra marca indelével de sua biografia.

Pode-se até dizer que foi a ação firme do presidente Geisel que permitiu o "turning point" definitivo rumo à democracia. Se ele tivesse hesitado durante a rebelião ensaiada por seu



ministro do Exército, general Sylvio Frota, no dia 12 de outubro de 1977, é possível que a transição, por ele próprio batizada de gradual, mas segura, fosse interrompida.

Da mesma forma, foi a firmeza de Geisel, ao demitir um poderoso comandante militar, o general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do então 2º Exército, que colocou o primeiro freio efetivo às torturas que se praticavam à época.

Quando morreu o operário Manuel Fiel Filho, meses após a morte do jornalista Vladimir Herzog, Geisel seguiu a recomendação de seu irmão Orlando (ministro do Exército) para que o general Ednardo fosse afastado e com humilhação. Esse ato marcou o início do fim das torturas contra prisioneiros políticos, outro passo adiante no rumo da normalidade institucional.

A esse relevante papel institucional cumpre acrescentar o mérito inquestionável de uma honradez pessoal que jamais foi posta em dúvida.

De alguma forma, Geisel foi também um dos expoentes de uma geração de governantes, civis ou militares, que defendeu e pôs em prática idéias nacionalistas e estatizantes.

Vista na perspectiva do tempo, não deixa de ser irônico que tenha deixado a Presidência no mesmo ano (1979) em que assumia, na Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, símbolo de uma revolução liberal que sepultaria politicamente o nacional-estatismo antes mesmo que expoentes dele, como Geisel, saíssem definitivamente de cena.

## **TABULEIRO NOVO**

15/09/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

## **TABULEIRO NOVO**

Pela primeira vez desde a redemocratização do país, o tabuleiro político dá sinais de abrir espaço para um novo jogo ou, talvez, novos lances. São três as principais características.

Em primeiro lugar, o principal confronto não é mais entre direita e esquerda, mas entre grupos, em vários partidos, que se poderia definir como centro (FHC e aliados) e posições mais à direita (caso de Paulo Maluf).

A segunda característica nova é, mais à esquerda, o anúncio de articulações iniciais visando a uma candidatura em 98 que poderia ser apoiada por vários partidos, inclusive o PT. É, de

certa forma, uma característica da novidade anterior. Afinal, se a polarização entre esquerda e direita já não é essencial, o próprio PT perde a aura de novidade, pureza ou radicalismo que o marcou nos primeiros anos.

A terceira qualidade do tabuleiro torna o jogo mais difícil: é o apagamento dos conceitos tradicionais do que seja de fato direita e esquerda. Para alguns, FHC é neoliberal. Para Sérgio Motta, Maluf ainda é o mesmo da ditadura. Para Maluf, a política econômica do real é perversa socialmente e está destruindo a indústria nacional, posições com as quais provavelmente concordariam líderes da esquerda como Brizola ou Lula.

Ou seja, não apenas sumiu a polaridade entre esquerda e direita, como ficou mais difícil dizer o quê e quem é de esquerda ou direita. É como se as peças do jogo estivessem embaralhadas e as regras indefinidas.

A ascensão de Paulo Maluf dá à conjuntura um sabor de disputa entre um projeto conservador, com fortes tinturas populistas (o do próprio prefeito paulistano), e o projeto supostamente centrista da atual coalizão governante, de cor mais liberal do que social-democrata.

É um contraste entre o ocorrido nas eleições presidenciais de 89 e 94, em que a esquerda era o contraponto principal, representada pelo PT de Lula (e, em 89, também por Leonel Brizola, já enfraquecido em 94).

Agora, Brizola parece mergulhado em um ostracismo talvez definitivo, enquanto a esquerda tenta, com enormes dificuldades, superar o choque que foi, para ela, a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo.

Há, é verdade, ensaios de reconstrução, envolvendo intelectuais de prestígio na América Latina, como o mexicano Jorge Castañeda e o brasileiro Mangabeira Unger. Seria, aliás, positivo que a esquerda retomasse a presença que chegou a exibir em momentos anteriores. Completaria o leque de ofertas ao eleitor, o que é sempre saudável para a democracia.

É improvável que as eleições municipais alterem substancialmente o cenário, até porque a tradição brasileira tem sido a de pleitos locais produzirem muito ruído e pouca alteração prática no quadro nacional.

De toda forma, depois delas é que começará, para valer, o jogo para definir como irão mover-se as peças no tabuleiro político de 1998.

## **CRISE IDEOLÓGICA**

05/10/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/  
CRISE IDEOLÓGICA

A confirmação do segundo turno em São Paulo entre os candidatos Celso Pitta (PPB), que promete dar continuidade à administração de seu patrono político, Paulo Maluf, e a ex-prefeita Luiza Erundina (PT) coloca para os paulistanos uma escolha entre dois modos de governar. Mesmo assim, por estranho que pareça, começam a assemelhar-se um pouco mais no discurso.

Ambos se apresentam como interessados nos problemas sociais. A linha de administração de Maluf e Pitta ainda tem a vantagem mercadológica adicional de defender também a vigorosa realização de obras viárias, o que tende a render altos dividendos políticos. Mas é inegável que, gastando-se bilhões na abertura de avenidas, viadutos e túneis por toda a cidade, diminuem os montantes para investimento no social.

O fato curioso, contudo, é que as propostas de Maluf, representante da direita, colaborador do regime militar, e Erundina, oriunda das correntes mais esquerdistas do PT, de alguma forma tendem a se aproximar. Maluf fala do social e Erundina exalta sua experiência administrativa.

O que causa estranheza é justamente essa aproximação dos discursos típicos da direita e da esquerda. São razões compreensíveis. A primeira aposta na velha fórmula de Lampedusa: se quisermos manter as coisas como estão, é preciso modificá-las. Já a esquerda, depois da queda do Muro de Berlim, parece ter abandonado o socialismo tradicional pela social-democracia.

Feitas as contas, pode-se concluir que a disputa pelo voto do eleitor tende a apagar as diferenças ideológicas, ao menos no discurso. Talvez seja esse mais um sintoma da crise das ideologias.

## **POETA DA DÉCADA PERDIDA**

12/10/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: RENATO RUSSO /CANTOR/; ÓBITO; PERFIL  
POETA DA DÉCADA PERDIDA

O Brasil do início da década de 80, ainda sob as regras do regime militar, que já completava duas décadas de duração, era um país que tentava reconquistar o direito à democracia e à liberdade de expressão.

Na música popular, a relativa estagnação de artistas consagrados permitiu o aparecimento de novos talentos, dessa vez sob o ritmo do rock. O grupo brasileiro Legião Urbana, tendo à frente o cantor e compositor Renato Russo, soube traduzir como poucos os anseios dos jovens da época que, nascidos durante um regime autoritário, ainda não sabiam o que era viver em uma democracia.

A morte prematura de Renato Russo remete a uma época já conhecida historicamente como a "década perdida", mas que deixou suas marcas nos rumos do país. A relativa apatia dos anos 80, época distante do idealismo dos 60 e sem caminhos próprios definidos, atingiu diretamente a legião de jovens que queriam muito se expressar, mas não sabiam claramente o que dizer. Renato Russo tornou-se uma espécie de porta-voz dessa geração.

Os mesmos adolescentes que marchavam empolgados com a idéia de eleições diretas para presidente questionavam o futuro do país acompanhando versos de Russo, que criticava as guerras, o serviço militar obrigatório, o vestibular e a alienação da própria juventude.

Russo escreveu sonetos de difícil memorização que eram repetidos seguidamente por um público fiel. Compôs canções longas e sem refrões que fugiam do padrão de música popular exigido pela indústria fonográfica. A rebeldia estava fora de moda, mas ele decidiu ser rebelde, em uma época em que, para vencer, era preciso ser alguma coisa.

Deu aos jovens da "década perdida" a identificação que lhes faltava, o fôlego e a energia que os adolescentes sempre procuram. Foi para essa juventude um poeta, um trovador, um autor de hinos que retrataram um momento histórico brasileiro, de muita ansiedade e poucos ideais.

## **O BRASIL E A DEMOCRACIA**

19/10/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: SISTEMA POLÍTICO; DEMOCRACIA

### **O BRASIL E A DEMOCRACIA**

Em seus 174 anos de governo independente, o Brasil teve raros períodos de verdadeira democracia. À independência do país, seguiu-se a monarquia, com plenos poderes do

soberano. A adoção da República, que colocou pela primeira vez militares no poder, também não implicou a plena democratização do sistema.

Ainda haveria a Revolução de 30 e o Estado Novo até surgir a primeira e breve experiência democrática, após a Segunda Guerra Mundial. Mas um novo movimento de ruptura, em 64, adiaría a retomada da democracia até a segunda metade dos anos 80.

O pouco convívio histórico da população com a democracia talvez explique o fato de o Brasil ter o menor percentual de aceitação desse sistema entre as nações sul-americanas. Segundo levantamento do Latinobarômetro \_conjunto de pesquisas feitas na América Latina e Espanha\_, 50% dos brasileiros estão convencidos de que o regime democrático é a melhor forma de governo, e 24% dizem preferir uma ditadura. A média, entre os países latino-americanos, é de 61% contra qualquer regime autoritário.

Parte dos brasileiros também se mostra suscetível à conjuntura imediata ao expressar sua opinião sobre o tema. Sucessivos levantamentos do Datafolha mostram que a preferência pela democracia cresce em momentos positivos \_como eleições\_ e diminui quando são divulgadas informações negativas sobre governantes \_como denúncias de corrupção\_.

Não há dúvidas de que o regime democrático é não só a melhor, mas a única forma de garantir os direitos do cidadão, das instituições e mesmo dos diferentes Poderes da administração pública. Também apenas a democracia pode proporcionar à população o acesso e a participação em decisões sobre temas que influenciam diretamente o seu cotidiano.

Se parte dos brasileiros não está convencida disso, o convívio com os benefícios e os desafios do Estado democrático poderá lhes dar uma nova visão sobre o assunto. Afinal, a própria possibilidade que existe hoje de opinar contra o sistema vigente é uma conquista e um fruto direto da vitória da democracia no país.

## **QUESTÃO DE PRINCÍPIOS**

25/11/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PREVIDÊNCIA SOCIAL; ANISTIA; PRESO POLÍTICO

QUESTÃO DE PRINCÍPIOS

Em outubro, o INSS gastou R\$ 5,394 milhões com as aposentadorias e pensões de 2.956 anistiados políticos. Quarenta e cinco deles recebem benefícios cujos valores superam cem salários mínimos.

Efetuando a comparação entre os valores médios pagos a anistiados ou a suas famílias (17 salários mínimos) e os pagos aos demais aposentados (4 mínimos) e pensionistas (um mínimo e meio), salta à vista mais uma das muitas e graves distorções do atual sistema previdenciário. O mesmo pode ser verificado em aposentadorias de ex-combatentes, que em muitos casos também recebem mais de cem salários mínimos mensais.

A decisão de conceder ou não aposentadoria especial baseada em histórico político deve ser tomada depois de estudo cuidadoso dos casos, o que parece não ter ocorrido em todos eles. Pode-se também suspeitar que tenha havido erros ou excesso de benevolência na estipulação de certos valores. Mas são problemas administrativos, que não devem encobrir a importância de indenizar os que sofreram perseguição política.

Não há objeções à existência de um dispositivo legal que preveja esse ressarcimento. O princípio que inspira sua criação é correto e atende à necessidade inadiável de oferecer uma compensação a trabalhadores que, por circunstâncias políticas excepcionais, tiveram de interromper sua vida profissional, foram presos ou levados a deixar o país.

Há também um significativo aspecto simbólico na concessão desses benefícios. À semelhança das indenizações aos desaparecidos durante o regime militar, o pagamento de aposentadorias e pensões especiais a anistiados representa o reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado pelos excessos que cometeu contra os cidadãos.

Cria-se assim mais um precedente fundamental para que as arbitrariedades não se repitam. Atentados ao estado de Direito têm um alto custo, político, social e mesmo psicológico. Mas também pecuniário.

## **CAMINHO TORTUOSO**

29/11/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: PAULO MALUF; PPB /PARTIDO/; REELEIÇÃO

CAMINHO TORTUOSO

A viagem do prefeito paulistano, Paulo Maluf (PPB), à capital federal foi sua primeira ofensiva aberta dentro de seu partido contra o direito à reeleição para o presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar do empenho que Maluf demonstrou em firmar-se junto aos seus companheiros do PPB como forte candidato à Presidência da República, o desfecho de sua passagem por Brasília calou parte de sua euforia inicial.

Maluf não conseguiu que o partido determinasse aos seus filiados do Congresso que votassem contra o direito à reeleição para os atuais presidente e governadores e os prefeitos recém-eleitos. Sua tese foi aprovada apenas como uma recomendação, ou seja, deputados e senadores pegebistas estão livres para escolher o caminho que melhor lhes convier.

Predominou a visão do senador Esperidião Amin e do ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles. Se ambos demonstraram cordialidade com o prefeito de São Paulo, os dois mantêm-se estrategicamente próximos a FHC.

A vitória de Celso Pitta no último dia 15 deu sem dúvida uma renovada força política ao prefeito paulistano. Maluf não só fez seu sucessor, mas o sucesso da campanha foi claramente atribuído a ele, já que Pitta não desfrutava de prestígio político próprio.

Mas os acontecimentos dos últimos dias mostram que, se Maluf ganhou terreno, ainda falta muito para que consiga transferir esse bom resultado para o panorama nacional. As dificuldades dentro de seu partido são apenas um exemplo dos obstáculos que deverá encontrar fora dele em sua jornada visando a Presidência.

Nos últimos anos, Maluf conseguiu inverter em São Paulo a imagem negativa que o maculou durante o regime militar. O Brasil, entretanto, é um objetivo mais difícil de ser alcançado, principalmente considerando o prestígio desfrutado em todo o país por FHC. Na verdade, o prefeito ainda ganhou pouco nacionalmente. Em sua corrida ao Planalto, terá um longo e tortuoso caminho a percorrer.

**1997**

## **TORTURA, AINDA**

04/01/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: BRASIL; TORTURA

## TORTURA, AINDA

Com o fim do regime militar, a prática da tortura no Brasil perdeu, em larga medida, a visibilidade que, no período de exceção, fizera desse expediente um dos emblemas mais hediondos da relação autoritária do Estado com os cidadãos.

Essa visibilidade pode ser explicada, em grande parte, pelo fato de alguns dos torturados de então terem certa projeção pública. O flagelo dos militantes políticos simbolizava dramaticamente as enormes dificuldades daquele momento para fazer a transição ao regime democrático.

Mas a perda dessa associação entre a prática da tortura e a reivindicação de direitos políticos, sobretudo a partir do governo Geisel, não fez com que esse método cruel deixasse de ser quase rotina em muitos distritos policiais. Apenas deixou-o em anonimato similar ao dos cidadãos que são hoje, ou foram num passado mais distante, vitimados por ele.

O primeiro desafio para superar essa anomalia social está em avaliar a frequência com que a tortura é praticada no país. A exemplo do que ocorreu no Estado de São Paulo, a criação de ouvidorias nas polícias permitiria que os cidadãos vitimados pelo abuso de poder policial pudessem ser ouvidos com maior celeridade.

Ademais, o atual Código Penal tipifica a tortura como agravante de uma pena ou no máximo como uma circunstância que torna um homicídio qualificado, o que parece ser ainda insuficiente para coibir mais rigorosamente essa prática no país.

Mas a principal tarefa de longo prazo talvez seja ainda efetuar um amplo trabalho reeducativo do aparato policial. A truculência como meio de colher depoimentos ou punir infratores é parte de uma lamentável e enraizada cultura de autoritarismo no país, que faz da lei da força seu princípio maior e despreza os direitos e as garantias individuais dos cidadãos.

É imperioso mudar essa mentalidade, que se expressa de forma ainda mais contundente quando o indivíduo está armado e a serviço da segurança pessoal ou pública.

## **CONFLITO DISTRIBUTIVO**

10/01/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

CONFLITO DISTRIBUTIVO



A vitória do Plano Real tem, entre outras explicações, uma raiz nos debates travados nos anos 70 sobre a economia brasileira. Naquela época, o regime militar e jovens economistas da oposição, como Pedro Malan e Edmar Bacha, debatiam a questão da distribuição de renda.

Ficou célebre a explicação teórica da inflação brasileira como resultado de "conflitos distributivos". Os economistas gostam de trabalhar com "fatos estilizados" e, nos seus modelos, o conflito distributivo assumia a forma da indexação salarial.

A luta constante dos trabalhadores pela correção monetária dos salários propagava e perenizava a inflação, tornando-a "inercial". Praticamente duas décadas de muitos debates e várias tentativas de desindexação depois, a inflação inercial mostra-se hoje totalmente debelada.

Ninguém espera, num horizonte de curto prazo, desvalorização cambial brutal ou correção geral de tarifas públicas (os famosos "tarifaços"), nem pressões terríveis de sindicatos por reposição de perdas. Câmbio, tarifas e salários estão "normatizados". A regra exclui a indexação.

Pode-se então dizer que os conflitos distributivos foram resolvidos na sociedade brasileira? Longe disso. A indexação, vale recordar, era apenas uma forma entre outras de institucionalização da guerra por maior participação na renda e na riqueza.

Os conflitos fundamentais, ditos estruturais, continuam em evidência e assumem outras formas.

Há vários exemplos de fenômenos que expressam esse impasse distributivo. A dificuldade de reformar o Estado, a necessidade de manter juros ainda elevados para financiar um déficit público, as incertezas quanto à sustentação da taxa de câmbio no médio prazo são exemplos.

A necessidade de ajustes tarifários para viabilizar a privatização em setores-chave, como telecomunicações e energia elétrica, e mesmo indicadores como despesas com educação ou aluguéis também sugerem que muito ainda está por resolver.

A estabilidade de preços ainda enfrentará muitos testes numa sociedade cujos conflitos distributivos continuam irresolutos. Estão em jogo, aliás, a distribuição tanto do poder econômico quanto do político.

## **HISTÓRIA DE ANOMALIAS**

12/01/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

## HISTÓRIA DE ANOMALIAS

Em um país de escassa tradição partidária, como o Brasil, se há uma sigla que marcou profundamente a história pelo menos do último quarto de século essa foi MDB/PMDB. Primeiro, como a grande frente de oposição ao regime militar, o partido que chegou a reunir liberais, socialistas, social-democratas, ultra-esquerdistas, empresários e trabalhadores.

Depois, já como PMDB, foi o partido pelo qual passaram todos os presidentes da República do período democrático. Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso \_todos foram em algum momento do PMDB, no qual Sarney ainda permanece. É esse partido que chega hoje a uma convenção nacional, sua máxima instância decisória, em profunda crise de identidade.

Tanto os próprios peemedebistas como cientistas políticos ouvidos pela Folha coincidiram em definir a legenda como uma federação de lideranças regionais, sem um projeto nacional ou um rosto que o encarne, como chegou a ser o de Ulysses Guimarães. Não obstante, o PMDB continua uma marca forte, o partido do maior número de deputados federais, senadores, prefeitos e vereadores. Seu problema não parece ser de quantidade, mas de qualidade.

Por mais que no mundo os partidos tenham sido obrigados a enfrentar uma nova realidade com o fim da Guerra Fria, eles continuam sendo referência fundamental no jogo político. No Brasil, não. O maior partido, o PMDB, é extremamente periférico no esquema de poder. Por um motivo simples: parece não saber o que quer. Tanto que, para a convenção de hoje, não deverá fechar questão em torno de tema que, ao menos para o mundo político, deveria ser simples: a reeleição para FHC.

O passado, o presente e o nebuloso futuro do PMDB contam, de alguma forma, a história das incongruências político-partidárias brasileiras, em especial o fato de que os partidos são conglomerados informes, com raras exceções. Se o foco está hoje no PMDB, é porque ele continua sendo o maior partido e, por extensão, o expoente maior de anomalias que minam a saúde do sistema político.

## INCOMUNICÁVEL

06/02/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

## INCOMUNICÁVEL

Fazer política sem ser polido. Essa parece ser a máxima de alguém que, mesmo sem ocupar um cargo eletivo, tem um papel muitas vezes mais decisivo que deputados e senadores: o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. Visto por muitos como braço direito do presidente Fernando Henrique Cardoso, por outros como emissário do que o presidente não pode ou não quer dizer ou fazer pessoalmente, ele é sobretudo um articulador que "não se contém" e volta e meia tem atitudes incontinentes.

As suas declarações prometendo "destruir" o governador do Paraná, Jaime Lerner (PDT), provável adversário da reeleição de FHC (acompanhadas, em seu espírito, por afirmação do deputado Inocêncio Oliveira), são apenas mais uma evidência, certamente não a última, dessa incontinência que em nada contribui para a evolução dos costumes entre as lideranças políticas brasileiras.

É irrelevante que Motta queira por vezes fazer crer que tanta truculência seja apenas um mero traço de personalidade. Sendo um agente político, um homem do poder, um ministro do círculo íntimo do presidente, algumas de suas investidas são não apenas condenáveis, mas, em última análise, possivelmente ineficientes até mesmo do ponto de vista dos interesses sempre pacificadores do próprio presidente da República.

Mas o repertório do ministro não se limita a traços folclóricos. A provocação lançada por Motta, afirmando que o PSDB chegava para ficar pelo menos 20 anos no poder, é nesse sentido significativa. Parece que a "persona" do militante que combateu o regime militar assimilou atitudes e sobretudo a perspectiva de continuísmo que eram tão peculiares aos "tecnocratas" de plantão.

Político eleito ou não, é razoável esperar de quem ocupa funções públicas pelo menos um esforço para manter um mínimo de decoro.

## **ECONOMISTA PLATÔNICO**

11/02/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN; ÓBITO

ECONOMISTA PLATÔNICO

Morreu um dos mais importantes e polêmicos economistas brasileiros deste século. Mário Henrique Simonsen, ex-todo-poderoso da política econômica no regime militar, mas também mestre e conselheiro de parte da geração que criou o Plano Real, destaca-se entre os que se dedicaram à triste ciência no país.

Simonsen será sempre lembrado por seus tratados de dinâmica macroeconômica e filosofia da ciência. Dominou como poucos, no mundo acadêmico internacional, a formalização matemática de modelos econômicos. Sua reflexão sobre inércia inflacionária é o núcleo teórico a partir do qual uma geração de economistas igualmente brilhantes lançou-se contra a hiperinflação.

Como todo grande economista, Simonsen naturalmente tinha no poder do Estado uma referência obrigatória. A política econômica é o terreno em que o cientista econômico, meio engenheiro, meio político, coloca à prova seus conhecimentos.

Os mais críticos o acusavam de pretender transformar a sociedade brasileira num grande laboratório. Não parece ter sido esse o caso de Simonsen, que provavelmente tinha do Estado uma visão platônica. Talvez como forma alegórica de reafirmar uma visão aristocrática do saber e do poder, fez campanha aberta pela monarquia, com argumentos ao mesmo tempo lógicos e irônicos.

Simonsen explicou com clareza o mecanismo do Plano Real. Em vários artigos, alertou para a inutilidade dos truques cambiais e financeiros sem o devido ajuste fiscal. Economista acima de tudo, foi nos últimos dois anos um dos que mais alertas deu sobre os riscos de um Estado falido sobre uma economia dinâmica.

Como lembrava, dias atrás, Roberto Campos, nesta Folha, existe quem veja o Estado como um ladrão. Simonsen talvez traduzisse esse pensamento de outra maneira: com a suspeita de que o Estado é, frequentemente, um usurpador da razão.

## **RETÓRICA TECNOCRÁTICA**

06/04/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ECONOMIA/TECNOCRACIA

RETÓRICA TECNOCRÁTICA

Os economistas que por muitos anos dominaram a máquina governamental consagraram não apenas o casuísmo na política econômica, mas, também, como decorrência, uma absoluta falta de consideração pela opinião pública. Por muito tempo, as práticas desses tecnocratas foram atribuídas ao sufoco do regime militar. Espantoso é constatar que, em plena democracia, os hábitos da tecnocracia continuam arraigados e prosperam na equipe econômica.

O exemplo maior continua sendo o diretor de assuntos internacionais do Banco Central, Gustavo Franco.

Depois de sustentar por anos um discurso que procurava desqualificar os críticos da política cambial, transformando a reação do presidente à "fracassomania" em ideologia de auto-elogio, Franco agora admite a possibilidade de uma guinada recessiva na política econômica.

O motivo dessa adesão tardia a uma espécie de neopragmatismo é o desequilíbrio nas contas externas que, segundo as antigas teorias daquele diretor do BC, seria positivo para a estabilização e para o futuro do país.

Agora, diante das evidências de que muitos "fracassomaníacos" eram apenas críticos com bom senso, o governo admite conter o consumo.

Como ficam as empresas que apostaram no discurso de Franco e comprometeram recursos e projetos supondo confiáveis os parâmetros defendidos religiosamente por uma das autoridades econômicas mais incensadas, até pelo presidente FHC?

Como ficarão consumidores endividados, que em muitos casos são trabalhadores ainda empregados, diante da perspectiva de um arrocho no crédito cuja finalidade é compensar as importações inchadas pela valorização cambial?

Fica o dito pelo não dito, exatamente como ocorria com os tecnocratas dos tempos áureos do "milagre econômico" que, apesar dos alertas feitos pelos economistas de fora do governo, acabaram mergulhando o país num poço de endividamento externo e interno cuja herança ainda não foi liquidada.

O maior problema, porém, não é o passado e sim os possíveis abalos na confiança da sociedade e dos investidores, internos e externos. Abalos cuja gravidade é função direta da inconsistência retórica e prática de autoridades econômicas do país.

**PAULO FREIRE**

03/05/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; PAULO FREIRE; ÓBITO

PAULO FREIRE

Diferentemente do que afirmam alguns necrológios de personalidades, não se pode dizer que a morte do educador Paulo Freire encerre uma época na história da educação brasileira. Nem que ela servirá para reaver parte da notoriedade que sua obra perdeu nos últimos dez anos.

Ainda está longe de ter sido superado, ou mesmo enfrentado com eficácia, o desafio de realizar um amplo e consistente trabalho de alfabetização de adultos das classes menos favorecidas do país. E a importante obra de Freire soube, como poucas em todo o mundo, não apenas refletir sobre esse desafio, mas abrir caminhos para suprir essa carência básica nos países subdesenvolvidos.

Tendo coordenado o programa nacional de alfabetização nos últimos dois meses do governo João Goulart, Freire viu abortado pelo golpe militar de 64 seu projeto de educação popular, cuja eficácia pudera demonstrar em experiências bem-sucedidas no Nordeste, antes de sua nomeação.

Em seu asilo chileno até 69, bem como em sua estada na África na década de 70, quando ofereceu valiosa contribuição para trabalhos de alfabetização em regiões recém-descolonizadas, Freire conquistou tamanha notoriedade que, desde então, sua obra tornou-se ponto de passagem obrigatória para ações e reflexões voltadas à educação popular.

Sua principal contribuição talvez tenha sido mostrar que, dado o cotidiano adverso das classes sociais carentes, é fundamental que a alfabetização procure valorizar o significado e a importância específica das palavras no mundo dos mais pobres.

Educar era, para Freire, um ato político. Sua obra mostrou que aprender a ler e escrever é uma forma de compreender o mundo. Alfabetizar adultos de baixa renda, sem que eles vejam a importância da leitura e da escrita na interpretação e transformação de sua realidade, seria o caminho mais curto para o fracasso. O falecido Mobral provou-o à exaustão.

A educação brasileira tem muito a aprender com o legado de Freire.

## **O PRAGMATISMO DE FHC**

20/05/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GOVERNO FHC

#### O PRAGMATISMO DE FHC

O escândalo da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição não compromete, pelo menos até o eventual surgimento de fatos novos, o presidente da República. Mas é inegável que Fernando Henrique Cardoso corre todos os riscos que podem advir do tipo de sustentação eleitoral e parlamentar ao qual seu governo optou por recorrer.

Primeiro, coligou-se a partidos (PFL e PTB) cuja imagem está ligada ao fisiologismo. Para manter-se no poder, em especial nos Estados mais pobres, o PFL não raro recorreu a ações que FHC sempre condenou, como sociólogo e como senador.

Eleito, FHC ampliou ainda mais o leque de alianças para compor a sua base parlamentar. Recorreu ao PMDB, o partido que abandonou por não aceitar o predomínio, ao menos em sua seção paulista, do quercismo, com tudo de condenável que está associado a esse rótulo. Incorporou também figuras do PPB, apesar de o partido ter Paulo Maluf, histórico adversário, como grande cacique.

FHC pode ter sido levado a essas alianças por pragmatismo político e eleitoral. Talvez não se elegeisse sem o apoio do PFL. Talvez conseguisse aprovar no Congresso menos ainda do que conseguiu até agora se não contasse com votos de partidos cuja história política contraria a modernidade que o presidente diz encarnar.

No entanto, talvez o presidente tenha ido longe demais nos afagos a aliados como o governador do Acre. Até este ponto de seu mandato, o presidente vem tendo poder e prestígio suficientes para estabelecer um limite aceitável de pragmatismo. Em outras palavras, FHC tinha força política bastante para não dar sinais de que admitiria barganhas condenáveis para aprovar seus projetos; deixaria, assim, de satisfazer o apetite negociata sempre crescente de alguns de seus partidários. Estes não teriam alternativa a não ser continuar como aliados do poder, como têm feito, pelo menos, desde o regime militar; mas, nesse caso, é possível que controlassem sua avidez.

#### **REFORMA URGENTE**

25/05/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: POLÍTICA PARTIDÁRIA

## REFORMA URGENTE

As biografias políticas dos comprovadamente envolvidos no escândalo da reeleição dão bem a medida da urgência das reformas políticas.

Um dos deputados que alardeou alegremente ter vendido seu voto, Ronivon Santiago iniciou sua carreira no extinto PDS, foi eleito deputado pelo PMDB (votou contra o impeachment de Collor) e reeleito em 94, dessa vez pelo PPR, passando depois ao PFL. Conseguiu seu último mandato com cerca de 7.000 votos.

João Maia, protagonista da segunda fita divulgada pela Folha, não tem uma história muito diferente. Passou pelo PT, PP, PSDB e PFL.

A trajetória desses deputados \_comum à de tantos parlamentares\_ delineia mais do que inconsistência ideológica. O baixo padrão moral que escândalos sucessivos vêm revelando indica coisa pior. A falta de consistência política é, na verdade, estimulada talvez por dinheiro, comumente pela oferta de cargos e por outros conluíus. Mecanismos que impusessem alguma fidelidade partidária poderiam ao menos diminuir o valor e a atração das moedas podres do balcão do Congresso.

Outro aspecto saliente da vida política de Ronivon e Maia, compartilhado com seus colegas de Estados pouco povoados, é a falta de representatividade. Instrumento do regime militar, a engorda artificial de bancadas foi ainda reforçada depois da volta da democracia. Se no Acre alguém chega à Câmara com meia dúzia de milhares de votos, em São Paulo necessita-se, no mínimo, de 26 mil.

Um ambiente político mais sério pediria ainda um sistema como o do voto distrital misto, que tornaria o parlamentar mais visível e fiscalizável pelos eleitores, que, ademais, não veriam diminuído seu poder de determinar a composição da Câmara.

Essas e outras distorções \_como a obrigatoriedade do voto, que dá margem ao clientelismo\_ devem ser objeto de reforma urgente, sob o risco de se perpetuarem vícios que, além de desvirtuar o sistema político, degeneram até em casos policiais.

## MAIS UM FERIADO

09/07/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL



Assuntos principais: FERIADO ESTADUAL/REVOLUÇÃO CONSTITUCIONLISTA DE 1932

### MAIS UM FERIADO

À primeira vista, nada mais antipático do que questionar a procedência de um feriado. É compreensível que o trabalhador, de modo geral, aprecie os dias em que está desobrigado de comparecer ao trabalho.

O brasileiro acostumou-se a essas datas. Tornou-se um hábito comum no país planejar a semana em função de feriados. Muita gente viaja com a família e costuma emendar o dia de descanso no fim-de-semana, "enforcando", como se diz, um ou dois dias de trabalho.

A população do Estado de São Paulo deve ter até o final deste ano 15 feriados, incluindo o de hoje. É mais ou menos o que ocorre em todo o país. O 9 de Julho, data da Revolução Constitucionalista de 1932, havia sido abolido do calendário de feriados pelo regime militar. O governador Mário Covas resolveu em má hora ressuscitá-lo, sancionando um projeto apresentado na Assembléia.

A decisão de Covas está amparada pela legislação federal sobre o tema, que faculta a cada Estado da União o direito de escolher uma data para instituir o seu feriado. Trata-se, para dizer o mínimo, de uma maneira um pouco provinciana de contemplar o espírito federalista.

Não está em discussão a relevância histórica da Revolução de 32. Com todo o respeito que merecem os veteranos daquele movimento, o ponto em questão é a conveniência de se acrescentar mais um feriado a um calendário já repleto deles.

Em termos econômicos, o prejuízo causado pelos feriados deste ano não será desprezível. Já descontadas as férias mensais do trabalhador e os fins-de-semana, os 15 dias de feriado correspondem a uma perda extra de cerca de 6% na atividade produtiva.

Ademais, a população fica, nesses dias, privada de alguns serviços essenciais. Fecham bancos, supermercados e correios; hospitais e farmácias funcionam só em regime de plantão, atendendo emergências.

Não é preciso ir muito além para provar que, pesando-se na balança custos e benefícios, o excesso de feriados é danoso ao país. E quem paga a conta é o próprio trabalhador.

### LIBERTAR A UNE

09/07/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: UNE

### LIBERTAR A UNE

Ao longo de sua tumultuada história, a União Nacional dos Estudantes (UNE) tem oscilado entre os extremos da representação. Em alguns momentos críticos, como no crepúsculo do regime militar ou na campanha pelo impeachment de Collor, ela pareceu sintonizada com a vontade da maioria dos universitários. Na maior parte do tempo, porém, não poderia ser maior a distância entre a base estudantil e uma cúpula que não passa de marionete controlada por micropartidos de esquerda.

A razão desse comportamento esquizofrênico pode ser encontrada no modo de escolha de seus dirigentes. Superada há muito a fase das perseguições e da semiclandestinidadade, por incrível que pareça a UNE ainda não adotou o salutar princípio da eleição direta. Durante congresso realizado em Belo Horizonte, pouco menos de 2.000 delegados acabam de homologar para o próximo biênio a chapa do PC do B, que se eterniza desde o começo da década no comando da entidade.

Pode-se perguntar o que a grande maioria dos estudantes tem a ver com o estatismo ultranacionalista do PC do B, corrente outrora ligada ao maoísmo e que hoje vegeta numa desimportância folclórica. São os cavilosos conchavos propiciados pela eleição indireta que permitem esse artificialismo na representação estudantil. A UNE se transformou em fantoche de um grupelho pouco interessado em ensino, pesquisa acadêmica ou capacitação profissional.

A crescente despolitização entre os universitários também é alimentada por esse estado de coisas. Somente um movimento que tenha por origem a base estudantil e por meta estabelecer eleições diretas poderá restituir à entidade o peso que ela já teve, afastando os manipuladores e devolvendo a UNE aos estudantes.

### **PT SEM RUMO**

20/07/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PT

PT SEM RUMO

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, já admite a derrota de sua agremiação nas eleições presidenciais de 1998. A legenda já cogita até mesmo a hipótese de concorrer com um antecandidato, a exemplo do que o então MDB fez com Ulysses Guimarães em 1974.

A crise do PT, contudo, tem raízes mais profundas do que as do lançamento de uma antecandidatura contra o regime militar. O PT, simbolizado por Lula, o seu mais importante líder, chegou em segundo lugar na corrida presidencial em dois pleitos consecutivos. Disputou com boas chances vários governos estaduais (ganhou dois nas últimas eleições) e elegeu prefeitos em diversos municípios de todo o país.

No entanto, cindido entre o projeto de tornar-se um partido de massas e de sucesso eleitoral e o resistente traço esquerdista radical de boa parte de suas tendências, o PT mais e mais embrenha-se numa luta autofágica. Lula, a "direita" e o "centro" do partido parecem cada vez mais inclinados a seguir o caminho do pragmatismo político.

As tendências de esquerda e seus aliados ainda agem, infelizmente, como se a agremiação devesse limitar-se a contestar o "statu quo", tal como ocorrera quando de sua criação, no final dos anos 70.

É esse o grande dilema do partido hoje. Ou bem aceita a vocação de disputar o poder com boas chances de eleger representantes e governantes, o que implica a criação de um programa afirmativo de administração e a aceitação de alianças, ou terá de, cada vez mais, agarrar-se a pequenos, mas extremamente barulhentos grupos (a exemplo do MST) que, no mais das vezes, não têm outras propostas a não ser a de sair em defesa de seus próprios interesses, notadamente corporativos.

O PT vive uma crise de adolescência, mas tem inevitavelmente de escolher o seu caminho, sob pena de ele afinal se autodestruir.

## **A USURPAÇÃO NAZISTA**

04/08/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: NAZISMO NO BRASIL

A USURPAÇÃO NAZISTA

Começou a funcionar na semana passada a comissão instituída pelo governo federal para investigar a passagem de patrimônio nazista pelo Brasil. A iniciativa se enquadra em uma ofensiva do Congresso Judaico Mundial para localizar bens de famílias judaicas que foram usurpados pelos nazistas.

O resultado mais visível dessa ofensiva, por enquanto, se deu na Suíça, com a localização de 1.872 contas inativas no valor de US\$ 43,7 milhões, a maioria esmagadora das quais pertencente a judeus.

É claro que a investigação no Brasil não ganhará a mesma proporção da realizada naquele país. Mas é inegável a relevância da comissão. A sua criação insere o país no louvável e imprescindível esforço de investigação de uma das piores tragédias da história mundial \_o holocausto.

A primeira comissão nesse sentido foi criada na Suíça, em fevereiro de 1996. Depois vieram Estados Unidos, França, Inglaterra e, agora, o Brasil. Aqui, a iniciativa tem relevância especial, dada a ambiguidade da relação do governo Getúlio Vargas com o regime nazista.

O Congresso Judaico Mundial estima que entre 1.200 e 1.500 nazistas entraram no Brasil nas décadas de 40 e 50. A avaliação da entidade é que há 14 contas bancárias desativadas no Banco do Brasil, em valor estimado de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões.

O rabino Henry Sobel diz que a intenção, sempre que possível, é restituir os valores aos sobreviventes \_ou familiares\_ que tenham tido seus bens usurpados. Quando houver impossibilidade, os recursos deverão ser distribuídos entre os sobreviventes do holocausto de cada país.

Com a criação da comissão, o presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra, mais uma vez, ser sensível a temas de importância para a democracia. O presidente já havia exibido a mesma sensibilidade ao criar, no ano passado, a comissão para indenizar os familiares de pessoas que morreram ou desapareceram durante o regime militar.

## **O LEGADO DE BETINHO**

11/08/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ÓBITO DE BETINHO

O LEGADO DE BETINHO

Foi, em larga medida, a ação obstinada de Herbert de Souza, o Betinho, que nutriu em muitos brasileiros o sentimento de que boa parte das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das gravíssimas questões sociais no Brasil pecavam \_ e ainda pecam \_ pela inoperância.

Talvez como nenhuma outra personalidade pública desvinculada de governos e militâncias partidárias, Betinho soube encarnar em sua vida pessoal e pública algumas das causas sociais de maior apelo popular nos últimos anos.

Cantado por Elis Regina, o "irmão do Henfil" simbolizou inicialmente o clamor pela anistia política nos estertores do regime militar.

Portador do vírus da Aids, o sociólogo foi um dos primeiros a falar abertamente da doença que o acometeria e, com a convicção de que o escamoteamento das dimensões do mal redundaria em seu agravamento, conquistou autoridade e credibilidade para inspirar campanhas de esclarecimento popular sobre a urgência das medidas preventivas.

Na sucessão de novos governos empossados pelo voto popular num Brasil em redemocratização, Betinho soube como poucos demonstrar uma saudável descrença em relação aos belos discursos que, invariavelmente, declaravam altissonantes a "prioridade do social" e que afinal desembocavam em pífias ações.

As campanhas intensivas que comandou contra a fome e a miséria, pouco programáticas e quase despidas de ortodoxia ideológica, pareciam dizer a todo tempo que certas demandas sociais não poderiam esperar por frutos do "longo prazo", anunciados pelas políticas governamentais que eventualmente se dignassem a contemplar a indignância na cidade e no campo.

Por isso, talvez houvesse mais equívocos do que acertos nas críticas dos que denunciavam seu "mero assistencialismo". A abnegação de Betinho provou que o imediatismo também é necessário quando vidas humanas estão à beira do perecimento.

## **NOVA LEI DE IMPRENSA**

13/08/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

NOVA LEI DE IMPRENSA

Qualquer análise da atual Lei de Imprensa revela o seu anacronismo. Sancionada em 1967, durante o regime militar, ela está impregnada da Doutrina de Segurança Nacional e do combate à subversão.

A substituição da atual lei vem sendo discutida desde o começo da década e, até o momento, não se conseguiu chegar a um texto que, garantindo a punição de abusos, não se torne um instrumento de censura.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara deve votar hoje o substitutivo do deputado Vilmar Rocha (PFL-GO), que traz avanços em relação à legislação em vigor, mas pode representar grave retrocesso no ponto em que trata do pagamento de indenizações. O texto prevê que a condenação levará em conta a capacidade financeira do ofensor, mas não fixa limite para seu valor. Diz apenas que será respeitada a "solvabilidade" do condenado, o que é um parâmetro demasiado genérico.

Corre-se o risco de que os meios de comunicação adotem uma atitude intimidada \_nociva e perigosa para a sociedade como um todo\_ com receio de condenações que venham a inviabilizá-los economicamente.

Entre os avanços do substitutivo está o fim da pena de prisão para crimes de imprensa, proposta que encontra resistência no Congresso. O texto que deve ser votado hoje substitui a prisão por penas de multa e de prestação de serviços à comunidade.

A tendência moderna do direito penal é adotar esse tipo de condenação alternativa, tendo em vista o custo da pena de prisão e sua reconhecida ineficácia no combate a muitos tipos de crime. Os delitos de opinião estão entre aqueles em que a conduta do ofensor não apresenta risco físico que justifique sua segregação.

As lideranças responsáveis do Congresso não podem se omitir em questão dessa relevância. O desejável equilíbrio entre liberdade de imprensa e proteção contra excessos praticados em seu nome não pode ficar à mercê de paixões circunstanciais, nem muito menos servir de vendeta por parte de parlamentares incomodados pela crítica aberta e pública.

## **PELA LEI DE IMPRENSA**

24/08/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

## PELA LEI DE IMPRENSA

Não há qualquer dúvida de que o direito de resposta do ofendido pelos meios de comunicação é uma garantia fundamental, que deve ser exercida com rapidez. Mas reduzir a complexidade da relação da imprensa com a sociedade apenas a esse aspecto é uma opção equivocada, que traz embutido o risco de retrocesso.

É exatamente esse o caminho que vem sendo trilhado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor de projeto sobre direito de resposta aprovado quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Requião defende que sua proposta se sobreponha ao projeto de Lei de Imprensa que está na Câmara dos Deputados, cujo relator é o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO).

O projeto é fruto de discussões que se desenvolvem no Congresso desde o início da década de 90. O texto tem falhas pontuais, mas representa avanço significativo em relação à Lei de Imprensa em vigor, sancionada em 1967, durante o regime militar.

Evidentemente, o projeto da nova lei contempla o direito de resposta e estabelece prazos bastante reduzidos para sua análise pelos meios de comunicação e pelo Judiciário.

Além disso, o texto em discussão na Câmara acaba com a pena de prisão para jornalistas, que passariam a ser submetidos às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade.

As empresas jornalísticas também ficariam sujeitas a pagamento de indenização por dano moral ou à imagem. Nesse aspecto, o projeto precisa de aperfeiçoamentos, com a fixação de teto que afaste o risco de condenações excessivas, que possam inviabilizar a atividade da empresa.

O melhor caminho para o estabelecimento de uma lei que garanta a liberdade de imprensa e a rigorosa punição de abusos é o aperfeiçoamento do projeto que está na Câmara e não sua substituição por um texto limitado e insuficiente.

## **LEI ELEITORAL OU "LEI FHC"?**

12/09/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI ELEITORAL

LEI ELEITORAL OU "LEI FHC"?

A elaboração da lei eleitoral para 98 vem se notabilizando por uma vergonhosa sucessão de casuísmos, manobras, pressões impróprias e até mesmo pequenos "golpes brancos" da base parlamentar governista com o fim quase específico de facilitar a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A mais recente investida nesse sentido partiu do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que conseguiu aprovar ontem na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado um projeto substitutivo que piora o projeto original aprovado pelo plenário da Câmara, de autoria do deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP).

A nova lei deve ser votada nos próximos dias pelo plenário do Senado, onde há folgada maioria governista. Trata-se, na prática, de mais um dos instrumentos legais de recondução do presidente-candidato, e não, como seria desejável, de um mecanismo de garantia de igualdade na competição pelos votos em 1998.

Entre os pontos inaceitáveis da nova lei, os mais graves referem-se às facilidades absurdas de acesso à mídia concedidas a FHC. O presidente poderá, por exemplo, convocar cadeia de rádio e TV em plena campanha; poderá também, sem a autorização prévia da Justiça Eleitoral, fazer propaganda de atos, programas e obras de seu governo.

A lei concede ainda aos atuais governantes o direito de contratar, demitir sem justa causa ou dar vantagens ao funcionalismo público durante os três meses que antecedem a eleição. É uma ameaça a um dispositivo que vinha se tornando tradicional na legislação, uma tentativa de evitar o clientelismo que grassa em períodos de campanha. Até essa precaução agora pode ser derrubada.

Se for aprovado esse pacote de medidas descaradamente governistas, o Congresso terá contribuído para comprometer a lisura do pleito de 98. Quanto a Fernando Henrique, que durante o regime militar, como intelectual e político, foi um dos líderes que mais insistiram na urgência de se construir no país as bases de um verdadeiro Estado de Direito, esperava-se que tivesse agora uma atitude claramente contrária a uma lei que vai beneficiá-lo, mas que prejudica, e muito, a vida da democracia.

## **OS VIVOS DO CARANDIRU**

30/09/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL



Assuntos principais: CHACINA DO CARANDIRU

OS VIVOS DO CARANDIRU

Há cinco anos, a PM levou ao cúmulo sua prática então contumaz de usar o gatilho para cumprir suas funções. Na época em que os assassinados pela corporação ultrapassava a casa do milhar, a PM deu fim a uma revolta em presídio exterminando 111 presos, no que ficou conhecido como massacre do Carandiru.

Esse exemplo de barbárie concentrada ocorreu no regime de selvageria policial durante o governo Luiz Antonio Fleury Filho, quando a PM chegou a ser responsável por cerca de 25% dos homicídios em São Paulo. A repercussão até internacional do Carandiru fez refluir a violência policial \_em 94, a PM matou cerca de três centenas. Apesar do recuo, sobreviveram hábitos herdados do regime militar e a cultura da violência indiscriminada \_como o prova o caso de tortura e morte em Diadema.

Mas, se a cidadania tem poucas razões para festejar, passados cinco anos do Carandiru há pessoas que têm, sim, razões para comemorar. São os beneficiários da impunidade. O primeiro deles é Fleury, que agora, com cinco anos de atraso, vem a público para dizer que "houve massacre". Fleury nem sequer foi objeto de investigações oficiais.

Comemora também o coronel Ubiratan Guimarães, então comandante da PM em São Paulo e responsável pela operação no presídio. Eleito deputado estadual, beneficia-se da condição de parlamentar e não pode ser levado a júri popular. Desde agosto, o Tribunal de Justiça aguarda a autorização da Assembléia \_que não se manifesta\_ para processá-lo.

Quanto aos demais policiais, também não se sabe quando nem como serão julgados. O juiz responsável pelo caso disse que irá decidir até o final do ano se os leva a júri popular.

Para completar, nenhuma das 13 famílias das vítimas que ganhou na Justiça o direito de indenização recebeu o dinheiro do Estado. A ferida do Carandiru continua aberta. Até quando prosseguirá a impunidade?

## **PFL NA ENCRUZILHADA**

06/10/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

PFL NA ENCRUZILHADA

Desde seu nascimento, o PFL desempenha na política brasileira o papel de partido da situação. A disposição com que apóia qualquer governo já faz parte do anedotário nacional e tem respaldo nos fatos. No entanto, parece haver hoje um projeto pefelista de estruturação da legenda, para que ela possa chegar ao poder não mais na condição de coadjuvante.

Criado em 1984 como dissidência do PDS, esteio do final do regime militar, o PFL aliou-se ao PMDB para levar Tancredo Neves à Presidência da República. Participou da Nova República de José Sarney na condição de sócio menor do PMDB. A seguir, em uma reforma ministerial, embarcou decididamente na canoa de Fernando Collor e, mais adiante, abocanhou alguns ministérios do governo Itamar Franco. Diante da polarização na sucessão de Itamar, isto é, a "ameaça" de Lula, o partido mais hábil em matéria de preservar-se no poder aliou-se ao PSDB e sustentou a nascente candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

De raiz tradicionalmente regional e identificado com o fisiologismo e o clientelismo, o PFL procura, a partir das eleições de 94, mudar esse perfil e sua imagem. Desde então é nítida a tentativa do partido de diminuir sua dependência de adesões episódicas a governos para começar a se cacifar como núcleo do poder no futuro. Há alguns anos, o PFL vem-se expandindo nacionalmente, agregando quadros políticos que podem contribuir para reduzir os seus estigmas. Com isso, espera ganhar tanto estrutura eleitoral como respeitabilidade. A partir de 94, triplicou o número de governadores e se tornou o maior partido do Congresso.

Apesar de ter atraído figuras como o ex-prefeito César Maia, o governador Jaime Lerner, o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e o líder sindical Luiz Antônio de Medeiros, entre outros, o PFL cresce incorporando também políticos de menor gabarito, para dizer o menos, tais como o governador do Acre, Orleir Cameli.

O PFL talvez ganhe ainda mais força política e até ocupe posição hegemônica em futuras composições de poder. Mas, dividido entre a defesa \_nem sempre clara\_ da bandeira liberal e a excessiva tolerância com o fisiologismo, o partido ainda não definiu uma identidade política e ideológica que lhe permita liderar um projeto viável para o país.

## **A IMPRENSA E OS CIDADÃOS**

19/10/97

Editoria: OPINIÃO   Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: LEI DE IMPRENSA

## A IMPRENSA E OS CIDADÃOS

Tramitam no Congresso dois projetos de lei que tratam da atividade jornalística. É evidente que eles não dizem respeito apenas aos interesses corporativos das empresas de comunicação e dos profissionais do jornalismo. Dispõem sobre a liberdade de informar, de opinar e de obter informações; enfim, tratam da autonomia da esfera pública e dos direitos individuais, elementos fundamentais do regime democrático.

Mas, na elaboração do texto legal, ao detalhar direitos e deveres dos meios de comunicação, o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) e o senador Roberto Requião (PMDB-PR) legislam também no sentido de cercear a liberdade de imprensa.

O projeto de Rocha, aprovado em comissão da Câmara, tem o mérito de revogar a lei de imprensa em vigor, de 1967, obra do regime militar. Essa sobrevivente do entulho autoritário estipula, por exemplo, que a imputação de um crime a um presidente da República seja sempre considerada calúnia, não importa a prova que o jornalista apresente. A lei de 1967 dava ainda ao ministro da Justiça o poder de apreender publicações.

No entanto, a ameaça autoritária persiste na lei proposta por Vilmar Rocha, pois "leis especiais" estabeleceriam casos em que podem ser proibidas a circulação de jornais ou a emissão de programas de rádio e TV.

O projeto Rocha não se limita, porém, a tornar legal esta forma de censura. Procura também cercear a obtenção de informações e a forma de divulgá-las. O artigo que trata dos deveres dos meios de comunicação emprega critérios abstratos e sujeitos à interpretação arbitrária para definir o que é jornalismo ético ou discriminatório. O projeto veda as "referências discriminatórias" sobre religião e convicções políticas. Além de vagas, as definições são autoritárias pelo fato mesmo de estipularem o que pode ou não ser dito, independentemente de se tratar de calúnia, injúria ou difamação.

No que diz respeito aos ataques à honra dos indivíduos, o projeto Rocha garante, corretamente, a celeridade da tramitação legal do direito de resposta. Tema correlato, a nova lei exige que os meios de comunicação garantam a pluralidade de versões sobre matéria controversa.

Nos artigos que tratam da punição para os crimes contra a honra e das penas pecuniárias correspondentes, o projeto Rocha deixa ao arbítrio dos juízes a questão subjetiva do montante da reparação aos ofendidos.

O problema é espinhoso, pois estão em jogo tanto a suficiente indenização devida a pessoas e a empresas prejudicadas como a sobrevivência da empresa jornalística e, por consequência, da

liberdade de divulgar e ter livre acesso às informações. O projeto estabelece que a Justiça deve levar em conta "a capacidade financeira do ofensor, respeitada a sua solvabilidade". Mas é temerário permitir que a chamada "indústria das indenizações" prospere na ausência de limites definidos em lei, forçando os meios de comunicação a uma eventual atitude de autocensura.

Os jornalistas ficam sujeitos a multas de até R\$ 100 mil e penas de prestação de serviços à comunidade, o que parece um privilégio. Calúnias de outros cidadãos podem sujeitá-los à prisão, segundo determina o Código Penal. Mas nesse caso é o código que deve ser alterado. Aqueles que não representam ameaça física à sociedade deveriam cumprir penas alternativas, pois é sabido que o cárcere está desmoralizado como meio de recuperação de infratores.

Diferentemente do projeto Rocha, a lei proposta pelo senador Requião se limita a regulamentar o direito dos atingidos pelos meios de comunicação. Ao restringir seu escopo, porém, o projeto Requião não se mostra mais adequado \_pelo contrário. Não revoga a lei de imprensa autoritária e prevê punições como o fechamento de empresas jornalísticas, além de fazer com que a tramitação legal do direito de resposta seja mais lenta do que o é no projeto Rocha.

Os projetos da Câmara e do Senado são concorrentes e, em graus diferentes, contam com artigos que ameaçam a liberdade de acesso à informação. Espera-se que, na resolução do problema legislativo criado pela tramitação de projetos que tratam da mesma matéria, os congressistas corrijam as disposições que mutilam a liberdade de expressão e aperfeiçoem aquelas que tratam do respeito à imagem dos indivíduos.

## **DEGRADAÇÃO NA TV**

29/10/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: MÍDIA E COSTUMES

### **DEGRADAÇÃO NA TV**

A sociedade brasileira caracteriza-se por atitudes liberais em relação aos costumes. O brasileiro tende a ser tolerante diante de comportamentos considerados imorais ou libertinos para povos, por exemplo, de tradição religiosa puritana, como os norte-americanos. A

televisão, hoje talvez a principal caixa de ressonância de hábitos enraizados na sociedade, não poderia deixar de incorporá-los e reproduzi-los.

No caso brasileiro, no entanto, a situação chegou ao paroxismo. Assiste-se hoje pela TV a uma escalada de vulgaridade, de degradação e de humilhação. Os alvos desse comportamento podem ser, por exemplo, deficientes físicos ou o corpo feminino. Ainda essa semana, um programa dominical exibido à tarde mostrava mulheres nuas servindo de bandeja para um repasto de atores; na emissora concorrente, meninas de quatro anos dançavam de forma "erótica" sobre o gargalo de garrafas; num terceiro, que defende a violência policial, um portador de uma síndrome que deforma o corpo e causa retardo mental serve como bobo da corte \_isto é, do programa.

O problema não se restringe à TV. Outdoors e cartazes em bancas de jornal povoam as cidades com obscenidades que, obviamente, ficam expostas às crianças. É um equívoco, porém, deduzir desse quadro que a melhor saída seria a volta de alguma forma de censura, tal como ocorria, por exemplo, no regime militar.

Não cabe também ao Estado tutelar a sociedade no que diz respeito à liberdade de expressão. A própria sociedade tem meios para escolher o que deseja ou não ver na TV, e o mais simples e eficaz deles é o boicote a programas que julga inadequados. Tal atitude poderia inclusive evoluir para uma atuação mais organizada na forma, por exemplo, da criação de conselhos reguladores constituídos por representantes da sociedade civil para sugerir critérios (de horário, entre outros) que, sem ferir a liberdade das emissoras, contemplem os direitos de cada família e não tornem a programação apenas nociva para as crianças e a cidadania.

## **QUEM QUER CONTROLAR A TV?**

10/11/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: MORAL E MÍDIA/PESQUISA DATAFOLHA/ CONTROLE DA TV

### **QUEM QUER CONTROLAR A TV?**

Pesquisa Datafolha revelou que 75% dos telespectadores querem um controle sobre as programações das TVs. A maioria também considera que os programas abusam de cenas de sexo e de violência e que a TV exerce influências negativas na formação de crianças e de adolescentes.

Os dois programas dominicais de maior audiência, que têm apelado a atrações degradantes na guerra por telespectadores, foram classificados como inadequados por 46% e 52% dos entrevistados, respectivamente.

A pesquisa apresenta, porém, ambiguidades e contradições na opinião dos entrevistados. Avalia-se que as emissoras excedem-se em cenas impróprias, mas a programação das duas principais emissoras é considerada boa ou ótima pela maioria.

Enquanto 72% dos entrevistados aceitam a criação de um conselho para avaliar previamente a programação, mais de 70% dizem deixar seus filhos assistir livremente a programas condenados pela maioria.

Em que pesem o caráter liberal da sociedade brasileira em relação aos costumes e o fato de que a família contemporânea não é obviamente a única responsável pela criação de seus filhos, fica evidente a atitude de descompromisso dos pais. Parecem preferir delegar a terceiros uma tarefa que lhes cabe necessariamente.

Felizmente, a maioria não pretende passar ao Estado essa atribuição. Caso existisse algum tipo de controle sobre a programação, ele deveria ser feito, segundo 46% dos entrevistados, pelos próprios donos das emissoras. Para apenas 28%, esse órgão fiscalizador deveria ser composto de membros da sociedade.

A auto-regulamentação das emissoras é desejável. Mas tem sido insuficiente nos países em que não há conselhos de representantes da opinião pública para sugerir critérios, como o de horário. Suas análises, diferentemente da censura do regime militar, deveriam ser feitas a posteriori, sem ameaçar a liberdade de expressão, mas procurando resguardar a sociedade de programas nocivos.

## **OPORTUNISMO PEFELISTA**

14/11/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

## **OPORTUNISMO PEFELISTA**

Nas horas difíceis, espera-se de amigos e sócios solidariedade irrestrita. Essa regra deveria valer para as pessoas e as empresas, mas com muito mais ênfase nos negócios públicos. Uma palavra negativa de um aliado, em um momento crítico, pode provocar efeitos desastrosos

para o conjunto do país. Pois é exatamente esse comportamento condenável que vêm tendo os amigos políticos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em especial os do PFL.

Que o partido tenha restrições ao pacote é compreensível. Mas daí a fazer questão de trombeta-las, em termos até rudes, há um abismo. Ainda mais quando se considera que o PFL gabava-se de ser o mais incondicional aliado do presidente até agora.

Foi assim enquanto a lua-de-mel entre a opinião pública e o Plano Real \_e, por extensão, com o presidente\_ se manteve. Ao primeiro abalo, o PFL mudou de comportamento.

Uma mudança, aliás, coerente com a trajetória do partido. Seus principais líderes apoiaram o regime militar até que este entrou em irreversível declínio. A partir daí, boa parte deles aderiu à Aliança Democrática, a coligação que elegeu a chapa Tancredo Neves/José Sarney.

O PFL ajudou a garantir a Sarney os cinco anos de mandato, mas no fim o abandonou para apoiar Fernando Collor, embora Collor tivesse sido o mais virulento crítico de Sarney. Afastado Collor, os pefelistas passaram um curto período à deriva até se agarrarem à candidatura FHC.

Agora, ensaiam manter um pé em cada canoa \_o outro barco pode se chamar até Paulo Maluf. Os pefelistas não chegam a romper com FHC, embora ameacem dificultar a aprovação de um pacote que o governo considera vital, mas deixam aberta a possibilidade de abandoná-lo em 1998. Isto é, se a lua-de-mel da opinião pública com o presidente for definitivamente turvada pela crise.

Aparentemente, o PFL continua disposto a manter suas tradições.

## **O CASO PLANET HEMP**

15/11/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL/ERRAMOS

Assuntos principais: PRISÃO DOS INTEGRANTES DO GRUPO MUSICAL PLANET HEMP

### **O CASO PLANET HEMP**

A recente prisão dos integrantes do grupo de rock Planet Hemp, acusados de fazer a apologia do uso da maconha, deve servir de alerta para os perigosos precedentes que vêm sendo criados para o cerceamento da liberdade de expressão no país. O episódio, ademais, é

particularmente complexo por resvalar em outro ponto polêmico, relativo à legislação e à política do uso de entorpecentes.

A Constituição preserva inequivocamente, em seu artigo 5º, a liberdade de manifestação do pensamento. E inclui essa norma entre suas cláusulas pétreas, com vigência imediata, não cabendo portanto dúvidas quanto à importância que a ordem jurídica lhe confere.

Além disso, segundo parecer do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que determinou a soltura do músicos, mesmo sem entrar no mérito da questão, teria havido erros técnicos no flagrante que ocasionou a prisão, o que torna o episódio ainda mais merecedor de repúdio.

É preciso notar também que a severidade da atual Lei de Tóxicos, criada no regime militar, não se ajusta às recentes mudanças sociais, propondo um mesmo rigor disciplinar a casos diferentes, como o de um usuário esporádico e o de um traficante.

A detenção dos integrantes do grupo procurou, como já é de costume, atingir apenas alvos fáceis (porque ostensivos) no combate a uma prática com a qual o mundo contemporâneo tem convivido de maneira bastante conflituosa. A verdade é que as sociedades ainda não criaram consensos significativos quanto aos procedimentos para coibir ou mesmo tolerar o uso de entorpecentes. O pior é que a repressão às vezes acaba por chamar uma atenção excessiva para fatos que talvez estivessem destinados a não ter repercussão.

O episódio torna, pois, mais do que oportuna a tarefa de rever a atual legislação sobre uso de tóxicos; alerta também para a importância de a sociedade não transigir na defesa contínua da liberdade de expressão, sem a qual a democracia fenece.

## **ACM E O MOMENTO POLÍTICO**

26/11/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ACM

### **ACM E O MOMENTO POLÍTICO**

Difunde-se entre políticos e observadores da política a impressão de que Antonio Carlos Magalhães insinua sua candidatura à Presidência da República. Isto é, o senador pefelista seria candidato caso a economia e o prestígio de Fernando Henrique Cardoso sofressem um forte baque. Se ACM pretende de fato colocar-se como alternativa a FHC, só o tempo dirá.



Mas as condições políticas que tornariam possível tal projeto já estão à vista, com exceção da resposta do eleitorado ao nome de ACM.

O senador se esforça há mais de dez anos para deixar para trás a condição de político regional e o passado de colaborador ativo do regime militar. Como o grosso do PFL, vem conseguindo permanecer no governo há três décadas. Mas desde que abandonou o PDS, em 84, ACM tem sido um dos pefelistas mais eficientes em se aproximar do centro do poder, em especial após a aliança com o PSDB.

O ano de 1997 mostrou o sucesso da sua estratégia. Presidente do Senado e, portanto, do Congresso, líder do PFL, auxiliar-mor da aproximação de Fernando Henrique com Paulo Maluf, ACM tornou-se uma figura central da política. Agora, o senador quer fazer que sua imagem seja diferente daquela do governo que atualmente apóia. Veja-se a ênfase e a publicidade que deu a sua oposição ao aumento do imposto de renda previsto no pacote fiscal. Antonio Carlos Magalhães quer ainda, neste momento, dar peso nacional à sua personalidade política. Se vai ser candidato é ainda imprevisível; que acumula poder para talvez sê-lo fica cada dia mais claro.

Por ora é evidente que ACM não decidiu abandonar o barco governista. O Plano Real ainda é forte o suficiente para manter o grande pacto que governa o país, e ainda não há candidaturas oposicionistas ameaçadoras. Mas é certo que ACM deve ter consciência de que, a partir de meados deste ano, ficou nítida a insatisfação crescente com as limitações da ação do governo federal. Agora, os temores sobre o destino da economia são ainda maiores, o que abala a fidelidade eleitoral a FHC. E Antonio Carlos Magalhães já sabe que o risco de crise econômica pode crescer.

## **O FANTASMA DA UNE**

01/12/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: UNE

### **O FANTASMA DA UNE**

A UNE (União Nacional dos Estudantes) completa 60 anos confinada à irrelevância. Desconectada da maioria dos estudantes, cujos anseios em tese deveria interpretar, e refém de meia dúzia de dogmas políticos cujo anacronismo já se tornou folclórico, a entidade hoje não

é mais representativa. Foi sitiada por um grupelho oportunista incrustado no PC do B, que a transformou nos últimos anos em instrumento de práticas políticas autoritárias ancoradas em bandeiras agonizantes, como o estatismo e o ultranacionalismo.

O fato de que a entidade sobreviva à custa do monopólio sobre as carteiras que dão aos estudantes o direito à meia-entrada nos cinemas é apenas um sintoma mais evidente da sua completa insignificância.

Nos anos 60, quando o movimento estudantil eclodiu com força no mundo, a UNE aglutinou em torno de si interesses reais e parecia estar sintonizada com a demanda de grande parte dos universitários. A criação do CPC (Centro Popular de Cultura) e a resistência ao regime militar são provas da vitalidade de uma entidade da qual se podia discordar, mas que não se poderia ignorar.

O arrefecimento das aspirações coletivistas dos anos 60 esvaziou um dos motores do movimento estudantil. Enquanto alguns poucos líderes da UNE mergulhavam na insanidade da luta armada ou partiam para o exílio, a maioria dos estudantes se distanciava da política, a qual foi aos poucos perdendo a importância que tivera na vida dos jovens.

Criou-se um fosso entre uma base estudantil pulverizada e despolitizada e uma cúpula acostumada a conchavos que funciona como títere de grupelhos de esquerda sem nenhuma representatividade social. Se a desimportância atual da política estudantil não se deve exclusivamente à UNE, é fato que a maneira como a entidade se conduziu nas últimas décadas foi decisiva para espantar estudantes já propensos à apatia.

**1998**

## **ESTADOS SEM CONTROLE**

03/03/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ESTADO/DÉFICIT PÚBLICO

### **ESTADOS SEM CONTROLE**

Seria até bem-humorada ou irônica, se não fosse inoportuna, a notícia de que o governo vai aprofundar estudos sobre a relação de Estados e municípios com o déficit público.

Depois de tantos debates e planos econômicos, ficou bastante evidente que é política a questão fiscal, em especial a de Estados e municípios.

Falta é controle. A redemocratização, particularmente a Constituição de 1988, relançou o pêndulo do poder tributário em favor de Estados e municípios. Afinal, o poder central exacerbado no regime militar era amparado também na concentração do sistema fiscal na esfera federal.

Infelizmente, desde 88 já surgiu uma herança de "esqueletos". Houve abuso no endividamento para o suposto pagamento de precatórios, malversação de bancos estaduais, inchaço de fundações, empreguismo e, sob as barbas do Conselho de Política Fazendária (Confaz, órgão que deveria coordenar as ações estaduais), uma absurda guerra de incentivos para investidores, a "guerra fiscal".

A parte do governo federal nessa desestruturação da federação, entretanto, não pode ser subestimada. São o BNDES e o próprio Ministério da Fazenda que apóiam privatizações e renegociações de dívidas sem, ao que tudo indica, exigir os devidos ajuste fiscal e disciplina tributária.

Há quem argumente que tais exigências enfrentam limites constitucionais. De fato, sem a reforma tributária o problema do déficit público jamais terá uma solução duradoura. Mas, então, como se justifica a divulgação sistemática, pelo governo federal, de informações segundo as quais o ajuste fiscal nos governos estaduais teria avançado? Como o governo explica o aparecimento súbito de cerca de R\$ 6 bilhões de déficit nas contas de Estados e municípios?

Da democratização fiscal, desejável e legítima em qualquer sistema federativo, à disseminação de práticas corruptas ou irresponsáveis, nas mais variadas formas, o salto foi rapidíssimo. Para invertê-lo, falta vontade política. Não estudos e planos.

## **UM INIMIGO DA DEMOCRACIA**

14/03/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: Jair Bolsonaro

UM INIMIGO DA DEMOCRACIA

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) pretende presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Legalmente não há nada que o impeça de exercer a função. Foi eleito e representa uma parcela da população. A questão porém não pode ficar restrita a esse aspecto.

Jair Bolsonaro é um notório adversário dos direitos humanos, se não das instituições democráticas. Defende a pena de morte e já chegou a pedir o fechamento do Congresso. Agora, afirma que, caso venha ocupar a presidência da comissão, pretende mostrar o "lado bom" do regime militar. Diz ainda que os policiais responsáveis pelo massacre de um grupo de sem-terra em Eldorado do Carajás, no Pará, são "vítimas" e que os mortos eram "desocupados".

Trata-se, como se vê, de alguém que demonstra total desprezo por direitos democráticos, que não se peja de reafirmar sua inclinação autoritária, quase sempre em termos pouco adequados a um parlamentar. A sua declaração de que a Comissão de Direitos Humanos "só defende direitos de picareta e de vagabundo" pode ser vista como uma espécie de antecipação do encaminhamento que gostaria de dar a esse tema.

O Brasil ainda é muito conivente com o desrespeito aos direitos humanos e as afrontas à cidadania. A cultura democrática é frágil e hesitante no país; encontra resistência para se enraizar numa sociedade que ainda manifesta fortes pendores autoritários, que, estes sim, não precisam de mais estímulo. A defesa dos direitos humanos, que para alguns às vezes parece abstrata ou até indevida, é parte fundamental para a consolidação da democracia. O Congresso tem o dever de participar desse esforço geral. A indicação de Bolsonaro para a presidência da comissão trabalha em sentido contrário.

## **DEMOCRACIA MUTILADA**

17/03/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GOVERNO/CONGRESSO

### **DEMOCRACIA MUTILADA**

O governo afoga o Congresso com medidas provisórias aos borbotões, um abuso que abastarda o entendimento de que tais medidas seriam remédio extremo, realmente urgente e relevante. O Executivo as edita como se foram os antigos decretos-leis do regime militar, mas

a responsabilidade por essa enxurrada legislativa também é do Congresso, que não as aprecia de maneira devida.

Essa análise precisa de um dos problemas mais agudos da democracia brasileira foi publicada em 1990 nesta Folha por Fernando Henrique Cardoso, então senador da República, sob o autoritário e execrado governo de Fernando Collor de Mello.

Nesse texto, lamentavelmente muito atual, o agora presidente FHC comemorava um dia segundo ele glorioso para a democracia, o anterior à publicação de seu artigo. Naquele 6 de junho, uma comissão da Câmara aprovava projeto que limitaria o abuso denunciado pelo então senador.

Pois bem: o presidente Fernando Henrique Cardoso superou o tão deplorado Collor na média mensal de emissão de MPs, além de reeditar 1.839 delas. Alguns desses editos presidenciais, que deveriam ser provisórios, já contam anos.

A responsabilidade por tal desmando, no entanto, não é de modo algum apenas do Executivo. Cabe em grande parte ao próprio Congresso. O Parlamento poderia retorquir que o excesso de MPs toma de tal maneira o tempo dos trabalhos legislativos que os congressistas ficam sob o tacão legiferante do presidente. No entanto, não se vê nenhuma iniciativa séria para regulamentar, limitando-o, o poder presidencial na matéria, ou para recusar em massa aquelas medidas que desrespeitem os preceitos constitucionais.

Cabe ao Congresso fiscalizar o Executivo. Quando a omissão nessa tarefa permite que o poder presidencial extravase na direção de assunto que, basicamente, é de responsabilidade do Legislativo, os parlamentares se tornam ademais coniventes com o desrespeito ao princípio republicano da divisão de poderes.

Erra, pois, o presidente ao exacerbar suas funções. A conivência da maioria dos congressistas amplifica o erro. O conjunto desses graves desacertos mutila a democracia.

## **O CASO FAYAD**

19/03/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: GENERAL FAYAD/TORTURA

O CASO FAYAD

Surgiu em setores da sociedade um compreensível mal-estar em torno da promoção do general Ricardo Agnese Fayad à função de subdiretor de Saúde do Exército. O general é acusado de ter participado de sessões de tortura a presos políticos durante o regime militar. Como médico, teria posto seus conhecimentos a serviço da repressão. Teve, por isso, seu diploma cassado pelos conselhos Regional e Federal de Medicina.

Não há, é preciso reconhecer, nenhum óbice legal à nomeação do general a um cargo oficial. Os crimes políticos foram anistiados em 79 de forma ampla, geral e irrestrita, conforme se dizia na época. O que parece estar em questão, no entanto, são as implicações éticas da nomeação de Fayad. É inevitável que se atribua a esse ato um significado simbólico. O que incomoda é o aspecto de premiação política, chancelada pelo presidente da República, de alguém, ainda que anistiado, que é acusado por vários prisioneiros políticos de ter participado de crimes hediondos.

É preciso refletir muito sobre o que representa a nomeação para cargos públicos de pessoas envolvidas em tortura ou em outros atos de violência física. Não é recomendável, sobretudo num país que em as garantias fundamentais da cidadania ainda encontram várias resistências para se enraizar, que pessoas com comportamento altamente condenável, ou mesmo repulsivo, sejam recompensadas pelo Estado.

O governo Fernando Henrique Cardoso, e não apenas em razão da biografia do presidente, tem um compromisso histórico com o avanço do Estado de Direito no país. A criação da comissão de mortos e desaparecidos políticos, que está decidindo sobre a indenização às famílias das vítimas que foram assassinadas por agentes do Estado durante o regime militar, é um sinal inequívoco de amadurecimento democrático. Mas é também um gesto político, assim como a nomeação de Fayad.

## **NEGOCISTAS HISTÓRICOS**

17/04/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PARTIDOS/REABERTURA

## **NEGOCISTAS HISTÓRICOS**

A vergonhosa e vulgar negociata entre parlamentares petebistas e o PPB registrada nesta Folha pelo repórter Lucio Vaz é o ápice, pelo menos por ora, da longa história de barganhas e

de governismo a qualquer custo do PTB, legenda ressuscitada como um fantasma fisiológico por Ivete Vargas no final dos anos 70. O neopetebismo é um exemplo de como arquiteturas políticas que condescendem com a politicagem de baixo nível podem degenerar no negocismo mais impudente.

Com a posse do presidente João Baptista Figueiredo, em 1979, o regime militar decidiu de vez dar fim ao bipartidarismo, à camisa-de-força que limitava o universo político formal do país à Arena e ao MDB. Tal sistema partidário se mostrara perigosamente plebiscitário \_ou se era contra ou a favor do governo, o que, naqueles anos de crise incipiente, ameaçava a base político-parlamentar do poder instalado em 1964. Figueiredo e o regime procuravam assim não só dividir a oposição como fazer com que o governo não fosse sustentado apenas pelo PDS, partido oficial sucessor da Arena. O PP, de Tancredo Neves, poderia ser um aliado sério, centrista, na transição. O PTB, recém-renascido, logo se submeteu ao regime militar em troca de cargos de terceiro escalão. Essa foi, desde sempre, a sua vida.

Desde então vários parlamentares do PTB se envolveram em irregularidades, mesmo propinas; alguns estão até hoje impunes, com apoio de suas lideranças. Foi sempre notório o vazio de idéias da legenda. Dizer que falta caráter político, ou qualquer outro, ao PTB talvez seja pouco. Na reunião negociada relatada por este jornal, um de seus próprios deputados, Duilio Pisaneschi, referiu-se ao teor excrementício do partido do qual ele lamentava fazer parte.

Ao confirmarem que barganhavam e dividiam o dinheiro que, segundo os petebistas, Paulo Maluf teria oferecido para conseguir apoio na eleição estadual em São Paulo, os parlamentares do PTB puseram uma placa na porta da legenda, na qual se lê: aqui se faz qualquer negócio. Resta ao eleitor enterrar de vez essa pequena máquina de regatear favores.

## **TÚNEL DO TEMPO**

15/06/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CENSURA/FIM DO CARGO DE CENSOR

### **TÚNEL DO TEMPO**

A censura prévia, que privou o cidadão de seu direito de se informar e de se divertir livremente durante a maior parte do regime militar, começou a arrefecer em meados do

governo Geisel. No entanto, ela foi oficialmente extinta apenas pela Constituição de 1988, que vedou "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". O último caso de censura federal ocorreu em 1986, sob José Sarney, quando o então ministro da Justiça, Fernando Lyra, proibiu a exibição do filme "Je Vous Salue Marie", de Jean-Luc Godard.

Pois bem, a censura felizmente acabou, mas não acabaram os censores. Existem ainda pelo menos 240 deles, locados na Polícia Federal, pagos com o dinheiro público, não se sabe bem fazendo o quê. Consta que estão distribuídos pela burocracia da PF, supostamente exercendo funções como a de assessoria de imprensa, por exemplo. Existe até mesmo uma Associação Nacional dos Censores Federais, o que parece vergonhoso, ou esdrúxulo, dependendo do humor com que se avalie a questão.

Não é apenas o mal-estar provocado pela permanência dessa figura extemporânea, associada a um passado de más lembranças, que incomoda. Além de insultar a cidadania e o espírito democrático, o fato de ainda existirem censores mostra certa inércia da máquina pública, incapaz de se desfazer de alguns fantasmas que pesam no bolso do contribuinte.

Esses 240 censores recebem cada um entre R\$ 3.300,00 e R\$ 4.600,00 mensais, o que representa, apenas em salários diretos, algo em torno de R\$ 1 milhão por mês.

O governo federal acaba de enviar um projeto de lei ao Congresso extinguindo o cargo de censor federal. A medida, ainda que tardia, é muito bem-vinda. Se aprovada, o que se espera, os censores terão de se submeter a concurso para serem reaproveitados como peritos criminais e delegados federais. O cidadão e o contribuinte agradeceriam esse gesto.

## **PEDRAS NO CAMINHO REAL**

01/07/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PLANO REAL

## **PEDRAS NO CAMINHO REAL**

O real, fruto do plano de estabilização mais bem-sucedido da história brasileira, faz hoje quatro anos. Como em outros momentos de virtuosismo da política econômica, a disponibilidade de recursos financeiros externos foi decisiva. E, mais uma vez, o risco de esgotamento da bonança externa é uma das principais ameaças à continuidade do plano.



Os "50 anos em 5" de Juscelino e o "milagre econômico" do regime militar foram em larga medida frutos de fases de prosperidade global.

Entretanto naqueles momentos a prioridade dos governos era o crescimento econômico, ainda que à custa de mais inflação. No ciclo do Real, pela primeira vez no pós-guerra um governo deu prioridade à luta antiinflacionária no Brasil, sacrificando o crescimento, se necessário.

Mas a estabilização feita por FHC não se resume à inversão de prioridades \_de crescimento para inflação.

Foi eliminado o uso da inflação como truque para equilibrar as contas públicas. Foi explicitado o desafio de as empresas serem competitivas sem a muleta da desvalorização cambial.

Dissipada a névoa dos debates inócuos sobre "reposição salarial", que apenas realimentava a própria inflação, a iniquidade da distribuição de renda e do acesso a serviços sociais ficou exposta em toda a sua crueza.

Ou seja, a estabilidade de preços não foi apenas uma vitória contra alguns vícios do passado. Também criou espaço para a busca de uma nova agenda para o país.

A reforma do Estado, a redução do custo Brasil e a superação da desigualdade, entretanto, avançaram menos que o necessário e muito menos que o esperado nos quatro anos de gerência estrita da estabilidade.

A dificuldade maior, agora, é não apenas avançar nessa agenda positiva, mas enfrentar o fato de que, como já ocorreu em outros ciclos virtuosos no passado, o fim da fase de bonança internacional é inelutável. E, mais uma vez, não foi possível criar bases de financiamento alternativas à externa quando tudo ia bem.

Há, portanto, ainda muitas pedras pela frente e, apesar dos inegáveis avanços, o fim do caminho ainda parece estar bem longe.

## **DEMOCRACIA ANALFABETA**

04/08/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: VOTO DOS ANALFABETOS

DEMOCRACIA ANALFABETA

Um dos aspectos em que o país mais progrediu no que diz respeito à democracia é o crescimento relativo do eleitorado em relação à população total do país. Antes do início do regime militar, os eleitores eram cerca de 20% da população. Agora, em 1998, são cerca de 66%. Tal progresso se deveu em parte à extensão do direito de voto aos analfabetos.

No entanto \_e muito grave\_, a cidadania de grande parte desse eleitorado ainda é limitada. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, mais de 66% dos eleitores não completaram o primeiro grau, ou seja, as oito séries do ensino fundamental.

Ainda pior, pelo menos cerca de 31% do eleitorado é com certeza constituído de analfabetos totais ou funcionais. Isto é, aquelas pessoas que não são instruídas o suficiente para entenderem textos rudimentares, as que não foram educadas o bastante para utilizar com mínimo proveito prático a pouca instrução que receberam. Trata-se em geral de cidadãos que não completaram quatro anos de escola.

Ou seja, irá às urnas um enorme contingente de brasileiros que praticamente só pode se informar sobre o país por meios audiovisuais. O problema é que a própria absorção das informações transmitidas por esses meios é limitada ou prejudicada pelo fato de que esses cidadãos não têm como contextualizá-las e compreendê-las adequadamente, por falta de maiores referências culturais, o que a leitura poderia oferecer.

Com a falta de instrução, fica prejudicada a pluralidade de informações a que o eleitor deve ter acesso. É também limitado o diálogo entre candidatos e cidadãos que, por deficiência educacional, não desfrutam do direito de poder ser convenientemente esclarecidos sobre as questões públicas em jogo. É devido à pobreza e a tal desastre na educação que o marketing eleitoral de baixo nível e a política de favor encontram espaço para progredir e, infelizmente, ter sucesso. O que representa grande ameaça à democracia.

## **ATRASADO E INJUSTO**

23/08/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ECONOMIA

ATRASADO E INJUSTO

O presidente FHC já afirmou que o Brasil não é um país subdesenvolvido, mas injusto. Ou seja, a economia seria ampla e madura o bastante para permitir um processo de distribuição de renda. O bolo, que no regime militar alguns diziam ser insuficiente, afinal teria crescido.

Mas, infelizmente, se o bolo cresceu, a forma com que o fez foi desequilibrada, e a riqueza, além de continuar concentrada, tem bases frágeis.

Para o governo FHC, com a estabilização, a privatização e a abertura comercial, um novo modelo de desenvolvimento teria sido lançado. Aos críticos que alertaram para o risco dessa estratégia, a equipe econômica respondeu com visões otimistas do longo prazo e apostas no início de uma nova era. A crise global teve o dom de revelar limites mais evidentes de tal aposta. Ainda assim, o governo insistiu na idéia de que as dificuldades atuais devem-se de modo quase absoluto ao choque externo.

Nessa linha de raciocínio, sem a crise asiática a economia brasileira assumiria novo contorno, delineado por um modelo de investimento agora capaz de produzir crescimento, menos desigualdade, ganhos de competitividade e reequilíbrio nas contas externas. Isto é, o Brasil estaria cumprindo com sucesso as etapas de uma transição que o consagraria como potência emergente, pólo de investimentos, competidora global e, com o fim da inflação, capaz de reduzir a injustiça social.

Infelizmente, surgem evidências de que esse modelo virtuoso está longe de obter resultados tão promissores, mesmo que o cenário externo deixe de ser adverso. É o que revela ampla e inédita pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU, sobre as características da onda de investimentos deslançada pela estabilização e pela privatização.

Em entrevista que a Folha publica hoje, Ricardo Bielschowsky, coordenador da parte brasileira do projeto, lança dúvidas relevantes sobre o alcance da transição que se iniciou.

Os investimentos recentes não seriam capazes de gerar o crescimento necessário para o combate à pobreza. Os capitais estariam sendo dirigidos para setores de pouco dinamismo exportador, o que não é bom augúrio para a situação já tensa das contas externas brasileiras e pode ser uma limitação importante para o crescimento da economia nos próximos anos. Ademais, tais investimentos estariam contidos pelas restrições macroeconômicas impostas pela própria política de estabilização.

O estudo da Cepal alerta ainda para a urgência de monitorar as metas de investimento nos setores privatizados ou em vias de privatização.

Cada uma dessas carências é também, do ponto de vista dos credores externos, um fator de risco estrutural para a política de estabilização.

A crise externa não é eterna. Mas os dados mostram que, ainda nos limites da economia doméstica, falta muito para o país deixar a triste condição de ter um desenvolvimento instável, insuficiente e injusto.

## **ATENTADOS BÁRBAROS**

16/09/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ATENTADOS/PRIVATIZAÇÕES

### **ATENTADOS BÁRBAROS**

Em menos de dois meses, instalações de duas empresas estatais prestes a serem privatizadas foram bastante danificadas com explosivos, ao que parece obra de profissionais \_sabiam tanto de bombas como dos alvos de suas ações terroristas.

O primeiro desses ataques, no dia 27 de julho, provocou a explosão de duas estações repetidoras da Embratel no oeste de Santa Catarina. O segundo ocorreu domingo, quando uma bomba destruiu uma torre de transmissão de energia da Furnas Centrais Elétricas, no oeste do Paraná, e outra, colocada em outra torre próxima do local da primeira explosão, falhou, tendo sido desativada pela Polícia Federal anteontem.

Há muito não havia registros desse tipo de ação abominável no país. O terrorismo, felizmente, cessou antes mesmo do fim do regime militar, quando foi prática tanto entre grupos armados de extrema esquerda quanto entre grupos paramilitares defensores do regime.

É óbvio que esses ataques não significam a volta do terrorismo, pelo menos não na mesma proporção de até há duas décadas \_muito longe disso. Não obstante, sua mera ocorrência num ambiente de normalidade democrática é intolerável e representa um retrocesso que deve ser combatido de pronto e com veemência.

A polícia ainda não tem suspeitos. Chama a atenção, no entanto, o fato de que os atentados tenham ocorrido às vésperas de privatizações. Mais do que os transtornos causados a milhões de pessoas, privadas do acesso a serviços essenciais, o que merece repúdio é a afronta delincente ao regime democrático. Espera-se das autoridades uma investigação tão célere

quanto possível, mas sobretudo profunda e minuciosa, para que se possam punir os culpados por essa barbárie e impedir que ela prospere.

## **ELEIÇÃO, LUZES E SOMBRAS**

04/10/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ELEIÇÕES

### **ELEIÇÃO, LUZES E SOMBRAS**

Pode parecer uma banalidade afirmar que a eleição de hoje é sinal do amadurecimento da democracia brasileira. Não é. Será, afinal, a primeira vez, desde que o país entrou em um sistema democrático realmente de massas e com plena liberdade de organização política, em que um presidente eleito democraticamente passa a faixa presidencial para seu sucessor (ou para si mesmo) também eleito nas mesmas circunstâncias.

Vale a pena, por isso, um brevíssimo resumo histórico: até 1930, o número de eleitores era ínfimo, na comparação com o total da população. No intervalo entre 1945 e 1964, além de permanecer, ainda que atenuado, o problema das limitações ao direito de votar, havia o banimento de correntes políticas, como os comunistas. O regime militar (64/85) banuiu as eleições diretas, que só voltariam a se realizar, no caso da Presidência, em 89. Fernando Collor, primeiro presidente eleito após 29 anos, perdeu o mandato, com o que coube a seu vice, Itamar Franco, transferir a faixa presidencial a Fernando Henrique Cardoso.

Em toda a história republicana, se se desconsiderar a chamada República Velha (até 1930), pelo seu caráter restritivo, apenas dois presidentes eleitos de forma democrática conseguiram terminar seus mandatos e passar o poder a dois outros também eleitos democraticamente. Foram Eurico Gaspar Dutra para Getúlio Vargas, em 1950, e Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros, em 1961. Há, pois, motivos para festejar o significado do pleito de hoje. Mas também há, é preciso reconhecer, sombras pairando sobre ele.

Primeiro, não se fez um esforço sério de reforma política, tantas vezes defendida neste espaço, para dar ao sistema partidário e eleitoral um mínimo de organicidade e para aumentar-lhe a representatividade.

Os partidos são, com poucas exceções, meras marcas burocráticas indispensáveis para o registro de candidaturas; os eleitos não têm fidelidade alguma às legendas pelas quais se

elegeram; há uma absurda distorção na representação dos Estados, o que faz com que o voto de um paulista, por exemplo, valha muito menos que o voto de um acreano.

Em parte como consequência dessa anomalia, nasceu a outra sombra: candidatos demais impedem a realização de debates sérios, em que o confronto de idéias possa funcionar como guia para que o eleitor fique mais informado na hora de votar.

A essa situação estrutural somou-se, este ano, o fato de que o presidente da República, candidato à reeleição, se furtou ao debate. Com isso, mais a omissão da oposição, ficou inteiramente à margem das discussões um dos pontos mais agudos da crise financeira sob cuja égide ocorre a votação. É o caso do déficit das contas externas, uma dificuldade que condicionará o desempenho do próximo presidente, seja quem for.

Não basta, ao contrário do que diz a oposição às vezes, para negar legitimidade ao pleito. Mas basta para demonstrar que o amadurecimento da democracia está longe de ser pleno. É importante dizer que o eleitor tem a principal parcela de responsabilidade, pelas luzes e pelas sombras, porque é ele, afinal, quem escolhe \_bem ou mal\_ seus governantes.

## **A NOVA CÂMARA**

13/10/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CÂMARA

### **A NOVA CÂMARA**

O número de parlamentares de blocos e partidos na Câmara não mudou significativamente em relação ao da última legislatura. As votações ocorridas após o fim do regime militar, aliás, não têm alterado de modo relevante o peso das bancadas partidárias. Tem ocorrido em geral uma transformação paulatina, tendência que o recente pleito veio a confirmar.

Parece haver exceções. O PSDB, por exemplo, elegeu desta feita 99 deputados, quando fizera 62 cadeiras em 94. No entanto, dada a facilidade de trocar a camisa partidária, os tucanos chegaram ao fim da atual legislatura com 95 deputados federais.

Pode-se lembrar também que, em 86, o PMDB elegera 260 deputados federais. Mas então os tucanos ainda se aninhavam nesse partido, que também se beneficiara do Cruzado. Foi uma eleição atípica.

Acabam-se aí as grandes exceções. O PT tem crescido desde sua estréia parlamentar em 82, quando fez oito cadeiras. O partido ganha deputados, mas cada vez mais lentamente e, mesmo assim, só agora ultrapassa os 10% de representação na Câmara.

Mas, desde 86, partidos como PFL, PTB, PDT e até o PMDB crescem ou minguam de maneira vagarosa o bastante para não alterar a balança parlamentar. A relativa estabilidade, porém, não redundava exatamente em previsibilidade nas votações parlamentares. A identidade ideológica das legendas e seu peso estão longe de determinar o jogo político.

O novo Congresso é, pelo menos nos números, majoritariamente governista. Ainda que o bloco de apoio a FHC tenha perdido deputados, haveria larga folga para aprovar emendas constitucionais propostas pelo governo. Não foi, porém, o que ocorreu na última legislatura. Se não for aprovada ao menos parte da reforma política, como a fidelidade partidária, é provável que o governo deva recompor sua "maioria desorganizada" recorrendo à negociação por cabeça, não raro fisiológica. Depende, no entanto, do próprio Congresso essa mudança na legislação partidária, iniciativa que os deputados pouco têm se animado a tomar.

Quanto ao relacionamento do Executivo com o Parlamento, há agora, ou deveria haver, no entanto, uma diferença fundamental: o compromisso de uma vez por todas incontornável com a austeridade. Pelo bem das contas públicas, o governo não deveria recorrer a favores orçamentários para deputados recalcitrantes, embora governistas e teoricamente adeptos das reformas. Como depende mais do que nunca do Congresso para tentar debelar a crise, FHC está diante de uma difícil equação, problema agravado pelo fato de que a política estará desde já orientada para a sucessão de 2002. Resta saber se governo e Câmara vão se comportar à altura dos desafios do país. De outro modo, o segundo mandato poderá ser marcado por graves dificuldades políticas, além de econômicas.

## **ACM E MALUF**

21/10/1998

Editoria: OPINIÃO    Página: 1-2    10/8920

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ACM/MALUF

**ACM E MALUF**

Numa avaliação política mais ampla, não seria de estranhar a aproximação entre Antonio Carlos Magalhães (PFL) e Paulo Maluf (PPB). Esses políticos são expoentes das cores mais

conservadoras do espectro ideológico. Compartilham comportamentos semelhantes no modo de desempenhar sua atividade, como por exemplo certa heterodoxia nos métodos de convencimento político. Os dois têm também forte personalidade, comandam suas bases com mão de ferro e demonstram grande e desabrido apetite pelo poder.

Mas talvez seja devido a traços em comum que esses políticos tenham se chocado em certas situações. Vale lembrar, a respeito, a ruptura entre Maluf e ACM no ocaso do regime militar. ACM pretendia que Mário Andreazza continuasse a lenta transição para a democracia. Apoiou esse que era o candidato do PDS à Presidência da República no Colégio Eleitoral. Mas Maluf bateu Andreazza na convenção pedessista. ACM, grande analista das oportunidades do poder, apoiou a chapa Tancredo-Sarney, vitoriosa na eleição indireta.

Esse tumultuoso percurso não impede que, mais uma vez, Maluf e ACM estejam na mesma canoa política, tendo os dois superado, por assim dizer, a troca de insultos de anos atrás. São dois profissionais.

Há porém algo de intrigante sobre o sentido e o futuro dessa aliança. ACM e Maluf têm navegado juntos com FHC devido à conveniência política. Se mantêm suas ambições de poder, um conflito entre os dois pode estar se desenhando nos próximos anos, devido à sucessão de 2002. Mas, é curioso, a eleição em São Paulo daria ao pepebista combustível para concorrer ao Planalto. Talvez a vitória de Mário Covas pareça a ACM menos administrável que a de Maluf. Ou, então, o político baiano estaria apenas angariando apoio provisório para manter a presidência do Senado. De qualquer modo, é difícil negar que se trata de um acordo instável. Duas figuras do tamanho e do apetite de ACM e Maluf parecem não poder se acomodar na mesma canoa durante muito tempo.

## **A TV ALÉM DOS MANUAIS**

22/11/1998

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PROGRAMAÇÃO DA TV

### **A TV ALÉM DOS MANUAIS**

Está em curso, patrocinada pelo governo federal, uma oportuna discussão sobre a qualidade da programação da TV. A iniciativa não é obra isolada das autoridades públicas. Foi, em grande medida, impulsionada pela insatisfação de parcela do público com os excessos de



certos programas. Existe em setores da sociedade um compreensível mal-estar diante do nível da TV. Seria difícil ignorar que nos últimos tempos, embora em diferentes graus, houve um recrudescimento da vulgaridade, da exploração variada da miséria, de bizarrices e de cenas de sexo em horários evidentemente impróprios \_ tudo em nome da audiência.

Identificados tais abusos, a dificuldade está em como lidar com o problema. De pronto, é preciso afastar as falsas soluções: censura ou prescrições prévias de conteúdo. O controle do Estado sobre os meios de comunicação, do que já houve uma sombria experiência no regime militar, seria um retrocesso inaceitável.

Não é essa felizmente a disposição do governo. O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, propõe, preliminarmente, que as redes adotem um manual de qualidade e assumam um compromisso público quanto à qualidade de suas programações. O governo se propõe ainda a discutir com as emissoras as normas básicas para tais códigos, a fim de que não venham a ser lacônicos e desprovidos de eficácia.

É preciso reconhecer, ainda assim, que o risco de que esses manuais caiam no vazio não é desprezível. O país tem experimentado em relação a esse tema uma espécie de círculo vicioso. Ele vai da insatisfação diante da TV à proposição de medidas para alterá-la, as quais, no entanto, não são cumpridas e caem no esquecimento até que surja uma nova onda de insatisfação. Lembre-se, a propósito, que a Abert (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV) elaborou um código de ética há vários anos, mas que continua sendo ignorado. Sucessivos governos já pressionaram por diferentes motivos as emissoras a fazerem a sua auto-regulamentação \_ sempre em vão.

Tem-se pois a sensação de que mais esse esforço pode ser frustrado, o que seria lamentável. É mesmo o caso de perguntar se essa discussão, pela relevância pública que encerra, não ganharia se fosse ampliada. Não seria o caso de, finalmente, aproveitar a mobilização em curso para debater questões de fundo, como os critérios de concessão dos canais de TV, as responsabilidades públicas de seus beneficiários e a contrapartida que têm oferecido à sociedade? Sem isso, manuais de qualidade podem vir a ser apenas um alibi cômodo para que tudo permaneça como está.

**1999**

## **O PFL E A CRISE**

Quinta-feira, 04/03/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL/GOVERNO

### O PFL E A CRISE

Tem sido raro passar um dia sem que os líderes do principal partido de sustentação do governo, o PFL, emitam críticas veladas, ou nem tanto, sobre a suposta, ou real, inação de Fernando Henrique Cardoso.

É tal o volume de ruído nas relações entre o PFL e o governo que já passou a ser usada reiteradamente a expressão "o PFL não carrega caixão", uma metáfora para dizer que o partido não tem por hábito manter-se ao lado de governos que se tornam impopulares, ou coisa ainda pior.

A história do partido parece dar razão à metáfora: os principais líderes do PFL apoiaram o regime militar e todos os governos que o sucederam, mas mudaram de lado na undécima hora, permanecendo no poder.

O problema é que o PFL só abandonou governos, até agora, quando estes já agonizavam e tinham pouco tempo pela frente. Sabe-se que FHC tem mais três anos e dez meses de gestão. O seu virtual abandono pelo partido mais forte do Congresso, hoje improvável, tornaria o futuro do governo uma grande incógnita.

A partir do instante em que o PFL passou a se queixar do presidente, outro grande partido em parte governista, o PMDB, também começou a reclamar, sempre veladamente.

Uma primeira análise diria que o presidente corre o risco de ficar politicamente órfão, sustentado apenas pelo seu próprio partido, o PSDB.

Mas uma leitura mais realista mostra que a orfandade do presidente não será ditada nem pelo PFL nem pelo PMDB, mas pela evolução do quadro econômico e seus subprodutos sociais. Se o governo conseguir reverter a expectativa hoje negativa, recuperará a fidelidade de seus parceiros. Afinal, o PFL pode não carregar caixões, mas tampouco rasga dinheiro, para lembrar outra expressão comum do repertório do poder.

Por mais que a coalizão governista esteja enfraquecida, o quadro econômico é que determinará se, além das dificuldades com o real, o governo será ou não obrigado a enfrentar também uma séria crise política.

### **CPI SOB SUSPEITA**

Domingo, 14/03/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CPI

CPI SOB SUSPEITA

Em momento algum foi tão nítida a vontade dos paulistanos de que se faça uma implacável investigação sobre os crimes cometidos pela máfia das regionais, apontando a responsabilidade de vereadores e de integrantes do Executivo. Mas, paradoxalmente, também nunca foram tão claras as chances de a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal terminar seus trabalhos de forma inconclusiva.

Não só três dos cinco integrantes da CPI pertencem à base governista \_o que, de certo modo, era esperado, em razão da adoção do princípio da proporcionalidade das bancadas nas comissões\_, mas também esses três são, eles próprios, "proprietários" de regionais ofertadas pelo prefeito Celso Pitta, como moeda de troca pela fidelidade ao governo.

Ao se constatar a suspeição de vileza \_o crime investigado por supostos vilões\_, evidencia-se de maneira redobrada a responsabilidade do Ministério Público do Estado. Este se lançou, aparentemente com forte disposição, na tentativa de desvendar essa enorme rede de corrupção, até seus últimos tentáculos.

De forma menos imediata, uma outra discussão deverá constar em breve da pauta das preocupações paulistanas. O atual divórcio de interesses entre, de um lado, os municípios e, de outro, legisladores e governantes por certo se deve à falência do atual modelo de descentralização administrativa, implantado em São Paulo no final dos anos 60 sem algum tipo de controle por parte dos municípios.

As administrações regionais foram concebidas como instrumento descentralizador da burocracia municipal, mas sem preocupação com o estreitamento do controle que o cidadão deve exercer sobre o Executivo nem quanto a uma dose maior de democracia, que, de resto, estava longe de ser prioridade no regime militar.

A Lei Orgânica do Município (1989) abriu a possibilidade de substituir administrações por subprefeituras. Isso implicaria a eleição, em cada uma, de um conselho de representantes para fiscalizar o subprefeito.

Há também quem defenda formas de organização diametralmente opostas, baseadas \_e o exemplo vem de algumas municipalidades norte-americanas\_ na estruturação de

subprefeituras segundo um modelo próximo ao empresarial, com a contratação de executivos e o cumprimento de uma política de metas. Mas mesmo esse gênero de solução "técnica" não estaria isento de corrupção sem o ingrediente indispensável da participação social.

A questão básica não está, neste estágio ainda embrionário da discussão, no fornecimento de modelos acabados, capazes de modificar por passe de mágica a cultura da desonestidade e do fisiologismo. Antes que a cidade de São Paulo naufrague de vez, é preciso um amplo e urgente debate sobre a forma de estruturar seu poder administrativo.

## **RESPONSABILIDADES DO BC**

Sexta-feira, 23/04/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-1

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: BANCO CENTRAL

### **RESPONSABILIDADES DO BC**

Na medida em que surgem suspeitas de conduta irregular do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, mais se torna obrigatório um exame crítico dos vícios que marcam o banco. Não se deve circunscrever o episódio aos problemas, em si graves, de conduta de um tecnoburocrata. Há questões que vão muito além. Dizem respeito ao funcionamento das instituições públicas. Claro que é essencial criar regras que coíbam e punam o uso do Estado e de políticas públicas em proveito pessoal de quem quer que seja.

Mas igualmente grave é constatar que, além da corrupção no varejo, houve inúmeros episódios de deturpação das funções do Estado, sempre em proveito de minorias, grupos e corporações. São casos de corrupção também, mas de uma modalidade que se poderia designar de coletiva: quando o interesse público é subordinado aos ditames de um grupo.

Foi assim, para não remeter a um passado ainda mais remoto, durante a crise da dívida no regime militar. O governo acabou por estatizar a dívida externa. Livrou a cara de setores endividados em dólares e jogou a conta sobre o restante da sociedade.

Na crise cambial recente, imperou a mesma lógica. O Banco Central e o Banco do Brasil empenharam bilhões de dólares em operações de "hedge" e ampliação da dívida pública em dólares que, na prática, constituíram mecanismos de transferência das perdas de algumas empresas e bancos para os demais cidadãos.

O governo lançou ao debate uma Lei de Responsabilidade Fiscal. A iniciativa é positiva. Mas como cobrar responsabilidade de prefeitos, governadores e presidentes se o BC continuar ao abrigo de regras de responsabilização, até mesmo pelos custos de operações financeiras decididas a partir de critérios duvidosos?

Francisco Lopes deve explicações. Mas elas nunca serão o bastante enquanto o BC atuar como um quarto poder, ilegítimo, da República.

## **O FUTURO DA TV PÚBLICA**

Sábado, 29/05/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TV PÚBLICA

### **O FUTURO DA TV PÚBLICA**

Pouco se sabe a respeito da nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa. A discussão de seus termos tem se dado até agora em reuniões de acesso restrito no Ministério das Comunicações. Espera-se que o projeto ainda possa ser debatido pela opinião pública antes de chegar ao Congresso. Afinal, trata-se de definir o arcabouço legal que irá substituir o ultrapassado Código Brasileiro de Telecomunicações, de 62, tanto mais desatualizado porque o decreto que o complementou, de 67, atendia interesses de um período de exceção.

Entre os muitos problemas que a nova lei terá que resolver, está o da TV pública. Hoje ela depende basicamente de recursos do Estado, que são insuficientes. A TV Cultura, de São Paulo, e a TVE, do Rio, há algum tempo vêm recorrendo ao mercado, na forma de apoios culturais e veiculando propagandas institucionais, para alguns de legalidade duvidosa.

Proibir simplesmente a propaganda nas TVs públicas parece ser o meio mais fácil de inviabilizá-las. Seria ademais anacrônico negar à TV Cultura a veiculação de anúncios, respeitados certos limites. Tão anacrônico quanto pretender que a emissora se dedique exclusivamente à educação formal, como diz a lei do regime militar, ainda em vigor.

A questão de fundo no entanto é: como garantir que a TV pública seja de fato pública, isto é, que não fique à mercê de duas tutelas, a do Estado e a do mercado? Se a dependência dos cofres públicos compromete a autonomia política da emissora, quando esta passa a depender da publicidade pode ver aos poucos sua programação ser desfigurada. A TV Cultura tentou

criar em 98 um imposto que lhe garantiria uma fonte fixa de receita, mas a proposta foi derrotada.

O problema de uma TV de fato pública e independente permanece pois sem solução, o que é tanto mais grave quando se vê o que oferecem as emissoras comerciais e a dificuldade de acesso às TVs por assinatura.

## **SOMBRAS NA PF**

Terça-feira, 15/06/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Assuntos principais: POLÍCIA FEDERAL

Seção: EDITORIAL

### **SOMBRAS NA PF**

Na semana passada, o Planalto parecia ter encontrado solução para mais uma crise em seus corredores e entre os partidos ditos governistas. Após muita inércia e indecisão, o que não é novidade, foi indicado o diretor da Polícia Federal. Com a nomeação o presidente pode até ter controlado, tardiamente, mais um foco de tumulto no governismo. Mas a história de erros nesse caso não parou por aí.

Um professor de filosofia e ex-padre, preso durante o regime militar, diz que foi torturado pelo policial indicado para dirigir a PF. Um religioso reafirma a acusação. Laudo da Secretaria da Segurança Pública do Maranhão registra que o professor José Antonio Magalhães Monteiro foi vítima de violências enquanto esteve sob a guarda de João Campelo, o diretor indicado da PF. Não há por ora evidência de que Campelo tenha presenciado a sessão de tortura ou que dela tenha tomado parte.

Seria leviandade criminosa dizer, hoje, que o presidente nomeou um torturador para dirigir a Polícia Federal. Mas causa mal-estar na opinião pública de um país democrático que tenha sido indicado alguém que pelo menos comandou agentes para quem a tortura é um método de investigação. Causa ademais espanto que o governo não tivesse considerado tal problema ao nomear um funcionário público de alto escalão, como se não bastasse a série de crises com as quais o Planalto tem se envolvido, em particular neste ano.

Tal espanto agora cede lugar ao pasmo da incompreensão. O governo confirma que Campelo tomará posse hoje, mas o presidente requereu ao serviço de inteligência investigações a respeito do funcionário que nomeou. Isto é, a Presidência da República como que comunica

ao país suas dúvidas sobre um delegado que já estará no comando da PF. O Planalto assume as incertezas a respeito do passado de Campelo e, enfim, lança descrédito sobre os critérios da decisão que tomou a tanto custo e após tanta crise. A um tumulto político o governo adiciona mal-estar na sociedade e, em seguida, desmoraliza os próprios atos. É deplorável.

## **CRISE DE AUTORIDADE**

Sexta-feira, 18/06/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: FHC/PF/TORTURA

### **CRISE DE AUTORIDADE**

Falta pouco para que a acidentada nomeação do diretor da Polícia Federal dê ensejo a um feito notável do governo. A longa hesitação na escolha de um delegado fez fermentar a discórdia no governismo. Mas a decisão de Fernando Henrique Cardoso está à beira de produzir uma harmonia perversa, de congregar, contra sua nomeação para a PF, aliados que vivem às turras. De um modo ou de outro, o presidente parece incapaz de conter a crise que provocou ao claudicar na escolha de um nome para cargo de segundo escalão.

De permeio a tal sequência de erros políticos está a falta de consideração pela opinião pública democrática e o vilipêndio da autoridade. Durante a longa indecisão de FHC, bravatas de partidos que decretavam seu direito sobre a PF arranharam o poder presidencial. A decisão do presidente contrariou e desautorizou o ministro da Justiça; sua escolha foi de resto desmoralizada pela investigação oficial a que está sendo submetido o delegado João Batista Campelo.

Renan Calheiros fez da cerimônia de posse do subordinado um espetáculo de afronta à nomeação e à autoridade presidenciais. Exacerbou tal cena ao anunciar que pedira novo inquérito sobre o delegado. Lançou-se, pois, descrédito em cadeia sobre todos os envolvidos no caso, mas impressiona em particular o fato de que um ministro repudie em público, com acinte e sem consequências, uma decisão do presidente.

Mas não foram essas apenas as autoridades depreciadas. Mesmo diante das informações prestadas pelos meios de comunicação a respeito do passado de Campelo, o presidente decidiu basear-se apenas em relatos da Casa Militar sobre o delegado. Para esse ministério nada havia que desabonasse o novo diretor da PF. O presidente afirmou não crer que seu

serviço de inteligência tenha lhe ocultado informações. Mas, se não ocultou, tal serviço é inepto, pois o caso de Campelo esteve pelo menos nos jornais, em 1993.

Grande parte dessa crise resulta do mal-estar provocado pela nomeação de um delegado sob cuja guarda presos foram maltratados física e moralmente durante um inquérito policial no regime militar. Não há, pois, motivo algum para que o governo sustente uma decisão que apenas reaviva um período sombrio da vida do país, tumultua o presente e fere sentimentos democráticos.

## **ESPERANÇA OU MEDIOCRIDADE**

Domingo, 04/07/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

### **ESPERANÇA OU MEDIOCRIDADE**

Seis meses e três dias depois da segunda posse, falta ao presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrar que quem manda de fato no governo é ele, conforme o próprio presidente tem sido obrigado a repetir nesses meses todos, exatamente porque há uma percepção generalizada de falta de comando.

A reforma ministerial de que tanto se fala é a grande oportunidade para que FHC dê uma guinada, hoje indispensável para tentar o resgate da desgastada imagem presidencial.

A rigor, o presidente nem tem escolha: ou compõe um novo ministério com nomes os mais respeitados e que não dependam do aval de caciques políticos ou estará condenado nos três anos e meio que lhe restam no Planalto à submissão a interesses menores, para dizer o menos.

Nem o país nem a biografia de FHC suportariam a segunda hipótese.

Logo, só resta a primeira. A favor dela jogam dois elementos: primeiro, o fato de que o presidente corre pouquíssimo risco de perder apoio parlamentar mesmo que faça uma reforma ministerial à revelia dos partidos.

O PSDB está atado a FHC por ser o partido do presidente. Perderá ou ganhará na exata medida em que ganhe ou perca o próprio FHC.

O PFL, mesmo antes de nascer, já era governo, o que pode parecer irônico, mas é apenas a verdade: seus principais caciques eram do PDS e, antes, da Arena, partidos de sustentação do regime militar. Não deve saber, até pelo seu código genético, fazer política na oposição.



O PMDB é uma formidável colcha de retalhos, mas formada por tecidos de corte muito mais governistas.

O segundo fator a exigir uma reforma que libere o presidente do controle político está dado pelas próprias avaliações de FHC, pelo menos nos seus discursos e entrevistas em recente viagem à Europa.

O presidente acha que a estabilidade, a grande conquista de seu primeiro período, já não depende, para ser mantida, de reformas constitucionais. Portanto o governo de Fernando Henrique Cardoso não mais necessita se submeter ao que se convencionou chamar de "ditadura dos três quintos", em alusão ao quórum requerido para emendar a Carta.

Esse quórum, sim, poderia eventualmente ficar ameaçado por uma revolta, ainda que de poucos parlamentares governistas. A maioria absoluta, necessária para não paralisar o governo, não será ameaçada.

Pode-se até argumentar que nem é preciso mudar o ministério, dado que a política econômica e setores sociais vitais, como educação e saúde, já estão nas mãos de pessoas escolhidas não pelos partidos, mas pela proximidade com o presidente.

Não é bem assim. A política partidária contaminou de tal forma a ação oficial que vetos até do ministro da Fazenda, como no caso dos incentivos à instalação da Ford na Bahia, são desprezados pela necessidade de manter a base político-parlamentar.

A reforma é, pois, indispensável, mas ela não pode se limitar a um punhado de nomes notáveis.

A reforma deveria ser igualmente o sinal de que o governo pretende ir além da estabilidade e quer, acima de tudo, recolocar a esperança no horizonte de uma sociedade descrente.

## **REGIÕES, NÃO RELIGIÕES**

Terça-feira, 13/07/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: INTEGRAÇÃO NACIONAL

## **REGIÕES, NÃO RELIGIÕES**

O debate e o jogo de pressões em torno da instalação da Ford na Bahia tomaram, o pior dos rumos: transformaram-se numa batalha grotescamente ideológica entre o Nordeste e as outras

regiões do país. É crucial sublinhar que ninguém pode ser contra, em sã consciência, a instalação de uma fábrica do porte da que a Ford pretende montar na Bahia.

O que exige discussão e o máximo de transparência é o quanto de fundos públicos, com quais custos e resultados, deve ser empenhado em projetos que, descolados de política mais ampla, beneficiam a poucos ou mesmo só a uma empresa, mas não necessariamente à região ou ao país.

Um dos traços repugnantes do regime militar era a manipulação de ideologias tidas por desenvolvimentistas no uso de recursos públicos. Lembrem-se os exageros cometidos em nome da "integração nacional".

Recursos públicos, administrados pelo Estado, foram malversados no atendimento a pressões políticas regionais. São Paulo, aliás, é o primeiro mau exemplo a ser lembrado. A federalização de dívidas (somente no município o amparo federal beira os R\$ 6 bilhões) pesa muito mais que o valor cogitado em subsídios à Ford.

Mas é irracional pretender justificar novos erros e descaminhos com os erros de política econômica e as irresponsabilidades das elites políticas brasileiras ocorridos no passado.

Há também um conveniente esquecimento de que outras políticas, mais estruturais, têm falhado. A Constituição de 88 descentralizou recursos e ampliou as transferências a Estados e municípios, ao menos em tese para desconcentrar poder econômico em favor de regiões mais pobres.

Tal esforço, porém, não produziu os efeitos esperados. Foi em parte anulado por outros atos de concentração do poder na esfera da União e até hoje o país carece de autêntica política de desenvolvimento regional.

Mas política não é religião e a questão regional não pode ser convertida numa ideologia que se pretenda colocar acima do equilíbrio federativo.

## **MONTORO, O REPUBLICANO**

Sábado, 17/07/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assunto principais: MORTE DE FRANCO MONTORO

MONTORO, O REPUBLICANO

De André Franco Montoro, morto ontem, pode-se dizer, sem correr o risco de exagerar, que se tratava de uma rara figura republicana na política brasileira. Ou, mais objetivamente, de um político genuinamente preocupado com a coisa pública.

Chega a ser até uma cruel ironia o fato de o seu destino político ter sido negativamente afetado justamente por esse tipo de preocupação. Quando se elegeu governador de São Paulo, em 1982, Montoro poderia ter seguido a linha de boa parte de seus antecessores (e que, de resto, seria retomada por seu sucessor), de buscar o prestígio graças à execução de obras, sem prestar atenção às possibilidades reais do erário.

Fez o inverso. Preferiu sanear as finanças de São Paulo, mesmo em uma época em que equilíbrio orçamentário ainda não era uma regra de ouro na condução dos negócios públicos. Essa atitude lhe custou muito, política e eleitoralmente.

Não obstante, a melhor memória que Montoro deixará para a história será a sua dedicação sem descanso à campanha das "diretas-já", que ajudou a sitiar o regime militar e contribuiu poderosamente para a transição para a democracia.

Não se trata de uma obra física. Não é algo que receba uma placa comemorativa. Mas, para um defensor do bem público, é talvez a mais inestimável das contribuições.

## **VÁCUO PERIGOSO**

Sexta-feira, 13/08/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PFL

## **VÁCUO PERIGOSO**

Tantos são os problemas de governo, é tão aguda a crise do Estado, e tão disseminada é a imagem de inapetência governatícia do Planalto que se tornou nada difícil posar de estadista. Líderes políticos sentem-se à vontade para sacar do bolso pacotes mal-amanhados de soluções de jaez populista. Assim, tais figuras tentam ocupar o ao menos aparente vácuo de poder com soluções e projetos que, curiosamente, dormitaram tanto tempo em suas mentes ora tão ativas e solícitas. Destaque-se, a propósito, o óbvio caso do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães.

O mais recente surto desse período de elucubrações do senador foi a sugestão, oferecida de maneira algo sensacional, de que é preciso tomar medidas para contornar o pagamento de

precatórios. Isto é, daquelas dívidas que os governos são obrigados a pagar por determinação irrecorrível da Justiça. De fato, trata-se de problema gravíssimo, por vários motivos.

O Estado de São Paulo tem uma dívida decorrente de precatórios de R\$ 5,6 bilhões. Argumenta-se que parte dela tem origem duvidosa, pois teria resultado, por exemplo, da cobrança de indenizações estranhamente altas. De todo modo, a falta de pagamento faz com que o governador paulista tenha contra si mais de 600 pedidos de intervenção no Supremo Tribunal Federal. Se o STF aceitar tais pedidos, o presidente da República terá de intervir em São Paulo. Está-se entre a hecatombe financeira e a crise política ou até institucional.

O senso de oportunidade de ACM fez esse tema ferver, com o que o senador atropelou Covas e o Planalto, que estudavam formas de resolver a questão. Não se sabe se o caso dos precatórios terá agora encaminhamento melhor, mas ACM deu outro passo no caminho de sua tentativa de plasmar a imagem de homem que faz, contraposta à de um governo que patina na inércia, não importa qual seja a base real desses rótulos.

Parece, pois, tratar-se simplesmente da estratégia, por parte de ACM, de se descolar do governo e, ao mesmo tempo, apregoar dons de realizador e estadista preocupado, em oposição à ora cadente figura de Fernando Henrique Cardoso. Assim, o senador e seu partido procuram reter os benefícios de estar no poder e evitar seu ônus mais pesado. Resta saber se a opinião pública ainda vai aceitar esse jogo, do qual o PFL parece se valer desde o fim do regime militar.

## **OS BICOS DOS ARAPONGAS**

Quinta-feira, 30/09/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES

### **OS BICOS DOS ARAPONGAS**

É desastrosa, para dizer o menos, a trajetória do serviço de inteligência do governo federal, a anunciada Agência Brasileira de Informações, Abin. Já expôs o presidente da República a constrangimentos como o de nomear para diretor da Polícia Federal um agente suspeito de comandar tortura de presos políticos ou de, abastecido por falsas informações da agência, declarar a existência de uma relação entre o MST e plantadores de maconha. A agência, ademais, foi incapaz de informar as autoridades federais da proximidade e da extensão da

recente paralisação dos caminhoneiros. Para isso, bastaria ter lido os jornais às vésperas do movimento.

Sucedânea do desditoso SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão de inteligência posto a serviço da perseguição política no regime militar, a Abin, que ainda não possui regulamentação legal para funcionar, lá recrutou muitos dos seus agentes.

Pois é sobre um desses arapongas, ex-agente do SNI, que recaem as maiores suspeitas de ter efetuado o grampo no BNDES na época da privatização do Sistema Telebrás. Por meio desse ato criminoso, gravaram-se conversas entre altas autoridades federais, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Admitindo-se, como hipótese, que o grampo foi feito por agente da Abin, há duas possibilidades que poderiam levar ao mandante da arapongagem. Ou o agente secreto realizou um trabalho extra, um bico criminoso, ou agiu dentro da hierarquia, recebendo ordens de superiores.

A primeira hipótese evidencia que, para araponga, bico pode significar bandidagem. A segunda, mais abjeta por revelar um poder paralelo no governo, é consequência lógica da existência de uma força obscura, que age em um vácuo legal. Até que os representantes da sociedade cheguem a uma decisão clara sobre a pertinência e os limites de um serviço de informações sigilosas, os cidadãos terão todo o direito de considerar que um órgão como a Abin é uma ameaça a garantias democráticas.

## **ESPIÃO DE SI MESMO**

Segunda-feira, 11/10/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: AÇÕES DA ABIN

### **ESPIÃO DE SI MESMO**

Afunila-se a investigação sobre executores e mandantes da escuta telefônica que gravou conversas de altas autoridades da República no ano passado, pouco antes da privatização do Sistema Telebrás.

A divulgação de parte dos diálogos \_que envolvia, entre outros, o presidente Fernando Henrique Cardoso\_ teve consequências políticas consideráveis para o governo. Caíram duas

das principais figuras em que o PSDB apostava para promover uma mudança de rumo nas políticas do segundo mandato fernandino.

A respeito do grampo, registre-se que, se porventura tiver sido efetuado por um agente do serviço de inteligência do governo federal em obediência a ordens de seus superiores, estará demonstrada a existência de um poder paralelo agindo por dentro do próprio Executivo federal, fato grave e deletério para as garantias democráticas no país.

O rumo das investigações sugere que tal hipótese não é nada improvável. A ordem para grampear conversas sobre a privatização da telefonia pode ter partido da própria Subsecretaria de Inteligência, órgão ligado diretamente à Presidência e subordinado ao chefe do que era então a Casa Militar, general Alberto Cardoso, que nega a versão. Em outras palavras, a se confirmar essa hipótese, o comando para realizar uma escuta de conversas que incluíram o presidente da República partiu da Presidência da República, o que seria um escândalo.

Outros detalhes, se também confirmados, tornariam a história ainda mais sórdida. Pode ter havido conivência de funcionários do BNDES para que o grampo fosse instalado em seu prédio no Rio. Como hipótese para a veiculação de parte das fitas, há a explicação de que o agente responsável pela escuta, percebendo que tinha informações valiosas nas mãos, simplesmente as vendeu.

Quando nem o presidente da República está imune à arapongagem praticada pelo seu próprio governo, quando pessoas de passado atroz no serviço secreto do regime militar atuam em uma agência de inteligência de um regime democrático, os direitos fundamentais de todos os cidadãos estão muito comprometidos.

## **PRIVATIZAÇÃO COM ESTADO**

Segunda-feira, 22/11/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: PRIVATIZAÇÃO

### **PRIVATIZAÇÃO COM ESTADO**

As mudanças recentes da economia brasileira ganham expressão na trajetória de uma empresa: a Embraer. Ex-menina dos olhos do estatismo do período nacional-desenvolvimentista, a fábrica de aviões chegou a virtualmente falir, foi afinal privatizada e incorporou sócios estrangeiros.

O balanço dessas mudanças ainda está em aberto, mas é interessante registrar que, até setembro, a empresa exportou US\$ 1,23 bilhão, ultrapassando as vendas externas de US\$ 1,18 bilhão da mineradora Vale do Rio Doce, que detinha a primeira posição no ranking das exportadoras.

Como estatal, a Embraer cristalizou alguns dos mais nefastos traços da estatização do regime militar. Transformou-se num cabide de empregos. Acomodou projetos de investimento que refletiam considerações de ordem política e estratégica mais do que os desafios da eficiência e da viabilidade. Sobreviveu à custa da socialização de prejuízos, ou seja, da injeção direta ou indireta, de resto descontrolada, de recursos públicos que poderiam ter sido utilizados em projetos mais afins à vocação regulatória ou à ação social do Estado.

Privatizada, a Embraer tornou-se viável e, conquistando mercados externos, talvez seja mais relevante para o interesse nacional do que abrigando projetos de "Brasil potência". Ainda assim o sucesso da empresa também resulta, apesar dos desvios e das distorções, da aposta dos militares na importância de criar uma base tecnológica, de recursos humanos e de infraestrutura, que jamais teria prosperado espontaneamente.

É oportuno lembrar, aliás, que o Estado continua presente na empresa, dando créditos de exportação, que recentemente foram alvo de julgamento pela Organização Mundial do Comércio. Ou seja, mesmo fora da produção, o Estado não pode perder de vista o horizonte estratégico e nacional nas suas políticas setoriais.

Sem estatização nem ufanismo, é possível ter políticas de desenvolvimento compatíveis com a globalização e sujeitas ao exame da sociedade.

## **PROCURAM-SE LIDERANÇAS**

Domingo, 28/11/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: REFORMA TRIBUTÁRIA

## **PROCURAM-SE LIDERANÇAS**

Nenhum país transformou suas estruturas de poder sem o concurso de fortes lideranças e de uma ampla mobilização social. Projetos de longo prazo para o país demandam um impulso menos formidável. Empenho para reformar apenas um setor caótico da vida do país seria, então, o mínimo requerido de um governo, qualquer governo. O que dizer, pois, do episódio

em que culminaram os trabalhos da comissão especial do Congresso que tratava de encaminhar uma reforma tributária?

O governo FHC há muito vinha deixando claro, para quem quisesse ver, seu desinteresse pela reforma. Os parlamentares que se lançaram ao desafio da reforma, independentemente dos méritos do projeto, sabiam também que a mudança não depende apenas do Congresso, mas envolve a repactuação da República em sentido amplo. É preciso buscar o consenso de governos estaduais e municipais, empolgar trabalhadores e empresários, fazer convergir interesses do Executivo e do Legislativo.

Esse tipo de mudança exige a mobilização de um amplo arco de alianças. Mas essa articulação, dada a sua complexidade e amplitude, é necessariamente demorada. E não há, no país, maturidade capaz de organizar os interesses econômicos, regionais e sociais em torno de projetos voltados para o longo prazo.

Não é por acaso que as reformas de sistemas tributários, em todo o mundo, geralmente ocorrem em países mais maduros, depois de muitos anos de debates e negociações ou, na pior das hipóteses, ocorrem sob o tacão de regimes ditatoriais (como aconteceu também no Brasil, nas reformas econômicas que se seguiram ao golpe militar de 1964).

Supondo, com otimismo, que seja sustada a sequência de impropérios trocados por Executivo e Legislativo, em clima de "Fla-Flu", como reconheceu o próprio FHC, há dois caminhos a seguir, não necessariamente excludentes entre si.

O primeiro é reiniciar, buscando novas lideranças e interlocutores, o processo de negociação e mobilização em favor da reforma. Isso apenas será possível se o presidente emprestar todo o seu empenho pessoal, se concentrar toda a sua capacidade de articulação em favor da reforma tributária \_mesmo que a sua implementação não venha a ocorrer ao longo de seu mandato.

O segundo caminho, necessário e compatível com o primeiro, é o da negociação mais rápida de pelo menos duas mudanças tributárias cruciais: o fim da guerra fiscal e a redução da cunha tributária sobre as exportações. Mesmo se não houver disposição do governo, como tem sido o caso até agora, para liderar um esforço autêntico em favor da reforma, enfrentar essas duas questões já seria uma contribuição para a estabilização econômica e para a retomada do desenvolvimento.

Há, no entanto, uma inércia que se perpetua, sobretudo no Ministério da Fazenda e na Receita Federal, seja porque a atual colcha de retalhos tributária garante arbitrariedade e receitas crescentes, seja porque a tecnocracia parece imobilizada pela gestão cotidiana de políticas de curto prazo.



Numa democracia, somente o desejo de organizar a nação em torno de projetos de longo prazo seria capaz de romper tal triste inércia. Procuram-se lideranças, antes que a República se esfarele numa guerra de todos contra todos.

## **TROPEÇOS DA TECNOCRACIA**

Segunda-feira, 29/11/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TECNOCRACIA

### **TROPEÇOS DA TECNOCRACIA**

Muito se falava em tecnocracia nos anos do regime militar, o que era uma crítica inevitável num período em que especialistas oficiais, em particular economistas, tinham guardida de um poder quase incontestado. Quase tudo isso é passado. Os representantes são hoje eleitos e, ainda que imperfeita, há democracia. Mas o vezo autoritário de certos técnicos, ademais estimulado por uma nova ditadura, a do economicismo, persiste.

A economia, embora nem ela nem os economistas saibam muito bem de suas certezas, quase se arvorou como dona da razão na esfera pública, e assim também os seus especialistas. Por vício profissional ou deformações menos aceitáveis, economistas e seus caudatários acreditam que ordem jurídica e debate democrático são embaraços, empecilhos descartáveis ou objeto de franco desprezo.

Não têm sido poucos os episódios em que o economicismo governante atropela diálogo ou institutos democráticos. Considere-se a catadupa de medidas provisórias com as quais o Brasil vem sendo governado, por assim dizer. É de justiça lembrar, porém, que tal ardor legislante é muita vez alimentado pela conivência do governismo parlamentar.

Na semana que passou, por duas vezes a equipe econômica do governo entrou em confronto com parlamentares. A comissão especial da reforma tributária, espezinhada em nota do Ministério da Fazenda, retrucou qualificando seus críticos de "terroristas tecnocráticos". Pouco depois, um diretor do Banco Central chamou de "lixo" o relatório elaborado pela CPI dos Bancos. Uma atitude providencial do presidente, ao que parece, resultou na demissão do diretor e evitou mais uma crise.

Tais episódios não são fortuitos; afluíram com força porque esse Congresso governista ora parece mais autônomo. Pode ter elaborado maus projetos ou relatórios, talvez, mas muito menos ainda no diálogo entre Poderes republicanos convém a desqualificação do interlocutor. De resto, a atitude arrogante de membros da equipe econômica é tanto mais descabida quando se nota que muito daquilo que ela alardeava como progresso econômico líquido e certo ruiu no início deste ano.

Certamente requer-se competência técnica, arrojo e decisão dos membros do Executivo. Mas nem na filosofia existe razão absoluta e objetiva; na esfera do poder e do debate social, tal pressuposto equívoco torna-se uma quimera autoritária.

### **CENSURA NO PIAUÍ**

Quarta-feira, 01/12/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: CENSURA

#### **CENSURA NO PIAUÍ**

Na Justiça do Piauí, inventou-se a imunidade midiática. Os meios de comunicação da capital do Estado, Teresina, estão impedidos de mencionar nomes de prefeitos piauienses em suas reportagens. Mas a proibição não vale para todas as situações.

Notas em colunas sociais ou notícias sobre inauguração de obras podem perfeitamente ser veiculadas com o nome do chefe do Executivo municipal. O que está vetado por liminar judicial é a menção dos prefeitos em associação com suspeitas de participação no crime organizado. Investiga-se no Piauí um esquema de desvio de verbas federais destinadas a municípios, envolvendo lavagem de dinheiro e assassinatos.

Registre-se que não é a primeira vez que a Justiça do Piauí \_de cujos quadros, aliás, já foram afastados alguns juízes suspeitos de relações com o crime organizado\_ concede esse benefício que censura a imprensa.

Argumenta a associação de prefeitos que obteve a liminar que há irresponsabilidade na publicação dos nomes de seus associados e que os danos aos atingidos têm sido grandes. Baseia-se em artigos da Constituição Federal de 1988 que tratam do caráter inviolável da intimidade.

A associação deveria, pois, arrolar os casos em que julga ter havido tratamento lesivo à intimidade, honra ou imagem de seus filiados prefeitos e requerer a devida reparação legal. Mas o que solicitou da Justiça e, pior, o que acabou por obter foi um instrumento censitário, que extrapola o convívio democrático.

Quinze anos depois do fim do mais recente período de ditadura no Brasil, não se pode tolerar esse tipo de instrumento de proteção dos poderosos locais que bloqueia a parte exercida pela mídia no controle democrático do poder público. Resta a esperança de que órgãos hierarquicamente superiores da Justiça restabeleçam a liberdade de imprensa em Teresina.

## **O GRANDE TÉDIO**

Segunda-feira, 13/12/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: POBREZA

### **O GRANDE TÉDIO**

Na semana do maior, mas pouco expressivo protesto de rua contra a recessão e o governo, em agosto, Janio de Freitas dizia no início de uma de suas colunas na Folha: "O tédio venceu. Todos parecemos invadidos por um enjôo infinito de tudo o que diz respeito ao governo, à política, ao marasmo palavroso da economia".

Parecia anteciper que, apesar de debates furiosos, crises intrigantes na política e discursaria oficial, mais um ano passaria com apenas lentos, se tanto, progressos; que mal se vislumbra o degelo da arrepiante estrutura social brasileira. Em 40% das famílias se passa o mês com menos de R\$ 100 por pessoa; 15 milhões sobrevivem sabe-se como com menos de R\$ 35 mensais, vê-se no IBGE.

A normalidade medíocre acabou por dominar e encerrar este 99 na névoa de um futuro por ora cinza. Para um ano que começou com perspectiva de catástrofe, o saldo pode parecer bom. Mas, se a inexistência de convulsão econômica ou social é um alívio, não basta para incutir ânimo.

Desde o fim do regime militar, o Brasil viveu reviravoltas quase trienais: Diretas-Já, Cruzado, nova Constituição, Collor, impeachment, Real e FHC. Esses momentos eram pontuados pela esperança de que o Brasil, dessa ou daquela vez, seria posto no bom caminho. Na ponta desse período de abalos, o país acabou bem ou mal por se ver em um patamar de estabilidade.

Evitou-se, assim, degradação social maior; houve um momento de ganho de renda, quatro anos atrás. E só. A paquidérmica e cruel inércia brasileira persiste, em meio ao tédio do discurso e da propaganda oficiais. Saúdam-se décimos de porcentagem de melhorias sociais aqui e ali nos pronunciamentos tecnocráticos. Eles reforçam a idéia já tão martelada de que os famintos deverão esperar anos de crescimento para que as migalhas do bolo que lhes sobram se tornem um naco de fatia. Nada de mexer na mumificada ordem socioeconômica, de cuidar dos mais pobres. Parece não haver hipótese de que uma lufada de ar fresco venha a mover o torpor da tumba social do Brasil.

## **GUERRILHA E CLANDESTINOS**

Terça-feira, 21/12/1999

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: TECNOCRATAS/FMI

### **GUERRILHA E CLANDESTINOS**

Quando assumiu o Ministério do Desenvolvimento, Alcides Tápias declarou-se "um guerrilheiro da reforma tributária". Desde então, o ministro parece ter caído, como é típico dos guerrilheiros, numa espécie de clandestinidade no debate dessa reforma. Seu maior desafio é enfrentar guerrilheiros mais experientes nos bastidores do Planalto. Um deles é o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que, mesmo nas raras oportunidades em que fala e age abertamente, é capaz abafar debates mais amplos sobre a política econômica.

Outro adepto da guerrilha de gabinetes é o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ele, ao que parece, não só age nos bastidores como ajuda a produzir manifestos políticos que, a pretexto de ampliar o debate, colocaram as negociações da reforma tributária em crise terminal.

Não deve, portanto, causar espanto o fracasso de Tápias em dar amparo à reforma ainda em 1999. A chance de consenso, em 2000 ou mesmo em 2001, parece mínima. O governador Mário Covas já declarou que a emenda constitucional "foi para o brejo". A Fazenda não abre mão de centralizar a arrecadação. Os governadores não abrem mão da guerra fiscal.

Nem é casual que estejam em campos opostos, no que se refere à reforma tributária. De um lado, a Fazenda e a Receita Federal; de outro, Tápias e ministros ligados à produção como Pratini de Moraes (Agricultura).

Trata-se de um contraponto que lembra as pressões da sociedade e dos empresários, no regime militar, sobre os tecnocratas. Estes atendiam prioritariamente ora ao monitoramento externo, por meio do FMI, ora às pressões do mercado financeiro. Isto é, apenas um governo centralizador, radical na busca de superávits fiscais dá, no curto prazo, tranquilidade na rolagem da dívida pública.

Ajustes estruturais e de longo prazo em favor da produção e do emprego, nesse contexto, ficam relegados ao segundo plano e à frustração.

**2000**

## **O BRIGADEIRO E O FÜHRER**

Quinta-feira, 13/01/2000

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: HITLER/FORÇA AÉREA/REGIME MILITAR

### **O BRIGADEIRO E O FÜHRER**

Há fortes motivos para a indignação que setores da sociedade civil estão manifestando a respeito das declarações do ex-comandante da Força Aérea Brasileira brigadeiro Walter Werner Bräuer, em entrevista à revista "Veja". Disse Bräuer, a propósito do líder nazista alemão Adolf Hitler: "Eu não defendo Hitler, mas também não posso atacá-lo. Se ele conseguiu mobilizar uma nação como a Alemanha, ele devia ter seu valor, claro. Era um homem carismático".

Ninguém discute o carisma de Hitler. Mas o mundo civilizado tem, sim, todos os motivos para atacá-lo, por ter se tratado de um dos grandes criminosos da História universal. Que um oficial das Forças Armadas revele uma certa admiração por esse tipo de líder já seria inquietante. Torna-se inadmissível quando se sabe que o oficial, no caso Bräuer, chegou ao topo da carreira, ao posto de brigadeiro e de chefe de sua Força.

Suas declarações infelizes, para dizer o mínimo, permitem temer pelo que se ensina nas escolas de formação de oficiais militares. Afinal, não é razoável supor que Bräuer tenha feito todos os cursos que abrem o acesso aos postos hierárquicos superiores sem ter aprendido ao menos o básico sobre valores democráticos e, acima de tudo, sobre valores humanos.

Se, em todos os anos de formação e de carreira, o brigadeiro não encontrou quem lhe ensinasse motivos para atacar Adolf Hitler, alguma coisa deve estar profundamente errada.

É compreensível, mas nem por isso perdoável, que o autoritarismo tenha impregnado a formação (e também a ação) de oficiais brasileiros durante o período do governo militar, que se encerrou em 1985. Mas, 15 anos depois de restabelecida a democracia, não se compreende \_e muito menos se justifica\_ que valores antidemocráticos e anti-humanistas, como os do nazismo, ainda consigam exercer atração sobre o oficialato.

## **ARQUIVOS DE CHUMBO**

Sexta-feira, 28/01/2000

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ARQUIVOS SECRETOS DO REGIME MILITAR

### **ARQUIVOS DE CHUMBO**

A decisão do ministro da Justiça, José Carlos Dias, de determinar a abertura dos arquivos secretos do período do regime militar em poder de seu ministério e da Polícia Federal representa mais um passo na elucidação de questões ainda obscuras da história recente do país.

A democracia está madura o suficiente para que a divulgação dos abusos cometidos pelas autoridades não venha a representar um risco institucional. Já se aprovou uma lei de anistia e se aplacaram os ímpetos revanchistas. Não há, portanto, razão para fazer segredo do que se passou nos porões da ditadura durante aqueles tempos sombrios.

Igualmente bem-vinda é a iniciativa de ampliar a abrangência da lei de indenizações aos parentes dos desaparecidos. Esse dispositivo, que já beneficiou 281 famílias, poderá contemplar mais 50. Sejam quais forem as alegações de parte das autoridades envolvidas, sob todas as circunstâncias, é lamentável que pessoas tenham sido mortas vítimas da violência política no Brasil.

Infelizmente, há razões para crer que parte significativa dos documentos relativos a esses anos de chumbo ainda esteja sendo mantida oculta, em arquivos das Forças Armadas ou de particulares. Seria desejável que viessem a público para dar transparência a essa página da história.

Já se tornou um lugar-comum afirmar que os que são incapazes de recordar o passado estão condenados a repeti-lo. A máxima é do filósofo George Santayana, mas, "stricto sensu", encerra uma imprecisão; afinal, é perfeitamente possível ignorar o passado e não repeti-lo, bem como conhecê-lo e, ainda assim, voltar a incorrer nos mesmos erros.

É inegável, contudo, que o conhecimento dos fatos pretéritos constitui o melhor, se não o único, recurso disponível quando se trata de evitar as armadilhas da história.

## **O PRIMEIRO DE MAIO**

Segunda-feira, 01/05/2000

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: DIA DO TRABALHO

### **O PRIMEIRO DE MAIO**

A marca inicial do 1º de Maio, o Dia do Trabalho comemorado em muitos países, é sangrenta. Nos primeiros dias de maio, há 114 anos, a repressão e a posterior perseguição aos principais líderes de um movimento de trabalhadores norte-americano que lutava pela redução na jornada de trabalho deu ensejo a que a data fosse adotada mundialmente. Curiosamente, nos EUA, berço desse acontecimento, o Dia do Trabalho é comemorado não em 1º de Maio, mas na primeira segunda-feira de setembro.

No Brasil, a data também passou por momentos historicamente muito diferentes. Nas primeiras décadas do século 20, era marcadamente comemorada pelos movimentos anarquistas na São Paulo das primeiras fábricas e dos imigrantes europeus. Pelo lado do poder público, os movimentos eram tratados como questão de polícia, isto é, na base da repressão. Mas veio a Revolução de 30 e, com ela, o trabalhismo varguista, que realizou uma espécie de apadrinhamento dos sindicatos, controlados pela mão do Estado. O Primeiro de Maio ganhou um caráter cívico.

A data seria novamente importante para marcar, desta feita no ABC paulista do final dos anos 70, o surgimento de um novo sindicalismo, independente do poder do Estado, no contexto da abertura do regime militar que caminhava para o seu final.

O que esperar, enfim, do Primeiro de Maio de 2000? As grandes centrais sindicais dos anos 80 perderam parte considerável de sua força; o trabalho se informalizou demais; as bases do desenvolvimento mudaram; o desemprego está nas alturas; a herança varguista ainda imprime

um certo anacronismo à legislação laboral; o aparato de bem-estar social do Estado mal se constituiu e se desmantela.

Há, decerto, motivos para comemorar, pois se vive em uma sociedade mais livre que outrora, mais democrática. Mas há outros tantos para refletir sobre o futuro do trabalho e de suas formas, sobretudo em um país que transita para o novo sem ter partilhado das benesses que as formas tradicionais do trabalho proporcionaram às nações desenvolvidas.

## **VAI TARDE**

Quarta-feira, 24/05/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

## **VAI TARDE**

O GOVERNO pretende acabar com a Lei de Segurança Nacional (LSN), herança dos anos de regime militar e substituí-la por uma lei de defesa do Estado democrático. O surpreendente aqui é que, passados já vários anos da redemocratização do país, a LSN, ou ao menos parte dela, continue em vigor. Projetos para sepultá-la definitivamente não faltaram. Mais uma vez, o que não houve foi vontade política.

Não se discute a necessidade de haver instrumentos jurídicos para a proteção do Estado democrático. Infelizmente existe gente que, em determinadas situações, se dispõe a conspirar contra as instituições legitimamente estabelecidas; fazem-se portanto necessários os meios legais para barrar essas tramas.

Embora o Código Penal já dê conta de parte dos crimes que possam ser cometidos no curso de uma ação contra o Estado, é útil haver uma tipificação mais clara dos delitos contra a democracia, para que se possa estabelecer uma punição mais rigorosa.

A LSN, por seu histórico de arbitrariedades, é um instrumento que não se presta a essa função. Cumpre, pois, substituí-la por um diploma legal mais adequado.

O que o governo anunciou até o momento são disposições que parecem seguir no bom caminho e, mais uma vez, a criação de uma comissão de notáveis para discutir o assunto. Em que pese o descrédito de tantas outras iniciativas semelhantes, aqui essa medida parece acertada. Não existe grande urgência \_afinal, tanto tempo já se passou e a democracia segue\_ e o açodamento nesse caso tende a ser contraproducente. É importante que uma tarefa dessa



magnitude seja levada a cabo longe do calor dos acontecimentos e de forma despersonalizada. É da essência da democracia que ela se defenda, com firmeza, daqueles que possam atentar contra os seus fundamentos.

## **BRASIL SEM SENTIDO**

Domingo, 18/06/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### **BRASIL SEM SENTIDO**

A busca de um rumo para o desenvolvimento nacional tem sido tema para alguns dos mais brilhantes cérebros brasileiros.

As crises de financiamento e a hiperinflação indexada inviabilizavam qualquer projeto de longo prazo. A política econômica resumia-se a pacotes de estabilização e a política, numa série de acidentados episódios de consolidação da democracia, galvanizava boa parte das atenções.

Uma das causas do enfraquecimento do regime militar foi exatamente o esgotamento do modelo estatizante e de substituição de importações. Sem superar a dependência externa, aquele modelo gerava ineficiências no sistema produtivo, corrupção e concentração de renda.

Já nos anos 90, foram o tamanho do mercado brasileiro, o surgimento de um novo ciclo de financiamento externo e o início de reformas estruturais e das privatizações que criaram expectativas, no Brasil e no mundo, de que seria reconstruído o sistema produtivo brasileiro.

O país, ao lado da China, da Rússia e da Índia, passou a figurar pouco depois do início do primeiro mandato de Bill Clinton, nos EUA, como um dos "big emerging markets", grandes mercados emergentes que ocupariam novos espaços na economia e na política mundiais.

Um olhar retrospectivo sobre essas quatro grandes economias leva a uma triste conclusão: estão em piores condições as que aderiram com mais entusiasmo ao ciclo de liberalização e de globalização.

Deixando de lado a Rússia, que se desestruturou totalmente, o Brasil é o outro caso em que se abriu mão de defender um projeto nacional. Até na geopolítica, área em que o Brasil chegou a ter um papel de relativo destaque nas relações Norte-Sul, o quadro atual é desolador, tal é a subordinação a Washington nesse plano.

A China destaca-se diante de outras experiências de transição do socialismo a economias de mercado pelo seu gradualismo. A Índia, nos últimos dez anos, reduziu tarifas de importação apenas a ponto de chegar, agora, a um patamar que equivale à tarifa média brasileira antes da abertura, há 15 anos, da ordem de 40%.

Nessas duas grandes economias houve sobretudo pragmatismo, responsabilidade social e apoio à produção e a tecnologias nacionais.

Há, no entanto, espaço para algum otimismo na ação, apesar do contexto desanimador. Essa foi a mensagem do ex-ministro da Fazenda e secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), Rubens Ricupero, no debate "A Busca de Sentido para a Economia e o Desenvolvimento", promovido na semana passada pela Universidade de São Paulo.

Para Ricupero, a globalização vive um impasse, o que dá a países como o Brasil a chance de desenvolver políticas próprias de desenvolvimento.

Apenas os grupos interessados no aprofundamento da dependência apregoam que a crise já acabou e que é urgente voltar a liberalizar com rapidez todos os setores.

O mundo transita hoje por uma delicada fase de desaquecimento nos EUA, alta dos juros na União Européia, preços de energia em alta e recuperação tímida no Japão.

As crises abalaram o consenso de Washington, mas não se avançou a ponto de identificar alternativas aceitáveis. Nesse contexto, faz bem quem defende a própria integridade, condição para que se encontre o sentido do desenvolvimento nacional.

## **VIOLÊNCIA E POBREZA**

Terça-feira, 20/06/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: VIOLÊNCIA /POBREZA

### **VIOLÊNCIA E POBREZA**

A POBREZA na Grande São Paulo apenas mudou de patamar nos últimos 25 anos. A Fundação Seade, do governo paulista, atualizou a pedido da Folha algumas estatísticas que embasaram o clássico estudo "São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza", assinado, entre outros, pelo então pesquisador do Cebrap Fernando Henrique Cardoso.

Preocupação fundamental daquele grupo de intelectuais de oposição ao regime militar, reunidos a pedido da Arquidiocese de São Paulo, era entender a dinâmica do crescimento econômico que produzia a pobreza na grande metrópole.

Passado um quarto de século, há melhorias sensíveis em setores como oferta de infra-estrutura urbana básica, acesso à saúde e à educação públicas, escolaridade dos habitantes. À pobreza paulistana foi conferido um pacote civilizatório, mas que está longe de ser o mínimo desejável.

Todo o crescimento econômico e as políticas sociais desse período não foram suficientes para alterar a vergonhosa concentração da renda em São Paulo. Os efeitos positivos de distribuição de renda que advieram da implantação do Real não só estancaram como começam a trocar de sinal nas regiões metropolitanas. O desemprego nas regiões periféricas das grandes cidades é acentuado.

Em bairros da periferia paulistana, não há vestígio da presença do Estado. Tráfico de drogas e guerra entre quadrilhas campeiam. Nesses morredouros, estatísticas de homicídios batem um recorde atrás do outro.

No livro de 75, associava-se a pobreza paulistana ao caráter fechado do regime militar, que inibia a organização popular por melhorias na qualidade de vida. Veio a abertura e o quadro não se alterou muito. O caso paulistano é, portanto, um dos mais dramáticos a atestar que permanece o desafio de demonstrar a efetividade social da democracia.

## **CENSURA NO ACRE**

Terça-feira, 25/07/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Jul 25, 2000

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: CENSURA

### **CENSURA NO ACRE**

É SURPREENDENTE a decisão do juiz Adair José Longuini, de Rio Branco, que proíbe a imprensa da capital do Acre de noticiar o que quer que seja a respeito das eleições. Os nomes dos candidatos nem podem sequer ser mencionados. Os jornais de Rio Branco, a exemplo do que acontecia nos tempos do regime militar, publicam receitas de bolo ou deixam páginas em branco no espaço destinado ao noticiário político.

O magistrado procura justificar a sua decisão afirmando que a imprensa local é muito ligada a grupos políticos. Não haveria informação objetiva. Candidaturas seriam atacadas ou enaltecidas não com base em fatos, mas em preferências político-partidárias. Nada disso, porém, justifica a determinação de Longuini, que constitui clara afronta ao artigo 220 da Constituição, segundo o qual "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição".

Mesmo que fossem constatados os piores abusos por parte dos meios de comunicação acreanos, o estabelecimento da censura prévia não se fundamentaria em hipótese alguma. É um "remédio" cujos danos superam em muito os prejuízos provocados pelo mal que se pretende combater.

De resto, a proibição priva os eleitores acreanos do direito básico à informação. Censurar a imprensa significa decretar a incapacidade do cidadão de fazer a sua interpretação dos fatos, mesmo que eles sejam apresentados de forma enviesada. É claro que a manipulação da notícia deve ser combatida, mas não por meio da censura. Trata-se aqui de um longo e penoso processo em que interagem imprensa, leitores-eleitores e a Justiça, punindo os abusos "a posteriori". Talvez não seja o ideal, mas é a única forma democrática.

## **MARTA X MALUF**

Domingo, 15/10/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

## **MARTA X MALUF**

CONFORME sua tradição, a Folha não endossa nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo. Seria desnecessário reafirmar princípio editorial arraigado na prática deste jornal se a conjuntura política paulistana não fosse tão incomum. Convergem para a candidatura do Partido dos Trabalhadores manifestações maciças de apoio dos mais variados setores da sociedade civil.

Existem razões para isso. O malufismo é o fiador dos últimos oito anos de calamitosa administração municipal em São Paulo. Durante o período em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade, desfilaram pelo noticiário obras suspeitas,

endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção.

Contra Maluf no segundo turno, o ambiente convida à formação de uma frente calcada na idéia da recuperação moral da administração pública na cidade. De um ângulo imediato, poderia até fazer sentido uma adesão da Folha a essa congregação de forças. No calor dos fatos, a maioria dos leitores provavelmente chancelaria uma atitude desse tipo.

Mas é a perspectiva de longo prazo que faz este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática. É legítimo direito de outros veículos optar por engajar-se nesta ou naquela candidatura e, ao fazê-lo, estão amparados pela liberdade de expressão consagrada na Carta de 88. Mas a Folha continua a sustentar que o exercício de um jornalismo de fato independente e crítico pressupõe um drástico desatrelamento em relação a grupos, partidos e candidaturas.

Quando se confunde com forças que têm por objetivo controlar o Estado, o jornalismo arrisca-se a se descaracterizar como fonte independente de informação, a fazer de seu potencial crítico um mero instrumento para submeter grupos adversários. Manter-se distanciado do jogo dos partidos é uma garantia a mais de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação quando houver interesse jornalístico.

Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. Este jornal pretende assegurar tratamento igual a ambos os finalistas em termos de espaço e visibilidade no noticiário.

Nem por isso se deve esquecer que o malufismo encarna as piores tradições da política paulista: do engajamento com o regime militar no passado ao rol de irregularidades sempre mal-esclarecidas; da opção por obras caras e de impacto ilusório à praxe de adotar métodos de aliciamento clientelista e de promoção personalista do "chefe" \_ não há nada nessa vertente política que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.

Ao mesmo tempo, a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa que no momento galvaniza apoios oriundos de quase todo o espectro político. Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis.

Sem qualquer experiência executiva, ela terá, se eleita, de se haver com o legado de dívidas bilionárias numa metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos. Caso se confirme, como tudo faz crer, a disposição atual do

eleitorado, terá sido eleita por um partido que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder.

Com o distanciamento que a posição apartidária propicia, a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica voltadas para ambas as opções em jogo, embora reconheça que existem diferenças importantes e qualitativas entre elas.

## **CADÊ A INTELIGÊNCIA?**

Segunda-feira, 04/12/2000

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ABIN

### **CADÊ A INTELIGÊNCIA?**

DEMITIR O diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) era o mínimo que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, poderia fazer. Ainda assim, a medida está longe de afastar a nuvem de suspeitas em que a agência se viu envolvida em tempos recentes.

A gota d'água para a exoneração do coronel Ariel de Cunto, que estava à frente da Abin, foi o fato de ele ter nomeado para um cargo de confiança na agência o tenente Carlos Alberto del Menezzi, acusado de participar de tortura durante o regime militar. É claro que, até prova em contrário, todos são inocentes, mas a "defesa" de Del Menezzi não convence. Afirmar que era um "instrutor de entrevistas" é totalmente insatisfatório. Na dúvida, não pode ser conduzido para exercer cargo de confiança em nenhum regime democrático.

Outras esferas do governo federal já se viram às voltas com problema semelhante. Na maioria das vezes, afirmaram desconhecer o passado do indicado. Parece óbvio, porém, que a agência de inteligência não pode adotar a mesma estratégia, sob pena de incorrer em autodestruição.

Nesse processo todo, o risco é que a desejável depuração da Abin pare na demissão de Cunto. As denúncias levantadas contra a agência vão muito além da indicação de Del Menezzi. Ela estaria agindo sem propósitos definidos e ao arrepio da lei e do Estado de Direito.

É no mínimo ingênuo autorizar espiões a operar em segredo e esperar que eles atuem "cumprindo e preservando os direitos e garantias individuais", como determina a lei 9.883/99, que criou a Abin. Não há serviço secreto no mundo que não se tenha envolvido em escândalos.

O que o Brasil precisa é rediscutir o papel de uma agência de inteligência, decidir se pretende mesmo mantê-la e, se o fizer, criar mecanismos mais efetivos de controle público sobre ela. De outra forma, denúncias como as que agora pesam sobre a Abin vão se multiplicar.

**2001**

### **A DERROTA DE ACM**

Quinta-feira, 15/02/2001

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: ACM/ELEIÇÕES/SENADO

#### **A DERROTA DE ACM**

O RESULTADO das eleições de ontem para as presidências do Senado e da Câmara foi o da derrota de um cacique político de longa trajetória, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), símbolo de um estilo igualmente antigo de fazer política. Mas esse método de lutar pelo poder, infelizmente, persiste na aliança governista.

ACM é o caso talvez mais clássico de longevidade do coronelismo, um fenômeno político que foi definhando no seu habitat natural (as regiões mais remotas do país) em razão da urbanização, em primeiro lugar, e do fortalecimento da sociedade civil.

Mas o senador baiano continuou agindo como se nada tivesse mudado. De todos os que o cercam exige submissão absoluta, mais que lealdade. Aos que dele discordam reage com ameaças, quando não com agressões, o que não deveria ter guarida numa vida política civilizada.

Gruda-se ao poder, que só abandona quando o naufrágio do poderoso de turno é iminente. Foi assim com o regime militar, com José Sarney, e, se ficou até o fim com Fernando Collor, conseguiu em seguida recompor-se com o novo poder, ao aliar-se a Fernando Henrique Cardoso.

A derrota desse grande cacique da política nacional poderia, portanto, representar uma lufada de ar fresco nos usos e costumes do Legislativo. Pena que os vitoriosos não possam ser saudados como renovadores.

A coligação governista caracteriza-se pela aliança de um presidente que se pretende quase um revolucionário dos costumes políticos com caciques regionais ou nacionais que carregam

muitos dos vícios da velha política. Não há, portanto, razões para otimismo em relação à recuperação da desgastada imagem do Parlamento.

É razoável supor que a principal tarefa das novas lideranças no Congresso e do presidente será a de cicatrizar feridas abertas pelo processo eleitoral para que a coligação PSDB/ PMDB/PFL chegue inteira a 2002.

Nesse trabalho, é mais lógico imaginar uma acomodação aos velhos usos do que uma renovação da face do Legislativo e/ou do governo.

## **ENERGIA EM DÓLAR**

Sábado, 14/04/2001

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos principais: SETOR ENERGÉTICO

### **ENERGIA EM DÓLAR**

VENDER ENERGIA em dólar para consumidores e empresas cujos rendimentos são expressos em reais não parece correto. Feliz ou infelizmente, muitas vezes em economia isso é inevitável. Na maioria dos casos, é o Tesouro Nacional que paga. Ou seja, toda a sociedade. Essa é a encruzilhada em que se encontra a economia brasileira no setor energético. Para construir usinas de gás, o governo precisa garantir aos investidores que os riscos cambiais da empreitada serão mínimos.

O risco cambial também afeta os planos de privatização atualmente em debate no setor energético.

A questão é definir de onde virão os recursos que cobrirão a diferença entre custos em dólares e receitas em reais. Cobrar diretamente do usuário equivaleria, entre outras consequências, a comprometer as metas inflacionárias e a provocar uma transferência de renda em grande escala para as empresas do setor energético.

Ao jogar sobre os ombros do Tesouro Nacional essa conta, o custo também é socializado, porém de modo mais indireto e possivelmente mais controlado.

O expediente é aliás clássico. O Estado tem o poder de constituir fundos de estabilização, de tal forma que as oscilações de custos sejam compensadas no curto prazo, mas sem que, em tese, haja desequilíbrios cumulativos no longo prazo.



Pior seria abrir "contas", como se viu durante o regime militar, que oneram o Tesouro, mas não aparecem no Orçamento.

O risco cambial cria um impasse cujo custo é incontornável, sobretudo numa economia, como a brasileira, que se tornou mais dependente de financiamento externo nos últimos anos. Num momento em que aumentam as incertezas no cenário internacional, esse risco se torna ainda mais presente.

Mas, se o custo é inevitável, é melhor buscar formas de financiamento as mais transparentes possíveis e que permitam diluir os ônus do risco cambial ao longo do tempo.

**2002**

## **SEGURANÇA DEMOCRÁTICA**

Quinta-feira, 03/01/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; GOVERNO FHC; CONGRESSO /PARLAMENTO/; PROJETO DE LEI; LSN /LEI DE SEGURANÇA NACIONAL/; SUBSTITUIÇÃO; ESTADO DE DIREITO

### **SEGURANÇA DEMOCRÁTICA**

O PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso deve enviar nos próximos dias ao Congresso Nacional um projeto de lei para substituir a famigerada LSN (Lei de Segurança Nacional), peça legislativa cristalizada durante o regime militar e que, surpreendentemente, apresenta partes que ainda estão em vigor.

Ninguém de bom senso pode contestar a necessidade de haver instrumentos legais para a defesa do Estado de Direito. Embora seja possível enquadrar um terrorista que explode uma bomba numa miríade de delitos que vão de homicídio a dano ao patrimônio, convém contar com uma tipificação mais precisa desse gênero de crimes, até para condenar a penas mais severas todos os que conspiram contra a democracia.

O problema da LSN na forma em que vigora não está tanto nos delitos que define e nas penas que propõe, mas principalmente na carga histórica que encerra. Consolidada durante o regime militar, a LSN serviu para justificar muitos atos de arbítrio. É paradoxal utilizá-la agora como instrumento de defesa da democracia. Vale lembrar que a Câmara já deu início aos trâmites da

proposta de extinção da LSN. Parece mais razoável elaborar uma nova e mais moderna legislação e inseri-la no próprio Código Penal, sob o título "crimes contra o Estado democrático de Direito".

O que o governo anunciou até o momento são disposições que parecem seguir no bom caminho, resultado do trabalho da comissão coordenada pelo advogado Vicente Cernicchiaro, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Resta esperar que o projeto seja aprovado pelos parlamentares antes de que a LSN seja extinta, caso em que se instauraria um vazio legislativo. A matéria, no geral, não é das mais polêmicas. Dificilmente alguém se oporá à criminalização de ações como terrorismo, espionagem, sabotagem, incitamento de guerra civil, entre outras.

É da essência da democracia que ela se defenda, e com toda a firmeza, daqueles que possam atentar contra os seus fundamentos.

## **REAÇÃO EMOCIONAL**

Quinta-feira, 24/01/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; PREFEITO; CELSO DANIEL; ASSASSINATO; POLÊMICA; PRISÃO PERPÉTUA; IMPRENSA; TELEFONE CELULARE PRÉ-PAGO; PROIBIÇÃO

## **REAÇÃO EMOCIONAL**

O ASSASSINATO do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), desencadeou uma tremenda reação emocional em todo o país. É natural e, sob o aspecto da psicologia social, até salutar que seja assim. O risco é que a comoção dê lugar à histeria e que propostas estapafúrdias como a introdução da pena de prisão perpétua prosperem.

Com efeito, o festival de bobagens, idéias mirabolantes e obviedades que tomou conta das páginas dos jornais nos últimos dias impressiona. Não é fácil aceitar que a onda de violência seja combatida proibindo a existência dos telefones celulares pré-pagos, como indicou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). É evidente que a bandidagem se vale desses aparelhos, mas também utiliza carros, armas e outros produtos, que podem ser ou não usados para ilícitos. Ninguém de bom senso vai propor a proibição de computadores para acabar com os crimes virtuais.

Sugerir, como sugeriu o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), que a polícia possa pôr um fim à onda de sequestros da mesma forma como desmantelou as organizações de esquerda durante o regime militar é ofensivo. Os métodos pelos quais as forças de segurança agiram naquela época para desbaratar aqueles grupos não são admissíveis num Estado democrático de Direito.

A impressão que fica é a de que autoridades se sentem compelidas a dar satisfações para a população, mas, como não têm respostas a dar, dizem a primeira coisa que lhes vem à cabeça. Por mais frustrante que seja, não há nenhuma medida a adotar que possa, como num passe de mágica, acabar com a criminalidade da noite para o dia. O roteiro para fazer reverter os atuais índices é conhecido. E ele passa por investimentos no aparelho repressivo, como enfatiza o mesmo Aloysio Ferreira em entrevista publicada hoje neste jornal.

O Brasil levou décadas para chegar à terrível situação em que se encontra; infelizmente, não vai poder sair dela em poucos meses ou anos.

## **O RISCO DO BRASIL**

Domingo, 17/03/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; POLÍTICA ECONÔMICA; INFLAÇÃO; CÁLCULO; MUDANÇA; JURO; PLANO ECONÔMICO; HISTÓRICO; POLÊMICA; ELEIÇÕES 2002; CANDIDATURA; JOSÉ SERRA

### **O RISCO DO BRASIL**

AS IMAGENS que em cada momento o governo e os mercados criam para sugerir que tudo vai bem se renovam periodicamente. Apenas para que os problemas, ignorados por conta da calma, surjam depois mais graves.

Durante o regime militar, quando a economia passava bem e a população mal, martelava-se a imagem do "milagre brasileiro" e mesmo a da "ilha de prosperidade" em meio a um sistema internacional em crise.

Os pacotes econômicos dos anos 80 e 90 também foram pródigos em fantasias e bordões que foram do "tem que dar certo" sarneysista ao "real forte" do primeiro governo FHC. De modo recorrente, operadores do mercado descrevem ironicamente o país como uma Suíça tropical. Na alta, dizem, "só falta nevar".

As coincidências entre configurações de política econômica supostamente virtuosas e ciclos políticos e eleitorais também têm sido notórias. Do Cruzado ao Real, passando depois pelo prolongamento da âncora cambial para além da reeleição de FHC, as equipes nominalmente ortodoxas do Ministério da Fazenda e do Banco Central costumam exibir novos perfis, mais flexíveis.

Agora voltam a cogitar da mudança no cálculo da inflação, considerando o "núcleo" do índice. A medida tem boas justificativas técnicas, mas, há anos debatida, ela sai da gaveta apenas na véspera de uma campanha em que divulgar índices inflacionários mais baixos e reduzir os juros fariam bem à candidatura oficial.

Nas últimas semanas, coincidindo com o lançamento oficial da candidatura do PSDB e do Planalto, um cenário mais róseo da economia passou a ganhar espaço entre analistas, publicações especializadas, investidores e tecnocratas.

Há fatores de alívio, mas eles têm origem principalmente em mudanças de humor fora do Brasil, sobretudo na economia norte-americana e, em menor grau, na transição argentina, um pouco menos turbulenta.

No Brasil, porém, há pouco fundamento para tanto otimismo e para declarações entusiasmadas admitindo juros menores e mais crescimento com, até, inflação acima da meta. Algum alívio e descompressão tornaram-se possíveis, mas o final de mandato em condições de incerteza política não parece, à primeira vista, ambiente muito propício ao aumento dos investimentos diretos, domésticos ou estrangeiros.

É verdade que o risco Brasil teve uma redução, mas é importante lembrar que esses indicadores não são absolutos e expressam psicologia especulativa raramente amparada por fundamentos consistentes. Cai o risco, mas o ajuste fiscal está ameaçado, a reforma tributária continua uma miragem e as taxas de inflação se mantêm acima da meta oficial.

Objetivamente, depois de um ano com recessão e diante da tendência de recuperação gradual da economia norte-americana, o governo FHC pode chegar ao seu final num clima econômico otimista. É no entanto perigoso superestimar esse cenário, como alerta o próprio FMI.

Para o Fundo, ainda é possível a ocorrência de uma nova turbulência no mercado de ações, que se recupera nos EUA animado por análises talvez exageradamente otimistas. Nesse contexto, imaginar o Brasil sem risco é uma aposta irresponsável.

## **PRESENÇA FEMININA**

Domingo, 26/05/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2002; SUCESSÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; VICE-PRESIDÊNCIA; RITA CAMATA; MULHER; DISCRIMINAÇÃO; MARKETING; ROSEANA SARNEY

PRESENÇA FEMININA

"HOMENS E mulheres são iguais em direitos e obrigações". O enunciado constitui o fulcro do inciso I do artigo 5º da Constituição. Em termos puramente jurídicos, são hoje mínimas as diferenças no tratamento que a lei dá a homens e mulheres. Na prática, porém, a tão festejada igualdade entre os sexos permanece infelizmente uma meta ainda distante.

A questão do lugar da mulher na sociedade ganha visibilidade com a indicação da deputada Rita Camata (PMDB-ES) para ocupar o posto de vice-presidente na chapa governista. Haverá os que saudarão a iniciativa, afirmando que aos poucos a mulher vai ocupando espaços até então reservados a homens. Mas haverá também os que verão na estratégia uma manobra de marketing que apenas reforça estereótipos machistas.

A julgar pelo comportamento de outros candidatos presidenciais, que disseram que também cogitam convidar mulheres para tornar-se suas vices, parece haver simpatia geral por candidaturas femininas. O observador mais agudo não pode deixar de reparar que, mesmo que esses convites se materializem e representem avanço, em termos objetivos as mulheres estarão ocupando posições subalternas, e não a cabeça de chapa.

Houve, é verdade, a candidatura de Roseana Sarney (PFL-MA), mas que naufragou antes mesmo de zarpar. Sucumbiu a um problema de imagem que derrubaria qualquer político, no que constitui prova de que, pelo menos nesse campo, homens e mulheres não diferem tanto assim.

É claro que é desejável que muitas mulheres disputem a Vice-Presidência, mas isso ainda está longe de tornar minimamente equilibrada a presença feminina em postos-chaves do Estado. A primeira ministra de Estado, Esther de Figueiredo Ferraz (Educação), só foi nomeada nos anos 80, ainda sob o regime militar. A primeira governadora do país, justamente Roseana Sarney, só foi eleita em 94. No Supremo Tribunal Federal, a indicação de Ellen Northfleet para o cargo de ministra foi ainda mais tardia, datando de 2000.

Infelizmente, a discriminação contra as mulheres vai muito além da tímida presença do gênero em cargos de direção. O problema adquire dimensões muito mais preocupantes na base e não na cúpula.

Mulheres em geral seguem sendo sistematicamente discriminadas na sociedade brasileira. No campo profissional, é regra, por exemplo, que recebam menos do que homens para exercer as mesmas funções. Ainda são as vítimas preferenciais da violência doméstica e, na estrutura familiar, frequentemente carregam o ônus de criar sozinhas os filhos, entre tantas outras dificuldades.

É bom que haja mais candidatas a todos os cargos eletivos do país, mas isso ainda é muito pouco para tornar minimamente real o inciso I do artigo 5º da Lei Fundamental do país.

## **CRIME SEM LIMITES**

Quarta-feira, 26/06/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; CRIME ORGANIZADO; COMBATE

### **CRIME SEM LIMITES**

O EPISÓDIO é de extrema arrogância e estupidez. Os disparos que antontem crivaram de balas a sede da Prefeitura do Rio de Janeiro são, ao que tudo indica, uma nova prova de que as instituições oficiais estão perdendo para o crime organizado o controle do espaço urbano.

Nas sociedades organizadas, o uso da força é um monopólio do Estado, já que apenas ele é teoricamente capaz de garantir, pela coerção, direitos próprios à cidadania.

Tornou-se bordão afirmar que os criminosos se estruturaram organicamente e construíram uma espécie de Estado paralelo. Têm mão-de-obra hierarquizada, têm mecanismos assistenciais, têm arsenais e forças próprias de segurança para manter sob a devida proteção as operações do narcotráfico.

Nas duas últimas décadas, os grandes centros urbanos brasileiros foram vítimas de uma dinâmica favorável à implantação e ao crescimento dessa forma de gangsterismo.

Ocorreu uma infiltração dos interesses de criminosos na polícia, o que fragilizou a repressão, e ocorreram também crises cíclicas na economia, que reduziram o mercado de trabalho e diminuíram as alternativas de sobrevivência à disposição de jovens ou de trabalhadores economicamente marginalizados.

Apenas um amplo programa de retomada dos espaços dominados pelas quadrilhas, envolvendo investimentos sociais e melhoria da ação policial, terá condições para combater a violência. Da mesma forma que, depois da 2ª Guerra Mundial, os norte-americanos lançaram o Plano Marshall para evitar que países europeus, depauperados e desesperançados, caíssem nas mãos dos comunistas, o Brasil precisa de um plano articulado em níveis federal, estadual e municipal para enfrentar os redutos criminosos que hoje operam como forças de ocupação. Tal ofensiva significa desde policiamento comunitário, passando por programas de renda mínima, de qualificação de jovens e de melhoria das escolas, até a criação de áreas de lazer. Significa também repressão policial eficaz, sem medo da palavra repressão, que se tornou maldita durante o regime militar. É óbvio que, para isso, os corpos policiais terão de ser saneados e reequipados. É uma tarefa difícil, mas urgente.

## **MILITARES NA PENÚRIA**

Terça-feira, 06/08/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: FORÇAS ARMADAS; MILITAR; CRISE FINANCEIRA

### **MILITARES NA PENÚRIA**

É PREOCUPANTE a situação de constrangimento orçamentário a que chegaram as Forças Armadas brasileiras. Reportagem publicada ontem mostra que militares e seus familiares estão prestando outros serviços para complementar o soldo.

No conjunto habitacional do Exército Promorar, em Deodoro, no Rio de Janeiro, é possível encontrar militares de baixa patente que, fora de serviço, vendem caldo de cana, pastéis e espetinhos de frango.

Além disso, conscritos estão sendo dispensados, pois o Exército não tem como alojá-los e alimentá-los. Surgem relatos de falta querosene para caças e óleo diesel para fragatas.

As Forças Armadas são de suma importância para um país como o Brasil. Por outro lado, é impossível deixar de levar em consideração a carência de recursos que afeta todas as áreas, incluindo saúde e educação.

A crer na prestigiosa publicação "The Military Balance 2001/2002", do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, tem havido até aumento nos gastos "per capita" do Brasil com a defesa. Em 1985, ainda durante o regime militar, o país gastou US\$ 42 por habitante com as

Forças Armadas. Em 2000, foram US\$ 103 (aí incluídas as despesas com inativos). Esse montante é comparável ao de outros países latino-americanos, como a Argentina (US\$ 125) ou o Chile (US\$ 190), que têm populações sensivelmente menores.

Sem prejuízo de desejáveis aumentos nas verbas destinadas a aparelhá-las, é preciso que as Forças Armadas procurem gastar melhor os recursos de que já dispõem. Ampliar a profissionalização da tropa é uma medida óbvia. Também seria importante realocar pessoal. Há excesso de soldados no Rio de Janeiro e nos Estados do Sul em detrimento de grandes vazios na Amazônia. Há também gente demais em atividades burocráticas. Doutrinariamente, o caminho é a modernização. Forças de reação rápida bem treinadas e equipadas devem substituir os grandes contingentes de infantaria.

## **ILUSÃO DE DIVISAS**

Segunda-feira, 12/08/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; POLÍTICA ECONÔMICA; MODELO ECONÔMICO; FALHA; DÍVIDA EXTERNA; POLÊMICA

### **ILUSÃO DE DIVISAS**

"DESENVOLVEU-SE no Brasil uma 'ilusão de divisas'. O governo aparentemente tomou como dados de um novo ordenamento o que eram, efetivamente, desenvolvimentos bastante excepcionais em nível internacional, tanto do comércio quanto das finanças." Essa crítica, que se adapta quase perfeitamente para detectar a principal falha do modelo econômico que prevaleceu no Brasil nos anos 90, foi escrita em meados da década de 1980.

Os seus autores tratavam, então, de identificar o erro palmar da condução econômica do regime militar: supor que uma economia dependente como o Brasil poderia endividar-se no exterior indefinidamente. Os seus autores são duas pessoas que tiveram papel fundamental na formulação e na condução, anos depois, do Real: Pedro Malan e Edmar Bacha.

A sensação que fica, a de que "nós, brasileiros, em vez de aprendermos a nos defender no cenário internacional, desaprendemos", foi muito bem expressa pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, em artigo que esta Folha publicou na quarta-feira da semana passada. E Bresser ia mais longe no tempo, mencionando uma carta de 1923, citada em coluna do



jornalista Elio Gaspari, em que o presidente Arthur Bernardes dava instruções a seu chanceler para dissipar um movimento especulatório contra o crédito externo ao Brasil.

A ilusão de que o regime de expansão cíclica que marca o capitalismo havia sido superado não prosperou apenas no Brasil, na década passada. A sua mais conhecida formulação, nos EUA, foi a suposta teoria da "nova economia": expansão constante do capital lastreada num aumento constante da produtividade, esta, por sua vez, associada a uma espécie de revolução tecnológica permanente.

Mas isso não pode servir de desculpa para o Brasil ter novamente cometido um erro gigantesco de inserção externa. Deve demorar um tempo até que ocorra um novo surto de expansão do capitalismo. Até lá, se a elite brasileira mantiver viva a memória da atual débâcle e de sua explicação fundamental, já terá havido um avanço. Afinal, os críticos de hoje podem estar no governo amanhã.

## **CHOQUE DE GERAÇÕES**

Terça-feira, 20/08/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2002; ELEIÇÃO ESTADUAL; SÃO PAULO /ESTADO/; MINAS GERAIS /ESTADO/; RIO DE JANEIRO /ESTADO/; CAMPANHA ELEITORAL; POLÊMICA

## **CHOQUE DE GERAÇÕES**

JUNTOS, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram 42% do eleitorado brasileiro. A escala populacional, somada ao peso específico dessas regiões em termos políticos e econômicos, investe as disputas pelo poder nessas unidades federativas de uma importância natural. Além disso, está em jogo nesses três Estados a consolidação de um processo de renovação de lideranças políticas, com repercussão nacional.

De acordo com o Datafolha, a disputa pelos governos paulista, mineiro e fluminense apresenta semelhanças neste momento. Em cada um desses Estados, o líder na pesquisa orbita em torno dos 40% das intenções de voto, e a sua vantagem sobre o segundo colocado é grande \_a menor é de 16 pontos percentuais. Outra afinidade entre as disputas é o desgaste dos candidatos diretamente ligados ao Executivo estadual.

Afora essas coincidências pontuais (sujeitas a bruscas mudanças até o dia do pleito), parece geracional um dos conteúdos do embate político nesses Estados. Em São Paulo e em Minas, Geraldo Alckmin e Aécio Neves batem-se contra figuras tradicionais da política local \_Paulo Maluf e Newton Cardoso. No Rio de Janeiro, a eleição de Anthony Garotinho, em 1998, já marcara ruptura de gerações (interna, inclusive, ao brizolismo). Cabe definir se o grupo de Garotinho \_que tenta eleger sua mulher, Rosinha\_ consolida a sua hegemonia no Estado ou se perde espaço.

Em países cujas regras democráticas prevalecem há muitos anos, as características geracionais dos grupos políticos têm menos importância. Mas, no Brasil, a passagem ou não de uma geração a outra pode ser significativa. Basta lembrar que a formação política da geração de Maluf, de Cardoso e de Brizola está associada à relação que tiveram \_de apoio ou de oposição\_ com o regime militar desde o seu início, em 1964. Já a geração de Alckmin, de Aécio e de Garotinho passou a atuar na vida pública no final daquele regime, fase de crescente abertura política.

## **MAIS DEMOCRACIA**

Segunda-feira, 28/10/2002

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA      Página: A1

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAL

Assuntos principais: ELEIÇÃO DE LULA

### **MAIS DEMOCRACIA**

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva expressa um duplo significado democrático. Pela quarta vez desde o fim do regime militar, os brasileiros elegem seu presidente de forma livre e direta. A cada pleito, as instituições se aprimoram e se fortalecem. O resultado de ontem é demonstração eloquente de que nossa democracia comporta real alternância no poder dentro das regras do jogo.

Por suas origens sindical, popular e partidária, o eleito traduz mais do que uma renovação nos círculos dirigentes. Ele personifica, no momento, expectativas seculares \_há muito reconhecidas e sempre postergadas\_ de redução da desigualdade social e democratização das oportunidades. Simboliza, mais que ninguém, amplas parcelas mal aquinhoadas pelos benefícios do progresso.

Seu governo terá de fazer frente a uma situação dramaticamente adversa, em que a preservação do equilíbrio econômico, hoje ameaçado, demandará alta competência e responsabilidade. Parte das expectativas despertadas pela eleição será frustrada; outra parte será eventualmente atendida após um período de ajuste duro e impopular. Ceder à tentação demagógica será converter a vitória em mais uma aventura populista, fadada ao fracasso.

O que se espera do presidente eleito, além do evidente respeito às leis e contratos, é que conduza o país de forma gradual rumo a um modelo menos dependente da poupança externa, apto a gerar as condições macroeconômicas que permitam uma retomada do desenvolvimento. Não foi outro o tema que predominou ao longo da campanha e com o qual todos os candidatos se comprometeram.

Depois de tantos anos em que moveu oposição intransigente, o Partido dos Trabalhadores chega, enfim, mais maduro e realista, ao poder federal. Terá ocasião de verificar a distância que separa promessas, mesmo quando bem-intencionadas, e resultados concretos. Ao saudar a legitimidade do presidente Lula, a Folha se compromete a manter sua linha editorial de independência e crítica, na convicção de que o melhor serviço que um jornal presta ao país é iluminar, questionar e discutir a atuação de seus governantes.

## **DE PACTO A PACTO**

Sexta-feira, 08/11/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PACTO SOCIAL; PT /PARTIDO/; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

### **DE PACTO A PACTO**

O QUE O Partido dos Trabalhadores chama de pacto social, bordão utilizado por vários políticos e governos desde a redemocratização, é, numa tradução literal, apenas uma modalidade comum de exercício da política. Trata-se de ouvir partes interessadas em certas políticas de Estado e, depois, estabelecer quais serão os beneficiados e os prejudicados por essas políticas.

É bom esquecer desde logo o exemplo do famoso Pacto de Moncloa, feito na década de 1970 para garantir a transição democrática na Espanha. Não é esse o melhor paradigma para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social prometido pelo presidente eleito, Luiz

Inácio Lula da Silva. O Brasil já superou a fase de transição entre o regime militar e o democrático.

E é saudável não nutrir grandes expectativas acerca do conselho, que seria, para muitos petistas, como que uma revolução na forma de fazer política no Brasil. Durante a campanha, Lula não se cansou de "vender" essa idéia, dizendo que o grande problema do país seria a falta de diálogo entre a sociedade civil e o governo.

Na origem da idealização do pacto social pelos petistas está o modelo de ação sindical, em que representantes de trabalhadores e de patrões se sentam à mesa e negociam uma solução para seus conflitos. Também se pode encontrar, nessa genealogia, o modelo das câmaras setoriais, aplicado no passado recente, em que negociações entre empresários e trabalhadores contavam também com a participação do governo.

Esse tipo de encontro funciona bem em alguns setores \_em que as partes podem ceder um pouco em busca de um resultado melhor para todos no futuro. Mas não serve como "solução geral". A tarefa básica do Executivo federal, especialmente sob um governo que promete mudanças, continua sendo arbitrar interesses concretos, ou seja, determinar perdedores e ganhadores no jogo político, social e econômico.

Que o governo ouça os setores da sociedade civil antes de tomar suas decisões é, evidentemente, desejável. Que acredite que com isso vá abolir os problemas da economia política, livrando-se da escassez e do conflito, é, para dizer o menos, ingenuidade.

## **UM ADVOGADO REPUBLICANO**

Quarta-feira, 18/12/2002

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PODER JUDICIÁRIO; MORTE; EVANDRO LINS E SILVA; REPÚBLICA; IMPEACHMENT; FERNANDO COLLOR DE MELLO; PRESO POLÍTICO; DEFESA; LIBERDADE

## **UM ADVOGADO REPUBLICANO**

COM A morte de Evandro Lins e Silva, o Brasil perde um notável homem público. Tido como um dos mais brilhantes advogados de tribunal do júri das últimas décadas, foi também um incansável defensor de valores republicanos. Foi ele, por exemplo, o cidadão brasileiro a

quem coube redigir, em 1992, o pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

Ao longo de seus 90 anos, Lins e Silva enfrentou dois períodos de exceção. Da Intentona Comunista, em 1935, até o fim da ditadura Vargas, em 1945, defendeu gratuitamente mais de 2.000 presos políticos. Depois, quando veio o regime militar (1964-85), Evandro ocupava posto de ministro do Supremo Tribunal Federal. Como concedia sistematicamente habeas corpus para presos políticos, acabou aposentado pelo AI-5, em 1969. Voltou à cadeira do advogado, mas, por excesso de escrúpulos, evitou atuar diretamente em casos de presos políticos, limitando-se a aconselhar outros advogados.

Evandro afirmava que tinha o vício da defesa da liberdade, que não escolhia causas para defender alguém. Não teve receio de atuar em processos polêmicos, como o de Raul Doca Street, que foi a julgamento pela morte de Ângela Diniz em 1979. Doca Street acabou absolvido.

Na política, manteve grande coerência. Por mais de 70 anos defendeu o que chamava de socialismo democrático. Chegou a concorrer a uma das cadeiras de senador pelo Rio de Janeiro em 1986, mas perdeu. A ausência de um mandato não o impediu, porém, de exercer a política. Participou da campanha pelas Diretas-Já, do impeachment de Collor e, mais recentemente, da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Pode-se discordar de suas opções políticas, mas não há como deixar de apreciar o exemplo de integridade, coerência e defesa das liberdades que durante toda a sua vida deu Evandro Lins e Silva.

**2003**

## **PETISMO REAL**

Quarta-feira, 11/06/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; PT /PARTIDO/; POLÍTICA ECONÔMICA; TENDÊNCIA POLÍTICA; RESPONSABILIDADE FISCAL; CONTROLE; INFLAÇÃO; GOVERNO FHC; ESQUERDA /POLÍTICA

PETISMO REAL

A MIGRAÇÃO do Partido dos Trabalhadores em direção ao centro do espectro ideológico, a esta altura consolidada, traz uma mudança importante no mapa político do país. Não há mais uma grande força organizada de esquerda aspirando ao poder central. Vive-se uma situação inédita desde o fim do regime militar: direta ou indiretamente, todas as tendências políticas institucionalizadas já ocuparam \_ou agora ocupam\_ o governo federal.

Se na campanha eleitoral já eram visíveis certas afinidades entre as propostas do candidato José Serra e as de Luiz Inácio Lula da Silva, agora, com o governo empossado, elas vão se confirmando. As linhas gerais que orientam o "petismo real" não são muito diversas daquelas propostas pelo representante do PSDB: gerir a economia dentro das linhas previsíveis de responsabilidade fiscal e controle da inflação, trocar o PFL pelo PMDB como principal partido aliado, acelerar reformas e promover mais "ativismo governamental".

Talvez o novo governo, na tentativa de enfatizar sua "conversão" para os mercados, venha assumindo posições até mais ortodoxas na economia do que se esperaria de uma hipotética gestão de Serra.

O que importa é que as semelhanças são mais acentuadas do que as diferenças, como parece demonstrar a própria dificuldade do PSDB em assumir um papel claro de oposição. Ou o partido seguirá opondo-se ao governo no varejo \_o que na prática significa mais convergência do que divergência\_ ou irá mover-se à direita, ao encontro do PFL.

Ao mesmo tempo em que desliza para o centro, o PT deixa atrás de si o espaço para a constituição de um novo núcleo organizado de esquerda. Para tanto, já existem os "radicais" da militância e os da "intelligentsia". Não é impossível que se encontrem.

A evolução do quadro dependerá, ainda, do desenrolar do governo Lula. Seu poder de atração, tanto em relação às forças de centro e centro-esquerda quanto às dissidências, dependerá fundamentalmente de sua capacidade de recolocar o país na rota do crescimento e de promover os prometidos avanços sociais.

## **FARSAS ESTATÍSTICAS**

Segunda-feira, 16/06/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: TRABALHO; PESQUISA; FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE; EMPREGO; DESEMPREGO; JOSÉ ELI DA VEIGA /DIRETOR SEADE/DIVULGAÇÃO

## FARSAS ESTATÍSTICAS

É CÉLEBRE a sentença de que a história se repete como farsa. Um exemplo eloquente desse roteiro é o debate em torno dos índices de desemprego calculados pela Fundação Seade e pelo Dieese.

Uma série de artigos no jornal "Valor" trouxe a público um enredo que lembra outro momento, de um passado nem tão remoto, em que um ministro do governo militar tentou manipular índices de inflação para conter a mobilização pela reposição salarial. O novo diretor da Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, José Eli da Veiga, estaria inclinado a suspender a publicação do índice de desemprego por considerar que se trata de um número cujo cálculo conteria "exagero", induzindo a demandas "populistas".

A nova direção do órgão paulista, no entanto, não interromperia o cálculo, dado que a série histórica já coletada é preciosa. Apenas suspenderia a sua publicação na forma atual, que, na visão de Veiga, cria desconforto na população e alarma desnecessariamente os governos.

A imagem da quebra do termômetro para "curar" a febre não é nova. Se o índice Seade-Dieese revela um desemprego oculto, não será a ocultação do índice que melhorará a realidade em benefício de trabalhadores ou autoridades, empresas e opinião pública.

O episódio mostra o quanto ainda se tem para aprender sobre a construção da democracia no país. As estatísticas não são falsas ou verdadeiras em si mesmas, porém exigem debate público transparente para que as interpretações inevitavelmente conflitantes possam contrapor-se aberta e racionalmente.

Manipular informações importantes para a sobrevivência e o futuro do trabalhador brasileiro em nome de revisões supostamente técnicas seria uma farsa que, na prática, não prestaria um bom serviço à democracia e ao desenvolvimento do país.

## **CIDADE PICHADA**

Terça-feira, 01/07/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; VANDALISMO; PICHAÇÃO;  
COMPORTAMENTO; JOVEM; CLASSE MÉDIA

CIDADE PICHADA

NO INÍCIO eram frases políticas, que apareciam em muros, a desafiar o silêncio imposto pelo regime militar. Privilegiavam o conteúdo e estavam em sintonia com o que ocorria em outras grandes cidades do mundo, como Paris, em maio de 68, onde a juventude rebelde cunhou slogans memoráveis, como o conhecido "a imaginação no poder". Depois vieram os grafites, uma nova etapa da pichação, que deixava de ser apenas conteudística para tornar-se mais elaborada formalmente.

Há alguns anos, as pichações que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo \_e de outras grandes cidades brasileiras\_ começaram a ganhar características novas. Incompreensíveis à primeira tentativa de leitura, esses rabiscos fazem lembrar escritas primitivas. Deles não se depreende intenção propriamente estética ou política \_ao menos no sentido convencional.

Trata-se de uma manifestação iniciada por jovens de baixa renda, organizados em grupos, que imprimem pelos quatro cantos da cidade as marcas de sua exclusão social. Agora, como mostrou reportagem publicada ontem pela Folha, a "brincadeira" seduz cada vez mais jovens de classe média.

Por mais que se possa procurar compreender as razões sócio-econômicas e culturais do fenômeno, o fato é que ele vem contribuindo para degradar ainda mais a cidade, em flagrante desrespeito à propriedade e ao patrimônio histórico e cultural.

Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema \_ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, as gangues reúnem-se semanalmente com hora e local marcados.

Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores para atividades menos predatórias. Inaceitável é que seguidas gestões municipais mostrem-se incapazes de controlar essa verdadeira praga urbana.

## **ROBERTO MARINHO**

Sexta-feira, 08/08/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMPRENSA; MÍDIA; TELEVISÃO; REDE GLOBO; ROBERTO MARINHO; MORTE

ROBERTO MARINHO



A MORTE DE Roberto Marinho encerra uma existência longa e fecunda que se entrelaça com toda uma era da vida nacional.

Ainda muito jovem, quando recebeu, em 1925, o encargo de conduzir um jornal então recém-fundado por seu pai, Roberto Marinho desempenhou influência crescente conforme sua atividade de empresário das comunicações se estendia para o rádio, nos anos 40 do século passado, até culminar com o amplo predomínio que a Rede Globo passou a exercer a partir do início da década de 70.

Sua contribuição mais decisiva terá sido esta, a criação de um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo e o estabelecimento de um modelo de indústria do entretenimento que ajudou a moldar a cultura de massas e a imaginação popular no Brasil dos últimos decênios.

Pode-se questionar se o crescimento exponencial da Rede Globo não sufoca outras possibilidades de expressão no país ou se não resultou em alguma medida da simbiose entre a emissora e o regime militar, do qual foi considerada porta-voz oficiosa em certo período. Mas é inegável que, graças ao tirocínio e ao trabalho pertinaz de Roberto Marinho e de sua equipe, a televisão brasileira alcançou elevado padrão técnico e se converteu na mais poderosa alavanca da integração cultural do Brasil.

O patriarca deixa sua marca também na escola de jornalismo representada pelo jornal "O Globo", um dos mais influentes do país, notável sobretudo pela tradição da informação exata e pela ênfase na interação com a comunidade, para não mencionar um amplo leque de produtos e serviços que alcança todas as modalidades de comunicação: revista, livro, TV por assinatura, internet.

Em termos pessoais, Roberto Marinho era homem de interesses ecléticos, que iam do esporte às artes plásticas, compondo uma personalidade multifacetada que lhe valeu o reconhecimento expresso em sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Apesar do poder que exerceu, era pessoa de hábitos simples e trato generoso.

Do jornalismo boêmio dos anos 20 à exportação de telenovelas, Roberto Marinho foi um dos protagonistas da evolução que fez da indústria de comunicações brasileira uma realidade pujante, diversificada e em compasso com o desenvolvimento da sociedade. Que essa indústria atravesse hoje um período de severas dificuldades é motivo a mais para que seu exemplo de trabalho devotado inspire nossa determinação de enfrentar obstáculos e investir no progresso do Brasil.

**A TORTURA CONTINUA**

Quarta-feira, 13/08/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: TORTURA; REGIME MILITAR; A DITADURA ESCANCARADA /LIVRO/; ELIO GASPARI; VIOLÊNCIA; POLÍCIA; DILIGÊNCIA POLICIAL; SALA; DELEGACIA; BRASÍLIA /DF

A TORTURA CONTINUA

EMBORA praticada desde longa data no país, a tortura teve nos anos mais duros do regime militar um período de exasperação. Em seu livro "A Ditadura Escancarada", o jornalista Elio Gaspari narra com minúcias a sórdida crônica dessa prática, então sancionada por alguns oficiais-generais, e expõe seus ardis, suas consequências deletérias, sua brutalidade e estupidez.

Possivelmente por ter atingido de forma sistemática filhos da classe média e da elite, jornalistas, intelectuais, militantes de esquerda, gente enfim que combatia o regime, muitos dos quais sobreviveram para rememorar os horrores, a tortura tornou-se alvo de profundo repúdio em círculos de brasileiros mais esclarecidos, gerando protestos, levantamentos, livros, estudos, alertas.

Superada, no entanto, sua fase propriamente política, essa execrável modalidade de violência sobreviveu em seu tradicional habitat: a penumbra das diligências policiais e das salas fechadas de delegacias, tendo como vítimas cidadãos pobres, indivíduos muitas vezes obrigados a confessar o crime não praticado, ou mesmo delinquentes, que, por isso mesmo, raramente contam com a simpatia da sociedade.

É o que parece estar ocorrendo de forma sistemática no chamado entorno de Brasília, região composta por 42 municípios (29 de Goiás e 13 de Minas) que tem sido vista com preocupação há pelo menos quatro anos, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso considerou-a digna de especial atenção.

Ali, relatam-se afogamentos, sufocamentos com sacos plásticos e aplicações de choques elétricos em órgãos genitais, versões variadas da "tecnologia" desenvolvida às escuras para obter confissões sem deixar maiores vestígios.

Os casos relatados chegam a uma centena. Em Goiás, 40 policiais já teriam sido afastados desde janeiro por suspeita de prática de tortura no entorno brasiliense. O governo federal e a Câmara dos Deputados levantaram depoimentos e indícios e, após uma reunião realizada em

junho, decidiram criar uma comissão especial para enfrentar o problema. O grupo conta com representantes de governos envolvidos e com o auxílio de organizações não-governamentais para promover investigações e fazer vistorias em delegacias.

Menos mal que, mesmo lentamente, algo se tenha movido em oposição à barbárie que permanece viva em algumas áreas da polícia. Infelizmente, o conhecido lema "tortura nunca mais" ainda está longe de ter esgotado sua função no Brasil.

## **NÃO BASTA LER**

Quarta-feira, 10/09/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; EDUCAÇÃO; ERRADICAÇÃO; ANALFABETISMO; PROGRAMA DE APRENDIZAGEM; PESQUISA; LEITURA; ESCRITA

## **NÃO BASTA LER**

A META é ambiciosa, possivelmente infactível, mas o esforço precisa ser feito. O plano do governo de erradicar o analfabetismo até 2006, ainda que temperado por um saudável ceticismo, merece o apoio de todos. Trata-se de um daqueles casos em que empresas e mesmo cidadãos comuns podem ajudar, identificando analfabetos em seus círculos e convencendo-os a participar de um programa de aprendizagem. Como muitos iletrados procuram esconder essa condição, a primeira dificuldade com que iniciativas de alfabetização em massa se deparam é justamente localizar o público-alvo.

Esse, porém, não é o único nem o maior obstáculo. Vários esforços semelhantes já fracassaram no passado. Muitos se lembrarão do Mobral do governo militar nos anos 70. É de esperar que se tenha aprendido com os erros do passado.

Um dos pontos mais sensíveis é o da continuidade. É até possível ensinar em três ou quatro meses um analfabeto a juntar letras e identificar palavras. Se ele não seguir se exercitando na leitura, porém, tende a esquecer o que aprendeu. Na melhor das hipóteses, será mais um analfabeto funcional, isto é, alguém capaz de balbuciar frases, mas não de compreendê-las.

O problema do analfabetismo funcional, vale dizê-lo, não está circunscrito aos cursos de alfabetização. Ele está presente na rede regular de ensino, inclusive em nível superior. Pesquisa do Ibope revela que 38% dos brasileiros podem ser considerados analfabetos

funcionais. Pelo levantamento, apenas 25% dos cidadãos acima de 15 anos têm domínio pleno da leitura e da escrita.

Os caminhos escolhidos pelo governo para garantir a continuidade parecem tímidos. O risco, portanto, é o programa tornar-se apenas um eventual sucesso nas estatísticas sem que a nova habilidade corresponda a uma mudança qualitativa na vida do cidadão \_o que ocorreria se ele continuasse estudando ou ao menos cultivando o hábito da leitura.

## **GRAVE REVELAÇÃO**

Sábado, 11/10/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LEGISLAÇÃO; CONSTITUIÇÃO; NELSON JOBIM; INCLUSÃO; ARTIGO; APROVAÇÃO; POLÊMICA; JUSTIÇA; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### **GRAVE REVELAÇÃO**

SÃO GRAVES as revelações do ministro Nelson Jobim, atual vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, assumindo ter participado, quando deputado constituinte, da adição de dispositivos ao texto da Constituição sem que eles tivessem sido formalmente aprovados. Depois de ter admitido responsabilidade em dois casos de inclusão de textos, pelo menos mais duas dezenas de situações semelhantes foram levantadas pela Folha.

O caso, que arranha a legitimidade da Carta, não deixa de ser ilustrativo da renitente fragilidade institucional brasileira. Essa dificuldade de erguer e consolidar instituições democráticas está relacionada com uma série de fatores históricos, que não cabe aqui detalhar. O fato é que, transcorridos 24 anos do início do regime militar, último ciclo autoritário do século passado, o Brasil promulgou uma Constituição democrática. Por mais que possa merecer reparos e venha sendo objeto de reformas, tudo havia se passado, ao que se sabia, dentro dos parâmetros legais.

Aparentemente, do ponto de vista do texto constitucional, não há muito a fazer, a essa altura, quanto aos trechos incluídos. Deve-se questionar, contudo, se o ministro Jobim teria ou não condições de permanecer exercendo suas atuais funções.

De fato, é uma incongruência que um ministro do Supremo, justamente a corte encarregada de zelar pelos preceitos constitucionais, autoproclame-se um dos responsáveis por essa leviandade. Não alivia a sua situação o fato de que outros tantos, como o ex-ministro Jarbas

Passarinho, também tenham se envolvido com esses expedientes. Todos merecem reprovação, embora a situação de Jobim seja específica pelo cargo que ele hoje ocupa.

Com que autoridade o ministro poderá continuar como um dos guardiões da Carta? A situação é mais incômoda quando se sabe que Jobim assumirá em breve a presidência do Supremo, em razão da aposentadoria do ministro Maurício Corrêa.

O episódio permite, ainda, que se levantem dúvidas a respeito dos processos legislativos no país. É razoável perguntar, diante do revelado, se irregularidades análogas não teriam ocorrido ou não continuariam ocorrendo sem que a sociedade disponha dos instrumentos para controlá-las.

## **TENSÃO NA UNIVERSIDADE**

Segunda-feira, 01/12/2003

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; UNIVERSIDADE; CONSERVADORISMO; POLÊMICA; CRISTOVAM BUARQUE; REGIME MILITAR; IDEOLOGIA; PT /PARTIDO

### **TENSÃO NA UNIVERSIDADE**

NUM PAÍS que passou por marcantes experiências autoritárias em sua história, não deixa de ser significativo que o ministro da Educação se declare decepcionado com o baixo nível de "tensão ideológica" entre a universidade e as "forças conservadoras". Para ilustrar sua tese de que o meio universitário no Brasil tem demonstrado em nossos dias pouca "radicalidade", o ministro Cristovam Buarque, em recente seminário, recorreu a comparações com os tempos do regime militar.

Buarque chegou a afirmar que, se houvesse hoje "um golpe de Estado na Argentina e no Brasil, os militares não precisariam prender nenhum professor e nenhum aluno". Ironicamente, alguém poderia acrescentar: e também nenhum integrante do atual governo \_o que faz desse imaginário golpe apenas uma hipótese ainda mais extravagante.

Obviamente é possível levantar a possibilidade de que a universidade, em sintonia com as mudanças ocorridas no Brasil e também em escala global, se mostre mais conectada aos valores do mercado do que eventualmente tenha sido em outros momentos. Isso não significa

que esforços de pensamento para contrastar visões hegemônicas não venham sendo realizados.

Talvez o ministro não tenha se detido para observar o quanto seu próprio partido, o PT, tem sido questionado por ilustres acadêmicos, muitos deles filiados à agremiação. Simpósios, debates e diversas publicações ligadas à universidade já trataram com bastante radicalidade das mudanças doutrinárias por que tem passado o petismo, gerando considerável "tensão ideológica" \_como gostaria o ministro\_ com representantes do governo.

Não se trata aqui de entrar no mérito das teses defendidas por tais acadêmicos, muitas das quais são, para dizer o mínimo, discutíveis. É forçoso constatar, porém, que há, sim, um debate de idéias, ainda que num ambiente naturalmente menos incendiado por ideologias.

**2004**

### **ALIANÇA ESDRÚXULA**

Sexta-feira, 09/01/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; PFL /PARTIDO/; PDT /PARTIDO/; ALIANÇA; OPOSIÇÃO; LEONEL BRIZOLA; JORGE BORNHAUSEN

### **ALIANÇA ESDRÚXULA**

AS TRATATIVAS entre o ex-governador Leonel Brizola e o senador Jorge Bornhausen, com vistas a aproximar o PDT e o PFL tanto na frente federal quanto nas eleições municipais, são mais um exemplo enfático da inconsistência ideológica e programática que impera no meio político brasileiro.

São conhecidos os dois líderes. O primeiro criou-se à sombra do trabalhismo e do populismo de esquerda. Esteve no exílio, enquanto o segundo apoiava o regime militar. Com a redemocratização, Brizola, de volta ao país, mostrou que suas convicções ideológicas eram, na verdade, bastante maleáveis sempre que se tratava de buscar sucesso eleitoral ou fazer alianças com poderosos, entre os quais figura o ex-presidente Fernando Collor de Mello.

O segundo, Bornhausen, é cacique de um partido que pode ser classificado como de direita, cujo histórico de fisiologismo e cuja capacidade de aderência aos mais diversos governos se

tornaram referências nacionais. Basta dizer que desde sua criação é a primeira vez que o PFL se vê no papel de oposição federal.

É, portanto a mesma desenvoltura na hora de abrir mão de posições políticas e ideológicas que parece unir agora os dois nessa aliança que ambos classificam \_como se fosse necessário\_ de "não-ideológica".

Lamentavelmente, o oportunismo dos líderes do PDT e do PFL não é fato isolado em nosso teatro político. O próprio PT, partido que se notabilizou por imprimir à sua conduta um padrão de coerência nem sempre visto no país, também houve por bem esquecer o que dizia para assumir projetos e fazer acordos os mais esdrúxulos. Diante de tanta desorientação, o eleitor brasileiro só pode mesmo fazer o que muitas lideranças tantas vezes lamentam: descrer dos partidos e dos políticos que pretendem representá-lo.

## **HISTÓRIA OCULTA**

Segunda-feira, 29/03/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; REGIME MILITAR; ANIVERSÁRIO; DOCUMENTO; SIGILO; GOVERNO LULA; GOVERNO FHC; DECRETO; POLÊMICA

### **HISTÓRIA OCULTA**

ÀS VÉSPERAS do aniversário de 40 anos do golpe de 1964, é bom lembrar que nem tudo o que se passou naqueles tenebrosos anos entrou para a história \_infelizmente\_. É que muitos dos documentos à época carimbados como secretos ainda não se tornaram públicos, o que dificulta sobremaneira o trabalho de historiadores.

E os responsáveis por esse crime historiográfico são duas figuras que se julgariam insuspeitas: os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva. Na última semana de seu governo, FHC baixou o decreto 4.553, que permite, em princípio, que documentos de órgãos públicos permaneçam eternamente sob sigilo. Lula, apesar de diversos apelos, manteve a determinação fernandina, considerada ilegal por renomados juristas.

O famigerado decreto, que regulamenta a Lei de Arquivos (número 8.159/91), acabou por criar a figura do "sigilo eterno". É que o dispositivo ampliou os prazos de segredo de todas as categorias de documentos e ainda permite, no caso de papéis considerados ultra-secretos, a renovação do sigilo por prazo indefinido.

Essa prescrição contraria a Lei de Arquivos, para a qual determinados documentos podem ser mantidos sob sigilo por no máximo 30 anos, prorrogáveis (uma só vez) por mais 30. Um decreto, como sabe qualquer aluno de primeiro ano de direito, não pode alterar uma lei.

É até natural que a chamada comunidade de informações procure ampliar ao máximo os prazos de sigilo dos documentos que produz. O que é particularmente chocante é que FHC e Lula, que têm, ambos, um histórico de defesa da democracia, tenham cedido à pressão da "comunidade" e acatado um decreto tão acintosamente contrário aos princípios republicanos e democráticos.

É quase uma obviedade afirmá-lo, mas documentos públicos não podem ser mantidos escondidos do público senão em casos excepcionalíssimos e, assim mesmo, por prazo determinado. Não se pode privar um país de escrever sua própria história.

#### **40 ANOS DEPOIS**

Quarta-feira, 31/03/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOLPE MILITAR; REGIME MILITAR; DITADURA; ANIVERSÁRIO; 31 DE MARÇO

#### **40 ANOS DEPOIS**

SE HÁ ALGO a comemorar no aniversário de 40 anos do golpe de 31 de março de 1964 é justamente o fato de podermos afirmar que o ciclo militar se encontra hoje encerrado num passado histórico. Se suas repercussões ainda se fazem sentir e se há facetas a merecer esclarecimentos, não há dúvida de que o fantasma da ditadura militar já não mais assombra a vida nacional.

O movimento ocorreu num quadro de forte radicalização da política nacional e internacional, sob o signo da Guerra Fria. Impulsionada pela expansão do império soviético, pelo recrudescimento de lutas de libertação nacional e pela revolução cubana, de 1959, a esquerda brasileira via-se no início da década de 60 na iminência de chegar ao poder. Essa perspectiva tornou-se mais palpável com a restituição dos poderes presidencialistas ao trabalhista João Goulart, em 1963.

Ameaçada e em dificuldades para organizar uma alternativa política própria, capaz de barrar as pretensões da esquerda, parte da elite do país apoiou e se associou ao que considerava a



saída possível: uma conspiração militar. Tendo à frente o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, as Forças Armadas assumiram o comando do país prometendo uma breve intervenção. Não foi, como se sabe, o que aconteceu.

Hoje, o Brasil que volta suas atenções para aqueles anos de arbítrio é uma sociedade organizada em torno de um regime de liberdades. Vigora o Estado de Direito, realizam-se eleições, a imprensa encontra as condições para exercer seu papel e o pensamento e a cultura livraram-se das amarras da censura.

Foi tortuoso e acidentado o caminho para que se alcançassem esses valiosos objetivos. O declínio militar coincidiu e foi precipitado por uma aguda crise econômica. O modelo de desenvolvimento organizado pelo regime ruiu sob os efeitos de choques internacionais e de um dramático quadro de endividamento.

Ao longo da década de 1980, o país viveu a frustração das reivindicações por eleições diretas e passou por um conturbado período de transição, marcado, no plano político, por agudos conflitos em torno da organização do novo arcabouço institucional e, no econômico, por desequilíbrio fiscal, estrangulamento externo, baixo crescimento e alta inflação.

A eleição pelo voto direto do primeiro presidente civil coincidiu com uma profunda mudança no cenário internacional. Ao mesmo tempo em que Fernando Collor de Mello saía vitorioso das urnas, era derrubado o Muro de Berlim e esfacelava-se o bloco socialista organizado em torno da antiga União Soviética. Encerrava-se a era Guerra Fria e inaugurava-se uma nova ordem internacional, na qual prosperaria a lógica da globalização e da liberalização econômica.

Hoje, salta aos olhos que as fundamentais conquistas democráticas obtidas nas últimas décadas ainda dependem para sua plena realização de que parcelas inteiras da população possam emergir da linha de pobreza. No Brasil democrático, cidadãos pobres continuam subsistindo sem acesso satisfatório à saúde, à educação, ao emprego e à Justiça. Por vezes empurrados para a marginalidade, são presos e torturados em porções em tudo semelhantes aos que se utilizavam nos anos de chumbo do regime ditatorial.

É esse o enorme desafio que se apresenta ao Brasil em seu caminho para se tornar uma nação mais digna e civilizada: promover o crescimento, reduzir as desigualdades e permitir que os seus filhos desfrutem dos benefícios do desenvolvimento e dos direitos da cidadania.

## **AGENDA POSITIVA**

Sábado, 10/04/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO; MINISTRO; LUIZ GUSHIKEN; AGENDA POSITIVA; IMPRENSA

AGENDA POSITIVA

O MINISTRO Luiz Gushiken considerou, em audiência com a Federação Nacional dos Jornalistas, que o papel da imprensa deveria ser mais o de perseguir uma "agenda positiva" do que "exploração do contraditório, que fomenta discórdias e conflitos de egos".

Ninguém pode retirar do ministro o direito de opinar sobre o que quer que seja. No caso, porém, o titular da pasta da Comunicação parece ter perdido uma boa oportunidade para manter-se em silêncio.

As declarações acabaram soando como se fossem uma tentativa de uma autoridade pública de indicar qual o caminho deve ser seguido pelos meios de comunicação \_evidentemente, aquele que se mostra mais conveniente para o poder.

É no mínimo estranho que alguém, como o ministro, ligado a um partido que se empenhou na conquista de liberdade de expressão pense dessa maneira. Também sob o regime militar, acreditaria Gushiken que o papel da imprensa deveria ter sido o de apenas se preocupar com a "agenda positiva"?

É até compreensível que alguém que ocupe a posição do ministro possa sentir algum desconforto com críticas e notícias sobre fatos eventualmente negativos para o governo. Não é função, porém, da imprensa dourar a pílula \_ao contrário, aliás, da propaganda governamental, que de tanto querer divulgar a "agenda positiva" acabou até mesmo por mostrar imagens inverídicas na TV.

Quanto à idéia de que a mídia "fomenta discórdias e conflitos de egos", é insustentável. Há razões de sobra \_muitas delas infelizmente nada nobres\_ para que políticos ligados ou não ao governo entrem em conflito e queiram impor suas vaidades. Não é preciso nenhum impulso da imprensa para que isso ocorra.

## **POLÍTICA PARA O MÍNIMO**

Domingo, 02/05/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SALÁRIO MÍNIMO; AUMENTO; REAJUSTE; INFLAÇÃO; AJUSTE FISCAL  
POLÍTICA PARA O MÍNIMO

DEPOIS de uma série de reuniões, consultas, marchas e contramarchas, fatos que apenas realçaram o grau de imprevisto que antecedeu a decisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o salário mínimo passará a valer R\$ 260. O aumento real foi de 1,2%. Frustraram-se as expectativas de milhões de trabalhadores e daqueles que vêm no mínimo um instrumento valioso de promoção social e de redução das desigualdades.

Quando de sua criação, preocupações dessa ordem norteavam os debates a respeito dos valores a serem estabelecidos. Mas, já a partir da década de 60, o mínimo passou a merecer outro tipo de enfoque dos governantes. Durante o ciclo militar, não apenas a sensibilidade social ficou em segundo plano como a política salarial passou a ser crescentemente equacionada tendo em vista o combate à inflação. Dentro dessa ótica, a definição do mínimo já não mais se subordinava a questões como as necessidades básicas de um trabalhador ou a redução da pobreza. O que se indagava era até que ponto o aumento geraria ou não inflação.

Mais recentemente, conquistada a estabilidade da moeda, a questão do salário mínimo passou a ser emoldurada por uma nova urgência do Estado brasileiro: o ajuste fiscal. Como a Constituição de 1988 vinculou os benefícios de aposentados ao mínimo, os aumentos tornaram-se uma ameaça ao equilíbrio das contas públicas, num contexto de alto endividamento e de escassez de recursos.

O resultado desse processo é a queda de poder aquisitivo verificada ao longo da história. É fato que, no período que antecedeu o regime militar, o mínimo foi muitas vezes utilizado de forma insustentável para dar substância a políticas populistas. Mesmo sendo assim, os números impressionam: de um pico de R\$ 1.036,10, em 1957 (valores atualizados), chegou-se aos atuais R\$ 260.

Nas explicações que vieram à tona para justificar a decisão do presidente Lula, foram mencionados justamente a responsabilidade fiscal e o risco de inflação. Nada, porém, foi apresentado em relação a políticas a serem adotadas pelo governo petista com o intuito de elevar o salário mínimo ao longo do tempo. Tudo indica que, no ano que vem, mais uma vez a improvisação irá dar o tom na definição do aumento.

Qualquer governo \_e mais ainda o atual, que presumivelmente teria preocupações sociais\_ deveria sentir-se obrigado a apresentar à sociedade suas diretrizes para o salário mínimo.

Lamentavelmente, o que se tem observado são blefes e promessas de ocasião inviabilizados pelas restrições fiscais.

É preciso revalorizar as premissas que embasavam a idéia original, estabelecer metas de aumento e criar os mecanismos para que elas possam ser acompanhadas e cumpridas. E parece claro que a espinhosa questão da vinculação com as aposentadorias terá de ser repensada numa perspectiva que diferencie o mínimo do mercado de trabalho daquele adotado pelo INSS. Infelizmente, não se vê no atual governo nada que indique uma mudança substancial no tratamento dessa questão.

## **PRINCÍPIOS E PRAGMATISMO**

Quarta-feira, 26/05/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; COMÉRCIO EXTERIOR; CHINA; VIAGEM; POLÊMICA; DIREITOS HUMANOS; INVASÃO; TIBETE; ASSINATURA; COMUNICADO

### **PRINCÍPIOS E PRAGMATISMO**

A CHINA é bem mais do que um "shopping de oportunidades", mas não há como negar a importância que o mercado do gigante asiático representa para o Brasil. A viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China é uma iniciativa oportuna, que tem valor comercial e mesmo estratégico, num momento em que é preciso diversificar parceiros, abrir novas frentes de negócios e encontrar outros eixos de inserção.

Essas considerações de ordem econômica e geopolítica, porém, não bastam para justificar o silêncio do presidente Lula em relação a temas sensíveis como o amplo histórico de desrespeito das autoridades chinesas aos direitos humanos e a odiosa invasão do Tibete a mando de Pequim.

É claro que ninguém espera que Lula atue como um ativista da Anistia Internacional e constranja seus anfitriões denunciando casos de presos políticos. Ninguém em sã consciência imagina que o presidente brasileiro vá fazer greve de fome na praça Tiananmen pela restauração da independência tibetana. Ainda assim, Lula poderia ter tocado nessas questões, pressionando os dirigentes chineses dentro dos limites da boa educação e sem ferir demais o

cerimonial. O que ele fez, porém, o comunicado conjunto que assinou, mais se assemelha a uma defesa das atrocidades do que a uma condenação diplomaticamente digerível.

Vale lembrar que a pressão difusa exercida por governos estrangeiros foi um dos fatores que levou o regime militar brasileiro a decidir-se pela abertura, na primeira metade dos anos 80.

Em algum grau, o próprio Lula é um beneficiário das cobranças que vieram de fora.

Uma boa política externa precisa encontrar um ponto de equilíbrio entre o apego aos princípios e o pragmatismo. O Brasil não deve achar que vai consertar o mundo através das declarações do presidente Lula nem pode desconsiderar, em seu trato com outras nações, todos os escrúpulos morais, focalizando apenas os resultados comerciais. O governo, ao que parece, ainda não foi capaz de encontrar esse equilíbrio.

## **SALDO ESTRUTURAL**

Domingo, 11/07/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMÉRCIO EXTERIOR; EXPORTAÇÃO; SUPERÁVIT

### **SALDO ESTRUTURAL**

AUTORIDADES da área econômica têm afirmado que o forte crescimento das exportações constitui uma novidade estrutural na economia brasileira da qual muitos ainda não se deram conta. De acordo com essa visão, o país revela capacidade de crescer sem deixar de obter saldos comerciais expressivos \_o que ajuda a conferir mais estabilidade à cotação do dólar e à inflação e melhores condições para reduzir os juros. Ao lado das chamadas reformas "microeconômicas" propostas pelo governo, isso configuraria um ambiente mais propício ao investimento e ao crescimento sustentado.

Há muito esta Folha vem insistindo que obter superávits mais volumosos no comércio exterior constitui um requisito para a superação do quadro de extrema vulnerabilidade das contas externas que tanto prejudicou a economia nos últimos anos.

A história econômica do país, no entanto, fornece exemplos eloqüentes da necessidade de guardar cautela em relação ao caráter supostamente "estrutural" do superávit comercial. A discussão que ora se esboça \_e tem de ser aprofundada por sua importância para as perspectivas do país\_ remete a um debate desenvolvido em meados dos anos 80.

Naquela época (que guarda significativas analogias com a atual), o Brasil emergia de um doloroso processo de "ajuste" depois de um ciclo de forte endividamento externo. Após três anos de recessão, reforçada por forte achatamento salarial, e de uma desvalorização cambial sensível, a partir de meados de 1984 a economia voltava a crescer e obtinha superávits comerciais recordes.

As autoridades do governo Figueiredo reivindicavam a paternidade desse feito, que seria prenúncio de uma retomada duradoura da economia. Já analistas da oposição ao regime militar argumentavam que o superávit era "filho", basicamente, da contração do mercado interno e da desvalorização do câmbio e, por isso, tenderia a ser corroído à medida que o mercado interno se reerguesse.

Alguns, no entanto, julgavam que o superávit teria caráter duradouro por refletir mudanças na estrutura produtiva propiciadas pelo ciclo de investimentos estimulado pelo governo Geisel e seu Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Embora tais mudanças fossem inequívocas (vários elos da cadeia industrial foram internalizados, substituindo importações e diversificando as exportações), nos anos seguintes a economia não se revelou capaz de compatibilizar crescimento e saldos comerciais altos. Em particular nos momentos em que o mercado interno cresceu rapidamente \_como em 1986, sob o Plano Cruzado, e no início do Plano Real\_, o saldo comercial foi subitamente corroído.

Um dos fatores que mais contribuíram para isso foi o fato de que \_em meio a uma aceleração global das inovações e do progresso técnico\_ a pauta de exportações do país se manteve baseada em bens de menor grau de elaboração, que contam com demanda externa menos dinâmica.

Esse quadro pouco mudou nos últimos anos \_até porque os investimentos se mantiveram baixos, assim como a capacidade da economia de gerar e difundir inovações tecnológicas. Logo, saudar o crescimento recente das exportações brasileiras não nos deve impedir de perceber que, do ponto de vista qualitativo, elas continuam frágeis. Por isso mesmo, olhando para o médio e longo prazo, cabe manter reservas quanto à sustentabilidade do saldo comercial.

Ainda é necessário definir e implementar políticas capazes de efetivamente compatibilizar, ao longo do tempo, um crescimento vigoroso e sustentado do mercado interno com a preservação de uma posição saudável nas contas externas.

## **AVANÇO AUTORITÁRIO**

Sábado, 14/08/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LEGISLAÇÃO; IMPRENSA; CFJ /CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO/; CONTROLE; ÉTICA; FISCALIZAÇÃO; PUNIÇÃO; JORNALISTA; PROJETO DE LEI; LUIZ GUSHIKEN; AUTORITARISMO; DEMOCRACIA; PT /PARTIDO

AVANÇO AUTORITÁRIO

É ALARMANTE que uma série de projetos e propostas do governo petista venha a público com as marcas indeléveis do autoritarismo, procurando restringir liberdades e estender um véu de opacidade sobre a atividade pública. É chocante e deplorável que o PT, partido que participou da luta pela redemocratização do país, chegue ao poder para atentar contra as conquistas democráticas e turvar o pouco de transparência dos poderes que a sociedade brasileira, a duras penas, conquistou.

Não é, no entanto, nada surpreendente que um partido com raízes na esquerda despreze a democracia ao ver-se no poder, dando livre curso a suas fantasias e delírios leninistas. É assim que o PT, ao mesmo tempo em que promove uma escalada para tomar de assalto a máquina pública e dominar plenamente os instrumentos de poder, trata de erguer uma blindagem de leis e regulamentações com o propósito de impedir a sociedade de ter acesso ao que transcorre nos bastidores da cena política.

O governo petista quer proibir que o Ministério Público investigue e que a imprensa publique o que não é de seu interesse. Chega ao extremo de tentar cercear, por meio de uma normatização grotesca, a possibilidade de funcionários públicos conversarem com jornalistas. Enganam-se os que pensam que é à sociedade que essas normas visam proteger, como tentou pateticamente fazer crer o ministro Luiz Gushiken. Ele mesmo já havia em outra ocasião deixado claro do que se trata: evitar que os poderosos sejam atingidos por fatos "negativos". Desde os tempos da ditadura militar não se viam concepções tão atrasadas e rudimentares \_se bem que perigosamente ardilosas\_ de como devem ser as relações dos governantes com os princípios democráticos e republicanos.

Diante desse ignominioso surto de medidas que resvalam para o autoritarismo, é de esperar que a defesa das instituições republicanas e das liberdades fale mais alto e impeça alguns dos

que cercam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de levar a cabo seus intentos antidemocráticos.

## **LULA EM CAMPANHA**

Terça-feira, 21/09/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2004; ELEIÇÃO MUNICIPAL; PREFEITURA; SÃO PAULO /SP/; PT /PARTIDO/; MARTA SUPPLY; GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; CAMPANHA ELEITORAL; CABO ELEITORAL; POLÊMICA; RECIFE /PE

### **LULA EM CAMPANHA**

A ENTRADA do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha dos candidatos petistas à Prefeitura de São Paulo e à de Recife é natural, visto que ele é a figura de maior peso do partido. Lula, porém, deveria atuar com moderação, dada a importância do posto que ocupa.

O chefe de Estado argumenta que suas visitas a obras públicas na reta final da campanha eleitoral são vitais para que as pessoas "reconheçam" as iniciativas do governo federal. Vale ressaltar, todavia, que, após o segundo turno do pleito municipal, o presidente poderá ser obrigado a trabalhar com pessoas contra as quais faz campanha neste momento.

É essencial, portanto, que ele não ultrapasse certos limites cívicos, pois isso poderia criar problemas político-institucionais mais tarde.

Lula não quebra uma tradição da política brasileira pós-regime militar ao entrar na campanha. Fernando Henrique Cardoso também subiu em palanques em 1996, por exemplo. Todavia, o atual presidente não pode deixar de respeitar as regras do jogo: não deve favorecer seus candidatos por meio do aparato do Estado.

Ademais, a lei que regula a participação de candidatos em eventos políticos também não atinge a raiz do problema, que é justamente o uso da chamada "máquina do Estado" em campanhas eleitorais.

A participação de Lula no pleito é tão natural quanto as denúncias de favorecimento oficial a candidatos petistas feitas por opositores. Trata-se de um fenômeno existente na maioria dos países desenvolvidos \_onde, entretanto, os freios institucionais aos abusos são mais claros e consolidados.



Ao mesmo tempo em que entra na disputa eleitoral, Lula poderia, portanto, pensar em introduzir uma legislação mais explícita sobre o tema, buscando coibir a parte central do problema: o uso ilícito de dinheiro público em disputas eleitorais.

## **ARQUIVOS PROIBIDOS**

Sábado, 23/10/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; HISTÓRIA; REGIME MILITAR; MORTE; VLADIMIR HERZOG; DIVULGAÇÃO; FOTO; CRISE; NOTA; POLÊMICA; EXÉRCITO; MINISTÉRIO DA DEFESA; FORÇAS ARMADAS

### **ARQUIVOS PROIBIDOS**

AINDA não está esclarecido o episódio das imagens, recentemente divulgadas, em que apareceria o jornalista Vladimir Herzog pouco antes de seu assassinato em 1975. São duvidosas não apenas as circunstâncias das fotos como a identidade das pessoas retratadas em situação de nudez constrangedora. Só não paira dúvida sobre o fato de que Herzog foi preso, torturado e assassinado por agentes do regime militar então em vigor no Brasil.

Mas o episódio serviu para demonstrar que as Forças Armadas ainda não desenvolveram uma atitude adequada em relação a esse passado traumático. Uma primeira nota, divulgada pela assessoria do Exército, repetia o jargão mistificador utilizado pelo regime militar. Foi seguida por outra nota, autorizada pelo comandante da Força e feita sob medida em acatamento a instruções do próprio presidente Lula.

Ao contrário do que muitas vezes se apregoa hoje, o regime militar não foi resultado de alguma vocação repressiva inerente às Forças Armadas. Foi fruto da violenta radicalização política que afetou o mundo inteiro nas décadas de 60 e 70 do século passado. A oposição armada ao regime militar não era democrática. Seu objetivo era implantar uma ditadura socialista no país, que teria sido igual ou até pior que a dos generais.

Mas nada disso justifica os desmandos que ocorreram sob a responsabilidade do regime instalado em 64, que não somente suprimiu as liberdades públicas mas torturou e assassinou adversários que se encontravam sob custódia do Estado. Dessa terrível experiência, a sociedade brasileira emergiu sob o compromisso de nunca mais aceitar a quebra das regras democráticas nem a violência contra opositores políticos.

A anistia de 1979 permitiu superar esse passado, evitando que se perenizasse uma espiral de ressentimentos, compreensíveis de ambos os lados, mas inaceitáveis como forma de convivência numa mesma nação. O espírito da anistia, que deve ser preservado, não significa porém desconhecer o passado. É necessário que os arquivos da repressão sejam de uma vez por todas divulgados e que os fatos ainda obscuros sejam esclarecidos \_em nome da História e do aprendizado das futuras gerações.

## **SIGILO INACEITÁVEL**

Quinta-feira, 28/10/2004

Conotação histórica/neutro

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SIGILO; GOVERNO FHC; LEI DE ARQUIVOS; DECRETO; VLADIMIR HERZOG

## **SIGILO INACEITÁVEL**

SEGREDOS de Estado são um mal necessário. É inconcebível uma situação em que todos os projetos, atos e registros do poder público estivessem disponíveis para qualquer interessado. Um general, por exemplo, não deve divulgar em detalhes os planos de defesa nacional, sob pena de torná-los inúteis. De modo análogo, há informações tecnológicas e estratégicas que pode ser do interesse do país resguardar.

A necessidade de que alguns documentos sejam mantidos em segredo, porém, de modo algum justifica o decreto 4.553, que em tese permite o sigilo eterno de informações no Brasil. Documentos públicos só deveriam permanecer ocultos em casos justificados e excepcionais e, assim mesmo, por prazos determinados.

O decreto 4.553 foi editado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última semana de seu governo e, desde então, não foi alterado pelo seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Depois das reações ao recente episódio envolvendo fotografias duvidosas e o nome do jornalista Vladimir Herzog, preso e morto em 1975, sob custódia dos órgãos de segurança, Lula ameaçou rever a disposição, mas até agora não o fez.

Além de impróprio, o decreto é também ilegal. Ao permitir, no caso de papéis considerados ultra-secretos, a renovação do sigilo por prazo indefinido, o dispositivo contraria frontalmente

a Lei de Arquivos (8.159/91), para a qual documentos públicos, mesmo que "referentes à segurança da sociedade e do Estado", podem ser mantidos em segredo por no máximo 30 anos, prorrogáveis (uma só vez) por mais 30. E um decreto, como se sabe, não pode alterar ou prevalecer sobre uma lei.

É imperativo, portanto, que o presidente Lula, restaurando a legalidade, revogue sem tergiversações o malfadado decreto. Não há razão convincente para que arquivos públicos anteriores, posteriores ou referentes ao regime militar (1964-1985) continuem protegidos por sigilo. É inaceitável privar o país de conhecer sua própria história.

## **CELSO FURTADO**

Terça-feira, 23/11/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CELSO FURTADO; MORTE; ECONOMIA; TRAJETÓRIA; CARREIRA; HISTÓRIA; POLÍTICA; AVALIAÇÃO

### **CELSO FURTADO**

COM A MORTE de Celso Furtado, o Brasil perde seu mais destacado e influente economista, intelectual de envergadura e homem público que dedicou a vida ao progresso do país. Teoria e prática foram dimensões indissociáveis em sua trajetória, que se entrelaçou com momentos fundamentais da história brasileira no século 20.

Autor do clássico "Formação Econômica do Brasil", Furtado desempenhou papel de relevo na política, especialmente nas décadas de 1950 e 60, quando esteve à frente da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e foi ministro do Planejamento.

Seus esforços se concentraram na tentativa de compreender as razões do atraso social e econômico do país e de formular diretrizes para superá-lo. Na concepção de Furtado, o desenvolvimento não é um processo natural e espontâneo que decorre da dinâmica dos mercados, mas um projeto social a ser planejado e impulsionado por meio de ações racionais do Estado. O desenvolvimento não se confunde com o mero crescimento da economia e encerra, segundo suas palavras, uma "dimensão política incontornável".

As idéias do economista, que exerceram forte influência interna e lhe conferiram prestígio internacional, começaram a ser afastadas da cena política oficial a partir de 1964. Cassado

pelo regime militar, viveu anos no exílio e só voltou a ocupar um cargo público em 1985, como ministro da Cultura durante o governo de José Sarney (1985-1990).

A crise do Estado, o descontrole inflacionário e a ascensão de propostas liberais num cenário internacional marcado por profundas mudanças acabaram relegando Furtado e suas proposições a um passado que, embora meritório, na visão de seus críticos não mais conteria respostas para os problemas do país.

É uma avaliação, no entanto, que o tempo não parece de todo sancionar. Se o modelo econômico daquele Brasil está vencido, não há dúvida de que as preocupações que animaram Furtado permanecem presentes, pois os seus adversários teóricos não foram capazes de oferecer soluções para o baixo crescimento econômico e as dramáticas assimetrias sociais.

## **DIREITO À HISTÓRIA**

Domingo, 12/12/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2 0412/242817

Edição: São Paulo Dec 12, 2004

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; GOLPE MILITAR; REGIME MILITAR; DITADURA; ARQUIVO; FORÇAS ARMADAS

## **DIREITO À HISTÓRIA**

NO QUE já se vai caracterizando como um estilo, a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez alarde de que abriria os arquivos secretos da ditadura, baixou uma medida provisória e um decreto contraditórios entre si e em relação à legislação vigente e, no que diz respeito ao que é de fato importante, deixou tudo como estava: o governo guarda o poder de manter os documentos que quiser sob sigilo eterno.

Segredos de Estado são um mal necessário. É inconcebível uma situação em que todos os projetos, atos e registros do poder público estivessem disponíveis imediatamente para qualquer interessado. As Forças Armadas não devem divulgar em detalhes os planos de defesa nacional, sob pena de torná-los inúteis. De modo análogo, há informações tecnológicas que podem ser do interesse do país resguardar. E seria danoso à diplomacia que países estrangeiros tivessem acesso em tempo real às maquinações que o Itamaraty possa ter feito em relação a eles.

A necessidade de que alguns documentos sejam mantidos em segredo, porém, de modo nenhum justifica o malfadado sigilo eterno. Documentos públicos só deveriam permanecer ocultos em casos excepcionais e, assim mesmo, por prazos determinados. Deixar de observar essa regra configura grave violação aos princípios democráticos e republicanos que norteiam a Constituição.

A MP nº 228, editada pelo governo na quinta-feira à noite, tem uma virtude. Ela corrige ilicitudes do decreto nº 4.553, baixado na última semana do governo Fernando Henrique Cardoso, que estipulava prazos de sigilo superiores àqueles previstos pela lei 8.159/91, a Lei dos Arquivos.

A MP, porém, possui dispositivo que faculta a uma comissão composta exclusivamente por gente do governo considerar que documentos ainda representem uma ameaça "à segurança da sociedade e do Estado" mesmo depois de transcorrido o prazo de sigilo. Nessa hipótese, os papéis caem num limbo jurídico do qual só sairão se a comissão desejar.

Curiosamente, tanto a Lei de Arquivos como o decreto nº 5.301 \_editado também na última quinta para regulamentar a MP\_ determinam que documentos classificados como ultra-secretos podem, no máximo, permanecer secretos por 30 anos prorrogáveis uma única vez por mais 30 \_período que já parece excessivo.

Os arquivos devem de fato conter histórias interessantes, a ponto de o governo encenar um grande teatro no qual finge que vai abri-los para no final não fazê-lo. Rumores dão conta de que pode haver material pouco enaltecido às nossas autoridades relativo à Guerra do Paraguai (1864-70) e a negociações territoriais.

A verdade, contudo, precisa prevalecer. A honra e a memória de indivíduos deve ser preservada na medida do possível, mas não contra o direito do país de conhecer o seu passado. Situações de confronto devem ser mediadas pela Justiça, não pelo Executivo. Transcorrido um certo tempo, indivíduos perdem seu direito à privacidade e passam a fazer parte da história. É a ela \_e não a autoridades presentes\_ que verdadeiramente pertencem os arquivos públicos.

## **CINZAS DA HISTÓRIA**

Quarta-feira, 15/12/2004

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; REGIME MILITAR; DITADURA; DOCUMENTO; ARQUIVO; FORÇAS ARMADAS; DESTRUICÃO; BASE AÉREA; SALVADOR /BA/; AERONÁUTICA

#### CINZAS DA HISTÓRIA

É INQUIETANTE a notícia de que arquivos militares teriam sido queimados na Base Aérea de Salvador. De acordo com reportagem do "Fantástico", da TV Globo, prontuários, fichas e relatórios produzidos por órgãos de informação das Forças Armadas foram incinerados. Parte do material escapou ao fogo. São papéis que datam de 1964 até 1994, já sob vigência do regime democrático.

O episódio deveria servir para acelerar a abertura dos arquivos da ditadura militar (1964-1985) e anteriores que ainda permaneçam secretos. Se fichários foram queimados em Salvador, há razões para temer que muitos outros papéis estejam enfrentando o mesmo destino em vários outros pontos do país. As perdas para a história podem ser irreparáveis.

Tão importante quanto franquear o acesso do público aos arquivos históricos do regime militar e estabelecer um marco regulatório decente para a liberação de documentos secretos \_do qual a lamentável figura do sigilo eterno seja definitivamente proscrita\_ é fomentar uma cultura do arquivo público. Tudo o que um servidor do Estado diga ou escreva no exercício de suas funções deve em princípio converter-se em documentação que um dia será franqueada à população \_e ao escrutínio dos historiadores. O que quer que um agente público atuando nessa condição faça não lhe pertence nem à sua privacidade, mas à população sob cujo mandato ele agiu.

É claro que determinados papéis podem precisar permanecer ocultos por algum tempo, considerando-se que segredos de Estado são um mal necessário. Todavia o sigilo, que sempre deve ser provisório, precisa ficar restrito a casos realmente justificáveis. Preservar documentos longe dos olhos da sociedade deve ser a exceção e não a regra.

É essa cultura que está faltando ao país. Além de contribuir enormemente para a historiografia, ela ajudaria a estabelecer a noção republicana de que o servidor público deve satisfações à população.

**2005**

#### ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO

Domingo, 20/02/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; RIO SÃO FRANCISCO; TRANSPOSIÇÃO; OBRA PÚBLICA

#### ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO

O GOVERNO pretende iniciar em breve o projeto de transposição de águas do rio São Francisco, que, idealizado pela primeira vez em 1847, ganhou desde então várias versões. A atual prevê que uma fração, segundo o Ministério da Integração Nacional correspondente a 1% do volume de água que o rio despeja no mar, seja desviada por meio de um sistema de 700 km de canais para beneficiar 12 milhões de pessoas no semi-árido do Nordeste.

A obra, que se anuncia custosa, exigindo investimentos de cerca de R\$ 4,5 bilhões, tem gerado ruidosas controvérsias entre técnicos, políticos e representantes do governo. O presidente Lula, que não lançou até aqui nenhum projeto de porte comparável, diz encarar a obra como um "legado pessoal à região".

A transposição não tem como objetivo solucionar o histórico problema da seca ou da inexistência de água em volume suficiente para irrigar os cinco Estados a serem beneficiados \_Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. A proposta visa perenizar alguns rios, manter o estoque de oito açudes e permitir que as populações da região disponham de água para consumo próprio e para o uso de rebanhos.

Há pontos ainda um tanto obscuros na proposta. O principal deles está na gestão do sistema, que é complexo e custoso. São nove estações para o bombeamento por eletricidade da água a uma altura de 160 metros num dos canais e de 500 metros no outro. O governo afirma ter entregue a questão à Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), mas o fez, ao que se sabe, sem a assinatura prévia de contratos para a partilha dos gastos entre os Estados, municípios ou particulares beneficiados \_correndo o risco de que a conta fique mesmo com a União.

Há ainda uma questão técnica, levantada sobretudo pelos governos de Minas Gerais e da Bahia. Mesmo com uma captação mínima de 26 m<sup>3</sup> por segundo, a transposição afetaria a piscosidade e a vazão de um rio que já está a exigir, antes de mais nada, investimentos para melhorar suas condições. O governo responde acenando com um plano de revitalização no qual já estaria investindo R\$ 127 milhões.

Existe, além disso, a questão do impacto ambiental. O governo publicou editais de concorrência para os 14 lotes em que os canais foram divididos antes de um aval preliminar do Ibama. É uma prática duvidosa, pela qual a administração, na tentativa de criar fatos consumados, atropela regras que ela própria estabeleceu.

Cabe lembrar, por fim, a motivação recôndita de uma parcela significativa de adversários da obra. Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. A transposição secará fontes financeiras, o que evidentemente gera e gerará protestos.

Não há dúvida de que o objetivo de levar água ao semi-árido é louvável. Porém ainda resta ao governo dissipar as dúvidas e demonstrar que não há riscos de o país receber mais um "elefante branco" semelhante àqueles que, há algumas décadas, herdou do regime militar sob a forma de obras faraônicas inconclusas.

## **DEMOCRACIA INACABADA**

Domingo, 24/04/2005,

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; HISTÓRIA; POLÍTICA; TANCREDO NEVES; DEMOCRACIA; TRANSIÇÃO; PRESIDÊNCIA; REGIME MILITAR; ELEIÇÃO

### **DEMOCRACIA INACABADA**

LEMBROU-SE MUITO nos últimos dias da morte de Tancredo Neves, que na última quinta-feira completou 20 anos. A data coincide com o início do mais longo período democrático do país, o que, por si só, é algo que merece registro. Mesmo o intervalo democrático que começa com o fim do Estado Novo, em 1945, e se estende até a ruptura militar de 1964 conviveu com restrições legais, como o banimento de correntes políticas \_ caso dos comunistas.

O ciclo democrático atual é, portanto, não apenas o mais longo mas também o mais amplo no reconhecimento e garantia de direitos políticos já vivido em nossa história republicana. É preciso levar em conta ainda a novidade que representa um regime democrático realmente massificado. Em 1960, por exemplo, quando Jânio Quadros venceu, os eleitores eram cerca de 15,5 milhões. Em 1989, quando o país voltou a escolher seu presidente pela via direta, esse número ultrapassava 82 milhões.



Qualquer balanço que se faça do país nos últimos 20 anos, por parcial que seja, terá de se defrontar com a coexistência de inegáveis avanços, sobretudo no campo político-institucional, e a permanência de sérias mazelas sociais e gargalos econômicos, os quais seguem desafiando governos e adiando o passo decisivo do país rumo ao mundo desenvolvido.

Com a morte de Tancredo e a posse do vice, José Sarney, ambos eleitos pelo Colégio Eleitoral, o país iniciou em 1985 uma trajetória que, a despeito do imprevisto na origem, não conheceu recuos. Do ponto de vista institucional, o restabelecimento pleno da democracia veio primeiro com a Constituinte de 1988 e, a seguir, com a eleição de Fernando Collor, em 1989, o primeiro presidente escolhido pelo voto em 29 anos.

O impeachment do próprio Collor, em 1992, representou o primeiro grande teste do enraizamento democrático nas instituições e costumes nacionais. A ele se seguiram o interregno do então vice, Itamar Franco (1992-1994), e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que governou por dois mandatos e entregou a Presidência oito anos depois, em janeiro de 2003, a Luiz Inácio Lula da Silva.

Não parece exagerado ver na condução de um líder operário oriundo de um partido de esquerda ao topo da República o ponto de chegada do caminho que começou a ser trilhado com a eleição de Tancredo. "Stricto sensu", a presidência de Lula equivale à conquista da maioria democrática do país.

Não é outra, aliás, a avaliação que se tem quando se observa o funcionamento dos outros Poderes e, sobretudo, a maneira desimpedida com que a sociedade pode se manifestar e cobrar seus governantes. É notória a vigência hoje no país de mecanismos institucionais e de pesos e contrapesos pelos quais variados grupos de pressão reivindicam e fazem valer seus interesses.

Não obstante isso tudo, a democracia brasileira ainda parece inacabada. A incorporação social de milhões de pessoas segue sendo seu maior desafio. É dramática a percepção de que a concentração da riqueza praticamente não se alterou nos últimos 20 anos. Os números falam por si. Em 1985, os 10% mais ricos da população detinham 47,7% da renda nacional; em 2002, último dado oficial disponível, os mesmos 10% detinham 47,0%. Da mesma forma, em 1985, os 50% mais pobres absorviam 12,4% da renda do país; em 2002, esse dado pouco havia mudado: 12,9%.

Acresce que o desempenho da economia no período foi muito frustrante. A média anual de crescimento do país entre 1985 e 2004 foi de pífios 2,66%, fato agravado pelo aspecto descontínuo das taxas ano após ano.

As escolhas do país e a dinâmica da economia mundial nas últimas décadas reduziram muito as chances de que pudéssemos nos tornar uma nação socialmente integrada. É esse ainda o objetivo maior a ser perseguido por uma democracia substantiva.

## **NÃO AO CASUÍSMO**

Sexta-feira, 19/08/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PEC /PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO/; NEY LOPES; REFORMA ELEITORAL; POLÊMICA

### **NÃO AO CASUÍSMO**

A ATUAL CRISE compromete fortemente o governo, partidos e políticos de todos os matizes ideológicos. Só o que vem dando mostras de notável solidez são as instituições, que resistem à enxurrada de denúncias e evidências de corrupção. Diante da gravidade do cenário, as instituições se convertem no sustentáculo da República, a qual, por sua vez, deve tudo fazer para preservar suas leis fundamentais.

Nesse contexto, é inoportuna a proposta de emenda constitucional (PEC) 446-2005, apresentada pelo deputado Ney Lopes (PFL-RN), juntamente com 200 parlamentares, que suspende até 31 de dezembro de 2005 o dispositivo constitucional que proíbe alterações no processo eleitoral se não forem aprovadas até um ano antes da data do pleito.

A argumentação dos deputados não chega a ser disparatada. Alegam que os trabalhos das CPIs praticamente inviabilizam a aprovação de reformas na legislação eleitoral e partidária em tempo para presidir ao sufrágio de 2006 \_o prazo se esgota agora no início de outubro.

Embora lógico, o raciocínio não basta para justificar o casuísmo pretendido. Aliás, muito da presente crise se explica pelo hábito de brasileiros em geral e políticos em particular de não levar as leis tão a sério como deveriam. Se uma disposição legal causa embaraços, termina-se por desrespeitá-la ou eliminá-la por meio de uma manobra congressual.

Ninguém parece lembrar-se de que o constituinte teve boas razões para criar o mecanismo da anterioridade anual para alterações eleitorais. Por diversas vezes, como se sabe, a ditadura militar valeu-se de mudanças de última hora nas regras de pleitos para obter vantagens espúrias em benefício dos seus candidatos.

De resto, talvez não se verifiquem as condições necessárias para promover uma reforma política de envergadura sob o espectro de uma crise com as proporções da atual. Vista por muitos como uma panacéia, uma ampla revisão do sistema político-partidário exige um debate prévio mais aprofundado. Legislar por espasmos e sob a lógica do imediatismo não é a melhor opção.

## **PROPOSTA ESTAPAFÚRDIA**

Sábado, 20/08/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITO CONSTITUCIONAL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL; REELABORAÇÃO; PROPOSTA; ANÁLISE

### **PROPOSTA ESTAPAFÚRDIA**

COMO EM outras situações de crise, já se levantam vozes costumeiras clamando pela convocação de uma nova Assembléia Constituinte ou pelo menos de um Congresso com poderes ampliados para emendar a Carta. A proposta é defendida por alguns setores como um caminho de "refundação" de algumas instituições nacionais, que estariam se mostrando ineficazes à luz da crise política deflagrada com as denúncias de corrupção.

É uma proposta duplamente estapafúrdia. Em primeiro lugar, ela é franca e manifestamente inconstitucional. Além disso, é totalmente desnecessária. Assembléias Constituintes não se convocam a qualquer momento e sob qualquer pretexto. Um Poder Constituinte originário (com amplos poderes para realizar mudanças de vulto) só surge quando há ruptura da ordem anterior. Foi o caso, nos anos 80, quando se passou de uma situação de ditadura militar para um contexto democrático. Não é absolutamente o caso agora.

Já o Poder Constituinte derivado (de segundo grau) tem, por definição, capacidades limitadas pelo próprio texto vigente para proceder a emendas. Os requisitos, enunciados no artigo 60 da Carta, não podem ser alterados, por ser o próprio artigo 60 uma cláusula pétrea, isto é, não passível de alteração.

Ainda que se aposte nas boas intenções dos proponentes da assembléia ou da revisão, em termos jurídicos ela equivaleria a um golpe de Estado.

No mais, o brasileiro parece ter criado um fetiche em torno da idéia de reforma. É evidente que o atual texto constitucional apresenta problemas. Eles podem e devem ser solucionados, mas dentro das regras do jogo \_ a ânsia por burlá-las é, aliás, uma das máculas do país.

É preciso sepultar de vez a idéia de que um dia produziremos leis perfeitas e nos concentrarmos em aplicar corretamente os bons diplomas de que já dispomos. Apesar de pontos fracos, a Constituição de 1988 vem se mostrando bastante sólida num aspecto fundamental, que é o de suportar crises políticas.

No mais, sempre que a Carta se colocou como uma barreira concreta a políticas que o país estava preponderantemente inclinado a adotar, foi modificada sem maiores traumas. Assim se passou com a quebra do monopólio do petróleo, as privatizações, a reforma da Previdência. Não é por outra razão que o número de emendas ao texto original que ainda nem completou 18 anos já se aproxima de 50.

## **MANOBRA NO CONGRESSO**

Sexta-feira, 30/09/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; SISTEMA ELEITORAL

### **MANOBRA NO CONGRESSO**

ESCOLADO em toda sorte de casuísmos eleitorais lançados ao longo do regime militar, o constituinte de 1988 estabeleceu que alterações nas regras do jogo precisariam ser aprovadas pelo menos um ano antes do pleito. Com isso, vai até a meia-noite de hoje o prazo para que o Congresso Nacional aprove mudanças eleitorais de modo a que possam vigorar no pleito de 2006.

É praticamente certo que não conseguirá. Embora uma série de propostas já tenha passado pelo Senado e aguarde apenas votação na Câmara, não houve entre as lideranças acordo para que a matéria fosse votada hoje. As esperanças dos que pretendem aprovar alterações de qualquer maneira repousam agora na proposta de emenda constitucional (PEC) 446-2005. Apresentada pelo deputado Ney Lopes (PFL-RN), com mais 200 parlamentares, ela suspende até 31 de dezembro de 2005 o dispositivo constitucional que determina o princípio da anterioridade anual em reformas eleitorais.

Trata-se de mais um casuísmo que a sociedade deve rejeitar. Ninguém ignora que há muito a aperfeiçoar no sistema político-eleitoral brasileiro. Só que proceder a uma grande reforma sob o signo de uma crise política e raciocinando com a lógica do imediatismo tende a ser péssimo para o país. A essa altura, o melhor é deixar essa importante tarefa para a próxima legislatura. Isso daria ao eleitor a chance de escolher seus representantes no ano que vem ciente da enorme responsabilidade que eles terão.

Já é hora de sepultar a idéia de que problemas podem e devem ser resolvidos com casuísmos. Muito da presente crise se explica pelo hábito de brasileiros em geral e políticos em particular de não levar as leis tão a sério como deveriam. Se uma disposição legal causa embaraços, termina-se por desrespeitá-la ou eliminá-la com uma manobra congressional.

## **GRAMPO NO CONGRESSO**

Sexta-feira, 04/11/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; ESCÂNDALO; MENSALÃO; CPI DOS CORREIOS; GRAMPO TELEFÔNICO; DENÚNCIA

### **GRAMPO NO CONGRESSO**

PARLAMENTARES têm imunidade para dizer o que bem entenderem sem correr o risco de ter de responder em juízo por delito de opinião. Isso, no entanto, não significa que os legisladores devam abandonar a compostura e a boa educação, qualidades que faltaram aos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloisa Helena (PSOL-AL) e ao deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que ameaçaram "dar uma surra" no presidente da República. O Congresso Nacional não pode se confundir com um antro de ferrabrases em surto de incontinência verbal.

Posto isso, a suspeita de que agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) ou da Polícia Federal estariam por trás de escutas ilegais instaladas contra adversários políticos do Planalto é gravíssima e precisa ser apurada. Infelizmente, a própria natureza do delito praticado dificulta a obtenção de esclarecimentos e a reunião de provas \_tendendo o assunto a ficar na esfera das suspeitas.

Não seria, porém, a primeira vez que governantes de turno se valem de estruturas e prerrogativas do Estado em favor de seus interesses. Aliás, muito da presente crise política

tem origem na promiscuidade entre o público e o privado, que, sob o PT, atingiu patamares impensáveis.

Na realidade, os chamados grampos parecem ter-se tornado uma instituição nacional. Gravações telefônicas e filmagens, legais, ilegais ou "semilegais" (quando autorizadas por um juiz, mas para fim diverso do alegado pela polícia), estão na raiz de praticamente toda denúncia que vem a público. Lembre-se que, dois anos atrás, até mesmo um senador viu-se às voltas com a acusação de ter grampeado em larga escala aliados e desafetos em seu Estado. Tratava-se de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), avô do deputado que agora ameaça surrar o presidente.

Essa intensa atividade de espionagem é, ao menos em parte, uma seqüela da ditadura militar, quando o Serviço Nacional de Informações (SNI) se tornou um ameaçador "aparelho" a fuçar a vida de todos, no pior estilo dos regimes totalitários.

A substituição do antigo órgão pela Abin foi um passo, mas o fato é que o fantasma da "comunidade de informações" ainda ronda o país \_e se materializa em episódios sombrios como o que agora presenciamos.

## **HISTÓRIA INTERDITADA**

Sexta-feira, 23/12/2005

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DOCUMENTO; TRANSFERÊNCIA; ARQUIVO NACIONAL; REPERCUSSÃO

### **HISTÓRIA INTERDITADA**

A TRANSFERÊNCIA de documentos sigilosos produzidos pelo regime militar entre 1964 e 1975 das dependências da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para o Arquivo Nacional representa um avanço democrático. A papelada deixou de fazer parte do acervo de órgãos de investigação e passou a compor o conjunto da memória do país.

Nesse contexto, compreende-se o júbilo com que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, ela própria uma ex-guerrilheira que foi vítima de tortura no período, defendeu em artigo publicado ontem pela Folha o decreto nº 5.584, que determina a transferência dos documentos.

É preciso lembrar, no entanto, que o atual governo, seguindo os passos da gestão anterior, cometeu um delito de lesa-historiografia ao editar a medida provisória que deu ao Executivo poderes para manter determinados documentos classificados como ultra-secretos indefinidamente sob sigilo. Trata-se de uma afronta aos princípios democráticos e republicanos que norteiam a Constituição.

Existem de fato situações em que documentos públicos precisam ser mantidos em segredo, mas essa exceção ao princípio da publicidade dos atos de autoridades deve ser realmente extraordinária, e o sigilo não deveria estender-se além de um prazo fixado claramente em lei. Mas a norma baixada pelo governo e acatada por parlamentares servis fere ambas as condições.

Ela faculta a uma comissão de membros do próprio governo escolher, entre os papéis ultra-secretos, aqueles que possam ameaçar "a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país" e tirá-los de circulação por prazo indefinido, privando a população de saber como agiram seus governantes mesmo depois de passados séculos dos fatos.

É ótimo que os papéis da ditadura estejam sendo transferidos para o Arquivo Nacional, mas isso de modo algum escusa a censura que o governo petista impôs à história do Brasil.

**2006**

## **CONGRESSO ISOLADO**

Domingo, 09/04/2006

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CASSAÇÃO; JOÃO PAULO CUNHA; CONSELHO DE ÉTICA; CÂMARA DOS DEPUTADOS

Errata: ERRAMOS: 12/04/2006

Diferentemente do publicado no editorial "Congresso isolado" (Opinião, pág. A2, 9/4), para que uma emenda constitucional seja aprovada, é necessário o apoio de 3/5 dos parlamentares, e não de 2/3 deles, como estava no texto.

**CONGRESSO ISOLADO**

COM a vergonhosa absolvição do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e a renúncia coletiva de vários membros do Conselho de Ética da Câmara, a crise do mensalão aproxima-se de seu previsível e melancólico fim. Quatro parlamentares envolvidos no escândalo continuam a aguardar o julgamento \_se é que ainda cabe o termo\_ de seus pares; mas seria de um otimismo delirante esperar, a esta altura, uma repentina conversão do plenário a padrões mínimos de decência e sensibilidade aos reclamos da opinião pública.

Dentre os muitos fatores responsáveis pelo festival de cinismo e impunidade que agora se verifica, o instituto do voto secreto nas sessões de cassação é sem dúvida decisivo \_protegendo, pelo anonimato, os parlamentares mais afeitos ao corporativismo, aos acordos sigilosos e ao desprezo pelos cidadãos.

Acabar com o voto secreto nessas decisões não seria, em tese, impossível: uma emenda constitucional nesse sentido precisaria do apoio de 2/3 dos parlamentares. Talvez seja demais esperar de deputados e senadores que legislem senão em causa própria, tão adiantado se encontra, a esta altura, o estado de degradação ética na instituição.

Vale contudo lembrar que, se absolvições se fazem por voto secreto, não é secreta a votação da emenda constitucional que o aboliria. Mais uma vez, é da mobilização e da pressão política da população que dependeria este passo no rumo da transparência e da moralização das decisões legislativas.

Tanto quanto o inconformismo e o desdém, entretanto, um sentimento de perplexidade e de desânimo só fez intensificar-se na opinião pública à medida que vinham à tona as conexões intermináveis \_e ainda mal devassadas\_ do "valerioduto". Quando se fez público que parlamentares da própria oposição se beneficiavam do esquema, não apenas ficaram claros os limites de toda a investigação (e os termos do acordo que viria a soterrar seus resultados em plenário) como também, mais do que nunca, esvaneceram-se as diferenças entre a maior parte dos atores políticos em confronto; o desalento e o desinteresse da população, nesse quadro, não tinham como não prevalecer.

Estado de espírito a que outras limitações, de vária ordem, vieram agravar. O papel das CPIs como instrumento de investigação, embora imprescindível, revelou-se também restrito. Não faltaram os depoentes que, escudados em legítimas prerrogativas constitucionais, mas numa situação ética a todos os títulos deplorável, mantiveram-se em silêncio por horas a fio, enquanto parlamentares ávidos de notoriedade, por sua vez, não se cansavam de falar além da conta.



Paralelamente, a circunstância de que membros das mais altas cortes da Justiça se mostraram envolvidos no dia-a-dia de suas próprias aspirações eleitorais veio evidentemente agregar ao quadro novos elementos de descrédito político e emperramento institucional.

Um balanço não apenas melancólico, como se vê, mas preocupante. Durante o regime militar, foi comum apontar-se para o hiato existente entre o Estado e a sociedade brasileira. Era sobretudo o Executivo, naqueles anos, que se mostrava impermeável às pressões sociais. Tudo se passa, atualmente, como se o Legislativo e o estamento político em seu todo se divorciassem da população; e, em vez de representá-la, se isolassem no privilégio e no deboche. Salvam-se deputados; mas o Legislativo se perde numa crise da qual não parece haver saída a curto prazo.

### **Partidos em crise**

Domingo, 04/06/2006

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2006; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, 2006; CAMPANHA ELEITORAL; PT /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; CRISE

Partidos em crise

A sensação de quem olha a situação das duas legendas que renovaram a representação política no Brasil é de desalento

NÃO HÁ registro de um processo eleitoral, no ciclo recente de democratização, em que o papel dos partidos enquanto vetores da representação popular tenha estado tão apagado e relegado a segundo plano como agora. O descrédito no PT e a sua desarticulação só fizeram crescer com os escândalos de corrupção dos últimos meses; falta ação coletiva da parte de destacadas lideranças tucanas; não há sinal de renovação na vida partidária.

À diferença do que ocorreu em muitos países latino-americanos, o Brasil não passou por nenhuma crise institucional ligada à insuficiência de representação dos partidos nas últimas duas décadas. Aqui a vida partidária foi se renovando em relação à que prevalecia durante o regime militar, mas num processo paulatino e sem traumas, que contribuiu para fortalecer e prestigiar as instituições democráticas.

O impeachment de Fernando Collor de Mello e o advento do Plano Real, sob os auspícios do então ministro Fernando Henrique Cardoso, redundaram na emancipação do PSDB \_criado em 1988, a partir de dissidência do PMDB\_ como um dos principais partidos brasileiros.

Enquanto FHC era eleito e reeleito, o PT aumentava a sua presença em prefeituras, governos estaduais e no Legislativo. O ano de 2002 coroou a trajetória petista com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. No mesmo ano, o PSDB lograva conquistar o governo de Minas Gerais e manter o de São Paulo \_os dois principais colégios eleitorais do país.

Quatro anos depois, a sensação de quem olha a situação dos dois partidos que renovaram a representação política no Brasil é de desalento. Os escândalos do mensalão e do caseiro Francenildo Costa destruíram a cúpula do PT e derrubaram ou enfraqueceram as principais lideranças petistas no governo. Restou o emblema de Lula \_candidato cada vez mais de si mesmo\_, a adesão a um getulismo vulgar, a um messianismo que prescinde de organizações partidárias e discussões programáticas.

Apenas 1% dos eleitores que declararam intenção de votar em Lula, de acordo com o Datafolha mais recente, justifica sua preferência pelo fato de ele ser do PT. O bom desempenho do presidente nas pesquisas não se traduz em boas perspectivas para o seu partido nos pleitos estaduais.

Do lado tucano, a desagregação tem outra causa: a baixa capacidade da legenda de atuar como corpo coletivo na campanha ao Planalto. De olho em 2010 \_e diante do desempenho modesto de seu candidato nas pesquisas até agora\_, luminares do partido não prestigiam a candidatura de Geraldo Alckmin, contribuindo para fragmentar a sigla.

Se o refluxo de PT e PSDB como instâncias de representação popular viesse seguido da emergência de uma outra sigla, não haveria motivo para preocupação. O PFL, porém, tem dificuldade enorme para alçar vôo solo na política nacional, e o PMDB está mais desorientado do que nunca. É triste constatá-lo, mas a democracia brasileira ameaça, nesse quesito, dar um passo atrás nas eleições de outubro.

### **Pobres empregados**

Terça-feira, 14/11/2006

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; BRASIL; SOCIEDADE; DITADURA MILITAR; PIB; DEMOCRACIA; GASTO PÚBLICO; MERCADO DE TRABALHO; CRESCIMENTO ECONÔMICO; REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL; DESPESA; CARGA TRIBUTÁRIA

Pobres empregados

Mercado de trabalho precisa substituir gasto público como esteio da melhoria social no Brasil; conquistas estão em risco

A DEMOCRACIA brasileira reemergiu com o desafio de distribuir poder, renda e bem-estar a favor da maioria da população. Vinte anos depois, o modelo resultante do choque entre esse clamor e limitações políticas e econômicas cumpriu em parte seu objetivo, mas gerou distorções que, se não forem tratadas, solaparão as conquistas obtidas.

O ciclo militar transmitiu pelo menos dois legados negativos ao regime civil que se iniciava. O primeiro, já conhecido, foi a altíssima concentração de renda, que persistira apesar do forte crescimento do PIB entre 1930 e 1980. O segundo, então mais recente, foi a exaustão do modelo de desenvolvimento calcado na substituição de importações e na dívida externa.

Justamente no ato da entrega do bastão, o dínamo que produzira o "milagre" mergulhava em catatonia, as contas públicas periclitavam e a inflação atacava o bolso dos brasileiros \_o dos mais pobres com sanha especial. A população urbana rompia a casa dos 100 milhões e se concentrava cada vez mais nas franjas violentas das grandes cidades.

Nesse contexto começou a ser tecida a moderna rede de proteção social do Estado brasileiro. Seu lance fundamental foi a Carta de 1988, com sua vocação universalista no capítulo dos direitos sociais. Nos anos seguintes, deram-se passos que transformaram aqueles princípios constitucionais em despesas públicas. Destacam-se a vinculação de verbas para saúde e educação, a Previdência Rural, a Lei Orgânica de Assistência Social e os programas de renda mínima depois reunidos no Bolsa Família.

O impacto social desses diversos mecanismos \_potencializado pelo controle da inflação e por aumentos reais do salário mínimo\_ tem sido positivo. A pobreza e a desigualdade vêm diminuindo, embora em ritmo lento; avanços significativos no acesso às redes de saúde e educação foram obtidos, embora a qualidade desses serviços continue ruim.

O problema, porém, é que o modelo não contava com a persistência da letargia econômica. Nos 17 anos que se seguiram à promulgação da Constituição, a renda per capita cresceu à esquelética média anual de 0,5%. O peso fiscal da rede de proteção social cresceu e, adicionado ao custo exorbitante da estabilização monetária, ajudou a estrangular as finanças públicas e o

setor privado. O Estado brasileiro absorve mais de 40% de tudo o que é produzido no país para sustentar seus gastos.

A associação entre anemia econômica e expansão da proteção social produziu distorções adicionais, como a que ontem mostrou reportagem desta Folha: invertendo o quadro de 1987, hoje a maioria dos pobres brasileiros está empregada ou procurando emprego, enquanto a minoria está inativa. O mercado de trabalho empobrece, enquanto o Estado ameniza a situação de quem não está trabalhando.

Urge ajustar esse modelo. É preciso conter o avanço do gasto público para que o Estado e o país voltem a investir, gerando empregos que representem perspectiva de ascensão social.

### **Anistia para sempre**

Sábado, 16/12/2006

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA; REGIME MILITAR; LEI DE ANISTIA; POLÊMICA; PUNIÇÃO; TORTURA; ARQUIVO; ABERTURA

Anistia para sempre

O DIREITO de saber o que ocorreu no regime militar (1964-1985) e o direito de punir quem tenha cometido crimes por motivo político no período voltam ao debate no Brasil. Uma família requer na Justiça o reconhecimento oficial, como torturador, do coronel que chefiava a repressão em São Paulo. E o procurador-geral da República interpelou o presidente Lula sobre arquivos que as forças de segurança alegam não mais existir.

Nos dois lados do confronto que marcou a fase mais violenta do governo militar, há famílias e indivíduos descontentes com o resultado da Lei de Anistia, de 1979, outorgada pelo presidente Figueiredo. O mecanismo, se não apagou os crimes cometidos seja pela repressão, seja por grupos armados de esquerda, impediu a punição dos culpados.

A sábia opção por uma anistia que acabou englobando as duas partes em conflito sacrificou tais expectativas individuais de punição em nome de um bem maior, a reconciliação nacional. Como escreveu nesta Folha o jurista Tercio Sampaio Ferraz Jr., a anistia não foi concebida para que um conjunto de pessoas se beneficiasse, "mas no interesse soberano da própria sociedade".

Chile e Argentina, entre outros, estão revendo as suas leis de anistia. Trata-se de opção cujos custos e benefícios só cabe a cada nação soberana avaliar. No caso do Brasil \_onde tanto a repressão de Estado quanto a oposição armada assumiram proporções bem mais modestas do que no Chile e na Argentina\_, a anistia de 1979 foi uma solução satisfatória e definitiva.

Se o direito de punir ressurgisse em favor de uma das partes, teria de ser de pronto estendido à outra, reabrindo feridas há muito cicatrizadas. A certeza de que não haverá esse retrocesso torna injustificável a manutenção do sigilo eterno sobre alguns arquivos do Estado \_e das dificuldades de acesso a acervos públicos desse período.

A anistia acertadamente extinguiu o direito de punir, mas não impugnou o direito do público de ter acesso \_mediante regras claras\_ a documentos que pertencem à História.

**2007**

### **Ócio criativo**

Quarta-feira, 14/03/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; REFORMA MINISTERIAL; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

### **Ócio criativo**

Diante do confronto entre a indolência de Lula para montar equipe e a voracidade de aliados é rir para não chorar

QUE O presidente Lula passa por uma fase inspiradíssima de bom humor ninguém pode negar. A reeleição deitou fora toda a casmurrice presidencial, marca dos tempos em que mensaleiros e fabricantes de dossiês povoavam o noticiário.

Ao lado de um George W. Bush também de alma aliviada, mas metodista fervoroso, o brasileiro prognosticou a chegada ao ponto G, só que em outra esfera de relações, as comerciais. Dias antes, e a propósito, Lula ensaiava esforços de ironista ao dizer do sexo que é "uma coisa que quase todo mundo gosta".

Passaram os dias, a lua cheia decaiu para minguate, mas o humor presidencial não foi afetado. Em participação ontem numa feira da construção civil, na capital paulista, Lula

festejou o privilégio de não ter nomeado nenhum ministro em mais de dois meses de segundo mandato.

"Houve poucos momentos da história do Brasil, a não ser na época do regime militar, que um presidente teve a tranqüilidade de montar um governo como eu estou tendo. Não tenho pressa, não tenho data, ninguém está me cobrando nada. É um problema meu, que vou fazendo na medida que achar que devo fazer."

O ócio criativo, famoso postulado do sociólogo Domenico de Masi, agora é método de trabalho, ou de não-trabalho, no Palácio do Planalto. Para chegar à sabedoria, é preciso despojar-se "da obsessão do prazo e da competitividade destrutiva", defende o autor italiano; a fronteira entre labuta e lazer deve ser abolida.

Da "obsessão do prazo" Lula já se livrou. Não há registro na história brasileira de um mandatário que tenha esperado tanto tempo para nomear seus ministros. O presidente acumula horas de ócio criativo em recantos reservados do litoral, o que deveria propiciar, segundo De Masi, "grandes idéias". Aguardamos aquelas referentes aos quadros com que Lula pretende governar.

Já a "competitividade destrutiva" não dá trégua na disputa pelo ministério lulista. Porteiras se fecham e se abrem a cada minuto na bolsa de apostas de Brasília. Em vez de ócio, negócio. A partilha já se debruça sobre diretorias e subdiretorias da Petrobras, dos Correios, de Furnas; prebendas em portos, aeroportos e entrepostos são disputadas a tapa. Um governador quer cinco cargos; um líder partidário, de olho em posições avançadas em currais estaduais, criou a curiosa teoria da "fidelidade relativa" para justificar o inchaço da sigla.

Enquanto isso, o presidente Lula se diverte e trabalha ao mesmo tempo, e vice-versa, assim como os humoristas, fartos de material. José Simão, desta Folha, nomeou o "Sinistério" do presidente. Tutty Vasques, do site "No mínimo", fala na criação da pasta do Ponto G para acomodar certa estrela petista.

Outros, já na fronteira entre humor e precaução, se arrepiam diante de algumas figuras prestes a avançar sobre o erário, notam então que o Brasil parece melhor sem ministério e perguntam se não deve continuar assim. De fato, nesse diálogo entre ócio presidencial e negócios partidários é rir para não chorar.

## **Política viciada**

Quinta-feira, 24/05/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; POLÍCIA FEDERAL; OPERAÇÃO NAVALHA; INVESTIGAÇÃO

Política viciada

Parte da elite política que hoje se vê em apuros foi e é alimentada pela prática fisiológica patrocinada pelo Planalto Central

A OPERAÇÃO Navalha caiu sobre a política brasileira como raio em dia de céu azul. O governo e sua coalizão experimentavam até a última semana um período de inédita, quase exasperante calma. O presidente Lula e sua base congressual desincumbiam-se sem esforço da missão de estrangular as CPIs do Apagão Aéreo, tarefa facilitada pela inapetência da própria oposição.

Esse cenário caducou na quinta-feira. Desde então, o escândalo provocou a queda de um ministro; e vários governadores \_pelo menos sete, entre atuais e ex-titulares do cargo\_ já foram de alguma forma relacionados ao caso. Há ainda indícios que podem implicar o presidente do Senado nas acusações e uma alegada lista de presentes que teriam sido oferecidos a parlamentares pela construtora Gautama.

O espírito de corpo dos congressistas, em ampla maioria contrários a qualquer iniciativa para investigar o caso no âmbito do Legislativo, ofuscou de vez a divisão já desbotada entre governistas e oposição. Parecem todos agora a favor de si mesmos.

Diante da complexidade e da extensão do esquema revelado pela PF, recomenda-se prudência contra conclusões apressadas. O sentimento de indignação e o justo clamor por punição que afloraram na opinião pública não podem se traduzir em atos de justiça indiscriminado, muitas vezes com o incentivo da mídia mais estridente.

É salutar, por isso, a iniciativa de um grupo de renomados criminalistas, que decidiu protestar publicamente, em carta enviada ao presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), contra o açodamento e os abusos que, segundo dizem, vêm caracterizando várias operações da PF.

"Métodos de duvidosa eficácia para combater a criminalidade, muitos flagrantemente ilegais, têm como consequência exclusiva criar a ilusão de uma atuação eficiente contra a chamada criminalidade das elites". Pode-se concordar ou não com este diagnóstico, que consta do manifesto dos advogados. A escolha, de qualquer forma, não deve ser entre a ilegalidade e a impunidade.

Difícil é fugir à evidência de que o governo Lula, em nome do pragmatismo, jogou no lixo suas veleidades reformistas para incorporar os vícios do sistema político brasileiro e até inovar em matéria de aliciamento indevido.

Parte da elite política do país que hoje se encontra em apuros \_ou no fio da navalha\_ foi e é alimentada pela realpolitik fisiológica patrocinada pelo Planalto Central. Detalhes à parte, a mesma observação valeria, aliás, para caracterizar os anos FHC.

Questionado durante a campanha à reeleição sobre a aliança com o PMDB, o presidente Lula respondeu assim à Folha: "Você pode gostar ou não. As forças políticas que existem no Brasil são essas. Tem PMDB, PFL, PSDB, PDT, PT, PC do B, PP, PL, PTB. Foi isso que se conseguiu criar depois que houve a abertura política". Chama atenção sobretudo a desenvoltura conformista da resposta. A expectativa depositada nos adversários do regime militar \_vê-se\_ era uma ilusão que desmanchou no ar.

## **ACM**

Sábado, 21/07/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES; SENADOR; MORTE; PERFIL  
ACM

O SENADOR Antonio Carlos Magalhães participou da política brasileira ao longo dos últimos 50 anos. Parlamentar, prefeito de Salvador, governador da Bahia em três mandatos, ministro de Estado e presidente do Senado, exerceu influência nacional seja durante o regime militar, seja após a democratização de 1985 \_além de predominar na política baiana por quase quatro décadas.

Poucos políticos foram tão amados e odiados; poucas trajetórias enfeixaram aspectos tão contraditórios.

ACM foi um dos sustentáculos regionais do regime militar, período em que se formou o domínio de tipo oligárquico que ele exerceu na Bahia, recorrendo não raro a métodos autoritários, à intimidação de adversários e ao uso da máquina oficial para se perpetuar no poder. Seu mandarinato também se apoiava nas alianças que o senador sempre buscou manter com o poder federal, bem como na manipulação da mídia local, da qual ele era em parte proprietário.



Mas ACM também foi uma das pontes na transição pacífica da ditadura à democracia, quando teve a argúcia de insuflar, em 1984, a dissidência no partido oficial que assegurou a vitória do opositor Tancredo Neves nas eleições indiretas do ano seguinte, as quais selaram o fim do período militar.

A partir daí ACM emergiu como liderança dotada de indiscutível respaldo popular em seu Estado, numa evidência de que setores expressivos da população, sobretudo a mais carente, aprovavam seu modo de fazer política ou ao menos consideravam sua atuação benéfica para o Estado.

Sob influência por muitos atribuída a seu filho e herdeiro político Luís Eduardo, morto prematuramente em 1998, ACM amenizou os traços mais truculentos de sua personalidade. Embora não tenha feito a revolução administrativa que admiradores lhe creditam, não há dúvida de que a Bahia se desenvolveu sob sua hegemonia nem de que ele tenha revelado um punhado de bons gestores, comprometidos com métodos mais modernos de administração pública.

Antonio Carlos Magalhães foi um expoente da elite política brasileira, tanto no que ela possa ter de retrógrado, patrimonialista e autoritário, como na sua capacidade de conciliar diferenças, de se adaptar a novos tempos e de encarnar, em momentos decisivos, as aspirações e os sentimentos populares.

### **O mesmo roteiro**

Quinta-feira, 02/08/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; CRÍTICA; VAIA; DEMOCRACIA; OPOSIÇÃO /POLÍTICA/; GOLPE DE ESTADO

O mesmo roteiro

Acuado, Lula reincide na tática de atacar 'elites', mas governo tem é de mostrar serviço e resolver a crise na infra-estrutura

EM CASO de emergência, acuse as elites. Esse protocolo para reações de última instância, uma marca de estilo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, acaba de ser acionado mais uma vez. "Se alguns querem brincar com a democracia, eles sabem que neste país ninguém sabe colocar mais gente na rua do que eu", exagerou o presidente em Cuiabá.

No evento restrito a aduladores em que anunciou verbas do PAC, ganhou uma viola pantaneira e programou uma pescaria com o governador Blairo Maggi (PR), Lula pôs-se a teorizar sobre a fonte das vaias e dos protestos que vem recebendo. Viriam dos que "mais deveriam estar aplaudindo", pois "ganharam muito dinheiro no meu governo". "É só ver quanto ganharam os banqueiros, os empresários."

Na perífrase que fecha a caracterização dos oponentes, Lula atacou "gente que ficou contente com os 23 anos [foram 21] de regime militar e está incomodada com a democracia, porque a democracia pressupõe o pobre ter direitos". A pior elite \_endinheirada, demófoba, golpista e, como se não bastasse, ingrata\_ conspiraria contra o presidente que veio do povo e faz política "sem discriminação".

Lula acusou o golpe, como se diz no jargão comum à política e ao boxe. Desde o início da campanha do segundo turno \_quando ficou claro que ganharia mais quatro anos de mandato com uma margem confortável de votos\_ até poucas semanas atrás, o presidente vinha flanando.

A displicência na tarefa de definir a equipe de governo, o loteamento agressivo de cargos federais, as suspeitas contra o presidente do Senado (figura central no governismo) e dez meses de descontrole acumulado nos aeroportos não conseguiram despertar a opinião pública de um certo estado de anestesia em relação às atitudes do governo. Essa "lua-de-mel" foi pelo menos interrompida após o episódio da vaia no Maracanã e, com muito mais contundência, depois da catástrofe com o avião da TAM.

As pessoas que protestaram em São Paulo diante do prédio destruído pelo Airbus foram solidárias à dor de familiares e amigos dos 199 mortos na tragédia. Há críticas à criação do movimento denominado "Cansei", que acabou associado a figuras próximas à oposição e a um certo ar de frivolidade. Mas todos têm o direito de se manifestar.

Não procede, tampouco, a acusação de golpismo. O "Fora Lula" ameaça tanto a democracia quanto o "Fora FHC", entoado pela militância petista, a ameaçava no passado \_em nada. Nem se pode acatar o argumento, implícito nas críticas do governismo, de que a organização de protestos seja direito circunscrito às elites oriundas do sindicalismo.

A velha tática lulista de atizar um conflito social arquetípico não vai funcionar. O que está em jogo não é uma eleição, mas a própria (in)capacidade administrativa do governo. A crise na infra-estrutura se resolve com muito trabalho e ações, itens que têm permanecido em crônico apagão ao longo da gestão Lula.

## **Confusão eleitoral**

Quinta-feira, 18/10/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; JUSTIÇA; REFORMA POLÍTICA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; TSE /TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/; FIDELIDADE PARTIDÁRIA; TROCA; PARTIDO; MUDANÇA

Confusão eleitoral

Decisões polêmicas do Judiciário impõem ao Congresso a necessidade de discutir uma ampla reforma política

ERA COSTUMEIRO, durante o regime militar, comparar-se o texto constitucional a uma "colcha de retalhos", tal o número de sucessivas intervenções a que fora submetido no decorrer dos anos. Atualmente, a omissão do Congresso no que diz respeito ao tema da reforma política ameaça produzir um resultado semelhante na legislação eleitoral.

Enquanto não há respostas claras do Poder Legislativo para questões como a organização partidária e o sistema de votação e representação popular, é o Judiciário que vai deliberando, ao sabor de consultas eventuais, sobre as regras a seguir.

A última decisão do TSE a respeito da fidelidade partidária reflete esse clima de imprevisibilidade e, para empregar o termo no seu sentido mais estrito, de casuismo judiciário.

Entendeu-se, por unanimidade, que os eleitos para cargos majoritários \_os de senador, prefeito, governador e presidente\_ estarão sujeitos a perder o mandato se trocarem de partido.

Do mesmo modo que em recente julgamento do STF, relativo aos cargos proporcionais, prevaleceu a interpretação de que pertence à legenda, e não ao candidato, o posto conquistado na eleição. No propósito, sem dúvida elogiável, de coibir as migrações partidárias, novas dúvidas e distorções tendem a surgir.

Suponha-se, por exemplo, que um prefeito mude de partido, tendo um vice-prefeito pertencente a outra agremiação. O trãnsfuga perderia o mandato. Mas a posse de um vice proveniente de outro partido não garantiria à legenda do titular o controle sobre o cargo, direito que a decisão do TSE pretendia assegurar.

O julgamento da corte eleitoral acaba dissipando, aliás, um argumento lembrado com insistência quando se defendeu a fidelidade partidária para vereadores e deputados. Nesses

casos, tratava-se, em tese, de garantir a cada partido um número de cadeiras proporcional aos votos recebidos, independentemente das defecções individuais que viesse a sofrer.

Nos cargos majoritários, contudo, o raciocínio não se aplica: o candidato não se beneficia de nenhum quociente eleitoral, sendo eleito com os votos que de fato conquistou individualmente \_o que torna especialmente duvidosa a idéia de que o voto, numa eleição para prefeito ou senador, reflete a preferência num partido, e não na pessoa do candidato.

Seria, de resto, ilusório considerar que um sistema tão severo possa fortalecer a autenticidade das agremiações políticas brasileiras. Reunindo, sob pena de perda de mandato, um contingente virtual de trãnsfugas, cada partido tenderia a ser ainda mais amorfo e incharacterístico do que é atualmente.

Não há decisões conjunturais, ainda que bem-intencionadas, capazes de resolver deficiências que atingem o conjunto do sistema. Só uma reforma política ampla atenderia a esse objetivo. Que as últimas decisões do Judiciário tenham pelo menos o efeito de impor a deputados e senadores uma pauta que, com crescente evidência, não mais se podem dar ao desplante de negligenciar.

## **Monstruosidades**

Quarta-feira, 19/12/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEGURANÇA PÚBLICA; AGENTE; AÇÃO

Monstruosidades

É MOEDA corrente nos debates acerca da segurança pública a oposição entre a "linha dura", de um lado, e os partidários dos direitos humanos, do outro. Segundo essa crença, um governo sempre escolhe entre uma dessas vias e necessariamente desguarnece a outra.

Monstruosidades como os casos do adolescente Carlos Rodrigues \_morto no interior paulista com mais de 30 lesões causadas por choques elétricos\_ e da garota L. \_trancafiada numa cela masculina no Pará, onde era estuprada e torturada\_ redespertam aquela velha dicotomia.

Na falta de dados básicos sobre o uso ilegal da violência por agentes públicos, vicejam comentários que pouco se distanciam do palpito ou da obviedade. A tortura no Brasil seria "generalizada" e cada vez mais permitida, no embalo da preocupação da sociedade com a insegurança.

A última idéia contraria uma tendência histórica. Do fim do regime militar para cá, houve um aumento contínuo dos controles sociais sobre a força policial. Ministério Público, Justiça, câmaras legislativas, corregedorias, organizações civis e imprensa só fizeram reforçar a vigilância sobre os agentes aos quais a lei concede o uso da violência legítima.

A resposta enérgica e imediata à eclosão de escândalos como o do Pará e de Bauru continua sendo a melhor maneira de inibir, pelo exemplo, a truculência de alguns agentes públicos. Responsáveis precisam ser afastados, processados e condenados num espaço de tempo que não seja a perder de vista.

Restam poucas medidas genéricas capazes de ampliar o controle sobre a polícia sem que isso signifique tolher sua capacidade de combater o crime. Entre elas está a sugestão da comissária da ONU Louise Arbour de que todos os interrogatórios passem a ser gravados em áudio e vídeo.

### **Moral, Justiça, política**

Sábado, 29/12/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: AMÉRICA DO SUL; REGIME MILITAR; REPRESSÃO; INVESTIGAÇÃO; OPERAÇÃO CONDOR

Moral, Justiça, política

Operação Condor merece reprovação moral, mas não justifica romper paradigmas legais nem o pacto político da anistia

MORAL, jurisprudência e bom senso político parecem estar em conflito no complexo caso da Operação Condor. A Justiça italiana pede a extradição de 11 policiais e militares brasileiros (quatro deles já estão mortos), sob a acusação de envolvimento naquela rede clandestina de repressão a atividades subversivas durante os anos de regime autoritário.

Horacio Campiglia, cidadão italiano e argentino, estava no aeroporto do Galeão, no Rio, quando foi seqüestrado, em 1980. Foi visto tempos depois numa prisão argentina, antes de desaparecer. Lorenzo Viñas, também ítalo-argentino, conheceu o mesmo destino num ônibus que fazia o trajeto Buenos Aires-Porto Alegre.

Não foram os únicos a cair nas garras de um sistema de repressão que, desde 1975, inspirava entendimentos entre organismos brasileiros e seus equivalentes em outros regimes militares da América do Sul.

Que não se ignore a vileza dos envolvidos na Operação Condor: os nomes dos responsáveis por ela devem ser conhecidos pelas gerações futuras. Que o intuito punitivo que despertam, contudo, não ultrapasse o limite da lei.

A Constituição proíbe a extradição de cidadãos brasileiros, e a vontade da Justiça da Itália é irrelevante, por questão de soberania, diante do que dispõe a Carta do Brasil. Além disso estão prescritos os crimes de que os ex-agentes das forças de segurança são acusados. Do ponto de vista legal, pois, parece impossível levar alguém a julgamento.

Do ponto de vista político, as atitudes dos países envolvidos divergem. O Brasil, até porque a repressão resultou em menos assassinatos e desaparecimentos do que na Argentina, no Chile ou no Uruguai, tende a ver esse capítulo como página virada. A Lei da Anistia funcionou \_e ainda funciona\_ aqui como instrumento de conciliação nacional.

Ponderados os ganhos e as perdas para o sistema democrático, percebeu-se que haveria avanço ao ignorar as responsabilidades individuais de quem tenha cometido crimes por motivação política no período. Foi um preço a pagar, como acontece em toda negociação desse gênero.

As vítimas do regime, vale lembrar, não poderiam considerar-se, na maioria dos casos, militantes da democracia. Alguns mataram inocentes em nome de um ideal que, quando realizado, nenhum respeito aos direitos humanos manifestou.

Condenar moralmente os envolvidos na Operação Condor, e conhecer seus abjetos pormenores, é iniciativa relevante do ponto de vista da educação democrática do continente. Mas, também nos interesses do sistema democrático brasileiro, seria erro grave romper o pacto político fundado na Lei da Anistia e ignorar a legislação sobre extradição e prescrição de crimes.

Sem complacência, mas com serenidade: é desse modo que cabe encarar o problema. O domínio da lei é o que diferencia as democracias das ditaduras.

## **Os príncipes**

Domingo, 30/12/2007

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT /PARTIDO

Os príncipes

Sobrou sorte e faltou ousadia a Lula em 2007; não se deu nenhum desastre, não se assumiu, tampouco, risco nenhum

UM PRESIDENTE confiante e tranqüilo ocupou as telas de televisão brasileiras na noite de quinta-feira, e não eram imaginários os motivos de seu otimismo. Neste final de 2007, Lula colhe os frutos de um programa econômico e de uma política de correção das desigualdades implantados há mais de dez anos, nos quais teve o bom senso de persistir e que soube aprofundar.

Só interessa aos sectários de uma ou outra filiação partidária estabelecer as responsabilidades pessoais \_se de Fernando Henrique, se de Luiz Inácio, que travam uma batalha de egos pelo cetro do príncipe\_ a respeito dos índices positivos que a economia e a sociedade brasileiras ostentam nesta passagem de ano.

Verdade que as expectativas têm sido modestas. Passou o tempo em que se acreditava numa súbita elevação do Brasil ao status de potência. Todos \_petistas ou tucanos\_ aprenderam com o tempo que o fim do regime militar não seria o abre-te sésamo de uma era de prosperidade automática e de justiça social isenta de conflitos.

Durante um bom tempo, o PT concentrou em torno de si mesmo as expectativas mágicas de que poderia dar conta de todos os problemas do país. Em certa medida, esse papel já tinha sido desempenhado pelos tecnocratas tucanos \_mais modestos, sem dúvida, do que tantos petistas embriagados de pureza falsa e moralismo imaginário.

Arrogância não faltou, contudo \_e não falta\_ na atitude de governistas e oposicionistas. A propaganda de ambos se beneficia de uma conjuntura internacional favorável, e é duvidoso que pudessem ostentar seus feitos sem o concurso da sorte.

Sorte, ou "fortuna", no vocabulário de Maquiavel, faz par com o conceito de "virtù". A palavra pode ser traduzida menos como um senso de integridade moral, idéia que os dias presentes estão longe de incentivar, e mais como espírito de oportunidade, ímpeto de renovação.

Beneficiado pela "fortuna", o governo Lula de algum modo minimizou seu próprio senso de "virtù". Equilíbrio e prudência evitaram que o pior acontecesse. Evitaram, também, que o melhor fosse tentado.

Na TV, Lula comemora fatos que ninguém deixará de encarar como positivos. São poucos, entretanto, diante do que se poderia esperar de seu governo.

O que foi feito diante da crise terminal vivida pela segurança pública no país? Como enfrentar as óbvias distorções do sistema previdenciário? O que fazer diante da escandalosa disfuncionalidade, mais uma vez escancarada no caso da CPMF, do sistema político?

Ainda que justas, as comemorações presidenciais carregam o travo da omissão. Nisso reside a diferença maquiaveliana entre "fortuna" e "virtù".

Sobrou "fortuna" e faltou "virtù" a Lula em 2007. Não se deu nenhum desastre; não se assumiu, tampouco, risco nenhum. A mediocridade pode ser vista, de qualquer modo, como um triunfo. Desde que se abandonem, o que seria deprimente, as perspectivas de fazer do Brasil um grande e civilizado país.

## 2008

### **Lei de Imprensa**

Quinta-feira, 21/02/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMUNICAÇÃO; JUSTIÇA; LEI DE IMPRENSA; REGIME MILITAR; MIRO TEIXEIRA; REVOGAÇÃO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JORNALISMO; CENSURA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Lei de Imprensa

Proposta de revogar o texto, remanescente do período autoritário, é ocasião para um amplo debate na sociedade

MAIS DE 40 anos depois de ter sido promulgada, em pleno regime militar, a Lei de Imprensa sobrevive numa espécie de limbo jurídico \_e faz sentido a iniciativa do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), tomada nesta terça-feira, de requerer sua revogação ao Supremo Tribunal Federal.

Muitos dispositivos da Lei de Imprensa já foram invalidados na prática. Desde a entrada em vigor da Carta de 1988, já estavam felizmente relegados ao museu de aberrações do autoritarismo os aspectos mais violentos dessa lei. Previa-se, por exemplo, a prisão de



jornalistas responsáveis pela publicação de "notícias falsas que perturbem a ordem" e o fechamento de jornais que estimulassem "a subversão da ordem política e social".

Também a jurisprudência recente fez letra morta de alguns dos 77 artigos que compunham o caudaloso documento. Não mais se leva em conta, assim, o teto de até 200 salários mínimos para indenização por dano moral, arbitrada agora caso a caso.

Eis um exemplo, aliás, das delicadas questões que se abrem com a proposta de uma revogação total da Lei de Imprensa. Se é necessário prover o cidadão de instrumentos para coibir os abusos de que for vítima por parte de um órgão jornalístico, não deixa de haver riscos para a liberdade de imprensa quando se abre a possibilidade de estipular, sem limites legais, indenizações que inviabilizem, na prática, a própria existência econômica de um meio de comunicação.

Extinta a atual Lei de Imprensa, seria o caso de substituí-la por outro documento? Valeria seguir apenas o Código Penal \_nos delitos tipificados como injúria, calúnia e difamação\_ para enquadrar os eventuais delitos cometidos por jornalistas no exercício de sua profissão?

Há opiniões divergentes sobre o assunto. Se são maiores, evidentemente, as responsabilidades de quem se dirige ao grande público, também a própria natureza da atividade tende a aumentar os riscos de constrangimento penal imerecido a quem a exerce de boa-fé.

O próprio deputado Miro Teixeira é autor de anteprojeto regulando sucintamente um ponto que a revogação da Lei de Imprensa deixaria sem cobertura jurídica: o direito de resposta. Mesmo aqui, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação dá margem a discussões que, no Brasil e em outros países, mal começam a ser feitas. Como assegurar direito de resposta a uma reportagem inverídica no YouTube, por exemplo? Poderia o blog de um polemista individual ser regido pelas mesmas leis que disciplinam uma grande rede de televisão?

O assunto merece consideração minuciosa da sociedade. Trata-se não só de oferecer ao cidadão mecanismos que o protejam de potenciais danos causados pelos meios jornalísticos, mas também de garantir-lhe plenamente o acesso à informação. Décadas depois do fim da ditadura, não são poucos, nem desarticulados, os que ainda se empenham em restringi-lo.

### **Esboço positivo**

Domingo, 24/02/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; REFORMA TRIBUTÁRIA; MINISTÉRIO DA FAZENDA; GUIDO MANTEGA; ICMS; ISENÇÃO; TRIBUTO; POLÍTICA FISCAL; CARGA TRIBUTÁRIA; CONGRESSO NACIONAL; TRAMITAÇÃO

Esboço positivo

Governo enfim se mexe no rumo da reforma tributária, com proposta que ataca guerra fiscal e diminui a carga sobre a folha salarial

O GOVERNO promete apresentar ao Congresso, na próxima semana, uma proposta de emenda constitucional contemplando o cerne de uma reforma tributária. O esboço da proposta, divulgado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem aspectos positivos.

A mudança mais importante proposta diz respeito ao ICMS, tributo que mais arrecada no Brasil. Ele passaria a ser devido ao Estado em que os bens e serviços são consumidos, e não mais ao Estado em que são produzidos. Essa alteração da origem para o destino reduziria as brechas de evasão do imposto. Somando-se a ela uma unificação das alíquotas, ficaria inviabilizada a guerra de isenções de ICMS que há tempos os Estados travam entre si \_da qual saem derrotadas a racionalidade tributária e a segurança jurídica no país.

Outros pilares da proposta do governo são a incorporação, em um único imposto federal, de vários tributos, bem como um corte na contribuição sobre a folha de salários que as empresas têm de fazer à Previdência.

A opinião pública tem razões para manter-se cética quanto à tramitação, no Congresso, de mais uma proposta de reforma tributária. A última reforma verdadeira, feita pelo regime militar, data dos anos 1960. Desde então, sucessivos governos, sob a pressão da crise crônica nas finanças públicas, limitaram-se a introduzir remendos. E estes resultaram num aumento desmedido da carga tributária, recolhida por um sistema cada vez mais complexo, oneroso e irracional.

Alguns elementos, porém, indicam que a proposta atual tem mais chances de prosperar do que as anteriores. Se ela de fato apontar para uma redução da carga dos tributos, contará com amplo apoio na sociedade.

Ao lado disso, o contexto da economia mudou. Num ambiente de crescimento, que já vem contribuindo para a melhora das contas públicas, a arrecadação cresce com muito mais vigor. Isso reforça a disponibilidade de recursos para medidas de acomodação de grupos de interesse, caso de diversos governos estaduais que tendem a criar resistência às alterações propostas.

A despeito das conveniências dos políticos, é importante que o país não perca mais uma oportunidade de reformar sua distorcida estrutura de impostos. A carga tributária precisa ser reduzida, ainda que de modo gradativo.

Também é desejável que a folha de salários seja desonerada, a fim de incentivar a geração de empregos. O sistema deveria ainda tornar-se mais progressivo, onerando mais os contribuintes de renda mais alta. Isso pode demandar, por exemplo, modificações nas regras do Imposto de Renda \_abrangendo, até mesmo, as deduções de gastos com saúde e educação.

Mas mudanças nessa linha não bastariam. Também pelo lado das despesas públicas as reformas já tardam. A proposta de limitar os gastos com salários de servidores está esquecida. Sem esse tipo de medida, nenhuma redução de carga tributária será viável. Tampouco será possível ampliar o investimento estatal em infra-estrutura.

### **Lei de Imprensa**

Domingo, 30/03/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Observações: COM SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; JORNALISMO; CONGRESSO NACIONAL; IMPRENSA; LEI DE IMPRENSA; SUSPENSÃO; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Lei de Imprensa

STF deveria manter o núcleo vivo da lei de 1967, enquanto Congresso acelera trâmite de novo estatuto para jornalismo

A SUSPENSÃO, em caráter provisório, de 20 artigos da Lei de Imprensa e o advento de métodos orquestrados para cercear a liberdade de expressão recolocaram na ordem do dia a necessidade de formular uma legislação moderna e democrática para a imprensa. Diante do risco de que se crie um indesejado vácuo jurídico, o trâmite de uma nova lei de deveria ser acelerado.

Uma respeitável corrente de opinião advoga a simples extinção da Lei de Imprensa, de 1967, sem que nenhuma legislação seja colocada no lugar. Argumenta que toda tentativa de regular a atividade jornalística acabará criando controle excessivo sobre a liberdade à informação, pilar da democracia.

De fato, parlamentares e governantes constituem alvo preferencial do escrutínio da mídia independente \_cuja principal função é fiscalizar o poder. Se o interesse dos poderosos, de controlar a informação em proveito próprio, imperasse no espaço público, qualquer tentativa de legislar sobre o tema seria temerária.

No entanto, preceitos constitucionais, decisões judiciais reiteradas, décadas de prática de jornalismo livre e valores democráticos já enraizados na opinião pública ajudam a conter, sem apagar, o interesse egoísta de quem detém poder.

A Lei de Imprensa deixou de ser a principal ameaça à liberdade de expressão no Brasil. Criada por uma ditadura, seu objetivo central era controlar a informação pela coação legal, imposta a veículos e profissionais. Nem todos os 33 artigos do código de 1967, entretanto, correspondiam a pressupostos de tutela.

Os dispositivos mais autoritários da Lei de Imprensa passaram a ser ignorados nos tribunais a partir da redemocratização de 1985. O que restou do diploma hoje propicia alguma segurança jurídica a cidadãos, empresas e jornalistas, sem ameaçar direitos fundamentais.

Já nos códigos cuja aplicação seria alargada no caso da abolição da Lei de Imprensa, há mais incerteza. Em todas as democracias modernas existe um conflito clássico entre dois valores fundamentais: a liberdade de informação, de um lado, e os direitos ligados à personalidade, do outro. As Constituições resolveram o dilema conferindo primazia ao primeiro termo, em nome do interesse público. Como contrapartida, criaram mecanismos para reparar excessos cometidos no livre exercício da imprensa.

Isolados, os parâmetros dos códigos Civil e Penal são defeituosos quando invocados para avaliar a atividade jornalística. Tendem a atribuir valor absoluto à garantia da honra, da intimidade e da privacidade das pessoas.

A Carta de 1988 diz que não haverá censura prévia, embora artigos do Código Civil de 2002 a permitam. Daí a necessidade de uma lei de imprensa, que venha recompor a hierarquia constitucional: juízes não podem praticar atos de censura prévia, ainda que seja no intuito de defender os valores da personalidade. Crimes e danos morais e materiais veiculados pela imprensa só serão remediados a posteriori.

Sem lei de imprensa, só grandes empresas teriam boas condições de proteger-se da má aplicação da lei comum, levando processos até as mais altas instâncias do Judiciário. Ficariam mais expostos ao jogo bruto do poder, e às decisões abusivas de magistrados, os veículos menores e as iniciativas individuais.

A fiscalização de tiranetes e oligarcas em regiões menos desenvolvidas ficaria mais vulnerável. Tampouco haveria o devido amparo legal à efervescente "imprensa cidadã" que dissemina blogs pela internet \_inovações que merecem ter proteção especial da lei de imprensa quando possuírem caráter jornalístico.

Para evitar riscos desse tipo o Supremo Tribunal Federal deveria manter de pé o núcleo vivo da Lei de Imprensa, no julgamento que fará do diploma nos próximos meses. Seria uma atitude desejável de prudência, embora insuficiente diante das ameaças que surgem por outras vias.

Tornou-se inadiável instituir um novo marco regulatório, amplo e atualizado, para a imprensa. Deve-se buscar um estatuto intransigente, ao vetar as formas insidiosas de censura prévia; sem compromisso com o erro, ao acelerar o trâmite do direito de resposta e dos processos de quem se sinta ofendido por publicações; moderno, ao proteger as inovações do jornalismo na internet, combater o abuso nas reparações em dinheiro e inibir o uso orquestrado da Justiça para assediar empresas e jornalistas, a chamada litigância de má-fé.

O interesse público de conhecer a verdade, de ter acesso à diversidade de opiniões e de questionar o poder precisa da proteção de uma nova lei de imprensa. O Congresso não deveria furtar-se à tarefa de confeccioná-la.

### **Vítimas e vítimas**

Domingo, 20/04/2008

Enquadramento negativo

Tema 4 – problemas sociais

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; ANISTIA; INDENIZAÇÃO; REPARAÇÃO; DITADURA

Vítimas e vítimas

A sistemática das reparações financeiras por abusos cometidos durante o regime militar merece ser rediscutida

NÃO DEMORA muito, no Brasil, para que um direito legítimo dê margem a abusos e distorções institucionalizadas.

Surgiu como correta, nos idos de 2002, a idéia de conceder reparações financeiras às vítimas dos abusos cometidos durante a conflagração que dividiu a sociedade nos 20 anos de regime militar. Deveriam fazer jus a essas reparações tanto opositores mortos ou torturados quando se encontravam sob custódia do Estado, como funcionários desse mesmo Estado assassinados quando no estrito exercício de suas obrigações.

Com o passar dos anos, entretanto, foi-se criando uma verdadeira indústria: só de 2005 a 2007, passou de 3.184 para 8.470 o número dos requerimentos deferidos pela comissão. Não se contam entre os beneficiários apenas as pessoas submetidas fisicamente às brutalidades do regime, ou as famílias daqueles que foram mortos pelo simples ato de defender, pacificamente, seus ideais políticos.

No caso dos que se engajaram na luta armada, em tese dispostos a tudo perder, a própria idéia de uma reparação já teria tudo para cercar-se de tintas polêmicas; foi liberal, por via das dúvidas, a atitude da comissão.

Esta se revela ainda mais discutível quando, com base nos prejuízos experimentados por opositores do regime militar em sua vida profissional, o cálculo dos valores retroativos e das pensões devidas alcança cifras elevadíssimas.

Não se trata de colocar num pelourinho moral a percepção subjetiva de tantas pessoas que, depois de viverem anos de exposição ao trauma, ao estigma e à ameaça, pleiteiam o que julgam ser correto. Cabe à sociedade, entretanto, ponderar a questão de outro ponto de vista.

O valor aproximado das reparações concedidas de 2002 a 2007 chega a R\$ 2,9 bilhões. Quanto receberam, em média, as incontáveis vítimas da negligência do Estado em acidentes de trânsito, em filas de hospitais do SUS? Que dizer dos jovens que, sem nenhum antecedente criminal, foram mortos em chacinas promovidas pela polícia, ou torturados em delegacias nos mais diversos pontos do país?

Há entre as próprias vítimas da guerrilha, como se noticiou, casos de reparação cujo valor foi mínimo diante do concedido a figuras de destaque da oposição.

Cumpra, sem dúvida, rediscutir o tema. Os casos de morte e tortura têm uma gravidade que não se compara ao tipo de prejuízos que, atualmente, inspira tantos pedidos de reparação. Em muitos desses casos, os danos alegados são de difícil aferição. Tampouco caberiam reparações a quem pegou em armas e pereceu em combate como decorrência de uma opção na qual esse risco era notório.

A anistia extinguiu a punibilidade dos responsáveis pelos abusos, de ambos os lados, mas não exime o Estado de reparações financeiras. Estas deveriam se restringir, porém, aos casos de violência física cometida contra pessoas indefesas no momento em que a sofreram.

### **Olavo Setubal**

Quinta-feira, 28/08/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Aug 28, 2008

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: OLAVO SETUBAL; MORTE

Olavo Setubal

PREFEITO de São Paulo de 1975 a 1979, Olavo Setubal foi uma daquelas raras figuras públicas que, embora atuantes em pleno regime militar, passam para a história sem ter seu nome associado às condenações que aquela fase da história brasileira merecidamente inspira.

Nomeado, e não eleito, para o cargo, Setubal não foi todavia prefeito de fechar-se em gabinetes. Sua presença em eventos públicos caracterizava-se por uma simpática disposição comunicativa, a que certa bonomia fisionômica contribuía para marcar uma diferença sensível \_naqueles anos ainda sombrios\_ com a máscara fixa dos representantes mais duros do regime. Como administrador, foi certamente homem de seu tempo: engenheiro e empresário, privilegiava o aspecto técnico dos problemas urbanos, antes que considerações de ordem política \_no que têm de bom e de péssimo\_ pesassem em cada decisão.

Os anos 70 marcaram, de resto, a transição de um modo francamente autoritário e retrógrado no trato dos negócios de Estado para o predomínio de uma visão tecnocrática e modernizante. Desse espírito, aliás, é testemunho o papel decisivo do empresário Olavo Setubal na configuração do moderno sistema bancário do país.

Por certo, conceitos como "cidadania" e "participação" não estavam ainda na agenda dos governantes. Dentro daqueles parâmetros, Setubal soube entretanto valorizar iniciativas de convivência urbana \_passeios a pé, proteção da memória da cidade, abertura de espaços públicos\_ que viriam a ter importância crescente na cidade.

Ao mesmo tempo, um estilo mais brusco e franco nas declarações \_para nada dizer dos códigos de rigor no trato das finanças públicas\_ marca positivamente a comparação que se possa fazer de Olavo Setubal com a maioria dos políticos atuais. Hoje se confunde, com

efeito, a necessidade de sustentação eleitoral com a adoção de um discurso quimicamente produzido com vistas a agradar a todos e a não significar nada para ninguém.

Sem ter revolucionado o modelo urbanístico pelo qual, ainda hoje, São Paulo paga um alto preço, Olavo Setubal foi uma figura pública de exceção \_e suas qualidades, agora que vem a notícia de seu falecimento, parecem mais preciosas do que nunca no cenário político.

### **O diploma e os ministros**

Domingo, 28/09/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMUNICAÇÃO; LIBERDADE DE IMPRENSA; JORNALISMO; CENSURA; GOVERNO LULA; EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; DIPLOMA; JUSTIÇA; CONSTITUIÇÃO; LEI; REGULAMENTAÇÃO

O diploma e os ministros

O GOVERNO Lula anda aflito com a liberdade de imprensa e o direito à informação. O impulso de criminalizar a publicação do segredo mal guardado convive com a preocupação acerca dos requisitos para o exercício da profissão de jornalista. A este respeito, dois ministros entraram em campo.

Carlos Lupi, do Trabalho, nomeou grupo de estudo para propor mudanças na regulamentação da profissão. Seis audiências públicas desembocarão, em novembro, numa sugestão. Dada a composição sindicalista, é diminuta a chance de que proponha o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista, instituída em 1969 pelo regime militar.

Fernando Haddad, da Educação, deve criar outra comissão. Seu propósito é debater os requisitos mínimos que as escolas de jornalismo devem oferecer. Seria essa a base para deslanchar uma supervisão sobre as faculdades e exigir-lhes qualidade.

Haddad prevê, ainda, que a empreitada serviria para definir a formação complementar necessária para profissionais graduados em outras áreas obterem o diploma de jornalismo. Quem almejasse trabalhar no ramo não teria de cursar todos os usuais quatro anos de bacharelado.

Seria um abrandamento, não uma solução. Na tradição mais democrática, o jornalismo é uma profissão aberta, sem barreira de acesso. É diante do público, e não de um comitê cartorial do Estado ou da academia, que o jornalista tem de legitimar-se.



Além do que, há risco de ambas as comissões sucumbirem, no que toca à regulamentação, com a desapareção de seu objeto. O Supremo Tribunal Federal prevê decidir, neste semestre, se o decreto-lei que instituiu a obrigatoriedade do diploma é compatível com a Carta de 1988. O Supremo haverá de pôr fim à exigência inconstitucional, por violação dos artigos 5º (liberdade de expressão) e 220 (liberdade de informação jornalística) da lei fundamental.

### **Prioridades do Congresso**

Sexta-feira, 24/10/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; SENADO; GARIBALDI ALVES; PRIORIDADE; CONSTITUIÇÃO FEDERAL

#### **Prioridades do Congresso**

O SENADOR Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente do Senado, desafinou o coro reunido no Planalto a fim de entoar loas aos 20 anos da Constituição Federal. Para constrangimento geral, disse que as medidas provisórias, introduzidas pela Carta, nada ficam a dever aos decretos-lei "da ditadura".

O abuso nas medidas provisórias indica um desequilíbrio entre Poderes. Sua proliferação, em desobediência aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, expande a iniciativa do Executivo à custa do Legislativo.

Submetido pelo Planalto, o Senado não se submete porém, como deveria, a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Dois meses após a edição pelo STF da súmula vinculante que determina o fim do nepotismo, a Casa procrastina a demissão de parentes nos gabinetes.

Registre-se o fato de Garibaldi Alves desdobrar-se para enfrentar o paroxismo corporativista de seus pares. Dispensado por ora houve só o advogado-geral do Senado, por decisão de seu presidente, após dar-se conta de como era desastrado o parecer do auxiliar que "reformava" a súmula.

O Senado deve uma solução rápida para a questão. No capítulo das medidas provisórias, também é da reação do Congresso que depende o destrancamento de suas pautas. A emenda constitucional para extinguir esse mecanismo perverso está para ser votada na Câmara desde abril.

## **O pêndulo do PMDB**

Terça-feira, 28/10/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2008; ELEIÇÃO MUNICIPAL; PREFEITURA; PMDB /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; PT /PARTIDO/; ALIANÇA /POLÍTICA

### **O pêndulo do PMDB**

Conquistas do partido na eleição municipal fazem prever que cobrará ainda mais caro por apoio a PT ou PSDB em 2010

ANALISTAS políticos convergem no diagnóstico de que o PMDB figura entre os maiores beneficiários das eleições municipais. Herdeiro longínquo e descaracterizado da oposição tolerada no bipartidarismo imposto pelo regime militar, o partido conquistou o maior número de prefeituras e passa a controlar a administração de 1.202 cidades, com 28,6 milhões de eleitores. Confirma, assim, sua fama de campeão político do Brasil profundo.

O PMDB cresceu também nos grandes centros, por outro lado. No segundo turno, venceu em Porto Alegre e Salvador, humilhando o PT; ganhou, ainda, no Rio e em Florianópolis.

Computadas as duas rodadas nas cidades com mais de 200 mil eleitores \_o chamado G79, com 26 capitais e outros 53 municípios\_, o PMDB passa a governar 17 delas, oito a mais que em 2004. São quatro a menos que o PT, o mais bem colocado nesse universo, mas com 11,8 milhões de eleitores (contra 8,8 milhões sob a influência dos 21 prefeitos petistas no G79).

Ninguém duvidaria de que o resultado é bom para o PMDB e seu modo de transacionar na política. Tanto o PT quanto o PSDB, as forças com nomes viáveis para 2010 (ao menos por ora), serão obrigados a cortejar o partido. Seus milhares de prefeitos e vereadores garantirão palanques por todo o país; sua bancada na Câmara dos Deputados, a maior, proporcionará avultado tempo de TV na campanha eleitoral. A questão é saber se o cacifê peemedebista vitaminado pode ser bom para o país.

O PMDB, para falar com algum rigor, não merece o nome de partido. Nunca teve programa que não fosse para constar, nem consegue atuar de modo concertado; aliás, não se propõe a isso. É uma federação mal-ajambrada de chefetes locais e lideranças regionais, a nata do patrimonialismo e do clientelismo, algumas com projeção nacional.

Para conquistar e manter influência ou espaço na máquina estatal, metem-se os peemedebistas nas alianças mais convenientes a seus caciques. Para isso não se constroem em abandonar a

coalizão com o PT que lhes garante seis ministérios de peso, como fez Orestes Quécia aderindo a Gilberto Kassab (DEM) e José Serra (PSDB) em São Paulo. Em Salvador, o ministro peemedebista Geddel Vieira Lima derrotou o candidato do PT e, numa contorção ideológica típica da política brasileira, dedicou a vitória ao presidente da República, "o grande vencedor".

Não fosse o que é, o PMDB poderia até desempenhar um papel mais nobre na política nacional polarizada entre PT e PSDB. Um pouco como os liberais do FDP alemão, que pendiam ora para os social-democratas do SPD, ora para os conservadores da CDU-CSU, garantindo maiorias estáveis no Parlamento e, assim, alguma governabilidade.

Por aqui, o PMDB tem mais de pêndulo errático do que de fiel da balança. Raramente garante, no Legislativo, os votos de que os aliados no Executivo necessitam, embora cobre caro por eles.

O avanço nas eleições municipais de um tal partido, sem programa nem coesão, não pressagia avanço algum nos dúbios costumes políticos nacionais.

### **O discurso e a ação**

Sexta-feira, 07/11/2008

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MEDIDA PROVISÓRIA; SENADO; CRÍTICA

O discurso e a ação

O PRESIDENTE do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), não perde oportunidade de criticar o abuso na edição de medidas provisórias pelo Executivo. Aproveitou-se novamente de uma sessão comemorativa dos 20 anos da Constituição Federal para questionar o instrumento, o qual já havia comparado aos decretos-lei do regime militar.

As farpas de Garibaldi Alves desta feita atingiram também o Supremo Tribunal Federal: "Aqui e acolá o Poder Judiciário esquece que é Poder Judiciário e pensa que é Poder Legislativo". Os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do STF, Gilmar Mendes, presentes na cerimônia, ouviram os questionamentos com urbanidade.

O chefe do Senado tem razão, no essencial. O governo abusa das MPs e com isso manieta a atividade parlamentar. O problema é especialmente grave para os senadores, pois, por uma

questão formal, as MPs sempre iniciam seu trâmite na Câmara. Quando chegam ao Senado, é comum que já estejam esgotados os 45 dias de prazo para que a matéria comece a bloquear a pauta de votações \_ nada pode ser deliberado antes da MP nessas condições.

A atuação do STF em terreno legislativo também tem, por vezes, ocorrido. Foi o caso da instituição de uma fidelidade partidária que não está expressa nos códigos e do veto da chamada cláusula de barreira para os partidos \_ legislação aprovada no Congresso que estava sendo implantada havia quase dez anos.

As poucas invasões de fronteira do Supremo, porém, são um preço módico a pagar pelo processo que o está convertendo numa corte constitucional de fato, que se propõe a decidir assuntos relevantes para a sociedade. Por conta dessa nova atitude, o STF tem sido, por exemplo, a única força institucional a colocar um freio na liberalidade com que o Planalto interpreta a Carta no tema das medidas provisórias.

O Congresso, no entanto, não é um Poder passivo, como as constantes lamúrias de seus líderes talvez levem a crer. Câmara e Senado têm todas as condições de mudar esse quadro. Basta que se emancipem da acomodação às benesses do governo e legislem.

**2009**

### **Limites a Chávez**

Terça-feira, 17/02/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VENEZUELA; HUGO CHÁVEZ; DITABRANDA

Limites a Chávez

Apesar da vitória eleitoral do caudilho venezuelano, oposição ativa e crise do petróleo vão dificultar perpetuação no poder.

O ROLO compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na Venezuela, os governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem.

Hugo Chávez venceu o referendo de domingo, a segunda tentativa de dinamitar os limites a sua permanência no poder. Como na consulta do final de 2007, a votação de anteontem

revelou um país dividido. Desta vez, contudo, a discreta maioria (54,9%) favoreceu o projeto presidencial de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro.

Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a rerepresentar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota. Tamanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.

Mas, se as chamadas "**ditabrandas**" -caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.

Em dez anos de poder, Hugo Chávez submeteu, pouco a pouco, o Legislativo e o Judiciário aos desígnios da Presidência. Fechou o círculo de mando ao impor-se à PDVSA, a gigante estatal do petróleo. A inabilidade inicial da oposição, que em 2002 patrocinou um golpe de Estado fracassado contra Chávez e depois boicotou eleições, abriu caminho para a marcha autoritária; as receitas extraordinárias do petróleo a impulsionaram. Como num populismo de manual, o dinheiro fluiu copiosamente para as ações sociais do presidente, garantindo-lhe a base de sustentação. Nada de novo, porém, foi produzido na economia da Venezuela, tampouco na sua teia de instituições políticas; Chávez apenas a fragilizou ao concentrar poder. A política e a economia naquele país continuam simplórias -e expostas às oscilações cíclicas do preço do petróleo. O parasitismo exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado foi tão profundo que a inflação disparou na Venezuela antes mesmo da vertiginosa inversão no preço do combustível. Com a reviravolta na cotação, restam ao governo populista poucos recursos para evitar uma queda sensível e rápida no nível de consumo dos venezuelanos. Nesse contexto, e diante de uma oposição revigorada e ativa, é provável que o conforto de Hugo Chávez diminua bastante daqui para a frente, a despeito da vitória de domingo.

### **Imprensa no STF**

Quarta-feira, 01/04/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; LEI DE IMPRENSA; JORNALISMO; DIPLOMA; LEGISLAÇÃO

Imprensa no STF

Corte deveria acabar com exigência de diploma para jornalismo e manter só núcleo não autoritário da legislação de 1967

DOIS JULGAMENTOS relacionados com o direito à informação ocupam a pauta de hoje do Supremo Tribunal Federal. A corte pretende avaliar a validade de dispositivos implantados na ditadura militar: a Lei de Imprensa, de 1967, e a exigência de diploma em jornalismo para a prática da profissão, de 1969.

Quanto a esta última ação, a Justiça tarda a reconhecer o caráter livre da profissão de jornalista numa democracia. A obrigatoriedade do diploma afronta a liberdade de expressão, diminui a oferta de informação de qualidade e se reveste de anacronismo na era da internet, quando todos têm a oportunidade de apurar e publicar notícias.

O julgamento da Lei de Imprensa, por seu turno, apresenta maior grau de complexidade.

Em fevereiro de 2008, o ministro Carlos Ayres Britto atendeu em parte a pedido do PDT pela suspensão liminar da lei de 1967, por alegada colisão com a ordem democrática. O magistrado sustou 20 dos 77 artigos da Lei de Imprensa e dedicou-se a produzir o relatório sobre o mérito da ação, ponto de partida do julgamento marcado para esta tarde.

Espera-se que a cautela inicial do ministro prevaleça no plenário. Ayres Britto anulou apenas os dispositivos arbitrários e inconstitucionais do texto de 1967. Manteve de pé o núcleo vivo da legislação, que, sem ameaçar direitos fundamentais, continua a propiciar segurança jurídica a cidadãos, empresas e jornalistas.

Se o pleito do PDT for acatado totalmente, ficarão expostos à incerteza jurídica aspectos cruciais como o direito de resposta, pelo qual a pessoa ofendida pleiteia a publicação de sua versão dos fatos. A lei de 1967 ainda atende a essa demanda.

Na falta de regra específica, restaria a aplicação dos códigos Civil e Penal, que podem ameaçar o direito à informação. A lei comum tende a dar proteção absoluta a valores como honra, privacidade e intimidade. Se for aplicada ao pé da letra, permite a censura prévia e a imposição de duras penas de prisão contra autores de ofensas veiculadas na mídia.

Nesse quadro, uma legislação de imprensa é necessária para reforçar a hierarquia que a Constituição estabelece entre o direito à informação, de um lado, e os direitos ligados à personalidade, do outro. Sendo todos garantias fundamentais, o primeiro tende a prevalecer

sobre os segundos. Em contrapartida, os abusos cometidos pela imprensa conferem à parte ofendida o direito a reparação pecuniária.

Decerto os dispositivos que restam da lei de 1967 não são os ideais para uma democracia do século 21. O trâmite do direito de resposta, por exemplo, precisa ser rápido, a fim de resguardar o direito de pessoas ofendidas.

Esta, contudo, é uma tarefa do Congresso. Do STF se espera que mantenha a parte viva da lei.

#### LIVRE E RESPONSÁVEL

Lei de imprensa moderna e democrática deveria:

Banir a censura prévia

Acelerar o direito de resposta

Evitar o abuso nas reparações em dinheiro

Acabar coma pena de prisão

Extinguir a exigência de diploma

#### **Direito à informação**

Domingo, 03/05/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MÍDIA; LEI DE IMPRENSA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Direito à informação

Decisão do STF que anulou Lei de Imprensa produz incerteza e alguns riscos para a liberdade que se quis defender

DEFESAS fundamentadas da liberdade de expressão e do direito à informação foram apresentadas na quinta-feira, na sessão do Supremo Tribunal Federal que decidiu, por maioria de votos, pela incompatibilidade total entre a Lei de Imprensa, de 1967, e a Carta de 1988. Unâнимes na sustentação desses princípios básicos, os ministros do STF divergiram, entretanto, num aspecto essencial.

Cumpria optar entre a abolição completa da lei atual \_editada no regime militar\_ e a manutenção de alguns de seus artigos, sobre os quais não pesa o espírito autoritário que caracterizava o diploma em seu conjunto. Assim formulada, a questão envolve alguma minúcia técnica, mas suas repercussões práticas se revestem de grande relevância.

Aparentemente, qualquer lei específica sobre o assunto tenderia a conflitar com a plena garantia dos direitos à expressão e à informação. A esta visão se inclinaram alguns ministros do Supremo. Outros membros da corte admitiram, em tese, a possibilidade de uma lei específica.

Mesmo assim, 7 dos 11 ministros julgaram mais indicado abolir toda a lei. Tanto seus aspectos mais repressivos \_os quais, depurados na própria atividade do direito, já haviam deixado de vigorar\_ como os mecanismos isentos desse caráter fariam parte de um conjunto único, que seria incorreto desmembrar.

Resultou minoritária a tese de que certos artigos do diploma deveriam ser mantidos. Seria esta, na verdade, a decisão mais apta a garantir o pleno direito à informação. Embora a Constituição o assegure plenamente, na legislação civil e penal há dispositivos capazes de inspirar empecilhos a esse princípio, em especial quando casos duvidosos são julgados em primeira instância.

Já se registraram, nessa esfera judicial, decisões em favor do recolhimento de biografias publicadas, supostamente por conterem material ofensivo à memória de personalidades reais. A censura prévia e a intimidação judicial sobre publicações menores e independentes \_ou sobre indivíduos que, cada vez mais, se valem da internet para fazer jornalismo e emitir suas opiniões\_ tornam-se assim um risco.

Na falta do núcleo não autoritário da lei, decisões relativas às várias formas de manifestação da imprensa estão entregues, a partir de agora, a interpretações fragmentárias e por vezes intempestivas de juízes singulares. Uma das principais fontes de incerteza, decerto, será a ausência de parâmetros para o direito de resposta \_o que vai afetar não só empresas jornalísticas, mas sobretudo o cidadão que se sentir ofendido por uma publicação.

Grandes companhias de comunicação podem, sem dúvida, prosseguir na defesa do direito à informação, apelando a instâncias superiores, onde o princípio encontra abrigo sólido. Mas só por meio de uma lei de imprensa estariam os órgãos de comunicação regionais, os sites isolados da internet e os cidadãos em geral mais bem protegidos das ameaças, que nunca cessam.

Cabe agora ao Congresso abreviar o perigoso vácuo que se abre com a decisão do STF, elaborando uma nova lei de imprensa, plenamente democrática.

### **A lei dos descarados**

Quinta-feira, 07/05/2009



Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; REFORMA POLÍTICA; VOTAÇÃO; LISTA FECHADA; FINANCIAMENTO PÚBLICO; CAMPANHA ELEITORAL

A lei dos descarados

Proposta de lista fechada em eleição proporcional, que ganha apoio no Congresso, é ataque aos direitos do eleitor

A PROVOCAÇÃO é de tal ordem que se chega a suspeitar de algum surto de insanidade coletiva. A simples falta de compostura, o hábito de legislar em causa própria, o despreço pela opinião pública não são suficientes para explicar as articulações em curso no Congresso a fim de aprovar os dois pontos mais acintosos do projeto de reforma política elaborado pelo governo Lula.

Trata-se de impedir que o eleitor escolha nominalmente seus candidatos a deputado federal, deputado estadual e vereador e ainda exigir que o contribuinte pague pelos gastos da propaganda eleitoral. A proposta de "lista fechada" nas eleições proporcionais e de financiamento público de campanhas, apresentada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, encontra apoio não só de governistas, mas também de amplos setores da oposição.

PT, PMDB, DEM, PPS, PDT e PC do B concordam: a pretexto de proibir doações aos candidatos, o projeto destina mais de R\$ 900 milhões, no primeiro turno, e outros R\$ 260 milhões, no segundo turno, para que o cidadão seja persuadido, com dinheiro retirado de seu próprio bolso, a respeito das virtudes de quem financiou.

É de duvidar que até mesmo os maiores entusiastas da proposta possam sustentá-la, num debate cara a cara, com qualquer cidadão que, por acaso, os encontre num saguão de aeroporto \_ou, quem sabe, no caso dos mais afortunados, num restaurante em Roma ou num shopping center em Miami.

Não contentes com a sequência devastadora de escândalos que atinge o Poder Legislativo brasileiro, pretende-se retirar do eleitor uma das poucas armas que lhe restam para combater os abusos protagonizados pelos seus representantes.

Com a "lista fechada" para cargos proporcionais, o cidadão teria de resignar-se a votar apenas na legenda do partido, cabendo às instâncias partidárias decidir quais os nomes, e em que ordem, serão eleitos. Prevê-se que os atuais deputados, por exemplo, terão lugar já reservado na lista de seus partidos. Pouco importa se acusado de irregularidades e abusos mais

evidentes, o candidato à reeleição simplesmente não estará sujeito, individualmente, ao julgamento do eleitor.

No PSDB, onde a lista fechada sofreu resistência por algum tempo, contam-se nos dedos, agora, as figuras que manifestam repúdio à proposta. O PR, com uma bancada relativamente pequena, fechou questão contra o projeto. Há divisões em algumas bancadas; contudo, por não envolver mudança constitucional, a lei pode ser aprovada por maioria simples no Congresso.

E por que não seria? Nada mais conveniente, depois do descalabro ético em que se envolveram tantos parlamentares, dos mais diversos partidos, do que um dispositivo que lhes permita esconder o próprio rosto no momento da eleição. É a lei dos descarados \_ e uma das piores afrontas às instituições democráticas do país desde que se encerrou o regime militar.

### **Um jornalismo melhor**

Sexta-feira, 19/06/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JORNALISMO; CURSO; DIPLOMA; PROFISSÃO; OBRIGATORIEDADE; REGULAMENTAÇÃO

Um jornalismo melhor

Fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista é vitória do direito à informação

EXTINGUIU-SE finalmente, numa decisão histórica tomada pelo Supremo Tribunal Federal, a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão.

Originária de um decreto-lei promulgado pelo regime militar em 1969, a obrigatoriedade do diploma foi considerada inconstitucional pela ampla maioria dos ministros da mais alta corte, com apenas um voto a favor de sua manutenção.

O debate em torno do assunto prolongou-se durante mais de 20 anos, dividindo a categoria dos jornalistas e opondo a estrutura sindical à maioria dos veículos de comunicação. Os principais beneficiários da obrigatoriedade do diploma, entretanto, não eram diretamente as organizações sindicais, mas as faculdades de jornalismo, que contavam com uma espécie de "reserva de mercado" para seus egressos.

Faculdades de jornalismo sempre tiveram uma contribuição a dar para a prática da profissão. Trata-se, mais que nunca, de confiar na melhoria de seus padrões de ensino e no aporte seja de técnicas específicas, seja de uma formação humanística geral, que podem trazer ao interessado na carreira de jornalista.

O que nunca se justificou \_e vai se revelando cada vez mais anacrônico diante da proliferação do jornalismo pela internet\_ é restringir apenas aos detentores de diploma específico uma atividade que só se beneficia quando profissionais de outras áreas \_médicos, filósofos, historiadores, biólogos\_ encontram lugar nas redações.

Foi bastante claro o voto do ministro Gilmar Mendes, relator do processo no STF, ao distinguir as profissões que de fato dependem de conhecimento técnico específico daquelas que dispensam regulamentação formal. Uma sociedade que não estipulasse requisitos para a carreira de médico estaria, obviamente, ameaçada pelo exercício inepto da profissão.

É igualmente certo que o jornalismo, como qualquer outra atividade, não está imune a erros, no caso, de apuração e redação. Não é, todavia, pelo fato de possuir diploma superior de jornalismo que um profissional estaria mais ou menos propenso a cometê-los.

O aperfeiçoamento do jornalismo praticado no Brasil não depende de tutelas legais e autoritárias, mas, ao contrário, da contribuição dos talentos e das vocações de todos os que, a despeito de sua formação escolar específica, sejam capazes de trazer à sociedade informações, análises e opiniões mais aprofundadas, mais claras e mais abrangentes.

A decisão do Supremo Tribunal Federal vem, finalmente, contribuir para que esse árduo compromisso \_que é o da Folha\_ não encontre em dispositivos cartoriais, desconhecidos na ampla maioria dos países democráticos, um impedimento anacrônico, incompatível com o direito à informação, com a liberdade profissional e com a realidade, cada vez mais complexa, do jornalismo contemporâneo.

## **Jovens velhos**

Terça-feira, 21/07/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: UNE /UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES/; CONGRESSO; ELEIÇÃO; PC DO B /PARTIDO/; AUGUSTO CHAGAS; VOTO DIRETO

Jovens velhos

Eleição direta para a presidência da UNE poderia rejuvenescer entidade aparelhada por facções políticas

DIRETAS-JÁ: a palavra de ordem conta a esta altura com 25 anos de existência. Guarda consigo o sabor de um tempo em que as reivindicações da sociedade, ainda que provisoriamente negadas, não desaguavam em desesperança e ceticismo.

O lema ressurgiu estampado na camiseta de Augusto Chagas, aluno da USP, entrevistado pela Folha na edição de ontem. Com 27 anos de idade, o líder universitário \_que acaba de ser eleito presidente da União Nacional dos Estudantes\_ sem dúvida não terá lembranças do processo de redemocratização do país.

Não carece, todavia, de combatividade de espírito. Quer uma reforma universitária e a regulamentação da meia-entrada.

Filiado ao PC do B, partido que controla a entidade há 18 anos, Chagas foi eleito por 2.809 votos, num congresso que supostamente representaria 5 milhões de universitários.

A incoerência da situação é reconhecida pelo líder estudantil. Viria em boa hora, por certo, a adoção do voto direto para a presidência da UNE.

Mesmo no período anterior à ditadura, a entidade servia mais aos interesses dos partidos de esquerda do que à vaga maioria dos estudantes que estava encarregada de representar.

Reconheça-se, entretanto, que os tempos eram outros: os universitários brasileiros em 1964 faziam parte de uma elite. Hoje, entre os 5 milhões de estudantes que frequentam faculdades em todo o país, não será exagero intuir que um projeto particular de ascensão social predomine, comparado às mobilizações cívicas de antigamente.

Com isso, a UNE se isola do ponto de vista político. De modo semelhante, também se isolam politicamente aqueles cidadãos que se indignam diante dos desmandos do Congresso e do Executivo. É como se a grande maioria dos brasileiros se voltasse para si mesma, para a esfera de seus interesses privados, de suas prioridades pessoais.

Bom sinal: eis que cada indivíduo se mostra menos dependente das chuvas e trovoadas que lhe adviriam de um governo errático e convulso. Mau sinal, contudo, à medida que a indiferença prática dos cidadãos termina por autorizar, implicitamente, o aparelhamento do Estado.

Máquinas políticas, pouco importa se de direita ou de esquerda, apropriam-se da burocracia governamental para cuidar de seus negócios. A UNE, a Petrobras, as centrais sindicais \_ícones dos movimentos coletivos pré-64\_ hoje se resumem, tristemente, ao que na verdade foram desde sempre: aparelhos a serviço de facções organizadas.

Mas o contexto não é o mesmo. As ideologias de 40 anos atrás refletiam, bem ou mal, as aspirações de uma classe média em conflito com um país atrasado, agrário e bacharelesco.

Hoje, o atraso mudou de nome, endereço e classe social. A UNE se preocupa com carteirinhas e com a participação do capital estrangeiro nas universidades privadas. No país de Sarney e de Lula, a liderança estudantil poderia ser um pouco menos velha do que isso. Ao menos para variar.

### **Jogo incerto**

Domingo, 16/08/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; SUCESSÃO PRESIDENCIAL; PT /PARTIDO/; PSDB /PARTIDO/; PV /PARTIDO/; MARINA SILVA; FILIAÇÃO; CONVITE

Jogo incerto

Quadro da sucessão presidencial, que se dava como fixo, adquire novas variáveis, para além da disputa entre PT e PSDB

A NOTÍCIA de que a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva cogita abandonar o PT para lançar-se candidata à sucessão de Lula pelo Partido Verde vem solapar os prognósticos de monotonia, e a sensação de inevitabilidade, que cercavam a campanha de 2010.

Logo depois de lançada, a hipótese já deu sinais de alterar os planos de outra liderança: Ciro Gomes, preparando-se para uma aventura eleitoral em São Paulo, ressurgiu como possível candidato de seu partido, o PSB, à Presidência da República.

O quadro estático de uma disputa entre Dilma Rousseff, pelo PT, e José Serra ou Aécio Neves, pelo PSDB, começa desse modo a se mover, o que é positivo.

Há na sociedade brasileira, e nos próprios partidos que nela mal e mal se implantam, mais complexidade do que o roteiro inicialmente previsto para 2010.

Dilma e Serra, ainda que em campos opostos, assemelham-se tanto pelo passado \_o da resistência ao regime militar\_ quanto pelo presente, marcado pelo pragmatismo desenvolvimentista e por um discurso mais próximo da racionalidade administrativa do que da empatia popular.

De resto, nem a candidatura tucana representa o ponto de vista autenticamente conservador que parte de seus eleitores gostaria de elevar à Presidência, nem a candidata de Lula reflete as tendências mais à esquerda de seu eleitorado.

Uma provável postulação de Marina Silva vem colocar a temática ambiental com mais candência no debate. Ao mesmo tempo, tende a expressar inconformidades latentes no petismo tradicional, tanto com relação aos rumos tomados pelo governo Lula como pelo fato de Dilma Rousseff ter sido imposta como candidata da agremiação, sem um mínimo de consulta às instâncias partidárias.

Não deixa de ter visíveis fragilidades, contudo, uma eventual candidatura do PV \_partido com minúscula participação no horário eleitoral gratuito e cujas credenciais no mundo político real podem ser avaliadas pelo fato de que, entre suas principais lideranças, avulta o deputado Zequinha Sarney.

Os partidos brasileiros, como se sabe, filtram de modo extremamente turvo os movimentos da sociedade e as aspirações da população. Num tempo em que outras formas de organização e de debate ganham força na vida política, o jogo de 2010 ainda está, ao contrário do que parecia, por ser jogado.

Que novos candidatos, representativos de forças reais à esquerda e à direita, possam surgir. A democracia não se faz de nomeações nem de "candidaturas naturais", mas de debate e movimento; é o que tem faltado na sucessão presidencial.

### **Tempos de retrocesso**

Domingo, 23/08/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; CONGRESSO NACIONAL; SENADO; CRISE POLÍTICA; JOSÉ SARNEY; CONSELHO DE ÉTICA; PROCESSO; ARQUIVAMENTO; PT /PARTIDO/; ALOIZIO MERCADANTE; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tempos de retrocesso

Lula e seus aliados transformam a política em acobertamento mútuo e camaradagem sem nenhum escrúpulo

SEM NOVIDADE. Sustentando o senador José Sarney no Conselho de Ética, o PT simplesmente repete o clássico roteiro a que já se assistiu durante o escândalo do mensalão, o episódio dos "alopradados" e a manipulação do caso Oi-Brasil Telecom.

Provoca alguma tristeza, e alguns sorrisos, o drama pessoal do líder petista no Senado, Aloizio Mercadante, que anunciou em plenário sua disposição de continuar no cargo, apesar da demissão "irrevogável" veiculada na véspera.

A respeito de seu choroso depoimento no Senado, afirmando que continuaria a ser líder da bancada petista, mais vale o silêncio do que qualquer comentário crítico.

Não cabe, aqui, julgar dilemas individuais de quem quer que seja. O que importa notar, entretanto, é o vazio partidário e político que se abriu no país, conforme se consolidou o poder de Lula na Presidência e os acordos que possibilitaram seu exercício.

Mais do que cogitar acerca do caráter pessoal dos participantes da comédia, seria importante refletir sobre as condições práticas do que, a torto e a direito, chama-se a "governabilidade".

Será de fato necessário preservar uma suposta ordem nos negócios de Estado ao preço do pleno desprezo pela ética básica dos cidadãos?

Será que, em nome de uma candidatura artificial e estranha às instâncias partidárias \_a da ministra Dilma Rousseff\_, cumpre defender não os interesses de um partido aliado, mas esta ou aquela personalidade sob o foco das investigações?

No fundo, reedita-se hoje um comportamento político que, há quase sete décadas, foi definido pelo sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda no seu clássico "Raízes do Brasil".

Lula e seus "companheiros", Lula e seus aliados, seus acólitos, ou seja lá que nome tenham: tudo corresponde exatamente ao perfil do "homem cordial", traçado por Sérgio Buarque.

Princípios, valores, códigos e programas não importam nesse modo de viver a política.

O "cordial", no caso, não se refere às características próprias de amabilidade e simpatia que um político possa ter \_sobram a Lula, faltam a Dilma Rousseff, pouco importa. Trata-se, sobretudo, do predomínio do favorecimento pessoal sobre o cálculo e a racionalidade de Estado.

Lula, Sarney, Mercadante e tantos outros abdicaram de valores e princípios. A política se transforma em acobertamento mútuo e camaradagem sem escrúpulo.

Nafragam nesse processo tanto o PT \_antigo arauto da renovação social e ética no país\_ como o PMDB, valioso instrumento, se é que alguém se lembra, da luta contra a ditadura.

O que resta de toda a farsa? Talvez a atitude de alguns políticos que abandonam o partido; talvez as reações de uma aturdida opinião pública, que acompanha cada lance de

desmoralização institucional e de vergonha pessoal vivida durante o governo Lula. Tempos cordiais. Tempos de retrocesso e de vexame.

### **Petróleo na urna**

Quarta-feira, 02/09/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; COMBUSTÍVEL; PETRÓLEO; CAMADA PRÉ-SAL; PETROBRAS /EMPRESA/; MARCO REGULATÓRIO; ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

#### **Petróleo na urna**

Governo tenta atropelar Congresso com proposta inconvincente de marco regulatório, repleta de armadilhas estatistas

CONSUMOU-SE, na explicitação dos projetos do Planalto para o pré-sal, a revanche contra a abertura do mercado e contra a quebra do monopólio da Petrobras, efetivadas na década passada. A antecipação do calendário eleitoral, motivada pela iniciativa do presidente Lula de viabilizar a candidatura Dilma Rousseff, atropelou o interesse público.

Propor a tramitação em 90 dias, no regime de urgência constitucional, de um programa que subverte todo o modelo de exploração, tributação, concorrência e partilha de recursos fiscais em curso \_e que, além disso, exige emissão de mais R\$ 100 bilhões em dívida pública, o equivalente a dois meses de arrecadação federal\_ é um acinte.

O governo federal e a Petrobras, que passaram 14 meses confabulando para chegar à sua proposta, não são os únicos interessados na discussão. A mudança afeta toda a sociedade, detentora das riquezas do subsolo. A tramitação dos quatro projetos de lei pelo Congresso é a oportunidade de dar a Estados, municípios, trabalhadores, consumidores, empresários, ambientalistas e técnicos o tempo que for necessário para que se façam ouvir.

A precipitação de Lula chega a ser ridícula diante do fato de que não se sabe, com o mínimo de segurança, qual a dimensão da renda petrolífera que se quer, desde já, dividir. A que ponto a província do pré-sal vai elevar as reservas recuperáveis de petróleo do Brasil, hoje em 14 bilhões de barris? A que custo de extração?

Na falta de mapeamento da região de 149 mil km<sup>2</sup> (equivalente à área do Ceará), campeia uma incrível dispersão de palpites. De 30 bilhões de barris a 300 bilhões de barris, vai uma



diferença oceânica. No primeiro caso, o Brasil apenas administraria pelas próximas décadas a autossuficiência energética já obtida; no outro, seria alçado à condição de potência exportadora.

Em vez de mapear as riquezas antes \_até para convencer o público de que seria preciso mudar o modelo\_, o governo passou diretamente à fase seguinte. A urgência eleitoral prevaleceu e deu passagem a propostas estatistas de fazer inveja aos "desenvolvimentistas" da ditadura militar.

Na partilha de produção, o governo divide o lucro da empreitada, na forma de óleo, com o consórcio empresarial contratado para explorar os campos. Mas, para chegar ao lucro, é preciso definir antes os custos de cada empreendimento específico, o que não é trivial numa atividade complexa e intensiva em capital como a petrolífera.

O governo cria, então, a Petro-Sal para controlar os custos de cada campo, entre outras funções \_como cuidar dos trâmites de comercialização do óleo estatal\_ que deveriam ser eminentemente técnicas. Capaz de influir em decisões empresariais básicas, caso da contratação de fornecedores, e sujeita a controle político do governo de turno e de sua sempre notória "base aliada", a Petro-Sal seria uma porta escancarada para corrupção, negociatas e privilégios.

Outro ponto vulnerável à politização e à má alocação de recursos, bem como à acomodação típica dos monopólios, é a regra que torna a Petrobras parceira obrigatória da União em todos os campos do pré-sal, com participação mínima de 30%. Dispensada da concorrência, terá no entanto de participar mesmo das empreitadas as quais o cálculo frio recomendaria recusar.

O poder discricionário do Executivo amplia-se também por outros meios. Mesmo fora do pré-sal, onde continuam valendo as regras da concessão \_empresas disputam livremente o direito de exploração num processo licitatório, e vence a que oferecer o maior lance\_, o governo poderá intervir. Basta que considere, num simples decreto, a região como de "interesse para o desenvolvimento nacional" e ela será retirada da competição.

Além disso, o privilégio já oferecido à Petrobras poderá ser ampliado. A fim de preservar o "interesse nacional", sem definir bem o que isso significa, o governo poderá contratar apenas a Petrobras, sem licitação, para operar determinados campos.

Até aqui o governo Lula não demonstrou que a sua proposta será capaz de assegurar os investimentos necessários para a exploração das novas jazidas petrolíferas. Tomando-se os "chutes" mais conservadores acerca do potencial do pré-sal, não é difícil que essa cifra ultrapasse meio trilhão de dólares \_ou 30% do PIB\_, diluído ao longo dos anos. O modelo de

concessões oferece uma resposta satisfatória a esse problema, pois amplia as fontes de investimento, por meio de uma competição de escala global, e propicia antecipação de receitas ao governo.

A experiência mundial, decerto, mostra que modelos não são decisivos para o sucesso de um país na exploração do petróleo; por vários caminhos e ajustes se chega a um bom arranjo. O fundamental é o governo ampliar, por meio de tributação ou dispositivos análogos, a sua participação na renda gerada pela atividade \_e ser proibido, por lei, de torrar os recursos em despesas de custeio. Dadas a rarefação de parâmetros técnicos e a falta de definições que prevalecem na proposta do Planalto sobre o pré-sal, nem isso está garantido.

Por ora, o "passaporte para o futuro" anunciado pelo presidente Lula pouco se distingue de um panfleto eleitoral que já chega embolorado \_tal o grau de dirigismo, privilégios e distorções nele estampados.

## **O papel do Senado**

Sábado, 26/09/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; INDICAÇÃO; JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI; SENADO; SABATINA

### **O papel do Senado**

Falta empenho para transformar sabatinas de aspirantes ao STF em sessões de rigorosa vigilância institucional

A INDICAÇÃO do advogado José Antonio Dias Toffoli para o Supremo Tribunal Federal gera controvérsia que vai além das impressões de ordem pessoal.

É um equívoco imaginar que o pressuposto do notável saber jurídico decorre automaticamente de cursos de especialização ou de teses de doutorado. Outro equívoco é o de supor que a circunstância de o candidato ao STF ocupar funções de relevo no governo comprometeria, por si só, sua independência depois.

Celso de Mello é exemplo concreto de jurista sem doutorados e ligado por laços funcionais ao presidente que o indicou \_José Sarney. Ao assumir a condição de ministro do STF, revelou-se juiz independente, culto e sensível. Leitão de Abreu, nomeado pela ditadura, foi responsável por generosa jurisprudência liberal. Na história não faltam exemplos de ministros

aparentemente distantes dos governos e com currículos alentados que, no entanto, deixam as marcas da mediocridade e da tibieza.

Notável saber jurídico se aquilata pela capacidade política e técnica de fazer prevalecer os valores protegidos pela Carta.

A incerteza causada pelo nome de Toffoli está no fato de ter-se notabilizado profissionalmente, apenas, como advogado do PT na Justiça Eleitoral e, no governo, como homem de confiança do partido. Reduzir a polêmica a critérios supostamente ideológicos, como se existisse uma resistência "conservadora" à sua nomeação, não é verossímil, até porque há tempos o PT deixou de lado seus pruridos "progressistas"...

O Brasil dispõe de mecanismos institucionais para controlar as nomeações e a atuação dos ministros do Supremo. O que falta é empenho de seus protagonistas para que o sistema funcione.

Indicação pelo presidente da República e aprovação pelo Senado é modelo que funciona e bem nos EUA. Lá os candidatos são submetidos a rigorosa investigação e a sabinas que envolvem o exame dos seus atos pretéritos e do seu pensamento sobre assuntos na ordem do dia.

Seria Toffoli um bom juiz no Supremo Tribunal Federal? Ou apenas mais um agente do aparelhamento do Estado?

Participaria de julgamentos que envolvessem os interesses do PT e do próprio governo, como nos casos do "mensalão" e da extradição de Cesare Battisti? Seria, na área penal, garantista? Qual sua posição em relação ao funcionamento das polícias e do Ministério Público e à intervenção estatal na economia? Cabe ao Senado mostrar ao país quem é, de fato, o postulante indicado por Lula e se tem preparo para ocupar cargo de tal relevo.

A lei que define crimes de responsabilidade prevê o impeachment para ministros do STF. Participar de julgamentos em relação aos quais é suspeito de parcialidade, exercer atividade político-partidária, ainda que sorrateira, ser desidioso ou proceder de modo incompatível com a honra e o decoro são atos intoleráveis na mais alta corte do país.

O importante em relação a José Antonio Toffoli ou a qualquer ministro do STF em atividade é a vigilância institucional \_antes e depois de assumir o cargo. Que o Senado cumpra seu papel.

### **Samba-exaltação**

Segunda-feira, 05/10/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; ECONOMIA; OLIMPÍADAS, 2016; OLIMPÍADA; RIO DE JANEIRO /RJ/; RELAÇÕES EXTERIORES; POLÍTICA ECONÔMICA; HONDURAS; CRISE POLÍTICA

Samba-exaltação

Lances de afirmação mundial do Brasil dão pretexto a cruzada ufanista, que maquia realidade insatisfatória

A ESCOLHA do Rio para sediar os Jogos Olímpicos, o ganho de peso do G20 no debate global, a diminuição do risco de investir no Brasil, o impacto atenuado da crise mundial e até a histriônica participação na crise de Honduras tornaram-se, por assim dizer, um samba-exaltação à procura de autor. O concurso está aberto.

Que se apresente, senão o Ary Barroso do lulismo, pelo menos a sua dupla Dom e Ravel \_os esquecidos autores do "Eu te amo, meu Brasil", hit do gênero no auge da ditadura militar. Enquanto os compositores esquentam seus tamborins, o chefe da República lhes estimula a criatividade.

"Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos cidadania internacional", afirmou o presidente Lula depois da conquista olímpica, anunciada na Dinamarca. Se a epopeia nacionalista é certa como uma flecha no centro do alvo, a realidade, cheia de contradições e matizes, sempre frustra o espírito ufanista.

O Brasil vai hospedar a Olimpíada de 2016, mas o México já organizou os Jogos, em 1968, sem ter se emancipado, de lá para cá, do semidesenvolvimento. Os emergentes aumentaram sua presença nos fóruns de governança global, mas a relação entre Estados Unidos e China é, de longe, a preponderante para o futuro da economia mundial. Em assuntos que envolvem poderio militar, o status brasileiro é quase periférico.

Apesar do furor propagandista do Itamaraty, o incidente em Honduras não tem dimensão para tornar-se referência de nada relevante que diga respeito ao peso específico do Brasil no continente. É estranho, aliás, vangloriar-se de atitudes que anularam a capacidade de mediação da representação brasileira.

Com a lupa voltada para dentro, sobre as condições de vida da maioria da população brasileira, a toada ufanista perde muitas vezes a afinação. Um "país de segunda classe" é o diagnóstico inapelável dos testes que comparam o desempenho de nossos estudantes com os de outras nações. O Brasil se sai bem pior até no cotejo com países de renda per capita

equivalente. Na saúde, o padrão se repete. Em pleno século 21, metade da população não tem acesso a rede de esgoto. Mais de 6 milhões de brasileiros vivem em favelas.

De que o Brasil passa por um momento de melhora contínua em muitos desses aspectos \_fenômeno caudatário de conquistas acumuladas sobretudo nas duas últimas décadas de redemocratização\_, não resta dúvida. Ocorre, em paralelo, uma onda de reconhecimento internacional desses avanços.

É preciso, contudo, enfatizar que o Brasil ainda está longe de patamares satisfatórios de bem-estar e desenvolvimento, pois partiu tarde, e caminha devagar, rumo a sua conquista. Quando se ensaiam os primeiros acordes de um tema velho, é sempre bom lembrar que os patrocinadores do ufanismo do passado \_alguns decantados pelo presidente Lula\_ estão entre os responsáveis pelo nosso atraso.

### **Censura nunca mais**

Segunda-feira, 02/11/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LEI DE IMPRENSA; JUSTIÇA; LIBERDADE DE IMPRENSA; STF /SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL/; CENSURA PRÉVIA

Censura nunca mais

A abolição da Lei de Imprensa traz incerteza jurídica, o que permite seguidos ataques contra o direito à informação

ABOLIDA formalmente pela Constituição de 1988, a censura prévia persiste no Brasil. Ainda que isolados, os casos se multiplicam, exigindo considerável dispêndio de esforços e de tempo até que, chegando às instâncias superiores do Judiciário -quando chegam-, desmandos evidentes sejam revogados.

Completaram-se na semana passada 90 dias de censura ao jornal "O Estado de S. Paulo", impedido de publicar notícias referentes a uma operação da PF envolvendo o filho do presidente do Senado, José Sarney.

Segundo a ANJ (Associação Nacional dos Jornais), outros casos de violência contra o direito da sociedade à informação se registraram recentemente.

O jornal "O Povo", do Ceará, foi proibido por decisão judicial de noticiar o andamento de um processo sobre o jogo do bicho naquele Estado. Na Bahia, o jornal "A Tarde" conheceu a

censura prévia para quaisquer notícias a respeito de um desembargador, acusado de suposta venda de votos. Em Florianópolis, decidiu-se pela apreensão de um jornal (e a retirada de seu site na internet) por trazer acusações contra o prefeito da cidade. Nesta Folha, o colunista José Simão teve silenciados seus comentários humorísticos a respeito de uma atriz de telenovela.

A defesa da plena liberdade de expressão e do direito à informação não exclui, por certo, que jornalistas e órgãos de comunicação venham a ser responsabilizados pelos deslizes e abusos que cometam. Nos planos penal e civil, a sociedade conta com mecanismos capazes de coibir violações da honra e da privacidade dos cidadãos.

Todavia, parece ainda mal compreendida -mesmo em alguns meios jurídicos- a diferença entre censurar um órgão de comunicação e puni-lo pelo que publicou. A censura prévia é um prejulgamento: incide sobre o comportamento futuro de quem a sofre. Qualquer que seja o teor do que viria a ser publicado, suspende-se de pronto, e arbitrariamente, o direito básico de exprimir-se e de informar.

Desde que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional, em sua totalidade, a Lei de Imprensa promulgada pela ditadura militar, inaugurou-se um período de incerteza jurídica. A censura prévia, inadmissível pela Constituição, tende a reaparecer em decisões judiciais de primeira ou segunda instância, sem que o princípio constitucional que a abomina possa ser invocado de imediato.

Felizmente, uma iniciativa no sentido de corrigir essa tendência parece a caminho. Ainda a ser publicado, o acórdão do Supremo acerca do fim da Lei de Imprensa deverá incluir uma condenação explícita à censura prévia, em qualquer circunstância.

A elucidação, em tese, não deveria ser necessária, uma vez que a Constituição afirma o princípio com todas as letras. Todavia, dado o impressionante histórico recente de incompreensões e de arbitrariedades em torno do tema, a atitude do STF não poderia ser mais oportuna.

### **Confronto vão**

Quinta-feira, 31/12/2009

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITOS HUMANOS; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; TARSO GENRO; PAULO VANNUCHI; MINISTÉRIO DA DEFESA; NELSON JOBIM; REGIME

MILITAR; DESAPARECIMENTO; TORTURA; LEI; ANISTIA; FORÇAS ARMADAS;  
COMISSÃO DA VERDADE

Confronto vão

FOI ACERTADA a atitude do ministro da Justiça, Tarso Genro, ao declarar que "não há nenhuma controvérsia insanável" em torno do texto do Programa Nacional de Direitos Humanos e da chamada "Comissão da Verdade", destinada a apurar os casos de tortura e de desaparecimento de presos políticos durante o regime militar.

É legítima qualquer investigação histórica sobre esse período, durante o qual crimes foram cometidos pelos dois lados em conflito. Ao mesmo tempo, a Lei da Anistia afastou definitivamente, em benefício de uma transição democrática bem-sucedida, as tentativas eventuais de reabrir feridas do passado.

Exatamente nesse sentido \_o de que o pacto pela democracia não sofre real contestação\_ é que cabe classificar como superáveis os pontos do documento que colocou, nestes dias, os ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, em rota de colisão.

Sem dúvida, o Programa de Direitos Humanos contém diretrizes que contestam o espírito da Lei da Anistia \_e não há nenhuma vantagem para a democracia em atizar ressentimentos que subsistem em frações residuais da opinião pública.

Do mesmo modo, não se aceita que membros do estamento militar se aventuram em atitudes de contestação à ordem democrática, ou de elogio impróprio aos atos autoritários do regime de 1964. De outra ordem, puramente política, são as suscetibilidades corporativas e reações emocionais que a memória do período ainda desperta.

Estas, por mais difícil que seja a alguns setores, podem e devem ser superadas, como aliás tem ocorrido, com poucas exceções, ao longo das últimas décadas. O passado, com certeza, não deve ser esquecido \_mas que não seja entrave e fonte de perturbação para o presente.

**2010**

**Petroquímica oficial**

Quarta-feira, 06/01/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; ECONOMIA; ENERGIA; SETOR PETROQUÍMICO; NEGOCIAÇÃO; COMPRA; PETROBRAS /EMPRESA/; BRASKEM /EMPRESA/; QUATTOR /EMPRESA/; ODEBRECHT /EMPRESA/; PRODUÇÃO; PRODUTO; GRUPO; DESENVOLVIMENTO; MONOPÓLIO

Petroquímica oficial

SOB PRETEXTO de criar uma supercompanhia para competir no cenário internacional, o governo Lula patrocina mais um grupo privado em marcha pelo controle de um setor chave da economia. Com a aquisição da Quattor pela Braskem e pela Petrobras, em via de consumar-se, toda a petroquímica nacional ficaria sob a influência da Odebrecht, empreiteira que se agigantou em contratos e relações com o Estado.

Das quatro centrais petroquímicas em funcionamento no país, a Odebrecht já administrava duas, Camaçari (BA) e Triunfo (RS). Com os ativos da Quattor viriam as outras duas, PQU (SP) e RioPol (RJ).

A nova Braskem saltaria, assim, para a posição de 11º maior produtor mundial de insumos petroquímicos, como o eteno, base para a fabricação de resinas e plásticos utilizados na indústria de transformação. Com outros investimentos no México e na Venezuela e a entrada em operação em 2014 da quinta central (Comperj), caso esta também termine sob controle da Braskem, a superpetroquímica chegaria ainda mais perto do topo no ranking mundial.

Seria difícil concluir o negócio sem o empenho articulador do Planalto e o envolvimento bilionário da Petrobras. Como no caso da aquisição da Brasil Telecom pela Oi/Telemar, em que até alterações legais foram providenciadas, a administração petista não mede esforços nem capital para encorpar e multiplicar seus tentáculos na economia.

Ao fazê-lo, o governo federal favorece grupos empresariais selecionados. Fortalece, em paralelo, uma rede de interesses, poder e negócios que inclui o PT, corporações estatais e fundos de pensão. Ressuscita, dessa maneira, o intervencionismo demiúrgico e perdulário \_quando não corrupto\_ dos tempos da ditadura militar e do varguismo.

O lulismo não se limita, porém, a tentar reverter a roda da história. Na mesma empreitada, arrisca comprometer o desenvolvimento nacional ao criar condições adversas para o barateamento de insumos básicos. Que ao menos mobilize outras instituições estatais, como os órgãos de defesa da concorrência, para prevenir os efeitos colaterais dessa monopolização.

## **Direitos humanos**

Domingo, 10/01/2010



Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; 3º PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS; DOCUMENTO; ERRO; DIVISÃO; TEMA; DIVULGAÇÃO

Direitos humanos

Documento do governo erra ao tentar doutrinar a sociedade e insuflar divisões em temas que exigem busca de consenso

IMPRESSIONA a latitude do espectro de temas, planos e diagnósticos do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, divulgado há três semanas pelo governo Lula.

De imediato criticado pelos comandantes militares, que o qualificaram de "insultuoso, agressivo e revanchista", o documento recebe agora críticas também de setores da Igreja Católica e de representantes do agronegócio. Isso por propor, além da criação de uma "comissão nacional da verdade", com o objetivo de examinar as violações de direitos humanos durante a ditadura, a descriminalização do aborto e a "regulamentação" dos mandados de reintegração de posse \_no intuito de proteger invasores de terra.

Temas como o Estatuto do Índio, a taxação de grandes fortunas e os "impactos da nanotecnologia" foram incluídos.

Além disso, uma facção que não convive bem com a crítica mais uma vez se aproveita de sua posição no governo para apregoar o controle da imprensa. A ideia é "elaborar critérios de acompanhamento editorial" a fim de criar um ranking de veículos supostamente comprometidos com a doutrina enunciada no documento.

É fato que a definição do que sejam direitos humanos tem conhecido ampliação constante desde sua votação pela Assembleia Nacional francesa em 1789, abrangendo, ao longo do século 20, também os direitos sociais e a proteção de minorias. Seria assim possível arguir que todos os temas tratados no texto se relacionam, em última instância, com o título que os encabeça.

Ao reuni-los numa única e ampla carta de intenções, no entanto, o documento avança sobre a competência de várias áreas do governo, além do Legislativo e até do Judiciário. Essa desmedida atropela os trâmites democráticos e dificulta o encaminhamento de discussões específicas.

Se interessa ao governo, por exemplo, encampar a cabível discussão sobre a descriminalização do aborto, compete-lhe mobilizar sua base e tentar aprovar um projeto de lei no Congresso.

Agrupadas de forma indistinta, com apelos vagos à mobilização de diferentes esferas de governo, tais iniciativas servem apenas como uma compensação retórica a grupos de interesse específicos, muitos deles derrotados pelos fatos ou pelas escolhas políticas da administração petista.

Ao mesmo tempo em que cabe ao governo apresentar com clareza suas opções e usar as vias políticas adequadas para tentar aprová-las, não se justifica o uso oportunista de posições de Estado para ditar programas que, na sociedade civil, estão longe de angariar consenso. Como tem sido típico no governo Lula, confunde-se, mais uma vez, a lógica militante de partidos, sindicatos e ONGs com a ética da responsabilidade, que deveria prevalecer no trato da coisa pública.

Revive-se, em microcosmo, uma das piores tradições do esquerdismo, derrotada no decurso do século passado. Um grupo diminuto se elege senhor da razão e da história e se julga no direito de impingir suas posições à população.

Tais investidas terão escassa, para não dizer nenhuma, consequência prática, e esse não deixa de ser um indicador de que a sociedade brasileira amadureceu.

### **Entrevero palaciano**

Quarta-feira, 13/01/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; 3º PROGRAMA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS; MEDIDA; POLÊMICA; PROTESTO; CRÍTICA; RESPONSABILIDADE; FORÇAS ARMADAS; REGIME MILITAR; VIOLAÇÃO; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; LEI; ANISTIA; MINISTRO; MINISTÉRIO DA DEFESA; MINISTÉRIO DA CASA CIVIL; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NELSON JOBIM; DILMA ROUSSEFF; REINHOLD STEPHANES; MOVIMENTO SOCIAL; ONG; PT /PARTIDO

Entrevero palaciano

Omissão de Lula e da Casa Civil criou o vespeiro em que se converteu o Programa Nacional de Direitos Humanos

POUCO IMPORTA, para ser rigoroso, se o presidente Lula leu de fato as 30 mil palavras da terceira e mais polêmica versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Não há sentido prático em exigir tanta meticulosidade de mandatários.

Chefes de governo contam com ministros para isso: analisar, verificar e submeter ao superior, em formato resumido, normas e documentos que carecem de sua assinatura. Feita a constatação, é preciso ressaltar que ela em nada diminui a responsabilidade do presidente por seus atos.

O decreto que dá por aprovado o PNDH-3 acumula vários defeitos, já assinalados aqui. Contudo, um de seus piores vícios é marca característica do governante brasileiro, que o lulopetismo cultiva com especial denodo: o mau costume de atravancar a já copiosa legislação nacional com diplomas inócuos, declarações de intenções talhadas para contemplar públicos específicos.

Encarado desse ângulo, o PNDH-3 surge como compêndio das medidas que o governo Lula se acha obrigado a fazer diante de movimentos sociais, grupos de pressão e organizações não-governamentais abrigados na máquina pública. De militantes de direitos humanos a invasores de terras e de feministas a representantes do movimento negro, todos ficaram suas bandeiras na Esplanada e no decreto.

A controvérsia atual só reencena um conhecido enredo de descoordenação. Entreveros entre ministros não são novidade no governo. Reinhold Stephanes, da Agricultura, volta a vociferar contra colegas de gabinete \_ como se não tomasse parte nele e seu secretário-executivo, José Gerardo Fontelles, não fosse um dos 28 signatários do decreto.

A ausência da assinatura do ministro da Defesa, num documento que põe na berlinda a Lei de Anistia, leva a supor que a pasta foi alijada do debate de propósito. Algo que só parece concebível para quem não antevê nem vigor nem eficácia para o decreto polêmico. É falta de bom senso cogitar uma Comissão da Verdade para apurar violações de direitos humanos na ditadura sem articulação prévia com a Defesa.

O próprio Nelson Jobim, contudo, já atropelou seus subordinados. Ao optar pela compra dos caças franceses, de modo prematuro e em combinação com o Planalto, semeou outra extemporânea "crise militar". O saldo, como o do PNDH-3, é um emaranhado de farpas que Lula agora tem dificuldade para desenrolar.

Coordenar ministérios e zelar pela qualidade das normas é atribuição da Casa Civil. Lula apontou Dilma Rousseff como pré-candidata do PT e lhe interessa mantê-la longe da

controvérsia. Se antes a ministra errou por omitir-se, e assim contribuiu para a confusão, agora é por necessidade que evita o assunto.

### **O Partido do Poder**

Quarta-feira, 10/02/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PT /PARTIDO/; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; GOVERNO LULA; ELEIÇÕES; POLÍTICA

O Partido do Poder

Aos 30, PT abandonou ideia de "mudar a maneira de fazer política" e se tornou uma entidade paraestatal à sombra do lulismo

O VOCABULÁRIO dos partidos de esquerda sempre foi rico em palavras destinadas a identificar e condenar vícios de conduta. Termos como "obreirismo", "basismo" ou "principismo" costumavam fazer parte do arsenal da militância identificada com os ensinamentos de Marx e Lênin.

Ao longo de seus 30 anos de existência, que se completam na data de hoje, o Partido dos Trabalhadores sofreu, por parte dos agrupamentos de esquerda tradicionais, críticas formuladas em conceitos desse tipo.

Fundado em 1980, na luta contra o regime militar, o PT foi acusado, antes de tudo, de ser "divisionista": o momento, para seus críticos, era o de cerrar fileiras sob o guarda-chuva do PMDB.

Nascido de uma vigorosa mobilização operária, o partido de Lula rejeitava alianças com o empresariado e com políticos tradicionais. O "obreirismo" dessa fase vinha acompanhado do "espontaneísmo": confiava-se mais no potencial autônomo dos movimentos sociais do que nas orientações de uma direção monolítica. A influência da igreja, também decisiva naqueles anos de formação, trazia a forma organizativa das comunidades católicas para o interior do partido; naqueles tempos, nada se fazia sem "consultar as bases".

Uma mistura de descontentamento geral contra "tudo o que está aí" tingia de humor intransigente, e de forte puritanismo, uma ideologia ainda não completamente formulada, mas que sem dúvida buscava se apresentar como algo novo na tradição e na prática política brasileiras.

Não é preciso grande esforço analítico para notar de que modo o PT de hoje se afasta do PT de 1980. Se o escândalo do mensalão implodiu suas últimas pretensões a "mudar a forma de se fazer política no país", foi entretanto longo o caminho da sigla até a desmoralização, o conformismo e a esclerose.

De início, a necessidade de apresentar propostas nítidas fincou o PT como uma espécie de representante anacrônico e radicalizado do estatismo e do nacionalismo da era Vargas, carregando frequentemente as bandeiras da "reforma social na marra", do messianismo e da ilegalidade.

O projeto de poder do PT passava entretanto, e felizmente, pela via eleitoral. Foi a senha para que, dos princípios rígidos de origem, se transitasse para uma prática de acordos e alianças impostos de cima para baixo. O destino do PT não seria diferente do experimentado por seus congêneres social-democratas na Europa, ao longo do século 20.

Mas a democracia brasileira possui suas peculiaridades, dentre as quais o predomínio da oligarquia e do poder de Estado sobre a livre organização da sociedade. Pouco já se falava de "bases" e "princípios" quando estourou o caso do mensalão.

O pragmatismo transformou-se em cinismo, por parte dos envolvidos, e em perplexidade, por parte dos simpatizantes. Manteve-se, incrivelmente, a arrogância de sempre: prevaleceu a pose de indignação enquanto a força gravitacional do Estado tornava ridículas as intenções de "refundação" partidária aventadas no auge da crise.

À sombra do prestígio de Lula, que se sobrepôs à sigla, o PT hoje se resume a uma entidade paraestatal, reproduzindo uma história secular na política brasileira: é, como outros antes dele, meramente o Partido do Poder.

## **Oitava economia**

Domingo, 04/04/2010

Autor: . . . 3856DOM2N

Editoria: OPINIÃO Página: A2 104/5142709

Edição: São Paulo Apr 4, 2010

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ECONOMIA GLOBAL; BRASIL; PIB /PRODUTO INTERNO BRUTO/; RANKING

Oitava economia

CHAMA A ATENÇÃO que em meio ao júbilo oficial e às congratulações internacionais por sua boa performance econômica, o Brasil tenha se tornado, em 2009, a oitava economia do mundo. Trata-se da mesma posição festejada pela ditadura militar como prova de que o país não tardaria a ingressar no clube das potências econômicas.

Depois de anos de baixo crescimento, inflação descontrolada e alto endividamento público, antevê-se agora, em novo ciclo de bonança, que a economia brasileira possa em duas décadas ocupar a quinta posição no ranking, previsão razoável, mas longe de estar assegurada.

O exame do desempenho econômico brasileiro sugere que o país desfruta de uma condição algo "sui generis" na comparação com outras economias.

Por exemplo, no confronto com países emergentes de alto crescimento, a taxa de investimento do Brasil tem se mostrado relativamente baixa \_em média 17% do PIB entre 2000 e 2008 contra 28% na Índia e 39% na China. Já a indústria responde por menos de 30% do PIB brasileiro \_enquanto na Rússia e na China o percentual é de respectivamente 37% e 47%.

Mas quando se levam em conta indicadores sociais, o Brasil em geral supera os gigantes asiáticos, que enfrentam situações demográficas mais desafiadoras.

Já no confronto com países latino-americanos, o crescimento da economia brasileira não foi suficiente para superar diferenças históricas. O volume de gastos públicos do país em saúde e educação por habitante permanece inferior ao da Argentina, do Uruguai e do Chile \_e se encontra pouco abaixo do valor despendido pela Colômbia.

No cotejo com essas nações, são também piores os indicadores de mortalidade infantil e de alfabetização. E a declinante Argentina ainda ostenta renda per capita superior à brasileira. É verdade que o Brasil tem conseguido avanços auspiciosos \_mas é prudente não se deixar cegar pelo otimismo exagerado.

### **São Paulo do futuro**

Sábado, 08/05/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; URBANISMO; PLANEJAMENTO URBANO; TRANSPORTE; TRÂNSITO; ELEVADO COSTA E SILVA; MINHOCÃO; DESTRUIÇÃO; REVITALIZAÇÃO URBANA; OBRA; PROJETO; PREFEITURA; GILBERTO KASSAB; ESPAÇO PÚBLICO

São Paulo do futuro

Se bem elaborado, projeto que prevê o fim do elevador Costa Silva pode renovar a face da maior cidade brasileira

AO ANUNCIAR um plano de revitalização de São Paulo que prevê a possibilidade de demolição do elevador Costa Silva, o prefeito Gilberto Kassab acendeu uma faísca de utopia numa cidade cada vez menos inclinada a aceitar a ideia de que conviver com a aridez urbanística é o preço a ser pago para usufruir de suas conhecidas vantagens econômicas e culturais.

Reflexo metropolitano de um tipo acelerado e selvagem de acúmulo de riqueza e crescimento demográfico, instaurou-se em São Paulo um padrão de busca de bem-estar na esfera privada e desatenção com o espaço público.

Ao descrever a cidade, à qual chegou em 1935, Lévi-Strauss (1908-2009) espantou-se com a "precocidade dos estragos do tempo". O antropólogo notou que a urbe se desenvolvia "a tal velocidade que é impossível obter seu mapa: a cada semana demandaria uma nova edição".

A construção do elevador, que ganhou o apelido de Minhocão, se inscreve nesse contexto de dinamismo e instabilidade urbana, numa época em que os êxitos econômicos da ditadura financiavam grandes obras \_em alguns casos destinadas mais a encenar o desenvolvimento do país do que a promovê-lo.

Na cidade do automóvel, o elevador cumpriu \_e ainda cumpre\_ a importante função de dar alguma fluidez a um trânsito sempre à beira do colapso. É esta a defesa que se pode fazer da via expressa erguida em 1971 pelo então prefeito Paulo Maluf. No mais, seus efeitos revelaram-se, com o passar do tempo, os mais degradantes possíveis.

Não é por acaso que se cogitou da demolição diversas vezes nas últimas décadas. Ideias foram aventadas, não apenas com o intuito de eliminá-lo do mapa \_mas também de transformá-lo em jardins suspensos ou em via para veículos sobre trilhos.

Não causará espanto se o anúncio do prefeito Kassab se revelar mais um factóide. O plano apenas esboçado parece custoso, exige tempo excessivo (estima-se pelo menos 15 anos) e apresenta aspectos questionáveis, como transformar uma linha férrea de superfície em subterrânea para dar lugar a uma via de tráfego para veículos (o que exigiria pelo menos R\$ 3 bilhões).

Vive-se no entanto, em São Paulo e no Brasil, um momento propício para planejar o futuro. As condições políticas, socioeconômicas e demográficas do país mudaram para melhor \_e as discussões sobre as carências das cidades amadureceram. Decisões a serem tomadas hoje com

vistas aos próximos anos não podem mais ancorar-se em ideias anacrônicas, já superadas em outras grandes cidades do mundo.

O modelo de valorização do automóvel em detrimento do transporte público está esgotado. Na São Paulo do futuro não deve haver lugar para obras como o Minhocão. Não se trata, é claro, de apenas demoli-lo, mas de fazê-lo segundo um planejamento que se mostre viável.

Pelo que representaria em termos de revitalização urbana e atitude simbólica, é uma ideia a ser submetida ao debate e adotada sem hesitações passadistas.

### **Paz e rancor**

Domingo, 09/05/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO/; CAMPANHA; CANDIDATURA; DISCURSO; DILMA ROUSSEFF; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT/PARTIDO/; CRÍTICA

Paz e rancor

Discurso "pós-lulista" de Serra contrasta com a dinâmica exaltada do debate sucessório nas bases partidárias

FAZEM SENTIDO, dentro da sua estratégia de se apresentar como um candidato "pós-Lula", as declarações de José Serra em torno de uma hipotética participação do PT e do PV no seu governo, caso venha a eleger-se em 2010.

"O Brasil vai precisar estar junto nos próximos anos", disse o candidato tucano, que mais uma vez procura descolar-se de uma imagem excessivamente oposicionista, numa conjuntura marcada pela popularidade do presidente Lula.

A estratégia mostra habilidade política, mas falta muito para que se torne convincente. A ideia de governar no futuro com os adversários do presente já havia sido formulada, na atual campanha, pela candidata Marina Silva, questionada numa entrevista sobre a escassa base parlamentar que seu partido, o PV, poderia oferecer-lhe na remota eventualidade de uma vitória eleitoral.

A disposição de congregar nomes do PSDB e do PT também se reveste de cores implausíveis no discurso de Serra. Não porque seja absurda: a rigor, PT e PSDB, assim como seus



candidatos, ostentam mais em comum do ponto de vista ideológico e prático do que faz supor o clima plebiscitário deste início de campanha.

O problema dessa estratégia conciliatória, que já mereceu a qualificação espirituosa de "Serrinha paz e amor", não se localiza nas altitudes, ainda gélidas e rarefeitas, em que se avistam mutuamente os principais candidatos à Presidência.

Basta descer um pouco a montanha para notar, nas assessorias dos partidos, nos ativistas da internet, nas organizações militantes e mesmo em frações do eleitorado um ambiente de exaltação em tudo distinto da cortês coreografia a que se dedicaram Serra, Dilma e Marina no seu encontro desta quinta, no congresso da Associação Mineira de Municípios, em Belo Horizonte.

Já na entrada do evento, um grupo de professores em greve teve de ser dispersado pela polícia, após ameaçar de agressão o candidato do PSDB. Com mais discrição, mas não a ponto de não serem desmascarados, assessores do DEM e do PP, na Câmara dos Deputados, repassaram e-mails com ataques à candidata Dilma Rousseff, vinculando-a a atos de terrorismo e assassinato durante o regime militar. Por sua vez, volta o tema do "golpismo" entre militantes do PT. Um jornal patrocinado pela direção nacional do partido adverte: "É Dilma ou a barbárie", identificando implicitamente Serra e Marina com o "capitalismo".

Enquanto o rancor e o sectarismo incendeiam as bases, os dois principais candidatos entregam-se à busca de alianças que, quando não os afastam do centro político, submergem-nos na fisiologia e no oportunismo, com vistas à maior fatia possível do horário eleitoral. Curiosa campanha, enfim, onde convivem propostas conciliatórias de Estado no discurso oficial e invectivas exaltadas na militância, com o pântano \_largo, absorvente, insaciável\_ de permeio.

### **Volta ao passado**

Domingo, 16/05/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; PROGRAMA ELEITORAL; HORÁRIO GRATUITO; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; DILMA ROUSSEFF; NELSON MANDELA; COMPARAÇÃO; REGIME MILITAR; DIREITOS HUMANOS; LEI DA ANISTIA

Volta ao passado

INSÓLITAS lembranças e imagens espectrais percorrem, quando menos se espera, um debate político do qual não tem emergido muita luz.

No programa eleitoral de Dilma Rousseff, exibido nesta quinta-feira, o presidente Lula associou a imagem da candidata do PT à do líder sul-africano Nelson Mandela. A justificativa seria a de que, como o Prêmio Nobel da Paz, a ex-ministra da Casa Civil passou por brutal repressão política antes de consolidar-se \_supostamente\_ como fator de união nacional.

Um oceano de diferenças separa, naturalmente, Dilma Rousseff do líder antiapartheid, e não seria o caso de condensá-lo neste espaço. Seja como for, e ainda que um observador irônico possa dizer que a candidata do PT tem mais de mandona do que de Mandela, o programa eleitoral desta semana teve um mérito.

A saber, o de ter feito referência, desde os primeiros minutos, ao passado político de Dilma \_que setores mais extremados da oposição vinham tentando explorar de modo inoportuno.

A pecha de "terrorista", invocada contra ela, tem no Brasil democrático de hoje o mesmo significado que teriam as de "subversivo" e "comunista" para descrever José Serra, seu adversário do PSDB. Este logo lembrou, aliás, que também foi perseguido pelo regime militar.

Os candidatos de 2010 não devem ser julgados pelas convicções que tinham em 1964. É o compromisso que tenham, hoje, com os direitos humanos, a liberdade de expressão, o sistema de mercado e a democracia que merece ser cobrado a todo instante.

Chega a ser curioso que, depois de encerradas as discussões sobre a revisão da Lei da Anistia, haja setores ainda interessados em recuperar um clima de caça às bruxas \_na direita e na esquerda\_ que a sociedade brasileira lutou tanto para superar.

### **Na escuridão**

Segunda-feira, 28/06/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASÍLIA /DF/; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; BIBLIOTECA; ACERVO; ABANDONO; ALFREDO BUZAID; ARQUIVO NACIONAL

Na escuridão

Grossos compêndios cobertos de pó, entre retortas e caveiras, são um lugar-comum da iconografia quando se trata de evocar o gabinete de estudos do doutor Fausto. O personagem do drama de Goethe, que assinou com sangue seu contrato com o demônio, não se sentiria deslocado ao entrar na biblioteca do Ministério da Justiça em Brasília.

Numa sala vedada ao público, sem proteção contra incêndio, mofam aproximadamente 6 mil volumes, no que segundo especialistas constituiria a maior biblioteca da América Latina dedicada ao poeta e dramaturgo alemão.

Poucas afinidades eletivas haveria entre o autor de "Fausto" e a galeria de personalidades que escreveram, de 1964 a 1985, algumas das páginas mais sangrentas da história republicana brasileira.

É verdade que veio do ministro Alfredo Buzaid, titular da pasta da Justiça durante o auge da ditadura militar, a iniciativa de adquirir, a preço camarada, o tesouro bibliográfico agora esquecido.

A proximidade entre o passado político brasileiro e a coleção de literatura clássica alemã se manifesta por outra circunstância.

É que também em Brasília, agora no Arquivo Nacional, um conjunto ainda mais importante de documentos sofre com o mesmo descaso. Informações sobre as ações da ditadura militar correm o risco de desaparecer. Infiltrações e fios elétricos expostos ameaçam um terço do total dos documentos oficiais referentes ao período.

Não apenas a resistência injustificável de alguns setores, portanto, vai impondo dificuldades ao conhecimento da verdade histórica. O descaso também.

"Mais luz!", estas as últimas palavras de Goethe. "E menos goteiras!", valeria acrescentar, com certo humor resignado, diante de acervos preciosos, que o desleixo oficial sonega ao conhecimento público.

### **Correio político**

Terça-feira, 29/06/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ECT /EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS/;  
GOVERNO FEDERAL; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

## Correio político

Estabelecida em 1969, durante o regime militar, a Empresa de Correios e Telégrafos nasceu para suceder e modernizar o já precário Departamento de Correios e Telégrafos, criado em 1931, pelo governo Getúlio Vargas. Em alguns anos, a nova estatal, ligada ao Ministério das Comunicações, conseguiu forjar uma imagem de eficiência, passou a gozar de ampla credibilidade e conquistou a simpatia dos brasileiros.

Não tardou, entretanto, para que os Correios passassem a padecer dos conhecidos males que acometem algumas entidades estatais. Transformada em moeda para barganhas políticas, a empresa entrou em decadência e terminou por se transformar num dos focos do escândalo do mensalão.

Mais uma vez os Correios ganham destaque no noticiário em razão de suas ineficiências e movimentações políticas. Entregue ao PMDB no loteamento coordenado pelo governo Lula, a empresa piorou o serviço de entrega de correspondências, experimentou problemas econômicos e revelou-se incapaz de organizar tarefas básicas, como um concurso público e uma licitação para a distribuição de agências franqueadas.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal permitiu que empresas privadas assumissem alguns serviços da alçada dos Correios, como entregas rápidas. Mas reafirmou o monopólio da empresa para a emissão de selos e serviços postais de cartas pessoais e comerciais, além de faturas, talões de cheques e cobrança de tributos.

O pronunciamento do Supremo decorreu de ação proposta em 2003 pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (Abraed), que pretendia estender a transportadoras privadas alguns desses serviços.

A decisão fez com que a privatização do setor passasse a depender de mudanças na legislação. É difícil no entanto imaginar que alguma iniciativa nesse sentido parta do governo ou do Congresso.

É conhecido o desprezo dos políticos pelos interesses da população quando se trata de manter seus privilégios.

## **A vez do Brasil**

Domingo, 11/07/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: FUTEBOL, COPA DO MUNDO, 2014; OLIMPÍADAS, 2016; OLIMPÍADA; RIO DE JANEIRO /RJ/; BRASIL; ECONOMIA; INVESTIMENTO; INFRAESTRUTURA; OBRA PÚBLICA; FISCALIZAÇÃO

A vez do Brasil

Nova fase do país justifica a organização da Copa e da Olimpíada, mas os riscos de uso inadequado de recursos públicos são preocupantes

Encerra-se hoje a Copa do Mundo da África do Sul. Caberá ao Brasil receber o torneio em 2014, 64 anos depois de tê-lo patrocinado pela primeira vez. Parece longínquo o país que inaugurou o Maracanã em 1950, com suas imagens fixadas em branco e preto, e os pouco mais de 50 milhões de habitantes \_ número que já terá superado 200 milhões no ano do Mundial. Foi naquela década contudo que os brasileiros começaram a apresentar-se como aspirantes a um lugar de relevo no mundo.

De 1950 a 1980, a economia nacional cresceu a uma taxa média anual superior a 7% \_ ritmo que faz lembrar a presente expansão chinesa. Uma capital futurista foi erguida no nada, investiu-se como nunca em infraestrutura, as cidades cresceram, o consumo modernizou-se e as profecias acerca do "país do futuro" pareceram mais próximas de se realizar.

Vieram a seguir tempos de descontrole inflacionário e crises em série, mas o apagado desempenho econômico não impediu que o país saísse da ditadura para consolidar sua jovem democracia.

Desde o Plano Real, criaram-se as condições para a retomada do crescimento, que tem se verificado de maneira convincente.

Nessa nova fase, faz sentido o Brasil, com renovada projeção em fóruns globais, aparecer como patrocinador de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada.

O que não faz sentido é nos arriscarmos a perder a chance de maximizar os benefícios públicos associados a esses eventos, deixando em segundo plano a racionalidade, a lisura e a transparência na gestão dos investimentos.

Quanto a isso, infelizmente, dissemina-se um clima de desconfiança, que já se traduz nas tradicionais anedotas com que se costumam brindar políticos e dirigentes esportivos \_ não sem motivo\_ em nosso país.

Até o momento tem-se uma estimativa de gastos públicos federais, com vistas à Copa, da ordem de R\$ 22,3 bilhões, o equivalente a quase dois anos do programa Bolsa Família. O montante é o dobro do investido pela África do Sul \_ e não inclui a construção e reforma de

estádios, que, em sua maior parte, se fará com dinheiro de Estados e municípios, além de recursos oferecidos a juros camaradas pelo BNDES.

Tanto na Copa quanto na Olimpíada, o poder público será parceiro de entidades esportivas, como o Comitê Olímpico e a Confederação Brasileira de Futebol, não raro envolvidas em casos suspeitos, cujos dirigentes, que se perpetuam nos cargos, estão longe de poder apresentar resultados sólidos no campo da gestão esportiva no país.

Do ponto de vista econômico, o futebol brasileiro encontra-se em situação crítica, com clubes pendurados em dívidas fiscais e privadas; o esporte olímpico, por sua vez, ainda vive de resultados esporádicos e de uma ou outra modalidade de sucesso.

Para aumentar as preocupações, governo e Congresso tratam de criar medidas para facilitar o desembaraço das licitações e amenizar a fiscalização das obras.

Como o calendário não se moverá, os atrasos, já em cena, apenas conspiram para que recursos públicos sejam consumidos de maneira inadequada, em meio a improvisos e atropelos.

Ainda há tempo para a sociedade exercer pressões e impedir que essas grandes festas esportivas se vejam manchadas pela incúria e pela irresponsabilidade de políticos e aproveitadores.

### **Visões do Brasil**

Sexta-feira, 06/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LITERATURA; FLIP /FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY/; PALESTRA; ABERTURA; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; GILBERTO FREYRE; SOCIOLOGIA

Visões do Brasil

Em conferência na Flip, Fernando Henrique valoriza Gilberto Freyre e relativiza interpretações dogmáticas acerca da história do país

Algumas desconfianças cercaram a conferência de abertura da Flip, encontro literário realizado em Paraty, litoral sul fluminense, na qual coube a Fernando Henrique Cardoso discorrer sobre Gilberto Freyre \_o célebre autor de "Casa-Grande & Senzala", homenageado pelo evento.

Em dias de disputa eleitoral, imaginava-se que o sociólogo poderia deixar-se dominar pelo ex-presidente e transformar a noite cultural em ocasião para proselitismo político. Especulava-se, além disso, sobre uma suposta adesão pública do ex-professor da USP ao mestre de Apipucos, sempre visto com reservas no ambiente universitário paulista, e definitivamente rechaçado ao manifestar apoio à ditadura militar e ao colonialismo salazarista.

Nenhuma impropriedade no entanto aconteceu. Em que pesem duas ligeiras referências aos dias atuais, Cardoso não usou a Flip como palanque \_e tampouco aderiu a opiniões preconceituosas e visões autoritárias do autor. Não deixou, porém, de valorizar, com clareza e desenvoltura, sua contribuição fundamental para a compreensão da sociedade brasileira.

Num tempo em que autores, conservadores ou de esquerda, voltavam suas atenções para o papel formador do Estado, Freyre elegeu a família patriarcal como o principal objeto de sua análise. Também contrariou perspectivas racistas comuns à época ao ver na mestiçagem, associada à colonização portuguesa, um traço distintivo \_e positivo\_ não apenas da sociedade, mas da cultura brasileira. Ao fazê-lo, ofereceu ao país uma explicação original e, para muitos, um mito.

Aquilo que o conferencista identificou como a tese central de Freyre, a vigência no Brasil de uma dinâmica que poderia ser chamada de "equilíbrio de contrários", é a base para a noção de "democracia racial", expressão que na realidade não está presente em "Casa-Grande & Senzala".

Para Cardoso, tal equilíbrio pode ser visto como um mito, mas não no sentido de uma narrativa que serve de anteparo à compreensão da realidade. Seria, em seu entender, um "mito heurístico", explicativo, uma vez que o autor vai confirmá-lo em estudos acerca de situações reais, como as relações familiares, o cotidiano doméstico, os jogos, a culinária, o sexo e a religiosidade no âmbito da Colônia. Situações, aliás, sobre as quais as interpretações de inspiração marxista pouco tinham \_e ainda têm\_ a dizer.

Fiel a sua formação uspiana, Cardoso apontou, ao final, Sérgio Buarque de Holanda, contemporâneo de Freyre, como o melhor contraponto à obra do pernambucano. Com efeito, no autor de "Raízes de Brasil", a valorização da esfera privada e o "equilíbrio de contrários", essa espécie de dialética que não chega às últimas consequências, seriam vistos como obstáculos à vigência de relações e regras impessoais e, portanto, da plena democracia.

Num momento em que o debate político no Brasil tem fomentado polarizações e antagonismos sectários, a conferência de abertura da Flip serviu como um convite à distensão intelectual e à relativização de visões dogmáticas acerca da história do país.

**Eleitor infantilizado**

Terça-feira, 10/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO/; AÇÃO JUDICIAL; JUSTIÇA ELEITORAL

**Eleitor infantilizado**

Ao mesmo tempo em que o debate estritamente político e a apresentação de propostas por parte das candidaturas presidenciais seguem frustrantes, a disputa judicial entre as campanhas de José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) se acirra.

As coligações de ambos os candidatos já apresentaram à Justiça eleitoral 40 ações em que questionam atos dos rivais ocorridos antes mesmo do período oficial da campanha sucessória \_que teve início no dia 6 de julho. É provável que a batalha nos tribunais ganhe fôlego com a propaganda na TV, a partir da semana que vem.

Embora se trate de instrumento em princípio legítimo \_e seja oportuno para o eleitor que as candidaturas realizem fiscalização mútua\_, é evidente o uso abusivo desse tipo de recurso, que parece se autoalimentar, indiferente inclusive ao seu efeito em votos angariados ou perdidos.

O problema não nasce, no entanto, apenas da vontade dos partidos em disputa, mas de um espírito geral de controle, de engessamento e de judicialização que se apodera, cada vez com maior intensidade, da disputa eleitoral.

As normas atuais têm raízes na ditadura militar. É de 1965 o Código Eleitoral que ainda serve de base para as regras do que pode e do que não pode ser feito nos períodos anteriores aos pleitos. Mas há também normas recentes que seguem com fidelidade a "compulsão pela censura, pela limitação da livre expressão" ali expressa, como afirmou Fernando Rodrigues, colunista desta Folha.

Uma resolução aprovada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no final de 2009, por exemplo, impede as emissoras de TV de usar efeitos que "degradem" ou "ridicularizem" candidatos. Terminou por inviabilizar referências às eleições em programas humorísticos.



Ao pretender defender o interesse do eleitor, o excesso normativo manifesta, na verdade, uma profunda desconfiança quanto à capacidade dos cidadãos de fazerem escolhas de forma livre. Espera-se que a necessária alteração das regras atuais comece por reverter o crescente processo de infantilização do eleitor.

### **Pai e mãe**

Quinta-feira, 19/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; CAMPANHA ELEITORAL; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO/; PRESIDENTE; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; ESTRATÉGIA; CRÍTICA

### **Pai e mãe**

Estratégia governista de tratar política como vida familiar não é republicana e ajuda a encobrir candidata que ninguém conhece

"O Brasil amadureceu. Não precisa ser uma sociedade infantilizada. Querem infantilizar os brasileiros com essa história de pai e mãe", disse a candidata Marina Silva no debate Folha/UOL, que reuniu ontem os três candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.

Um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Pernambuco oferecera, na véspera, mais um exemplo daquilo que a postulante do PV, com acerto, criticava. "A palavra não é governar", anunciou, ao repisar o tema. "A palavra é cuidar. Eu quero ganhar as eleições para cuidar do meu povo como uma mãe cuida do seu filho."

Em ato falho, a frase condensa o presidente e a candidatura por ele inventada. Dilma Rousseff "c'est moi", admite afinal o petista. "Mãe" e "pai" dos brasileiros se fundem na mesma figura mistificadora. A declaração revela mais do que o entendimento de Lula sobre o processo sucessório. A apresentação da política em termos característicos das relações privadas e familiares termina por desvirtuá-la, ao negar o caráter igualitário da esfera pública.

O princípio de igualdade entre os cidadãos deve valer também para seus dirigentes, escolhidos pelo voto. Não pode haver relação hierárquica, do ponto de vista político, entre o mandatário de turno e o conjunto de eleitores. Compete a todos obedecer apenas às leis.

A figura paterna, ao contrário, pressupõe uma relação de superioridade com os filhos. Os laços cordiais, de afeto e de "cuidado" contidos na imagem proposta por Lula mal disfarçam a herança patrimonial e autoritária da política brasileira. A metáfora ecoa a tutela populista exercida sobre as massas recém chegadas à cidade em meados do século passado. Contradiz os princípios impessoais republicanos. Faz pouco do cidadão \_que não precisa de atenções paternais ou maternais, mas de respeito a seus direitos.

O discurso retrógrado e conservador serve muito bem às circunstâncias fabricadas por Lula. Induz a uma avaliação da candidatura de Dilma por critérios outros que não os da vida pública.

Nesse terreno a postulante governista é um enigma. É provável, como querem os petistas, que não lhe falte competência gerencial. Não se sabe, no entanto, como se comportará na eventualidade de ser eleita para ocupar o mais alto posto da República.

Mesmo Jânio Quadros e Fernando Collor, que chegaram ao poder máximo de forma fulminante, haviam sido antes prefeitos, governadores e parlamentares. A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público. Até Lula admite tê-la conhecido há apenas oito anos. Em caso de vitória, excetuados os presidentes da ditadura militar, ninguém como ela terá chegado ao ápice sendo tão pouco conhecido e testado.

São fragilidades como essa \_alarmante, quando estamos na iminência de uma campanha sumária de estilo consagratório\_ que a xaropada sentimental dos publicitários procura ocultar. Cumpre à imprensa independente, às associações da sociedade civil que procuram influenciar o processo eleitoral e a cada cidadão levantar o véu da fantasia.

### **Tela, rede, papel**

Sexta-feira, 20/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO/; MARINA SILVA; PV /PARTIDO POLÍTICO/; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO/; DEBATE; FOLHA DE S.PAULO /JORNAL/; UOL /SITE/; TRANSMISSÃO; INTERNET; CANDIDATO; HISTÓRIA; POLÍTICA

Tela, rede, papel

Debate de candidatos pela internet expõe diferenças e o que há de complementar entre meios de comunicação que atuam no espaço público

Até meados do século 20, quando os comícios em praça pública e os discursos pelo rádio eram os instrumentos favoritos de contato entre candidatos e o eleitorado de massa, predominava um modelo "teatral", para não dizer circense ou operístico, na linguagem dos postulantes a algum cargo eletivo.

Os debates e entrevistas pela TV deram a medida de seu poder de influência a partir da década de 1960, nos EUA, com o célebre encontro entre Richard Nixon e John Kennedy, que consagrou não apenas as mensagens do jovem candidato democrata, mas também a importância da fotogenia, do estilo pessoal e dos recursos não-verbais de comunicação nas campanhas políticas.

Atrasado em mais de 20 anos nesse processo, em consequência da ditadura militar, foi só na década de 1980 que o Brasil passou a conviver com a associação entre política e linguagem televisiva. Dos primeiros e tumultuados debates entre candidatos às cada vez mais refinadas (e repetitivas) técnicas do marketing profissional, um longo ciclo foi percorrido.

Seria exagero dizer que se completou, ou mesmo que esteja entrando em declínio nas eleições de 2010. Mas é inegável que outros recursos tecnológicos aparecem em cena \_e tendem, com o tempo, a alterar a própria conformação do processo político.

Organizado pela Folha e pelo UOL, o debate entre Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva desta última quarta-feira marcou uma data na história desses encontros públicos entre candidatos. Em vez de eventos levados ao ar uma única vez, expostos à atenção evanescente e rápida do meio televisivo, o debate veiculado pela internet pode ser facilmente revisto, esmiuçado e comentado ao longo do tempo.

Sobre cada promessa e pronunciamento, chovem então as checagens, contestações e comentários que, de modo mais geral, fazem da internet um veículo especialmente propício para elevar a temperatura das discussões políticas.

Na interatividade do meio, que lentamente se estende para outros fatores de vital importância na democracia (como por exemplo o financiamento das campanhas), há muito de positivo e de renovador. No imenso "acelerador de partículas" que é a internet, nem tudo tem carga positiva, entretanto.

A disseminação de boatos, fraudes e insultos de todo tipo é o sintoma mais visível de um processo no qual parecem formar-se públicos estanques, sectarizados, avessos à constituição

de um âmbito de discussão comum. Posições sedimentadas são reiteradas ad nauseum anulando de alguma maneira a tão valorizada interatividade.

Há além disso, na internet, uma espécie de compulsão pela superfluidade e pelo entretenimento. Cabe ao jornal, seja na plataforma impressa ou na eletrônica, a manutenção do debate público plural e qualificado. O jornal sobretudo assume a função de potencializar, pela polêmica e pela crítica, a reflexão política, e a de assegurar a constituição de um espaço qualificado de divergência e consenso. De certa forma, TV, internet e jornalismo impresso complementam-se \_como vai se observando, aliás, na atual campanha.

### **Abusos da imprensa**

Segunda-feira, 23/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMPRENSA; MÍDIA; ANJ /ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS/; CONSELHO DE AUTORREGULAMENTAÇÃO; LEI DE IMPRENSA; JUDITH BRITO; COMBATE; CENSURA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Abusos da imprensa

É boa a iniciativa dos jornais de se autorregulamentarem; conjunto de ideias e pontos de vista é patrimônio coletivo que deve ser preservado

Em hora oportuna a Associação Nacional dos Jornais anunciou a criação de um mecanismo de autorregulamentação. De acordo com a presidente da ANJ, Judith Brito, reeleita na sexta-feira, a entidade organizará até o final do ano um conselho autônomo, destinado a examinar queixas contra periódicos afiliados e impor eventuais sanções.

Nestes 25 anos de democracia, tem prevalecido no Brasil ampla liberdade de expressão e seu corolário, a de imprensa. Apesar de decisões judiciais isoladas (como a que atingiu o jornal "O Estado de S.Paulo" na cobertura dos negócios da família Sarney), o Supremo Tribunal Federal cristalizou o entendimento de que a Constituição proíbe toda forma de censura.

A prática de calúnia, injúria e difamação, assim como a divulgação deliberada de notícia falsa ou a revelação indevida de intimidade são delitos que compete ao Judiciário punir e reparar, quando for o caso, na forma da lei. Estamos, aliás, numa espécie de vácuo legal, depois que o Supremo sepultou como inconstitucional grande parte da Lei de Imprensa do regime militar.

Esse conceito amplo de liberdade de expressão ficou plasmado na Carta de 1988 depois de decantar por décadas de abertura política. Corresponde à noção de que o livre acesso aos fatos e às opiniões sobre eles é um direito difuso e universal, condição para o próprio exercício cada vez mais consciente da cidadania.

Jornalistas, escritores, artistas, publicistas de todo gênero são instrumentos cuja livre atuação propicia à informação e ao pensamento circularem pela sociedade, numa perfusão que a oxigena e ilumina. O conjunto das ideias, versões e pontos de vista constitui um patrimônio simbólico que, como o natural, interessa a todos manter íntegro e vivo.

Como retrato sumário e provisório dos acontecimentos enquanto se desenrolam, o jornalismo sempre está sujeito a críticas. Por mais isento, um relato noticioso parecerá distorcido a uma parte envolvida; todo artigo de opinião pode ser contestado. Por isso é temerário impor censura ou controles à circulação do pensamento.

Setores autoritários do bloco hoje dominante na política brasileira, o de Lula e Dilma, acenam com um controle "social" sobre a mídia. Mas como formar um conselho representativo? Como evitar que esse conselho seja dominado pela militância em nome da "sociedade"? Como assegurar que suas decisões sejam "certas"?

A fantasia etérea do controle "social" mal camufla o desígnio verdadeiro: expandir um poder que já se espraia em demasia, intimidando a imprensa livre e crítica, sempre incômoda para qualquer governo, não importa sua coloração, e tanto mais incômoda quanto mais poderoso esse governo se sente.

A liberdade de expressão se autocorrige. A autorregulamentação é um caminho apropriado, sobretudo se as sanções se resumirem à repreensão pública, pois a opinião dos julgadores também será, por excelentes que sejam, apenas mais uma opinião no confronto com as demais.

### **Mistérios de Dilma**

Sexta-feira, 27/08/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; HISTÓRIA; REGIME MILITAR; STM /SUPREMO TRIBUNAL MILITAR/; DILMA ROUSSEFF; PROCESSO; PRISÃO; ELEIÇÕES 2010;

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; PT /PARTIDO POLÍTICO/; SEGREDO; ARQUIVO PÚBLICO; ACESSO; RESTRIÇÃO; SIGILO

Errata: Erramos: 02/09/2010

OPINIÃO (27.AGO, PÁG. A2)

Diferentemente do publicado no editorial "Mistérios de Dilma", o nome da corte da mais alta instância militar é Superior Tribunal Militar, não Supremo Tribunal Militar.

Mistérios de Dilma

Ao tornar inacessíveis os dados referentes à prisão da candidata Dilma Rousseff, o STM sonega informações de evidente interesse público

Encontram-se guardados a sete chaves, num cofre do Supremo Tribunal Militar, os autos do processo que levou à prisão, em 1970, a atual candidata do PT à Presidência da República.

É evidente a distância, temporal e ideológica, entre aquela Dilma Rousseff de 1970, integrante do grupo guerrilheiro Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, e a candidata de hoje.

A superação de extremismos e fantasmas ideológicos foi uma conquista, obtida não sem esforço e resistência, de toda a sociedade brasileira em seu processo de redemocratização.

Até mesmo em função dessa circunstância, não faz nenhum sentido manter em sigilo os documentos relativos ao processo movido contra Dilma Rousseff durante o regime autoritário.

É da essência republicana que a biografia de um candidato se exponha ao exame até mesmo impiedoso da opinião pública. Trata-se, afinal, de alguém que pretende assumir o comando do país.

Vale lembrar que as simples declarações de bens de cada candidato, exigidas pelos tribunais eleitorais, não eram divulgadas ao público \_tendo sido necessário um mandado judicial para que a Folha pudesse publicá-las pela primeira vez, há mais de dez anos.

Sabe-se até que ponto, nos Estados Unidos, é levado à risca o princípio de que nenhum aspecto da vida privada de um candidato está, em tese, a salvo do interesse público. Do prontuário médico aos hábitos de consumo, do currículo escolar ao cotidiano doméstico, nada é irrelevante.

Ainda que, no Brasil, tenha-se o costume de resguardar um pouco mais a intimidade de governantes e políticos, é dever da imprensa escrutiná-la quando há motivos razoáveis para supor sua possível influência na condução dos negócios de Estado.

No caso do processo de Dilma Rousseff, o segredo se torna ainda mais aberrante quando se tem em conta que são públicos os arquivos aos quais, num ato discricionário, o Supremo Tribunal Militar negou acesso.

O presidente do STM, Carlos Alberto Soares, argumentou em entrevista que os autos foram guardados num cofre, para evitar-se "uso político" do material. Acrescentou que os papéis são de "difícil manuseio", dado seu estado de conservação.

Com os defeitos e virtudes que possa ter, com os erros e acertos que acumulou ao longo de sua biografia, em especial no que diz respeito a suas atitudes políticas, Dilma Rousseff abandona a esfera exclusiva da existência privada a partir do momento em que pretende ocupar o cargo de presidente da República.

Não é exagero dizer que, apesar de seus índices de popularidade, pouco ainda se conhece a seu respeito \_exceto aquilo que, graças a uma operação intensiva de marketing, ao peso paquidêmico da máquina oficial e ao desmedido esforço cesarista do presidente Lula, vem sendo imposto artificialmente ao eleitorado.

Nenhum sigilo, ainda mais quando promovido por uma instância oficial, justifica-se nessa circunstância.

## **Lula e a imprensa**

Quarta-feira, 01/09/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; IMPRENSA; JORNALISMO; DEMOCRACIA; CRÍTICA

Lula e a imprensa

Embora pareça não entender a função da imprensa crítica na democracia, mandatário sabe que o jornalismo livre incomoda todo governante

Conta-se que o marechal Arthur da Costa e Silva, diante de interlocutor que lhe explicava a utilidade de uma imprensa crítica, teria reagido assim: "Eu gosto mesmo é de elogio". Eram outros tempos; no final dos anos 1960, o marechal exercia poder ilimitado e o Brasil ingressava na pior fase da ditadura militar, da qual conseguiria livrar-se apenas em 1985.

Quase nada há em comum entre Costa e Silva e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva \_um era militar, o outro, sindicalista; aquele chegou ao poder pelas armas, este, em eleições

democráticas. Frequentes declarações do atual chefe do Estado, porém, indicam que pensa como o antecessor, faltando-lhe apenas igual sinceridade quando se trata dos incômodos que uma imprensa crítica acarreta para todo governante.

Quando a conceberam, na passagem do século 18 para o 19, os teóricos da democracia moderna sabiam que todo governo tende a abusar do poder e nele se perpetuar. Sabiam que todo governante está sujeito a corromper-se. Estipularam, por isso, um sistema de freios e contrapesos destinado a conter tais tendências deletérias.

Parte desse sistema está embutido no próprio Estado, por meio da independência entre os três Poderes e da obrigação de eleições livres e periódicas. Outra parte fica a cargo da sociedade civil, por meio da vigilância a ser exercida por suas associações e pela imprensa sobre os ocupantes temporários do poder público.

Essa tarefa de vigilância e crítica públicas é crucial quando o Estado cai nas mãos de um governo impopular. É ainda mais crucial, entretanto, quando se trata de um governo que desfruta de altos índices de popularidade, sob pena de a sociedade entregar-se à sua tutela e os cidadãos se converterem numa massa de cordeiros.

Lula afirma que não precisa da imprensa para governar (é recíproco, no que se refere à imprensa independente), mas a insistência com que volta ao tema, embriagado pelo aplauso dos acólitos, sugere que o jornalismo livre o incomoda cada vez mais.

Não bastam apoios de quase todo o espectro político, não basta a eleição por aclamação de sua candidata, ele pretende a submissão de todos a seus caprichos. Vai continuar esperando.

Alguém poderia argumentar que falta ao presidente habilitação conceitual para compreender a função da imprensa, o que é provável. Mas um vídeo gravado pelo estudante Leandro de Paula durante inauguração de obras na zona norte do Rio, ao documentar embaraçosas reações de Lula e do governador Sérgio Cabral sem que estes soubessem, mostra que não é bem assim.

Ao ouvir do rapaz que a piscina pública onde poderia praticar natação estava fechada, Lula adverte o contrariado mandatário fluminense quanto ao custo político "infinitamente maior" que advirá quando a imprensa descobrir o fato. Lula sabe muito bem para que serve o jornalismo crítico: incomodar governantes relapsos e prepotentes, expondo-os ao exame da opinião pública.

**Continuar crescendo**

Sábado, 02/10/2010



Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

Assuntos Principais: ECONOMIA; GOVERNO FEDERAL; POLÍTICA ECONÔMICA; PIB /PRODUTO INTERNO BRUTO/; CRESCIMENTO; INVESTIMENTO

Continuar crescendo

Economia brasileira tem boas perspectivas, mas é preciso aumentar investimentos e a eficiência do Estado para que a expansão do PIB prossiga

Não faz mais de quatro anos, era comum entre economistas a avaliação de que o potencial de crescimento da economia brasileira limitava-se, se muito, a 4% ao ano, num ciclo de curta duração que recebera o apelido pouco elegante de "voo de galinha".

Neste 2010 em que o PIB deve crescer 7,5%, o desalento de meados da década soa como um equívoco remoto. O engano agora parece ser o do excesso de confiança, um empecilho à adoção de providências para reavivar as fontes do crescimento, que ora se esgotam.

Nos últimos quatro anos, o crescimento do PIB terá sido de 4,7%, em média. No quarto de século seguinte ao fim do "milagre econômico", em 1980, a economia crescera apenas 2,3% ao ano.

O aumento da renda per capita, é o maior desde os anos 70. Impulsionado pelo crédito, o consumo das famílias aumenta a uma velocidade 50% superior à do crescimento do PIB. A distribuição da renda do trabalho se torna menos iníqua. Dissemina-se pela sociedade brasileira um sentimento de bem-estar material.

A dívida pública caiu cerca de 30% desde seu pico, em 2002. A taxa de juros real equivale a um terço do que era no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A dívida externa, que parecia um problema eterno, desapareceu por volta de 2006. Inédito na história do Brasil moderno, o país resistiu a uma crise cataclísmica da economia mundial, em 2008-09.

Numa conjuntura internacional favorável à economia brasileira, a demanda e o preço de nossos produtos de exportação dispararam. Estávamos preparados para isso. Além de investimentos em pesquisa e tecnologia de agricultura, minérios e petróleo, que datam do regime militar, o Brasil tornou-se mais produtivo a partir dos anos 1990. Foram fundamentais as mudanças institucionais e regulatórias implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para que a economia continue a crescer, é imperioso investir mais, um aumento progressivo mas importante dos atuais 18% para 25% do PIB. O nível de consumo das famílias, as despesas com investimento e as despesas de governo já extrapolam a capacidade da produção nacional. Precisam ser atendidos pela crescente importação de bens e serviços.

Cresce, com isso, de maneira preocupante, o déficit externo. Para não reduzir o consumo privado e incrementar o investimento é indispensável conter o gasto do Estado, que toma cerca de 37% do PIB e destina apenas 2% a investimentos, como os de ampliação da infraestrutura.

O excesso de impostos combinado com portos, estradas, aeroportos e ferrovias ineficazes ou insuficientes encarece os produtos brasileiros e diminui o potencial de exportação do país. O aumento das vendas é importante para garantir a importação de bens e serviços modernos que aproximem o país da fronteira tecnológica da economia mundial \_sem o que não haverá aumento de produtividade e o potencial de crescimento se esgotará.

Problema adicional de um Estado grande e descontrolado é a liberdade quase arbitrária que os governos concedem a suas máquinas arrecadoras. Uma barafunda de leis, normas e fiscalização inferniza a vida das empresas. As firmas brasileiras estão entre as que mais despendem tempo e dinheiro no pagamento de impostos, além de estarem sujeitas à incerteza jurídico-financeira dos conflitos surgidos da ação opressiva do fisco. Trata-se de um fator grave de ineficiência e um empecilho à inovação empresarial.

Nesse quesito, aliás, o Estado estimula mais a formação de oligopólios e conglomerados tradicionais, por meio de crédito subsidiado, do que promove avanços na área de alta tecnologia.

Na vida das empresas, o governo está presente demais e de menos, pois o setor privado nacional ainda parece incapaz de bancar investimentos de risco e pesquisa inovadora, como aquelas que um dia criaram a agricultura tropical e a prospecção de minérios e petróleo em alto-mar, hoje esteios da economia do país. É preciso aumentar a eficiência do Estado, que deve transferir à iniciativa privada o que faz mal ou não faz, como construir e gerir portos e estradas.

Tornou-se clichê pregar as reformas da Previdência, tributária e do trabalho. É preciso repeti-lo, mas ressaltando que diante de temas tão controversos, a ênfase deveria recair em microrreformas de baixo custo e grande impacto. Note-se, por exemplo, como mudanças inteligentes na lei de crédito imobiliário fizeram deslanchar esse setor, há décadas inerte.

É essencial combater a letargia do conforto propiciado pelo progresso recente. O crescimento não continuará por inércia.

### **Hegemonia Tucana**

Domingo, 03/10/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Vinheta/Chapéu: PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO ESTADUAL; SÃO PAULO /ESTADO/; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; GERALDO ALCKMIN; HEGEMONIA

#### Hegemonia Tucana

Caso se concretize nas urnas, o favoritismo do candidato Geraldo Alckmin para o governo de São Paulo irá representar a continuidade de uma hegemonia peessedebista de mais de 15 anos. Nesse período, os tucanos executaram em São Paulo parte do projeto de modernização que propugnavam para o país. Mário Covas assumiu em 1995, ano em que Fernando Henrique começou seu primeiro mandato na Presidência.

Predominava então a agenda do ajuste fiscal, após os anos de populismo e desordem inflacionária que se seguiram à ditadura.

Altamente endividado, São Paulo juntou-se ao esforço federal de saneamento das finanças. A União assumiu as dívidas estaduais com o mercado e reescalou pagamentos. Em contrapartida, o Estado se comprometeu a privatizar bancos e empresas e a observar metas de superavit.

A imagem de administradores responsáveis constituiu-se em trunfo político, mas os tucanos também progrediram em áreas de interesse direto da população.

Na saúde, os gastos não excederam o determinado pela Constituição (12% da receita), mas a gestão ganhou eficiência com os inovadores contratos, baseados em metas, firmados com as chamadas Organizações Sociais.

O êxito foi mais eloquente na área de segurança. No final da década passada, os homicídios no Estado atingiam 35,7 por 100 mil habitantes; após sucessivos anos de queda, chegou-se a taxas em torno de 11 por 100 mil. Fatores demográficos contribuíram para a melhoria, mas não foram as principais causas. Uma série de iniciativas \_de investimento em polícia e

penitenciárias a ações sociais\_ reduziu a violência, embora problemas como a atuação de facções em presídios persistam.

Muito ruins foram os resultados colhidos na educação. Se no país o quadro é grave, em São Paulo revelou-se abaixo da média. Um início de recuperação veio a partir de 2007, com a premiação de docentes por mérito e o fomento ao ensino profissionalizante.

Com mais recursos, ampliados pela venda da Nossa Caixa, o governo Serra também avançou em obras de infraestrutura \_a exemplo do Rodoanel e do metrô.

Em balanço sucinto, pode-se dizer que a continuidade tucana manteve um bom padrão administrativo. Mas se houve coerência de objetivos estratégicos, não se conseguiu imprimir à sua consecução a necessária pressa nem tampouco se criou um exemplo de impacto nacional.

### **Sigiloso tribunal militar**

Sexta-feira, 08/10/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; JUSTIÇA; STM /SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/; PROCESSO; PRISÃO; DITADURA; REGIME MILITAR; FOLHA DE S. PAULO /JORNAL/; DILMA ROUSSEFF; PT /PARTIDO POLÍTICO

Sigiloso tribunal militar

No afã de iluminar a pouco conhecida biografia da candidata presidencial Dilma Rousseff, a Folha solicitou acesso aos documentos oficiais, sob guarda da Justiça Militar, relativos ao período, no início da década de 70, em que sofreu sevícias e foi mantida presa pelo regime autoritário (1964-1985).

O pedido foi negado pelo presidente do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, sob a alegação de que os documentos poderiam prestar-se a "uso político" em época eleitoral. Os advogados do jornal tratam de obter, agora, que o plenário do STM reveja a impensada decisão.

O presidente daquela corte não compreendeu vários aspectos do caso. Em primeiro lugar, mesmo que tais documentos se prestassem a "uso político", isso seria legítimo numa democracia. É sobretudo durante campanhas eleitorais que informações de interesse público devem vir à luz, sendo avaliadas por quem quiser examiná-las e se manifestar a respeito.

Em segundo lugar, trata-se de documentos do Estado, relativos a fatos ocorridos há cerca de 40 anos, sendo no mínimo duvidoso que uma autoridade possa subtraí-los do conhecimento público.

O relator do mandado de segurança impetrado pelo jornal, almirante Marcos Martins Torres, sugeriu que a Folha pretende, com os dados solicitados, criar um "fato político às vésperas das eleições". Autoriza, assim, que se especule sobre os reais motivos de seu voto.

Talvez o almirante esteja imbuído de excessivo apego ao sigilo, próprio de sua profissão. Talvez, por hábito hierárquico, tenha receio de melindrar a provável futura presidente da República. Mas, se houvessem refletido sobre o assunto, o presidente do STM e o relator do caso teriam concluído que eles próprios já fazem "uso político" do material, ao ocultá-lo.

A recusa é ainda mais nociva pela suspeita, certamente infundada, que suscita: o que haveria de tão perturbador em tais documentos, a ponto de sua divulgação ser julgada propícia a perigoso "uso político"?

Em diversos momentos da ditadura, o STM agiu como força moderadora dos abusos de poder que eram cometidos pelo aparelho de repressão à subversão armada. Pede-se aos magistrados que hoje o compõem restaurar essa tradição da corte, cancelando a arbitrariedade cometida por seu próprio presidente.

### **Colcha de retalhos**

Sábado, 23/10/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; JUSTIÇA ELEITORAL; LEGISLAÇÃO; CÓDIGO ELEITORAL

Colcha de retalhos

É preciso reformular a confusa legislação eleitoral do país, que cerceia a livre manifestação e contradiz direitos constitucionais

A legislação que regulamenta as eleições no Brasil é uma colcha de retalhos. Tem por base o Código Eleitoral de 1965, criado pelo regime militar, ao qual se acrescentam determinações da Constituição Federal, da Lei das Eleições, de 1997, e de um extenso rol de atos normativos.

Além da prolixidade desse conjunto de regras, é patente seu espírito de tutela sobre o eleitor, tratado como incapaz de distinguir os seus interesses e carente de cuidados e proteções.

O bom senso já de início é atropelado quando se determina um período "oficial" de campanha. Antes de julho, não se permite aos candidatos expressar o que ninguém mais ignora \_o fato de estarem à caça de votos.

Mais grave é que muitas das restrições impostas pela legislação \_e pelas variadas interpretações que dela faz a Justiça Eleitoral\_ ferem o direito constitucional à liberdade de expressão.

Casos dessa contradição surgiram nas campanhas deste ano. Lembre-se, por exemplo, a famigerada proibição a emissoras de rádio e TV de "ridicularizar" candidatos, "bem como produzir ou veicular programa com esse efeito" \_medida que, até ser revogada na reta final do primeiro turno, censurou a sátira política no país.

Na última semana, novos impedimentos foram determinados pela Justiça. Proibiu-se a distribuição de panfletos contrários ao PT e a circulação de uma revista com conteúdo favorável à candidata Dilma Rousseff. Os impressos haviam sido encomendados pela Diocese de Guarulhos, em um caso, e produzidos por entidade sindical, no outro.

A legislação veda "a partidos e candidatos receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro" procedente de igrejas e sindicatos. O motivo é que essas entidades \_como outras citadas pela legislação\_ se beneficiam de recursos públicos.

Como é notório, esse modelo de financiamento cria uma zona cinzenta entre o Estado e as organizações da sociedade civil. No caso dos sindicatos \_que se sustentam com a contribuição compulsória de todo assalariado\_ a situação é aberrante, tornando essas entidades uma presa fácil do aparelhamento político-partidário.

É disto, evidentemente, que se trata no caso das publicações sindicais a favor de Dilma. Todavia, não cabe ao Estado, agora por meio do Poder Judiciário, sobrepor nova ingerência a um assunto que diz respeito, essencialmente, à relação entre os trabalhadores e a direção de sua entidade.

Panfletos e revistas, embora "estimáveis em dinheiro", para usar os termos da lei que embasou sua proibição, são meios pelos quais sindicatos ou quaisquer outras entidades exercem seu direito de manifestar opiniões.

Compreende-se e é pertinente o intuito do legislador de evitar o abuso econômico e assegurar condições equânimes na disputa. É preciso porém reconhecer que problemas inerentes à

legislação, muitas vezes agravados pelo desigual entendimento de juízes e tribunais, têm contribuído para cercear a expressão do pensamento.

Cumprimento portanto reformar e simplificar as normas que regulam as campanhas políticas, tarefa a que já se propõe o Congresso Nacional, ao criar uma comissão de reforma do Código Eleitoral, que ainda dá os primeiros passos. Assegurar a lisura do processo eleitoral e garantir aos candidatos um tratamento isonômico são objetivos que devem ser perseguidos com mais sensatez, sem ofensa às garantias constitucionais.

### **O PMDB lá**

Sexta-feira, 05/11/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2010; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; PMDB /PARTIDO POLÍTICO/; MICHEL TEMER; PT /PARTIDO POLÍTICO/; BASE ALIADA; ALIANÇA /POLÍTICA/; HISTÓRIA; POLÍTICA; DILMA ROUSSEFF

### **O PMDB lá**

Legenda aliada pode ser mais um fator a inclinar o novo governo para políticas de centro, em contraste com esquerdismo de setores do PT

É a primeira vez, desde a redemocratização do país, que o PMDB chega à Presidência da República pela via do voto direto, ainda que na condição de sócio secundário, ocupando a vice na chapa encabeçada por Dilma Rousseff.

É cedo para saber se esse fato terá maiores implicações \_se irá, por exemplo, contribuir para que o partido comece a superar os limites da acomodação fisiológica das últimas décadas, procurando se colocar no cenário político como uma força mais propositiva.

Tornou-se lugar-comum apontar o PMDB como a legenda que melhor exprime os vícios e ambivalências da política brasileira. Organizado em feudos, como uma confederação de interesses de caciques regionais, o partido, desde o governo de José Sarney, tem administrado em seu benefício o fato de estar ao mesmo tempo no governo e na oposição.

A falta de identidade programática está ligada, de um lado, ao fim do regime militar, e, de outro, ao esgotamento do ciclo nacional-desenvolvimentista, situações que deixaram a sigla sem adversário visível e com a agenda defasada. Esvaziado pela dissidência tucana e atropelado pela abertura liberalizante iniciada pelo presidente Fernando Collor, o PMDB

sobreviveu pelo seu gigantismo, tornando-se peça indispensável à "governabilidade", ainda que acéfalo, sem ideias ou ideais.

A figura de Michel Temer exprime muito bem a face pragmática da agremiação. Lembre-se que em 2006 o partido não lançou candidato próprio e cindiu-se no segundo turno. O atual vice de Dilma Rousseff apoiou, então, contra a reeleição de Lula, a candidatura do tucano Geraldo Alckmin.

Agora, convertido ao lulismo, o presidente do PMDB procura, ironicamente, revestir sua nova função de uma importância que não costuma ter. O vice-presidente desempenha quase sempre um papel ornamental, sem prejuízo de que seu ocupante venha a adquirir subitamente grande importância, como aconteceu com Sarney, após a morte de Tancredo Neves, em 1985, e com Itamar Franco, depois do impeachment de Collor, em 1992 \_para mencionar os exemplos menos distantes.

Inicialmente deixado de lado na equipe de transição, Temer logo demonstrou que pretende ser um dos protagonistas da articulação política do governo, sobretudo na sua relação com o Congresso Nacional.

Não é preciso nem idealizar a natureza peemedebista, nem maquiar as razões fisiológicas da sua aliança com o PT, para reconhecer que, desta vez, o partido estabeleceu um vínculo mais orgânico e menos tático com o poder.

Seria pueril a tentativa de pespegar no PMDB o rótulo de "lado mau" da aliança, só voltado para a ocupação de cargos no primeiro escalão do governo \_como se o PT não estivesse movido pelos mesmos interesses do aliado.

É futurologia tentar saber agora que perfil político terminará por ter o governo de Dilma Rousseff. Pode-se, não obstante, acreditar que a presença peemedebista será um fator a mais a incliná-lo para posições de centro, em contraste com a agenda ideológica de setores petistas.

### **Apagão profissional**

Quarta-feira, 29/12/2010

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; EDUCAÇÃO; CRESCIMENTO ECONÔMICO; MÃO DE OBRA; QUALIFICAÇÃO; MERCADO DE TRABALHO; TRABALHADOR

Apagão profissional



Aquecimento da economia expõe carência de formação de mão de obra, que precisa ser sanada para sustentar ritmo de crescimento do PIB

A redução do desemprego a 5,7% da PEA (População Economicamente Ativa) evidenciou um dos principais obstáculos à manutenção do crescimento sustentado do país: a carência aguda de mão de obra qualificada.

Antes as dificuldades se concentravam nos cargos de direção e nas funções de nível superior, pois só 11% dos brasileiros têm diploma universitário, contra 28% nos países mais desenvolvidos. Hoje porém faltam técnicos de nível médio e até trabalhadores com ensino fundamental.

Em consequência desse quadro, muitas empresas têm encontrado dificuldades de ampliar a produção na escala planejada ou se veem forçadas a alocar parte de sua equipe no treinamento intensivo \_e nem sempre bem-sucedido\_ de novos funcionários.

Problemas dessa ordem não são novos na história do Brasil. Tanto assim que motivaram o presidente Nilo Peçanha a instituir, já em 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices. A iniciativa, contudo, não gerou os resultados esperados. Na realidade o ensino profissionalizante só ganhou corpo em escala nacional na era Vargas, com a criação de escolas técnicas sustentadas por contribuições do próprio empresariado. Essas sim se revelaram capazes de preparar os trabalhadores para o exercício de funções que a escola pública de uma maneira geral desprezava.

Um novo passo foi dado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que estabeleceu a equivalência dos cursos técnicos ao secundário, o que permitia que alunos oriundos do ensino profissionalizante pudessem pleitear ingresso nas faculdades.

Esse avanço, contudo, acabou sendo minado pela ditadura militar que, ao tentar generalizar a profissionalização para todo o ensino médio a partir de 1971, provocou uma queda na qualidade do ensino das redes municipais e estaduais \_que não estavam preparadas para oferecer essa formação nem tinham recebido a infraestrutura necessária para tanto.

Nos anos 90, pôde o ensino profissionalizante retomar sua expansão em bases mais sólidas. Não seria justo acusar os atuais governantes de descaso nessa área. O governo federal inaugurou 214 escolas de educação profissional de 2007 a 2010 e aumentou o número de matrículas de 140 mil para 348 mil. No mesmo período, o governo paulista criou 23 Fatecs (faculdades de tecnologia) e 72 Etecs (escolas técnicas). São iniciativas meritórias, sem dúvida. Mas ainda é pouco \_como a própria situação do mercado de trabalho o demonstra.

Não basta ampliar a rede física voltada à formação técnica: também é necessário superar a habitual rigidez do setor público e atualizar os conteúdos ministrados. Quantas escolas ainda mantêm cursos para ensinar profissões em vias de extinção?

Os economistas clássicos consideravam que a produção exige três fatores: terra, trabalho e capital. Por muito tempo o país sofreu com a escassez de capitais. Não é possível que, ao solucionar esse problema, venha a ter sua expansão travada pela falta de trabalhadores preparados.

**2011**

### **Dilma e Cuba**

Terça-feira, 01/02/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CUBA; BRASIL; ARGENTINA; DIPLOMACIA; GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; FIDEL CASTRO; DITADURA; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; COMPORTAMENTO

Dilma e Cuba

Há indícios convincentes de que a presidente Dilma Rousseff optou por marcar sua estreia com algumas diferenças em relação ao antecessor e mentor. Lula iniciou o mandato organizando, no primeiro mês, uma excursão de ministros a favelas e o lançamento do programa Fome Zero. Dilma recolheu-se ao Planalto e a uma rotina gerencial.

A presidente escolheu sua primeira viagem ao exterior, porém, para reiterar correção mais substancial de rumo em tema sensível da política externa petista, direitos humanos. Antes de embarcar para a Argentina, comentou para correspondentes do país vizinho no Brasil a situação de Cuba. Não hesitou em distanciar-se da condescendência que Lula e o petismo mais arcaico reservam à ditadura dos irmãos Castro.

"Devemos protestar contra todas as falhas que haja a respeito dos direitos humanos em Cuba", afirmou. Como convém a chefes de Estado, dosou a franqueza da resposta com qualificações. Disse que o regime castrista deu alguns passos e que mesmo o Brasil tem dívidas com os direitos humanos.

Dilma não deixou de relembrar casos de violações sob responsabilidade dos EUA, como Abu Ghraib e Guantánamo. O saldo, contudo, parece satisfatório: a disposição de abandonar o caráter seletivo da abordagem dos direitos humanos por Lula. "Não vou negociar os direitos humanos."

O contraste com o comportamento errático dos últimos oito anos é patente. Lula empenhou-se na defesa de Manuel Zelaya, apeado do poder em Honduras, mas relativizou como briga de torcidas a revolta iraniana contra fraudes na eleição de 2009. No caso de Cuba, desdobrou-se para não condenar o tratamento reservado aos boxeadores Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux, repatriados por seu governo, e a morte por greve de fome do dissidente Orlando Zapata Tamayo, durante sua visita à ilha.

Dilma dera sinais de inconformismo com as evasivas, na primeira entrevista depois de eleita, ao deplorar a condenação a apedrejamento da iraniana Sakineh Ashtiani. Reafirma agora, sobre Cuba, o grau necessário de intransigência na matéria, que não implica violar o princípio de não ingerência nem o interesse nacional de manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países.

Há quem atribua a nova orientação à presença de uma mulher na Presidência, ou à sua condição de torturada durante a ditadura militar. Pode-se especular, também, sobre astúcia política e polimento de imagem. É um caso, contudo, em que as motivações interessam menos que o fato.

### **Elefante sobre trilhos**

Domingo, 13/02/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; ENERGIA ELÉTRICA; ELETROBRAS /EMPRESA ESTATAL/; TRANSPORTE COLETIVO; TREM-BALA; LEILÃO; CORREIOS; CONSÓRCIO; OBRA

Elefante sobre trilhos

Tentativa de envolver Eletrobras e Correios na construção do trem-bala ressalta os cada vez mais notórios problemas da obra

O governo federal ainda não sabe como vai reduzir as despesas neste ano de modo a alcançar meta de cortar R\$ 50 bilhões do Orçamento aprovado pelo Congresso.

Apesar do louvável interesse em reequilibrar as finanças públicas, os excessos de gastos de 2010, o engessamento da despesa em itens obrigatórios e as promessas de não reduzir investimentos e benefícios sociais tornam a missão extremamente difícil.

Não obstante, o governo ainda se dedica intensa e criativamente à tarefa de tornar possível a licitação do trem-bala, já fracassada em dezembro de 2010 e adiada para abril próximo.

A adversativa se deve ao fato de que o projeto do trem de alta velocidade depende não apenas de subsídios implícitos, empréstimos do BNDES a taxas de juros reduzidas e outros favores oficiais. Será preciso, ainda, algum aporte direto do governo federal. Note-se, por exemplo, que a empresa que vier a vencer o leilão terá de associar-se a uma nova estatal, que receberá ao menos R\$ 3,4 bilhões .

A fim de evitar um novo fracasso do leilão por falta de empresas privadas interessadas e, aparentemente, no intuito de explorar o caixa de empresas estatais como fundo de recursos, o governo alardeia agora que Correios e Eletrobras deverão se associar ao empreendimento.

As duas empresas teriam interesse na obra devido a "sinergias": o trem-bala transportaria material postal e a estatal elétrica forneceria energia. Trata-se de um novo remendo nesse projeto de duvidosa racionalidade econômica e fiscal.

Mesmo no otimismo dos planos que subsistem apenas no papel timbrado das burocracias, o trem de alta velocidade depende de juro subsidiado, recursos do Tesouro e perdão de dívidas caso a empresa vencedora não fature o suficiente na exploração do negócio. Ainda assim, empresas privadas não se interessaram pelo projeto.

Críticos independentes e de dentro do próprio governo observam que a obra ainda não tem projeto detalhado, o que impede a determinação exata de seus custos. Ou seja, talvez a injeção de subsídios tenha de ser ainda maior.

Num país com carências tão gritantes de infraestrutura produtiva e social, parece difícil justificar o sentido público de um projeto antieconômico e de escasso impacto estratégico e tecnológico.

Não bastassem esses óbices, procura-se agora envolver duas estatais que mal cumprem suas atividades precípuas. São notórias a crise de eficiência dos Correios e sua malversação política, problemas que se repetem na gestão das subsidiárias da Eletrobras.

Em síntese, em vez de dar respostas \_se isso é possível\_ aos questionamentos sobre a prioridade e sobre a viabilidade comercial do empreendimento, o governo apenas manobra a fim de executar, a qualquer custo, uma obra que tem lamentável semelhança com elefantes brancos do desenvolvimentismo irresponsável do final do regime militar.

**Continência**

Quinta-feira, 07/04/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE; EXÉRCITO; MARINHA; AERONÁUTICA; NEGOCIAÇÃO; JUSTIÇA; LEI DA ANISTIA; REGIME MILITAR; DITADURA; CONDECORAÇÃO

**Continência**

Presidente busca ascendência conciliadora sobre militares, melhor caminho para uma Comissão da Verdade que não afronte a Lei da Anistia

Dilma Rousseff saiu condecorada da primeira cerimônia militar a que compareceu como presidente da República. Na apresentação formal de novos oficiais-generais, recebeu as medalhas da Grã Cruz da Defesa, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, mas distinguiu-se, bem mais, pelas palavras moderadas que dirigiu a seus comandados, aos quais dispensou de prestar-lhe continência.

Mais importante que demonstrações exteriores de submissão à autoridade é o comando real, sereno e incontroverso. Dúvidas surgiram logo após a posse, quando o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general José Elito Siqueira, avançou o sinal ao qualificar o desaparecimento de militantes políticos, na ditadura militar, como fato histórico, e não motivo de vergonha. Naquela altura, como agora, Dilma optou pela sutileza e agiu bem.

Militante de organização adepta da luta armada e vítima de prisão e tortura pelo regime implantado em 31 de março de 1964, a presidente deixou patente que suas relações com as Forças Armadas serão institucionais, e não pautadas por ressentimento. Não fez mais que uma alusão, nem precisava, a esses episódios, ao elogiar o apego atual a obrigações constitucionais. Assinalou, ainda, que o país "corrigiu seus próprios caminhos e alcançou um elevado nível de maturidade".

A presidente não citou em seu discurso de terça-feira\_e, de novo, nem precisava\_a Comissão da Verdade, que deverá examinar abusos contra direitos humanos cometidos durante a ditadura (um projeto de lei sobre ela tramita pela Câmara dos Deputados). É importante que a comissão seja criada. Este, sim, será um bom teste do grau de maturidade alcançado pela jovem democracia brasileira.

Por incômodos e vergonhosos que sejam os atos cometidos em nome do Estado, a mando de militares no poder ou por seus prepostos fora de controle, o país tem direito ao registro histórico dos fatos, sem disfarces e sem segredos. As famílias dos desaparecidos têm direito de conhecer o paradeiro dos restos mortais de seus parentes, caso as mortes possam ser comprovadas e reconstituídas.

Os militares, por seu turno, não têm direito de barrar o desfecho aguardado por todos.

Nada disso, de resto, autoriza concluir que se trata de revanchismo ou revogação da Lei da Anistia. Goste-se ou não, ela pôs uma pedra sobre responsabilização penal dos indivíduos envolvidos.

A continência deliberada de Dilma Rousseff no tratamento desse tema sensível representa o caminho correto a seguir.

### **Oposição de fato**

Quinta-feira, 14/04/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; OPOSIÇÃO /POLÍTICA/; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; O PAPEL DA OPOSIÇÃO /ARTIGO/; INTERESSE NACIONAL /REVISTA/; CLASSE MÉDIA

Oposição de fato

Artigo de FHC movimentava panorama político com chamado a tucanos para renovar estratégia e conquistar nova classe média

Três de cinco ex-presidentes brasileiros se encontram no Senado, sem que se tenha notícia de contribuições relevantes suas para o debate nacional. Luiz Inácio Lula da Silva, recém-saído do cargo, mantém temporário e bem-vindo silêncio, neste início de mandato da sucessora e correligionária petista, Dilma Rousseff.

Diante de tal pasmeira, coube ao tucano Fernando Henrique Cardoso agitar a cena política. A contribuição veio com o artigo "O Papel da Oposição", publicado na revista "Interesse Nacional".

O foco do texto está em provocar a oposição \_PSDB à frente\_ para sair da letargia diante do petismo. Para isso, ela precisa de uma estratégia, de um público-alvo e de um discurso (ou programa), que FHC se põe a alinhar.

A situação atual seria análoga à do MDB no início dos anos 70, quando o "milagre econômico" angariava forte apoio popular à ditadura. Outro artigo de FHC, publicado na época com o mesmo título, apontou a necessidade de organizar uma frente antiautoritária para lutar pela redemocratização.

Hoje, os êxitos do governo Lula parecem prostrar o PSDB e demais legendas oposicionistas. FHC, contudo, vislumbra uma plataforma para que superem a perplexidade, caso se mostrem capazes de transcender a política institucional e falar diretamente com a classe média em expansão.

O ex-presidente dá como inócua a tentativa da oposição de disputar com o PT o apoio das "massas carentes e pouco informadas". O governo, assinala com razão, dispõe de mecanismos de concessão de benesses mais eficazes que discursos no Congresso.

O trecho pode ser entendido como uma crítica velada à emulação de políticas sociais lulistas. Seria o caso de programas de renda como o do governador paulista Geraldo Alckmin, ou da defesa irresponsável, sob o ângulo fiscal, de um salário mínimo de R\$ 600, na campanha eleitoral de José Serra ou por parlamentares tucanos.

A alternativa FHC é priorizar a nova classe média, cerca de 20 milhões de brasileiros incorporados nos últimos anos ao mercado de consumo. Esta seria mais receptiva a críticas da oposição à hegemonia petista, sobretudo às práticas de corrupção e cooptação de grupos econômicos escolhidos para receber benesses do BNDES.

Como bem lembrou o diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino, o acesso a uma renda um pouco mais elevada não garante adesão automática a novos valores. Além disso, quase metade da população permanece nos estratos inferiores de renda e consumo, contingente de votos que não pode ser desprezado.

Em outras palavras, a estratégia delineada por FHC demanda ousadia e implica risco eleitoral. É uma aposta em discurso que, diante dos limites e contradições da política petista, pode até provar-se correto. Fazer oposição de fato, alerta o ex-presidente, seria a única chance de sobrevivência para o PSDB e os poucos partidos ainda não alinhados com Dilma.

### **Verdades maduras**

Segunda-feira, 27/06/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; LEGISLAÇÃO; REVISÃO; LEI DE ANISTIA; DITADURA; REGIME MILITAR; COMISSÃO DA VERDADE; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Verdades maduras

Um quarto de século após o fim da ditadura, país ainda hesita em arejar os arquivos sobre violações de direitos humanos sob égide do Estado

A presidente Dilma Rousseff dá sinais de querer acelerar a votação do projeto de lei que cria a Comissão da Verdade, para escrutinar e esclarecer casos de violações dos direitos humanos no Brasil.

Embora os trabalhos devam abranger o período de 1946 a 1988, o que está em jogo, na realidade, são os crimes cometidos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985.

O empenho do Executivo para tirar a comissão do papel é positivo. Mas não deve atropelar o debate necessário sobre as atribuições e a forma de funcionamento dessa comissão. Há pontos importantes a serem questionados.

Pelo texto original do projeto, as reuniões do grupo poderiam ser fechadas, para "resguardar a vida privada, a honra ou a imagem" de algumas pessoas. Além disso, está previsto que "dados, documentos e informações sigilosos" não poderiam receber divulgação.

Não é esse o melhor caminho para uma comissão que, já no nome, se define pela busca da verdade. Os familiares de mortos e desaparecidos têm direito ao registro histórico dos fatos, da maneira mais transparente possível, sem disfarces nem sigilos.

Por conveniência ou pragmatismo, os governos democráticos adiaram demais a solução do problema. Já passou da hora de o Estado prestar contas à sociedade, jogando luz sobre episódios ainda obscuros do período autoritário.

Houve avanços, é verdade, desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso criou, em 1995, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. O Estado reconhecia, pela primeira vez, sua responsabilidade pelos desaparecimentos políticos e elaborava uma lista oficial das vítimas da ditadura.

Apesar dessa iniciativa, restam ainda cerca de 140 vítimas efetivamente "desaparecidas". Seu paradeiro, como parece provável, estaria registrado em documentos hoje inacessíveis à opinião pública.



O trabalho da comissão, que deve ser o mais abrangente e desimpedido, não pode, porém, se confundir com uma revisão da Lei da Anistia, de 1979. Ainda em abril do ano passado, o Supremo Tribunal Federal decidiu por sete votos a dois que a lei não deveria ser alterada para possibilitar a responsabilização penal dos indivíduos envolvidos em crimes como a tortura ou como ataques terroristas, no caso dos adeptos da luta armada.

Prevaleceu no STF o entendimento de que a anistia veicula um desejo de conciliação nacional e integra os fundamentos do acordo que deu origem ao Estado democrático em que vivemos. Será sinal de maturidade do país se, respeitado o pacto de não responsabilização, o conhecimento da verdade se realizar sem qualquer tipo de obstáculo ou segredo.

### **Itamar Franco**

Domingo, 03/07/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; ITAMAR FRANCO; MORTE; LEGADO; GOVERNO FEDERAL; PRESIDENTE; IMPEACHMENT; FERNANDO COLLOR DE MELO

Itamar Franco

Ex-presidente deixa como legado a imagem cada vez mais rara do político que, apesar das concessões, manteve-se fiel aos princípios da República

Presidente do Brasil entre 1992 e 1994, tendo assumido o cargo depois do impeachment de Fernando Collor de Melo, a figura de Itamar Franco sofreu as consequências de se ter situado num momento histórico marcado pela transição e pela incerteza.

Sua carreira política, no âmbito nacional, iniciou-se com a leva de oposicionistas eleitos em 1974 ao lado de Marcos Freire e Paulo Brossard, no que viria a ser entendido como "PMDB autêntico", contrário ao regime militar.

De certa forma, Itamar se manteve, como poucos, fiel ao ideário implícito naquelas eleições. Tratava-se de investir num modelo de desenvolvimento nacionalista e democrático, que na interpretação vigente fora interrompido de forma brutal pelo golpe de 1964.

Ironicamente, o destino histórico terminou por contemplá-lo com o poder presidencial num momento em que essa visão já se revelava anacrônica. O nacionalismo peemedebista fazia pouco sentido em 1992, quando estava em pauta, acima de tudo, a modernização da economia e do Estado.

Nesse sentido, a Presidência de Itamar foi algo como um hiato entre dois governos que, a despeito de imensas diferenças, perseguiram o mesmo projeto. Tanto Fernando Collor quanto Fernando Henrique Cardoso eram sensíveis aos imperativos da privatização e da redução do Estado, pontos que não feriam teclas sensíveis na mentalidade de Itamar.

A personalidade do antigo senador teve um peso nesse processo. Ao contrário do estereótipo típico do político mineiro, Itamar levava as convicções aos extremos do ressentimento.

Cedendo à tentação de ser vice de Collor, tudo se passou em seguida como se Itamar tivesse de demonstrar, numa espécie de autocrítica e de autorresgate, suas diferenças com o antecessor.

Mostrou-se intransigente com a ética, cogitou uma volta ao velho Fusca; seu atraso e sua modernidade se eclipsaram, porém, quando entregou as responsabilidades e os riscos do controle da inflação para Fernando Henrique, antigo correligionário diante do qual se sentiria traído depois.

No fundo, a própria história traiu Itamar \_ seu nacionalismo estava fora de época. A história lhe deve, contudo, justiça. Foi sob seu governo que Fernando Henrique implantou o Plano Real, debelando anos e anos de inflação. Foi seu governo que recuperou um modelo de austeridade republicana do qual Collor era incapaz.

Resta, da imagem de Itamar Franco, menos a memória de um ex-presidente do que a nostalgia de uma figura cada vez mais rara: a do homem que, apesar das concessões, manteve-se fiel aos princípios da República.

### **Apagão histórico**

Terça-feira, 05/07/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; REGIME MILITAR; DITADURA; SNI /SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES/; DOCUMENTO; DIVULGAÇÃO

Apagão histórico

Até a regra atual para sigilo de documentos oficiais vem sendo descumprida pelo governo, que assim preserva os vícios do regime militar

Na ditadura militar, o famigerado SNI (Serviço Nacional de Informações) instituiu-se como um governo dentro do governo, com excesso de poderes e autonomia. O desmantelamento desse aparelho nos últimos 26 anos, porém, permanece incompleto.

Isso fica evidente na resistência a reformar uma cultura segredista incompatível com a democracia. O SNI há muito deixou de existir, mas não a mentalidade que trazia na medula e ainda parasita órgãos como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência e os centros de inteligência da Aeronáutica (Cisa), do Exército (CIE) e da Marinha (Cenimar).

Resiste-se ao encurtamento de prazos para divulgação de documentos classificados, ora em debate no Congresso (onde ainda pode ser aprovada a renovação sucessiva do segredo que ficou conhecida como "sigilo eterno"), e também a cumprir as regras vigentes. Pela legislação atual, há quatro categorias de sigilo: documentos ultrassecretos (protegidos por, no máximo, 60 anos), secretos (máximo de 40), confidenciais (20) e reservados (10).

Todos deveriam tornar-se disponíveis no Arquivo Nacional de modo automático após tais prazos. Não é o que ocorre hoje com os confidenciais e reservados.

Como mostrou ontem a Folha, nenhum documento posterior a 1990 chegou ao Arquivo Nacional. Trata-se de uma extensão indevida do prazo de sigilo para documentos dos governos Fernando Collor, Itamar Franco e FHC.

Especula-se que os relatórios sigilosos contenham dados sobre o programa nuclear brasileiro, terrorismo internacional e atividades de organizações não governamentais estrangeiras na Amazônia. Quase nada se sabe de concreto sobre eles, no entanto.

Nem a quantidade e a natureza dos papéis são conhecidas. Em evidente abuso da faculdade de ocultar do público atos de governo, órgãos de inteligência incluem no sigilo as próprias condições de descumprimento de normas sobre sigilo. Uma justificativa digna das obras de Franz Kafka.

Seja por razões de segurança nacional, seja para proteger a privacidade de pessoas envolvidas, um governo pode e deve lançar mão do segredo. O sigilo, porém, não pode ser eterno, como se cogita, nem sua manutenção ser deixada ao arbítrio exclusivo de servidores civis ou militares.

Um governo autoritário, como os do período 1964-1985, arroga-se o poder de escrever, manipular e censurar a história, mas a generalização das exceções ao princípio da publicidade abala um dos pilares do regime democrático.

### **As falas de Jobim**

Sexta-feira, 05/08/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; MINISTÉRIO DA DEFESA; NELSON JOBIM; DEMISSÃO

As falas de Jobim

Ministro comete três deslizes verbais em cinco semanas e deixa o cargo, pondo a perder alguns trunfos decisivos no trato de questões militares

Ninguém se dá bem em política sem alguma dose de empáfia. Nelson Jobim, ministro em três governos e no Supremo Tribunal Federal, soube usá-la com notável habilidade em uma bem-sucedida carreira. Nas últimas cinco semanas, passou dos limites e se tornou vítima dos próprios excessos.

Depois de servir como ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 1997, Jobim chegou ao STF, do qual se aposentou em 2006. Em 2007, uma semana após o desastre do avião da TAM, assumiu a pasta da Defesa sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e permaneceu no cargo com a posse de Dilma Rousseff.

Em junho passado, ao discursar na comemoração dos 80 anos de FHC, sacou uma citação de Nelson Rodrigues para afirmar que "os idiotas" não ficavam mais quietos num canto, pois teriam perdido a modéstia. O dito foi interpretado como crítica aos quadros do PT.

Menos de um mês depois, novo constrangimento: em entrevista a Fernando Rodrigues para o programa "Poder e Política", desta Folha e do UOL, Jobim afirmou ter votado em José Serra, não em Dilma. A terceira cincada está na nova edição da revista "Piauí" \_observações desairosas sobre as companheiras de ministério Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil).

Seria uma injustiça se a passagem de Jobim pela Defesa ficasse marcada só por tais incontínências. Sua chegada à pasta responsável pelo setor aéreo refreou a anarquia que ali reinava na época da tragédia de Congonhas. O ministro fez promessas mirabolantes sobre a infraestrutura aeroportuária, que o esgotamento presente demonstra nunca terem saído da prancheta, mas o caos refluuiu para uma deficiência rotineira.

Mais que isso, Jobim foi talvez o mais eficiente ocupante civil da Defesa no trato com o estamento militar. O estilo pessoal foi traduzido como autoridade e voz de comando pelos

subordinados. Ajudou-o seu dedicado engajamento em prol do reaparelhamento das Forças Armadas e da criação da Estratégia Nacional de Defesa.

Lutou pela construção de um submarino de propulsão nuclear, sonho de grandeza da Marinha, e pela compra dos caças franceses preferidos por Lula. Só o primeiro projeto segue em frente na gestão Dilma para conclusão em 2025.

O maior sucesso de Jobim, contudo, terá ocorrido na administração da resistência dos militares ao reexame democrático do período da ditadura (1964-1985). Usou o prestígio adquirido para convencê-los da necessidade histórica de uma Comissão da Verdade, ao mesmo tempo em que defendia com veemência o princípio da Lei da Anistia (1979) de que tal revisão não deveria possibilitar a responsabilização penal dos indivíduos envolvidos.

### **Programa remendado**

Segunda-feira, 22/08/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; EDUCAÇÃO; CONGRESSO NACIONAL; PNE /PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/; ALTERAÇÃO

Programa remendado

Plano Nacional de Educação recebe quase 3.000 propostas de emenda no Congresso, as quais ameaçam desvirtuar mérito das metas realistas

Desde pelo menos o fim da ditadura militar um projeto de lei não recebia tantas propostas de emenda parlamentar quanto o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE) encaminhado ao Congresso pelo governo, na sua redação original, em dezembro de 2010.

As quase 3.000 alterações propostas ao texto nos últimos meses encontram-se agora à espera do parecer do relator do projeto na Câmara, Angelo Vanhoni (PT-PR). O parlamentar promete entregar nas próximas semanas um documento definitivo para a apreciação de seus colegas.

O PNE representa uma carta de compromissos, sem poder de sanção ou cláusulas coercitivas. Por seu intermédio, busca-se definir as principais metas a serem perseguidas pelo poder público, nesta década, no âmbito da educação.

Entre outros objetivos, o plano prevê alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade; pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos; período integral em 50% das escolas públicas;

duplicar matrículas de ensino técnico de nível médio; e elevar de 30% para 75% o mínimo de mestres e doutores em instituições de ensino superior.

A mobilização em torno do projeto deve ser saudada como um sinal inequívoco do consenso tardio acerca da importância da educação para a superação de problemas crônicos do país.

É preciso cuidar, no entanto, para que o desejo de cada parlamentar de deixar a sua marca em um projeto de inegável relevância ou a tentativa de conciliar a defesa de uma miríade de interesses particulares não ponham a perder o que havia de positivo no texto.

Em contraste com o plano anterior, que em suas 295 diretrizes falhava na tarefa de identificar prioridades e estabelecer objetivos passíveis de serem acompanhados, o novo projeto se mostrou enxuto e realista. Propõe apenas 20 metas, a maioria quantificáveis e verificáveis. Não se pode permitir que uma enxurrada de emendas torne o PNE menos exequível.

Entre as metas que mais receberam emendas está o item que prevê aumentar o nível de investimento público anual no ensino dos atuais 5% do PIB para 7%, em 2020. Deputados propõem agora elevar esse percentual para 10%.

A proposta é não só fantasiosa como deletéria. Dados o pífio investimento histórico e o ambiente de restrição orçamentária, a meta parece inatingível. O objetivo de 7% já é ousado o bastante. A elevação é o caminho mais curto para tornar o PNE um rol de metas inatingíveis e, daí, irrelevantes.

O melhor que o Congresso tem a fazer é restringir ao máximo as alterações no PNE encaminhado originalmente pelo governo e votá-lo o mais rápido possível.

## **O papel do governo**

Segunda-feira, 05/09/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SISTEMA FINANCEIRO; MERCADO FINANCEIRO; GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; ATUAÇÃO; FALHA; INOVAÇÃO; BANCO CENTRAL

### **O papel do governo**

Estado deve deixar ao setor privado as escolhas sobre poupança e investimento e atuar onde o mercado falha, como na área da inovação

Economistas e políticos travam discussão inflamada a respeito da decisão do Banco Central de reduzir os juros, na quarta-feira à noite.

A surpresa noturna acabou por abafar a controvérsia vespertina causada pelo Orçamento de 2012, enviado naquele dia ao Congresso. Na letra da lei orçamentária, ao menos, o governo anunciava que seus gastos cresceriam ao dobro da velocidade deste 2011.

Causa consternação que o governo seja deficitário mesmo em anos de bom crescimento econômico e pleno emprego. O que será das contas públicas quando vier o inverno? A taxa de juros, descontada a inflação, ainda é elevada, embora esteja no menor nível dos últimos 15 anos.

Mas qual o plano de médio prazo para tornar compatíveis crescimento mais rápido, juros baixos, inflação estável e aumento do emprego? Tal debate se perdeu.

A disputa cada vez mais acerba pela divisão do bolo orçamentário e o descabimento de aumentar impostos indicam que a expansão fiscal do Estado chegou a um limite. Não é mais possível conceder subsídios sociais (como bolsas e Previdência), ou empresariais (como os do BNDES), sem elevar a carga de impostos ou o deficit público. Do Estado não virão mais impulsos ao crescimento.

O governo concentra tarefas demais e as implementa mal. O investimento público em infraestrutura aumenta a produtividade geral, mas é escasso, caro e chega tarde. Numa atividade quase desamparada pelo setor privado, inovação e educação tecnológicas, o Estado tem desempenho pífio. O Estado está no lugar errado.

É difícil disseminar a ideia de que o setor privado deve se responsabilizar pelas decisões de investimento e, mais importante para o crescimento, pela alta da produtividade. O Brasil optou pela economia de mercado, mas a todo momento joga areia em suas engrenagens. O Estado desregula o mercado.

O setor privado não pode assumir a responsabilidade de decidir o destino de poupança e investimento se o Estado: 1) captura a poupança, decide o que fazer dela e gasta demais; 2) mantém uma máquina tributária opressiva e complexa; e 3) interfere em decisões de grandes empresas.

O Estado precisa se retirar, tomar menos recursos e decisões, a fim de que aumentem a produtividade e a eficiência da economia.

Não se trata de defender a lassidão dos mercados ou um liberalismo ingênuo, que não vê as insuficiências privadas, como na inovação. Mas de desmontar um modo de intervenção estatal que data da ditadura militar e de permitir que o mercado, enfim, funcione, para que o Estado se dedique às tarefas do novo desenvolvimento.

**Comissão da Verdade**

Domingo, 25/09/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; VIOLÊNCIA; LEI DE ANISTIA; INVESTIGAÇÃO; COMISSÃO DA VERDADE

Comissão da Verdade

Investigação sobre os crimes ocorridos na ditadura vai além do que pode pretender um colegiado oficial tal como prevê o atual projeto de lei

Os que desconhecem o passado histórico, diz um adágio conhecido, estão condenados a repeti-lo.

É direito inquestionável dos brasileiros tomar conhecimento, em seu pleno detalhe, das violações dos direitos humanos que marcaram o período do regime militar.

Cerca de 40 anos se passaram desde o auge da repressão política. A Lei da Anistia, estabelecendo as condições irrevogáveis de um processo de transição sem traumas para a democracia, assegura que se possa tratar do tema com sobriedade e equidistância.

Aprovando a lei que institui a chamada Comissão da Verdade, a Câmara dos Deputados procurou atender às demandas, mais do que justas, por uma investigação histórica em profundidade dos abusos cometidos durante a ditadura.

Na tentativa de deixar menos marcado o seu teor político, estendeu-se para o período de 1946-1988 o âmbito das pesquisas a serem empreendidas pela comissão.

Fruto, como se vê por esse detalhe, de um delicado acordo entre as forças presentes na Câmara, nem por isso o projeto deixa de suscitar dúvidas e questionamentos.

Há muito de pretensioso e indevido, por exemplo, na própria denominação do colegiado que se irá instituir. Não cabe a um organismo indicado pelo Executivo, por mais imparcial que seja sua composição, estabelecer "a Verdade", com "V" maiúsculo, neste ou em qualquer assunto que seja.

Mesmo no campo das ciências naturais, onde em tese os interesses e paixões políticas não preponderam, não há como conceber verdades definitivas. A descoberta de novas evidências e circunstâncias é um processo contínuo em qualquer área do conhecimento.



É irrealista supor que, no exíguo prazo de dois anos, uma comissão de 7 membros e 14 auxiliares, como estabelece o projeto, venha a levantar todos os casos de violação aos direitos humanos.

No pressuposto de que se poderá atingir algum tipo de "verdade oficial", cogita-se de nomear para a comissão personalidades idôneas, algumas delas escolhidas no próprio campo da oposição.

Em que medida, todavia, estariam contemplados representantes e defensores do próprio regime militar? Sua presença, não é exagerado supor, traria dificuldades e entraves ao trabalho da comissão. Sua ausência, por outro lado, abriria o flanco a acusações de parcialidade nas investigações.

A Comissão da Verdade cumpriria melhor seu papel, a rigor, se estabelecesse as condições mais amplas possíveis para o acesso dos cidadãos a documentos do período.

Investigações independentes, feitas por organizações, pesquisadores e jornalistas sem vínculos com o Estado, constituem no melhor mecanismo para se chegar mais próximo de um ideal nunca definitivo, a verdade histórica. Esta não é monopólio de nenhum colegiado oficial, por mais imparcial que seja.

### **Investimento amazônico**

Quarta-feira, 19/10/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: AMAZÔNIA LEGAL /REGIÃO/; INVESTIMENTO; AMBIENTE; FLORESTA; PRESERVAÇÃO

Investimento amazônico

Os Estados que compreendem a chamada Amazônia Legal são objeto, como mostrou esta Folha no domingo, de um novo ciclo de grandes projetos de investimento. Concentrados em geração de energia e transporte de cargas, prometem levar à região R\$ 200 bilhões até o final desta década.

Promover a exploração equilibrada da Amazônia é a melhor maneira de fortalecer o ativo ambiental que distingue --e distinguirá cada vez mais-- o Brasil no conjunto das nações de maior peso econômico.

O subdesenvolvimento e a desigualdade que hoje marcam as populações amazônicas são o maior incentivo a práticas predatórias da natureza. A região abriga cerca de 13% da população brasileira, mas responde só por 8% da renda.

A nova onda de investimentos, que contará com recursos públicos e privados, equivale ao dobro do gasto planejado pela Petrobras no pré-sal até 2015. O gigantismo das cifras, incomuns para um país que por mais de duas décadas pouco investiu em infraestrutura, motiva comparações apressadas com a construção da rodovia Transamazônica, durante a ditadura militar.

A marca da estrada aberta no meio da selva no início da década de 1970, no entanto, era o fato de sua dimensão faraônica desvincular-se das necessidades da região e do tamanho de sua economia à época. Os investimentos agora propostos vão ao encontro de pressões de demanda e de inadiáveis necessidades do país.

É o caso da ligação de ferrovias, rodovias e transporte fluvial para permitir que se escoe, a custo menor, a safra de grãos do Centro-Oeste através dos portos do Norte e do Nordeste. A construção de grandes usinas hidrelétricas também atende a carências da indústria e dos grandes centros urbanos do país.

A conciliação desses interesses com o ditame de preservar a floresta e afetar o menos possível as condições de vida das populações locais impõe um outro tipo de ação, pouco custosa, mas não menos importante. Trata-se de melhorar, em recursos e sobretudo em produtividade, a fiscalização ambiental desses empreendimentos, a cargo de entidades como o Ibama. Não foi o que ocorreu nos últimos anos.

Os órgãos ambientais também deveriam passar por modernização. Em vez de agirem como uma espécie de resistência burocrática a grandes projetos, espera-se deles que passem a oferecer soluções sustentáveis às diversas demandas pelo desenvolvimento da região.

### **Fantasia minoritária**

Sexta-feira, 04/11/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; USP /UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/; POLÍCIA MILITAR; POLICIAMENTO; SEGURANÇA; ESTUDANTE; OCUPAÇÃO; REITORIA

Fantasia minoritária

Presença de policiais militares no campus da USP é necessária e não ameaça em nada a liberdade de ensino e de pesquisa

Se, em alguma região ou bairro específico da cidade, registram-se vários casos de assalto, estupro e homicídio, não parece disparatada a conclusão de que é preciso aumentar o policiamento no local.

Frequentado por milhares de estudantes, com atividades que se prolongam pela noite, e permeando-se de áreas ermas e descampadas, o campus da Universidade de São Paulo não tem por que constituir exceção a esse raciocínio.

A presença de policiais militares na USP, para manter condições mínimas de segurança, serve, entretanto, de pretexto para atos pseudorrevolucionários de uma ínfima minoria de estudantes.

Ligados a grupelhos situados na mais extrema franja da esquerda universitária, cerca de 200 alunos ocuparam, primeiramente, a sede da administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A façanha teve pouco impacto. Depois de quatro horas de debate, numa assembleia a que compareceram aproximadamente mil pessoas, decidiu-se suspender a ocupação.

Mesmo assim, um grupo de 50 estudantes --pode-se dizer que a minoria de uma minoria-- resolveu dar um passo além, invadindo a reitoria da universidade.

Diante dessa provocação evidente, na qual nem sequer as instâncias e organizações representativas dos próprios estudantes foram respeitadas, tomou-se a única atitude correta: pedir, judicialmente, a reintegração de posse do local, desalojando os ocupantes --pela força, se necessário.

Por timidez, excesso de suscetibilidade ideológica ou mera confusão, ainda há quem associe a presença da PM no campus com os traumas advindos da ditadura.

Uma coisa, entretanto, era o emprego de forças policiais para prender professores e estudantes suspeitos de fazer oposição a um regime antidemocrático. Totalmente diversas são ações de policiamento que em nada impedem a liberdade de cátedra, o ensino, a pesquisa e a própria realização de atos políticos dentro do campus.

Identificada abstratamente com "a repressão", segundo o antigo vocabulário da oposição ao regime militar, a PM hoje está na USP não para reprimir estudantes, e sim estupradores, ladrões e assassinos.

Vale assinalar, num rodapé tão curioso quanto deprimente, que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN) quis rememorar a antiga terminologia --e condenou, na internet, a "repreensão da PM" aos estudantes da USP...

"Repressão" ou "repreensão", não é disso que se trata, e não é a presença da PM que ameaça as atividades universitárias. Quem agride a democracia, o ensino e a pesquisa na USP é a paranoica minoria que invadiu a reitoria, no intuito de provocar um confronto que só atende às suas pueris fantasias de contestação.

### **Tiro no pé**

Sexta-feira, 25/11/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SÃO PAULO /ESTADO/; GOVERNO ESTADUAL; GERALDO ALCKMIN; NOMEAÇÃO; POLÍCIA MILITAR; ROTA /RONDAS OSTENSIVAS TOBIAS DE AGUIAR/; SALVADOR MODESTO MADIA; MASSACRE DO CARANDIRU; PENITENCIÁRIA; PAULO TELHADA; ESTATÍSTICA; MORTE; CONFRONTO

Tiro no pé

Não há impedimento, do ponto de vista legal, para que o tenente-coronel Salvador Modesto Madia seja nomeado comandante da Rota pelo governador Geraldo Alckmin.

Do ponto de vista político, todavia, a decisão é preocupante e lamentável. O tenente-coronel está entre os réus de um processo que se arrasta, escandalosamente, há quase 20 anos.

Não se trata de um processo qualquer. Refere-se a uma operação policial que resultou num total de 111 mortes, passando à história do Brasil com o nome de massacre do Carandiru.

No dia 2 de outubro de 1992, o grupo de policiais a que pertencia o novo chefe da Rota entrou no segundo andar do presídio rebelado. No térreo, os detentos tinham depositeado suas armas, sinalizando que não iriam resistir. Foram fuzilados mesmo assim.

A PM subiu ao segundo andar; 73 presos foram mortos. Saíram vivos aqueles que se protegeram debaixo dos cadáveres das vítimas. O sangue foi limpo a rodo do piso daquele estabelecimento correcional.

A responsabilidade concreta de Madia nesse episódio \_assim como a dos demais policiais envolvidos\_ ainda está por ser apurada.

A nomeação indica, entretanto, a continuidade de uma orientação política equivocada e demagógica por parte do governo estadual. A Rota tem sido sinônimo de truculência policial desde os tempos do governo Paulo Maluf, em pleno regime militar.

Na época, como agora, a ideia de que "bandido bom é bandido morto" prevalece na instituição \_e obtém, inegavelmente, apoio em largas parcelas da população.

Remonta à Alemanha nazista a prática de invocar o "confronto e resistência à prisão" como pretexto para a eliminação sumária de quem quer que seja. Na gestão do antecessor de Madia, coronel Paulo Telhada, aumentaram em 63% os episódios de "resistência seguida de morte".

O governador Alckmin, que contabiliza entre seus trunfos políticos a implosão do Carandiru e o decréscimo das taxas de homicídio no Estado, comete um equívoco com essa nomeação.

Ou, se quisermos incorrer em frase de humor duvidoso, corre o risco de estar dando um tiro no pé. O número de assassinatos em São Paulo poderia diminuir ainda mais, sem dúvida, se a PM contribuísse com sua parte. A saber, matando menos.

### **Volta ao passado**

Sexta-feira, 02/12/2011

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: SENADO; DEBATE; JORNALISMO; DIPLOMA; EXIGÊNCIA; LIBERDADE DE EXPRESSÃO; COMUNICAÇÃO; IMPRENSA; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; CENSURA; SINDICATO; CORPORATIVISMO; ENSINO SUPERIRO; OBRIGATORIEDADE

### **Volta ao passado**

Retorna, por iniciativa do Senado, um debate capaz de suscitar estranheza em qualquer país onde estejam arraigados os princípios da liberdade de expressão.

Trata-se, novamente, da obrigatoriedade de diploma específico para o exercício da profissão de jornalista. O assunto --esperava-se-- havia sido definitivamente encerrado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em junho de 2009, quando se considerou inconstitucional a exigência.

O mecanismo foi introduzido pela ditadura militar e persistiu, ao longo de décadas, devido a uma dupla distorção ideológica.

A primeira, à qual o mundo político adere de bom grado, é a ideia de que faltam dispositivos para "disciplinar", "regular" ou "organizar" o jornalismo no país.

Tais verbos nada mais são do que eufemismos para o desejo de censura. Nenhum governante ou parlamentar se sente à vontade enquanto vigora, por parte da imprensa apartidária e crítica, um ímpeto genuíno de fiscalização.

A segunda distorção tem origem no corporativismo enquistado em órgãos sindicais, em organizações de estudantes e na burocracia das faculdades de jornalismo.

Mais do que nunca, os jornais necessitam orientar-se para a produção de textos analíticos e aprofundados, que sejam, ao mesmo tempo, de formato ágil e acessível para o leitor contemporâneo.

Bacharéis em direito, pessoas com formação em medicina, especialistas em finanças, geografia ou relações internacionais tornam-se particularmente necessários nesse contexto.

Dispondo de facilidade para a comunicação escrita, nada impede que, mesmo sem o diploma, possam ser contratados pelas empresas de comunicação. E, certamente, capacidade crítica, espírito de contestação e independência não são privilégios dos formados em jornalismo.

A obrigatoriedade do documento serve apenas como reserva de mercado para os egressos das faculdades, restringindo a concorrência no mercado de trabalho --o que resulta, em última análise, em desserviço ao leitor.

Aprovando, por 65 votos a 7, uma emenda constitucional para reviver o velho dispositivo, o Senado Federal certamente sabia o que estava fazendo: atender à pressão corporativista dos burocratas da área e entravar ao máximo a atividade de uma imprensa crítica.

## **2012**

### **Dilma, ano 1**

Domingo, 01/01/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF

Dilma, ano 1

A administração se saiu bem em vários aspectos, mas falta arrojo para desatar nós que emperram a economia e elevar o padrão da educação

Sucessora de um presidente que fez bom governo e deixou o cargo sob consagração popular, era natural que Dilma Rousseff pautasse sua estreia pela continuidade. Devia o cargo à indicação de Lula, de quem herdou até mesmo boa parte do ministério.

Um ano depois da posse, porém, é considerável o saldo de mudanças acumuladas. Prevalecendo-se da esmagadora maioria no Congresso (a oposição perfaz apenas 17,5% da Câmara) e da imensa soma de poderes à disposição do cargo, a presidente firmou autoridade própria.

Emancipou-se da sombra do antecessor, que tampouco pretendeu tutelá-la, assim como já repelira, em fins de seu segundo mandato, a tentação autoritária de aventurar-se por um terceiro. Alterações na conjuntura facilitaram essa transição.

O governo adotou uma política econômica mais restritiva no primeiro semestre, a fim de conter o surto inflacionário estimulado pela gastança de 2010, quando o país crescera 7,5%. O gasto público deve ter aumentado 3,5% em 2011, contra quase 9% no ano anterior.

Teve a agilidade de corrigir aquela política em meados do ano, passando a reduzir juros quando uma nova crise dentro da crise que afeta as nações desenvolvidas desde 2008, concentrada na Europa, já freava a economia mundial. O Brasil deve crescer cerca de 3% no ano que terminou ontem, ritmo razoável na conjuntura.

Fazenda e Banco Central atuam de forma mais harmônica que no passado, e a diretriz geral do governo se mostra mais pragmática e flexível, admitindo-se inflação de até 6,5%, estimada para 2011, em nome de manter taxas de crescimento compatíveis com as necessidades do país.

Uma saraivada de denúncias e indícios de conduta irregular derrubou seis dos sete ministros substituídos neste ano, num desenrolar que teve por inesperada consequência favorecer a presidente. Ao contrário do antecessor, Dilma Rousseff mostrou-se pouco complacente em face de "malfeitos" --conforme o eufemismo que celebrizou-- atribuídos a auxiliares, os quais não teve problemas para dispensar, até porque pertenciam ao pesado legado alheio.

Embora deixasse intocada a origem do problema --partidos e oligarcas aliados do poder que desde sempre usam a máquina pública como fonte de vantagens e recursos--, a presidente granjeou fama de faxineira severa. Os escândalos deram moral ao Planalto para enquadrar uma base de apoio tão ampla quanto voraz.

Do ângulo administrativo, houve avanços num setor crítico, o dos gargalos na infraestrutura. Alguns dos principais aeroportos devem ser enfim concedidos à iniciativa privada, numa orientação a ser imitada noutras áreas carentes de investimento, como portos, ferrovias e

rodovias. A construção das duas grandes usinas no rio Madeira segue em bom ritmo, e Belo Monte, no rio Xingu, outra obra necessária, deverá deslanchar.

No âmbito congressional, o governo prorrogou até 2015 a licença para dispor de 20% das receitas, obteve a flexibilização da Lei das Licitações e aprovou a regulamentação da emenda constitucional número 29, que dificulta a manipulação dos gastos estaduais destinados à saúde. Ameaças de rebelião parlamentar se esvaíram perante uma presidente apoiada por 48% da população e munida dos poderes de um mandato ainda fresco.

Um legítimo processo de negociação deverá redundar numa reforma do Código Florestal aceitável por ambientalistas e produtores. Entendimento semelhante permitiu a constituição da chamada Comissão da Verdade, com poderes para esclarecer o que resta elucidar sobre o confronto entre ditadura e guerrilha, especialmente nos anos críticos entre 1968 e 1974.

Em relação à política externa, uma discreta correção de rumos, aparentemente devida à deliberação presidencial, merece endosso. Aplica-se uma orientação mais universal no que se refere a direitos humanos e democracia, sem a seletividade oportunista que marcou a diplomacia do presidente Lula, além de expressa em linguagem menos estridente.

Se a administração se saiu bem nesses aspectos, decepcionou em outros.

Apesar da contenção tópica nas despesas correntes, nenhuma reforma estrutural nos grandes agregados do Orçamento, como dispêndios com previdência e funcionalismo, foi nem sequer esboçada. Somente com poupança pública será viável baixar o patamar de juros, incrementar o investimento e eventualmente reduzir a onerosa carga tributária.

O governo permanece atado ao manejo do cotidiano, tendência agravada pela inclinação centralizadora e detalhista da presidente. Seu comportamento pessoal sóbrio, parcimonioso nas manifestações, exigente com auxiliares e correligionários, não compensa a falta de planejamento de mais envergadura. Desatar os nós que ainda emperram o empreendimento econômico e elevar os padrões de educação pública, dois objetivos estratégicos, demandam muito mais arrojo do que sua gestão parece capaz.

Até março a presidente deve realizar reforma na equipe de governo, apta a conferir fisionomia própria à administração. Seria um sinal auspicioso caso convocasse nomes merecedores de respeito pela expressão e capacidade, reduzindo drasticamente o excessivo número de pastas e o demasiado peso da política fisiológica no governo.

### **Sucesso acanhado**

Terça-feira, 24/01/2012



Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; PESQUISA DATAFOLHA; APROVAÇÃO; RECORDE; POLÍTICA ECONÔMICA

Sucesso acanhado

Sem medidas de impacto, Dilma Rousseff contorna crises, acena para a oposição, evita contrariar interesses e obtém recorde de avaliação

Era previsível que a presidente Dilma Rousseff chegasse bem avaliada ao fim do primeiro ano de mandato, como revelou pesquisa Datafolha.

Em junho passado, a mandatária já era aprovada por 49% dos brasileiros, em meio a período adverso, marcado pelo desgaste político que levou à demissão do ministro Antonio Palocci e por números preocupantes no terreno da inflação. Mesmo assim, sua popularidade superou os índices obtidos tanto por Fernando Henrique Cardoso quanto por Luiz Inácio Lula da Silva nesse intervalo de mandato.

Dois meses depois, em agosto, quando os problemas ministeriais se ampliavam, repetiu-se o desempenho, com 48% de ótimo e bom. Podia-se argumentar, à época, que a pesquisa não havia detectado ainda o efeito da piora do ambiente econômico, causada pelo agravamento da crise internacional.

Hoje, no entanto, constata-se que nem a desaceleração da economia nem as demissões em série de ministros sob suspeita foram suficientes para causar danos à imagem da presidente. Ao contrário, com fama de "faxineira" da corrupção e gestora exigente, Dilma subiu no conceito da população.

Medidas de estímulo à economia evitaram reflexos mais graves no consumo e na taxa de desemprego. Prevaleceu, ao fim de um ano, a sensação de um país que continua a viver tempos de bonança.

Essa percepção esclarece em parte o salto captado pelo Datafolha: dos 48% de agosto, Dilma chega agora a 59%, resultado melhor que o colhido por todos os presidentes eleitos depois da ditadura militar. Com um ano no poder, Fernando Collor alcançava 23% de ótimo e bom; Itamar Franco, 12%; FHC, 41% (no primeiro mandato) e 16% (no segundo); e Lula, 42% e 50%, respectivamente.

A diferença em relação a Lula, até certo ponto surpreendente, pode ser explicada pelo fato de o antecessor ter sido obrigado, no primeiro ano, a debelar uma perigosa crise de desconfiança com medidas ortodoxas para conter a disparada da inflação.

Dilma, por seu turno, precisou apenas corrigir rumos. Beneficiou-se do crescimento econômico acumulado nos anos anteriores e da ligação estreita com o padrinho eleitoral. Mas também foi aos poucos ganhando luz própria. Recebeu FHC no Planalto e mostrou-se, até aqui, menos agressiva que Lula diante da oposição e do eleitorado não petista.

Há mais, porém. Ou melhor, menos: a presidente não anunciou medidas de impacto, não patrocinou reformas, não apresentou um plano de governo. É provável que parte do êxito derive justamente dessa atitude acomodada, de quem evita contrariar interesses e administra o país só no varejo.

### **Tribunais à luz do dia**

Sábado, 11/02/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PODER JUDICIÁRIO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; JUIZ; PROCESSO /JUSTIÇA

Tribunais à luz do dia

Nenhuma decisão pública deve estar a salvo do exame dos cidadãos. O princípio, quase um truísmo, nem sempre é obedecido. Ficaram célebres, no regime militar, os "decretos secretos" --uma clara contradição em termos.

A prática de julgamentos em segredo, como os que até agora protegiam do conhecimento geral processos envolvendo magistrados, a rigor não guardava diferenças com a antiga aberração ditatorial. Felizmente começam a se fazer sentir, no Judiciário paulista, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabeleceu o fim do sigilo nas sessões de julgamento de processos contra juízes.

Não deixaram de vir com uma nota pitoresca, ou, antes, demasiado humana. Um juiz de Ribeirão Preto teria tomado decisões em processo do interesse da namorada, funcionária na sua instância. O relator recomendou pena de censura ao magistrado; pediram-se, em seguida, vistas do processo.

Há mais. Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo teriam recebido altas quantias, como pagamento de atrasados, de forma irregular. Procedendo publicamente ao exame do caso, o órgão especial da corte determinou que interromper os pagamentos configuraria punição precipitada e concedeu aos envolvidos dez dias para apresentar sua defesa.

Só por excesso de zelo corporativo alguém poderia dizer que, com tais notícias, desmoralizasse o prestígio da magistratura. Como em qualquer atividade humana, o risco de favorecimentos e injustiças também está no Judiciário. A confirmar-se a suspeita, o que viria a ferir a ética pública seria o deslizamento do juiz, não a divulgação de que esteja sendo investigado. A única maneira de a instituição preservar a respeitabilidade que, a despeito de casos isolados, largamente ainda possui é demonstrar aos olhos da sociedade que não acoberta suspeitas que pesem sobre um ou outro de seus membros.

A publicidade do processo, e mesmo de suas divergências internas, nada mais é do que uma garantia de equilíbrio para a decisão final. Na esfera pública, ética e transparência não se dissociam.

A lição, que remonta ao século 18, com o princípio da publicidade formulado pelo filósofo Immanuel Kant, vale para os processos judiciais envolvendo qualquer cidadão; menos mal que comece a valer também para os juízes.

### **Chance para a CBF**

Terça-feira, 13/03/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: FUTEBOL; CBF /CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL/; RICARDO TEIXEIRA; RENÚNCIA; JOSÉ MARIA MARIN; JUSTIÇA; LEGISLAÇÃO; NORMA; COL /COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA-2014/; COPA DO MUNDO, 2014; BRASIL; SELEÇÃO BRASILEIRA

Chance para a CBF

Renúncia de Ricardo Teixeira abre espaço para necessária renovação na entidade, a qual, no entanto, dificilmente ocorrerá nos próximos anos

A principal questão em torno da renúncia de Ricardo Teixeira à presidência da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) é saber se se trata apenas da conclusão de um ciclo pessoal ou se também propiciará, como seria desejável, uma nova fase institucional.

Após 23 anos de administração marcada por métodos idiossincráticos e despreço pela transparência, o futebol teria muito a ganhar com uma gestão mais profissional e arejada. Não são esses, infelizmente, os sinais que se observam.

De acordo com normas estatutárias, assume o posto, até 2015, José Maria Marin, o mais velho dos cinco vice-presidentes da entidade --um para cada região do país. O novo presidente também substituirá Teixeira no COL (Comitê Organizador Local da Copa-2014).

Marin, 79, representa a continuidade, se não o retrocesso. Começou carreira política em 1960, como vereador paulistano. Em 1978, na ditadura militar, foi indicado vice-governador de São Paulo na eleição indireta de Paulo Maluf e o substituiu por quase um ano.

De 1982 a 1988, Marin foi presidente da Federação Paulista de Futebol. Chefiou a delegação brasileira na Copa de 1986, no México. Em janeiro, foi flagrado pela TV ao colocar no bolso, dissimuladamente, uma das medalhas que seriam entregues aos atletas do Corinthians pela Copa São Paulo de Juniores.

No currículo e no folclore, Marin encarna o protótipo do cartola brasileiro. A condição precária em que assume a CBF deverá levá-lo a fazer concessões, em especial na gestão do COL --até aqui, uma caixa-preta ligada a interesses de Teixeira, cujas relações com o governo federal estavam deterioradas.

Ricardo Teixeira ficará na história como o presidente que conquistou duas --1994 e 2002-- das cinco Copas do Mundo do Brasil e trouxe para o país o Mundial de 2014. Nas duas décadas que passou à frente da CBF, concentrou as atenções da entidade na seleção brasileira, tratada como atração internacional e produto de marketing capaz de gerar receitas vultosas.

Teixeira foi também alvo de suspeitas de desvios, como no caso revelado por esta Folha sobre a receita de um jogo amistoso contra Portugal em 2008, e enfrentou duas CPIs. Deixa para o sucessor uma confederação rica e um futebol de clubes não raro pobres, endividados e subservientes, com calendários problemáticos e administrados de maneira amadora.

Se houve avanços, como o Estatuto do Torcedor, deveram-se mais a fatores externos do que a sua iniciativa. Os interesses difusos do público nessa que é uma das maiores manifestações culturais do Brasil nunca tiveram prioridade em sua gestão, nem engendraram uma verdadeira agenda de modernização do futebol no país.

Sua renúncia e a eleição de 2015 na CBF abrem uma chance para começar a superar todo esse atraso. Algo muito improvável, porém.

### **Desequilíbrio perene**

Quarta-feira, 14/03/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; JUSTIÇA; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; MEDIDA PROVISÓRIA; ICMBIO /INSTITUTO CHICO MENDES/; CONGRESSO NACIONAL; PODER JUDICIÁRIO

#### Desequilíbrio perene

Congresso tem de seguir Constituição com as medidas provisórias, determina STF em decisão confusa, sem dobrar-se diante do Planalto

O STF (Supremo Tribunal Federal) agiu sem a ponderação que se espera dele ao declarar inconstitucional medida provisória que criara o Instituto Chico Mendes.

A decisão punha sob risco de anulação outro meio milhar de medidas emanadas do Executivo. No dia seguinte, diante da má repercussão e da insegurança jurídica, o Supremo reconsiderou a questão.

Pode-se criticar o STF pela primeira decisão, nunca pela segunda (melhor emendar-se que persistir no erro). E, menos ainda, por pretender sanar uma contínua afronta à Constituição pelo Congresso.

Não é ocioso lembrar que a iniciativa de legislar cabe ao... Legislativo. No Brasil, onde o equilíbrio entre Poderes é ficção, ela costuma ser usurpada pelo Executivo.

A Constituição de 1988 facultou à Presidência da República o recurso das medidas provisórias para os casos de urgência e relevância em que o demorado trâmite usual no Congresso traria dano público.

O que era para ser exceção tornou-se regra. O abuso reminescente dos decretos-lei da ditadura militar só foi contido em 2001, com a emenda constitucional nº 32, que limitou o escopo das MPs e fixou prazo para sua conversão em lei, após o qual perdem eficácia.

Cabe ao Senado e à Câmara compensar a voracidade do Planalto com o que lhes prescreve a própria Carta para medidas provisórias: juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, como as mencionadas urgência e relevância.

O artigo 62 estipula com clareza meridiana: "Caberá à comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso".

Pois é isso o que não vinha ocorrendo. Dezenas de medidas seguiam diretamente para votação dos parlamentares, que, de modo subserviente, aprovam quase tudo o que a todo-poderosa Presidência envia para deliberação. O Congresso raramente se levantou para denunciar, com atos, a óbvia falta de urgência (quando não de relevância) de várias medidas.

Menos mal que o terceiro Poder da República, na figura de sua Corte Suprema, tenha reagido contra tal descaso (ainda que com incharacterística falta de cuidado).

Erra mais ainda o deputado petista Cândido Vaccarezza --que terá perdido o posto de líder do governo na Câmara por deslizes outros-- ao vociferar que "o Supremo não pode se meter nesse assunto". Pois é precisamente na ausência desses contrapesos que se desequilibra a República.

### **Respeito à Anistia**

Segunda-feira, 19/03/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; REGIME MILITAR; DITADURA; LEI DA ANISTIA; FORÇAS ARMADAS; SEBASTIÃO CURÍÓ RODRIGUES DE MOURA; SEQUESTRO; GUERRILHA DO ARAGUAIA; MORTE; CORPO; DESAPARECIMENTO; POLÊMICA; JULGAMENTO; COMISSÃO DA VERDADE; DIREITOS HUMANOS

Respeito à Anistia

Iniciativa de denunciar militares por sequestros durante a ditadura militar é tentativa canhestra de burlar uma decisão do Supremo

Quando julgou a Lei da Anistia em 2010, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu sem ambiguidades que ela é constitucional e que seus efeitos se aplicam tanto aos integrantes de organizações da luta armada quanto aos agentes do Estado que tenham cometido crimes políticos ou conexos.

Com a decisão, portanto, o Supremo encerrou de vez, e para o bem da sociedade, toda a polêmica sobre o alcance da anistia.

Eis que o Ministério Público Federal surpreende agora a todos ao tentar reabrir a questão com uma tese feita sob medida para burlar o entendimento da Corte.

Procuradores da República denunciaram, na Justiça Federal do Pará, o coronel da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura por sequestro qualificado de cinco pessoas na guerrilha do Araguaia (1972-1975). Curió, que comandou tropas na região em 1974, seria responsável pelo desaparecimento de Maria Célia Corrêa, Hélio Luiz Navarro Magalhães, Daniel Ribeiro Callado, Antônio de Pádua Costa e Telma Regina Corrêa.

A ideia dos membros do MPF parece engenhosa. Como o sequestro é considerado um crime permanente --ele deixa de ser cometido apenas quando a vítima é libertada-- e como os corpos dos militantes não foram encontrados, os procuradores argumentam que o ato criminoso persiste até hoje.

Em seu raciocínio tortuoso, os desaparecimentos no Araguaia não estariam cobertos pela Lei da Anistia, que abarca crimes entre 1961 e 1979, ano em que foi editada.

A tese foi rapidamente rejeitada na primeira instância da Justiça Federal, mas os procuradores prometem recorrer. Para o juiz do caso, "a lógica desafia a argumentação exposta". Com efeito, a Justiça se orienta pela verdade material, não por peças de ficção. Pretender que sequestros nos anos 1970 persistam até hoje é atitude artificiosa, de quem mede a legitimidade dos argumentos pelo potencial de servir aos seus propósitos.

A decisão sobre a Lei da Anistia já está tomada, e não será um subterfúgio como esse que fará a mais alta Corte do país alterar seu entendimento. A ação do MPF inevitavelmente chegará ao plenário do STF, mas consumirá tempo e recursos para nada.

Se não tem chance de êxito na arena jurídica, a iniciativa dos procuradores torna-se perniciosa no campo político. Ao buscar punição para militares anistiados, tensiona o ambiente já dificultoso para instalação da Comissão da Verdade.

O escopo da comissão é dar acesso a documentos do período de 1946 a 1988 para clarear o registro histórico. Não se deve sacrificar esse objetivo maior, ainda que a pretexto de repudiar crimes contra direitos humanos que a Lei da Anistia tornou página virada.

### **Comissão da Verdade**

Sábado, 12/05/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE

Comissão da Verdade

Mostram-se legítimas as indicações da presidente Dilma Rousseff para o colegiado que investigará violações a direitos humanos

A presidente Dilma Rousseff anunciou os sete integrantes da Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988.

O colegiado foi instituído por legislação sancionada em novembro de 2011, juntamente com a Lei de Acesso à Informação (que passa a vigorar na próxima quarta-feira). Em conjunto, os dois diplomas representam um aprimoramento institucional valioso, que assegura e amplia o acesso da sociedade a dados sob a guarda do poder público.

Era previsível que a Comissão da Verdade despertasse reações de setores das Forças Armadas apreensivos com a perspectiva de mais revelações sobre a prática de tortura e assassinatos políticos durante a ditadura militar (1964-1985), período que deverá ser privilegiado nas investigações.

Alertas contra o "revanchismo" e temores quanto à revisão da Lei da Anistia têm marcado as manifestações contrárias ao reexame dos fatos. A lei é clara, entretanto, ao prever que as atividades da comissão "não terão caráter jurisdicional ou persecutório". Tampouco dá margem ao questionamento da Lei da Anistia, um dos pilares que asseguraram a transição da ditadura para o mais bem-sucedido regime democrático conhecido pelo país.

Antes de uma regra imposta, a anistia ampla teve a dimensão de um pacto que permitiu à sociedade, em nome de um futuro mais harmonioso, superar a dolorosa cisão que a marcara por duas décadas.

Esse ânimo conciliador, que alguns insistem em ver como sinal de fraqueza, evitou que o Brasil, ao contrário de outras nações, prolongasse conflitos e aprofundasse feridas, com prejuízo à consolidação de uma nova fase da vida nacional.

Isso não significa que se deva colocar uma pedra sobre a história. Os brasileiros têm direito ao esclarecimento dos abusos e das violações ocorridos no passado, cometidos pelos dois lados em conflito.

Dentro dos limites impostos pela lei, que sabiamente estabeleceu restrições e teve a precaução de estipular o caráter pluralista do colegiado, a presidente Dilma Rousseff optou por uma solução equilibrada, com nomes de um modo geral mais comprometidos com a perspectiva de Estado do que com visões de governos ou partidos.



Do ponto de vista ideológico, os indicados distribuem-se equanimemente pelo espectro das forças protagonistas da democratização, com maior ênfase, como seria de esperar, para tucanos e petistas, sem excluir completamente a presença de uma visão mais conservadora.

Se cabe algum reparo, é ao título da comissão --que sugere a pretensão de revelar uma verdade unívoca, quando toda narrativa histórica está sujeita a controvérsia.

### **Mais luz**

Quarta-feira, 16/05/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; COMISSÃO DA VERDADE; LAI /LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO/; DOCUMENTO; TRANSPARÊNCIA; HISTÓRIA; DITADURA; REGIME MILITAR; DIREITOS HUMANOS; LUTA ARMADA; LEI DA ANISTIA; JUSTIÇA; REGULAMENTAÇÃO; CONTROVÉRSIA

Mais luz

Comissão da Verdade precisa transcender debate viciado sobre revanchismo e reforçar o valor dos fatos contra toda forma de obscurantismo

O dia 16 de maio de 2012 ficará para a história como a data em que a transparência das ações do Estado deu dois passos decisivos no país: entra em vigor a Lei de Acesso à Informação (LAI) e toma posse a Comissão da Verdade.

O primeiro dos passos terá consequências importantes para o futuro do Brasil. A nova lei faz da publicidade norma e torna o segredo de Estado exceção. Qualquer particular poderá obter informações sem apresentar justificativa.

Até a véspera da vigência, contudo, a LAI carecia de regulamentação pela Presidência da República. Alguns órgãos federais ainda se acham desaparelhados para localizar e fornecer as informações. Na maioria dos Estados e municípios, o despreparo é todavia maior.

Apesar do potencial transformador da Lei de Acesso, o atraso nas providências não parece causar tanta espécie. Bem mais atenção e calor se produz em torno da Comissão da Verdade, cujo foco se volta para o passado.

Antes mesmo de empossada, a comissão se vê envolta em polêmica que atesta a impropriedade de seu nome: trata-se não de perseguir uma esquiva verdade histórica, sempre

sujeita a controvérsia, mas tão só de esclarecer violações de direitos humanos praticadas no período 1946-1988 (em especial na ditadura militar de 1964 a 1985).

Inflama-se a discussão sobre o escopo dos trabalhos: deve a comissão ater-se a crimes das autoridades militares, ou abarcar também os cometidos por organizações de esquerda? A lei 12.528, que criou a comissão, admite ambos.

Por outro lado, a lei não deixa dúvida quanto aos valores que devem nortear a comissão: conhecimento, memória, reconciliação (suas atividades não terão caráter jurisdicional ou persecutório).

Desse ângulo, não há como excluir de antemão o exame dos casos de inocentes mortos em consequência de ações de organizações que pegaram em armas contra o regime, por exemplo passantes e vigias de bancos vitimados por bombas e tiroteios. Desconsiderá-los, hoje, equivale a coonestar o culto da violência política que parecia justificar, na época, sua contabilização como dano colateral.

Dito isso, cabe denunciar como um despropósito a tentativa de equiparar tais ações, deploráveis como são, aos crimes de militares e policiais. Seja por seu número, pelo emprego sistemático da tortura e de assassinatos por agentes do Estado ou pelo fato de militantes da esquerda já terem pago pelo erro com prisões, tortura e morte, é incorreto e até indigno comparar os dois fenômenos.

No mais, é duvidoso que a comissão consiga produzir grandes revelações. No quarto de século transcorrido, muita documentação já veio à luz, e o que não veio pode estar perdido. Sua maior lição para o futuro será o repúdio a toda forma de obscurantismo.

### **Da tortura à Presidência**

Terça-feira, 26/06/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; DITADURA; REGIME MILITAR; PRISÃO; TORTURA; BRASIL; DEMOCRACIA

Da tortura à Presidência

Dilma Rousseff tinha 22 anos quando foi presa por agentes da ditadura militar. O ano era 1970; levada às dependências da Oban (Operação Bandeirante), foi submetida a espancamentos, choques elétricos e sessões no pau de arara.

Merece ser lido na íntegra seu depoimento ao Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais, publicado por esta Folha. Feito em 2001, só agora foi divulgado.

Além da tortura física, o terror psicológico era constante. "Você vai ficar deformada, ninguém vai te querer", disseram-lhe os carrascos. Dilma foi ainda submetida a uma encenação de fuzilamento. "Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida."

O depoimento não difere, por certo, dos prestados por tantas outras vítimas da repressão organizada pelo regime militar. Mas chama a atenção o fato de quem o prestou ser a atual presidente do país, e de só agora ter vindo a público.

Num ambiente político em que, com tanta frequência, o termo "revanchismo" é invocado, vale assinalar a reserva com que foi tratada, nos últimos anos, a dramática experiência pela qual Dilma passou.

Seria fácil explorá-la politicamente, numa espécie de sentimentalismo macabro.

Quando foi presa, Dilma era dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, organização que realizava assaltos com vistas ao financiamento de ações militares contra o regime. As atividades do grupo resultaram na morte de pessoas inocentes.

Não há por que negar, nesta altura, a estupidez desse tipo de ação. A Lei da Anistia, porém, encerrou o debate sobre responsabilidades criminais de todos os envolvidos.

Não apagou, entretanto, a memória de ninguém. Lendo-se depoimentos como o de Dilma, pareceria implausível que alguém submetido a tortura e terror tivesse condições psicológicas para seguir em frente, tanto na vida pessoal como na rotina da atuação política.

Na área da política, contudo, só avança quem se dispõe a conviver com adversários, eliminar ressentimentos, dedicar-se à negociação. Dilma provou-se capaz disso. Por mais que se assinalem traços mais ásperos em seu temperamento, sua atuação como presidente não tem sido pautada por rancor nem por ânimo retaliatório.

A maturidade política dessa atitude não deixa de refletir, na verdade, o amadurecimento da democracia no Brasil. Ainda assim, também de um ponto de vista pessoal, Dilma Rousseff se engrandece com a tardia divulgação de seu depoimento.

### **Cinzas do regime**

Terça-feira, 03/07/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: BRASIL; HISTÓRIA; DITADURA; REGIME MILITAR; SNI /SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES/; ARQUIVO; DOCUMENTO; INVESTIGAÇÃO; SIGILO; DESTRUIÇÃO

Cinzas do regime

Burocracia do SNI registrou metodicamente a destruição de milhares de documentos, tentativa canhestra de apagar rastros da estupidez ditatorial

Ficou famosa uma frase do idealizador do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações), general Golbery do Couto e Silva: "Criei um monstro", declarou certo dia, mais uma neutra constatação do que um genuíno arrependimento.

O monstro, ao que tudo indica, já se devorava a si mesmo antes até de extintas suas funções de principal órgão de espionagem na ditadura militar (1964-1985). Reportagem na Folha de ontem mostra que mais de 19 mil documentos sigilosos do SNI foram destruídos, durante o segundo semestre de 1981.

Em vários casos, a ordem para a aniquilação do material secreto foi dada pelo chefe do SNI na época, general Newton Cruz. "Foi tudo de acordo com a lei da época", assevera Cruz, hoje com 87 anos.

Arquivos de valor histórico, como relatórios sobre as supostas atividades subversivas dos poetas João Cabral de Melo Neto e Vinicius de Moraes, não foram as únicas baixas nessa investida oficial contra a própria documentação.

Papéis capazes de ferir suscetibilidades e reputações mais frágeis também desapareceram. É o caso de um dossiê, intitulado --de forma algo indiscreta-- "Tráfico de Influência de Parente do Presidente da República". Fazia-se referência a alguém do círculo familiar de Emílio Garrastazu Médici, presidente entre 1969 e 1974.

O interesse principal das autoridades na eliminação dos arquivos parece ter sido não tanto o de proteger os incriminados, e sim os próprios incriminadores. O zelo investigativo sobre poetas ou figuras de oposição tenderia, com o passar do tempo, a mostrar o ridículo e a estreiteza ideológica dos chamados "serviços de inteligência".

Obliterou-se o máximo possível (ainda que mantendo registros de cada documento destruído). Sinal, sem dúvida, de um esforço de autoproteção. Sinal, também, da irracionalidade de todo o projeto. Como em qualquer regime autoritário, a máquina das suspeitas e das denúncias não tinha como não crescer exponencialmente.

A limpeza dos arquivos pode ser atribuída tanto à necessidade de ocultar malfeitorias quanto a questões logísticas: seria preciso reservar espaço (e tempo de análise) para os novos dossiês, as novas suspeitas, as novas ilegalidades.

A burocracia tem suas leis; têm suas leis, também, a opressão política e a estupidez ditatorial. Vê-se, não pela primeira vez, como é difícil sondá-las plenamente.

### **Estradas bloqueadas**

Quarta-feira, 01/08/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; MNISTÉRIO DOS TRANSPORTES; PAULO PASSOS; TRANSPORTE; CAMINHÃO; CAMINHONEIRO; GREVE; MANIFESTAÇÃO; ACORDO; REGULAMENTAÇÃO; JORNADA DE TRABALHO; LEGISLAÇÃO

Estradas bloqueadas

O direito de greve, restituído pela Constituição depois do fim do regime militar, é uma prerrogativa dos trabalhadores reconhecida nos regimes democráticos. A legitimidade de movimentos desse tipo não significa, no entanto, que devam ou possam ser organizados com o fim de gerar prejuízos para o conjunto da sociedade.

É o que se verificou na paralisação dos caminhoneiros, que havia assumido características condenáveis nos últimos dias. A greve, cujo término foi acertado ontem em reunião com o ministro dos Transportes, Paulo Passos, se propagou de maneira violenta e autoritária, com a formação de piquetes e bloqueios em estradas estratégicas como a Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

O movimento produziu desabastecimento em alguns pontos, alta de preços de produtos e prejuízo à circulação de pessoas que nada tinham a ver com as queixas e reivindicações da categoria, algumas delas justificáveis.

Viagens pela Dutra foram retardadas em até dez horas. Ônibus que levavam passageiros do Sudeste para cidades do Nordeste foram retidos em mais de um bloqueio.

A categoria reclamava dos valores do salário e do frete, além de rejeitar algumas novidades impostas pela recente lei que regulamentou a profissão de motorista \_ também alvo de crítica de empresários do setor de transporte.

Pela regulamentação, que agora poderá ser flexibilizada, tornam-se obrigatórios o intervalo de 11 horas entre duas jornadas, o respeito ao período de uma hora para refeições e o descanso de 30 minutos a cada quatro horas trabalhadas.

As novas regras têm o louvável propósito de tornar menos cansativa a carga de trabalho, fator que explicaria em parte a quantidade alarmante de acidentes. Cerca de 18% da frota, os caminhões estão envolvidos em 30% dos desastres com morte em rodovias.

Apesar das boas intenções do legislador, a categoria considera que perderá produtividade e rendimento, além de expor-se a riscos, uma vez que as estradas não possuem estrutura adequada para abrigar os veículos e motoristas nas paradas obrigatórias.

São problemas que merecem ser equacionados, mas não justificam o recurso abusivo de bloquear estradas e causar danos à população.

### **Depuração criminal**

Segunda-feira, 03/09/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; SENADO; REFORMA; CÓDIGO PENAL; LEGISLAÇÃO; CRIME; DEBATE

Depuração criminal

Novo Código Penal reduz pela metade o total de normas sobre crimes no país; Senado agora precisa promover amplo debate sobre o projeto

Deve ser saudada como prudente a decisão do Senado de prorrogar o prazo para análise do projeto de novo Código Penal, atualmente em debate por uma comissão especial daquela Casa.

A legislação criminal é, depois da Constituição, a peça mais importante do ordenamento jurídico. Nela estão definidas as condutas que autorizam o Estado a exercer a força contra o cidadão, privando-o de sua liberdade individual.

Essa razão, por si só, já é suficiente para impor uma discussão esmerada sobre o tema. Reforça tal imperativo o fato de que o projeto em tela, elaborado por 15 especialistas, buscou unificar em um único diploma todas as normas penais atualmente existentes no Brasil.

A proposta apresentada sugere a revogação, total ou parcial, de nada menos do que 110 leis que foram criadas desde 1940 \_ano de promulgação do Código Penal\_ e tratam de matéria criminal.

Segundo o procurador da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, relator da comissão de especialistas, o arcabouço penal em vigor contém 662 crimes e 66 contravenções, além de 402 normas não incriminadoras (que dispõem sobre conceitos e aplicação da lei).

No projeto de novo Código Penal, esse emaranhado de 1.130 dispositivos é reduzido para 543, dos quais 374 tratam de crimes e 169 são normas não incriminadoras.

O esforço de depuração é notável. Não só por cortar quase pela metade o total de figuras criminais, mas também por retirar do ordenamento peças ultrapassadas.

Basta dizer que 56 das leis atingidas antecedem a Constituição de 1988 e 38 foram elaboradas durante a ditadura militar (1964-1985).

Esses números ajudam a perceber como é premente o resgate da racionalidade do sistema penal. Ao mesmo tempo, assinalam que uma tarefa dessa natureza não pode ser cumprida com precipitação.

O ideal é que, a partir de agora, os senadores incorporem sugestões e críticas de outros especialistas. Por exemplo, já se chamou a atenção para a desproporção existente no projeto entre a pena para omissão de socorro a animal (prisão, de um a quatro anos) e omissão de socorro a criança (prisão, de um a seis meses, ou multa).

Além de falhas como essa, há temas que precisam passar por debate mais amplo. São os casos de certos tipos penais criados, como "bullying" e enriquecimento ilícito, e do papel das penas de prisão, que deveriam ser aplicadas só para crimes cometidos com violência.

O novo Código Penal precisa, ele próprio, ser depurado. Será lamentável se, nesse processo, os legisladores decidirem recuar diante dos tabus que o projeto enfrentou de forma liberalizante, caso do aborto, da eutanásia e das drogas.

O Senado precisa agora definir a medida certa entre ponderação necessária e postergação excessiva.

### **Em memória de Herzog**

Quarta-feira, 26/09/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DIREITOS HUMANOS; VLADIMIR HERZOG; MORTE; TORTURA; REGIME MILITAR; DITADURA; PRISÃO; COMISSÃO DA VERDADE; INVESTIGAÇÃO; CERTIDÃO DE ÓBITO

Em memória de Herzog

No dia 31 de outubro de 1975, a catedral da Sé, no centro de São Paulo, recebeu uma pequena multidão para um culto ecumênico em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. A reportagem da Folha calculou, na ocasião, que cerca de 8.000 pessoas estavam na igreja e mil, do lado de fora.

O ato religioso representou uma manifestação pública pioneira contra a ditadura militar. O regime sobreviveria ainda por uma década, mas em franca decadência.

O jornalista trabalhava na TV Cultura e era ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Na sexta-feira, dia 24, fora levado por agentes às dependências do DOI-Codi, órgão subordinado ao estamento militar.

No domingo, dia 26, o 2º Exército emitiu nota na qual afirmava que Herzog se suicidara. Era notório que ele havia sido torturado.

A impostura, inscrita na certidão de óbito, foi mantida por 37 anos. Agora, por iniciativa da viúva Clarice Herzog e da Comissão da Verdade, a Justiça restabeleceu os fatos. Passará a constar do documento que a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do 2º Exército.

A correção, determinada pelo juiz Márcio Bonilha Filho, da Segunda Vara de Registros Públicos de São Paulo, tem valor simbólico e histórico --e abre a perspectiva de outras reparações análogas.

Foi o primeiro resultado prático das atividades da Comissão da Verdade. Formada por sete membros, ela foi instaurada pela presidente Dilma Rousseff, em maio, para investigar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988.

O título da comissão, para ser rigoroso, contém uma hipérbole enganosa. Primeiro, porque a verdade histórica é esquiva e sujeita a controvérsia. Depois, porque a comissão, num passo criticável, afastou de sua alçada violações cometidas por organizações de esquerda.

Lembre-se que a lei 12.528, que criou o colegiado, dá margem a essa extensão das investigações pelo colegiado, descartada por iniciativa exclusiva de seus integrantes.

Sem dúvida que o objeto principal da comissão são os atos praticados por agentes públicos. Não há comparação possível entre a perseguição, a tortura e o assassinio organizados sistematicamente pelo Estado, de um lado, e ações de grupos armados de esquerda, de outro,



mesmo nos casos em que levaram inocentes à morte --tampouco há motivo razoável para afastá-las do exame frio para registro da história.

À luz do espírito conciliatório da Anistia, os atos da comissão não podem legalmente se revestir de caráter jurisdicional, para condenar ou para absolver. Como no caso de Herzog, é preciso esclarecer os fatos e reconstituir a memória --o que deveria valer para todos.

### **Virada paulistana**

Quinta-feira, 04/10/2012

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2012; ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; CELSO RUSSOMANNO; PRB /PARTIDO POLÍTICO/; FERNANDO HADDAD; PT /PARTIDO POLÍTICO/; JOSÉ SERRA; PSDB /PARTIDO POLÍTICO/; PESQUISA DATAFOLHA

Virada paulistana

Queda de Russomanno nas pesquisas torna imprevisível resultado no domingo; Serra e Haddad ainda podem tirá-lo do segundo turno

A pesquisa Datafolha divulgada ontem adicionou novo grão de incerteza na corrida pela Prefeitura de São Paulo. Já não se trata de prospectar, como há poucos dias, quem disputará o segundo turno com Celso Russomanno --pois agora nem a presença do candidato do PRB entre os dois primeiros pode mais ser dada como garantida.

Num intervalo de duas semanas, Russomanno caiu de 35% para 25% das intenções de voto. Perdeu mais de um quarto de seus eleitores e deixou de ser líder isolado na disputa, posição confortável que ocupou durante mais de um mês.

Segundo o Datafolha, José Serra (PSDB), com 23%, está em situação de empate técnico tanto em primeiro lugar, com Russomanno, quanto em segundo, com Fernando Haddad (PT), que tem 19%. O petista, nos últimos 15 dias, ganhou quatro pontos percentuais, enquanto o tucano avançou dois.

Gabriel Chalita (PMDB) também se beneficiou da sangria de Russomanno, mas permanece num distante quarto lugar, com 11%.

Quando considerados apenas os votos válidos, Russomanno tem 29%, Serra, 27%, e Haddad, 22% --percentuais historicamente baixos, indicativos de como a disputa está apertada. Desde o fim da ditadura militar, nunca o primeiro colocado teve menos de 30% dos votos válidos.

Se as tendências nas pesquisas --Russomanno minguante, Serra e Haddad crescentes-- tornam mais que nunca imprevisível o resultado do primeiro turno, nem por isso elas deixam de esclarecer algo sobre o processo eleitoral.

A constatação mais óbvia remete à grande surpresa da disputa. Como poucos analistas --para não dizer nenhum-- foram capazes de prever o desempenho de Russomanno, as campanhas do PSDB, do PT e do PMDB demoraram para levar a sério o candidato do PRB.

Quando o fizeram, passando a desferir ataques direta e incessantemente no horário político, Russomanno não resistiu. Ele não só perdeu dez pontos como viu sua rejeição disparar: um mês atrás, 12% dos eleitores diziam que não votariam nele de jeito nenhum; agora, esse grupo reúne 26%.

Os 35% de intenção de voto que Russomanno chegou a alcançar não combinavam com um candidato sem experiência administrativa, de partido frágil. Embora não seja marinheiro de primeira viagem, pois foi deputado federal por quatro mandatos, o candidato do PRB foi inflado mais por sua celebridade midiática do que por seus feitos na política.

Propostas esdrúxulas, como tarifas de ônibus escalonadas segundo a distância percorrida (desvantajosas para os mais pobres, que também moram mais longe), e um programa de governo superficial são meros sintomas desse quadro.

Ainda que por estímulo da propaganda negativa, as pesquisas mostram um Russomanno mais próximo de seu tamanho real.

## **2013**

### **Palavra final**

Sábado, 09/02/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS; HENRIQUE EDUARDO ALVES; DEPUTADO FEDERAL; MENSALÃO;

JULGAMENTO; STF /SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/; CORRUPÇÃO; CASSAÇÃO;  
MANDATO; CONDENAÇÃO; RÉU

Palavra final

Presidente da Câmara dá declarações dúbias sobre cassação de mensaleiros, mas já parece apostar no alongamento dos prazos

O novo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), mostrou-se nos últimos dias um político sinuoso como poucos. Após declarar três vezes que o Legislativo daria a última palavra sobre a cassação dos parlamentares condenados no julgamento do mensalão, parece ter voltado atrás.

Na saída de um encontro com o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, Alves afirmou que "não há hipótese de não cumprir a decisão". Como se sabe, a corte havia determinado a perda dos mandatos dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoino (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

A decisão do STF deu início a um deletério embate com o Legislativo. No entender desta Folha, cabem aos representantes eleitos pelo povo a prerrogativa e a responsabilidade do ato final de cassação, como estipula o artigo 55 da Constituição --pelo qual somente o Congresso pode cassar mandatos de deputados condenados.

O episódio desdobrou-se em trocas de invectivas entre o então presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e ministros do Supremo, o que instilou temores de uma crise institucional entre os dois Poderes. Um cenário em que todos perderiam, a começar pela democracia, que passou vitoriosa por vários testes desde a ditadura militar.

A dubiedade de Henrique Alves explica-se pela inusitada resistência a sua campanha para presidir a Câmara. Investido no cargo, mudou de tática --parece agora apostar no alongamento dos trâmites.

A Câmara só poderá agir quando o processo estiver encerrado, sem mais recursos a julgar. Estima-se que o prazo para a conclusão seja de cerca de sete meses, embora não haja garantias disso.

Caberia então à Mesa da Câmara declarar a perda dos mandatos, formalizando a decisão do STF. Não faltarão ao presidente da Casa e à base parlamentar governista, entretanto, ideias e oportunidades para esticar prazos, com recurso a expedientes burocráticos, e dar sobrevida parlamentar aos condenados. Seria uma forma de insubordinação branca, inaceitável.

A conveniência política, no entanto, ditará a marcha dos acontecimentos. Não interessa à presidente Dilma Rousseff e a seus aliados, por certo, que o governo seja premido por um conflito entre Legislativo e Judiciário, com a partida da reeleição já iniciada.

Para o bem do país e das instituições, uma decisão expedita e madura da Câmara, em obediência ao Supremo, é o caminho a seguir.

### **Jogo de luzes e sombras**

Terça-feira, 05/03/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; DILMA ROUSSEFF; LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO; DOCUMENTO; DITADURA; REGIME MILITAR; ARQUIVO NACIONAL

Jogo de luzes e sombras

Revelado bloqueio de acesso a documentos da ditadura militar nos ministérios, Planalto decide depositar papéis no Arquivo Nacional

Quando a presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão da Verdade, ela afirmou que, a partir daquela "data histórica", o Brasil iria "comemorar a transparência e celebrar a verdade".

A distância que separa as palavras dos atos que lhes são correspondentes, contudo, quase sempre é larga. No caso da Lei de Acesso, especialistas já diziam que, para se adaptar às novas regras de transparência, o país precisaria de mais do que os seis meses previstos pelo diploma legal.

Uma reportagem desta Folha, publicada no domingo, trouxe um claro exemplo dessa dificuldade. Mais de um ano após a lei ter sido sancionada pela presidente, pelo menos nove órgãos federais vinham criando empecilhos ao acesso a documentos produzidos por ministros de Estado durante a ditadura militar (1964-1985).

Ficavam fora do alcance imediato de pesquisadores avisos, memorandos, ofícios, exposições de motivos e telegramas produzidos por autoridades do regime militar, como os ministros das três Forças Armadas, da Fazenda e da Justiça.

Essa parte do acervo da ditadura tampouco estava sob guarda do Arquivo Nacional --como deveria-- ou nas mãos da Comissão da Verdade --criada para investigar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988.

Sem que estivessem devidamente arquivados, os documentos localizados pela reportagem não estavam catalogados nem tinham o conteúdo descrito na maior parte dos casos. Não é pequena a dificuldade que essa situação cria para historiadores e jornalistas.

Ainda pior, alguns órgãos só permitiam que a pesquisa fosse feita em certos dias do mês. E, como regra, não há sala específica para a leitura dos papéis.

Dois casos eram particularmente preocupantes. O Comando do Exército não autorizou que seu arquivo fosse visitado, por se tratar de suposta "área de segurança"; e a Casa Civil informou que, por falta de tempo para analisar seus documentos, não permitiria o acesso.

O relato sobre tais obstáculos parece ter constrangido o governo. Ontem, o Planalto decidiu enviar ao Arquivo Nacional os milhares de papéis retidos pelos ministérios.

Ainda que a Presidência tenha atuado de forma reativa, não se pode deixar de reconhecer que a decisão representa um avanço. Apenas quando todo o material estiver à disposição do público, como determina a Lei de Acesso, o Brasil poderá conhecer melhor esse capítulo escuro de sua história recente.

Não se pode permitir que interesses corporativos, como os das Forças Armadas, ou meros esbirros burocráticos mantenham sombras sobre o passado do país.

### **Chá, por favor**

Segunda-feira, 08/04/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: VIADUTO DO CHÁ; LOGRADOURO; CÂMARA MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/; VEREADOR; MÁRIO COVAS

Chá, por favor

Rua da União, rua da Aurora, rua da Saudade. "Como eram bonitos os nomes das ruas da minha infância", escreveu o poeta Manuel Bandeira em "Evocação do Recife". Acrescentou temer que a rua do Sol "hoje se chame do dr. Fulano de Tal".

"Viaduto do Chá" pode não ser um nome tão inspirador quanto os das velhas ruas recifenses. Diga-se também que Mário Covas não é um "Fulano de Tal" como os desdenhados por

Manuel Bandeira. Cassado pelo AI-5 em 1969, quando era líder da oposição ao regime militar na Câmara dos Deputados, retornou à política dez anos depois.

Tornou-se prefeito e governador de São Paulo, sem recorrer às nauseantes reviravoltas ideológicas e ao oportunismo que se tornaram a regra da política brasileira. Merece as muitas homenagens que já recebeu.

Levam seu nome o Rodoanel, obra iniciada sob sua administração; um hospital em Santo André e outro em Marília; uma área verde na avenida Paulista, além de diversas escolas, instituições e logradouros em várias partes do país.

A memória de Mário Covas não depende, portanto, de alteração no nome do viaduto do Chá. O lugar, aliás, continuará a ser chamado como sempre foi.

Eis que os autores da proposta de mudança --que corre na Câmara Municipal, com o apoio da maioria dos vereadores-- optaram por uma fórmula híbrida. Haveria, se aprovado o infeliz projeto, um viaduto do Chá Prefeito Mário Covas.

O método resulta em puro congestionamento verbal. Disseminado o estilo, as consequências seriam incontrolláveis. Seria o caso de termos uma "rua da Consolação Paulo Maluf"? Ou, para ir mais longe, uma avenida Jacu-Pêssego Ernesto Che Guevara? Uma Brasília Juscelino Kubitschek?

Abandone-se, antes que seja tarde, esse tipo de palimpsesto onomástico, de recapeamento toponímico. A proposta, se cabe o mau trocadilho, deve ser demolida.

### **Em defesa da Anistia**

Sábado, 25/05/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A4

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: COMISSÃO DA VERDADE; LEI DA ANISTIA

Em defesa da Anistia

É inoportuna a proposta de membros da Comissão da Verdade de rever lei que assegurou transição da ditadura para a democracia

Em evento que marcou o primeiro ano da Comissão Nacional da Verdade, alguns dos integrantes do colegiado se manifestaram a favor de recomendar a revisão da Lei da Anistia no relatório final dos trabalhos.

Embora as atividades da comissão não possam legalmente assumir caráter jurisdicional, punitivo ou persecutório, seus membros são livres para fazer constar no texto conclusivo as recomendações que julgarem mais convenientes.

No que tange à proposta de mudar a Lei da Anistia, trata-se de recorrente e rematado equívoco, cujas repercussões danosas se fazem pressentir em vários níveis.

Já de início, declarações nesse sentido, a um ano do encerramento das pesquisas, fomentam a discórdia no próprio grupo, uma vez que alguns de seus membros são contrários à proposta.

Ao mesmo tempo, reaviva-se a desconfiança de que os trabalhos em curso se pautem pelo espírito de revanchismo, o que por sua vez alimenta a reticência de representantes das Forças Armadas --que resistem, muitas vezes de maneira inaceitável, a colaborar com as requisições da comissão.

O Supremo Tribunal Federal confirmou, em 2010, a abrangência da Lei da Anistia, que impede a responsabilização criminal tanto de agentes do Estado quanto de militantes que combateram o regime. Datada de 28 de agosto de 1979, a legislação perdoa todos aqueles que, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes por motivações políticas.

Não há dúvida de que o diploma se mostrou profícuo, com o passar do tempo. Refreou ímpetos que poderiam levar a um processo de aprofundamento de conflitos e divisões, em prejuízo do reencontro da sociedade consigo mesma e com a reconstrução da democracia -- ora consolidada, de maneira inédita na história do país.

Vivemos numa nação que elegeu para presidente a ex-militante de um grupo de luta armada, a qual conta com o apoio político de personalidades ligadas ao então partido da ditadura, caso do ex-presidente José Sarney (PMDB).

Goste-se ou não, a passagem do regime de exceção para o Estado de Direito foi fruto de lutas, mas também de entendimentos. Antes de uma imposição, a anistia ampla foi um pacto que assegurou a transição democrática.

A tradição brasileira da reconciliação costuma ser vista por alguns como sinal de fraqueza histórica, quando na realidade tem contribuído para que o país não se dilacere em lutas internas.

A Comissão da Verdade faz um trabalho valioso de restabelecimento de fatos históricos. Deveria se concentrar em sua tarefa em vez de abraçar propostas inoportunas que extrapolam o seu próprio escopo.

**Privilégio ambíguo**

Quinta-feira, 11/07/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; JUSTIÇA; IMPUNIDADE; FORO PRIVILEGIADO

Privilégio ambíguo

Impunidade de políticos não decorre do foro privilegiado, mas de Justiça ineficiente; abolir mecanismo produzirá efeitos desfavoráveis

É compreensível a confusão. O apelido mais conhecido, "foro privilegiado", sem dúvida sugere a existência de condenável regalia.

Não estranha, portanto, que o Congresso tenha incluído em sua agenda positiva um esforço para eliminar essa prerrogativa constitucional. Os parlamentares estariam, com isso, oferecendo o seu quinhão para o combate à impunidade que tradicionalmente beneficia políticos de todos os matizes.

Há dois equívocos nesse raciocínio. O primeiro é imaginar que o foro especial --assegurado a autoridades como o presidente da República, governadores, prefeitos, congressistas e ministros de Estado-- seja responsável pela ausência de punições na esfera jurídica.

Basta um conhecimento mínimo acerca da Justiça brasileira para saber que réus "comuns", desde que disponham de recursos para contratar bons advogados, também conseguem se livrar da condenação. Poucos contestam que as numerosas instâncias recursais contribuem decisivamente para isso.

Nesse sentido, extinguir a prerrogativa de foro seria contraproducente. Pelas regras atuais, prefeitos começam a ser julgados nos Tribunais de Justiça (segunda instância); governadores, no Superior Tribunal de Justiça (terceira); presidente, ministros, deputados e senadores, no Supremo Tribunal Federal (que funciona como quarta instância em alguns casos).

Pretender que sejam acionados na primeira instância abriria novo leque de recursos e chicanas, tornando mais longa a já lenta caminhada processual. Em vez de diminuir, a impunidade aumentaria.

O segundo equívoco do raciocínio é imaginar que a prerrogativa de foro constitua, de fato, um privilégio. De um lado, porque não há benefício em ter suprimido um ou todos os graus de



jurisdição. De outro, porque o mecanismo busca assegurar um julgamento imparcial --em proveito não só do réu, mas também da sociedade.

Em tese, tribunais superiores estão mais protegidos contra as pressões que governantes e legisladores podem tentar exercer em favor da absolvição, assim como são menos suscetíveis à litigância meramente persecutória.

Vociferar contra a prerrogativa de foro é apenas uma maneira de contornar a questão central. A impunidade seria bem menor se Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário conduzissem os inquéritos com o zelo que eles merecem.

A recente prisão de um deputado federal em pleno exercício do mandato --pela primeira vez desde a ditadura-- e o inusitado rigor no julgamento do mensalão são indícios de que os tempos mudaram.

Não estranha, portanto, que os políticos agora queiram deixar os seus processos o mais longe possível da decisão final.

### **Constituição em vigor**

Sábado, 05/10/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

Assuntos Principais: 1988; CONSTITUIÇÃO; HISTÓRIA; DEMOCRACIA

Constituição em vigor

Carta de 1988 consolidou democratização brasileira e, apesar dos defeitos, firmou-se como referência para os principais debates públicos

Os 25 anos da Constituição brasileira, que se comemoram hoje, talvez contenham em si mesmos --pela mera menção de sua durabilidade-- o maior elogio ao texto atualmente em vigor.

Quando foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, não faltaram advertências quanto aos riscos de inviabilidade que a nova Carta projetava sobre os governos do futuro, dado seu detalhismo e sua prodigalidade ao acomodar demandas das mais distintas corporações.

Para os padrões brasileiros, entretanto, a Constituição se prova duradoura. O período anterior de plena democracia constitucional, iniciado em 1946, vigorou por 18 anos --marcados, como

se sabe, por ameaças de instabilidade civil e de intervenção militar, até produzir-se a crise final de 1964.

Não está na qualidade abstrata de um texto legal a vacina para impasses de tal tipo. Ainda assim, o maior mérito da Carta de 1988 foi o de expressar, depois de um extenso período de debates, um consenso básico da sociedade brasileira, no sentido de superar suas imensas desigualdades dentro de uma moldura democrática.

Refutava-se concepção que, paradoxalmente, havia sido compartilhada por adeptos da direita e da esquerda ao longo do século 20.

A criação de um "Brasil potência" e a construção de uma "pátria socialista" haviam tomado os princípios da liberdade individual e da alternância de poder como nada mais que empecilhos ao exercício da razão de Estado.

A democratização brasileira, coincidindo com o declínio dos totalitarismos de esquerda, inscreveu na Constituição algo que não se resumiria a uma mera enunciação formal de princípios. Mais do que restaurar a democracia, tratou-se de ampliá-la, incluindo novos direitos sociais e mecanismos para cobrar sua execução.

O papel renovado do Ministério Público assinala-se como exemplo eloquente desse intuito. Uma ampla liberdade partidária, um constante fortalecimento dos órgãos judiciários, o rumo aberto para os direitos do consumidor, da criança, do idoso, nada disso ficou no plano da teoria --embora não faltem aspectos em que a prática continua aquém do aceitável.

Ironicamente, se a nova Carta veio a ser elaborada em consonância com um clima internacional marcado pelo descrédito do autoritarismo político, a crise dos sistemas socialistas surpreendeu o legislador brasileiro numa espécie de contrapé ideológico.

A Constituição de 1988 resistiu, na letra e na realidade, a preparar o país para o ambiente da globalização econômica e da redução do papel do Estado. Ficou entregue a reformas posteriores, ainda incompletas ou negligenciadas, a tarefa de abrir a um modelo concorrencial vastas áreas da economia, como as comunicações, os transportes, os serviços essenciais.

Mais do que isso, faltam ainda as modificações incontornáveis da desburocratização, da plena liberdade sindical, da simplificação tributária, da adaptação do sistema previdenciário à reviravolta demográfica já em curso no país.

Aspectos que, ao exprimir insatisfações represadas pela ditadura, a Constituição Federal terminou engessando em dispositivos de difícil modificação.

Além desses dois eixos básicos --os direitos dos cidadãos e a organização econômico-social--, a Carta de 1988 tratou de encontrar solução em outras vertentes, que incidem sobre a arquitetura institucional republicana.

Correspondem aos temas clássicos da divisão dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), da representação popular, das relações entre União, Estados e municípios. O saldo não é inequívoco.

Vê-se o enfraquecimento do Legislativo perante a atuação do governo central. O processo, porém, é comum às democracias ao longo dos últimos cem anos, pelo menos. Dificilmente, sob as precaríssimas determinantes da cultura política brasileira, um texto constitucional poderia estancá-lo.

A representatividade do Parlamento --e dos políticos em seu conjunto-- sofre ademais com o voto obrigatório, a desproporção entre bancadas estaduais na Câmara dos Deputados, o sistema proporcional puro --que leva o eleitor a escolher entre centenas, ou milhares, de candidatos numa verdadeira barafunda partidária.

As reformas ainda a promover, bem como as incontáveis disposições que carecem de regulamentação, testemunham, entretanto, a vitalidade de uma Carta já longeva, mas ainda nova.

Sobretudo, é sempre à Constituição que se recorre quando estão em disputa os interesses mais diversos, das células-tronco aos territórios indígenas, da realidade carcerária à liberdade de imprensa.

É por estar viva que a Constituição se faz objeto de polêmica e de contradição. É porque regula, dentro da ordem, tantos conflitos, que seu caráter democrático sobressai, acima dos grupos, das pressões e das circunstâncias do momento.

### **Acelerar os processos**

Domingo, 15/12/2013

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: EM OBRAS

Assuntos Principais: LEGISLAÇÃO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; CPC /CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/; CONGRESSO; SENADO; VOTAÇÃO; PROJETO; MUDANÇA; TRAMITAÇÃO

Acelerar os processos

Em tramitação no Congresso, novo Código de Processo Civil prioriza celeridade; Câmara, porém, descarta um dos dispositivos mais relevantes

Arrasta-se há quase três anos, na Câmara dos Deputados, a tramitação da proposta que cria um novo Código de Processo Civil (CPC) para o país. Não é pouco o que está em jogo. Basta dizer que, excetuada a esfera penal, os demais ritos processuais são regulados por esse conjunto de normas.

Da petição inicial à sentença, passando por recursos e prazos, é nesse código que advogados, promotores e juízes encontram as regras para o andamento de processos em matérias de direito civil, comercial, financeiro, social, trabalhista e tributário, entre outros.

Instituído em plena ditadura militar (janeiro de 1973), o atual CPC tornou-se defasado por variadas razões, que vão da promulgação de uma Constituição democrática, em 1988, ao surgimento de tecnologias capazes de aposentar o papel.

Dada sua importância nos meandros judiciais, é natural, ademais, que especialistas e legisladores olhem para o CPC quando procuram soluções para a exasperante morosidade da Justiça, afogada em quase 100 milhões de ações.

O número excessivo de recursos e mecanismos protelatórios à disposição da parte derrotada é apontado, com razão, como um dos elementos que mais contribuem para abarrotar os tribunais e fundamentar o conhecido adágio "ganhou, mas não levou".

É de estranhar, portanto, que a Câmara tenha suprimido um dos dispositivos que, na proposta elaborada por uma comissão de juristas e aprovada pelo Senado em 2010, prometiam aumentar a efetividade do Poder Judiciário --a saber, o fim do chamado efeito suspensivo das apelações.

Hoje, a sentença do juiz não produz efeitos imediatos na maioria dos casos. Como regra, basta que a parte vencida recorra ao Tribunal de Justiça (segunda instância) para a decisão ficar suspensa até que desembargadores se manifestem a respeito da disputa.

O modelo prioriza, quase sem restrições, a segurança jurídica em detrimento da celeridade processual. Protege o cidadão contra decisões monocráticas exorbitantes e assegura o duplo exame antes de ser proferida, por um órgão colegiado, uma decisão efetiva.

Verdade que sentenças podem acarretar consequências de monta. A existência do efeito suspensivo automático, contudo, traz graves distorções. A primeira e mais evidente é o estímulo à litigância. Mesmo sem razão, qualquer advogado há de apelar --na pior das hipóteses, conseguirá adiar, por anos a fio, o cumprimento da decisão.

A perversidade da situação é evidente. Não é só a parte vencedora que sai prejudicada, ao não ver sua justa demanda atendida; todo o sistema judicial, todos os cidadãos sentem os efeitos deletérios dessa sobrecarga de processos.

É difícil encontrar elementos empíricos que apoiem a transformação dos juízes (primeira instância) em meros pareceristas, como se suas sentenças, no mais das vezes, precisassem ser modificadas. Dá-se precisamente o contrário.

Estudos conduzidos a partir de dados dos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro indicam que cerca de 60% das decisões dos juízes são mantidas; em apenas 20% dos casos há reforma integral da sentença; nos outros 20%, as mudanças são parciais.

Se a maioria da população seria beneficiada pelo fim desse efeito suspensivo automático, nem por isso a minoria deve ficar desguarnecida. É preciso que a legislação estipule recursos de emergência a fim de evitar danos irreparáveis decorrentes de sentença disparatada.

Outras iniciativas do novo Código de Processo Civil reforçam que a celeridade e a racionalização do sistema são essenciais. Estabelece-se, por exemplo, a ordem cronológica para julgamentos, evitando o acúmulo de causas antigas e o arbítrio de magistrados ao escolher qual processo analisar.

Recursos usados apenas para adiar o cumprimento das decisões serão multados; o uso do meio eletrônico é estimulado; prevê-se uma fase inicial de tentativa de conciliação, num esforço para resolver conflitos sem envolver a via judicial.

Além disso, extingue-se o inexplicável exame de admissibilidade, pelo qual a instância inferior precisa analisar se estão presentes os requisitos necessários para o caso ser examinado pela instância superior --o que apenas retarda o andamento processual.

São estimuladas, ainda, decisões dos tribunais que possam valer para a resolução de uma série de demandas individuais similares, como no caso de questões de direito do consumidor; o peso da jurisprudência também é ampliado.

Todas essas iniciativas sairão enfraquecidas se o efeito suspensivo automático for mantido. De todo modo, a Câmara dos Deputados ainda precisa terminar de votar alguns pontos do projeto antes de reenviá-lo ao Senado. Que ocorra o quanto antes. Não faz sentido que o novo Código de Processo Civil seja vítima de morosidade semelhante à que pretende combater.

**2014**

**Diretas-Já, 30**

Sábado, 25/01/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: HISTÓRIA; BRASIL; REGIME MILITAR; CAMPANHA; DIRETAS-JÁ

Diretas-Já, 30

Campanha de 1984 selou o fim do regime militar, ao impulsionar a transição negociada que deu origem a uma sólida democracia

A campanha pelas eleições diretas para presidente, que nestes meses completa 30 anos, foi um divisor de águas na história contemporânea do país.

Ali confluíam e culminavam todas as reivindicações represadas pela ditadura militar que se prolongava por duas décadas e buscava recuperar fôlego à custa de uma arrastada estratégia de descompressão --a "abertura".

Mesmo no período mais violento do combate à guerrilha comunista, entre 1968 e 1974, manteve-se viva a resistência por parte de militantes dos direitos humanos.

A ela somaram-se, em camadas sucessivas conforme o regime se desgastava, a atuação de entidades como a OAB e a CNBB, o protesto na universidade, a crítica na imprensa, as vitórias eleitorais do MDB e as passeatas estudantis de 77-78, logo seguidas pelas greves do então nascente movimento operário do ABC paulista.

O somatório desses vetores foi uma irresistível pressão democrática, cristalizada no simbolismo do voto popular para presidente --o primeiro direito que a ditadura cassara e o único de que jamais abrisse mão.

A campanha das Diretas-Já (o regime admitia a tese, mas para a sucessão seguinte) foi a expressão visível, palpante nas ruas, daquela confluência. Relatos da época ressaltam seu aspecto pacífico, suprapartidário e vibrante.

Hoje se comemora o comício da praça da Sé, que não terá sido o maior, mas aquele em que o movimento tomou vulto e passou a reunir grandes multidões.

Embora os números então difundidos tenham-se provado exagerados, como revelaram cálculos posteriores, foi uma das mais expressivas mobilizações políticas que houve no Brasil. Derrotada no curto prazo, ao cair a emenda Dante de Oliveira em abril de 1984, a campanha popular foi fator decisivo do desfecho no próprio colégio eleitoral estipulado pelo regime, com a eleição indireta do opositor Tancredo Neves em janeiro de 1985.

Foi, dirão seus críticos, mais uma transição à moda brasileira, sem ruptura profunda, em que o antigo regime se transfunde parcialmente no novo, mediante as artes conciliatórias da deserção e do oportunismo.

Embora responsável por adiar mudanças que ainda tardam, não é menos verdade que essa tradição tem contribuído para evitar o trauma das transições violentas e das guerras civis.

E houve avanço real. Como nunca antes e apesar das conhecidas mazelas, vive-se numa sólida democracia, que assegura as liberdades básicas, o respeito às normas e a alternância no poder. Devemos isso, em alguma medida, àqueles manifestantes de 30 anos atrás.

### **Segunda chance**

Quarta-feira, 12/02/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS; CASSAÇÃO; MANDATO; DEPUTADO FEDERAL; NATAN DONADON

Segunda chance

Cassação de mandato do deputado presidiário Natan Donadon precisa ser o início de programa de redução de danos à imagem da Câmara

Natan Donadon (ex-PMDB-RO), personagem central de um dos maiores vexames da Câmara dos Deputados, deve voltar a ser julgado por seus pares em sessão marcada para hoje à noite.

Tudo o mais sugere que, desta feita, o deputado presidiário não conseguirá preservar seu cargo, muito embora o novo processo a ser analisado pelo plenário seja, a rigor, menos grave do que o apreciado em agosto passado.

Naquela ocasião, a cassação era dada como certa. Também pudera: condenado pelo Supremo Tribunal Federal a mais de 13 anos de detenção por desvio de R\$ 8,4 milhões dos cofres públicos e formação de quadrilha, Donadon havia se convertido no primeiro deputado preso no exercício do mandato desde o fim da ditadura militar.

Deu-se o impensável, contudo. Com o voto explícito ou a abstenção hipócrita, mais da metade da Câmara quis absolver o colega encarcerado no presídio da Papuda, em Brasília, como se o comportamento criminoso e a atividade parlamentar não fossem excludentes.

Diante do evidente prejuízo à imagem da Casa, o PSB protocolou, ainda no ano passado, nova representação contra Donadon.

A peça entregue ao Conselho de Ética defendia a perda do mandato por razões comparativamente mais mezinhas. O deputado teria quebrado o decoro parlamentar ao votar contra a própria cassação --o que o regimento proíbe-- e sair da Câmara algemado.

Trata-se, é claro, de mero pretexto. Relator do pedido, o deputado José Carlos Araújo (PSD-BA) afirmou: "O Parlamento está com uma ferida aberta, que necessita ser urgentemente tratada para estancar a sangria de credibilidade".

Isso não ocorrerá de imediato. O mandato de Donadon será cassado (salvo nova e vergonhosa surpresa) não porque os deputados enfim compreenderam seu papel na sociedade, mas porque a votação não será secreta --graças a uma mudança constitucional aprovada no final de 2013.

Será a transparência, e não a ética, que guiará os parlamentares; é a pressão da opinião pública, e não o senso de responsabilidade, que presidirá o sufrágio aberto.

Já é um começo, sem dúvida, mas ainda é pouco. Aquela mácula não será eliminada nem esquecida, e sua lembrança será fortalecida a cada voto que Natan Donadon obtiver a seu favor.

Se de fato pretendem melhorar a imagem da Câmara, os deputados precisam saber que seu esforço apenas começa com esse programa de redução de danos.

## 1964

Domingo, 30/03/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Arte: QUADRO: CRONOLOGIA DA DITADURA

Observações: CRONOLOGIA

Assuntos Principais: REGIME MILITAR; DITADURA; GOLPE MILITAR; 1964; HISTÓRIA; GOVERNO; ESQUERDA /POLÍTICA/; POLÍTICA ECONÔMICA; VIOLÊNCIA

1964

Aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro, mas as opções de então se deram em condições bem mais adversas que as atuais

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.



Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade --o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à democracia representativa.

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar ditadura ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

Parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico. Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura comunista no país.

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da tortura uma política clandestina de Estado.

Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.

Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa.

Todas as camadas sociais progrediram, embora de forma desigual, o que acentuou a iniquidade. Mesmo assim, um dado social revelador como a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, que era 116 em 1965, caiu a 63 em 1985 (e melhorou cada vez mais até chegar a 15,3 em 2011).

No atendimento às demandas de saúde e educação, contudo, a ditadura ficou aquém de seu desempenho econômico.

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os governos militares consolidaram a política de substituição de importações, via

proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. Metrôpoles cresceram de modo desordenado, ensejando problemas agudos de circulação e segurança.

O regime passou por fases diferentes, desde o surto repressivo do primeiro ano e o interregno moderado que precedeu a ditadura desabrida, brutal, da passagem da década, até uma demorada abertura política, iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985.

As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim.

### **Fiasco no Ipea**

Terça-feira, 08/04/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: POLÍTICA; IPEA /INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/; PESQUISA; MULHER; ESTUPRO; ERRO

Fiasco no Ipea

A reputação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sofreu novo revés com a malfadada pesquisa de opinião sobre violência contra a mulher.

Como foi amplamente noticiado, é de 26%, e não 65%, a parcela de brasileiros que concorda com a frase "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". Não sofreu reparo do Ipea, contudo, o achado de que 58,5% concordam com outra afirmação estarrecedora: "Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros".

Evidente que um erro como aquele, a troca de percentuais entre itens do questionário, pode ocorrer em qualquer instituto. O Ipea corrigiu o equívoco sem rodeios, mas ainda deve explicações.

A pesquisa integra o Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips) do órgão, que se baseia em entrevistas domiciliares em 212 municípios e pretende ter representatividade nacional. Da maneira como se faz, nunca a alcançará.

Para isso, as respostas teriam de sofrer um processo de ponderação, pois a amostra nele representada discrepa acentuadamente do perfil dos brasileiros. Há 66,5% de mulheres no levantamento do Sips, contra 51,6% na população acima de 15 anos. Há também uma quantidade excessiva de idosos e de moradores de cidades pequenas.

O Ipea, no entanto, não efetua tal ponderação. Alega que o procedimento foi testado em pesquisa anterior e acabou por não alterar significativamente os resultados. Tal afirmação precisaria vir apoiada em dados para se tornar crível.

Outro levantamento do Sips, sobre telecomunicações, já havia suscitado estranheza, em 13 de março, ao revelar que 66% dos entrevistados avaliaram de modo positivo a telefonia celular -- um serviço reconhecidamente caro e ruim.

O Sips se encaixa à perfeição na tese de que o Ipea vem se transformando, a partir do segundo governo Lula, num aparelho ideológico. Criado há meio século, na ditadura militar, o instituto angariara prestígio acadêmico com a produção de estudos econômicos independentes, patrimônio ora ameaçado pela reorientação esquerdista.

Não há de ser coincidência que o primeiro escritório internacional do órgão tenha sido aberto na Venezuela, em 2010, quando o presidente do Ipea era Marcio Pochmann, tido como o maior responsável pela guinada política.

O atual presidente é Marcelo Neri. Sua responsabilidade, agora, não é só evitar novos fiascos como o do Sips, mas devolver ao Ipea o renome como órgão de Estado, e não mais como agência petista.

**Política imigratória**

Quarta-feira, 28/05/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: IMIGRAÇÃO; IMIGRANTE ILEGAL; FRONTEIRA; ROTA; HAITIANO; AFRICANO

**Política imigratória**

Uma rede criminosa para promover a entrada de imigrantes ilegais no Brasil prospera na Amazônia, na fronteira com o Peru. Conforme mostrou reportagem desta Folha, o esquema é responsável pelo ingresso de cerca de 400 pessoas por semana, a maioria das quais haitianas e africanas.

Conhecidos como "coiotes", os intermediadores corrompem autoridades policiais e controlam a rota de acesso oferecida pela rodovia Interoceânica, que liga o Pacífico (Peru) ao Atlântico (Brasil). Estima-se que, desde 2011, 25 mil pessoas tenham cruzado a divisa territorial por esse caminho, em condições em geral degradantes.

O fluxo de haitianos, em particular, intensificou-se após o terremoto de 2010 e da presença militar brasileira naquele país, no comando de missão da ONU, que se estende desde 2004.

Embora pouco significativa em termos proporcionais --os imigrantes como um todo não chegam a 1% da população brasileira--, a leva do Haiti chamou a atenção de governantes e da opinião pública.

Estaria o Brasil em condições de abrigá-los? O país já não tem seus próprios problemas sociais? Restringir a concessão de vistos, como fez o governo, é a solução?

Questões dessa ordem assemelham-se às levantadas em países mais ricos, que são os principais destinos para migrantes --entre os quais os brasileiros, estimados em 2,5 milhões pelo Itamaraty. O tema, sem dúvida complexo, não raro estimula atitudes racistas e xenófobas, como se observa nos EUA e na Europa, onde os estrangeiros rodeiam os 10% da população.

Se a hospitalidade do Brasil é exagerada no imaginário nacional, não deixa de ser verdade que a convivência entre as etnias tende a ser menos conflituosa por aqui do que em outras nações.

O governo, ademais, reage com acertada indignação quando cidadãos brasileiros sofrem discriminação em outros países. Deveria, portanto, fazer sua lição de casa.

As atuais circunstâncias tornam premente um debate sério a respeito de políticas para imigrantes, o que inclui a revisão do anacrônico Estatuto do Estrangeiro, elaborado ainda durante a ditadura militar.

Não se trata apenas de questão de generosidade ou de direitos humanos. Dentro de poucas décadas a força de trabalho brasileira começará a encolher. Se estiver preparado para administrar inevitáveis tensões sociais e econômicas, o país poderá aproveitar as ondas migratórias para impulsionar seu próprio desenvolvimento.

### **Pouca mudança**

Segunda-feira, 23/06/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: PT /PARTIDO POLÍTICO/; CONVENÇÃO; REUNIÃO; DILMA ROUSSEFF; REELEIÇÃO; CAMPANHA ELEITORAL

Pouca mudança

Discursos na convenção do PT não ocultam contradições do partido e repetem visão estereotipada sobre o debate político brasileiro

Continuidade e mudança: este seria o eixo que, nominalmente, orienta a campanha pela reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República. Não sem habilidade, o lema procura dar conotação positiva às atuais dificuldades da postulação petista.

Com a popularidade em baixa, num clima de pessimismo econômico, Dilma não tem como se apresentar ao eleitorado sem acenar com alguma correção de rumos.

Ao mesmo tempo, busca reassegurar os que a apoiam --e a manutenção das políticas sociais aprofundadas a partir do governo Lula constitui, por assim dizer, o marco mínimo a partir do qual traçar o discurso de campanha.

Embora o binômio da continuidade e da mudança expresse um equilíbrio retórico delicado, não se trata, em tese, de nenhuma quadratura do círculo. Mas os problemas dessa formulação se amplificam quando se tenta concretizá-la.

Vieram acrescidos de sérias contradições, aliás, na cerimônia de oficialização da candidatura Dilma, ocorrida neste sábado (21).

Mudanças, por certo, são necessárias; mas quais? Além de promessas requeitadas sobre desburocratização, universalização da banda larga e reforma política, em torno de que

prioridades se aglutina o heterogêneo espectro de alianças partidárias que, agora com a exceção do PTB, supostamente daria base parlamentar aos projetos legislativos de Dilma?

Quanto à "continuidade", tampouco é claro o que significa. Até mesmo os setores mais entusiastas do petismo sabem que a lista das demandas sociais tende a ser inesgotável, e que a pauta de benefícios agora colocada pela sociedade é de outra natureza.

A bandeira da continuidade só se sustenta, em termos eleitorais, por meio de outro recurso: o da demonização do adversário. Seria para evitar uma "volta ao passado" --com o fantasma de um declínio no nível de renda dos mais pobres-- que valeria a pena manter tudo como está.

Surge a partir daí um outro binômio, este sim perverso, na orientação da campanha petista. Enquanto a candidata Dilma Rousseff aposta num perfil mais simpático e aberto ao diálogo com outros setores da sociedade, em especial o empresariado, Lula e outras figuras do PT alimentam a sede de maniqueísmo da militância.

Na convenção de sábado, alternou-se a atitude vitimizante que atribui a conspirações de direita o "ódio" contra o PT e o discurso inverso, o do ataque indiscriminado. Nesse mar de contradições em que o partido navega, o dedo apontado contra as "elites brancas" não impede a mão estendida a antigos defensores do regime militar.

### **Primeiro passo**

Segunda-feira, 29/09/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA MILITAR; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; INVESTIGAÇÃO

Primeiro passo

Embora reticente, documento das Forças Armadas sinaliza atitude mais equilibrada diante dos abusos cometidos durante a ditadura militar

Constitui relativo progresso, ainda que insuficiente --como apontaram os membros da Comissão Nacional da Verdade--, a disposição das Forças Armadas de admitir, pela primeira vez, que não têm como negar a ocorrência de violações aos direitos humanos em dependências militares durante o regime ditatorial (1964-1985).

Mais de 40 anos depois do período em que a tortura sistemática de presos políticos atingiu seu auge, é difícil entender por que o tema desperta na caserna resistências tão frequentes e sólidas.

Corroborada por inúmeras evidências e admitida por diversos de seus protagonistas, a sevícia dos adversários daquele governo --assim como célebres casos de desaparecimento e assassinato-- não teria por que ser negada ou ocultada por uma geração já distante, cronológica e doutrinariamente, de fatos ocorridos décadas atrás.

O principal mérito da Lei da Anistia, promulgada em 1979, foi o de permitir que o processo de democratização do país se desse num clima desanuviado dos ressentimentos que pesavam sobre ambas as partes em conflito.

A esmagadora maioria dos que se envolveram na luta armada, a começar da própria presidente Dilma Rousseff (PT), não tem problemas em fazer a revisão histórica de sua estratégia, fundada não só num romantismo revolucionário juvenil, mas também na exaltação da violência e num desprezo ao que então se desqualificava com o termo "democracia burguesa".

Mesmo opositores moderados, avessos a pegar em armas, foram entretanto torturados barbaramente pelos militares.

O descontrole da repressão política chegou a ameaçar o próprio sistema de comando das Forças Armadas; na segunda metade da década de 1970, o então presidente Ernesto Geisel teve êxito em barrar um processo capaz de minar as bases de sua própria autoridade.

Historiadores e cientistas políticos podem, de resto, avaliar de formas diferentes e contraditórias as justificativas de cada lado. O debate, que se projeta para o campo dos valores e das hipóteses morais, não tem como perturbar um modelo vitorioso de convivência democrática, em que os militares têm seu papel definido na Constituição.

Diante de algumas reações de inconformismo explícito e de velada resistência à elucidação dos fatos por parte de setores das Forças Armadas, os três comandantes ao menos avançaram, em documento oficial, na disposição de não negar o ocorrido.

O caminho para uma visão histórica mais neutra e equilibrada do passado --no qual, felizmente, a grande maioria dos brasileiros não se reconhece-- será ainda longo; mas, pelo menos, foi dado um primeiro passo.

## **Página virada**

Sexta-feira, 12/12/2014

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo

Seção: EDITORIAIS

Assuntos Principais: DITADURA MILITAR; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; LEI DA ANISTIA; RELATÓRIO

Página virada

Comissão da Verdade conclui trabalho; tempo de violência política precisa ser conhecido e debatido, mas foi a anistia que possibilitou superá-lo

O relatório da Comissão Nacional da Verdade não traz novidade de monta em relação a um período já esmiuçado na história recente, o da ditadura militar (1964-1985).

Numa decisão controvertida, tomada logo após sua instalação pelo governo federal, em maio de 2012, a CNV excluiu do exame as violações de direitos humanos por motivação política que não tenham sido causadas pelo Estado. O relatório silencia, assim, sobre os crimes das organizações armadas que combateram para substituir a ditadura militar por outra, de cunho comunista.

Argumentou-se, com razão, que tais delitos já haviam sido punidos pelo próprio regime militar. Prevaleceu, entre os comissários, o entendimento de que o alcance da tarefa limitava-se a inventariar as denúncias de abusos cometidos pelas autoridades à época.

Após uma fase de letargia errática, a CNV conseguiu encaminhar seu trabalho nesses termos, sobretudo depois que o advogado Pedro Dallari passou a coordená-la.

Sabe-se que as décadas de 60 e 70 foram um tempo de extrema polarização na América do Sul (e em outras partes do mundo). Facções de direita e de esquerda recorreram à violência, levando ao colapso do regime democrático em vários países, entre eles o Brasil.

Maior porção de culpa cabe aos militares, seja porque desencadearam uma repressão desproporcional e abusiva, seja porque o ônus moral, nas sociedades modernas, recai sobre os vitoriosos. A prática rotineira da tortura e do assassinato configura mancha abjeta na história desses regimes.

A anistia irrestrita, concedida pela ditadura brasileira nos seus estertores, em 1979, foi o passo decisivo para a superação pacífica dessa crônica nefanda. Foi incorporada pela emenda constitucional que convocou, em 1985 --já após o restabelecimento democrático--, o Congresso constituinte que produziu a Carta em vigor desde 1988. E foi reiterada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010.



Por mais que seus efeitos possam ser repugnantes do ângulo humanitário, sobretudo para os atingidos pela violência ditatorial, a anistia irrestrita é um dos pilares sobre os quais se apoia a democracia brasileira. Foi sua aceitação pelo conjunto das forças políticas que rompeu o ciclo de retaliações iniciado em 64.

Não é sensato nem desejável que compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, determinando que a tortura é crime imprescritível, possam sobrepor-se à soberania jurídica nacional quando se trata das próprias fundações do Estado de Direito entre nós.

A anistia deve ser preservada. O passado precisa ser conhecido e debatido. Para superá-lo de vez, falta às Forças Armadas divulgar os documentos retidos e reconhecer os abusos praticados.